

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

CHARLES FLORCZAK ALMEIDA

UNIVERSIDADE PARA POUCOS COMO PROJETO DO CAPITAL: IDEOLOGIA E
COMUNICAÇÃO NA DISPUTA DO SENTIDO DE UNIVERSIDADE NO GOVERNO
BOLSONARO (2019-2022)

Porto Alegre

2023

CHARLES FLORCZAK ALMEIDA

UNIVERSIDADE PARA POUCOS COMO PROJETO DO CAPITAL: IDEOLOGIA E
COMUNICAÇÃO NA DISPUTA DO SENTIDO DE UNIVERSIDADE NO GOVERNO
BOLSONARO (2019-2022)

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de doutor em
Comunicação do Programa de Pós-
graduação em Comunicação da Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rudimar Baldissera.

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Charles Florczak
UNIVERSIDADE PARA POCOS COMO PROJETO DO CAPITAL:
IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO NA DISPUTA DO SENTIDO DE
UNIVERSIDADE NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) /
Charles Florczak Almeida. -- 2023.
406 f.
Orientador: Rudimar Baldissera.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Comunicação. 2. Universidade brasileira. 3.
Governo Bolsonaro. 4. Ideologia. 5. Neofascismo. I.
Baldissera, Rudimar, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

CHARLES FLORCZAK ALMEIDA

UNIVERSIDADE PARA POUCOS COMO PROJETO DO CAPITAL: IDEOLOGIA E
COMUNICAÇÃO NA DISPUTA DO SENTIDO DE UNIVERSIDADE NO GOVERNO
BOLSONARO (2019-2022)

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rudimar Baldissera (Orientador)

Profa. Dra. Roseli Figaro – USP

Prof. Dr. Mozahir Salomão Bruck – PUC Minas

Profa. Dra. Camila Furlan da Costa Panizzon - UFRGS

Prof. Dr. Basilio Sartor - UFRGS

Porto Alegre

2023

Ao Martin e à Bibiana

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças a um conjunto intenso de apoios, ajudas, soportes, trocas, conversas, debates que me fizeram devedor de uma quantidade imensa de agradecimentos. As palavras abaixo são francamente insuficientes para expressar essa gratidão a pessoas e instituições...

Início agradecendo à Lírian Sifuentes pelo esforço de ter garantido, muitas vezes sozinha, o cuidado, o zelo e outras tarefas essenciais do Martin e da Bibiana. (Martin, agora o pai vai jogar futebol contigo e com a Bibi). Companheira de caminhada, acompanhou e participou de toda a minha trajetória acadêmica, desde o início da graduação em Jornalismo na UFSM, e em todas as aventuras da vida de lá pra cá. Não poderia ser diferente no doutorado. Foste, por incontáveis vezes, requisitada para ouvir as minhas inquietações relativas ao doutorado, além de ter lido os originais. Seria pouco apenas dizer que esse trabalho não existiria sem a tua contribuição. Melhor mesmo é dizer que Te Amo!

Agradeço aos meus sogros Tânia e Olírio pelos incontáveis auxílios, especialmente no cuidado dos pequenos, para garantir que houvesse tempo para este trabalho.

Agradeço aos meus pais João e Maria e aos irmãos Juliano e Sheila pela inspiração e pelas ajudas que requisitei.

Agradeço a compreensão, o suporte e a inspiração de todos os colegas de trabalho da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS. Destaco os colegas da Assessoria de Imprensa: Patricia Lima, Marcelo Igor Sousa, Gustavo Diehl, Rochele Zandavalli, Ânia Chala, Nicole Trevisol e Cris Tumé.

Agradeço a efusiva troca e o senso de luta dos colegas que atuam no Fórum Sindicalista da Assufrgs, especialmente, a: Frederico Bartz, Andreia Duprat, Grace Tanikado, Loureço Felin, Patrícia Brito, Fernanda Lanzarini, Lúcia Inácio, Juliana Prediger, Amanda Martins e Carol Ritter.

Agradeço aos camaradas da Assufrgs e a todos os colegas de luta da UFRGS, do IFRS e da UFSCPA, que controem na prática a defesa da universidade pública, especialmente: Berna Menezes, Mariane Quadros, Gabriel Foking, Tamyres Filgueiras, Laís Camisolão, Márcia Tavares, Jerônimo Menezes, W. Feltrin, Rui Muniz, Glória Tavares e Rafael Berbigier.

Agradeço à Fasubra, ao Andes, à UNE e à ANPG cuja produção utilizei no escopo deste trabalho e que conduziram um luta contínua e difícil no último período em prol da universidade pública.

Agradeço ao PPGCOM, seus professores, discentes e aos técnicos: André Mortari, Cris Lipp, Joseane Lima e Patrícia Xavier.

Agradeço à Capes pelo apoio institucional ao PPGCOM e à pós-graduação brasileira.

Agradeço à UFRGS que, além de local de trabalho, luta e estudo, me propiciou dois anos (2019-2021) de afastamento remunerado para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos colegas do GCCOP pelas discussões e atividades acadêmicas, momentos de grandes aprendizados.

Agradeço aos integrantes da banca: professora Camila Furlan Costa e professor Basílio Sartor, que participaram desde o exame de qualificação com contribuições importantes, que influenciaram este trabalho; e professor Mozahir Salomão Bruck e professora Roseli Figaro pela leitura, avaliação e contribuições.

Por fim, agradeço ao orientador e parceiro dessa aventura, professor Rudimar Balsissera, que dedicou muito de sua energia e paciência a este trabalho e cujas leituras, recomendações, contribuições foram essenciais para que pudesse ser realizado, além ter propiciado um ambiente de trocas acadêmicas e de construção do conhecimento.

RESUMO

Este trabalho tem como tema a disputa do sentido de universidade durante o governo Bolsonaro. A ascensão de Bolsonaro foi acompanhada de discursos contrários à universidade pública federal e de políticas de cortes orçamentários, que desencadearam mobilizações contrárias. Buscamos compreender o sentido de universidade do governo Bolsonaro (2019 - 2022), tendo em vista o caráter ideológico das disputas estabelecidas entre governo e movimentos de resistência formados por entidades estudantis e sindicais e pelas universidades federais. Trata-se de uma disputa ideológica, em que formas de elaboração ideal surgem para tornar a práxis consciente e capaz de agir para mudar a situação. Tomamos a comunicação como constituinte do processo social amplo, no interior do qual ocorrem as disputas e onde elas fazem sentido. O sentido de universidade se refere a sua concretude real, à compreensão de o que está em jogo do ponto de vista da totalidade social. Partindo de uma revisão do conceito de ideologia em autores marxistas, adotamos a perspectiva de Lukács (2013). A contribuição de Bakhtin/Voloshinov (2006) nos dá o aporte para pensar e estudar os enunciados envolvidos nas disputas em uma corrente de comunicação ininterrupta. Para contextualizar os embates, buscamos entender as transformações históricas da universidade brasileira, relacionada à formação econômico-social de capitalismo dependente (MARINI, 2008; LUCE, 2018) e à autocracia burguesa (FERNANDES, 1976), bem como às implicações do período neoliberal. Proposições de Fernandes (2020) e Ribeiro (1969) são acionadas para refletir sobre o papel que a universidade pode desempenhar para a transformação social. Analisamos o surgimento do bolsonarismo e a eleição de Bolsonaro, no momento de crise política, econômica e social, como adesão burguesa ao movimento neofascista para garantir a continuidade de reformas estruturais de seu interesse. A análise empírica debruçou-se sobre materiais variados que tematizaram a universidade, incluindo postagens no Twitter dos ministros da educação, *lives* e postagens do presidente Bolsonaro, leis, normas, portarias, medidas provisórias, entrevistas, declarações com repercussão na imprensa, bem como notas e notícias de entidades representativas (Andes, UNE, ANPG e Fasubra). Consideramos que o plano de governo de Bolsonaro converteu-se num plano de ataque às universidades, como uma tomada de consciência pela burguesia reacionária representada pelo governo, conformando as universidades como o inimigo. A partir daí, analisamos embates entre governo e movimentos de resistência, perpassados por processos comunicacionais. Os eixos de enfrentamento destacados no trabalho envolveram o asfixiamento orçamentário das universidades públicas, junto com o estímulo à expansão do setor privado e do ensino a distância; o programa de universidade empreendedoras - Future-se, como proposta privatizante; a intervenção nas universidades com a nomeação de reitores não eleitos; os atos de perseguição ideológica e a aplicação às universidades da política de estímulo à contaminação na pandemia de Covid-19. Assim, apontamos como principais resultados que bases ideológicas do “dependentismo”, neoliberalismo e neofascismo foram conformadas em processos comunicacionais, desobstruíram-se em formulações do gerencialismo, do empreendedorismo, da doutrinação ideológica, etc. dando um caráter de *atualização reacionária* ao governo Bolsonaro, que enfatizou elementos de privatização já existentes na universidade brasileira e adicionou formulações neofascistas minando o sentido público e o pensamento crítico. A formulação *Universidade para poucos* sintetiza o sentido de universidade do governo, em que *poucos* se refere aos interesses das classes dominantes, ao mesmo tempo em que *universidade* é uma extensão alienada do mercado.

Palavras-chave: Comunicação; Universidade brasileira; Governo Bolsonaro; Ideologia; Neofascismo.

ABSTRACT

This work examines the dispute over the meaning of the university during the Bolsonaro government. Bolsonaro's rise to power was accompanied by speeches against federal public universities and budget cuts, leading to opposing mobilizations. Our aim is to comprehend the concept of the university under the Bolsonaro government (2019-2022), considering the ideological nature of the disputes between the government and resistance movements consisting of student and union organizations, as well as federal universities. This ideological dispute involves the development of ideal forms to create conscious praxis capable of effecting change. Communication is seen as a crucial component of the broader social process in which these disputes occur and gain meaning. The meaning of the university is understood in terms of its tangible reality and its significance within the social totality. Drawing on Marxist authors, particularly Lukács (2013), the concept of ideology is reviewed to provide theoretical grounding. The contribution of Bakhtin/Voloshinov (2006) offers insights into the study of statements involved in these disputes as part of an ongoing chain of communication. To contextualize the clashes, the historical transformations of the Brazilian university are examined, considering the socio-economic context of dependent capitalism (MARINI, 2008; LUCE, 2018) and bourgeois autocracy (FERNANDES, 1976), as well as the influence of the neoliberal period. The propositions put forth by Fernandes (2020) and Ribeiro (1969) are employed to reflect on the role the university can play in social transformation. The emergence of Bolsonarism and Bolsonaro's election, during a time of political, economic, and social crisis, are analyzed as manifestations of bourgeois adherence to the neo-fascist movement, ensuring the continuity of structural reforms aligned with their interests. The empirical analysis relies on diverse materials that address the university theme, including Twitter posts by education ministers, live streams and posts by President Bolsonaro, laws, regulations, ordinances, interviews, press statements, as well as reports and news from representative entities (Andes, UNE, ANPG, and Fasubra). It is argued that Bolsonaro's government has effectively launched an assault on universities, with the reactionary bourgeoisie represented by the government framing universities as the enemy. This study examines the clashes between the government and resistance movements, highlighting the role of communication processes within them. The key areas of confrontation include budget restrictions on public universities, the promotion of private sector expansion and distance learning, the Future-se entrepreneurial university program as a privatization proposal, interventions in universities through the appointment of non-elected rectors, acts of ideological persecution, and the implementation of policies encouraging the spread of COVID-19 within universities. The main findings indicate that the ideological foundations of "dependentism", neoliberalism, and neo-fascism have been shaped through communicational processes, resulting in the proliferation of managerialism, entrepreneurship and ideological indoctrination. This reactionary update to the concept of university proposed by the Bolsonaro government accentuates existing privatization elements within the Brazilian university system, while also introducing neo-fascist ideas that undermine public discourse and critical thinking. The formulation "University for the few" succinctly encapsulates the essence of the government's vision for the university, in which "the few" are the interests of the dominant classes, while the university is an alienated extension of the market.

Key Words: Communication; Brazilian university; Bolsonaro government; Ideology; Neofascism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Academia brasileira de Ciências

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Afebras - Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil

AGU – Advocacia-Geral da União

Andes – Sindicato Nacional do Docentes das Instituições de Ensino Superior

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPG – Associação Nacional dos Pós-Graduandos

Bird - Banco Mundial

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica

CGU - Controladoria Geral da União

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DE – Dedicção Exclusiva

EaD – Ensino a Distância

Ebserh - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Embrapii - Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ESP – Escola Sem Partido

Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Fies – Fundo de Financiamento Estudantil

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNDEP - Fórum Nacional de Defesa da Educação Pública

FNPE - Fórum Nacional Popular de Educação

FSP – Folha de S.Paulo

FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande
HU – Hospital Universitário
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IFPR – Instituto Federal do Paraná
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina
IME - Instituto Militar de Engenharia
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LOA – Lei Orçamentária Anual
MBL – Movimento Brasil Livre
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação
MEC – Ministério da Educação
MEJ - Movimento Empresa Junior
MLCT&I - Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação
MP – Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MSM - Mídia sem Máscara
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OESP – O Estado de São Paulo
OMC - Organização Mundial do Comércio
OS – Organização Social
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PECIM - Programa de Escolas Cívico-Militares
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnaes - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

ProUni – Programa Universidade para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PSC - Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

ReUni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

ReUni Digital - Programa de Expansão da EaD nas Universidades Federais

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SESU – Secretaria de Educação Superior

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU - Tribunal de Contas da União

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAL - Universidade Federal do Alagoas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFAPE - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFCA - Universidade Federal do Cariri

UFCAT - Universidade Federal de Catalão

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFDPAR – Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFERSA - Universidade Federal do Rural do Semi-Árido

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul

UFG Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFJ - Universidade Federal de Jataí
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal do Pernambuco
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFR - Universidade Federal de Rondonópolis
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS - Universidade Federal do Sergipe
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFT - Universidade Federal do Tocantins
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UFV - Universidade Federal de Viçosa

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
União – União Brasil
UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará
UNILA – Universidade da Integração Latino-Americana
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	27
2.1	A CATEGORIA DA IDEOLOGIA NO MARXISMO: UMA NOÇÃO POLISSÊMICA.....	30
2.2	O DUPLO SENTIDO DE IDEOLOGIA NA ONTOLOGIA DE LUKÁCS: A SOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIAIS E A VIDA COTIDIANA.....	35
2.3	IDEOLOGIAS, LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO: PERSPECTIVA PARA O ESTUDO DA DISPUTA DE SENTIDO	43
3	UNIVERSIDADE BRASILEIRA: SURGIMENTO E CONFORMAÇÕES.....	51
3.1	FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA: CAPITALISMO DEPENDENTE E AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL.....	53
3.2	O DEBATE SOBRE A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: PERSPECTIVAS DE DARCY RIBEIRO E FLORESTAN FERNANDES.....	60
3.2.1	Darcy Ribeiro: universidade e atualização ou aceleração do desenvolvimento.....	62
3.2.2	Florestan Fernandes e a universidade transformada.....	67
3.3	ASPECTOS DA CONTRARREFORMA DE 1968.....	71
3.4	AS DISPUTAS DO CAPÍTULO UNIVERSITÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	76
4	UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO NEOLIBERALISMO.....	79
4.1	A HEGEMONIA NEOLIBERAL: AGENDA POLÍTICO-ECONÔMICA E UNIVERSIDADE	80
4.1.1	Ideologia e agenda político-econômica do neoliberalismo	85
4.1.2	Neoliberalismo no Brasil: da consolidação à crise atual	93
4.1.3	Ideologias neoliberais na universidade: do capital humano à universidade empreendedora	99
4.2	O NEOLIBERALISMO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	104
4.2.1	As diretrizes do Banco Mundial para a universidade	104
4.2.2	A mudanças da universidade brasileira na era neoliberal.....	114
5	O BOLSONARISMO: DA NOVA DIREITA À FACE NEOFASCISTA DA AUTOCRACIA BURGUESA	126

5.1 BOLSONARISMO: O DEBATE SOBRE O NEOFASCISMO BRASILEIRO .	126
5.2 O SURGIMENTO DO BOLSONARISMO NO CONTEXTO DA NOVA DIREITA DO BRASIL	134
5.3 A ASCENSÃO DA NOVA DIREITA E O PAPEL DOS <i>THINK TANKS</i>	139
5.3.1 Olavismo como ideologia do bolsonarismo.....	141
5.4 O CAMINHO PARA CERCEAR A EDUCAÇÃO: ESCOLA SEM PARTIDO	147
5.5 A FORMAÇÃO DA COALIZÃO BOLSONARO: APOIO DOS MILITARES, DA BURGUESIA AGRÁRIA (AGRONEGÓCIO) E DOS EVANGÉLICOS.....	150
6 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E A PERSPECTIVA BOLSONARISTA NO PLANO DE GOVERNO	155
6.1 MONTAGEM DO CORPUS	155
6.2 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	178
7 A UNIVERSIDADE PARA O GOVERNO BOLSONARO: DO PLANO DE GOVERNO AO PLANO DE ATAQUE.....	181
7.1 A UNIVERSIDADE NOS PLANOS DO GOVERNO BOLSONARO	181
7.2 VALORAÇÃO NEGATIVA COMO CONFORMAÇÃO DO INIMIGO	184
7.2.1 A universidade ideologizada: “marxismo cultural”	185
7.2.2 A oposição ensino básico versus ensino superior	191
7.2.3 O diagnóstico neoliberal da universidade brasileira	194
7.2.4 “Universidade deveria ser para poucos” e a demanda do mercado	199
8 A CONCEPÇÃO FISCALISTA E O SUBFINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	205
8.1 TETO DE GASTOS E RESPONSABILIDADE FISCAL COMO PRINCÍPIOS	205
8.1.1 O extremismo no ministério: Abraham Weintraub	207
8.1.2 O ministro-pastor e o menor orçamento: Milton Ribeiro.....	224
8.1.3 O tecnicismo neoliberal reiterado: Victor Godoy	230
8.1.4 Políticas de acesso e o capital privado como solução para a universidade.	235
8.2 PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA.....	252
9 O FUTURE-SE COMO PROPOSTA DE CONTRARREFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	265
9.1 A DISPUTA DISCURSIVA NA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO OFICIAL DO FUTURE-SE.....	265
9.2 ANÁLISE DOS SENTIDOS DA MINUTA INICIAL DO FUTURE-SE.....	269

9.2.1 O projeto Future-se nos discursos do governo.....	272
9.3 O DEBATE DO FUTURE-SE NAS UNIVERSIDADES E NAS ENTIDADES	281
9.4 PROPOSTA VIRA PROJETO DE LEI: MUDANÇAS QUE PRESERVAM O SENTIDO DO FUTURE-SE.....	290
9.5 O FUTURE-SE NA DISPUTA DE SENTIDO DE UNIVERSIDADE.....	293
10 NOMEAÇÃO DE REITORES: A INTERVENÇÃO LEGALMENTE RESPALDADA	296
10.1 A INTERVENÇÃO NAS UNIVERSIDADES COMO PRÁTICA ROTINEIRA	296
10.1.1 As Medidas Provisórias 914/2019 e 979/2020	307
10.2 DISCURSO DO GOVERNO SOBRE A PRERROGATIVA DE ESCOLHER OS ALINHADOS	309
10.3 A ESCOLHA DE REITORES COMO DIVISÃO DO CONJUNTO DAS UNIVERSIDADES	313
11 PERSEGUIÇÃO NAS UNIVERSIDADES E AULAS REMOTAS NA PANDEMIA DE COVID-19	320
11.1 O GOVERNO E AÇÕES DE PERSEGUIÇÃO ACADÊMICA	320
11.1.1 Apoio a grupos locais para “combate à doutrinação”	332
11.1.2 Ataques de ódio nas universidades.....	335
11.2 A PANDEMIA DE COVID-19 NAS UNIVERSIDADES: PRESSÃO POR AULAS PRESENCIAIS E CONTRA O COMPROVANTE DE VACINA	338
11.2.1 O negacionismo e o esforço para salvar a acumulação capitalista na pandemia	339
11.2.2 Ensino remoto sem suporte material	341
11.2.3 Pressão pelo retorno ao presencial em meio à intensificação da pandemia.....	344
11.2.4 O negacionismo no embate sobre comprovante vacinal	350
11.2.5 Mobilização das universidades no enfrentamento da pandemia.....	352
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	354
REFERÊNCIAS.....	368
APÊNDICE A.....	392

1 INTRODUÇÃO

O Brasil iniciou 2019 diante de uma experiência nova em sua institucionalidade política, pelo menos desde a vigência da Constituição Federal de 1988. Assumia a Presidência da República, naquele ano, Jair Messias Bolsonaro (eleito pelo PSL), um político de extrema direita, autodeclarado antissistema e que expressava uma postura discursiva agressiva, chegando ao ponto de ameaçar de extermínio físico seus adversários. O slogan de campanha, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, traduzia o lema utilizado na Alemanha nazista – “Deutschland über alles” (A Alemanha acima de tudo) –, acrescentando a segunda parte religiosa, referências que geravam, no mínimo, apreensão nos que defendem um Estado laico e as liberdades democráticas. Não tardou para o tema da universidade, na forma das universidades públicas federais, ganhar relevância nas disputas políticas do país, tendo em vista, de um lado, a forma beligerante com que essas instituições foram definidas pelo governo recém-empossado e, de outro, a resistência social em torno da defesa das universidades.

O governo Bolsonaro iniciava com discursos que associavam a universidade à desordem, ócio, inutilidades etc. Do ponto de vista fenomênico, recordamos alguns fatos desse período. O ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub (2019-2020), apresentou, em julho de 2019, o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se, projeto que visava instituir, através de numerosas alterações legislativas (a minuta inicial abrangia a alteração ou regulação de 16 dispositivos legais), um novo regime de funcionamento nas universidades federais, divulgado como alternativa ao baixo nível de financiamento (Projeto de Lei 3.076/2020). Mesmo antes de propor o Future-se, Weintraub notabilizou-se por declarações difamatórias sobre as universidades, com destaque para a sua fala de que cortaria os recursos por serem espaço de “balbúrdia” e “arruaça” (AGOSTINI, 2019). Antes dele, o primeiro dos ministros da Educação do governo Jair Bolsonaro, Ricardo Vélez (2019), já havia declarado que “não existe universidade para todos no Brasil” (PASSARELLI, 2019). Esses dois ministros foram classificados pela imprensa como pertencentes à “ala ideológica” (SCHOSSLER, 2018) do governo, termo que serve mais para encobrir a ideologia dos demais do que para explicar a função desses ministros. Os dois teriam sido indicados pelo autointitulado filósofo Olavo de Carvalho (COSTA, 2021a), demarcando a influência dessa figura no governo Bolsonaro.

Por outro lado, ocorreram manifestações das próprias universidades e das categorias estudantis e de servidores que irromperam no cenário político com grandes protestos em maio

de 2019. Quando da proposição do Future-se, as federais discutiram e se posicionaram pela rejeição ao projeto. Sobre a mobilização da comunidade interna das universidades, é importante recuperar que o surgimento da universidade no Brasil logo foi acompanhado pela emergência da luta da própria comunidade universitária para definir os rumos da instituição. A marca histórica desse processo é o surgimento da UNE, em 1937 (CUNHA, 2007). As demais entidades citadas foram fruto do processo de luta na abertura política dos anos 1980, conforme elas mesmas expressam em seus sites. Ainda no período inicial das universidades no Brasil, ao longo das décadas, vários foram os momentos históricos em que a mobilização estudantil, dos professores e dos técnicos influenciou na elaboração de políticas para as universidades. Os lastros internos têm sido, até certo ponto, decisivos na implementação de políticas no setor. Assim foi na reforma universitária de 1968, realizada pela Ditadura Militar (CUNHA, 1988). Por outro lado, a mobilização da comunidade universitária barrou tentativas de mudança da natureza jurídica das universidades nos anos 1990 (LEHER, 2015b). As transformações dos anos 2000¹ contaram com apoio, pelo menos, de parte dessas categorias (CISLAGHI, 2010; PRONKO; NEVES, 2008).

A atuação do governo Bolsonaro e as respostas elaboradas pelas representações da comunidade universitária e pelas universidades, despertam nosso interesse para o estudo dessa disputa. O aspecto fenomênico dos eventos, contudo, colocados de modo fragmentado, não nos permite o acesso ao conteúdo real das disputas em jogo, tampouco nos informa das contradições sociais aí implicadas, embora despertem questões importantes. A luta discursiva e a realidade material precária das instituições universitárias são, para nós, indícios de uma crise da universidade, que se aprofunda e que aponta para uma transformação de suas formas, que não poderão ficar inertes e alheias a esses processos.

Nesse cenário, esta pesquisa se insere na reflexão sobre a universidade brasileira frente às contradições do presente. Mais precisamente, concentramo-nos no processo de disputa do sentido de universidade que incide sobre a crise dessa instituição. Partimos para a análise e o estudo das materialidades que deram vida à política do governo Bolsonaro para a universidade brasileira. As formas comunicativas utilizadas na disputa de sentido ocultam e revelam concepções pelas quais o embate se realiza. Referimo-nos a uma disputa de sentido que transcorre no terreno das ideologias, e que tem nos processos comunicacionais dos agentes reais elementos decisivos para sua compreensão.

¹ A referência nesse ponto é a adesão da UNE aos programas dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tais como ReUni, ProUni e Fies.

Para a compreensão do desse processo, é necessário realizar a reconstrução do cenário histórico da universidade situada na formação econômico-social brasileira, expresso em ideologias e formas de organização, que dão as bases para as disputas em andamento. É preciso, portanto, reconhecer as influências das bases materiais dessa sociedade na forma da universidade desenvolvida no país, atentando para as influências do cenário político-econômico mundial, notadamente do modelo de desenvolvimento neoliberal, e de sua crise, assim como para a emergência dos movimentos de extrema direita representados pelo governo Bolsonaro. Visto que a centralidade do tema da universidade na disputa política atual não pode ser explicada apenas pelas ações e projetos do governo Bolsonaro, entendidos como raio em céu azul, pensamos em condições de possibilidade em que o *bolsonarismo* é conformado, assim como seu discurso sobre a universidade. Os elementos que organizam esse embate, em termos mais gerais, estão situados na constituição subdesenvolvida e dependente do país (MARINI, 2008; LUCE, 2018), e passam também pelos efeitos das reformas estruturantes do período neoliberal. Se o país não está na vanguarda do desenvolvimento tecnológico, tampouco a indústria e os serviços constituem-se do uso intenso de tecnologias, e a necessidade de empregar mão de obra qualificada é muito menor, o que terá efeitos na universidade, haja vista que a formação educacional e o trabalho, no mundo capitalista, possuem forte relação (ANTUNES, 2019). Efeitos que se intensificam na medida em que a economia acentua seu caráter dependente da exportação de alimentos e minérios², processo presente no cenário de crise capitalista atual.

O neoliberalismo, projeto capitalista hegemônico no mundo, surgiu tendo como postulados a liberalização financeira e o Estado mínimo, e, na prática, mostrou-se produtor de baixo crescimento econômico (DUMÈNIL; LEVY, 2014), de privatização dos serviços públicos, de ampliação das desigualdades e de outros efeitos nitidamente negativos para as classes trabalhadoras (ANDERSON, 1995). É preciso o exame o caráter de classe desse projeto e sua forma de funcionamento, inclusive nos governos de esquerda (CARCANOLHO, 2011; 2018), para compreender seus impactos a universidade (PUELLO-SOCARRÁS, 2011).

² De acordo com dados da Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços em 2021, os principais itens exportados pelo Brasil foram (em dólares): Minério de Ferro (42,2 bilhões), Soja (37,3 bilhões), Óleos brutos de petróleo (27,4 bilhões), Açúcares e Melaços (8,5 bilhões), Carne Bovina (7,4 bilhões), Farelos de Soja (7,2 bilhões), Óleos combustíveis de petróleo (6,6 bilhões), Demais produtos - Indústria de Transformação (6,4 Bilhões), Carnes de aves (6,3 bilhões), e Celulose (6,1 bilhões). Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/>. Acesso em: 21 de julho de 2022. Ao mesmo tempo, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) vem caindo desde a década de 1970, quando chegou a representar 20% da produção de riqueza, enquanto em 2018 respondeu por 11% da riqueza nacional. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/processo-de-desindustrializacao-no-brasil-se-acentua/>. Acesso em: 6 de setembro 2023.

Assim também é preciso operar com o estudo do bolsonarismo, enquanto particularidade depreendida do fenômeno global de crescimento da extrema direita e de seus discursos neofascistas, frutos dos desdobramentos anteriores, mas que trazem uma dinâmica nova para a disputa da universidade.

A partir dos elementos destacados dessa dinâmica que viemos apresentando, propomos o seguinte problema de pesquisa: *Como se conformou a disputa do sentido de Universidade no governo Bolsonaro (2019-2022)?*

Nosso objetivo geral é o de *compreender o sentido de universidade do governo Bolsonaro (2019 - 2022), tendo em vista o caráter ideológico das disputas estabelecidas entre governo e movimentos de resistência, com ênfase em processos de comunicação e nas transformações das formas organizacionais da universidade*. Entendemos que a disputa aqui tratada se desenha a partir das proposições e iniciativas do governo federal. Por uma série de motivos, é o governo que dá as cartas desse jogo. Assim, o centro do nosso interesse é o projeto do governo, suas ideologias, seus enunciados, ao passo que as ações das entidades representativas, das próprias universidades e de outras esferas, que conformam movimentos de resistência, são importantes para demarcar os limites concretos do projeto governista, bem como contribuem para a compreensão dos movimentos e dos discursos do governo.

Nossos objetivos específicos são:

- Analisar o surgimento e as transformações da universidade ao longo do tempo, em relação ao caráter dependente e autocrático da formação econômico-social brasileira, e a sua atualização neoliberal, com impactos organizacionais e ideológicos;
- Analisar o surgimento, as bases sociais e as perspectivas ideológicas do bolsonarismo;
- Analisar as políticas, discursos, em processo de comunicação, do governo Bolsonaro (2019-2022) relacionados à política universitária;
- Compreender os fundamentos ideológicos do projeto de universidade do governo Bolsonaro e suas construções discursivas;
- Compreender o papel da resistência universitária ao governo Bolsonaro no desdobramento das disputas sobre a universidade.

Compreendida a importância que a universidade assume na dinâmica cultural e científica brasileiras no seio da crise atual, torna-se imprescindível submeter tais processos de disputa à crítica científica. A investigação sobre essas determinações do processo histórico em curso busca contribuir para a compreensão das transformações e da luta pela universidade brasileira. Na disputa de sentido, ganham relevo os enunciados, as formas discursivas, cujos

sentidos só podem ser compreendidos nas relações sociais determinadas. Embora se exerça através de palavras, não se trata (apenas) de uma disputa pelas palavras, mas de uma luta social que remete à crise da universidade (brasileira, pública, federal).

O método que dirige nosso caminho para desenvolver esta pesquisa é o materialismo histórico-dialético, o marxismo. Em linhas gerais, para esse método de investigação, a realidade se conhece de modo ontológico, na busca por superar a aparência e capturar a essência dos fenômenos, que ganham concretude à medida que são enriquecidos de determinações e mediações (PAULO NETTO, 2011). No nosso caso, o conjunto de manifestações políticas e comunicacionais do governo, dos ministros, das próprias universidades e das entidades representativas conformam a *disputa do sentido de universidade*, que só pode ser compreendida de maneira densa à medida que é integrada à sua concretude histórico-social, ou seja, que é dotada das determinações e mediações provenientes da sociedade em que surge. O ser é sempre uma essência histórica, uma processualidade. Portanto, para compreender a disputa sobre a universidade brasileira na atualidade, é necessário compreender as condições históricas que conformam essa luta. Fazemos isso buscando as determinações fundantes da sociedade onde a universidade está inserida, isto é, as relações sociais de produção e os meios de produção, que são expressos pela noção de capitalismo dependente, entendidas, ainda, as atualizações do neoliberalismo sobre essa base, bem como nos desdobramentos do aparecimento do neofascista, que juntos correspondem às condições de existência dessa disputa.

Tendo em vista o papel central da comunicação na conformação da luta ideológica, o recorte empírico deste estudo se dirige a materialidades político-comunicacionais na forma de enunciados, garantindo um conjunto representativo em diversidade e qualidade do cenário em análise. Integram a nossa análise, as postagens nas contas dos ministros da Educação no Twitter; entrevistas a veículos de comunicação por eles divulgadas; audiências públicas no Congresso Nacional que tiveram a presença dos ministros; declarações do governo sobre a universidade com ampla repercussão; referências à universidade no Twitter e nas transmissões ao vivo (*lives* semanais) pelo Youtube e o Facebook do presidente Bolsonaro; notícias, notas e outros materiais divulgados pelas entidades representativas (Andes, Fasubra, UNE e ANPG³)

³ As organizações aqui citadas serão foco deste trabalho por ocasião do estudo da resistência organizada na forma de protestos e mobilizações de rua. Nosso critério para estabelecer essas organizações se deve à maior representatividade de cada uma delas no segmento que representam. A Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) é uma federação que reúne sindicatos de universidades públicas brasileiras, congregando mais de 200 mil trabalhadores (FASUBRA, s/d). O Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) é um sindicato nacional com sessões em quase todas as universidades públicas brasileiras, que possui

ao longo dos quatro anos de governo; posicionamentos das universidades federais sobre o Programa Future-se; posicionamentos da Andifes sobre temas em disputas. Além disso, realizamos o levantamento e incluímos na análise leis, decretos, portarias, notas técnicas, ofícios, ações judiciais no STF e outros materiais relevantes (o detalhamento desses materiais está na seção 6.1).

A metodologia para organização empírica parte de uma perspectiva sobre ideologia e pensa os enunciados como dialógicos (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006), inseridos em uma corrente de comunicação ininterrupta, como respostas ao que veio antes e que projetam os embates futuro. Assim, os discursos estão situados num contexto que envolve a situação de seu aparecimento, o conjunto da disputa em andamento e as ideologias implicadas nesse processo.

Situamos nosso trabalho no âmbito da comunicação organizacional, enquanto “processo de construção e disputa de sentido no âmbito das relações organizacionais” (BALDISSERA, 2008, p. 169), que, no nosso caso, são organizações em disputa de caráter eminentemente político, que diz respeito aos rumos da universidade, que também sofre transformações enquanto organização. A disputa de sentido é uma luta que ocorre no terreno das ideologias e, além de dizer respeito à forma organizativa da universidade, é concretamente realizada por organizações políticas (ou enquanto políticas) através de processos comunicativos e discursivos, com repercussões materiais que ultrapassam o plano ideal, além de ações orçamentárias, legislativas e normativas e de repressão, entre outras.

Destacamos que o tema aqui proposto, a disputa de sentido de universidade, não foi tratado no âmbito das pesquisas em Comunicação, de acordo com levantamento que fizemos no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no repositório da Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Entretanto, embora especificamente o tema não tenha sido objeto de estudo, têm surgido trabalhos que problematizam a figura pública e o governo de Jair Bolsonaro por diferentes aspectos, destacando elementos comunicacionais, contribuindo para a elucidação do fenômeno.

Este trabalho está dividido em 12 capítulos, iniciando por esta introdução. Após esta introdução, no capítulo 2, atentamo-nos às bases teórico-metodológicas da pesquisa a partir da noção de ideologia, fundamentalmente como elaborada no materialismo histórico. Realizamos uma revisão desse conceito, articulando autores marxistas, em caminho que parte de Marx e

aproximadamente 70 mil filhados (ANDES, s/d). A ANPG (Associação Nacional dos Estudantes de Pós-Graduação) é a entidade nacional representativa desse segmento estudantil (ANPG, s/d); assim como a UNE (União Nacional dos Estudantes) representa os estudantes de graduação (UNE, s/d).

Engels (2007) e chega a Lukács (2013). Aqui, emerge como decisiva a noção ontológica de ideologia como formas de consciência voltadas à resolução de conflitos sociais. Além disso, efetuamos uma aproximação da ontologia de Lukács com as construções teóricas de Bakhtin/Voloshinov (2006) no que tange à linguagem como *médium* de comunicação, dada a nossa necessidade de estudar os enunciados como elementos decisivos para os objetivos deste trabalho; o fundamento comunicacional da linguagem e a estreita relação do sentido com as disputas sociais são um ponto teórico central para este trabalho, estando imbricados no tema de ideologia.

Dando prosseguimento aos capítulos e seguindo nossa perspectiva sob o método materialista, buscamos compreender as bases materiais (portanto, históricas) sobre as quais nosso objeto se desenvolve, e que conformam suas condições de possibilidade. Assim, o capítulo 3 situa a universidade na formação econômico-social brasileira, com aporte da teoria marxista da dependência, e nos desdobramentos da autocracia burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976). Nesse ponto, recorreremos aos clássicos do pensamento social brasileiro que pensaram a universidade para a nossa formação social: Darcy Ribeiro (1969) e Florestan Fernandes (2020; 2010), buscando recursos para a crítica da universidade e para perspectivar as suas possibilidades e potencialidades. Discutimos as linhas gerais da contrarreforma de 1968 e as lutas na Constituição de 1988, que conformam ideológica e materialmente a universidade até os dias de hoje.

No capítulo 4, tratamos do neoliberalismo e sua influência na universidade. Debates a constituição desse projeto de classe em escala global e a formação do consenso neoliberal no Brasil (FONSECA, 2005), bem como as principais formulações e suas transformações que preservam seu caráter de classe (PUELLO-SOCARRÁS, 2008). Refletimos, então, sobre o impacto na universidade de algumas ideologias importantes como a do capital humano (FRIGOTTO, 2015), a universidade empreendedora (PUELLO-SOCARRÁS, 2011) e o modelo da hélice tripla (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017), bem como a influência do Banco Mundial na transposição dessas políticas para o Brasil.

O contexto de crise política e econômica que levou ao impeachment de Dilma Rousseff também permitiu o surgimento do *bolsonarismo* e a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 (BOITO JUNIOR, 2020; 2021; CALIL, 2020; 2021). A caracterização do *bolsonarismo* como movimento de matiz neofascista ocorre na esteira de um amplo debate que envolve o estudo da chamada nova direita brasileira. No capítulo 5, refletimos sobre o aparecimento do movimento de extrema direita e as matrizes ideológicas que estão em sua base. Nesse ponto, reconhecemos como centrais as formulações críticas ao que chamam de “marxismo cultural”

(PUGLIA, 2018; CHALOUB; PERLATTO, 2023), representadas por Olavo de Carvalho, que consideramos como filosofia do bolsonarismo.

Apartir do capítulo 6 apresentamos nosso trabalho empírico de sistematização e interpretação da incidência ideológica do governo Bolsonaro (2019-2022) na universidade, sempre considerando as iniciativas discursivas, legislativas, repressivas do governo e ações dos movimentos de resistência, de modo a compor lutas concretas entre agentes reais. O capítulo traz a exposição dos procedimentos metodológicos que utilizamos, bem como do detalhamento dos materiais empíricos e sua sistematização. No capítulo 7, a partir de uma visão totalizante sobre o conjunto de elementos, temos como linha interpretativa que o plano de governo de Bolsonaro desdobrou-se em um plano de ataque às universidades públicas federais. O ataque parte da conformação ideológica da universidade como um inimigo a partir de fundamentos ideológicos que representam uma “tomada de consciência” da burguesia reacionária brasileira no contexto de crise, relacionada ao “dependentismo”, o neoliberalismo e o neofascismo, perspectivas que apresentamos definições.

As políticas de ataque à universidade se desdobram numa gestão orçamentária de redução e cortes, que inviabiliza o funcionamento das instituições de modo pleno. As questões de disputa orçamentária, que incluem as mobilizações do “Tsunami da Educação” de 2019, estão no capítulo 8, que também é composto por análises sobre o impulso ao capital privado na educação e o ensino a distância, bem como uma breve análise das políticas de pós-graduação e pesquisa. O projeto Future-se, debatido no capítulo 9, surge como uma saída neoliberal-privatizante e heterônoma para a universidade.

Outra via de atuação do governo foi a política de intervenção nas universidades federais através da nomeação de reitores que não foram escolhidos pelas comunidades locais, tema do capítulo 10. No capítulo 11, debatemos, por um lado, a ocorrência de séries de atos de perseguição acadêmica, que envolveram manifestações de ódio, ameaças e outros tipos de cerceamento da atividade universitária, a partir da atuação ou contando com a omissão dos ministros e, por outro, as políticas universitárias relacionadas ao advento da pandemia de Covid-19, que dizem respeito às aulas remotas implementadas pelas universidades, enquanto o governo pressionava por medidas que iam no sentido de uma aceleração da contaminação coletiva (imunidade de rebanho), sua política geral de gestão da pandemia.

Todas essas linha políticas mobilizadas nos capítulos desta tese foram ancoradas em inserções públicas dos ministros baseadas em ideologias delineadas ao longo deste trabalho e que buscamos sintetizar no capítulo das considerações finais (capítulo 12). Do ponto de vista da comunicação verbal na estratégia do governo para o tema da universidade, observamos que

ela esteve associada às linhas gerais de orientação ideológica do governo, os ministros e Bolsonaro lançaram mão de reiteradas formações discursivas que davam corpo às perspectivas neoliberais, neofascista e “dependentistas” para lidar com os conflitos da universidade.

A este ponto, antes avançar, gostaríamos de alertar nossos leitores para o envolvimento que temos com o tema deste trabalho e o nosso compromisso com a defesa da universidade pública. Nossa proposta inicial dizia respeito ao estudo das lutas pela democratização da universidade, a partir dos movimentos em defesa das ações afirmativas e sua produção comunicacional. As ações afirmativas e o impacto organizacional do ingresso de estudantes negros e de camadas populares no ensino superior público nos parecia o processo mais relevante pelo qual as universidades federais haviam atravessado em muitos anos.

Sem desconsiderar a importância disso, o aprofundamento do estudo no tema da universidade e os desdobramentos da política bolsonarista no governo federal nos levaram a pensar uma proposta de pesquisa mais ampla e que tomasse em conta a totalidade do projeto de universidade atualmente existente no país, suas grandezas, seus desafios e suas deficiências. Pessoalmente, participei da organização e da mobilização das jornadas da educação em 2019, em Porto Alegre, quando estava na coordenação do sindicato dos servidores técnico-administrativos em educação da UFRGS, UFSCPA e IFRS (Assufrgs), em conjunto com estudantes, docentes e uma ampla gama de organizações. Construímos na UFRGS a resposta que recusava o programa Future-se, bem como várias outras manifestações, articulações, atos e notas que se tornaram necessárias nesse período de governo Bolsonaro para defender a universidade. Esse envolvimento, bem como a atuação como jornalista da universidade, impulsionou-me a refletir sobre que transformações estavam ocorrendo que condicionavam os fatos que vivenciávamos. A busca por teorias que ajudassem a compreender a realidade nos levou a esta investigação.

A defesa da universidade não quer dizer, contudo, anuir com suas debilidades e consentir com o papel que desempenha para as classes populares brasileiras, essas que são consumidas no que Darcy Ribeiro chamou de moinho de moer gente, que retrata este país. Diante da ameaça fascista, produzir uma crítica da universidade pode parecer alimentar a serpente. Pensamos exatamente o contrário, pois a crítica radical é condição para que se possa produzir um caminho de superação de suas fragilidades estruturais. A crítica da universidade se situa no conjunto da reflexão sobre as forças que constituem o Brasil e tem o papel de

contribuir para a transformação da sociedade brasileira, a superação da dependência e das relações que se perpetuam nesse modelo.

A questão da universidade é peça indispensável para a independência nacional, ao mesmo tempo em que não tem qualquer vitalidade se pensada fora de amplos processos de luta, congregando o conjunto das necessidades do povo brasileiro. Dessa forma, o objetivo político que este trabalho é o de contribuir, de alguma maneira, para o reconhecimento dessas contradições e a busca de suas superações. A nosso ver, compreender a disputa da universidade no governo Bolsonaro pode ser uma chave importante para aprimorar a percepção de que nossos problemas não se restringem a essa investida neofascista, embora ela esteja na ordem do dia e seu trato seja indispensável.

2 IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Este capítulo configura-se como base teórico-metodológica do nosso trabalho e tem como objetivo fundamentar nossa proposta de estudo da disputa do sentido de universidade. Tomar o objeto como “disputa do sentido” já indica uma visada específica e traz implicações importantes. Ao assumirmos o método e a perspectiva do materialismo histórico estamos reconhecendo a validade de algumas teses fundamentais, particularmente, a articulação dialética da base material com as representações ideais, ao mesmo tempo em que afirmamos a práxis humana como prática consciente (material e espiritual em um só tempo) (MARX; ENGELS, 2007). Em um contexto de crise da universidade brasileira, acentuam-se conflitos entre diferentes interesses, (no fundo, de diferentes classes sociais), que buscam influir nas mudanças na forma de organização da universidade. Trata-se de uma disputa ideológica, em que formas de elaboração ideal surgem para tornar a práxis consciente e capaz de agir para mudar a situação.

Nas disputas ideológicas, comunicação e política estão imbricadas; depreendem-se dos interesses e objetivos dos sujeitos em luta. Nossa perspectiva metodológica considera a proposição de Souza (2016), que afirma a necessidade de as teorias da comunicação incorporarem o legado marxista como uma visão da totalidade social, sem a qual é impossível considerar adequadamente os sujeitos comunicantes. Esse autor argumenta que “A perda da totalidade nas pesquisas comunicacionais expressa uma dose de miopia frente ao sentido dos processos históricos e sociais que são parte da realidade dos sujeitos comunicantes” (SOUZA, 2016, p. 83). Essa assertiva está em consonância com a proposta deste estudo de considerar os discursos e outras manifestações integrantes da disputa sobre a universidade não como fragmentos isolados, mas como parte de um conjunto totalizante de iniciativas do governo e dos movimentos de resistência, alicerçado em bases sociais e históricas.

Ao reivindicar a perspectiva ontológica de Lukács para as pesquisas da relação comunicação e trabalho, Figaro (2018, p. 178) a entende como “uma perspectiva crítica que questiona a limitação do fenômeno comunicacional ao estudo das mídias”, bem como ultrapassa a relação emissor-receptor. A proposta teórico-metodológica desdobrada aponta que o estudo da comunicação deve buscar compreender “as relações sociais na materialidade concreta do contexto do desenvolvimento histórico e de produção da vida em sociedade para, desse modo, apreender as contradições e entendê-la [...] no processo histórico das disputas e

das lutas entre as classes sociais.” (FIGARO, 2018, p. 178). Esse é o sentido que buscamos ao analisar as disputas ideológicas sobre a universidade em processos comunicacionais, procurando trazer a relevo os distintos interesses em jogo nas mudanças propostas.

Nossa posição em relação à abordagem do objeto em tela, a disputa de sentido de universidade, toma a comunicação como constituinte do processo social amplo, no interior do qual ocorrem as disputas e onde elas fazem sentido. Temos, dessa forma, que a disputa do sentido abarca os sentidos em disputa. Ao buscar compreender o sentido de universidade, nos referimos a sua concretude real, à compreensão de o que está em jogo do ponto de vista da totalidade social, em que os sentidos em disputa são gerados, em processos comunicacionais, que dizem respeito a contextos organizacionais, e que visam a conformar a forma organizativa da universidade. Dessa forma, este trabalho se insere no campo de estudo da comunicação organizacional, a partir de Baldissera (2009), que propõe pensar o processo comunicacional no âmbito das organizações de modo amplo: “[...] assim como existem intenções no polo da produção e proposição também existem intenções nos interlocutores.” (Ibid., p. 118). A comunicação organizacional é, portanto, entendida como “processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (BALDISSERA, 2008, p. 169). Na construção teórica desenvolvida por Baldissera (2008; 2009), a comunicação organizacional se desdobra em três dimensões: *organização falada*; *organização comunicada*; e *organização comunicante*. A *organização comunicada* expressa os processos formais da comunicação nas organizações, eles buscam “visibilidade objetivando retornos de imagem-conceito, legitimidade, capital simbólico (e reconhecimento, vendas, lucros, votos etc.). Portanto, a ideia de *organização comunicada* compreende os processos de comunicação autorizada” (BALDISSERA, 2009, p. 118), ao passo que a dimensão da *organização comunicante* ultrapassa e abrange a *comunicada*, reconhecendo a importância da informalidade. Essa dimensão “atenta-se para todo processo comunicacional que se atualiza quando, de alguma forma e em algum nível, qualquer sujeito (pessoa, público) estabelecer relação com a organização” (Ibid., p. 118). Por sua vez, a dimensão da *organização falada* se refere a materializações comunicacionais que digam respeito à organização (referem-se a ela), mas de maneira indireta (fora de seus territórios específicos, estruturas físicas e digitais). Dessa forma, à medida que determinado enunciado se insere na disputa em questão, em processo comunicacional, ele ganha uma relevância organizacional. No processo que analisamos, as três dimensões são acionadas de modo combinado.

A importância do tema da ideologia nos estudos de comunicação é apontada por autores como Thompson e Hall. Partindo de um ponto de vista teórico diferente ao deste

trabalho, Hall (2016) apresenta questões centrais para pensar a comunicação como campo de estudos, justamente, trabalhando com o tema da ideologia. A ideia de uma disciplina autossuficiente da comunicação é descartada, compreendendo-a como “teoria regional”, ligada de maneira definitiva às “teorias sociais gerais sobre a formação social como um todo, pois é nesse contexto que se deve teorizar o lugar da comunicação no mundo social moderno” (HALL, 2016, p. 36). Hall afirma que o sentido é inscrito nas relações e estruturas sociais e, portanto, “não pode ser conceituado fora do campo de disputa das relações de poder” e, dessa forma, “não há absolutamente nenhum modo pelo qual a teoria e a pesquisa de comunicação consigam evitar a questão ideológica” (Ibid., p. 42). Assim, as teorias da comunicação teriam que considerar “os encadeamentos pelas quais esses efeitos [os do ideológico] são ou podem ser assegurados” (Ibid., p. 43). Thompson (2011), por sua vez, procura elaborar uma teoria da ideologia como base para a compreensão do papel de mediação dos meios de comunicação na sociedade moderna. Diante da ambiguidade histórica do termo ideologia, Thompson identifica movimentos nas ciências sociais na abordagem da ideologia que procuram domar o termo a partir de uma concepção neutra (sistema de ideias) ou encaminhar o seu simples abandono. “Mas, diferentemente da primeira resposta, argumento que o conceito não pode ser tão facilmente despojado de seu sentido negativo, crítico” (THOMPSON, 2011, p. 15). Para Thompson, o estudo da ideologia exige que se pergunte “se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas” (Ibid., p. 16).

Apresentamos, a seguir, a seção dedicada à revisão do conceito de ideologia, enfocando diferentes concepções marxistas do termo e detalhando o conceito *lukacsiano* de ideologia, teorizada em *Para uma Ontologia do Ser Social II*, o qual tomaremos como referência para a sequência do trabalho. Destacamos, na segunda seção, a perspectiva ontológica de linguagem em Lukács (2013), enquanto *medium* da comunicação, aproximando o contributo deste autor à filosofia da linguagem de Bakhtin/Voloshinov (2006), da qual retemos a noção de corrente de comunicação ininterrupta, em que se inscrevem os enunciados, de modo a conformar nosso estudo na relação ideologia-linguagem-comunicação. Por fim, detalhamos noções e conceitos de Voloshinov e de Pêcheux (1995) que expressam a disputa do sentido nas palavras, em perspectiva dialógica, que remete à disputa social.

2.1 A categoria da ideologia no marxismo: uma noção polissêmica

O método do materialismo histórico consiste, de acordo com Marx e Engels (2007), na análise do processo real de produção da vida, tomando como ponto de partida a produção material e a forma de intercâmbio que desenvolve. Essas relações de produção compõem a sociedade civil e constituem o “fundamento de toda a história”, sendo o Estado uma forma de apresentação das relações da sociedade civil. Essa é a fonte das formas de consciência (ideologias) como a religião, a filosofia e a moral. Entre os fundamentos teóricos que se desdobram dessa filosofia, aparece a primazia das relações materiais sobre as ideias. Como expõem Marx e Engels (2007, p. 43), o materialismo histórico visa à história real, em que a práxis material explica as formações ideais. A dominação de classe engloba a regulação das ideias, pois os indivíduos da classe dominante também dominam os meios de regulação da produção e distribuição das ideias (MARX; ENGELS, 2007 p. 47). Embora apareça como representação da soma das vontades individuais, o Estado é a expressão prático-idealista da dominação de uma classe sobre as demais. Consideramos classe dominante a que é materialmente dominante na sociedade, que estabelece as condições sob as quais as forças de produção podem ser utilizadas, sendo a luta revolucionária dirigida contra a classe que domina as forças produtivas (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

A investigação científica da realidade deve ocorrer, segundo Marx e Engels, de modo contrário ao da filosofia idealista alemã que “desce do céu à terra” (do plano das ideias para a realidade concreta), compreendendo “o céu” a partir da terra, “Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso” (Ibid., p. 94). A investigação científica, portanto, só poderia compreender o real da condição humana se olhasse primeiro para as práticas sociais reais, abstraindo-se do juízo que os próprios homens fazem das mesmas. Porém, esse juízo, essa representação da realidade, ela mesma também compõe a realidade objetiva, não sendo mero adereço descartável ou aleatório. Ao tomar como ponto de partida os homens realmente existentes e seu processo de vida real, demonstra-se também “o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais” (Ibid., p. 94). Nessas construções teóricas fica explícito o caráter dialético do materialismo de Marx e Engels, não se confundindo com interpretações vulgarizantes que não tomam o conteúdo ideal como parte do real, ainda que seja falso.

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Os limites do materialismo simples, “contemplativo”, estão expressos nas conhecidas teses de Marx sobre Feuerbach, em que afirma, na tese nove: “O máximo a que chega o materialismo contemplativo, isto é, o materialismo que não concebe o sensível [a sensibilidade⁴] como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos singulares e da sociedade burguesa” (MARX, 2007, p. 535). Uma das conclusões que se pode retirar desse trecho é que, para o autor, a sensibilidade é uma atividade prática da “sociedade humana” e não de um indivíduo isolado da “sociedade burguesa”. Os intérpretes do materialismo “contemplativo” não têm em conta que também sua percepção é resultado de um processo histórico-social. A diferença dos pontos de vista está na tese 10: “O ponto de vista do materialismo antigo é a sociedade civil; o ponto de vista do novo é a sociedade humana ou a humanidade social” (MARX, 2007, p. 535). No conjunto das teses, em que a mais relevante e difundida é a tese 11 sobre a filosofia da práxis de transformação do mundo, compreendemos que Marx critica o materialismo de Feuerbach por descolar as abstrações da realidade material em que elas se formam, como se fossem produtos de indivíduos isolados. O materialismo que descarta o campo “espiritual”, que o dissolve em um “fundamento mundano”, não percebe que o próprio fundamento mundano é que constrói para si “o reino das nuvens”. Por conseguinte, esse materialismo relega ao idealismo (corrente filosófica oposta) a apreensão do lado “ativo”, que é desenvolvido, abstratamente, pelo idealista, “que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal.” (Ibid., p. 534).

A definição de ideologia por Marx e Engels aparece na mesma obra em que criticam a filosofia idealista e o materialismo contemplativo. Boa parte das interpretações marxistas sobre ideologia toma como reflexão inicial a famosa citação de *A ideologia alemã*⁵ em que Marx e Engels utilizam o símile da câmara escura para explicar o fenômeno. Vejamos:

⁴ Conforme Marques (2012), a melhor tradução para “Sinnlichkeit” utilizado por Marx seria sensibilidade.

⁵ Iasi (2015) aponta que, no debate intelectual, Marx utilizava expressões correntes, retificando-as, redefinindo-as para que se adaptassem à perspectiva do materialismo histórico-dialético. Não há propriamente uma continuidade entre o uso do termo antes de Marx e em Marx. *A Ideologia alemã* (2007 [1845-6]) foi escrita em conjunto com Engels e não foi publicada naquele contexto, tendo sido abandonada “à crítica roedora dos ratos” (MARX, 2008, p. 49), veio à luz apenas em 1932, já na União Soviética (IASI, 2015). Muitos dos desenvolvimentos posteriores do conceito na tradição marxista, ou nos marxismos, foram levados a cabo sem considerar o livro especificamente, o que terá repercussões nos debates.

A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

Toda ideologia seria, portanto, uma representação invertida do mundo. Entendemos que, nessa citação, os autores estão expressando a ideologia como uma distorção no plano da relação dos homens com as representações que produzem, que se tornam ideologia na medida em que aparecem como que tendo vida própria, determinando os homens reais que as criaram.

Mais tarde, no prefácio de 1859 à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (2008), quando expõe de modo resumido as conclusões a que chegou em seus estudos, volta a expressar-se sobre a ideologia. Nesse ponto, o filósofo afirma que “Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Ibid., p. 47), pois, para a produção social da sua própria existência, os homens, de maneira independente de sua vontade, entram em relações determinadas, as quais correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas materiais. “A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Ibid., p. 47). Dessa relação estabelecida em termos de base e superestrutura, decorrem as formas ideológicas que correspondem às “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas” (MARX, 2008, p. 48). O contexto imediato dessa definição está na descrição que o autor faz das transformações da sociedade como decorrentes da disjunção entre forças produtivas materiais e as relações de produção. É sob as formas ideológicas que “os homens adquirem consciência desse conflito e os levam até o fim” (MARX, 2008, p. 48). A consideração de ideologia como modo de aquisição de consciência e de luta, expressa nesta citação, vai se consolidar como o sentido mais amplo de ideologia na tradição marxista, e será retomado por Lukács, como veremos mais adiante. Há uma mudança em relação à percepção de ideologia como falsa consciência que é reconhecida no trecho citado de *A ideologia alemã*.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels analisam as filosofias dos *jovens hegelianos*, em face ao desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha naquele momento histórico (1845-6), que antecede a derrota da revolução em 1848. Os autores observam pelas perspectivas teóricas que examinam que os filósofos do período estão com a visão obliterada de certos aspectos da sociedade alemã, particularmente, sobre o atraso do desenvolvimento do processo econômico capitalista, quando comparado com outros países europeus,

principalmente a França e a Inglaterra. A partir dessa constatação, Marx e Engels apontam o idealismo de seus oponentes teóricos, que caracterizaria uma ideologia particular, a ideologia alemã. No referido livro, segundo Iasi (2015), ideologia é empregada num sentido que se costuma tratar como *restrito*, o sentido de “falsa consciência”, que limita o conhecimento científico da realidade.

Na visão de Thompson (1995), Marx atribui vários significados ao termo, ao longo de sua obra. Em *A Ideologia Alemã*, Thompson identifica o sentido concebido por Napoleão ao criticar os *ideólogos*, para se dirigir aos “jovens hegelianos”. Ideologia, nesse texto, segundo Thompson (1995), *denota algo errôneo*. As concepções dos hegelianos seriam “ideológicas”, pois destacariam excessivamente o valor e o papel das ideias na vida social, seu conteúdo idealista os impediria de ver a própria posição que ocupam na sociedade de classes, e que tal posição resultava de um desenvolvimento histórico. Eles, portanto, ainda segundo a leitura de Thompson (Ibid.), não conseguem ver a conexão entre suas ideias e as condições sócio-históricas da Alemanha.

A utilização do termo ideologia pelos filósofos do materialismo histórico remonta à circulação dessa noção nos debates políticos e intelectuais na Europa da primeira metade do Século 19. O termo ideologia foi utilizado pela primeira vez, na era moderna, por Destutt de Tracy, um estudioso francês que, em 1801, o propôs para designar uma disciplina que estava criando e que seria uma “ciência das ideias” (THOMPSON, 1995; IASI, 2015; EAGLENTON, 1997). De Tracy pertencia a uma corrente inimiga aos seguidores do imperador francês Napoleão Bonaparte, que não demoraram muito a denominar os intelectuais que circundavam de Tracy como “ideólogos”, uma vez que trabalhavam com abstrações, sem se ater a problemas práticos. Na perspectiva de seus detratores, uma ciência das ideias não contribuiria para o aumento da produção de itens necessários, como pães (THOMPSON, 1995; IASI, 2015). Thompson (1995) aponta que já nesse início do debate sobre ideologia, dois sentidos são associados à palavra: o de ciência das ideias; e de pessoas que vivem no mundo das ideias, *ideólogos* (THOMPSON, 1995).

Após Marx, muitos estudiosos dedicaram-se ao tema da ideologia. Thompson aponta que nesses estudos predominou a neutralização do sentido negativo do termo. A neutralização foi resultado de uma generalização implícita da concepção epifenomênica. Esse sentido neutro é percebido, por exemplo, na posição de Lênin de que deveria ser criada uma “ideologia socialista” (THOMPSON, 1995).

A revisão do significado de ideologia proposta por Raymond Williams (1979) apresenta três diferentes sentidos atribuídos à ideologia na tradição marxista: 1) um sistema de

crenças característico de uma classe ou grupo; 2) um sistema de crenças ilusórias – ideias falsas ou consciência falsa – que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico; e 3) processo geral da produção de significados e ideias. Em geral, 1 e 2 são fundidos em variantes marxistas, pois “numa sociedade de classe, todas as crenças são fundamentadas em posição de classe [na medida em que são concebidas em função de uma realidade material], de todas as classes precedentes, exceto o proletariado, cuja formação é o projeto de abolição da sociedade de classes” (Ibid.). As ideologias, para essas correntes, são, portanto, em parte ou totalmente, falsas, ilusórias. No terceiro sentido, o “processo ideológico é, então, considerado como geral e universal e a ideologia é ou esse processo em si ou a área de seu estudo. Posições associadas aos sentidos 1 e 2 têm então influência nos estudos ideológicos marxistas” (Ibid. p. 60-61).

Williams (1979) se propõe a devolver o termo e suas variações às questões dentre as quais ele se formou e se desenvolveu historicamente. Para o autor, a utilização do vocábulo ideologia é imprópria, o que faz com se perca o avanço de Karl Marx ao identificar um deslocamento entre ideias e realidade material, em que dá “ênfase na consciência como inseparável da vida consciente; e dá à existência consciente como inseparável dos processos sociais materiais” (Ibid., p. 64). William (1979) destaca que “A consciência é vista do início como parte do processo social material humano, e seus produtos em ‘ideias’ são parte desse processo, tanto quanto os próprios produtos materiais” (Ibid., p .64).

Outro filósofo marxista que trabalhou com o conceito de ideologia foi Antonio Gramsci, que desenvolve essa noção em conjunto à de bloco histórico. O italiano entendia como ideologia a superestrutura necessária a determinada estrutura: “na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm essa validade que é validade psicológica: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1989, p. 62). Assim, os homens tomariam “conhecimento dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, que deve ser considerado como uma afirmação de valor agnoseológico” (Ibid., p. 52). A estrutura e a superestrutura (ideologia) formariam um bloco histórico, “isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Ibid., p. 52).

Mas ideologia só designa essas filosofias que, por um lado, são reflexos das relações de produção e, ao mesmo tempo, são filosofias que produzem práticas, em que há premissas teóricas implícitas. “Que é uma ‘ideologia’?”, pergunta Gramsci, ao que responde: “poderemos dizer, desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais amplo de uma

concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais, ou coletivas” (GRAMSCI, 1989, p. 16). O bloco histórico (estrutura e superestrutura correspondente) não é um conjunto homogêneo *a priori*. Essa espécie de sincronia entre a forma simbólica e a prática real só é atingida quando o corpo intelectual orgânico da classe consegue manter-se em unidade de pensamento com os demais integrantes da classe.

Ao tratar do conceito de ideologia, Lukács reconhece o avanço realizado por Gramsci, que identifica e articula o duplo significado do termo. Para Lukács, porém, não é correto contrastar a superestrutura necessária com as representações de homens singulares, arbitrariamente formadas. O filósofo húngaro vê como correta a compreensão marxista que concebe ideologia como superestrutura que se depreende da estrutura, porém é contra o sentido pejorativo como formação arbitrária do pensamento de pessoas singulares.

2.2 O duplo sentido de ideologia na ontologia de Lukács: a solução de conflitos sociais e a vida cotidiana

O filósofo marxista György Lukács, especialmente nos seus últimos trabalhos, procura renovar e desenvolver o marxismo a partir da elaboração sobre os pressupostos presentes nas construções teóricas de Marx e Engels. Logo no início da sua obra *Para uma ontologia do ser social II*, Lukács (2013, p. 41) aponta como categorias decisivas o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, em “inextrincável imbricação [...] Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendidas se for considerada isoladamente”. O trabalho é tomado como ponto de partida, pois as demais categorias têm um caráter puramente social, “suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído” (Ibid., p. 44). O trabalho – a relação metabólica do homem (sociedade) com a natureza – contudo, e somente ele, “tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica [...] como orgânica” (Ibid., p. 44), dessa forma ele assinala a transição do ser biológico ao ser social. Assim, o trabalho como pôr teleológico⁶ é elementar dos discursos cotidianos às elaborações da economia e da filosofia (LUKÁCS, 2013, p. 47).

⁶ Ter a atividade humana consciente como orientada para um fim, teleológico, não implica em Lukács, que o resultado esperado ocorra, pois sempre atuará nele a causalidade. De acordo com Lukács (2013, p. 51), Marx nega a existência de qualquer teleologia fora da práxis humana: “para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material”. Causalidade e teleologia permanecem opostas e

O homem distingue-se dos demais animais justamente por essa relação, que é geradora de novas necessidades em processo de crescente complexificação. A definição ontológica de ideologia reconhece dois tipos de pores teleológicos (ações com finalidades): os primários, direcionados à natureza (trabalho *stricto sensu*) e os secundários, direcionados a influenciar outros homens a produzirem outros pores teleológicos. O fato de serem chamados de secundários, conforme Costa (2006), não implica que sejam menos importantes, pois são essenciais para a reprodução humana, seu objetivo fim “é o homem, suas relações, suas ideias, seus sentimentos, sua vontade, suas aptidões” (COSTA, 2006, p. 4). Pontes (2016) reforça esse entendimento sobre a categoria da ideologia em Lukács, apontando que a ideologia cumpre papel central nos pores secundários, no convencimento de outros a realizarem determinado pôr. “A ideologia é a modalidade central desse processo de convencimento no âmbito coletivo.” (PONTES, 2016, p. 2).

No tema da ideologia, Lukács (2013) reconhece fundamentalmente dois sentidos, em vários aspectos, discordando do marxismo que vigorara até então. O primeiro dos sentidos, o qual define como “restrito”, é assim conceituado: “A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir.” (LUKÁCS, 201, p. 465). O segundo sentido, considerado pelo autor como “amplo”, diz respeito a construções ideais que atuam como *forças constitutivas do cotidiano*. Assevera Lukács que “o homem age numa determinada situação concreta da realidade, cuja mudança ele torna e tem de tornar o fim da sua atividade” (LUKÁCS, 2013, p. 466), sendo que por “mudança” também se entende a defesa da manutenção do *status quo*.

Em Lukács (2013), uma ideia, por si só, produto do pensamento de um indivíduo, não pode ser considerada ideologia, ainda que seja difundida socialmente. O critério utilizado pelo autor é a função determinada das ideologias, o qual retira da passagem de Marx (2008 p. 48) já mencionada: “as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, nas quais os homens se conscientizam desse conflito e o enfrentam até solucioná-lo”. Por outro lado, Lukács aponta a necessidade de “aplicar a essência da determinação marxiana também ao cotidiano de cada uma das formações e identificar as formas ideológicas como meios, com o auxílio dos quais podem ser tornados conscientes e tratados também os problemas que preenchem esse cotidiano.” (Ibid., p. 465).

coexistentes, “mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ser atingida a sua essência, também se torna posta”. (Ibid., p. 52).

Na divisão do trabalho, naturalmente, emergem conflitos, por exemplo, do indivíduo com o restante do grupo com quem convive. Diante da existência do conflito, “surtem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 465). Assim, toda ideologia, na sua gênese, possui uma origem num contexto social específico, cujas marcas podem ou não desaparecer. É na luta para resolver os conflitos que surge o significado pejorativo de ideologia.

a questão a ser decidida por eles [os conflitos] sempre será um “o que fazer?” social, e decisivo para a sua confrontação fática é o conteúdo social do “o que fazer?”; os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social permanecem meios cujo método, cuja constituição etc. sempre depende do *hic et nunc* social do tipo da luta, do tipo de “o que fazer?” contido nele.”[...] “[o ‘o que fazer?’ social] Trata-se, com efeito, do momento predominante de um complexo dinâmico, ainda assim só de um dos seus momentos, e este só pode ser compreendido dentro do seu funcionamento na própria totalidade do complexo. (LUKÁCS, 2013, p. 466).

Ao tomar a ideologia em perspectiva ontológica, Lukács explica a relação da ideologia com a ciência (e a falsidade), refutando a maioria dos usos pejorativos de ideologia, vinculados à sua denúncia como denotando algo falso, contraposta à ciência. A inadequação da relação ciência e ideologia como expressão de estatutos opostos e excludentes uma à outra pode camuflar a mutação da ciência em ideologia e a da ideologia em ciência. “A história do conhecimento e das idéias em geral indica, não apenas que existe uma articulação permanente entre as teorias científicas e ideologia, mas, também, que uma se transforma constantemente na outra.” (GENRO FILHO, 1986, s.p). Genro Filho (1986) enfatiza o papel dos sujeitos na compreensão das ideologias dominantes, pois a ideologia implica uma tomada de posição do sujeito consciente frente à realidade histórica do mundo, uma postura ativa, que nega a atual realidade ou que a afirma. Dessa forma, são inadequadas as posições que consideraram a ideologia um resíduo, como fazem os filósofos e epistemólogos burgueses (Ibid.), assim como as posições althusserianas, que a veem como “um epifenômeno da ciência [...] seja fazendo sua apologia [...], seja denunciando-a como inimiga do saber objetivo e científico.” (GENRO FILHO, 1986, s.p).

Por essa perspectiva, não se pode encontrar o fundamento da ideologia na premissa gnosiológica, que contrasta ideologia (falsidade) ao conhecimento (verdade). “Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 467). Essa conversão em ideologia ocorre quando o conteúdo ideal se torna “veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam

estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.” (Ibid., p. 467). Nesse sentido, há uma unidade entre o ser da ideologia e sua função. Para teorizar sobre esse ponto, Lukács (2013) retoma a dupla função da totalidade social (que também é a totalidade dos indivíduos), pois é esta, em seu grau de desenvolvimento, que desencadeia as reações nos homens que podem virar ideologias. Os homens tornam-se conscientes e, com a ajuda das ideologias, “travem os seus conflitos sociais, cujos fundamentos últimos devem ser procurados no desenvolvimento econômico” (LUKÁCS, 2013, p. 471). Na compreensão dessa função que o autor define como “mais restrita” está também a chave para a compreensão da ideologia de modo “mais amplo”. Os conflitos sociais aparecem como conflitos entre indivíduos e/ou grupos e, em nível imediato, são articulados pelos interesses singulares. “Nesse tocante, está bem claro que esses grupos, nos casos dados, surgem do fato de que os interesses vitais dos homens singulares que os compõem são os mesmos ou são fortemente convergentes e se mostram antagônicos aos interesses vitais de outros grupos” (Ibid., p. 471). O surgimento da ideologia, portanto, ocorre nesse convencimento de membros de grupos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses da sociedade como um todo. A imposição desse interesse particular como interesse geral, do ponto de vista estritamente da ideologia, pode ocorrer tanto pelo convencimento quanto pela violência, pode se tratar de algo correspondente aos fatos ou não, ser sincera ou hipócrita. “Esses pontos de vista são de importância decisiva para a apreciação histórico-social concreta das ideologias singulares, mas não constituem uma característica determinante da ideologia em termos gerais.” (LUKÁCS, 2013, p. 472).

Quanto a esse ponto, não é demais recordar que a forma societal contemporânea é fundada no antagonismo de classes produtoras (trabalhadores) e classes possuidoras (burguesia), sendo, portanto, esse um conflito decisivo em que as ideologias vão incidir. “A sociedade de classe constitui a base e propicia os meios através dos quais a ideologia surge como importante instrumento de combate aos conflitos de interesses entre os homens. Portanto, a base sobre a qual se institui a ideologia no sentido restrito.” (COSTA, 2006, p. 9).

O significado mais amplo de ideologia remete à necessidade social de comportamentos objetivados, alienados. Lukács atribui esse comportamento como respostas a desafios que a humanidade encontrou na sua relação com a natureza. Por outro lado, também remonta ao desconhecido, que precisava ser trazido à consciência, no que opera o recurso à “analogia”. Em relação aos comportamentos objetivados, alienados, Lukács sugere que coragem, persistência, e até doses de sacrifício foram necessárias à realização de caça de grandes presas.

Visto que essas propriedades enquanto virtudes das classes dominantes mais tarde até se tornaram partes importantes de suas ideologias, não é despropositado lembrar que o seu surgimento se deu no período dos coletores, ou seja, ainda antes do surgimento das classes, e indicar sucintamente que os comportamentos, que mais tarde também acabaram adquirindo formas ideológicas (nos planos político, moral etc.), brotaram originalmente de modo orgânico do único processo social de reprodução possível naquele período, a saber, da caça como forma de coleta. (LUKÁCS, 2013, p. 473)

O central dessa reflexão, de acordo com o autor, é a questão das formas objetivadas de comportamentos, sem as quais não seria possível realizar esse trabalho colaborativo. De acordo com Lukács, da necessidade do trabalho colaborativo, surgiram “procedimentos universalmente reconhecidos” com a finalidade de regular as cooperações em seus aspectos mais importantes. Está presente aí um dos lados da ideologia, a generalização social das normas da ação humana. Já nesse período, portando, as atividades pressupunham formas objetivadas e alienadas, indicando que a esfera da vida abrangida pelo pragmático-empirismo era ampla. Nesse mesmo raciocínio, o autor acrescenta haver uma “forma alienada da comunicação humana, isto é, os pores teleológicos que visavam determinar o comportamento dos semelhantes humanos, já devia estar universalmente difundida” (LUKÁCS, 2013, p. 474). Essa construção teórica pode nos ajudar a pensar a comunicação organizacional como expressão desse tipo de ideologia, a saber, a que prescreve comportamentos objetivados e alienados necessários à produção organizacional. Por outro lado, essa afirmação não descartaria, pelo contrário, reforçaria a comunicação organizacional como forma da ideologia voltada à tomada de consciência e à resolução de conflitos (organizacionais).

A ontologia da vida cotidiana forma “muros da ideologia” que, muitas vezes, são impermeáveis às verdades científicas, assim como, em outros casos, “quando encontram nela algum apoio, de repente adquirem um ímpeto que arrasa os preconceitos e passam a ocupar o centro da ontologia cotidiana do seu período” (LUKÁCS, p. 476). Desse modo, antes mesmo de a sociedade ser dividida em grupos antagônicos, como as classes, os antagonismos sociais foram sendo enfrentados e resolvidos ideologicamente, acervo que foi reelaborado no decorrer do desenvolvimento social.

A luta entre a ciência e as ideologias do cotidiano é um fato importante na história da ideologia, mas não reúne todas as suas manifestações. “Com efeito, no embate das ideologias ou, em estágios mais desenvolvidos, na luta ideológica das classes, o desmascaramento de uma ideologia pela outra desempenha um papel importante, por vezes decisivo.” (LUKÁCS, 2013, p. 480). Para determinar, contudo, o que é ideologia a questão gnosiológica induz ao erro. A crítica gnosiológica restringe-se ao campo da falsa consciência, mas como alerta

Lukács, há realizações da falsa consciência que não se tornam ideologias, assim como o que se converteu em ideologia não é necessariamente falsa consciência.

A função e o significado histórico da ideologia se estabelecem sobre o critério do modo e da direção que ela dá sobre tendências que colocam na ordem o desenvolvimento das forças produtivas (LUKÁCS, 2013). O critério do conhecimento, ainda que não seja a determinante central para a ideologia, como afirmamos, na esteira do pensamento de Lukács, não pode ser desconsiderado para a questão da disputa ideológica. “Os conteúdos ideológicos da decisão política de modo algum são indiferentes, como se decisivo fosse exclusivamente o êxito prático momentâneo e as razões determinantes não tivessem qualquer importância.” (Lukács, 2013, p. 505). De acordo com o filósofo húngaro, antes o contrário, pois em todas as decisões políticas há dois motivos objetivamente distintos, que podem servir de critério. O autor se refere ao que Lênin chamava de “elo mais próximo da corrente”, ou seja, o ponto central de tendências atuais, sobre o qual a influência política é capaz de ter “efeito decisivo sobre o acontecimento global” (Ibid., p. 505); e à avaliação sobre “quanto tempo durará ou poderá durar uma solução desse tipo”.

A noção lukacsiana de ideologia na ontologia da vida cotidiana remete à ideologia espontânea, expressa por Lênin, em “Que Fazer?”, problematizada pelo revolucionário russo.

Mas por que [...] o movimento espontâneo, que se dirige para o sentido do mínimo esforço, conduz exatamente à dominação da ideologia burguesa? Pela simples razão de que, cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais antiga que a ideologia socialista, está completamente elaborada e possui meios de difusão infinitamente maiores. (LÊNIN, 1988, p. 34).

A ontologia da vida cotidiana joga papel decisivo entre as condições econômicas e as ideologias que delas se desprendem. O desenvolvimento do ser social produz uma quantidade crescente (qualitativa e quantitativamente) de pores teleológicos destinados a gerar um comportamento novo nos demais, crescendo, assim, a importância de esferas como as do costume, do hábito, da educação, baseadas nesses pores. Surgem, então, esferas ideológicas destinadas a esses temas comportamentais, como é o caso, destaca o autor, do direito. A resolução do conflito, seu encaminhamento pela consciência, é a função da ideologia, e a garantia de sua viabilidade só poderá ser avaliada em cada situação concretamente existente.

Para desenvolver sua filosofia da linguagem, Bakhtin/Voloshinov⁷ (2006) apresenta uma distinção entre as ideologias do cotidiano e as ideologias constituídas, em construção

⁷ A edição de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* que utilizamos traz como autor da obra Mikhail Bakhtin, contudo, quando foi publicada, na Rússia, em 1926, a primeira edição do livro trouxe autoria de Valentin Voloshinov. Mais recentemente, a obra tem sido atribuída novamente a Voloshinov. Optamos por utilizar

cuja ênfase é a linguagem, mas que se aproxima às teorizações de ideologia de Lukács. Voloshinov concebe ideologia como signo - noção mais ampla e genérica do que a do filósofo húngaro – não havendo detalhamentos em relação a uma função social específica exercida pela ideologia, que seria também ela um signo, por representar algo fora de si. A ideologia do cotidiano, para Bakhtin/Voloshinov (2006, p. 121), é “a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana”. Essa dimensão da ideologia, “constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência.” (Ibid., p. 121). Em contraste às ideologias do cotidiano, estão os sistemas ideológicos constituídos, que são exemplificados como a moral social, a ciência, a arte e a religião. Esses sistemas “cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia” (Ibid., p. 122). Por outro lado, o elo orgânico entre as ideologias constituídas e cotidianas se estabelece constantemente, sendo estas o alimento para aquelas. Em termos de Lukács, Voloshinov não faz a diferenciação entre as formulações ideais em geral e as ideológicas, como formulações ideais específicas, que se destinam à solução de conflitos.

De acordo com Pereira e Brait (2020, p. 129), a ideologia do cotidiano origina o sistema de ideologia oficial, a partir das contradições que se engendram no seu interior. A ideologia oficial, prosseguem os autores, tem um conteúdo relativamente estável, enquanto a ideologia do cotidiano seria recheada por antagonismos, apresentando conteúdos instáveis. As contradições entre os dois sistemas, ao se entrelaçarem, formariam “um complexo contexto semiótico-ideológico” (PEREIRA; BRAIT, 2020, p. 129). Costa (2017, p. 41-2) reforça o entendimento dialético que Voloshinov tem sobre a relação entre base e superestrutura, mesmo produzindo num contexto em que dominava uma perspectiva ortodoxa de determinação unilateral da ideologia pela base econômica. A ideologia do cotidiano diz respeito, nessa perspectiva, à vinculação aos processos de produção e em contato com as esferas formalizadas e especializadas da ideologia.

Outro teórico da linguagem e dos discursos que trabalha fundamentalmente com a questão da ideologia é Pêcheux (1995). Para esse autor, as ideologias são forças materiais do social, pois é através delas que os indivíduos tornam-se sujeitos. Pêcheux é discípulo de Louis Althusser, de quem apanha o conceito de ideologia como vinculada aos aparelhos ideológicos de Estado. A dominação, para essa corrente, ocorre de modo predominantemente coercitivo

Bakhtin/Voloshinov (2006) nessa referência em função da dupla atribuição, a correta e a indicada na edição que temos em mãos.

pelo Estado e ideológico, via aparelhos ideológicos (escola, religião, família). Já expressamos neste capítulo a crítica de Genro Filho ao caráter gnosiológico da ideologia presente em Althusser, cuja perspectiva estruturalista acaba por dar um caráter unilateral e a-histórico às relações ideológicas. “Para Althusser, embora admitindo a ideologia dos dominados como algo real, subordinado ao sistema de concepções da ideologia burguesa dominante, trata-se de substituí-la por algo que lhe é exterior, de transformá-la num epifenômeno da doutrina científica” (GENRO FILHO, 1986, s/p).

Em Resposta a John Lewis, Althusser produz uma autocrítica a respeito dessa sua posição, que Pêcheux (1995) assimila. Ainda assim, permanece a questão gnosiológica que opõe ciência à ideologia. Para Pêcheux (1995, p. 147), “Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado) que ao mesmo tempo possuem um caráter regional e comportam posições de classe.” A ideologia, para Pêcheux, assume um papel de conhecimento compartilhado (senso comum), “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.” (Ibid., p. 159). A ideologia mascara o caráter material do sentido das palavras e enunciados, proporcionando as evidências para que possam “dizer o que realmente dizem” (Ibid., p. 159). Por caráter material do sentido, o autor entende a dependência que o sentido possui do complexo das formações ideológicas. Vemos nesses assertos de Pêcheux semelhanças com a discussão de ideologia em Lukács, sobre a relação entre ideologia no sentido estrito e no sentido amplo de ideologia, ou como descrito por Bakhtin/Voloshinov (2006), ideologias constituídas e do cotidiano.

Thompson (1995) considera que a perspectiva de Lukács sobre ideologia não encontra consonância com Marx, apesar do esforço empregado pelo filósofo húngaro em demonstrar constantemente a vinculação de sua ontologia com as categorias marxianas. O sentido a que Thompson (1995) se refere pode ser resumido como “ideias que expressam e promovem os interesses das principais classes que lutam” (THOMPSON, 1995, p. 63). Vimos, contudo, que na *Ontologia* Lukács exprimiu um conceito mais elaborado que o citado por Thompson. Iasi (2015), por sua vez, coloca em dúvida se estaria em Marx a possibilidade de uma ideologia do proletariado a ser contraposta à ideologia burguesa, pois considera que o se contrapõe à ideologia é a consciência crítica. A nosso ver, contudo, os argumentos apresentados por Lukács são suficientes para sustentar as duas elaborações que propõe, tanto o sentido restrito, derivado diretamente de Marx (2008), quanto o sentido mais amplo de ideologia relacionada à vida cotidiana, que se trata de uma contribuição original por ele elaborada. Cremos que os

significados de ideologia que estabelecem a relação entre consciência e luta social, a luta ideológica como luta para influenciar as ações dos demais na resolução de conflitos sociais, constituem o eixo do estudo da disputa de sentido de universidade. Pensamos, por exemplo, que, para fazer sentido, as proposições ideológicas do governo federal sobre universidade devem cumprir o requisito de capturar elementos da vida cotidiana (da universidade ou do grupo social a que se destina) e, em seguida, propor o encaminhamento político-ideológico visando a solução de conflitos, na perspectiva de um grupo específico (particular), apresentada como universalmente válido. Importa atentarmos para o fato de que a disputa ideológica que se estabelece transcorre, em muitos aspectos, através de processos comunicacionais pela linguagem (dos discursos) na tentativa de gerar os convencimentos necessários para a conquista de apoios políticos. Na sessão seguinte, realizamos a aproximação dos contributos de Voloshinov e de Lukács em relação ao tema da linguagem e da comunicação, tendo em vista que o interesse desse estudo recai, especialmente, sobre a luta ideológica nos discursos verbais, em processos comunicacionais.

2.3 Ideologias, linguagem e comunicação: perspectiva para o estudo da disputa de sentido

No exame ontológico do ser social proposto por Lukács (2013), a comunicação surge como necessidade primordial, pois ela tem uma associação ao trabalho e, assim como este, perpassa todos os complexos sociais que ganham especificidade no correr do desenvolvimento histórico do homem. A linguagem, destacada como uma das categorias fundamentais do ser social, é produto dessa necessidade comunicacional. Figaro (2015), ao desenvolver uma perspectiva sobre a comunicação na relação comunicação-trabalho, baseada especialmente na ontologia de Lukács, destaca essas esferas como “fundamento da formação sócio-histórica da natureza humana; conformam nossa subjetividade e as relações sociais” (FIGARO, 2015, p. 114). Juntamente ao trabalho, a comunicação dá ao homem a característica de “ser simbólico, capaz de representação, de planejamento, de discernimento espaço-temporal. Essa característica faz do ser humano o construtor de um meio próprio” (Ibid., p. 114). Por outro lado, assim como o trabalho nas sociedades capitalistas enfrenta a contradição fundamental entre potencialidade e forma de exploração, a comunicação também responde a essas relações de produção, em que classes minoritárias (burguesas) exercem a dominação ante classes mais numerosas (trabalhadoras).

Segundo Souza (2016), a comunicação cumpre um papel fundamental no que Mezőros (seguidor da obra de Lukács) chama de mediações de primeira ordem, mediações essenciais à produção da vida humana. A comunicação contribui para a organização, a coordenação e o controle das atividades que produzem a reprodução sociometabólica, em relação a requisitos materiais e culturais. A linguagem e a comunicação atuam, portanto, “no direcionamento dos outros indivíduos para atender finalidades produtivas. Ou seja, o papel das relações comunicativas entre os homens trata-se de uma mediação primária de extrema relevância, algo essencial ao modo de vida humana” (Ibid., p. 144). Sobre as mediações de primeira ordem se instalam as mediações de segunda ordem, as que estabelecem o domínio do capital. “A comunicação, como práxis social inserida nesse complexo, não é subproduto das mediações de segunda ordem, mas, nelas, adquire uma função conectada a produção e circulação de produtos regidos pelo capital.” (Ibid., p. 147).

Andrade (2016) resgata que a noção de trabalho em Lukács aparece como categoria fundante do ser social, e dos demais complexos do ser social, pois sem o trabalho, não há reprodução social possível. A linguagem, porém, é simultânea ao trabalho no interior da esfera social, e ambas “nascem para satisfazer a funções diferentes do processo reprodutivo social” (ANDRADE, 2016, p. 197-8). O trabalho diz respeito à relação material do ser social com a natureza e a linguagem fixa conhecimentos e exprime a essência dos objetos. A linguagem tem ainda o papel de *medium* para comunicar as formas de relacionamentos, sempre variáveis e múltiplas, dos seres humanos entre si. A linguagem, aponta Andrade (2016, p. 206), “não é, pois, apenas uma imagem mental [...] da objetividade, senão, simultaneamente, com isto, sua objetivação na consciência”. Costa (2018b, p. 142) segue no mesmo sentido e destaca que “A linguagem permite fixar o conhecimento da essência dos objetos e estabelece os mecanismos da comunicação entre os homens reunidos para uma atividade”. A linguagem, portanto, participa do afastamento das barreiras naturais efetivado pela reprodução social, e “impulsiona a vida humana para momentos cada vez mais sociais” (Ibid., p. 142). Para a autora, a associação da linguagem ao trabalho em Lukács ocorre de maneira sofisticada, estando a linguagem ligada aos pores teleológicos que se destinam à consciência dos outros homens. A linguagem, portanto, nasce e se desenvolve como meio “de satisfazer as necessidades de comunicação derivadas da relação dos homens com a natureza e das relações daqueles entre si. Sua inserção no complexo geral da sociedade a faz partícipe da continuidade de um ser social que tende à generalidade”. (COSTA, 2018b, p. 147).

Marx e Engels (2007), no exame da relação entre a base material das sociedades e o mundo do espírito, afirmam que a linguagem como mediadora dessa relação: “O ‘espírito’

sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34). Embora não desenvolvam uma teoria da linguagem, os materialistas-históricos dão uma pista decisiva sobre essa questão: “A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35).

A palavra acompanha todo ato consciente o que a torna objeto fundamental para o estudo das ideologias (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 36). Assim como, ao contrário de outros signos e símbolos criados como material ideológico de domínio específico, e permanecendo ligado a esse domínio, a palavra possui neutralidade “em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa.” (Ibid., p. 35). As propriedades da palavra, como a pureza semiótica, a neutralidade ideológica, sua presença na comunicação humana, “sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 36). Nesse sentido, o autor afirma que a palavra “reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais” (Ibid., p. 199).

A mesma palavra vai se prestar a expressar valores de diferentes sujeitos e situações que lhe são carregados e nela se enunciam (PEREIRA; BRAIT, 2020). “Basta pensar, na atualidade brasileira, na carga diferenciada de valores dos signos ideologia e ideológico, quando se tornam palavras enunciadas por diferentes sujeitos, em diferentes situações e esferas de atividade.” (PEREIRA; BRAIT, 2020, p. 128). É o caso da própria universidade enquanto palavra, cuja disputa ideológica se espelha em valores diferentes atribuídos por grupos diferentes em luta.

Na teorização de Lukács, um ponto importante para nossa reflexão sobre as ideologias em disputa e a comunicação ocorre quando o autor aborda a socialização da experiência e a linguagem como documento inequívoco desse processo. Os objetos de objetivações humanas são um “ser-em-si” indiferente; porém, eles se tornam momentos de um processo, que assim como ficam ligados aos sujeitos que os produziram, dissociam-se e têm vida social independente deles. “Trata-se, nesse caso, não só do devir-para-nós em ideias, vivências, memórias etc.; mesmo que estas constituam para cada sujeito os fundamentos da alienação,

esta ultrapassa tal condição quando se transforma em objetivação [...] autônoma e se confronta com os sujeitos na condição de ‘mundo’ objetivado próprio” (LUKÁCS, 2013, p. 486). O mundo objetivado influencia os pores teleológicos que se seguem, de três maneiras, seguindo a exposição de Lukács: transformando as experiências individuais como posse comum do grupo; proporcionando modelos aos homens (positivos e negativos); convertendo essa objetividade disponível em dinamizador da consciência. Os objetos materiais e de consciência são socializados pela objetivação. “Por sua mediação, a práxis humana é espontaneamente socializada, sem ter proposto conscientemente esse fim” (LUKÁCS, 2013, p. 487). Esse fato é confirmado pela linguagem como documento do desenvolvimento humano. Lukács aponta que, fundamentalmente, a linguagem, no plano imediato, só pode expressar o universal. Para explicar o seu papel na continuidade da objetivação, afirma:

A mais simples das palavras torna-se, exatamente por essa via, uma objetivação e alienação sociais do homem; aquilo que, pelo metabolismo material com a natureza, os homens produzem em si, em sua ferramenta, no produto do trabalho etc. enquanto algo social, recebe justamente através dessa propriedade fundamental da linguagem a sua primeira figura social consciente. E a mesma necessidade elementar que converte essa espécie de generalizações em fundamento do intercâmbio dos homens entre si transforma essa universalidade social em norma de toda práxis original; o critério para o êxito de uma ferramenta só pode ser sua utilidade para o uso geral. Contudo, isso se fixa e generaliza na totalidade da práxis humana. (LUKÁCS, 2013, p. 487-488).

Desde o início, portanto, a linguagem vai surgir como modo de fixar o conhecimento⁸ (a consciência) social. Para a realização da coleta, por exemplo, era necessário conhecer as plantas nutritivas, assim como para a caça, conhecer o comportamento dos animais, conhecimentos que exigem um vocabulário rico (LUKÁCS, 2013): “uma fixação humana do conhecido sempre acontece pela via da nomeação [...]. Portanto, jamais se deve subestimar o acervo linguístico (e, desse modo, o mundo intelectual) de um homem ‘primitivo’” (LUKÁCS, 2013, p. 474). Para Voloshinov, contudo, o signo, além de refletir, refrata a realidade e os temas, em cada diálogo entre indivíduos e entre discursos aos quais remete. “Os signos são, por um lado, suportes exteriores e materiais da comunicação entre as pessoas e, por outro lado, são o meio pelo qual se exprime a relação entre o homem e o mundo que o cerca” (LOPES, 1980 apud MUNIZ, 2000, p. 72). A mudança operada por Voloshinov, de

⁸ De acordo com Lukács (201), as ações do trabalho (em sentido amplo) vão gerando um acervo de conhecimento, fruto de observações, ao mesmo tempo em que o desconhecido permanece sempre presente, como resultado da práxis, ou mesmo como inacessível. É necessário à práxis humana consciente, portanto, que se torne conhecida a práxis do não conhecido, uma vez que se conta com o desconhecido em cada ação, povoando-o com projeções a partir de áreas conhecidas de modo a dominar idealmente o desconhecido.

acordo com Muniz (2000, p. 72), é que “o signo deixa de ser uma entidade exclusivamente una, de uma única significação e passa a ser de natureza dialética e polifônica”.

Para a análise dos textos na disputa ideológica a que este trabalho se dedica, propomos avançar um pouco mais nas categorias de Voloshinov e nos seus desdobramentos, que situam os enunciados numa relação contínua de comunicação com outros enunciados, assim como enfatizam o caráter social (extralinguístico) dos sentidos. O debate realizado por Bakhtin/Voloshinov (2006) no campo da linguística marca fronteiras com a perspectiva da língua produzida pelos atos de fala individuais e com a língua enquanto estrutura fixa. Para o autor, portanto, a língua é compreendida como resultado da interação verbal, “posto que a língua só produz sentido quando inserida no contexto das relações entre os sujeitos, negando, desse modo, que a essência desta esteja somente no indivíduo ou apenas na estrutura das formas linguísticas” (SILVA; LEITE, 2013, p. 42-43). As manifestações linguísticas, para essa perspectiva, portanto, não podem ser analisadas somente utilizando critérios universais e absolutos do sistema da língua “ou como usos acidentais e específicos que dizem respeito ao consciente psíquico de cada um, mas sim como práticas que integram um todo coletivo, contextualizado historicamente – cultural, social e ideologicamente.” (MUNIZ, 2000, p. 71).

É nesse espaço que vão surgir as noções de “enunciado”, “texto” e “intertextualidade”. A primeira vai considerar as condições de enunciação, enquanto a segunda é tida como o “produto da criação ideológica manifesto numa situação concreta”, e a terceira como “referência a outros textos.” (Ibid., p. 71). Yaguello (2006) enfatiza a posição de Voloshinov sobre a centralidade da enunciação como unidade básica da língua, cuja natureza é social e, portanto, ideológica. “Ela [a enunciação] não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um ‘horizonte social’” (YAGUELLO, 2006, p. 17). Além disso, toda enunciação se dirige a um interlocutor.

A partir dessa perspectiva, consideramos que os enunciados são objetos-chave para a pesquisa sobre as disputas de sentido, tendo em vista as relações sociais subjacentes que vão produzir esses sentidos. Pois, como afirma Costa (2017, p. 39), os enunciados, ao serem inseridos em práticas discursivas de diferentes esferas, “constituem, assim, territórios em que [...] manifestam-se, de maneira refletida e refratada, as negociações, os embates e, conseqüentemente, a correlação das forças em disputa na existência social material.”

A variação de sentido na “mesma língua” também é objeto de interesse de Pêcheux (1995), quando o autor afirma a possibilidade de o mesmo sistema expressar os raciocínios antagonistas de uma sociedade. A palavra, também para Pêcheux (1995, p. 66), é, no momento de sua expressão, “o produto da interação viva das forças sociais.” Como a palavra

possui essas características únicas e serve para todas as relações sociais, ela possui a capacidade de registro das transições das mudanças sociais, sendo seu indicador mais sensível. O autor francês considera que o sentido de uma palavra “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). De acordo com a posição de quem emprega, as palavras, expressões, mudam de sentido, sendo este adquirido nessas posições. “[...] o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem” (Ibid., p. 160).

Para Voloshinov, o confronto de interesses sociais é o responsável pela refração do signo ideológico, numa comunidade semiótica. No signo ideológico os valores contraditórios da sociedade estão em confronto. “O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 45). Esse é o caráter vivo e dinâmico do signo ideológico, e também o que o faz ser instrumento de refração. “A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente.” (Ibid., p. 46). O signo ideológico, na dinâmica da luta, possui uma dupla face. “Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária.” (Ibid., p. 46). No cotidiano, as contrações estão ocultas no signo ideológico, sob a estabilidade assegurada pela ideologia dominante, o signo expressará a “verdade de ontem”. Como afirma Costa (2017, p. 50), ao se reorganizar, o capital “inventa e torna vitoriosas novas formas de autovalorização, de expansão e de exploração do trabalho, vence também a luta pelos sentidos, imprimindo uma aparência de estabilidade, harmonia e unidade a processos históricos atravessados por lutas, vitórias e derrotas.” O consenso em torno do sentido das palavras ocorre no decorrer do processo de interação, é uma construção desse processo que se constitui na história pela ideologia (LENZ, 2014, p. 21).

O caráter dialógico está presente em toda enunciação, que é sempre resposta ao que veio antes, como elo na cadeia dos atos de fala. “Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 99). O caráter dialógico da linguagem está aí colocado:

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 126).

De acordo com Pereira e Brait (2020, p. 135), “A vida da palavra-enunciado existe apenas no processo de interação social. Se retirarmos a palavra-enunciação dessa realidade que a constitui e a faz funcionar enquanto unidade da comunicação discursiva, restará apenas um material abstrato”. O entendimento do sentido de um enunciado depende do que seja entendida sua realidade social.

Ao encerrar este capítulo, recuperamos o percurso iniciado com a explicitação reflexão sobre o debate da ideologia e da perspectiva materialista nos estudos em comunicação, que foi seguida do posicionamento quanto ao caráter ideológico e comunicacional do tema de nossa pesquisa. O entendimento sobre a comunicação organizacional considera essas dimensões de construção e disputa de sentido, que, no nosso caso, configuram-se como envoltas no processo ideológico de luta sobre o sentido de universidade. Retomamos alguns dos fundamentos do materialismo histórico e dialético, que dão suporte a este trabalho. O debate da ideologia enfatizou a práxis social, como junção material e ideal, e a noção de totalidade social, necessária para a compreensão dos fenômenos. Ao realizar a discussão do conceito de ideologia em Lukács e seu caráter ontológico, reconhecemos os níveis de ideologia, a vida cotidiana e as formas de resolução de conflitos sociais. A perspectiva *lukacsiana* lança luzes sobre o objeto deste estudo, onde se evidencia a articulação de ambas as dimensões da ideologia em processos comunicacionais. A partir da categoria da linguagem na ontologia do ser social de Lukács, em que é enfatizado seu papel de *medium* de comunicação, buscamos um diálogo com a filosofia da linguagem de Voloshinov, permitindo dar destaque ao caráter dialógico dos enunciados, inseridos em cadeias comunicativas, e sujeitos às disputas de sentido. Essas construções teórico-metodológicas formam a base para o detalhamento analítico-prático que será apresentado na seção 6.2.

A partir da perspectiva aqui desenvolvida, nos dois próximos capítulos problematizamos o percurso histórico da universidade brasileira, como fruto da sua vinculação à base social, que lhe foi conformando enquanto organização, por meio de diferentes disputas ideológicas. Juntamente com o capítulo 5, em que debatemos o surgimento

do bolsonarismo e o processo que culminou com a chegada de Bolsonaro ao governo, os dois próximos capítulos configuram-se como a construção das condições de possibilidade das manifestações da disputa ideológica da universidade durante o governo Bolsonaro. No capítulo seguinte, tratamos da vinculação da universidade brasileira às bases materiais da formação econômico-social.

3 UNIVERSIDADE BRASILEIRA: SURGIMENTO E CONFORMAÇÕES

O surgimento das universidades ocorre como espaço de alunos e professores em busca de formação cultural ou, na variante medieval, local para conservação do saber (RIBEIRO, 1969). A versão moderna corresponde a formas organizativas geradas na sociedade industrial e que assumem o papel de institucionalização da ciência moderna, já sob o capitalismo nascente em oposição às formas organizacionais anteriores (Ibid.). No Brasil contemporâneo, as universidades engendram uma complexidade de relações e contradições, que remontam à forma surgida na Europa apenas como modelos distantes, pois aqui se desenvolveram sob parâmetros locais, ainda que as concepções europeias tenham sido buscadas e parcialmente implantadas (CUNHA, 2007). A Universidade de uma sociedade de classes como a brasileira reflete, de modo específico, a dominação de classes.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e o crescente domínio da natureza, assim como a necessidade de formar pessoal para atividades liberais, as universidades se transformaram em grandes instituições. Decorreu do processo de crescimento acentuado das ciências da natureza a sua separação da Filosofia, e posteriormente a fragmentação em várias ciências. O financiamento estatal acompanha a universidade moderna desde seu surgimento como forma de proteger o saber das interferências da Igreja, do mercado e do próprio Estado, no modelo idealista alemão (HABERMAS, 1993), ou com ênfase na formação profissional ligada às necessidades do Estado Nacional, no caso francês (RIBEIRO, 1969).

A universidade no Brasil possui características específicas relacionadas com a sua indissociabilidade com o próprio desenvolvimento das forças produtivas do país, assim como com projetos políticos que disputaram seus rumos. Para pensar a universidade brasileira de uma determinada época, é indispensável refletir sobre o contexto econômico-social que lhe é contemporâneo, exige ter uma visão ampla sobre as múltiplas determinações que incidem sobre suas funções e suas formas de organização.

Decorre dessa relação o surgimento tardio dessa instituição, o que se consolida apenas a partir dos anos 1930, com séculos de atraso quando comparado com a América Espanhola. A criação do ensino superior no Brasil é anterior e surgiu em faculdades isoladas, ainda no Século 18 (CUNHA, 2007), impulsionada no início do Século 19, no contexto da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil. Antes disso, a rara formação superior dos nascidos no Brasil colônia ocorria em Portugal, no plano de identidade ideológica buscada pela coroa portuguesa, que era realizado pela Universidade de Coimbra (Ibid.). Já no Império, acentuou-

se a necessidade de formar quadros para o Estado brasileiro, o que, paulatinamente, ampliou a oferta de formação superior, em escolas isoladas, em cursos de direito, medicina e engenharia (Ibid.), o que não encerrou o processo de formação de uma elite em instituições europeias.

A primeira instituição com nome de universidade a vingar foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 (CUNHA, 2007). De acordo com Cunha (2007), até então, os políticos positivistas⁹, cuja influência na política educacional da Primeira República era bastante ampla, contrários à organização do ensino superior em universidades, vinham retendo sua criação¹⁰.

Embora o nascimento da universidade, com paternidade do governo federal, fosse sendo adiado, o regime da ‘desoficialização’ do ensino, instituído no auge da influência positivista na política educacional, minimizando o controle do governo federal sobre o ensino superior, acabou por gerar condições para o surgimento das indesejadas universidades (CUNHA, 2007, s/p).

A desoficialização do ensino promovida pelos positivistas (especialmente pelo ministro Rivadávia da Cunha Corrêa, de 1910 a 1913), havia permitido o surgimento de universidades privadas, tocadas por elites locais e confessionais católicas. Foi o caso da Universidade de Manaus em 1909, da Universidade de São Paulo em 1911 e da Universidade do Paraná em 1912 (BOTTONI; SARDANO; FILHO, 2013). Essas universidades tiveram sua trajetória interrompida. A criação da Universidade do Rio de Janeiro é reconhecida como a mais antiga do Brasil pelo seu histórico ininterrupto (CUNHA, 2007), sendo a primeira criada pelo Estado brasileiro (BOTTONI; SARDANO; FILHO, 2013). Já em 1927, o presidente do Estado de Minas Gerais criou a Universidade de Minas Gerais. Em *A Universidade Temporã* (CUNHA, 2007), o autor demonstra com clareza a dupla influência na política educacional sobre a qual a universidade brasileira seria erigida: as disputas políticas e o desenvolvimento econômico. A reunião de faculdades isoladas marca esse florescer da universidade no Brasil,

⁹ De acordo com Cunha (2007, s/p), o positivismo enquanto doutrina teórica veio ao Brasil com o retorno de “os brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris (onde lecionava Augusto Comte)”, serviu de ideologia dos “médicos, dos engenheiros, dos oficiais do exército e dos professores secundários das disciplinas científicas. [...] Eles passaram a ser os ideólogos das frações progressistas das classes dominantes e das camadas médias urbanas, utilizando a doutrina positivista contra as doutrinas veiculadas pela Igreja Católica e, por extensão, contra o regime monárquico e a escravidão.” Essa doutrina foi amplamente influente nos militares que proclamaram a República em 1989, sendo decisiva sua visão nas lutas da Constituição de 1891.

¹⁰ De acordo com Cunha (2007), o Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR) carregava fortes convicções positivistas. “O positivismo foi assumido como a ideologia do partido, o qual adotou, desde a sua fundação, em 1882, o dístico ordem e progresso, mais tarde inscrito na bandeira nacional pelos positivistas federais”. Esse partido era contrário aos monopólios profissionais, garantidos pelos diplomas de bacharéis. Cunha (2007, s. p.) aponta como exemplo dessa ideologia a Constituição Política de 1891 do Rio Grande do Sul que assim dizia: “Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial”.

assim como as disputas sobre a forma hierárquica de funcionamento interno e a relação com o Ministério da Educação e o Governo Federal, ou os governos estaduais, no caso das experiências estaduais. Ainda de acordo com Cunha (2007), o centro das atividades iniciais era o ensino superior profissional, sendo a investigação científica e tecnológica exceção.

Ao abordar a crise da universidade na década de 1960, Darcy Ribeiro (1969) é explícito ao afirmar a relação da universidade com a sociedade que lhe dá vida: “Todas as grandes estruturas universitárias do mundo moderno podem ser definidas como produtos residuais da vida de seus povos, somente inteligíveis como resultantes de sequências históricas singulares” (RIBEIRO, 1969, p. 31). Na interpretação desse intelectual brasileiro, como “subprodutos reflexos” do desenvolvimento geral da formação econômico-social, as universidades contribuem com o desenvolvimento apenas secundariamente. “[...] este desenvolvimento, uma vez alcançado, atuou sobre as universidades, provendo-as de recursos e exigindo-lhes novos serviços.” (Ibid., p. 31). Ao refletir sobre o papel das universidades nas nações subdesenvolvidas, como o Brasil transitava para ser nos anos 1960, Ribeiro (1969) aponta a necessidade de a universidade inverter essa lógica de papel secundário, ou seja, se tornar uma “universidade que seja motor do desenvolvimento.” (Ibid., p. 31). Ao avaliar o cenário da década de 1960, Ribeiro considerou as universidades realmente existentes, as vicissitudes do desenvolvimento da sociedade em que estavam instaladas, não as idealizações de seus projetos originais, com os quais guardavam poucas semelhanças. Ribeiro concebeu, então, as experiências universitárias daquele período, devido às contingências que sofriam, como “uma agência de conservação do *status quo*”, cujas possibilidades de funcionamento como fomentadora das transformações estavam limitadas ao máximo. À função de preservar o *status quo* correspondia o interesse institucional de “autoperpetuação” (RIBEIRO, 1969, p. 34).

Tomando essa consideração geral, da determinação econômico-social da universidade, vamos estudar as bases sobre as quais se ergueu a universidade brasileira. Fazemos na próxima sessão uma apropriação das categorias do capitalismo dependente (MARINI, 2008) e da autocracia burguesa no Brasil (FERNANDES, 1976).

3.1 Formação econômico-social brasileira: capitalismo dependente e autocracia burguesa no Brasil

Diversas interpretações realizadas sobre o país buscaram explicar o porquê do atraso brasileiro em relação aos países centrais, notadamente, europeus e os EUA. Diferentes

caminhos teóricos levaram a respostas diferentes, muitas delas enraizadas nos mesmos fundamentos teóricos que sustentam interpretações atuais. As transformações que decorreram da Revolução de 1930, e o processo de substituição das importações, que jogou papel decisivo para a industrialização do país, fortaleceram as interpretações que apontam a dependência econômica que os países da América Latina têm em relação aos países desenvolvidos como causa do atraso econômico dessa região. Essa tese remonta ao debate hegemonizado pelas perspectivas dos pesquisadores e intelectuais da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que prescreviam a possibilidade de desenvolvimento das economias latino-americanas a partir de sua incorporação definitiva ao capitalismo, com a industrialização. Os principais representantes dessa corrente eram o argentino Raul Prebisch, autor de um estudo revelador sobre o que denominou “deterioração dos termos de troca” (exportação de matérias primas e importação de produtos industrializados); e o brasileiro Celso Furtado, teórico que definiu o subdesenvolvimento como algo específico e não uma antessala para o desenvolvimento (FURTADO, 2009).

A crise do processo de substituição de importações na década de 1950 e a eclosão da revolução cubana causaram a perda de hegemonia das teses desenvolvimentistas dos cepalinos (SEABRA, 2019). Do lado dos comunistas, abriu-se espaço para a crise da tese de revolução por etapas, defendida pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), maior partido de base popular do país na época, que consistia em consolidar o desenvolvimento capitalista para então avançar ao socialismo, enquanto do lado dos economistas burgueses, radicalizava-se a noção de dependência. “[...] a polêmica acerca da temática da dependência, desde seu começo nos anos 1960 até o auge do debate em meio dos anos 1970, pode ser resumida pelo esforço de vários autores por desprender-se do referencial teórico do desenvolvimentismo.” (Ibid., s/p). Essa origem do debate acerca de uma explicação teórica à dependência “não permitia a identificação clara de importantes divergências nos novos enfoques alternativos.” (Ibid., s/p). Para a teoria marxista da dependência (TMD), que tem em Ruy Mauro Marini a principal referência, a dependência é uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência¹¹” (MARINI, 2008, p. 111 – tradução nossa). A dependência latino-americana surgiu da forma como se deu a inserção das nações recém-independentes na divisão internacional do trabalho, a partir da

¹¹ “entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o re creadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia.” (MARINI, 2008, p. 111).

exportação de matérias primas e importação de bens industrializados e de dívida externa (que garantia recursos para as importações) (MARINI, 2008). A consolidação do capitalismo nesses países ocorrera no período que Lênin caracteriza como fase imperialista, em que o capital monopolista busca valorização além das fronteiras do território nacional (LÊNIN, 2011).

Cabe ressaltar que, ao contrário do que uma interpretação simplificadora do termo dependência possa sugerir, esse é um fenômeno interno à formação econômico-social. A base para sua compreensão é a acumulação do capital em escala mundial.

A inserção dependente ao mercado mundial contribuiu tanto a contrabalançar a queda da taxa de lucro, como a transição plena à mais-valia relativa ao baratear os custos de reposição da força de trabalho. A própria estrutura da divisão internacional do trabalho estabelece uma relação de intercâmbio desigual entre o comércio dos países latino-americanos, intensivos em força de trabalho, com as economias industriais, que monopolizam essa produção e sua tecnologia relativa. No circuito mundial do capital são comparados tempos de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias com distintas magnitudes, efetivando a transferência de valores dos países dependentes aos países centrais por meio do sistema de preços com referência no valor. (SEABRA, 2019, s/p).

O recurso a que lança mão a burguesia local para compensar a perda de valor para o exterior é a superexploração da força de trabalho, que objetiva extrair uma quantidade maior de mais-valia dos trabalhadores não pelo incremento tecnológico, mas pela apropriação do fundo de consumo do trabalhador. As universidades nacionais, por sua vez, não estão isoladas dessas relações de dependência, elas “concorrem para preservar as formas de subordinação cultural existentes, servindo de elo à assimilação de cultura produzida nas nações desenvolvidas e hegemônicas, que exercem o monopólio na invenção e difusão das formas básicas de saber.” (FERNANDES, 2010, p. 217).

De acordo com Luce (2018, p. 9), forjada na luta de classes da América Latina, “a TMD é a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada, entre outros, por Lênin”. A interpretação leninista do imperialismo estabelece as diferenciações das formações econômico-sociais, o desenvolvimento desigual e a busca do capital monopolista por estender-se para além do território nacional. A fusão da teoria das classes com a do imperialismo deu origem a “categorias originais, para dar conta de explicar processos e tendências específicos no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que é capitalismo mundial.” (SEABRA, 2019, s/p). Luce (2018) aponta como as categorias centrais da TMD para a compreensão da dependência:

a superexploração da força de trabalho; a transferência de valor; a cisão no ciclo do capital; o padrão de reprodução do capital; e a própria categoria dependência.

A partir das formulações da TMD logrou-se decisivamente, com maior rigor, a compreensão crítica de que: desenvolvimento e subdesenvolvimento não eram processos desvinculados, nem um *continuum* separado pelo tempo ou superável meramente por políticas econômicas; que a industrialização em si, sem a ruptura com as estruturas socioeconômicas dominantes, não seria capaz de levar à superação das enormes mazelas em nossas formações sociais [...], que as condições econômico-social da América Latina não se deviam à falta de capitalismo, sendo na verdade uma maneira particular em que o capitalismo se reproduz; que não havia burguesias internas com vocação anti-imperialista, mas o desenvolvimento associado e integrado ao imperialismo, em que as classes dominantes locais procuram compensar sua desvantagem na competição intercapitalista superexplorando os trabalhadores; que o imperialismo não era um fenômeno externo, mas apresentava também uma face interna, fincando raízes em nossas sociedades; [...] que nem o funcionamento da lei do valor, nem a configuração histórica das formações econômico-sociais se dão uniformemente, mas sob o desenvolvimento desigual, não sendo um dualismo estrutural, nem tampouco um todo indiferenciado, mas um complexo de complexos que é preciso conhecer com o devido rigor, para atuar sobre sua realidade e poder transformá-la. (LUCE, 2018, p. 10).

Para fins da nossa exposição, julgamos suficiente a apresentação desses eixos centrais de funcionamento da economia dependente que explicam a permanência da própria dependência e do subdesenvolvimento, assim como da precariedade do trabalho como dado crônico nesses países. Nas formações econômico-sociais dependentes, não é possível gerar um caldo social de coesão interna, pois o estatuto da superexploração traz instabilidade política, o que se evidencia tanto pela repetição de golpes de Estado, deposição de governos eleitos, protestos populares intensos, quanto pelo padrão autoritário do Estado, voltado à repressão (LUCE, 2018).

Pela perspectiva sociológica, Florestan Fernandes (1976), em *A Revolução Burguesa no Brasil*, busca compreender, na transição brasileira para o capitalismo, a formação da burguesia sem caráter “nacional”. O processo da revolução é entendido como um conjunto de transformações que, em certo nível de amadurecimento, configuram o Brasil como um país capitalista.

Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena

maturidade, e, ao mesmo tempo, de consolidação do poder burguês e da dominação burguesa. (FERNANDES, 1976, p. 203).

O ato inicial da modernidade no Brasil, de acordo com Fernandes, é a Proclamação da República, ainda que tenha sido apenas uma etapa de consolidação do poder das oligarquias. A revolução burguesa *sui generis* consiste nesse processo de transformações econômicas, sociais e institucionais que culminada no predomínio do mercado livre, sob o poder da burguesia. A transição ao capitalismo deu-se em acordo com as classes dominantes do modelo anterior, a oligarquia rural, a quem foi reservado um espaço no poder. “Portanto, estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico.” (Ibid., p. 206). Além disso, reforçamos, tal passagem ao capitalismo não rompeu com os laços externos de subordinação econômica ao imperialismo, o que traz repercussões à conformação interna das classes sociais.

Esse processo de particularidades históricas no Brasil e na América Latina apontam para diferenças substanciais em relação à emergência do poder burguês na Europa, pois aqui esse domínio burguês ocorreu em bases já submetidas ao imperialismo, o que caracteriza o capitalismo dependente. “Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como ‘poder político indireto’.” (Ibid., p. 204). Isso possibilitou à oligarquia não perder a base de seu poder (privilégios), e ela pôde, então, adaptar-se e, quando inevitável, modernizar-se. Como comenta Florestan (1976, p. 210):

o problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capitais (ligadas à expansão interna do capitalismo comercial e, em seguida, do capitalismo industrial).

Assim, a burguesia “comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil.” (FERNANDES, 1976, p. 210). Ou seja, a revolução burguesa no Brasil, desde logo (ainda antes de 1930), elege os trabalhadores como seu principal inimigo. Fernandes (1976) aponta que, no Brasil, ao contrário dos países europeus berço do capitalismo, não se tem o modelo “democrático-burguês”, mas sim a associação do desenvolvimento capitalista com a autocracia. A menor das manifestações políticas dos trabalhadores já é tomada como ameaça

à autocracia, e, portanto, o Estado assume o caráter contrarrevolucionário de modo permanente.

As próprias associações de classe, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. (FERNANDES, 1976, p. 204).

O bloco burguês da transição ao capitalismo, que incluía a oligarquia rural, tinha preferência pela transição gradual, ajustando os múltiplos interesses em composições que viabilizassem “uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. [...] sua ansiedade política ia mais na direção de amortecer a mudança social espontânea, que no rumo oposto, de aprofundá-la e de estendê-la às zonas rurais e urbanas mais ou menos ‘retrógradas’ e ‘estáveis’” (FERNANDES, 1976, p. 205). Para Mattos (2020, p. 103), a explicação de Fernandes sobre a revolução burguesa na periferia conseguiu evitar a ideia de “determinantes universais”, em que todos os processos seriam iguais, e a de “falso problema correlato”, que remeteria a uma pretensa excepcionalidade.

Quanto à democracia no Brasil, Florestan (1976) é enfático ao afirmar seu caráter burguês: “[...] é evidente que o consenso burguês concilia a ‘tradição brasileira’ de democracia *restrita* – a democracia entre iguais, isto é, entre os poderosos, que dominam e representam a sociedade civil – com a ‘orientação modernizadora’, de *Governo Forte*” (FERNANDES, 1976, p. 347 – destaques do autor). Assim, a manutenção da ordem legal e política como aberta e democrática e o Estado de direito só podem ocorrer de modo restrito. O que está por trás da consolidação do Estado é que ele é “necessário à monopolização do poder real, da autoridade e do controle das fontes de legitimidade pelas classes burguesas e suas elites.” (Ibid.). Assim, para o autor, o Golpe de 1964 não foi o fim de uma frágil democracia burguesa, mas o fim da dissimulação do caráter autocrático da burguesia.

O *povo* não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no ‘campo burguês’; e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscara. Em suma, não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada*. (FERNANDES, 1976, p. 340 – destaques do autor).

O Golpe de 1964, declarado como “preventivo”, não foi uma resposta às manifestações dos trabalhadores em via de “decretar” o comunismo no país, mas teve um espírito de classes claro, expresso “na face tecnocrática e militar da gestão do Estado que se

segiu ao golpe [e que] representava não a essência do regime, mas uma ‘resultante.’” (MATTOS, 2020, p. 107).

Importante frisar, portanto, que o Golpe de 1964 teve um caráter de classe explícito. Mattos (2020, p. 115) comenta esse processo a partir do estudo de René Dreifuss, considerado fundamental para a compreensão do projeto da Ditadura Militar, por demonstrar que “a fração burguesa industrial do grande capital associado desenvolveu forte capacidade organizativa, essencial para dirigir as demais frações da classe dominante no processo que resultou no Golpe de 1964.” (Ibid., p. 115). Militares e empresários formaram uma “elite orgânica” com vínculos concretos com “grandes empresas multinacionais e associadas.” (Ibid., p. 115). Já tendo tomado de assalto o Estado, o bloco no poder implementou as políticas formuladas por essa elite orgânica em favor da grande burguesia industrial associada ao capital internacional.

O modelo autocrático burguês denomina essa evolução da burguesia brasileira, que não leva a cabo as transformações “tipicamente burguesas”. De acordo com Cohn (2020 apud ARRUDA, 2020, s/p): “Uma proeza intelectual ímpar na sociologia brasileira, só possível quando a busca da verdade dos fatos em registro científico vem associada à busca militante de um padrão igualitário e justo nas relações em registro político”. As reformas burguesas na economia dependente nunca representam uma ruptura com o atraso, mas uma recolocação desse atraso no moderno. Para Perez (2020, p. 31), “Essa interpretação rompe com as ilusões de um desenvolvimento capitalista autônomo ou de uma revolução democrático-burguesa protagonizada por uma ‘burguesia nacional’ e coloca em novos patamares a compreensão da realidade nacional.”

Ao abordar a questão da democracia em Florestan Fernandes, Tótorá (1999) retoma as três possibilidades democráticas abertas ao Brasil no período da década de 1960: democracia restrita da autocracia burguesa, democrática de participação ampliada e democracia socialista. Ao operar o Golpe de 1964, a burguesia brasileira vetou a emergência de uma democracia de participação ampliada.

A burguesia perdeu a oportunidade histórica de realizar a revolução democrática sob sua direção. Ao optar pela dupla articulação com os setores externos e agrários fez da democracia possível uma democracia de iguais. Não vacilou em apoiar a ditadura e sua transformação gradual e controlada. A revolução democrática só poderá vir dos de baixo, do conjunto da população humilhada, excluída, dos despossuídos e explorados. (TÓTORA, 1999, s/p).

Na perspectiva de Fernandes, portanto, a democracia de participação ampliada é policlassista, comporta a possibilidade de luta no terreno do espaço público, pelas diferentes

classes. Segundo Tótoro (1999), para Fernandes, a democracia policlassista cumpre um papel importante para a preparação ao socialismo.

A democracia de participação ampliada permite que os conflitos e a luta de classes se explicitem. E é desse conflito que pode nascer a liberdade. Isto porque, enquanto as classes dominantes giram em torno de si mesmas, sob o signo de uma herança escravista e patrimonial, as classes subalternas, a plebe, lutam por conquistar os direitos civis, políticos e sociais. São estas classes que se incumbem de levar à cabo as reformas e revoluções que a burguesia foi incapaz de realizar: a reforma agrária, a revolução nacional e democrática. (TÓTORA, 1999, s/p).

A Ditadura instalada em 1964 fechou a porta para a possibilidade de a burguesia conduzir um processo de democracia participativa policlassista. Esse processo histórico, sem retorno, coloca às classes subalternas a construção de tal democracia, que, portanto, para viger tem de enfrentar a dominação burguesa. A abertura política pós-ditadura ocorreu, contudo, nos moldes preconizados pela autocracia e, não sem tensinamentos da luta de classes, reestabeleceu a *democracia restrita* como regime de dominação favorável à burguesia, em resposta à crise econômica do final da Ditadura.

A reflexão de Florestan Fernandes (1976) sobre o modelo autocrático-burguês dá relevo aos objetivos (deliberados ou não) que estimulam “a atuação prática das classes e dos estratos de classes burgueses nos momentos de crise do poder burguês no Brasil” (CASIMIRO, 2016, p. 37). Outro aspecto revelado pelo sociólogo brasileiro, segundo Casimiro (2016), é a capacidade de absorção desses impulsos pelos processo de mudança e estabilidade dessa mesma sociedade, e, ainda, a influência de interesses externos, incorporados através de mecanismos como as empresas multinacionais e os organismos internacionais.

A contrarreforma universitária de 1968, em seus aspectos mais fundamentais, buscou atender a esse projeto de modernização industrializante e autocrático dominantes no Regime Militar. Na sessão seguinte abordamos a perspectiva de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes sobre a universidade brasileira em consonância com a crítica da formação social.

3.2 O debate sobre a universidade brasileira: perspectivas de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes

Assim como Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes é outro autor clássico do pensamento social brasileiro que se dedica a pensar a questão da universidade, e cuja atualidade das reflexões sobre o tema é comprovada por autores contemporâneos (LEHER, 2020b; 2012;

COSTA, 2018c). Ambos autores teorizam sobre a universidade na sociedade, em perspectiva globalizante. Embora a universidade possa constar na produção de outros grandes intelectuais do Brasil, as produções de Ribeiro e Fernandes colocam-na como centro de suas preocupações. Roberto Leher (2017, p. 145) exalta a importância de Darcy Ribeiro para refletir e transformar a universidade no Brasil contemporâneo: “Suas [as de Ribeiro] contribuições para pensar a educação básica e a universidade públicas, suas pesquisas e ensaios nos campos das ciências sociais, da antropologia e da etnologia são necessárias para o Brasil de hoje.” Para Leher (2017), a contribuição de Ribeiro no projeto da UnB, juntamente com Anísio Teixeira, rompeu com a estrutura burocratizada e engessada que vigorava nas universidades brasileiras. “Darcy Ribeiro está afirmando, sem subterfúgios, que a universidade deveria ser uma instituição política, uma instituição que produz conhecimento com uma perspectiva política de transformação da realidade, abrangendo a inserção do país na economia mundo;” (LEHER, 2017, p. 147). Ribeiro tem papel intelectual decisivo na história do país enquanto acadêmico e enquanto político, esferas que se intercambiam indistintamente na totalidade de sua personalidade (RIBEIRO; MATIAS, 2006).

A importância das análises da contribuição de Florestan Fernandes para o pensamento brasileiro é decisiva, a despeito de sua proscricção pela Ditadura Militar (LEHER, 2012). Florestan fora cassado da cátedra de Sociologia da Universidade de São Paulo, em 1968, fato que teve repercussões em seus escritos teóricos, não na forma de uma ruptura, mas acentuando a crítica às classes dominantes do país, sempre com elevado rigor teórico (LEHER, 2012). A obra de Fernandes em relação à Educação é classificada como de “atualidade fundamental” por Leher (2020b). Costa (2018) enfatiza a importância de pensar a universidade a partir das contribuições de clássicos, entre os quais Florestan Fernandes, com o qual a autora trabalha, e Darcy Ribeiro, pois podem: “contribuir para encontrar caminhos para a construção de um modelo próprio de ensino superior que seja capaz de impulsionar o rompimento com a dependência econômica, social, política, cultural e tecnológica” (Ibid., p. 244).

Acreditamos que os dois autores, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, apresentam pontos de unidade e de complementariedade, tanto em sua interpretação do Brasil como da universidade desejada. A unidade pode ser observada na perspectiva comum entre eles de propor a transformação/ revolução do/no país; são autores que expressaram suas visões sobre a universidade a partir dos anos 1960-70, no contexto posterior ao Golpe Militar de 1964 e às alterações realizadas pelo Regime na educação, entre as quais a contrarreforma universitária de 1968. A complementariedade ocorre nos caminhos trilhados, uma vez que Florestan

Fernandes (2020) expressa, de certa forma, o ponto de vista próprio de sociólogo, acadêmico da Universidade de São Paulo, militante socialista, e indica a necessidade de ruptura com a ordem dominante, ainda que processual; ao passo que Darcy Ribeiro participou do governo de João Goulart, estando inserido no projeto desenvolvimentista, pela esquerda, o que o liga às reformas de base propostas naquele período.

Darcy Ribeiro defende a possibilidade de um crescimento autônomo (RIBEIRO, 1969) no quadro da aceleração civilizatória (RIBEIRO, 1987). O ponto de partida para desenvolver sua perspectiva da *universidade necessária*, que em muito carrega as discussões do projeto da Universidade de Brasília, da qual fora fundador e reitor, é a crise das universidades. “A crise é também política, uma vez que as universidades, inseridas em estruturas sociais conflituosas, estão sujeitas a expectativas opostas de setores que as querem conservadoras e disciplinadas, e de setores que aspiram a vê-las renovadoras e até mesmo revolucionárias” (RIBEIRO, 1969, p. 11). Avaliamos que a assertiva, embora refletida sobre um momento específico da conjuntura nacional, segue valendo para o momento atual e é nesse sentido que recuperamos os dois intelectuais, cuja produção converge para a necessidade de transformação da sociedade e da universidade.

Nossa aproximação de Fernandes e Ribeiro não tem a pretensão de esgotar o estudo dessas autores, mas de identificar, na contribuição ao pensamento social brasileiro que deram, a relação entre os projetos que defendiam para a universidade numa lógica de superação da dependência. Da densa produção desses autores, centramos nossas considerações em textos em que a universidade aparece como tema central: *A Universidade Necessária* (1969), de Darcy Ribeiro; e *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* (2020, [1975]), de Florestan Fernandes.

O governo militar implementou em 1968 e 1969 várias alterações legislativas a respeito da Universidade, expressando *seu* projeto para este setor, ponto culminante de um debate levado a termo em mais de uma década e que teve a participação dos autores aqui referenciados. A intensa disputa sobre a universidade, que é tema deste trabalho, nos leva à recuperação desses autores como ativadores do debate entre os projetos de desenvolvimento e o projeto de universidade.

3.2.1 *Darcy Ribeiro: universidade e atualização ou aceleração do desenvolvimento*

A teoria global de Darcy Ribeiro para explicar a desigualdade entre as nações aparece em 1967 em *O processo civilizatório* (1987), que tem sido apontada pela crítica como uma

produção inserida numa antropologia civilizatória e evolutiva (PEREIRA, 2019). Por outro lado, Matias (2008) demonstra que a influência dos clássicos da Antropologia não impediu Ribeiro de construir uma teoria própria, demonstrando especificamente que cada povo pode ter um percurso evolucionário diferente, não se podendo estender a trajetória europeia a todas as demais formações sociais. “A rigor, Darcy Ribeiro [...] pretende lançar mão do esquema conceitual disposto pelos estudos clássicos de antropologia através de uma revisão crítica das teorias de alto alcance histórico, a fim de propor um novo esquema acerca do desenvolvimento humano.” (MATIAS, 2008, p. 7). Ribeiro retoma a perspectiva evolucionista de modo reformado, logrando, de acordo com Matias (2008, p. 7), explicar as “particularidades histórico-formativas dos povos americanos”.

Para fazer a transposição de conceitos e concepções que se originam em determinada formação social, é preciso observar a evolução sociocultural, que, para Darcy Ribeiro, se trata de um “movimento histórico de mudança dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, desencadeado pelo impacto de sucessivas revoluções tecnológicas [...] sobre sociedades concretas, tendentes a conduzi-las à transição de uma etapa a outra, ou de uma a outra formação sociocultural.” (RIBEIRO, 1987, p. 42). É possível ver com nitidez que o autor coloca grande peso no aspecto tecnológico como motor de transformações sociais. Segundo Matias (2008, p. 8), Ribeiro, ao não conceber um modelo único de civilização, entende cada experiência histórica concreta “como um movimento ascendente ritmado por condições objetivas, as quais operam como fatores exógenos em cada momento histórico.” Esse desenvolvimento é conflituoso e “é produto de um desenrolar contraditório da constituição interna de uma formação sociocultural, como modo de adaptação a seu meio, em relação a sua interação com outras formações.” (MATIAS, 2008, p. 9). Nesse sentido é que vão sendo apresentados conceitos que dão corpo à forma como o autor vê esse desenvolvimento, tais como “aceleração evolutiva”, “atualização histórica” e “atraso histórico”. Nas palavras de Ribeiro (1987, p. 55-6 – destaques nossos):

Por **aceleração evolutiva**, designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições no sentido da transição de um a outro modelo de formação sócio-cultural, como povos que existem para si mesmos. Por **atraso histórico**, entendemos o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas. Por **atualização ou incorporação histórica**, designamos os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica.

Esses conceitos do esquema interpretativo de Darcy Ribeiro se articulam na própria noção de “processo civilizatório” (RIBEIRO, 1987, p. 40), que visa a uma abordagem do aspecto global do conjunto das formas sociais, que identifica o “desenvolvimento progressivo” como força homogeneizante da cultura, assim como a incapacidade dessa força, dada a limitação que apresenta ante “fatores de diferenciação das culturas singulares”. Os fatores são apontados como “condições ecológicas e históricas”, são um produto das adaptações criativas, geradora de alternativas. Nesse bojo que surge a ideia de nação tropical, mestiça, para a civilização brasileira.

As nações subindustrializadas do mundo moderno não são, como se vê, sobrevivências de si mesmas ou retratos contemporâneos das condições pretéritas das nações desenvolvidas. São, isto sim, o resultado de um processo de atualização histórica que sobre elas atua espoliativamente para tornar possível o desenvolvimento acelerado de outras áreas. As tensões entre essas sociedades imersas no subdesenvolvimento e os centros imperialistas que lucram com seu atraso vão-se configurando como a oposição fundamental dos tempos modernos. E se torna cada vez mais aguda, à medida que se generalizam as aspirações de consumo de tipo industrial; que se aprofunda em suas lideranças a conscientização de que o sistema, por seu próprio funcionamento espontaneísta, é incapaz de conduzir ao desenvolvimento autônomo; e que seus povos se reintegrem como uma nova etnia nacional armada de um *ethos* que a capacite a empreender sua guerra de emancipação.” (RIBEIRO, 1987, p. 159)

Entre seus grandes feitos enquanto teórico e político, Ribeiro é conhecido, junto com Anísio Teixeira, como um dos criadores da Universidade de Brasília, projeto universitário inovador e pensado em contraponto à universidade existente no Brasil da época, início dos anos 1960. A obra *A Universidade necessária* surge anos após a experiência de criação da UnB, já no contexto de ditadura militar, de expurgos, invasões ao campus e intervenção naquela e em outras universidades do país. O livro traz como ponto culminante o projeto da UnB, mas não se restringe a esse aspecto, ele traz uma comparação dos modelos de universidade em países de desenvolvimento superior ao brasileiro, como EUA, Alemanha, França, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Japão. Todos eles, elevaram as taxas de matrículas a níveis muito superior ao do Brasil, inclusive em velocidade explosiva, como no caso da URSS. Importa a nós, nesse ponto, ver os elementos de convergência da teoria social de Ribeiro e a sua reflexão sobre a universidade.

Esse aspecto fica evidente no texto de Darcy Ribeiro, pois já como objetivo da produção aparece refletir e contribuir sobre o papel das universidades na luta contra o subdesenvolvimento. Ou seja, a universidade tem um papel teleológico relativo ao desenvolvimento. O autor ainda comenta que universidade e sociedade reproduzem o mundo

desigual, são instâncias relacionadas. Obviamente, não em medidas iguais, mas, na perspectiva de Darcy Ribeiro, é possível, inclusive, à universidade funcionar como motor de “aceleração” do desenvolvimento, à frente da sociedade.

O modelo interpretativo que Darcy Ribeiro fornece para a universidade brasileira é o modelo utilizado na obra anterior. São elencados elementos do *atraso*, da *atualização histórica* e da *aceleração evolutiva*, a cada um correspondendo uma visão presente nas disputas sobre a universidade na década de 1960. A linha que o autor defende vai na direção de oferecer as bases organizativo-funcionais, teórico-epistemológicos, para que surja a universidade da aceleração evolutiva no país.

Transfigurar a universidade para que ela deixe de ser a guardiã do saber, organizada para transmiti-lo como informação, como adestramento e como disciplina. Mas relutante a utilizar seus recursos intelectuais para propor-se a reformulação da ordem social e até mesmo para debater a responsabilidade moral da ciência e da técnica que cultiva. Transfigurar a sociedade para que ela a todos assegure educação e trabalho e, sobretudo, para que a ninguém condene a vender seu talento e suas habilidades a quem melhor possa convertê-los em lucros pecuniários, sem ensejar nenhuma oportunidade de colocá-los a serviço da coletividade. (RIBEIRO, 1969, p. 3).

O *atraso* é representado pelos que se apegam à estrutura vigente, que não querem qualquer alteração. Darcy Ribeiro (1969) identifica o futuro da universidade em dois caminhos possíveis: o da modernização reflexa (*atualização*) e da universidade projeto (*aceleração*). Com modernização reflexa se refere à ideia de que, se houver alguns aperfeiçoamentos institucionais, as universidades “periféricas” podem alcançar o grau de desenvolvimento de suas congêneres mais desenvolvidas; e a ideia de crescimento autônomo, em que a universidade deve ser uma *intenção*, a universidade projeto, visto que, como subestrutura da estrutura social global, ela tende a perpetuar essa estrutura espontaneamente e, então, só pode representar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional quando for movida por tal teleologia. “A universidade, como resultado residual desse entrechoque [ímpeto de seus dirigentes], continuará existindo e exercendo seu papel tradicional como o fez até agora, inconsciente de si mesma e da sociedade a qual serve”. (RIBEIRO, 1969, p. 9). A política de desenvolvimento autônomo, ao contrário, exige “o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como em relação à universidade. E só pode ser executada através de um diagnóstico cuidadoso de seus problemas, uma planificação rigorosa de seu crescimento e uma escolha estratégica de seus objetivos, necessariamente opostos aos da modernização reflexa”. (Ibid., p. 10).

A universidade, dadas as contingências da sociedade em que se insere, tende a preservar o *status quo*, que busca limitar a possibilidade de a universidade agir para transformação acelerada da sociedade. O subdesenvolvimento, na visão de Ribeiro, pode funcionar como gerador da consciência que é necessária para a transformação tanto da universidade quanto da sociedade. O atraso tem caráter global, ele distribui-se “equilibradamente por todos os setores e a gerar uma atitude de resignação com a pobreza” (RIBEIRO, 1987, p. 118), ao passo que o subdesenvolvimento apresenta desníveis “entre os ritmos e formas de progresso dos vários órgãos da sociedade e por gerar uma consciência crítica rebelada contra os fatores do atraso” (Ibid., p. 118). Assim, aos estudantes e professores corresponde a luta pela transformação da universidade, antecipando-se ao caráter do subdesenvolvimento. “Por isto mesmo, não pode haver uma consciência crítica e progressista em relação à sociedade que não o seja também em relação à universidade.” (Ibid., p. 118). A defesa da universidade, nessa concepção, também é a defesa do regime democrático, pois este é condição para o exercício das funções universitárias. A Universidade precisa assegurar direito à voz e à expressão para que cumpra sua missão, não lhe sendo admissível a função de porta-voz doutrinário.

Para perspectivar a universidade-projeto, Ribeiro (1969) reconhece que os exemplos de outros países podem inspirar o Brasil, mas jamais serem transplantados como modelos adequados à nossa realidade. A esse respeito, o autor aponta legados de cada um dos modelos universitários que devem ser considerados. “O legado da universidade francesa e alemã do século passado [19] oferece um exemplo de instituições que atuaram como agências intencionais de integração nacional, de mobilização cívica e de incorporação de uma sociedade na civilização de seu tempo.” (Ibid., p. 67). Já as universidades dos Estados Unidos e as inglesas “ensinam de que maneira uma estrutura universitária pode experimentar renovações espontâneas que lhe permitam acompanhar e apoiar um processo de intensa transformação social.” (Ibid., p. 67). Para o autor, o legado representativo da universidade latino-americana é a luta pela cogestão, incorporada nas demandas da Reforma de Córdoba de 1918 – movimento estudantil pela reforma que defendia uma série de alteração na universidade argentina, tendo em vista a ruptura com a Igreja Católica, a gestão paritária entre alunos e professores, entre outros pontos, cujo manifesto lançou luz ao debate universitário em toda América Latina e ainda hoje é uma referência indispensável nesse campo.

A Reforma de Córdoba foi reivindicada no Brasil nas Cartas em defesa da reforma universitária (Carta da Bahia, 1961; Carta do Paraná, 1962). O movimento teve influência na América Latina como posição sobre

a função social da universidade [que] ganhou novos marcos, sobretudo com a defesa de que a universidade não pode deixar de interpelar os problemas nacionais e dos povos. Essa discussão nos documentos sobre a universidade elaborados na região assumiu a forma da defesa da pertinência social e do compromisso com os problemas nacionais. (LEHER, 2021, p.3)

Em relação às heranças a serem superadas, Ribeiro (1969) ressalta o “estilo aristocrático e patriarcal com que ainda se exercem as cátedras na maioria das universidades latino-americanas, fato atenuado, em parte, ali onde as conquistas da Reforma de Córdoba mais avançaram” (Ibid., p. 67). Esse elemento se vincula à “impregnação que sociedades nitidamente desiguais exercem sobre suas universidades.” Além desse ponto, o caráter burocrático, em que as universidades são tomadas como repartições públicas seria um desafio a ser enfrentado, pois imporiam razões legais e contábeis sobre as razões científicas e acadêmicas. Com a reunião desses elementos, pode-se dizer que a Universidade Necessária de Ribeiro não é um modelo desenvolvido *a priori* e aplicável a todas as situações, mas sim um esforço de reconhecer, no bojo a crítica à sociedade brasileira, o papel que a universidade pode vir a desenvolver, se se pretende vetor da superação do caráter atrasado de nossa sociedade.

3.2.2 Florestan Fernandes e a universidade transformada

A produção intelectual de Florestan Fernandes é bastante vasta, inclusive o seu material sobre Educação vai muito além da publicação que damos maior ênfase nesta seção que é *Universidade brasileira: reforma ou revolução* (2020 [1975]). O autor foi atuante no debate educacional brasileiro ao longo de quase cinco décadas (de 1950 a 1990). O livro em questão traz uma coletânea de artigos e palestras que Fernandes proferiu no contexto das lutas pela reforma universitária da década de 1960. Alguns autores, como Freitag (2005), apontam para uma ruptura no pensamento de Florestan Fernandes após a perseguição operada pela ditadura militar, que culminou com a aposentadoria precoce da USP em 1968, e seu exílio, que teria marcado o fim de uma fazer acadêmico-científico e o início de uma fase de textos socialista-militantes. Leher (2012), por sua vez, embora reconheça uma mudança teórica no mesmo período, a vê como aprimoramento e amadurecimento: “não a concebo como uma ruptura epistemológica, mas como um longo processo de elaboração pleno de retificações e novas sínteses em seus trabalhos.” (Ibid., p. 1161). Fato é que em sua principal obra, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976), que foi elaborada nesse período, temos a incorporação

da perspectiva do capitalismo dependente para interpretação do Brasil, como vimos anteriormente.

Segundo a visão de Fernandes (1976), ao fechar o espaço político à mudança social, “a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente” (Ibid., p. 214). Essa característica remete ao caráter da revolução burguesa no Brasil, que não se configurou como uma ruptura com o modelo colonial de crescimento. Na interpretação de Fernandes (1976), o país passou de um padrão colonial para um neocolonial e então para o capitalismo dependente e subdesenvolvido. Segundo Costa (2018c), em comentário sobre a obra de Fernandes, o desenvolvimento do capitalismo dependente impacta nas instituições sociais, culturais e políticas, que, por sua vez, conformam o padrão dependente. Ao padrão dependente do desenvolvimento, portanto, se vincula “o padrão dependente de educação superior”. Segundo a autora, este padrão se refere à importação de modelos educacionais, concepções e conhecimentos “desenvolvidos em outros contextos e deslocados das reais necessidades nacionais, sem capacidade criadora e inovadora, bem como na formação de um sistema de ensino voltado para o trabalho simples.” (COSTA, 2018c, p. 25). Segundo Fernandes (2010), todo o processo colonial e de independência nos países latino-americanos foi marcado pela absorção cultural segundo regras e mecanismos de tipo colonial, em que não se buscava a produção de conhecimento original. Os modelos organizacionais foram transplantados ao Brasil de modo incompleto e superficial, e tiveram que ser adaptados “estrutural e dinamicamente, a situações histórico-sociais que selecionaram positivamente apenas algumas de suas funções essenciais (aquelas que fossem compatíveis com o estilo social de vida predominante).” (FERNANDES, 2010, p. 175).

Para superação desse padrão não basta a ampliação das vagas, o acesso à universidade, pois, se preservadas as características fundamentais, fica mantida a heteronomia cultural. De acordo com Leher (2020, p. 17), na obra madura de Florestan Fernandes, “a ‘demora cultural’ passa a ser pensada em termos de heteronomia cultural – a contraparte do capitalismo dependente. A dissociação das temporalidades característica da ‘demora cultural’ é teorizada à luz da proposição do desenvolvimento desigual do capitalismo”.

A perspectiva de Florestan Fernandes para a universidade transformada é que no lugar da universidade conglomerada e voltada à formação para o trabalho simples, deve ser levantada a universidade integrada e multifuncional. A questão da integração se dá em relação de oposição à característica fundante das universidades brasileiras que se formaram a partir da junção de unidades isoladas, além de apontar para a necessária identificação entre as

demandas sociais e a universidade. O aspecto multifuncional se desdobra na universidade cumprindo missões cultural, investigadora, técnico-profissional e social. “A concepção multifuncional da Universidade surge, a um tempo, como símbolo da maturidade intelectual nos marcos da civilização vigente, como resposta à democratização das oportunidades educacionais e das formas de saber, e como condição e efeito de complexos processos de autonomização cultural.” (FERNANDES, 2020, p. 248). O autor não diminui o peso da esfera cultural, e lhe atribui o mesmo impacto da “emancipação política” e do “desenvolvimento econômico”. Assim sendo, ao participar como vetor central para o enfrentamento da heteronomia cultural, elemento fundamental para a compreensão de Brasil em Florestan Fernandes, a universidade ganha centralidade em suas preocupações.

Ao examinar o profícuo movimento que levou à demanda por uma reforma universitária no início dos anos 1960, Fernandes (2020) destaca a participação efetiva do movimento estudantil nesse debate. Os estudantes partiram da pauta da reforma universitária como tarefa interna e necessária à reconstrução “espontânea” da universidade brasileira, mas, ao radicalizar suas exigências e reformulá-las politicamente, descobriram que seria impossível “mudar a *universidade*” sem “*transformar a sociedade*” (Ibid., p. 235 – destaques do autor). A partir do final da década de 1950, a reforma universitária adquiriu uma proporção histórica de movimento social, expressando o empenho na criação de uma “universidade brasileira.”

Nesse processo, dois pontos são destacados pelo autor, o primeiro é que a universidade constituída idealmente no contexto dessas lutas não foi pensada como algo perfeito e acabado, mas algo que apontava para funções reais a serem preenchidas pela universidade na sociedade. “Segundo, as conexões profundas da universidade com a sociedade brasileira foram focalizadas com referência a uma sociedade nacional dependente e subdesenvolvida em transformação”. (FERNANDES, 2020, p. 242). O “padrão de desenvolvimento dependente” remete, de acordo com Fernandes, a perspectivas separadas de progresso educacional e cultural, mas o movimento pela reforma não esteve circunscrito a essa separação, a alteração da universidade estava no âmbito da mudança da cultura.

Na discussão da reforma universitária, Fernandes (2010) identificava como um desvio do sentido a “acomodação realista”, que estipulava um “teto” possível para as universidades nas sociedades subdesenvolvidas, devido à “escassez dos recursos e as limitações resultantes de possibilidades inevitavelmente estreitas de utilização social construtiva das universidades.” (FERNANDES, 2010, p. 183). Fernandes apontou que a universidade só pode funcionar como “fator de desenvolvimento” à medida que negue e supere o *status quo*, de modo a contribuir para a autonomização cultural progressiva da sociedade nacional.

O autor é crítico ao academicismo e à visão de classe média do corpo docente da universidade, que ignora o papel intelectual e os legítimos interesses da universidade, em nome da defesa do que denomina *status quo* cultural contra as ameaças de transformação. “Dessa perspectiva, a universidade é uma instituição desarmada e desorientada, incapaz de tomar consciência de si mesma, das necessidades culturais que deveria atender e das atribuições que a converteriam numa instituição educacional diretora.” (FERNANDES, 2010, p. 231).

Convém apontar que, na avaliação de Fernandes (2020, p. 34), a reforma foi sendo incorporada pelos setores conservadores e, ao ser concretizada, foi esvaziada do seu caráter democrático, reforçando a universidade conglomerada, tolhendo-lhe a vitalidade política e cultural.

O subdesenvolvimento jamais será combatido sem uma alteração de atitudes e comportamentos que atinjam a todo o povo. A reforma universitária, por sua vez, não é algo marginal a esse núcleo de debates. Em toda a América Latina, desde a segunda década deste século, foi em torno da reforma universitária que se condensou a efervescência intelectual, que conduziu à mais franca e aberta discussão das demais reformas sociais, das debilidades orgânicas das ‘burguesias nacionais’. (FERNANDES, 2020, p. 48)

Em “O circuito fechado” (2010 [1966]), Fernandes já identificava a dificuldade de avançar na organização das universidades e na produção científica com o vai e vem dos recursos orçamentários. “O terreno ganho em dez anos é perdido nos dez anos seguintes, o que faz com que as relações de gerações sucessivas sejam insuficientes para a recuperação dos avanços que não chegam a se incorporar, definitivamente, na rotina do trabalho intelectual institucionalizado” (FERNANDES, 2010, p. 236). Outro fenômeno bastante contemporâneo que fez notar foi a questão da “preparação de cientistas ou de técnicos destinados, fatalmente, ao inproveitamento pelo meio social ou à imigração para o exterior.” (FERNANDES, 2010, p. 237), devida à baixa incorporação desses cientistas pelo padrão produtivo nacional, o que atualmente ficou conhecido como “fuga de cérebros”.

De acordo com Florestan Fernandes (2010), a universidade brasileira sempre esteve em atrito com as estruturas de poder, e não raro, como ocorreu nos anos 1930 e no período da guerra fria, sofreu sistemática opressão e repressão, “malgrado as tendências conservadoras do corpo docente e sua propensão suicida à capitulação passiva.” (FERNANDES, 2010, p. 166).

Por fim, cabem ainda alguns apontamentos sobre a defesa que o autor faz da universidade multifuncional como seu projeto. A universidade multifuncional “tem de

expressar novas concepções educacionais, uma nova mentalidade intelectual e uma nova compreensão das relações da universidade com a sociedade brasileira.” (FERNANDES, 2020, p. 113). A universidade multifuncional se baseia na ciência e “na tecnologia científica; uma inteligência inquieta, ativa e responsável; bem como um impulso irredutível à democratização de si mesma, da cultura e da sociedade.” (Ibid., p. 113). Ao apontar o papel que a universidade brasileira deve cumprir, em relação à dependência, Florestan Fernandes (2020, p. 245) afirma:

Nas fronteiras do presente e do futuro, a universidade brasileira não deverá contentar-se em contribuir para “acelerar o desenvolvimento”. Ou ela será capaz de produzir um novo padrão intelectual de desenvolvimento educacional “autônomo”, ou ela submergirá, fará dela um “rebento moderno de estruturas arcaicas” ou uma “objetivação arcaica dos tempos modernos”.

Ou seja, a universidade deve estar comprometida com a superação da dependência, pois universidade e projeto nacional soberano estão combinados na teoria social de Florestan Fernandes.

3.3 Aspectos da contrarreforma de 1968

A reforma universitária de 1968 pode ser caracterizada como contrarreforma porque ela expressou o sentido oposto da universidade necessária de Darcy Ribeiro, ao adaptar-se ao modelo de atualização da dependência que foi operado pela Ditadura Militar. A modernização conservadora teve na universidade do final da década de 1960 um dos pilares sobre os quais se ergue. Fazemos neste item um apanhado das principais características da universidade modernizada, a nosso ver importante para este trabalho, pois, em muitos aspectos, teve efeitos duradouros no papel da universidade brasileira. Fazemos esse levantamento de modo resumido, pois o cenário complexo que viveu a universidade naquele período fez surgir uma nova instituição, síntese das exigências do capital monopolista, da apropriação de um modelo organizacional de padrão estadunidense e das lutas sociais que se desdobravam no período, mesmo com o regime fechado. Não apresentamos uma nova sistematização, nosso objetivo é conhecer, via estudos do tema, os principais desdobramentos da contrarreforma. São esses autores que nos informam os elementos mais importantes e que vão perdurar na universidade contemporânea.

Como sucessivas camadas, cada uma das mudanças que se desenvolvem nas universidades instala-se sobre as condições precedentes, preservando características

anteriores, subsumidas ao novo modelo operativo. Do ponto de vista teórico, retivemos dos itens anteriores a relação indissociável da universidade com a sociedade que integra, o caráter autocrático permanente do regime político brasileiro, a dependência econômica combinada com o subdesenvolvimento, o caráter vivo das disputas que se estabelecem sobre a universidade, que remetem à luta de classes, entre outros aspectos.

O último dos três livros clássicos de Luiz Antônio Cunha é dedicado à universidade reformada em 1968. O autor demonstra, com amplo aporte de evidências empíricas – como o estudo dos documentos do Ministério da Educação, dos Projetos de Lei, grupos de trabalho, propostas estudantis, mudanças sociais e do número de matrículas, cursos etc. –, que o processo de “modernização do ensino superior conforme o figurino norte-americano e o aumento do controle configuraram as duas faces da universidade brasileira em reforma, nos primeiros anos de vigência do regime militar” (CUNHA, 1988, p. 317). O objetivo da reforma, na visão de Cunha, foi “colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privado ‘multifuncional’” (Ibid., p. 317), entendimento que vai ao encontro às elaborações de Fernandes e Ribeiro. A modernização também visou a atender à crescente demanda dos jovens por vagas no Ensino Superior. Ao incorporar e adaptar a seu projeto parte das demandas estudantis, como o aumento do número de vagas e o fim das cátedras, e operar sobre um terreno já convencido sobre o “modelo americano”, a contrarreforma obteve certa adesão. “Como contrapartida da modernização e do reiterado discurso sobre a autonomia universitária, procurou-se submeter as universidades públicas, principalmente as federais, a um mais rígido controle governamental – do MEC e dos órgãos de espionagem, como o Serviço Nacional de Informações” (CUNHA, 1988, p. 317).

A estratégia de implantação da contrarreforma foi a gradação, ela se procedeu de modo disperso em vários projetos de lei, influenciados pela conjuntura. Sua costura foi permitida, segundo Cunha, porque já desde os anos 1940 havia grande aceitação da intelectualidade em relação ao modelo estadunidense; pelo fracionamento interno das universidades, em que uma parte dos docentes e administradores (conforme a nomenclatura de Cunha) apoiavam o regime, ante o movimento estudantil, que lhe era contrário; o grupo que ascendeu ao poder continha certo ideário liberal, que foi expresso na autonomia universitária (CUNHA, 1988). O movimento estudantil conseguiu se reorganizar durante os primeiros anos da Ditadura e suas manifestações impuseram recuos aos intentos do governo.

A contrarreforma de 1968 foi formulada a partir do acordo do Ministério da Educação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Os

estadunidenses financiaram toda a transição e legaram o modelo geral que foi implementado, embora tenha havido uma adaptação à realidade brasileira e alguns aspectos trazidos pelos ianques sequer tenham sido aprovados, por exemplo, a criação de *colleges*, que dividiria o Ensino Superior em duas modalidades. “O que sobrou desse intento foi a divisão do curso profissional de graduação em dois ciclos, o básico e o propriamente profissional, sem que ao primeiro correspondesse um grau acadêmico como se pretendia.” (CUNHA, 1988, p. 320).

À apresentação da Lei n. 5.540/1968 (BRASIL, 1968), precedeu a tentativa de uma concertação entre diferentes setores, especialmente no âmbito do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. De acordo com Cunha (1988, p. 320-321), o projeto procurou “soldar as demandas dos liberais em extinção, dos tecnocratas em ascensão, dos autoritários de sempre (agora com novo fardamento) aos propósitos renovadores de muitos professores, pesquisadores, administradores e estudantes universitários.”. Na avaliação do autor, “os convênios MEC-USAID alcançavam plenamente seus objetivos pela mediação do Conselho de Reitores, sistema que veio a atingir sua plenitude a partir de 1969, já em vigor o Ato Institucional n. 5 e o Decreto-lei n. 477, poderoso arsenal para dissuasão dos dissidentes.” (CUNHA, 1988, p. 221).

Complementarmente, houve a multiplicação dos órgãos colegiados, formados pelos professores, colegiado do curso, comissões de departamento, congregações, conselhos. A nomeação dos reitores permaneceu a cargo do chefe do Poder Executivo a partir de uma lista sêxtupla. “A elaboração das listas de candidatos a reitor e a vice-reitor, no caso das universidades oficiais, já não seria atribuição exclusiva dos conselhos universitários, mas destes em conjunto com os demais colegiados superiores, inclusive dos conselhos de curadores, nos quais tinham assento representantes do Ministério da Educação.” (CUNHA, 1988, p. 324).

Remonta a esse período também a disseminação da ideia de privatização da universidade. O funcionamento da universidade deveria assemelhar-se ao das empresas privadas. Os diferentes conselhos com caráter deliberativo seriam substituídos por órgãos de assessoramento, e o reitor atuaria como o “dono” de uma grande empresa.

Os objetivos da “reforma universitária”, na leitura de Leher (2021, p. 13), foram alcançados:

- 1) a subordinação das universidades ao capitalismo monopolista então em estruturação – como é possível depreender dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), do arcabouço da Lei n. 5.540/1968 e dos PBDCT;
- 2) o expurgo dos intelectuais marxistas e, genericamente, de todos os críticos à ditadura, por meio do AI-5/1968 e do Decreto n. 477/1969, e mesmo o

assassinato de professores e estudantes que se engajaram nas lutas contra a ditadura; 3) a nomeação de reitores afins ao regime, ignorando as escolhas preferenciais dos Conselhos das instituições; 4) a imposição de restrições ideológicas na seleção de docentes, em linha com a doutrina da segurança nacional; e 5) aprofundar, de modo estrutural, a heteronomia das universidades frente ao Estado, por meio da subordinação de toda agenda de pesquisa ao aparato de ciência e tecnologia operacionalizado pelas linhas de pesquisa e, mais tarde, pelos editais, direcionando recursos de modo diferenciado para os setores considerados prioritários pela ditadura.

Ainda segundo este autor (LEHER, 2021, p. 13), no período de redemocratização não houve uma revisão rigorosa desses princípios “de modo a promover indispensáveis discontinuidades com a política educacional da ditadura”. A modernização conservadora operada pela Ditadura Militar criou e moldou o sistema de pós-graduação no Brasil, com expansão de 50 para 1.116 programas de pós-graduação (LEHER, 2019). “Esse é um tema pouco discutido. Grande parte da pesquisa está relacionada com a pós e resta muito a investigar sobre o modelo de organização heterônomo da pós-graduação herdado, quase sem modificações, da ditadura.” (LEHER, 2019, p. 217).

O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção levou à industrialização do país, ao crescimento da urbanização e à modernização da sociedade brasileira. “[...] a expansão da pequena burguesia urbana e o crescimento de estratos superiores das classes trabalhadoras, principalmente aqueles vinculados ao setor de serviços” (BRAGA; BIANCHI, 2015, p.39) formaram o caldo operado pela Ditadura Militar no âmbito da reforma universitária. Esses processos levaram a uma pressão pelo aumento do número de vagas no Ensino Superior no Brasil, que, até então, atendia um número reduzido de estudantes e era composto por número reduzido de instituições. Braga e Bianchi (2015) lembram que as mobilizações estudantis de 1968 deram vazão a essa contradição das universidades brasileiras.

Leher (2015b) aponta, citando Mandel, que as novas exigências do capitalismo monopolista atingiram as universidades já nas décadas de 1940 e 1950, quando cientistas passaram a integrar circuitos do capital nos departamentos de pesquisa das grandes corporações, ao passo que ocorreu uma massificação na formação superior especialmente nas instituições voltadas ao ensino. Segundo Leher (2015b), esse processo chega ao Brasil com força nos anos 1960. Uma de suas marcas é a institucionalização da pesquisa pelo Estado, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ainda na década de 1950. “Na mesma toada do que acontecera nos EUA e na Europa na década de 1940, embora em menor escala, a energia nuclear e a indústria aeroespacial foram prioridades geopolítica. Mas foi na ditadura empresarial-militar instaurada em 1964 que a

universidade foi realmente demandada pelo capitalismo monopolista.” (LEHER, 2015b, p. 28).

Como afirmamos com base nas considerações de Fernandes e Dreifuss, a Ditadura operava em sintonia com as necessidades da burguesia industrial monopolista. Uma das exigências que apresentaram foi a construção da infraestrutura Estatal “em especial [a] construção pesada, hidrelétricas, portos, aeroportos, energia, siderurgia, telecomunicações e agricultura.” (LEHER, 2015b, p. 28). Em relação à universidade, buscaram estabelecer “a formação de uma força de trabalho qualificada para setores específicos, como indústria de autopeças, naval, de construção civil e negócios, e de uma força de trabalho massificada para distintas áreas de serviços e indústria” (LEHER, 2015b, p. 28). Consequentemente, houve um ajustamento das instituições educacionais públicas com tradição em pesquisa às demandas do capital. Mas o controle tecnológico seguiu nas mãos das empresas, em geral, transnacionais.

Os convênios do MEC com o a USAID consistiram em “um amplo programa de pesquisa e planejamento das universidades brasileiras, articulado em torno de três eixos: segurança nacional, desenvolvimento e comunidade” (BRAGA; BIANCHI, 2015, p. 39). O foco das propostas era a “inserção da universidade brasileira no esforço de desenvolvimento industrial em curso” (Ibid., p. 39). A Lei n. 5.540, de 1968, justamente, procura colocar a universidade em compasso ao processo de industrialização e ao sistema produtivo nacional. Foi instituído o vestibular, como processo de seleção dos ingressantes, extintas as cátedras, com a criação dos departamentos, e restringida a participação dos discentes nos órgãos colegiados. Na avaliação de Braga e Bianchi (2015, p. 39) “a nova legislação teve impacto profundo e duradouro na estrutura administrativa da universidade.”. Com a ampliação acelerada do número de vagas, ocorreu um salto de 212 mil para 688 mil estudantes em menos de cinco anos, entre 1967 e 1972, em resposta à demanda da classe média.

Embora sob risco de simplificações, é possível sustentar que a universidade pública organizou a pesquisa e a pós-graduação em estreita relação com as induções estatais vinculadas ao capitalismo monopolista. Não apenas as áreas do conhecimento – e as prioridades de pesquisa que, no período, mantiveram íntima relação com as prioridades dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e seus correspondentes Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - como também certo *ethos* acadêmicos foram difundidos nessas mediações entre o Estado ditatorial e as universidades, embora com críticas e resistências relevantes.” (LEHER, 2015b, p. 29)

O crescimento do setor privado na educação configurou-se como uma tendência no Brasil desde esse período, como uma consequência da contrarreforma de 1968. Ainda que a

reforma não tenha avançado em relação à cobrança de mensalidades (havia no período a cobrança de taxas de matrícula, cujo valor não era padronizado entre as instituições) nas instituições públicas, o espaço aberto para a rede privada a levou a reter a maior parte das matrículas do ensino superior. “Entre 1965 e 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64% nesse período” (MARTINS, 2009, p. 23). Segundo Leher (2015b) o total de vagas em instituições públicas chegou a 556,6 mil em 1985. Para que esse alargamento do setor privado ocorresse houve estímulos do governo. “Por meio de generosas isenções fiscais, da transferência de recursos públicos e de uma legislação amplamente favorável, constituiu-se um sistema privado de ensino superior com caráter complementar ao público, mas que aos poucos superou e passou a concentrar o maior número de matriculados”. (BRAGA; BIANCHI, 2015, p. 40).

A contrarreforma afastou a universidade de sua pertinência social, silenciando linhas de pesquisa que se voltavam aos desafios sociais (LEHER, 2021). Com isso, a pauta da universidade não correspondia ao enfrentamento do subdesenvolvimento, da pobreza, da soberania. A crise do final dos anos 1970 levou ao enfraquecimento do regime. Ressurgiram as greves e o movimento pela democracia, culminando com a reabertura (lenta, gradual e segura) e a constituinte de 1988, que trouxe um novo capítulo para a universidade.

3.4 As disputas do capítulo universitário na Constituição Federal de 1988

No bojo da luta social que marcaram a elaboração da Constituição Federal de 1988, à universidade, que fora vilipendiada durante a Ditadura, foi assegurada “a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (BRASIL, 1988). O texto constitucional também versou sobre o dever das universidades de cumprirem o “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, elaborações combinadas no Art. 207. A educação, em geral, foi garantida como direito de todos e dever do Estado, assim como se avançou no princípio da gestão democrática na Educação.

As propostas do campo progressista e popular à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) tiveram o Fórum Nacional de Defesa da Educação Pública (FNDEP) como seu principal articular e formulador. “O FNDEP foi um dos movimentos sociais da área educacional mais relevante dos últimos trinta anos, trazendo contribuições para conquistas no texto constitucional e na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional de 1996 (BRASIL,

1996a) e nas discussões dos dois Planos Nacionais de Educação” (PINHEIRO, 2015, p. 155). Uma das grandes vitórias conquistadas pelo Fórum foi o princípio da gestão democrática.

De acordo Cislighi (2019), o Fórum sofreu três derrotas importantes na disputa constitucional, que abriram margem para o empresariamento da educação, tendência que veio a vigorar nos anos 1990. O primeiro diz respeito ao embate com o setor privado da Educação em relação à destinação de recursos públicos exclusivamente às instituições públicas, em que vigorou a possibilidade de repasse para instituições privadas. “O segundo ponto foi a abertura da possibilidade de escolas privadas laicas poderem ser instituições lucrativas, pela primeira vez na nossa História” (CISLAGHI, 2019, p. 140). Através desse dispositivo, foi possível converter as instituições educacionais em empresas prestadoras de serviço. Especificamente em relação ao Ensino Superior, o Fórum propunha o “padrão único de qualidade para o ensino superior, organicamente vinculado com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a exigência da organização desse nível de ensino em universidades.” (Ibid., p. 140). A derrota nesse ponto abriu margem para o Ensino Superior sem o requisito da indissociabilidade, o que permitiu a diversificação das “modalidades de organização e instituições apenas de ensino” (Ibid., p. 140).

Ao analisar os discursos e propostas de Florestan Fernandes durante a ANC, Rodrigues (2022) avalia que, embora tenham sido aceitas emendas e a conquista de resoluções importantes, o texto se adaptou à manutenção da ordem então vigente: “o desfecho da ANC determinou uma Constituição em certo sentido moderna e avançada e que, ao mesmo tempo, consolidou a ordem existente, não rompendo o nó górdio da democracia.” (RODRIGUES, 2022, p. 26). Rodrigues remete às considerações do próprio Florestan Fernandes (1989 apud RODRIGUES, 2022, p. 26), segundo o qual “Por cima da Constituição ou através dela, prevalece a classe como instrumento de dominação econômica, social e política, bem como de conformação ideológica dos de baixo aos interesses e aos valores dos de cima”. As conquistas das classes populares foram, portanto, “castradas” pelos acordos com a “direitona”, apelidada de “centrão”, “que impediram as respostas às exigências prementes da nossa situação histórica.” (RODRIGUES, 2022, p. 26).

Os debates constituintes recolocaram as disputas precedentes ao Golpe de 1964, as disputas sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases, ocorridas entre 1950 e 1961, tendo como um dos centros a destinação de recursos públicos ao sistema privado de ensino, assim como o acesso universalizado à Educação.

Estes fatores não foram superados historicamente, sequer pelo processo instaurado na Assembléia Constituinte. Em relação à Constituição de 1988,

destaca seu caráter híbrido e ambíguo, na medida em que manteve a privatização do público e a distribuição de verba pública para o setor privado -leigo e confessional-, por meios diretos ou indiretos, e não estimulou a consolidação de um sistema público de ensino e pesquisa que criasse as bases políticas, econômicas, tecnológicas e ideoculturais para a ruptura com o capitalismo dependente. (LIMA, 2005, p. 8).

A própria autonomia universitária gravada na Constituição não deixou de ser disputada entre os que a veem de modo restrito e os que lutam pelo sentido ampliado (TREVISOL; GARMUS, 2021; LEHER, 2019). Após a promulgação, portanto, as garantias constitucionais das universidades passam a ser disputadas, especialmente, por aqueles grupos que querem fazer proveito das brechas para impor derrotas ao caráter público da universidade e sua autonomia ampla. O principal eixo de disputa sobre as universidades no período que se abre após a CF 1988 decorre do projeto neoliberal, do qual trataremos no capítulo seguinte.

4 UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO NEOLIBERALISMO

As disputas sobre a universidade no governo Bolsonaro ocorrem a partir de condições de possibilidades tecidas ao longo de várias décadas, em elementos estruturais da sociedade brasileira como o caráter dependente da sua economia e como as transformações do fenômeno do neoliberalismo. Deste processo decorrem condições e concepções-chave para as mudanças organizacionais da universidade nos últimos anos. O neoliberalismo é essencialmente um projeto radical das classes capitalistas precisamente contra os trabalhadores, “cujos fundamentos foram constituídos a partir da década de 1970, em uma dinâmica político-econômica e produtiva [...]” (DOMÉNIL; LEVY, 2014). Hegemônico em nível global, o neoliberalismo estabeleceu-se no Brasil devoto de uma agenda político-econômica formulada externamente e introduzida no país em processos de luta. Ao longo dos anos, mostrou-se não se tratar de um esquema impermeável às mudanças conjunturais e à reação da implementação de suas políticas, ao contrário, mantendo certo centro principiológico, apresentou flexibilidade conceitual, a partir de variadas fontes doutrinárias. As mudanças estruturais do Estado e das relações de produção transcorridas na década de 1990 consolidaram um novo padrão de reprodução do capital, como resposta à crise das décadas anteriores (OSORIO, 2014).

As universidades não ficaram imunes ao neoliberalismo. Neste capítulo abordaremos algumas linhas de tensão que se estabeleceram nesse campo, pois as tendências neoliberais foram determinantes para a dinâmica dessas instituições nas últimas décadas. Como ideologia, o neoliberalismo possui um conjunto de formuladores de doutrinas, que enfatizam o papel do mercado como fonte de soluções para os problemas das mais variadas esferas, demonizam a atuação estatal direta e ressaltam o individualismo (PAULANI, 2008). Essa ideologia busca justificar um conjunto de reformas pró-mercado, a retirada de direitos trabalhistas e condições salariais, representando, ainda, a expansão capitalista sobre o terreno dos serviços públicos e a privatização das estatais (Ibid.). Seu caráter de projeto das classes dominantes permite certa maleabilidade nos programas que implementa, em diferentes fases, entre as quais se destaca a virada empreendedora que sofreu no início do Século 21 (PUELLO-SOCARRÁS, 2008). Outra característica transversal é a recusa à política e a caracterização da democracia como acessória no processo de consolidação do mercado, apresentando centralmente uma concepção autoritária.

Neste capítulo, abordamos, inicialmente, as bases materiais sobre as quais o neoliberalismo se estabeleceu, apontaremos algumas das ideias mais importantes que expressa

e as principais formulações ideológicas que impactam nas universidades. Na sequência, discutimos a agenda que o neoliberalismo desenvolveu no Brasil na fase do Consenso de Washington e, mais recentemente, no modelo de terceira via, o neodesenvolvimentismo (PUELLO-SOCARRÁS, 2008). Nosso enfoque será pautado pela revisão bibliográfica de autores que teorizam sobre o período, destacando aspectos como a superação do consenso anterior (DUMÉNIL; LÉVY, 2014; HARVEY, 2011), a formação do consenso neoliberal e seus principais ideólogos (PAULANI, 2006; 2008; FONSECA, 2005), e os principais impactos neoliberais na economia política (ANDERSON, 1995; CARCANHOLO, 2009; 2011; 2018). A partir de Pueblo-Socorras (2008; 2011) discutiremos a variedade de perspectivas subjetivas e teóricas que podem se desenvolver nos marcos do neoliberalismo. As principais ideologias do neoliberalismo no modelo de universidade dizem respeito ao empreendedorismo, ao modelo da tríplice hélice e ao gerencialismo. O Banco Mundial e suas recomendações são apontados como centrais para as mudanças políticas realizadas no ensino superior brasileiro a partir dos anos 1990 (BARRETO; LEHER, 2008). As mudanças que transcorreram no período levam a políticas de expansão que se enquadram nos marcos neoliberais (LEHER, 2018; CISLAGHI, 2019; NEVES; PRONKO, 2008; COSTA, 2018). Quando da crise do neoliberalismo, em meio a crises política e social no país, um conjunto de medidas que aprofundam esse modelo é adotado como exigência das classes dominantes, o que prepara o terreno para o ressurgimento da ideologia fascista não apenas no Brasil, como em várias partes do mundo.

4.1 A hegemonia neoliberal: agenda político-econômica e universidade

Na década de 1970, foram redesenhadas as dinâmicas capitalistas de modo a responder à crise do chamado keynesianismo, teoria econômica baseada em John Maynard Keynes, que dava prevalência à intervenção estatal na economia e justificava diferentes modelos de Estado mais ou menos provedores de serviços públicos oferecidos aos cidadãos (FONSECA, 2005). Essa virada pode ser sintetizada como uma ofensiva capitalista, que buscava enfrentar a queda na taxa de lucros, aumentando a exploração do trabalho, em escala global (DUMÉNIL; LÉVY, 2014; HARVEY, 2011). A liberalização dos capitais para livre circulação global foi um de seus aspectos centrais, juntamente com o esforço privatista (PAULANI, 2008). A dinâmica instalada envolveu a reafirmação da hegemonia dos EUA no cenário internacional (TAVARES, 1997; DUMÉNIL; LÉVY, 2014; HARVEY, 2011) e o reforço dos interesses das classes capitalistas, com destaque à camada das finanças, como centro das atividades

econômicas (DUMÉNIL; LÉVY, 2014; DUMÉNIL, 2005; HARVEY, 2011). Ou seja, envolveu tanto as relações entre classes dentro dos países quanto as relações interestatais. A globalização financeira é a forma específica desse arranjo estrutural, garantindo predomínio das finanças a partir do livre fluxo de capitais e de mercadorias e de modificações produtivas (HARVEY, 2011). Ao contrário do que propagava, com a ideia de Estado mínimo, o Estado foi central para a mundialização capitalista desse período (OSORIO, 2014).

As crises econômicas são importantes marcos para pensar as reestruturações do capitalismo. Duménil e Lévy (2014) observam quatro crises estruturais (não meramente cíclicas), desde o final do Século 19. Segundo os autores, ocorreram três arranjos político-institucionais diferentes – constituídos também por elementos discursivos/ doutrinários, que fundamentam as sucessivas decisões políticas que dão os contornos: a era do *laissez-faire*, que culminou com a Grande Depressão de 1929; o consenso keynesiano (que permitiu o desenvolvimento de políticas de *New Deal*¹², o *Estado de Bem-estar Social* e o acordo de *Breton Woods*¹³ no plano internacional), hegemônico até a crise dos 1970; e o neoliberalismo em vigor desde então. Destaca-se que o acordo de *Breton Woods* criou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial como organismos da ONU (a partir de 1947), com finalidades complementares voltadas ao assessoramento de políticas financeiras e monetárias de distintos países. A crise do início do Século 21 pôs em xeque esses elementos discursivos/doutrinários e estruturais da ordem social, acarretando, portanto, uma disputa em torno de seu sentido e, conseqüentemente, dos rumos que as sociedades tomaram a partir desse marco.

O termo neoliberalismo ganhou força na década de 1980 para explicar as transformações por que o mundo capitalista passava à época, ao mesmo tempo em que denunciava seus defensores. Tem sido utilizado, embora com diferentes sentidos, para “descrever um conjunto de teorias e práticas que tem na limitação da atuação econômica do Estado e na valorização do livre-mercado os instrumentos mais adequados para maximizar o

¹² Após a Grande Depressão de 1929, passados alguns anos de continuidade das políticas-econômicas que levaram à crise, em 1933, o presidente americano Franklin Delano Roosevelt instituiu um plano denominado *New Deal*, a partir do qual houve uma série de estímulos à economia por parte do governo federal, envolvendo a diminuição da jornada de trabalho, controle dos preços e investimentos públicos em obras de infraestrutura para que o país retomasse o crescimento econômico.

¹³ *Breton Woods* é o nome dado às conferências de 1944 na cidade de mesmo nome do estado americano de New Hampshire, em que se estabeleceram as bases para o funcionamento da economia internacional do pós-guerra, envolvendo 44 nações aliadas. Uma das regras mais importantes foi o estabelecimento, para os diferentes países, de uma política monetária que mantivesse a taxa de câmbio atrelada a um indexador em dólar. Este, por sua vez, continha um lastro em ouro que regulava sua emissão pelos EUA. Nessa ocasião, foram criados o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

bem-estar social.” (PALLUDETO, 2012, p. 19). Assim, o Estado não mais promove os bens e serviços a partir de estatais, antes, define regras básicas para o fornecimento do serviço pela iniciativa privada, pois “se o mercado é capaz de garantir a reprodução material da sociedade, da melhor maneira possível, cabe ao Estado apenas atuar para que este mecanismo funcione livremente” (Ibid., p. 21).

De acordo com Paulani (2008), em relação ao liberalismo clássico, uma síntese das diferenças do neoliberalismo, pelo menos em sua fase inicial de adentrada no Brasil (década de 1990) é a presença de uma abordagem mais estreita, que se restringe sobremaneira ao aspecto econômico da vida em sociedade, e é menos iluminista, sendo mais ligado a uma crença no funcionamento do mercado do que ao uso da razão. A trajetória do neoliberalismo, como dissemos, está relacionada à superação do keynesianismo como modelo político-econômico hegemônico após a Grande Depressão dos anos 1930.

De acordo com Fonseca (2005), em 1944, projetando o fim da 2ª Guerra Mundial, em reuniões para decidir o futuro da economia internacional após o conflito, 44 nações aliadas realizaram acordos conhecidos como *Bretton Woods*. Formou-se politicamente, no mundo capitalista desenvolvido – como forma de incorporar a igualdade presente na proposta socialista que estava em vigor na URSS, e diante da necessidade do capital de reconstruir o capitalismo na Europa do pós-guerra –, um “consenso keynesiano”, manifestado de diferentes formas em cada país, de acordo com as condições históricas específicas. O *keynesianismo* representava uma tradição igualitarista, “imbuído de *valores ético-políticos relacionados à igualdade social*, tais como: justiça social, solidariedade, redistribuição de renda, desconfiança [...] em relação ao mercado, e crença na necessidade de intervenção e regulação do Estado.” (FONSECA, 2005, p. 37, destaque do autor).

Dumènil e Lévy (2014) argumentam que, no período de consenso keynesiano do mundo capitalista, predominou o que chamam de compromisso do pós-guerra, sendo configurado a partir de três facetas. A primeira das facetas é uma autonomia gerencial favorável aos investimentos e à mudança técnica, ou seja, ao capital acumulado e também à intervenção estatal (com restrições à circulação de mercadorias e à mobilidade de capital). A segunda faceta é a do aumento do poder de compra, do pleno emprego, estabelecimento do *Estado de Bem-Estar Social*, traduzido em um dever do Estado em prover saúde, aposentadoria e educação às classes populares. A combinação dessas duas facetas distintas variou de país para país, a depender da luta de classes interna, predominando a primeira nos EUA, e, na Europa do Norte, a combinação de ambas. O terceiro âmbito descrito pelos autores é a contenção dos interesses capitalistas, a partir da orientação para os investimentos

em capital fixo e não diretamente para a obtenção de lucro, pouco interesse nos acionistas e lucros reduzidos pelo aumento do custo da mão-de-obra. Esses pontos descrevem com mais propriedade a economia política dos países desenvolvidos no período, a dinâmica de países dependentes como Brasil apresenta diferenças em relação aos centrais. O Brasil desse período, a partir do modelo de substituição das exportações, vive as contradições entre a construção de um capitalismo autônomo e a sua derrota, como vimos no capítulo anterior, que tem no Golpe de 1964 o sustentáculo para a opção pela construção de um capitalismo monopolista subordinado em nível internacional.

O capitalismo mundial viveu no período de consenso keynesiano a sua “idade de ouro”, como fase de maior crescimento de sua história, média de 4,9% a.a. nas décadas de 1950 e 1960 (ANDERSON, 1995). Sobre esse cenário é que o neoliberalismo vai ser construído nos países de capitalismo avançado. Para vencer o modelo anterior, o neoliberalismo necessitou destruir os fundamentos políticos dessa época: em pouco tempo, o Estado, que, de acordo com a ideologia dominante no período, era o grande responsável por promover o desenvolvimento econômico e a distribuição da renda como forma de justiça, passa a ser o vilão que entravava o desenvolvimento das forças produtivas do livre mercado. Reverter esse quadro só foi possível a partir da crise dos anos 1970.

O alarme de alguns “radicais” contra o Estado intervencionista não parecia ter sentido, uma vez que a regulação estava dando frutos positivos em termos de crescimento econômico e estabilidade. Isso vai mudar com a chegada da crise econômica da década de 1970, particularmente a recessão e as altas inflações do mundo capitalista avançado em 1973, ano da primeira crise do petróleo (FONSECA, 2005). A consolidação do neoliberalismo foi suportada por um conjunto de ideias e pela doutrina econômica que “venceram” o debate capitalista sobre os rumos das políticas econômicas¹⁴. Pontos esses importantes para a inflexão a uma hegemonia neoliberal.

A vitória de Margaret Thatcher (1979-1990), assumindo como primeira-ministra do Reino Unido, baseou-se na descoberta do neoliberalismo politicamente nos países centrais, pois constituía um discurso mais adequado para enfrentar os problemas econômicos do capital da época (HARVEY, 2011). Com a eleição de Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA, o neoliberalismo se espalhou pelo mundo (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). O neoliberalismo

¹⁴ “Ao comparar a recepção do keynesianismo e do neoliberalismo [...] nos Estados Unidos, Wayne Parsons enfatiza sobremaneira o papel da grande imprensa, sobretudo dos jornais financeiros no que tange ao segundo, em contraste ao caráter fortemente acadêmico dos adeptos das ideias de Keynes. Para o autor: “o papel jogado pelo Wall Street Journal foi tão importante na promoção do supply-siders [redução de barreiras para a produção de oferta] como meio para espalhar a mensagem [notadamente de redução de impostos]” (FONSECA, 2005, p. 70, nota 40 – tradução nossa).

constituiu-se a partir daí como a agenda mais afinada com a etapa capitalista que se iniciava. A macroeconomia, invertida, passa a cuidar da manutenção de um ambiente adequado aos negócios, apostando que a disposição capitalista de investir não tenha muito a ver com a expectativa de demanda agregada, da possibilidade de venda dos produtos, e sim com o estímulo a partir do barateamento dos custos de produção, que levaria a investimentos. Essa dinâmica foi dominada, a partir dos anos 1980, por novos objetivos de classe, em benefício das camadas de alta renda. “A maior concentração de renda em favor de uma minoria privilegiada foi uma realização crucial da nova ordem social.” (Ibid., p. 18). Essa nova concentração de renda configurou-se pela abertura das fronteiras para investimentos e trânsitos de mercadoria e também pelo aperto salarial das massas de trabalhadores, que passam a competir mundialmente.

Do ponto de vista ideológico, de acordo com Harvey (2011), o projeto neoliberal foi construído apoiado por uma retórica individual, de autonomia e responsabilidade pessoal, pregando o livre-mercado, o livre-comércio e as privatizações. O consenso em torno do crescimento, com pleno emprego e equidade, não fazia mais sentido para o ideário hegemônico. No lugar, uma disputa por equilíbrio macroeconômico, tendo em vista a competição global, que deveria ser respondida com aumento da eficácia das empresas e dos indivíduos. O resultado foi que, até os anos noventa, o movimento sindical estava enfraquecido e na defensiva. [...] Havia sido ‘restaurada a ordem’ no mundo do trabalho, enquanto se libertava o capital das teias da regulamentação estatal.” (FIORI, 1997, p. 117).

O neoliberalismo não apenas se consolidou na economia, mas também na formação de uma maneira de ver o mundo, universalizando uma visão particular.

Iniciou-se ali [1979, no Reino Unido] um vasto processo de desregulamentação monetária e financeira que permitiu o surgimento dos mercados e obrigações interconectados internacionalmente onde os governos passam a financiar os seus déficits colocando títulos da dívida pública nos mercados financeiros globais transformando-se em reféns da “ditadura dos credores”. (FIORI, 1997, p. 91).

Em termos de sistema de produção e acumulação, o neoliberalismo lançou mão de mecanismos de modo a garantir um modelo de acumulação flexível. A produção foi reestruturada a partir do paradigma da flexibilidade, incorporando novas tecnologias informacionais e robóticas, modelos de gestão reorganizados, diminuindo sempre a necessidade do trabalho vivo diretamente envolvido com a produção (HARVEY, 2011). A empresa gigante foi dividida em blocos, permitindo a terceirização e quarteirização da produção, com relações de trabalho precarizadas, e com unidades espalhadas pelo mundo,

apontando para uma diminuição das fronteiras para facilitar o trânsito de capitais e de mercadorias (Ibid.). De acordo com Harvey (2011), a competição interestatal pelos capitais em trânsito facilitou a estratégia do capital em busca de maiores ganhos de lucratividade, pois a ampliação de direitos trabalhistas era contrária à atração de investimentos em capital que gira buscando rentabilidade.

Ainda segundo Harvey (2011), esse redisciplinamento no mundo do trabalho apareceu como uma necessidade nos diagnósticos conservadores. Como projeto de classe, o neoliberalismo colocou-se contra o poder do trabalho, que, até os anos 1960, constituía um obstáculo importante ao acúmulo de capital. Nos países de capitalismo avançado (EUA e Europa), havia escassez de mão de obra, o trabalho era organizado, relativamente bem pago e tinha substancial influência política. Para ter acesso a trabalho de mais baixa remuneração, o capital lançou mão de vários instrumentos. Um deles foi o estímulo à migração. Outro foi a procura por tecnologias que reduzissem a necessidade de trabalho (robotização), ambas medidas que geraram desemprego. Os trabalhadores resistiram a essas investidas. A outra opção do capital foi transferir-se para locais com custo baixo de trabalho, globalizando-se, o que foi facilitado pelo desenvolvimento de tecnologias de transporte (HARVEY, 2011). De acordo com Duménil e Lévy (2014, p. 4-5), no neoliberalismo, “todos os trabalhadores do mundo foram colocados em uma situação de competição, o instrumento mais poderoso na reversão das conquistas da ordem social pós-guerra.”

O processo de *reestruturação global da produção* levou ao estabelecimento de novas e mais duras formas de disciplina impostas aos trabalhadores, com “mudanças legais, regulatórias e políticas regressivas” (SAAD FILHO, 2011, p. 9), transformando os padrões de emprego na maioria dos países e facilitando “a imposição de restrições aos salários, subsídios, benefícios, direitos sociais e outras proteções extra-mercado” (Ibid.).

4.1.1 *Ideologia e agenda político-econômica do neoliberalismo*

O que pode ser descrito como certidão de nascimento do neoliberalismo enquanto corrente de pensamento é a reunião liderada por Friedrich Hayek em 1947, em Mont Pèlerin, Suíça (ANDERSON, 1995). Do encontro, cujo propósito era combater o *keynesianismo* e o solidarismo e preparar as bases conceituais para o novo capitalismo (duro e livre de regras), participam Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins e Ludwig Von Mises, intelectuais burgueses muito influentes no Século 20, pois suas formulações estiveram nas bases teóricas de políticas em diversos países. “Para esses crentes nas inigualáveis virtudes do mercado, o

igualitarismo promovido pelo estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.” (PAULANI, 2006, p. 4).

O neoliberalismo atraiu os conservadores apontando a primazia do mercado, que deveria ser livre e dominar tudo, enquanto o Estado deveria reduzir suas ações à preservação das instituições que permitem o funcionamento do mercado (PAULANI, 2006). O neoliberalismo conforma-se, assim, como normativo, ou seja, ele é essencialmente prescritivo, uma ideologia que aponta medidas que devem ser tomadas para construir o *mundo ideal*, organizado pelo mercado. A necessidade de demonstrar a capacidade do mercado agir em equilíbrio ótimo é contraproducente, de acordo com seus defensores, trata-se de defender o mercado como única instituição capaz de colocar em primeiro lugar as ações dos indivíduos.

Nesse sentido, qualquer intromissão do Estado torna-se perniciosa e, nessa medida, irracional, pois parte do princípio de que resultados sociais promissores podem ser intencionalmente buscados, o que, para ele [Friedrich Hayek] é impossível. A defesa do *laissez-faire* torna-se, portanto, a peça-chave desta versão “século XX” do liberalismo. (PAULANI, 2006, p. 5)

Do ponto de vista das teorias econômicas, Friedrich von Hayek argumentava que o antídoto, único possível, contra as teorias que destacavam as estruturas sociais autônomas de onde se deduziam as ações individuais, era atribuir às ações individuais a explicação para os resultados sociais (PAULANI, 2006). Hayek entendia o mundo como um grande leilão de ofertas e demandas, em que o mercado é o coordenador das ações dos indivíduos, dirigidas por suas preferências (FONSECA, 2005). Anderson (1995) considera *O caminho da Servidão*, de Hayek, como o texto fundador do neoliberal. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9). Na economia, os autores dessa corrente sustentam que os mercados autorregulados são mais eficientes, e que as ações do Estado são as causadoras de crises, de desemprego e de inflação. Mesmo as oscilações do curto prazo, aponta Sawaya (2009, p. 55), a seguir a lógica neoliberal, não deveriam ser controladas, pois há a “crença” de que no longo prazo o equilíbrio natural do mercado será resgatado pela inteligência dos agentes racionais.

O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações (HAYEK, 1987 apud FONSECA, 2005, p. 67).

Os “excessos das democracias” com políticas de gasto público foram apontados como os responsáveis, na visão neoliberal, pela crise dos anos 1970 (ANDERSON, 1995). Assim, os neoliberais defenderam a menor participação dos aspectos políticos nas decisões, uma vez que esses seriam influenciáveis por pressões populistas.

As plataformas de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan tinham em comum um extremo conservadorismo e autoritarismo que colocava os sindicatos e o movimento dos trabalhadores como inimigos do país. O alvo eram os sindicatos, apontados como prejudiciais, pois “*suas atividades nesse campo [políticas salariais] são muito prejudiciais do ponto de vista econômico e extremamente perigosas do ponto de vista político.*” (HAYEK, 1983 apud FONSECA, 2005, p. 68 – destaque do autor). O ataque dos governos conservadores de Thatcher e Reagan às organizações da classe trabalhadora também é destaca por Fiori (1997, p. 116-117):

Nos Estados Unidos como na Inglaterra a sucessão de decisões que inaugurou a era conservadora foi paradigmática: primeiro iniciou-se o processo de desregulação financeira, mas quase ao mesmo tempo Margareth Thatcher usou mão de ferro para acabar com a greve dos mineiros do carvão, enquanto Ronald Reagan utilizava a lei Taft-Harley para intervir e derrotar, de forma exemplar, a greve dos controladores de vôo. Logo em seguida reformaram-se as legislações trabalhistas reduzindo os direitos dos sindicatos e a possibilidade de greves. Sendo interessante sublinhar que só bem mais tarde foi enfrentada a agenda fiscal e as privatizações só começaram, na Inglaterra, na segunda metade dos anos oitenta.

A adoção da agenda neoliberal, inicialmente, estava restrita a esses governos de direita. O Chile do general Pinochet, a partir de 1973, foi o primeiro laboratório do neoliberalismo e demonstrou claramente seu cunho antidemocrático e sua capacidade de gerar desigualdade¹⁵ (ANDERSON, 1995). Com o correr dos anos, até mesmo governos que se creditavam como de esquerda adotaram essa política, enfatizando a “falta de alternativa” propagada por Thatcher (Ibid). “O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado. [...] Depois, os

¹⁵ “De um ponto de vista histórico e econômico, a primeira experiência concreta de implementação do programa ultraliberal ocorreu no Chile, então sob a ditadura militar comandada pelo general Pinochet desde 1973, e não na Inglaterra de Thatcher (que fora a primeira experiência européia). Contudo, do ponto de vista da propagação ideológica, sem dúvida a Inglaterra, a partir de 1979, e os EUA, a partir de 1980, foram os dois grandes polos de transmissão dessa ideologia. Por sua vez, o fato de a implementação de um liberalismo extremado na economia não ter o mesmo correspondente na política, caso da ditadura militar chilena, não chega a ser um problema para o corpus teórico ultraliberal, que tem nas liberdades políticas um corolário não necessário, em razão da ênfase ao mercado como locus da liberdade.” (FONSECA, 2005, p. 38).

governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais” (ANDERSON, 1995, p. 14).

As tendências ideológicas que organizam e justificam a dominação burguesa nesse período sofrem mutações como respostas às conjunturas específicas que precisam ser enfrentadas. Essa característica mutante do neoliberalismo é apontada por Puello-Socarrás (2008, p. 7 – tradução nossa), que afirma ter ocorrido a partir do ano 2000 uma “transição interna que se consolida no neoliberalismo atual mediante um deslocamento de seus fundamentos teóricos”. Esse deslocamento se dá, conforme sugere o autor, dos teóricos neoliberais estadunidenses, cujas ideias serviram de suporte às reformas de primeira geração e estariam perdendo a eficácia, para os austríacos, fato que terá consequências importantes, como o advento do empreendedorismo, chave para entender essa mudança (PUELLO-SOCARRÁS, 2008). O “empreendedorismo” surge como fenômeno que tem potencial para “propiciar novas configurações nas sociedades – global e localmente falando – e em diferentes cenários: econômicos, sociopolíticos e culturais” (Ibid., p. 9). Para que as dimensões dessas modificações sejam corretamente entendidas, é necessário que se compreenda o neoliberalismo não como um evento tecnocrático, com uma lista de exigências políticas, tais como o Consenso de Washington, mas que ele, como projeto de sociedade, tem condições de expressar uma verossimilhança sólida, capaz de “construir e constituir diversas realidades sociais.” (Ibid., p. 10). Diante da limitação da compreensão hermenêutica sobre neoliberalismo, atrelada aos elementos econômicos, para compreender a realidade contemporânea, Puello-Socarrás (2008) aprofunda o estudo sobre as diferentes escolas do novo liberalismo e, a partir daí, reconhece quatro tendências teóricas e ideológicas diferentes, no que considera os pontos de vista teórico-abstrato, as práticas históricas, as fontes econômicas e as filiações político-ideológicas (PUELLO-SOCARRÁS, 2008):

A) O *neoliberalismo estadunidense*, que representa a escola neoclássica anglo-americana (escola de Londres e de Chicago);

B) O *neoliberalismo austríaco*, que representa a escola neoclássica da Europa continental (escola austríaca, de Viena);

C) O *neoliberalismo alemão*, ou ordo-liberalismo, que representa a escola da Economia Social de Mercado. Esse novo tipo de liberalismo descarta o *laissez-faire*. “Sua tentativa se baseava na construção de uma economia organizada, mas não dirigida ou planejada, admitindo e exigindo também a existência (ainda que limitada) da intervenção estatal com a finalidade de que outorgasse garantias absolutas para a liberdade natural dos processos econômicos.” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 12);

D) O *neoliberalismo keynesiano*, que representa uma síntese entre as perspectivas neoclássica e keynesiana, ao incorporar elementos da teoria de Keynes ao campo neoclássico. “Em síntese, se trata de um neoclássico ‘keynesiano’ ainda que soe paradoxo” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 12).

O neoliberalismo, de acordo com Puello-Socárras, pode se manifestar na forma de qualquer uma dessas tendências, assim como a partir da junção de duas delas. As duas primeiras (“A” e “B”) apresentam profundas “discrepâncias teóricas que se traduzem em interpretações dissimiles frente a diferentes tópicos: em matéria de política, medidas econômicas, na abordagem dos problemas públicos e sociais.” (Ibid., p. 12). São essas tendências que se alteraram enquanto dominantes no neoliberalismo até os anos 2000 (A) e a partir de então (B). As demais tendências têm abrangência mais restrita. No Quadro 1 apresentamos a comparação elaborada por Puello-Socarrás (2008) dessas correntes hegemônicas no neoliberalismo, de modo a contribuir para nosso entendimento de como políticas muitas vezes díspares entre si convergem para o espectro neoliberal.

Quadro 1. Diferenças entre as escolas neoclássicas austríaca vs. anglo-americana

Pontos de comparação	Escola Austríaca	Escola Anglo-americana
Conceito econômico	Teoria da ação humana entendida como um processo dinâmico e econômico integral. Conceito amplo do econômico. A economia como Praxiologia e Catalaxia como ciência da ação humana e dos intercâmbios sociais complexos.	Teoria da decisão: maximização submetida a restrições. Conceito reduzido de ‘econômico’ e estreito de ‘racionalidade’. A economia como ciência da escassez e do intercâmbio simples.
Ponto de vista metodológico	Subjetivismo	Individualismo metodológico (Objetivismo)
Perspectiva epistemológica	Realismo Racional	Positivismo Racional Empirismo Lógico
Princípio antropológico/ Protagonista dos processos sociais	Homo redemptoris (Homem empreendedor)	Homo economicus (Homem econômico)
	“Empresário Criativo”	“Homem Econômico”
Tomada de decisão a priori e benefício econômico	Se concebe a possibilidade de cometer erros empresariais puros, evitáveis com maior perspicácia empresarial para captar oportunidades de lucros.	Não se concebem erros puros, pois todas as decisões passadas se racionalizam em termos de custo-benefício.
Conceito de informação	O conhecimento e a informação são subjetivos, dispersos e mudam constantemente (criatividade empresarial). Distinção radical entre conhecimento científico (objetivo) e prático (subjetivo).	Se supõe informação perfeita (seja em termos certos ou probabilísticos) de fins e meios que é objetiva e constante. Não distinguem entre conhecimento prático (empresarial) e científico.

Foco de referência	Processo geral com tendência à coordenação. Não se distingue entre a microeconomia e macroeconomia: todos os problemas econômicos se estudam de forma inter-relacionada.	Modelo de equilíbrio geral. Existe uma divisão formal entre a microeconomia e a macroeconomia
Conceito de competência	Processo de rivalidade empresarial	Situação ou modelo de “competição perfeita”
Formalismo e história	Lógica verbal (abstrata e formal) que dá acesso ao tempo subjetivo (duração) e à criatividade humana	Formalismo matemático (linguagem simbólica própria das análises de fenômenos atemporais e constantes)
Relação com o mundo empírico	Raciocínio apriorístico-dedutivo: separação radical e, paralelamente, coordenação entre teoria (ciência) e história (arte). A história não pode testar teorias	Teste empírico de hipóteses (ao menos teoricamente)
Possibilidade de predição	Impossível, O que sucede depende de um conhecimento empresarial futuro ainda não criado. Só são possíveis padrões de predição de tipo qualitativo e teórico sobre as consequências da falta de coordenação do intervencionismo.	A predição é um objetivo que se busca de forma deliberada
Tipo e figura intelectual	O empresário empreendedor	O analista econômico (engenheiro social)
Estado atual do paradigma	Notável ressurgimento nos últimos 20 anos (especialmente depois da crise do keynesianismo e a queda do socialismo real)	Situação de crise e mudanças aceleradas

Fonte: Puello-Sacarrás (2008, p. 13).

Ainda que sejam teorias bastante antípodas, não são contraditórias, e convergem, superando suas diferenças, em uma unidade ideológica prática, num consenso político em torno da sociedade de mercado. O ponto de acordo teórico, segundo Puello-Socarrás (2008), é a despolitização. “Para ‘todos’ os neoliberais, os problemas da sociedade, as dinâmicas públicas e as tensões e conflitos sociais devem ser sancionados e considerados univocamente sob uma ótica individualista no mercado, descartando, ‘o social’, ‘o coletivo’, e em geral, a Política como uma resposta possível ou adequada.” (Ibid., p. 14). Na análise de Puello-Socarrás, o surgimento do neoliberalismo enquanto corrente hegemônica foi marcado pelo viés anglo-americano, que estruturou as “reformas de primeira geração”. Ao passo que, devido a mudanças internas no neoliberalismo, às críticas aos efeitos concretos nefastos, a corrente austríaca ganhou terreno. Os traços que marcam essa mudança são o abandono de termos como o “homo economicus”, “a engenharia social”, “competição perfeita” e

“equilíbrio”. No lugar vão se consolidando ideias de empresário e empreendedor, empreendedorismos, e racionalidade criativa. Em relação ao Estado, o antiestatismo radical cede espaço para a admissão da presença do Estado, ainda que não intervencionista.

A alusão ao empreendedor traz à cena um ator social que se justifica por, supostamente, assumir os riscos dos negócios, enfrentar as incertezas. Não é nem trabalhador (vende sua força de trabalho), nem capitalista (dono do capital), é o “homem de negócios [...], precisamente, quem se encarrega concretamente de combinar os fatores de produção” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 16). O ressurgimento do empreendedor atende às necessidades do neoliberalismo:

O homem empresário/empreendedor é então uma exigência epistemológica – ideológica e política – que gera uma compreensão muito mais funcional/ajustada sobre a fase do capitalismo avançado e, sobretudo, sintetiza as categorias necessárias para o neoliberalismo, já que permite absorver e enfrentar a maior complexidade sistêmica, a articulação instável e a interdependência entre as realidades econômicas, políticas e sociais contemporâneas, inexistentes no passado (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 16).

O empreendedor não deixa de ser um homem econômico, mas não no sentido corrente de ser um “puro” econômico, calculador. “A escola austríaca construiu sobre esses referentes a possibilidade real de lograr uma unidade social, moral, cultural e existencial sólida, ou pelo menos mais verossímil.” (Ibid., p. 16). O empreendedor, ao criar a empresa, coordena a divisão do trabalho, contrata os fatores de produção e outras empresas, e assim se forma a riqueza. O empreendedor é, portanto, “uma força – mais que uma ‘estrutura’ – de mercado fundamental na sociedade” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 18).

A “flexibilização do trabalho” que, em geral, representa a desregulamentação do trabalho e a retirada de direitos vem acompanhada de um novo tipo de subjetividade a do autoemprego, da valorização subjetiva e da retórica da iniciativa empresarial-individual. “As principais mudanças que vem produzindo-se em nível mundial não implicam a destituição dos princípios filosóficos nem debilitam as convenções ideológicas as práticas neoliberais em geral” (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p. 20).

O pós-Consenso de Washington surge como uma crítica neoliberal aos efeitos do Consenso de Washington, também direcionada ao *homo economicus*, e propõe, então, as reformas de segunda geração, que enfrentam as reformas estatais e o tema do espaço público. A tática neoliberal nesse momento é não se opor ao Estado, mas modificar sua forma de atuação, associando-o diretamente à lógica de mercado, assim como definindo formas de privatização via parcerias público-privadas, e através do conceito de *público não estatal*.

Estado e mercado que antes eram apresentadas como instâncias antípodas, agora surgem como amigáveis e complementares. Surge um terceiro lugar epistêmico, entre o Estado e o mercado:

Isso tem evitado apresentar as ‘antigas’ posturas como dicotômicas insolúveis (Estado ou Mercado) para expô-las como opções sintéticas (e compatíveis) que convergem – novamente – num ‘terceiro lugar’ epistêmico que não é outra coisa que o correlato político da denominada ‘terceira via’ latino-americana, a qual, como muitos têm sublinhado, em um papel específico dentro das novas configurações do ‘novo neoliberalismo’, especialmente, em relação à reforma estatal. (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 23).

A maior implicação dessa mudança é afirmar o domínio da lógica mercantil no aparato de Estado, o que acarreta em transferência de “ferramentas gerenciais originadas ou provenientes da administração privada no manejo de assuntos públicos”. (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 24).

Configurando-se, portanto, como um projeto de classe capaz de moldar-se às exigências ideológicas de cada período, mantendo elementos centrais, o neoliberalismo entrou em crise estrutural a partir de 2007-2008. Essa crise do capitalismo neoliberal deve ser compreendida como “um desdobramento dialético das contradições que foram desenvolvidas nesta fase histórica” (CARCANHOLO, 2011, p. 73). Nesse sentido, Marcelo Carcanholo aponta características contraditórias que são a base do modelo de desenvolvimento neoliberal. O autor concorda que o modelo atual foi contraposto ao anterior, ou seja, surgiu como resposta à crise anterior. O neoliberalismo, portanto, de acordo com Carcanholo (2011) promoveu (a) a reestruturação produtiva com aceleração de rotação do capital, o que eleva a taxa de mais-valia anual; (b) as reformas retiraram direitos trabalhistas aumentando a taxa de mais-valia, tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos; (c) aumento da apropriação pelos países centrais da mais-valia produzida nos países periféricos; (d) a expansão dos mercados, tanto pela liberalização financeira quanto pela abertura comercial; (e) o padrão de acumulação de capital em capital fictício. Cada um desses pontos, na visão de Carcanholo (2011), constituiu uma parte da resposta neoliberal à crise anterior. O autor foca sua análise no último ponto, o do capital fictício evidenciado pela crise do *suprime* estadunidense em 2008.

Quando a lógica de emprestar uma determinada massa de capital, tendo como contrapartida a remuneração via juros, se generaliza na sociabilidade capitalista, todo rendimento obtido a partir de uma determinada taxa de juros aparece como se fosse o resultado da propriedade de um capital (...) Tanto é assim que, de fato, esse direito de apropriação futura pode até ser repassado

(vendido) no mercado para outros indivíduos, Assim, um capital (fictício) se constitui (passa a existir) com base na promessa de apropriação de uma fração de valor que ainda nem foi produzida. Para o proprietário individual, que comprou o direito de apropriação futura de valor, constitui, de fato, seu capital. Entretanto, do ponto de vista da totalidade do capitalismo, constitui um capital fictício, na medida em que tem como base a mera expectativa de algo que pode nem se constituir. (CARCANHOLO, 2011, p. 74-5)

As inovações financeiras que exigem a liberalização dos mercados, como o mercado de derivativos que entrou em colapso em 2008, se constituem dentro dessa lógica (CARCANHOLO, 2011).

Esse processo constitui uma resposta fundamental do capitalismo para a sua crise estrutural anterior, tanto pela constituição de um espaço adicional de valorização para o capital superacumulado, quanto pelo efeito que isso tem sobre a redução do tempo de rotação do capital total - também um dos elementos de reconstituição do processo de acumulação de capital naquele momento. (Ibid., p. 75)

Essa massa de capital cresce sobre “um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção.” (Ibid.). Ocorre aí uma dialética entre a funcionalidade desse capital para acelerar a rotação do capital e a *disfuncionalidade* entre a massa de capital fictício e o valor produzido. A funcionalidade garantiu a dinâmica de acumulação do período pós-1970, sua disfuncionalidade explica a crise de 2008. Carcanholo (2009) avalia a crise iniciada em 2008 como a crise do colapso do neoliberalismo como etapa do capitalismo. “Assistimos, na atualidade, ao início do processo de colapso de uma etapa específica do capitalismo. A crise financeira iniciada nos Estados Unidos, no setor imobiliário dos *subprime*, e a qual se estendeu a todo o sistema financeiro e ao setor da economia real, é só o princípio desse processo.” (Ibid., p. 50). Para o autor, as medidas imediatas tomadas pelos estados capitalistas desenvolvidos atenuaram os efeitos da crise, gerando maior quantidade de capital fictício na forma de dívida pública. Diante de tais circunstâncias, previa um continuado estouro de crises setoriais que, ainda que não em um curto prazo, levariam a colapso dessa etapa capitalista. A sobrevivência do capitalismo se daria, portanto, “sobre a base de um grau ainda maior de superexploração do trabalho” (CARCANHOLO, 2009, p. 55).

4.1.2 *Neoliberalismo no Brasil: da consolidação à crise atual*

O neoliberalismo no Brasil se estabeleceu como um programa de políticas fiscais e monetárias que exigia reformas institucionais “destinadas a desregular e abrir as velhas

economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos e enganchando seus programas de estatização na oferta abundante de capitais despolitizados pela globalização financeira” (FIORI, 1997, p. 121). A partir da década de 1990, a América Latina como um todo, não mais apenas o Chile, passou a ser local para uma plataforma liberal-conservadora, difundida na Europa e nos EUA desde o início da grande reestruturação. Uma “verdadeira revolução intelectual responsável por mudanças políticas e ideológicas internas, extremamente rápida e radical” (FIORI, 1997, p. 121).

De acordo com Paulani (2006) a estabilização monetária era condição necessária para que “países emergentes” como o Brasil virassem porto para os capitais migrantes em busca de valorização financeira. As taxas de inflação *não civilizadas* existentes no país a partir de meados da década de 1970 não forneciam segurança necessária para tais operações (PAULANI, 2006). Então, a partir do final da mesma década de 1980, intensificaram-se as pressões para que houvesse a desregulamentação dos mercados de capitais, fosse internacionalizada a emissão de papéis públicos e para que a dívida fosse securitizada. A inflação descontrolada foi o chamariz para que esse modelo fosse implementado, processo que passou pela utilização de uma situação de descontrole geral da economia (quando pior, melhor) para a aceitação dos novos paradigmas (ANDERSON, 1995).

No Brasil, o receituário político-econômico desse modelo foram as medidas definidas no chamado “Consenso de Washington”, em torno das quais se deram muitas das disputas internas nos anos 1990. O receituário, elaborado pelo economista britânico John Williamson, em acordo de 1989, com coordenação dos EUA e que teve o FMI como propagador, continha em suas bases: “disciplina fiscal; priorização e rigidez desonerante da produção; liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; privatização; desregulação; e aprovação/ reconhecimento da lei das patentes (propriedade intelectual)” (FONSECA, 2005, p. 79).

Do ponto de vista da hegemonia burguesa no Brasil, após a falência do modelo econômico desenvolvimentista da Ditadura Militar, a crise que se sucedeu na década de 1980 só foi estancada com a vinculação do país ao neoliberalismo. O pacto das frações da classe dominante, como associadas ao imperialismo, foi selado pelo capital financeiro, os capitais bancário, comercial e industrial (BOITO JUNIOR, 1999).

O governo Collor, primeiro eleito diretamente no período de redemocratização, foi o primeiro introdutor da agenda neoliberal no país. Mas coube ao Plano Real no governo Itamar Franco (1992-1994) e aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) a adoção e a efetivação mais ampla das políticas neoliberais (FONSECA, 2005).

Quanto a esses governos, não há muitos questionamentos em relação ao caráter adesista à proposta imperialista, que tinha nos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, aparelhos de transmissão.

Nos governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), com a pecha de neodesenvolvimentismo, o neoliberalismo passa a apresentar uma forma de terceira via, na lógica do pós-Consenso de Washington, em que se aceita a participação focalizada do Estado na economia. O movimento *antineoliberal* dentro dos marcos do neoliberalismo emergiu no próprio conjunto de organismos internacionais que enunciaram o modelo (MISOSKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017), tais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial.

A publicação do livro “El desarrollo económico y social en los umbrales del siglo XXI”, em 1998, pelo BID, inseriu novos temas, como o fortalecimento institucional e a educação. O BM, através do relatório “Más allá del Consenso de Washington: la hora de la reforma”, destacou a necessidade de implantar uma segunda geração de reformas, o “Consenso de Washington Ampliado”. (MISOSKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 85)

De acordo com Misosky, Abdala e Damboriarena, o Consenso pós-Washington, surgido em 1998, teve como alegação a superação das incompletudes do Consenso anterior, apontando para o estabelecimento de metas mais amplas, “que visassem o crescimento econômico de longo prazo, o bom desenvolvimento institucional e regulatório do sistema financeiro, a correção das falhas do mercado sob a complementaridade estatal, e uma maior eficiência dos governos para garantir o êxito da economia de mercado” (MISOSKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 85). Outro documento desse período é o “Dissenso de Washington”, lançado em 2001, que busca prescrever “Políticas económicas para la equidad social en Latinoamérica”, com 11 metas expressas, entre elas amenizar os efeitos dos ciclos de expansão e colapso; prover redes de segurança ativadas automaticamente; garantir escola para os pobres e a taxaço de ricos; dar oportunidade às pequenas empresas; fortalecer direitos dos trabalhadores; enfrentar a discriminaço; oferecer serviços públicos orientados ao consumidor; e reduzir o proteccionismo dos países desenvolvidos (MISOSKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 185).

A política dita neodesenvolvimentista ocorre nessa matriz, opondo-se apenas ao neoliberalismo ortodoxo, de influência estadunidense, mas reforça os fundamentos do neoliberalismo enquanto etapa do capitalismo e projeto das classes burguesas. A ênfase do neoliberalismo pós-Consenso focou na reforma do aparelho de Estado, que no Brasil, teve

“um caráter para além do que se convencionou chamar de reforma administrativa (mero ajustamento organizacional a novas ou modificadas atribuições); constituindo-se, de fato, em uma ‘alteração da propriedade e da relação entre propriedade privada e propriedade estatal’” (ALVES, 2001, apud MISOSKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 189).

Segundo aponta Carcanholo (2018), é uma mistificação considerar os governos petistas (Lula da Silva, 2003-2010; e Dilma Rousseff, 2011-2016) como tendo rompido com as políticas neoliberais. Do ponto de vista econômico, o autor frisa que neoliberalismo não é igual à política econômica ortodoxa¹⁶ (ajuste fiscal e não intervenção estatal). O economista reconhece que o erro de tal análise está em não considerar que o neoliberalismo é um modelo de desenvolvimento baseado em privatizações e reformas pró-mercado.

Nos anos 1990, vigorou o modelo neoliberal e a política econômica ortodoxa no Brasil, o que agravou uma série de problemas que levaram à crise cambial de 1999. Após essa crise

Na prática, a política econômica seguiu as mesmas diretrizes de combate à inflação (com contenção da demanda agregada), compromisso (embora não preanunciado) com determinado valor da taxa de câmbio e obtenção de elevados superávits primários para pagamento do serviço da dívida pública. (CARCANHOLO, 2018, s/p).

Os resultados econômicos e sociais pífios e desastrosos deram caldo ao descontentamento que culminou com a eleição de Lula, em 2002. Após eleito, a política econômica foi mantida sob o falso argumento de que se deveria gerar credibilidade nos mercados (CARCANHOLO, 2018).

Puello-Socarrás (2013) argumenta no mesmo sentido de Carcanholo sobre a oposição heterodoxia e ortodoxia como não constituindo uma diferença de fundo, de modelo econômico. “Em rigor, a ortodoxia convencional aludida não pode contrapor-se a um novo desenvolvimentismo. O ortodoxo se contrapõe ao heterodoxo” (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p. 37), assim, o neodesenvolvimentismo se trata de uma heterodoxia tradicional. O neodesenvolvimentismo teve como orientação básica a substituição de políticas econômicas e sociais sem superar os marcos do neoliberalismo.

De acordo com Carcanholo (2018), a nova política econômica pós-crise de 2008 baseava-se na “elevação do crédito para consumo das famílias” e na “desoneração tributária dos setores que produzem bens e serviços que seriam demandados por essa parcela da

¹⁶ Definida sucintamente pelo autor (CARCANHOLO, 2018, s.p.) como “políticas de controle da demanda agregada com o objetivo de combate à inflação, sem nenhum tipo de interferência do governo sobre algum preço.”.

demanda com crédito ampliado” (CARCANHOLO, 2018, s/p). Foram políticas de corte anticíclico que visavam “ganhar tempo” até que o mercado internacional se reestabelecesse. Mas os limites das políticas, explica Carcanholo (2018), eram claros,

o endividamento das famílias que, a partir de determinado momento, passaram a contrair empréstimos apenas para pagar empréstimos pretéritos, sem nenhum efeito mais sobre consumo. Por outro lado, o crescimento dos déficits fiscais do governo, determinados pela armadilha fiscal estrutural, típica do neoliberalismo (em que pese seu discurso), e agravados pela política de desoneração. (Ibid., s/p).

Em todo o seu período, mas especialmente após a crise de 2008, o neoliberalismo funcionou aprofundando as características estruturais do caráter dependente da economia brasileira (CARCANHOLO, 2013).

Carcanholo (2018) argumenta, ainda, que estava claro para a manutenção do padrão neoliberal que o vencedor das eleições de 2014 teria que aplicar “um programa econômico fortemente recessivo, com ajuste fiscal nos moldes europeus e ampliação das reformas” (Ibid., s/p). Diante da inviabilidade política que se encontrava o governo Dilma Rousseff para aplicar o ajuste estrutural, o Golpe de 2016 foi necessário do ponto de vista da burguesia. “O que os novos tempos (Golpe e pós-golpe) nos mostram é que não há mais espaço (econômico, político e social) para uma política de conciliação de classes, característica dos governos do PT.” (CARCANHOLO, 2018, s/p).

Cumprir destacar que, embora sem romper com o padrão neoliberal, na lógica de conciliação de classes, tanto o governo Lula da Silva quanto o governo Dilma Rousseff implementaram políticas de expansão das universidades públicas e promoveram a assistência estudantil, assim como a inclusão de estudantes de baixa renda e autodeclarados negros nessas instituições. Acreditamos que contribui para o entendimento da existência dessas ações, além da reafirmação do neoliberalismo pelo corte da terceira via, compreender que esses governos tinham bases populares (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013) que, em alguma medida, necessitavam ser atendidas, ainda que as políticas de educação no seu conjunto beneficiassem ainda mais alguns grupos econômicos. Dessa forma, quanto às políticas para as universidades federais, há que se considerar as concessões também aos setores populares, especialmente na expansão da rede pública. Porém, esse elemento não altera determinantes fundamentais, como a influência do Banco Mundial, pelo contrário, a reforçam, uma vez que esse e outros organismos internacionais definidores das políticas dos países dependentes também indicam formas de controle da insatisfação popular, vinculadas a políticas compensatórias.

Em meio à erosão do governo Dilma Rousseff em 2015 e 2016, com os ciclos de manifestações massivas pela derrubada da presidenta, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do vice-presidente Michel Temer, lançou um documento chamado “A travessia social – uma ponte para o futuro”, que continha uma plataforma de governo neoliberal balizadas pela regra do ajuste fiscal. Os conteúdos ali apresentados guiaram a atuação de Temer, quando este assumiu a Presidência, após o golpe de 2016. A ênfase de “Uma ponte...” foi a questão fiscal, com uma crítica ao acúmulo de déficits por parte do governo federal, motivação última para a crise que o país atravessava naqueles anos. “Em razão da acumulação de déficits, a dívida bruta do setor público que era de 51,7% do PIB em 2013, pode passar de 80% ao final de 2017, um aumento de 7% do PIB ao ano, em média. (A TRAVESSIA, 2015, s. / p.). Para superar a grave crise, entendida como “crise fiscal”, o PMDB defendia reformas que garantissem a estabilização da dívida pública com relação ao PIB como prioridade do governo. “A verdade é que só romperemos os círculos viciosos se decidirmos fazer as três coisas ao mesmo tempo: buscar o equilíbrio fiscal, retomar o crescimento e ampliar as boas políticas sociais.” (A TRAVESSIA, 2015, s. p.). O crescimento seria consequência da boa condição dos outros dois eixos, que iniciariam pelo corte de investimentos públicos e pelo apoio a políticas de privatização sobre a ideia de “boas políticas sociais”.

Vencer a crise, em primeiro lugar, construir uma coalizão de forças políticas para aprovar no Congresso Nacional o que for preciso, para se alcançar um equilíbrio fiscal estrutural que termine com os déficits públicos crescentes e reduza, no prazo possível, a relação da dívida pública com o PIB, e para se dar início a uma nova trajetória de crescimento duradouro, com melhorias nas políticas de proteção social. (A TRAVESSIA, 2015, s.p.)

No que diz respeito à educação, há poucas referências no documento ao ensino superior, pois ele enfatiza o ensino de “2º grau” (ensino médio) e o ensino fundamental. As universidades são abordadas por contradição com os demais níveis. Para o ensino médio estava prevista a estruturação de currículos para habilitar os estudantes para o exercício direto de uma profissão, sem necessidade de passar pelo ensino superior, ao mesmo tempo em que criticara o direcionamento desse ensino intermediário como sendo exclusivo para ingresso nas universidades. Da mesma forma, o ensino universitário também estava oculto na defesa da educação profissional no país, que deveria subir para índices similares ao dos países da União Europeia, onde “50% dos alunos do ensino secundário optam pela educação profissional, enquanto no Brasil apenas 8% o fazem, por falta de incentivo ou de oferta.” (A TRAVESSIA, 2015, s. p.).

O rompimento do vice-presidente Michel Temer com Dilma Rousseff foi pavimentado pelos protestos e a *alternativa* do PMDB para comandar o governo tornou-se viável com o aceite do pedido de *impeachment* pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB – RJ). Antes ainda, houve a mudança de política econômica de Dilma Rousseff em relação ao que defendia na campanha contra Aécio Neves (PSDB).

Já no governo, a medida de maior relevo de Temer foi propor e aprovar, ainda em 2016, a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o congelamento dos investimentos sociais do governo por 20 anos. A regra previa apenas a possibilidade de reajustar pela inflação os gastos de um ano para o outro. Nas universidades federais houve ocupações estudantis de unidades acadêmicas, bem como chamadas de greve por docentes e técnicos (MORTARI, 2017; PARKER, 2018). Outras das principais medidas almejadas por Temer foram a reforma trabalhista, que dilapidou os direitos trabalhistas permitindo contratações com baixa segurança aos trabalhadores e a terceirização irrestrita das atividades¹⁷. O desmonte da Previdência Social foi proposto, mas o movimento dos trabalhadores conseguiu reter a reforma nos critérios para aposentadoria, que diminuiria o benefício e dificultaria o acesso a esse direito.

4.1.3 Ideologias neoliberais na universidade: do capital humano à universidade empreendedora

Imersas nos contextos nacionais, as universidades sofreram a profunda influência do neoliberalismo a partir dessa mediação. Nesta seção, sistematizamos, a partir da revisão bibliográfica, alguns conceitos-chave que são as bases ideológicas das transformações das universidades no período. Destacam-se as formulações do “capital humano”, universidade empreendedora (modelo da tríplice hélice), a universidade empresa e o gerencialismo.

A “tendência crescente à precarização estrutural da força de trabalho em escala global” (ANTUNES, 2019, p. 9) desenvolvida na relação capital-trabalho resulta num projeto educacional cada vez mais utilitarista. “Uma escola *ampla* no *restrito* espaço do ideário e da pragmática burguesa, uma educação moldada por ‘valores de mercado’, por sua ‘filosofia’ utilitarista, eis a nova dogmática da educação da era do capital flexível.” (Ibid., p. 13 – destaques do autor). Dessa forma, os espaços para o pensamento crítico se tornam cada vez mais restritos, e surgem mudanças para transformar a universidade à imagem e semelhança

¹⁷ Para uma abordagem do discurso dos aparelhos burgueses atacando os direitos trabalhistas, incluindo a reforma trabalhista de 2017, ver “É tudo novo’, de novo” de Filgueiras (2021).

das necessidades dos novos valores neoliberais. “Trata-se, então, de uma nova fase na educação que se quer pragmática, utilitarista e desenhada segundo a lógica da razão instrumental. E que, para tanto, carece de novas *personificações do capital*. A educação torna-se, então, também um investimento, um negócio.” (ANTUNES, 2019, p. 15 – destaque do autor). Educação flexível, volátil, superficial, em que as ciências humanas tornam-se um decalque das exatas, compromete o desenvolvimento de sentidos críticos e humanistas (Ibid.).

Costa (2018c) parte das transformações do capitalismo tardio teorizadas por Ernest Mandel (1982), pós-2ª Guerra, em que se processa a importância decisiva da aplicação da ciência produzida nas universidades diretamente nas cadeias produtivas; a busca pelo conhecimento, especialmente vinculado à pesquisa e desenvolvimento, que se torna setor especializado nos negócios capitalistas. Para Mandel (1982), portanto, “a pesquisa no capitalismo tardio passa a ser caracterizada pela ciência aplicada, especializada e submetida à divisão do trabalho, uma ciência fragmentada e subordinada à maximização dos lucros dos monopólios.” (apud COSTA, 2018c, p. 68). Os estados necessitam, então, produzir uma justificativa para investir de maneira sistemática e robusta em educação, massificando o acesso à universidade nos países desenvolvidos.

A “Teoria do Capital Humano” de Theodore Schultz vai cumprir esse papel. Segundo Frigotto (2015, p. 216), a formulação de Schultz “emerge, por um lado, da crise das políticas keynesianas e da do Estado de bem-estar social, no combate à desigualdade entre nações, classes e grupos sociais e, por outro, da forma invertida dos intelectuais burgueses entenderem a natureza subjacente e estrutural da crise do capital e as políticas de enfrentamento.” Trata-se de uma concepção anterior à hegemonia neoliberal, mas importante para compreender os desdobramentos que essas vieram a ter.

Ainda de acordo com Frigotto (2015), a partir da observação de que famílias que investiam mais em educação tinham retornos maiores no futuro, o positivista empirista é levado a concluir, com base na correlação entre PIB e escolaridade, que “o investimento em educação é algo tão ou mais rentável que os demais investimentos” (FRIGOTTO, 2015, p. 216). Tal constatação olvida do processo histórico das diferentes nações desenvolvidas e das relações de classe que se estabelecem no seu interior. Assim, é possível verificar que a “teoria do capital humano” se trata de uma ideologia que visa justificar o investimento em educação para formar a força de trabalho científica a fim de gerar desenvolvimento tecnológico. Submete-se, pela operação dessa ideologia, a educação à lógica do investimento-retorno. Há uma clara redução do humano, subsumido pelo capital.

O resultado é que a noção de capital humano sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria; de trabalho, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de trabalho humana (emprego); de sociedade, ao tomá-la como um contínuo dos mais pobres aos mais ricos, ignorando a estrutura desigual e antagônica das classes sociais; de classe social, tomando-a por fatores isolados e independentes na compreensão da sociedade e, finalmente, de educação, de um direito social e subjetivo a uma concepção mercantil de formação humana. (FRIGOTTO, 2015, p. 217).

A assimilação submissa dessa ideologia no Brasil ocorreu ao longo da ditadura (FRIGOTTO; CIAVATTA 2011). De acordo com Frigotto e Ciavatta (2011), a noção foi utilizada para embasar as reformas da pré-escola à pós-graduação, ao mesmo tempo que reduzia o trabalho à mercadoria, e tinha como horizonte, o pleno emprego e a integração da sociedade. Já na década de 1990, no neoliberalismo, no período da “mundialização do capital, das reformas que consubstanciam o desmanche do Estado na garantia de direitos coletivos e universais e do avassalador processo de privatizações” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p. 624) surgem as noções de “sociedade do conhecimento”, “pedagogia das competências”, “qualidade total”, “empregabilidade” e “empreendedorismo”, como redefinições da teoria do capital humano.

Trata-se de noções que hipertrofiaram a dimensão individualista e da competição e induzem à formação aligeirada de jovens e adultos trabalhadores em cursos pragmáticos, tecnicistas e fragmentados ou a treinamentos breves de preparação para o trabalho simples, forma dominante a que somos condenados na divisão internacional do trabalho. E, de acordo com as necessidades do mercado, prepara-se uma minoria para o trabalho complexo. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p. 624).

Avaliação semelhante realizam Neves e Pronko (2008) ao identificarem as concepções neoliberais da teoria do capital humano e da pedagogia das competências como eixos norteadores das reformas realizadas na educação do país. A pedagogia das competências representa, segundo as autoras, uma ênfase exagerada na experiência vivida, subdimensionando o conhecimento teórico e historicamente produzido.

As alterações da universidade ao longo dos anos 1990 e 2000 tornaram cada vez mais comum a ideologia da universidade empreendedora, difundida pelo modelo da Hélice Tríplice, e que evidencia a transformação no neoliberalismo descrita por Puello-Socarrás (2008), que apontamos anteriormente. De acordo com Etzkowitz e Zhou (2017), a Hélice Tríplice surgiu como metáfora para descrever o caso bem-sucedido de uma interação universidade-indústria-governo. A partir daí, espalhou-se como um modelo teórico. “A Hélice Tríplice provê uma metodologia para examinar pontos fortes e fracos locais e preencher

lacunas nas relações entre universidades, indústrias e governos, com vistas a desenvolver uma estratégia de inovação bem-sucedida.” (Ibid., p. 23). A tese central é que “a universidade está deixando de ter um papel social secundário, ainda que importante, de prover ensino superior e pesquisa, e está assumindo um papel primordial equivalente ao da indústria e do governo, como geradora de novas indústrias e empresas.” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 23). Assim, a universidade empreendedora “vai se tornando um formato acadêmico cada vez mais significativo.” (Ibid., p. 24). Na avaliação dos autores, a sociedade industrial seria substituída por uma baseada no conhecimento, em que os conhecimentos mais avançados são traduzidos em usos práticos. “Processos de transferência de tecnologia a partir de descobertas teóricas que outrora levavam gerações para ocorrer agora transcorrem ao longo da vida profissional de seus inventores, dando-lhe a possibilidade de participarem tanto do processo de inovação como no de pesquisa.” (Ibid., p. 24).

Por essa linha teórica, devido a essa aceleração, as instituições universitárias devem estar mais próximas da inovação. Os autores defendem a existência de uma segunda revolução acadêmica, que “surge da confluência do desenvolvimento interno das instituições de ensino superior como a estruturação de grupos de pesquisa como ‘quase-empresas’, e de influências externas sobre as estruturas acadêmicas associadas à eclosão da inovação ‘baseada no conhecimento’.” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 24). A academia cumpre então “um papel criativo no desenvolvimento econômico e social, a partir de uma perspectiva independente no trato das prioridades do governo, da indústria e do cidadão.” A Hélice Tríplice, de acordo com os autores, tem como foco a participação da universidade como fonte de tecnologia, inovação e empreendedorismo, o que seria o grande passo dessa teoria. O mundo estaria entrando na fase da universidade empreendedora: “Ao contrário das previsões pessimistas de declínio acadêmico, a tese da Hélice Tríplice sustenta que a universidade aprimora a si mesma e o seu papel na sociedade ao integrar numa relação produtiva novas missões às antigas e vice-versa.” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 25).

Para refletir sobre as mudanças que o neoliberalismo trouxe às universidades e as formas de integração das universidades nos Estados Unidos à nova economia, como o modelo da Tríplice Hélice, Slaughter e Leslie (2001 apud COSTA; GOULART, 2018) desenvolveram a teoria do capitalismo acadêmico, no âmbito de uma crítica pós-moderna ao fenômeno. “Essa categoria teórica enfoca a análise de práticas e estruturas universitárias que se aproximam das do mercado e aponta a lógica econômica como norteadora das práticas acadêmicas” (COSTA; GOULART, 2018, s/p). O argumento central é que, no contexto neoliberal de subfinanciamento por parte do Estado, as instituições buscam outras fontes de recursos.

Dangino (2003, p. 272) reconhece entre as razões que motivam as universidades a buscarem a inovação, também o “interesse da comunidade acadêmica em legitimar seu trabalho junto à sociedade que é, em grande medida, a responsável pela manutenção das instituições universitárias.”

Na busca por financiamento oriundo de patentes, as universidades modificaram suas estruturas, criando setores para gerenciar a criação e a busca de pesquisas com esse potencial (COSTA; GOULART, 2018, s/p). Nos países de capitalismo avançado, foram criados centros, especialmente nas áreas de engenharia e ciências, que facilitaram os negócios com as empresas. As políticas de direito autoral passaram a ser uma preocupação das universidades, assim como o recebimento de *royalties* passou a constar como fonte de remuneração aos docentes. Sobre a abordagem do capitalismo acadêmico, Costa (2018c) aponta que, o foco estrutural e microsocial, a limitou a uma crítica à mercantilização e à reestruturação das universidades, deixando de avaliar a totalidade social, ou seja, considerar o desenvolvimento histórico do capitalismo e as consequências da mercantilização do ensino superior.

As universidades, como estamos vendo, não ficaram de fora das transformações neoliberais. À medida que o projeto se modifica e assume uma feição menos ortodoxa, passa a difundir a ideologia do empreendedor/ empreendedorismo. Todo o jargão comum a essa fase reconhece na universidade uma forma de manifestação, assim é com “empreendedor”, “esfera pública não estatal”, “parcerias público-privada.” “Os planos contrarreformistas que avançam no setor educacional reproduzem com espantosa clareza os aspectos mais substantivos do novo neoliberalismo acadêmico”, avalia Puello-Socarrás (2011, p. 21- tradução nossa).

Uma das formas de estabelecer esse projeto são os investimentos do setor privado com finalidade de obter lucros, permitindo que as universidades componham sociedades para fins específicos, e jogando a sorte das instituições aos ditames do mercado financeiro internacional (PUELLO-SOCARRÁS, 2011). Outra forma é a privatização sem mudança da natureza jurídica da universidade, ou seja, permanece pública, mas com uma administração de ótica privada. “O importante na nova era do empresariamento – um tipo de privatização ainda que atípica ou implícita – e o gerenciamento gestor, [...] se trata de ‘agenciar’ sua posse [...] como dispositivo para introduzir o espírito empresarial e reproduzir a lógica de mercado”. (PUELLO-SOCARRÁS, 2011, p. 22-23 – tradução nossa). Esse é, para Puello-Socarrás, o que se quer impor para a educação superior, mantendo as instituições não mercantis, mas que funcionem da mesma forma que o mercado. Trata-se do processo de gerencialismo, que consiste na absorção nas organizações públicas dos mecanismos de gestão privada. Na educação, representa, justamente, o avanço da lógica de mercado. Segundo Misosky, Abdala e

Damboriarena (2017, p. 184-188), o gerencialismo é uma forma de operacionalização do projeto neoliberal, uma forma de organizar as práticas sob a lógica neoliberal, que funciona como “uma racionalidade que propõe a reprodução da lógica de mercado em todas as dimensões da vida associada, operando como uma matriz teórico-ideológica subsidiária.”. Dessa forma, o gerencialismo permite o avanço do projeto neoliberal, sendo uma de suas matrizes teórico-ideológicas.

O gerencialismo aparece nas organizações como forma neutra e eficiente de resolver os conflitos e as dificuldades psicológicas. Na nova fase do neoliberalismo, esses gerentes/empreendedores buscam não mais seguir rigidamente as regras e procedimentos, mas produzir com base na criatividade, na flexibilidade e através de benefícios, com resultados mensuráveis (PUELLO-SOCARRÁS, 2011). Essas tendências ideológicas analisadas aqui se afirmam com políticas específicas para o ensino superior, repercutindo no modelo universitário (ou em faculdades e centros), nas ênfases das políticas, se direcionadas ao setor público ou ao privado, na política de desenvolvimento científico e tecnológico voltada à inovação etc. Na próxima seção discutiremos o impacto do neoliberalismo na universidade brasileira.

4.2 O neoliberalismo na universidade brasileira

Buscamos refletir nessa seção sobre o impacto na universidade brasileira das concepções neoliberais apresentadas na seção anterior. Trabalhamos dois eixos principais: as recomendações do Banco Mundial, como mecanismo internacional decisivo nas políticas educacionais brasileiras; e os aspectos mais relevantes das alterações transcorridas nos governos após a Constituição Federal de 1988.

4.2.1 As diretrizes do Banco Mundial para a universidade

Como apontamos no capítulo anterior, a Constituição Federal de 1988 deixou brechas importantes em relação ao caráter público da educação e ao modelo institucional de ensino superior. Essas brechas serão exploradas pelo projeto neoliberal ao longo dos anos 1990. Mas as investidas não se restringem a esses aspectos. Trataremos nesta sessão sobre a importância das recomendações do Banco Mundial e como elas serviram de base a um conjunto de políticas dos governos para aprofundar a privatização do ensino superior e enfraquecer a universidade pública. A formação econômico-social dependente não possui soberania plena,

mas não é determinada desde fora unilateralmente. Essa consideração é importante para que não tomemos as recomendações do Banco Mundial como adotadas de maneira descontextualizada (BARRETO; LERHER, 2008). Os organismos internacionais funcionam, portanto, como intelectuais coletivos do imperialismo, da ordem neoliberal, com as respectivas posições dos estados no sistema internacional entre aliados, subordinados e inimigos (Ibid.). O Banco Mundial, particularmente, é o organismo a serviço do imperialismo responsável por elaborar sobre as reformas do Estado (PUELLO-SOCARRÁS, 2008).

Há uma relação dialética entre os interesses das classes dominantes locais, muitas vezes associadas, e as imposições dos organismos internacionais, que emanam as diretrizes adequadas à manutenção da ordem internacional. Ademais, a luta de classes cumpre também seu papel, impedindo muitas vezes que sejam regredidas conquistas. Claro está que o período de hegemonia do neoliberalismo é um período radical de retirada de direitos das classes trabalhadoras o que leva estas a assumirem, em geral, a estratégia defensiva de resistência aos ataques. O que se percebe, portanto, é que a pauta em disputa é a pauta do neoliberalismo, antagonizada pelas classes trabalhadoras. Recomendações, diretrizes e conceitos difundidos pelo Banco Mundial têm sido a base teórico-política e discursiva (ideológica) para as alterações das políticas operadas pelos governos, segundo autores que se debruçaram sobre as transformações educacionais no período de hegemonia do neoliberalismo (BARRETO; LEHER, 2008; COSTA, 2018c; NEVES; PRONKO, 2008).

No que diz respeito às influências do Banco Mundial, mesmo as diferenças aparentemente substanciais entre os governos que os antecederam e os governos petistas – haja vista a expansão das universidades públicas e ações afirmativas realizada por estes – não implicaram uma modificação nessa linha, mantendo as determinantes neoliberais no comando das políticas educacionais. As alterações dizem mais respeito a táticas oportunizadas pela corrente neoliberal que assumiu protagonismo, a que Puello-Socarrás (2008) define como novo neoliberalismo, e a conciliação de classes bancada pelos governos em questão. Nesse sentido, há uma continuidade assegurada ao corte neoliberal das políticas.

Segundo Gregório (2012), a influência do Banco Mundial na educação brasileira iniciou na segunda metade da década de 1970, por meio de colaborações “técnicas e financeira”. A centralidade do Banco Mundial para definir os destinos das políticas de Estado na América Latina remonta à Crise da Dívida do período Militar (1982), quando o Banco esteve na condição de avalista de Brasil, Argentina e México, países que estiveram no epicentro da crise (BARRETO; LEHER, 2008). A partir de então, camuflando a defesa da sociabilidade burguesa e o combate ao comunismo no plano internacional, o “BM [Bird]

direcionará suas políticas nos países periféricos para o ensino fundamental, tendo como discurso a ‘finalidade de assegurar aos trabalhadores o mínimo de educação a um baixo custo’, concepção que perdurará até o final da década de 1990” (GREGÓRIO, 2012, p. 3).

Foi demandado a esses países que fossem feitas reformas de ajuste estrutural “corajosas” para sustentar o recebimento de empréstimos. A “estabilização” econômica dos anos 1990 selou um novo bloco no poder no Brasil formado hegemonicamente pelo setor financeiro, pelo agronegócio e a burguesia comercial. “A esse bloco interessam o ensino fundamental e o treinamento profissional, pelo maior retorno aos investimentos em educação [...]. Assim, as relações entre a burguesia internacional e as frações locais podem conformar a recontextualização” (BARRETO; LEHER, 2008, p. 431). Converte, dessa forma, o interesse das classes dominantes do país às prioridades apontadas pelo Banco Mundial (1986; 1995; 1998; 2000; 2003) para a educação, que incluem uma incompatibilidade com o modelo de universidade fundado na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. Também encontram convergência na busca por diversificar as fontes de financiamento das universidades públicas e na diversificação de modelos institucionais de ensino superior.

Já em 1986, no documento *Financing Education in Developing Countries*, o Banco Mundial (1986) apresenta os eixos principais de sua abordagem a respeito do tema da educação nos países de capitalismo dependente. Seu argumento central é que, devido às restrições orçamentárias, os países deveriam diminuir o aporte no ensino superior, priorizando a educação básica. A recomendação para reformas apontava também para a promoção do ensino privado e comunitário, além da concessão de bolsas de estudos para estudantes da rede privada bancadas pelo governo (CUNHA, 2018c).

O relatório *La Enseñanza Superior: Las Lecciones Derivadas de la Experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995) é reconhecido por Leher (2021) como matriz da análise do Banco Mundial sobre o tema e também guia de sua estratégia nos anos seguintes. De acordo com Barreto e Leher (2008, p. 425), os pressupostos mais importantes do discurso da formulação de 1994 são: “a) a educação superior para grupos desprivilegiados deve ser substituída por treinamento de baixo custo; b) os países, incluindo os ‘desprivilegiados’, estarão aptos a competir no mercado global; e c) se alguns países não alcançarem esse patamar, será por culpa dos próprios.” Os autores identificam alguns sentidos da reforma proposta, como a ampliação do ensino a distância, a formação de curta duração, a modalidade de cursos abertos, diversificação de instituições não universitárias (centros universitários e faculdades isoladas) e o financiamento público ao ensino privado.

Há um rebaixamento no papel do ensino superior dos países periféricos, que deveriam se ater a transferir os conhecimentos gerados nos países avançados, adaptando e divulgando-os para suas realidades. Já nesse momento, o Banco Mundial aponta como preocupantes o número de alunos por professores, a retenção e a evasão, além de criticar benefícios estudantis como moradias e restaurantes universitários (GREGÓRIO, 2012). A universidade da pesquisa, conhecida até então como “modelo europeu” não seria o formato institucional adequado aos países subdesenvolvidos; defende, então, a diversificação dos modelos institucionais e recomenda incentivos fiscais a universidades privadas para que seja elevada a oferta de vagas, além da cobrança de mensalidade ou doação em serviço gratuito. Outras pautas que aparecem nesse documento são a criação de mecanismos de avaliação e controle, com o estabelecimento de metas pelos governos, e a busca por fontes externas de financiamento para as universidades (Ibid.).

Neves e Pronko (2008) identificam no documento de 1995 os pilares para as reformas subsequentes no campo educacional brasileiro, passando pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) e chegando às transformações que se desenvolvem no governo Lula (2003-2006). A resistência de segmentos da sociedade civil e das comunidades universitárias, especialmente em defesa da universidade pública, fez com que os direcionamentos preconizados pelo Banco Mundial tivessem implementação fragmentária nos governos Cardoso (NEVES; PRONKO, 2008). “Um anteprojeto de reestruturação de toda a educação superior, nesses moldes, só pôde ser encaminhado ao Congresso Nacional, em julho de 2005, após um movimento de assimilação, pelo governo Lula da Silva, de amplos segmentos educacionais” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 53). Entre as assimilações, de acordo com as autoras, estão a da UNE, entidade que, historicamente, defende a educação superior pública, gratuita e universitária, mas que foi favorável às reestruturações efetuadas no governo Lula da Silva.

De acordo com Cislagh (2019), o próprio Banco Mundial (1995) apresenta como objetivo do documento de 1994 determinar o modelo bem-sucedido da experiência chilena como modelo ideal para o ensino superior, de modo a orientar seu apoio e financiamento aos países periféricos. Note-se que o modelo chileno é o neoliberalismo *de fato* comandado por Pinochet. “O diagnóstico apresentado é de que, por serem financiadas pelo orçamento do Estado, as universidades públicas seriam também responsáveis pelas crises fiscais, e, mesmo assim, continuavam com poucos e mal aplicados recursos” (Ibid., p. 141). De acordo com Cislagh (2019), o Banco Mundial defende, então, a diminuição do gasto por aluno e o aumento da qualidade do ensino, ao que chama de “racionalização.” O Banco Mundial

argumenta, ainda, que é uma injustiça a sociedade financiar as universidades públicas, pois, segundo ele, a maioria dos estudantes que as frequenta é de alta renda (Ibid.). O caminho proposto era o Estado estimular o ensino privado e cobrar mensalidades no setor público.

Caberia ao Estado uma regulamentação de incentivos ao setor privado que evitasse o controle das mensalidades e incluísse uma política de acreditação, fiscalização e avaliação das instituições privadas, além da possibilidade de incentivos financeiros. Observemos que a fiscalização não aparece como uma política de controle, mas de incentivo ao ensino privado. Como no ensino privado o custo do estudante é supostamente mais baixo, o Estado ganharia dando incentivos públicos para a abertura de novas matrículas. O objetivo em longo prazo, segundo o documento, seria, a partir de uma equalização na qualidade entre instituições públicas e privadas, estabelecer condições de igualdade de financiamento público para ambas, baseando-se apenas no critério da qualidade das suas propostas. (CISLAGH, 2019, p. 142)

No âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi assinado, em 1995, pelos estados-membro, o Acordo Geral sobre Comércio e Serviços, que incluiu a educação como serviço, referenciado em bases comerciais (CISLAGH, 2019). Essa perspectiva estabelece que o governo, ao oferecer cursos, se coloca em concorrência com as organizações privadas, o que configuraria uma concorrência desleal, sujeita a sanções. De acordo com Cislagh (2019), as medidas decorrentes dessas recomendações (OMC e Bird), ao privilegiar o ensino privado no nível superior, levaram à expansão desse setor que, entre 1997 e 2003, cresceu em 132%, o que contribuiu para que o número de matrículas em instituições privadas chegasse a 67,1% do total no final desse período. Reforçando a tendência de concentração das matrículas nas instituições privadas que advém do período da ditadura, como consequência da contrarreforma de 1968,

Em 1998, sai o documento *Más allá del consenso de Washington: la hora de la reforma institucional* (BANCO MUNDIAL, 1998), documento que se caracteriza pela manifestação do neoliberalismo de terceira via, comentado nas sessões anteriores. Não se trata de uma guinada, mas de uma calibragem no discurso, dentro dos marcos do neoliberalismo (BARRETO; LEHER, 2008). O Banco passa então afirmar como positiva a presença do Estado no setor educacional, enfatizando aspectos como as parcerias público-privadas, a noção de público não estatal etc. Algumas políticas desenvolvidas a partir de então vão carregar as marcas dessa perspectiva, sem contrariar o essencial das políticas anteriores.

A avaliação de Neves e Pronko (2008, p. 68) desse documento vai no mesmo sentido: “Especificamente do ponto de vista ético-político, as políticas educacionais neoliberais para a expansão e melhoria de ensino, seguindo as diretrizes gerais desse projeto societário, tiveram

como fundamento os princípios e estratégias do projeto neoliberal da terceira via”. O projeto dessa fase, visava, segundo as autoras, um homem coletivo com cultura cívica e consciência política limitadas aos marcos do capitalismo como provedor da justiça social (NEVES; PRONKO, 2008).

A “mudança” nas orientações do Banco Mundial em relação à educação, absorvendo no plano do neoliberalismo (COSTA, 2018c) a crítica aos efeitos reais das políticas que propalava, repercutiu em 1999, no *Documento estratégico del Banco Mundial: La educación en América Latina y el Caribe*. Essa publicação aponta a educação como estratégica e tendo como objetivo a erradicação da pobreza e a promoção do crescimento econômico. Gregório (2012) também identifica uma mudança de rumo do Bird a partir de 1999, com a ênfase no discurso da “sociedade do conhecimento”, para direcionar o papel das universidades e da educação para a competitividade entre os países. Educação superior passa a ser associada à coesão social e alívio da pobreza, concepção que traria no seu bojo a formulação de políticas focalizadas e compensatórias (GREGÓRIO, 2012, p. 10).

Além da diversificação institucional, o Banco Mundial deixou claro que o modelo preponderante não deveria ser o da universidade que articula ensino, pesquisa e extensão. Essas devem ser, em número reduzido, mantidas com verbas públicas, enquanto se estimula a ampliação das vagas a partir de ofertas na rede privada, já sem a articulação referida. Esse modelo reforça a dependência, ao recomendar o foco na pesquisa em áreas com “vantagens comparativas”. “Pode-se encontrar também neste documento de 1999 uma tendência à implantação em massa do ensino à distância, tanto como forma de treinamento (não formação) de professores em serviço, quanto como instrumento de massificação do ensino superior a baixo custo.” (GREGÓRIO, 2012, p. 12). A mercantilização e a padronização da educação como forma de transformar a educação em produto vendável é a preocupação central do documento do Banco Mundial, na avaliação de Gregório (2012).

Em 1999, os ministros da educação de países da Europa firmaram um acordo de integração na área do ensino superior que ficou conhecido como “Acordo de Bolonha” e que pretendia padronizar o modelo de funcionamento desse nível de ensino nos países do bloco. Uma das ações foi a criação da formação em ciclos curtos (três anos a graduação, dois o mestrado e três o doutorado). Junto a isso, veio um sistema de créditos e acreditação das universidades que pudesse permitir que o estudante transitasse entre instituições, caso desejasse (GREGÓRIO, 2012, p. 21).

A reforma respondia aos requisitos de redução do investimento estatal, diversificação dos formatos institucionais e de competição entre as instituições (ROSA, 2003). Nesse

âmbito, ganharam força os conceitos de “sociedade do conhecimento” e “sociedade da informação”, que buscaram enfatizar a produção, circulação e até mesmo o comércio de conhecimento, como pontos centrais das sociedades contemporâneas, ao mesmo tempo em que ocultavam as relações de trabalho aí desenvolvidas (Ibid.). O processo de Bolonha dissolve a ideia de ensino público como direito, substituindo pela de atribuição econômica (custo-benefício, resultados). O Estado se retira da responsabilidade da oferta de ensino público, ao mesmo tempo em que a privatização é promovida, bem como, no contexto europeu, ganha força a internacionalização e a mercantilização do ensino superior. A cobrança de mensalidade ou anuidade em instituições públicas se dissemina. O ensino na modalidade a distância é estimulado, bem como a fragmentação e a flexibilização que caracterizam a relação professor-aluno aí surgida (ROSA, 2003).

A flexibilização das instituições é o intuito do documento do Banco Mundial de 2000 (COSTA, 2018c), publicado em parceria com a Unesco, com o título de *La educación em los países en desarrollo: peligros y promesas* (BANCO MUNDIAL, 2000). Nesse texto, aparece a proposta do modelo híbrido de ensino superior, “composto por universidades voltadas para a excelência em pesquisa e consideradas o topo da pirâmide educacional e as instituições de ensino superior não universitárias direcionadas para as necessidades do mundo do trabalho” (COSTA, 2018c, p 108). Barreto e Leher (2008, p. 426) alertam para essas recomendações de 2000 em relação à produção de conhecimento novo, que, na visão do Banco Mundial, não seria tarefa dos países em desenvolvimento, pois estes deveriam estar mais preocupados em acessar e assimilar o conhecimento novo produzido em outros sítios, uma condenação ao subdesenvolvimento e à dependência tecnológica.

Em 2003, o Bird lançou o documento *Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria* (BANCO MUNDIAL, 2003). Esse relatório, de acordo com Barreto e Leher (2008, p. 427), tem o seguinte pressuposto básico: “uma vez que as práticas econômicas e sociais foram transformadas, é a vez da aprendizagem: ‘a emergência da economia global do conhecimento premia a aprendizagem no mundo’.” Os autores estão atentos ao deslocamento do ensino universitário para o terceiro grau (terciário), expressando uma redução da formação, em prol do ensino de competências para o mercado.

Nesse documento de 2003, o Banco Mundial defende o ensino a distância e a ênfase no crédito educativo. Segundo Cislagh (2019), a educação tem como objetivo, nessa publicação do Banco, qualificar a força de trabalho e contribuir para a coesão social. “A expansão do então chamado ensino terciário, por meio de várias formas de diversificação, deve ser acelerada para cumprir esse duplo objetivo, numa perspectiva de massificação.”

(CISLAGH, 2019, p. 144). O tratamento da educação superior como serviço educacional leva a essa concepção de ensino terciário, de acordo com Barreto e Leher (2008). O objetivo de países como Brasil deve ser o que chamam de democratização do ensino superior, que na verdade operar-se-ia com a massificação a partir de modalidades muito distintas de instituições e níveis de qualidade educacional, com ênfase na expansão privada.

O Banco [...] destaca a importância das universidades neste processo de aprendizagem continuada e de produção do conhecimento para o desenvolvimento capitalista, porém amplia a concepção de diversificação das instituições de ensino superior, ressaltando a importância das escolas técnicas, dos laboratórios de pesquisas, dos *community colleges*, dos centros de excelência, dos centros de educação à distância, entre outros. (GREGÓRIO, 2012, p. 14)

Aparece nessa recomendação a reivindicação de um marco a partir do Estado para que surjam instituições inovadoras e a inserção dessas numa “economia do conhecimento globalmente competitiva, assim como as novas exigências do mercado de trabalho” (GREGÓRIO, 2012, p. 16), favorecendo os interesses capitalistas. Gregório (2012) aponta alguns elementos das orientações do Banco Mundial que tiveram repercussão nas políticas brasileiras, como a criação ou estímulo ao financiamento estudantil por meio do Estado, declarado como forma de garantir a equidade social no acesso à educação superior. As regras para criação de novos cursos deveriam ser flexibilizadas a fim de que não se tivesse barreiras de ingresso no mercado. E a diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas foi enfatizada como uma necessidade para diminuir a dependência do Estado.

Ao analisarem quatro dos documentos emitidos pelo Banco Mundial ao longo de uma década (1994-2003), Barreto e Leher (2008) chamam atenção para o fato de que, entre o teor das recomendações e sua aplicação real, há várias mediações, especialmente, no que se refere à necessidade de “traduzir” as políticas para uma realidade nacional específica. Esses autores apontam que, para o Banco Mundial (2003), “as universidades são apenas uma agência entre uma infinidade de outras: novos fornecedores que ‘aparecem’ [...] e integram ‘parcerias colaborativas, redes e nichos de excelência’, na suposição de que esta seja uma relação entre iguais” (Ibid., p. 428). Nas recomendações do Banco, a lógica empregada à educação é a da mercadoria posta à venda:

À lógica da educação como mercadoria (commodity), nem atributos ou disposições pessoais escapam: a educação terciária “é capaz de encorajar independência e a iniciativa, que são commodities valorizadas na sociedade do conhecimento” (World Bank, 2000, p. 37). Fundada no suposto descentramento da categoria trabalho, essa “nova sociedade” é assumida nos

discursos cada vez mais afinados dos organismos internacionais. (BARRETO; LEHER, 2008, p. 428).

A diferenciação dos modelos institucionais reforçou a discrepância na formação em ensino superior, em perspectiva vertical e horizontal (NEVES; PRONKO, 2008), o que, mesmo no contexto de expansão, acentua o caráter excludente da educação superior e o isolamento do padrão de universidades com indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

O acesso ‘por mérito’ às atuais universidades de pesquisa produz, na ‘nova sociedade’, o elitismo por origem de classe próprio do modelo universitário de educação anterior, não porque as organizações universitárias sejam naturalmente elitistas, como querem fazer crer os organismos internacionais, mas porque, nos países periféricos, o acesso ao nível superior de ensino esteve historicamente reservado a segmentos socialmente privilegiados da população. (NEVES; PRONKO, 2008, p. 130)

A estratégia dos organismos internacionais foi, portanto, condenar o modelo universitário nos países periféricos, ao associar universidade a elitismo, contrários que são à prescrever esse modelo ao conjunto da população (NEVES; PRONKO, 2008). “A diversificação das instituições de ensino superior organicamente monitorada pelos governos nacionais foi a solução que o capital encontrou para dar acesso, de forma estratificada, a setores mais amplos das camadas populares a esse nível de ensino.” (Ibid., 2008, p. 130). A criação de várias modalidades de ensino superior permitiu, segundo Neves e Pronko (2008, p. 130), que parcela das classes trabalhadoras acessassem esse nível de escolaridade, mas “pela porta dos fundos”, visto que “a entrada principal, por sua vez, continua restrita àqueles que, em número reduzido, majoritariamente, concordem em atuar como prepostos das classes dominantes na organização da nova cultura.”

Já no governo Temer, o Banco Mundial defendeu o conjunto das políticas de ajuste fiscal e de ataque a direitos sociais (especialmente previdência, saúde e educação). Em novembro de 2017, o Banco divulgou o relatório “Um ajuste justo – análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (BANCO MUNDIAL, 2017). No documento, o gasto público é apontado como grande desafio do país (isso num contexto de retorno a altas taxas de desemprego, redução da renda, retorno da pobreza absoluta). O estudo foi encomendado pelo governo brasileiro e se apresenta como voltado a “identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 1). Logo no início do texto, a posição expressa é que o governo privilegia os ricos em seus investimentos e que os mesmos não têm eficácia. “Consequentemente, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o

acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população” (Ibid., p. 1).

Os caminhos sucitados pelo documento reforçam o receituário neoliberal. A previdência social é “impagável” e a massa salarial dos servidores e a gestão de pessoas dessa área é “uma oportunidade para reforma”. “O ajuste necessário não pode ocorrer sem a redução da rigidez das despesas e, necessariamente, precisará solucionar o problema de altos gastos previdenciários.” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 34). O documento simula o percentual de recursos que poderiam ser economizados com o congelamento salarial.

Reduzir o salário dos servidores seria, na visão do Banco, um estímulo para a economia, porque o setor público não seria atrativo para quadros com alta qualificação, liberando esses profissionais ao desempenho de funções privadas e recursos públicos para investir em outras demandas (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 53). Defende a diminuição dos salários para novos ingressantes nas carreiras, assim como o fim da estabilidade e a introdução de bônus desempenho. Essas medidas são as bases para a PEC 32/2020 apresentada por Bolsonaro como Reforma Administrativa. Nessa mesma linha, o “Teto de Gastos” é avaliado como primeiro passo necessário para a indispensável estabilidade fiscal e redução das despesas.

No que diz respeito à educação superior, o Banco ressalta a participação minoritária das universidades públicas no conjunto das matrículas e utiliza dados que não distinguem se a matrícula se dá em universidades, centros universitários ou faculdades, EaD ou presencial, para afirmar que das 8 milhões de matrículas, apenas 2 milhões estão nas universidades públicas. Dessa forma, aponta para um custo de duas a três vezes mais por estudante na rede pública em relação à rede privada. A composição desse custo não é elaborada no sentido de especificar o dispêndio com a previdência dos servidores, que está totalizado no orçamento das universidades, bem como os alunos de pós-graduação, a produção de ciência e a extensão.

Para o Banco Mundial, o melhor desempenho dos alunos das universidades públicas nas avaliações se justificaria pela qualidade do aluno e não pelo “valor adicionado” pelas universidades. O resultado é apresentar as universidades privadas como modelo de eficiência a ser seguido em relação aos gastos. Haveria, ainda, uma regressividade na política de financiamento das universidades, uma vez que, como seus alunos são em média de famílias de maior renda do que os da rede privada, eles teriam benefício dobrado ao não pagarem pelos estudos nas universidades públicas. “Os retornos do ensino superior são altos no Brasil, o que justificaria deixar que os estudantes paguem pela própria educação.” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 137).

O Banco Mundial aponta duas linhas de atuação do governo brasileiro para as universidades públicas federais. A primeira seria um limite de gasto por aluno que obrigaria as universidades que não atingirem esse índice a reduzirem sua “estrutura de custos” e a buscarem recursos de “outras fontes” a exemplo de países que teriam sistemas acadêmicos de melhor desempenho (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 137). A outra opção recomendada é a cobrança de tarifas (mensalidade), que se justificaria, como destacado, pelo benefício trazido pelas universidades na remuneração de seus egressos. O Brasil teria, então, que facilitar o financiamento estudantil, nos moldes do Fies, para o pagamento do ensino público pelos alunos; e, nos moldes do ProUni, investir num programa de bolsas. Essas medidas renderiam “uma economia para o orçamento federal de aproximadamente 0,5% do PIB” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 138). Ou seja, a destruição do princípio da gratuidade, a privatização do acesso à educação e as decorrentes transformações que tal medida poderia gerar nos contextos universitários e na produção científica, teria como justificativa uma redução orçamentária equivalente a 0,5% do PIB.

4.2.2 A mudanças da universidade brasileira na era neoliberal

As perspectivas neoliberais sintetizadas pelos organismos internacionais vão impactar de diferentes formas e fases do Brasil a partir dos anos 1990. Os governos dessa fase inicial, no desempenho da agenda do Consenso de Washington, foram mais dedicados à educação básica do que à superior (NEVES; PRONKO, 2008), embora já se tenha iniciado o desmonte da pesquisa. Cunha (2018c) destaca, nesse período da primeira metade da década de 1990, a Lei 8.958/94 (BRASIL, 1994), ainda no governo Itamar Franco (1992-1994), que regulamentou as fundações de apoio: “As fundações de direito privado foram criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes” (COSTA, 2018c, p. 88). Criou-se com isso o instrumento de dissolução das fronteiras entre público e privado dentro das universidades. A regulamentação das interações com as Fundações de Apoio é apontada por Gregório (2011, p. 39) como forma de privatização por dentro: “são fundamentais ao projeto burguês hegemônico à medida que regulamentam de forma categórica o fim da fronteira entre as atividades de responsabilidade do governo e as da iniciativa privada, no âmbito das IFES.”

Ao vencer a disputa presidencial de 1989, Fernando Collor de Mello, já representando a perspectiva neoliberal, iniciou no seu mandato o desmonte do legado desenvolvimentista ao aparato técnico-científico nacional.

Viabilizado por meio das universidades e instituições públicas de pesquisa, esse aparato baseava-se sobretudo na produção direta pelo Estado de quadros qualificados para a modernização capitalista e para a produção de conhecimento necessário à consolidação do modelo de substituição de importações e à consolidação dos valores e práticas da cultura urbano-industrial em construção, sob direção do capital. (NEVES; PRONKO, 2008, p. 52).

A precarização da universidade pública se acentuou nos governos Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), em que o pequeno crescimento das universidades federais não foi acompanhado de orçamento proporcional (COSTA, 2018c).

Nos governos Cardoso (1995-2002), foi aprovada a Lei 10.168/2000 (BRASIL, 2000), versando sobre o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação, que procurava estabelecer pesquisas em cooperação entre universidades e o setor produtivo. Esse programa constituiu-se como uma forma de institucionalizar o financiamento privado de pesquisa e extensão nas universidades, assim como direcionar a produção científica ao atendimento das demandas empresariais. Na área de ciência e tecnologia, Costa (2018c) recupera as principais leis criadas no governo Cardoso, como a criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologias (BRASIL, 1996), a Lei de Patentes (BRASIL, 1996c) e a Lei dos Direitos Autorais (BRASIL, 1998). Esse arcabouço conforma na legislação o caminho neoliberal para a área da pesquisa científica.

Em relação à política de ciência e tecnologia (C&T), Neves e Pronko (2008) destacam a mudança para ciência, tecnológica e inovação (CT&I), *pari passu* à tendência de subordinação internacional do país na divisão internacional do trabalho, de modo a seguir “[...] a sua ‘vocação’ de produzir inovações tecnológicas para aumentar a produtividade capitalista do trabalho no âmbito nacional e mundial.” (Ibid., p. 68-9).

O neoliberalismo, em geral, teve impacto na agenda de pesquisa, que, segundo Leher (2021, p. 6), afastou as universidades do debate sobre os “grandes problemas nacionais, sob pretexto de que a pesquisa de grandes complexos temáticos, por exigir a investigação de múltiplas relações e determinações, seria, *a priori*, desprovida de mérito científico, tal como apregoado pelas organizações internacionais”.

O tema da autonomia também esteve em voga nas reformas dos anos 1990. Cabe enfatizar que a universidade moderna desenvolveu-se sobre a categoria da autonomia

universitária, noção que, em conjunto com a liberdade de cátedra, é indispensável para a produção do conhecimento livre das influências, especialmente, do mercado, do Estado e da religião (LEHER, 2019). Ao tratar do tema da autonomia após sua constitucionalização em 1988, Leher (2019) avalia que houve tentativas de rebaixar a autonomia em termos legislativos, assim como maneiras de operar essa dimensão que configuram uma heteronomia acadêmica, sob desígnios de uma racionalidade tida como técnica (o gerencialismo neoliberal). No governo Cardoso, o Plano Diretor da Reforma do Estado, aprovado como Emenda Constitucional 19, cujo mentor interno foi Bresser-Pereira, foi peça importante também na concepção de universidade. Em relação à autonomia, Bresser-Pereira, “buscou aprovar o Projeto de Emenda Constitucional no 370/1996 (BRASIL, 1996) que, na prática, desconstitucionalizava a autonomia, ao estabelecer que sua regulamentação dar-se-ia por lei ordinária.” (LEHER, 2019, p. 218). Segundo Leher (2019, p. 2018), as “greves nacionais de docentes, técnicos e administrativos e estudantes de 1998 e 2001 denotaram o rechaço de grande parte da comunidade ao projeto que acabou arquivado com o agravamento da crise econômica nos anos finais de seu [o de Cardoso] mandato”.

Em nível infraconstitucional, uma série de mecanismos legais foi instituída de modo a restringir a autonomia. Leher (2018, p. 220) destaca a Lei no 9.192/1995 (BRASIL, 1995), que atribui ao Presidente da República o direito de nomear os reitores, a partir de lista tríplice elaborada por voto uninominal, procedimentos que vigoraram na Ditadura Militar; e a Lei no 9.394/1996 – LDB (BRASIL, 1996), que define a ocupação dos órgãos colegiados e de comissão por 70% de docentes. Segundo Neves e Pronko (2008, p. 58), a aprovação da LDB, no que tange ao processo de escolha dos reitores, “pôs fim à participação paritária dos três segmentos na gestão universitária, conquistada através das lutas dos anos de abertura política”. As autoras consideram, que a derrota da paridade “se constituiu em uma das muitas estratégias estatais de apassivamento do movimento dos trabalhadores da educação no âmbito das universidades públicas, segmento mais organizado do campo educacional da atualidade.” (Ibid., p. 58). Para Leher (2019), o conjunto de instrumentos legais de diferentes hierarquias desde 1988 restringiram a autonomia universitária. Ao mesmo tempo, “não houve avanços em temas estruturantes da vida universitária como o financiamento das instituições por meio de montante compatível com o orçamento geral da União, mas que assegurasse o desenvolvimento institucional das universidades federais brasileiras”. (LEHER, 2019, p. 220).

No período de 2007 a 2013, aponta Leher (2019), não houve investida contra os princípios da liberdade de cátedra e a autonomia universitária, tampouco houve o fortalecimento de ambos, uma vez que não foram revogados os dispositivos anteriormente

instituídos. Trevisol e Garmus (2001) avaliam de modo semelhante, uma vez que a constitucionalidade não evitou as disputas sobre o tema da autonomia, impulsionadas, desde a proposta do governo Collor de Mello – PEC 56-B/1991 (BRASIL, 1991) –, por grupos empresariais contrários ao estatuto.

O processo de privatização do ensino superior resultante das políticas aprovadas pelos distintos governos é demonstrado por Barreto e Leher (2008) pelo número geral de instituições por natureza (pública ou privada) e pelo modelo institucional, com base em dados do INEP. O número de instituições de ensino superior saltou de 871, em 1988, para 2.070, em 2006, sendo que inicialmente eram 87 universidades (incluindo 31 privadas) que abrigavam 51% dos estudantes. Ao passo que, em 2006, o número de universidades foi para 178 (incluindo 86 privadas), mantendo-se aproximadamente o mesmo percentual de alunos vinculados a esse tipo de instituição (BARRETO; LEHER, 2008). Nesse meio tempo, porém, passaram a ser permitidas universidades de caráter empresarial (com fins lucrativos) e foi modificado o tipo de exigência para se constituir uma universidade. O setor empresarial foi o que mais cresceu nos governos Cardoso e Lula da Silva: “no período 1999-2002, o número de matrículas das instituições de ensino superior com fins lucrativos cresceu 90%, enquanto, no mesmo período, o crescimento daquelas sem fins lucrativos foi de 31%. Em 2006, o setor particular¹⁸ era responsável por 55% das matrículas privadas” (BARRETO; LEHER, 2008, p. 432). Ainda que predominasse o ensino universitário como detentor do maior número de matrículas, apenas um quinto do total de alunos estava em instituições públicas (BARRETO; LEHER, 2008). Além disso, a flexibilização em relação à aplicação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, que caracteriza o ensino universitário, em si, a matrícula nas universidades, em geral, não garante que essa seja realmente a modalidade de formação existente em tais instituições. Houve ainda no período o crescimento expressivo da educação a distância, sem qualquer garantia de acesso à pesquisa e à extensão, dada a forma como tal política foi regulamentada no país.

A ampliação da rede privada no período recente, após 2003, em especial a “privada-mercantil” (LEHER, 2015b, p. 34), contou com o apoio direto do Estado que, ao flexibilizar a legislação da área, “ampliou o mercado de consumidores por meio de um exame nacionalizado e de menor complexidade em termos de conhecimentos científicos (Enem¹⁹),

¹⁸ A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) trazia, até 2019, as seguintes categorias de ensino privado: particulares; comunitárias; confessionais; e filantrópicas. Em 2019, a distinção foi alterada pela Lei nº 13.868 (BRASIL, 2019), passando a ter a seguinte distribuição: públicas; privadas; e comunitárias. Sendo que as privadas e comunitárias podem ou não ter perfil filantrópico ou confessional.

¹⁹ Exame Nacional do Ensino Médio.

concedeu incentivos tributários aos grupos mercantis (ProUni) e expandiu os subsídios públicos para o financiamento estudantil (Fies)”. As isenções do ProUni foram acompanhadas de alterações legislativas que permitiram que o setor empresarial, com fins lucrativos, fosse também ele beneficiado por isenções fiscais. Com o crescimento desse setor, ficou livre o caminho para a abertura de capital dessas empresas educacionais no mercado financeiro. “Isso significou a concentração de capital e a reestruturação do ensino superior privado no Brasil, com financeirização, oligopolização e internacionalização do capital.” (CISLAGH, 2019, p. 147).

O Fies foi criado pelo governo Cardoso (1995-2002), por meio da Medida Provisória nº 1.827/1999 (BRASIL, 1999), regulamentado pela Lei nº 10.260/2001 (BRASIL, 2001), em substituição ao Crédito Educativo (Ceduc), para custear as matrículas de estudantes de baixa renda. O financiamento estudantil ganhou novo impulso nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), especialmente a partir de 2010. O Fies, de acordo com Leher (2015a, p. 35), foi o principal mecanismo de repasse de recursos públicos para o setor mercantil da educação. Com base em dados do Tribunal de Contas da União, Cislagh (2019, p. 145) aponta que, “Com as mudanças instituídas em 2010, o financiamento se ampliou imediatamente em 152,2%, já em 2011, e alcançou os impressionantes 1.895,97% de aumento de recursos anuais entre 2010 e 2015”. O montante empenhado no Fies chegou a R\$ 15,43 bilhões em 2015, R\$ 19,75 bilhões em 2016, e R\$ 20,84 bilhões em 2017 (ALVES; CARVALHO, 2020, p. 6). O número de novos contratos do Fies subiu anualmente até 2014, quando chegou a 732.676, 39% dos ingressantes no sistema privado naquele ano (1.878.483), de um total de 2.383.110 ingressantes no Ensino Superior incluindo o sistema público (Ibid., p. 8). Em 2017, o total de novos contratos do Fies caiu para 175.940, 11% dos ingressantes no ensino privado naquele ano (Ibid., p. 8).

Tanto o Fies quanto o ProUni, via isenção fiscal, estiveram voltados ao favorecimento da rede privada. O aumento nas vagas ofertadas no âmbito dessas políticas foi superior a ampliação geral das matrículas em cursos do setor privado de ensino. “Entre 2005 e 2014, houve um aumento de 233,92% nos usuários do Prouni, 948,35% do Fies e 149,59% de aumento de ingressantes no setor privado, quatro vezes menos que o aumento médio dos bolsistas somados.” (CISLAGH, 2019, p. 147).

O avanço do Ensino a Distância foi exponencial durante os governos Lula e Dilma. Inicialmente, no setor privado, que em 2014 detinha 1,2 milhões de matrículas EaD, representando 89,61% das matrículas nessa modalidade. “O EaD, assim, tem sido uma estratégia importante de conquista de novos mercados, especialmente, pelas instituições

privadas com fins lucrativos, já que esta modalidade permite a formação em massa, com custos reduzidos” (COSTA, 2018c, p. 127). Em 2006, o MEC criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que funciona com base em editais, cujo conteúdo e forma são estabelecidos pelo Ministério e aos quais as universidades podem concorrer como executoras. O EaD colaborou, “para o crescimento de um novo nicho de mercado para os grandes empresários internacionais da educação” (GREGÓRIO, 2011, p. 43), esses perceberam o mercado que se abria para a venda de pacotes educacionais e atenderam a padrões de interesse do capital internacional (Ibid.).

Todo esse conjunto de política e a expansão privada da educação superior brasileira corresponde a uma mudança de qualidade da inserção do capital nesse setor. A noção de mercadoria-educação diz respeito à perspectiva do capital sobre a educação, que se reduz a insumo necessário para a produção da mercadoria força de trabalho (KENJI, 2016). No sentido do capital, a formação deve abranger um quantitativo suficiente de força de trabalho para que se forme o exército industrial de reserva e as habilidades necessárias para o desempenho adequado das atividades (Ibid.). “Isso explica a criteriosa preocupação dos industriais com os aspectos formativos da educação universitária – com o conteúdo, com o encadeamento do fluxo do estudante desde o momento em que este se matricula, até o campo de estágios que realiza” (Ibid., p. 76-77). Assim, a esses setores interessa que a formação em geral e a universitária em particular esteja cada vez mais vinculada às demandas do mercado da força de trabalho.

Na avaliação de Kenji e Evangelista (2016) a transformação ocorrida na educação nos últimos anos desdobra uma alteração da educação-mercadoria para a mercadoria-educação, como reflexo do regime de valorização financeira. O avanço da lógica de valorização financeira atingiu também a educação, convertida em serviços educacionais cujas ações passam a ser negociadas nas bolsas de valores. “Além de encarar a educação como um insumo para a formação, qualificação ou certificação da força de trabalho, agora a encaram também como mercadoria a ser produzida e vendida nas relações mercantis.” (KENJI; EVANGELISTA, 2016, p. 83). A forma da propriedade dos grupos educacionais, adquiridos por fundos de investimento, é o passo apontado como decisivo nesse processo (Ibid.).

Logo após iniciar, o governo Lula da Silva apresentou o “Plano Expandir”, em que era definida a forma para a criação das novas universidades públicas federais. Inicialmente, conforme Costa (2018), foram criadas 19 novas universidades e 42 novos campi. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apontou a necessidade de inclusão de jovens no ensino superior e distribuição geográfica mais equânime pelo país das oportunidades na educação

superior. Pelo PDE foram sugeridos e criados o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), ambos voltados à educação pública. Entre as diretrizes globais do ReUni estava a elevação da proporção de alunos por professor nas Universidades que aderissem (para 18 alunos para cada professor); o aumento da taxa de média de sucesso nos cursos de graduação presencial para 90%; o aumento de vagas noturnas; a diminuição da evasão e a ocupação das vagas ociosas. Todas as universidades federais aderiram ao programa (exceto a UFABC, já criada com as inovações pedagógicas prescritas pelo ReUni).

As políticas de ampliação do acesso criaram, no período de 2003-2015, 19 universidades federais, o que representou um crescimento de 43,2% no número de instituições, 129,64% na oferta de cursos, 99,8% no número de ingressos anuais, 88,74% nas matrículas e 43,61% nos concluintes. O aumento no número de matrículas de 2007-2015 (último ano em que foram repassados recursos pelo REUNI) foi de 72,16%, um crescimento superior ao planejado (47,39% em 2015). (COSTA, 2018c, p. 120)

A ampliação das vagas pelo ReUni não veio acompanhada de um incremento proporcional no orçamento das universidades, o que leva as instituições a diversificarem as fontes de recurso para manterem o nível de investimento e custeio (COSTA, 2018c, p. 150). Cabe observarmos, também, que a ampliação do número de alunos proposto pelo ReUni, segundo Gregório (2011), esteve além da capacidade de as instituições manterem uma formação de qualidade, vinculando ensino, pesquisa e extensão.

Por sua vez, o Pnaes foi uma ferramenta de inclusão desenvolvida no governo Lula (2002-2010). O programa estabelece, pela primeira vez, a prerrogativa de o governo federal sustentar a assistência estudantil, em substituição aos fundos que as próprias universidades criavam para manter os auxílios. Seu orçamento cresceu a cada ano, sendo que saltou de 18,9 milhões de reais em 2011 para 941 milhões em 2016, ano em que concedeu 2,3 milhões de benefícios (COSTA, 2018c).

Outra medida de grande impacto nas universidades federais desse período foi a aprovação, em 2012, da Lei 12.711 (BRASIL, 2012), que criou a reserva de vagas nos cursos de graduação para estudantes oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas de baixa renda. De acordo com dados do Censo Nacional de Educação de 2015, citados por Cunha (2018), o número de estudantes autodeclarados de cor preta nas instituições federais era de 7,63% do total de matrículas, enquanto que a média nacional é de 5,35%, considerado o conjunto da educação superior. Em relação aos de cor parda a média nas federais era de 27,48% das matrículas, enquanto que a média geral da educação superior

do país estava em 21,71%. “De acordo com o Censo do IBGE, em 2010, os negros (pretos e pardos) representavam 53,6% da população, e apenas 27,06% das matrículas nas instituições de ensino superior” (COSTA, 2018c, p. 135). Dados da “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018” (ANDIFES, 2019) mostram que, entre 2003 e 2018, o número de estudantes das IFES autodeclarados pretos cresceu 6,1 pontos percentuais e o número de pardos cresceu 10,9 pontos percentuais. A mesma pesquisa apontou que, em 2018, o número percentual de pretos nas universidades era de 12% enquanto na população brasileira em geral esse índice era de 8,1% (dado do IBGE); o número de pardos nas universidades federais era de 39,2%, enquanto na população em geral (dados do IBGE) estava em 52,5% (ANDIFES, 2019). Em trabalhos anteriores (ALMEIDA, 2021a; 2021b) abordamos os efeitos das ações afirmativas nas universidades, a partir das lutas tocadas pelos movimentos estudantis negros. Nesses estudos, nos referimos aos trabalhos de Guimarães (2003) e Domingues (2005) que mostram, por um lado, a constância da pauta educacional no movimento negro brasileiro e, por outro, como a universidade pública no Brasil atendia majoritariamente estudantes brancos, até a conquista das cotas. Embora a criação das ações afirmativas tenha atendido orientações do Banco Mundial, sua efetivação, não sem contradições, permitiu, além do acesso às vagas, que várias temáticas científicas emergissem, abrindo a universidade brasileira para a discussão de elementos da realidade nacional ausentes da pauta científica até então (GOMES, 2017).

Em relação à pesquisa e extensão, Costa (2018c) destaca a aprovação do Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação (MLCT&I), em 2016 (BRASIL, 2016). Com novos objetivos acrescentados, os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e, além de organizarem a propriedade intelectual, passaram a ter “uma postura mais proativa na busca de parceiros para a comercialização das inovações geradas pelas ICT” (Ibid., p. 164). Os NITs também receberam o encargo de fazer a comunicação com o mercado para buscar recursos de financiamento à pesquisa nas universidades; da promoção do empreendedorismo dentro das universidades. Nesse ponto, cabe ressaltarmos que, segundo Costa (2018c), a Andifes comungou dessa concepção, e criou, em 2010, uma comissão de empreendedorismo para apoiar e difundir essa “cultura” nas instituições federais. “A educação empreendedora passou a ser uma das funções que precisa ser realizada pelas universidades na formação da força de trabalho, já que a flexibilidade, a capacidade de iniciativa e a adaptação às mudanças são exigidos pelo novo modelo neoliberal.” (COSTA, 2018c, p. 172). Nesse mesmo diapasão,

ocorrem as atividades de extensão das empresas júnior²⁰, que têm por objetivo formar os estudantes para o mercado de trabalho de corte neoliberal, "tenta criar na subjetividade do discente a ideia de empreendedorismo." (Ibid., p. 173).

Entre as políticas de Estado com vistas a criar condições de mercado, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação lançou um programa de apoio à criação de parques tecnológicos e incubadoras, em 2009 (COSTA, 2018c). As incubadoras e as empresas júnior, para Costa (2018c), são estratégias de introdução do modelo profissional exigido pelo mercado. "Então, as incubadoras não podem ser reduzidas a espaço de inovação e de interação universidade-empresas, elas são mais do que isso, são um espaço para a formação de sujeitos empreendedores, demandados pela nova configuração do neoliberalismo." (Ibid., p. 178). Com a persistência de um elevado nível de desemprego²¹ (IBGE, 2022) e a queda na renda média²², esses espaços de formação que promovem o estímulo ao empreendedorismo ganham ainda mais força nos contextos universitários.

Em 2013, surgiu a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), com unidades em universidades brasileiras. A iniciativa é uma parceria entre o MEC e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, na forma de Organização Social, que tem por finalidade o credenciamento de unidades que tenham pesquisa e desenvolvimento em parceria com a indústria, por meio da qual os custos dos projetos de pesquisa são divididos (COSTA, 2018c). Diante dos estímulos à pesquisa associada ao mercado, Costa (2018c) apontou o crescimento de grupos de pesquisa que se relacionam com empresas, que saltou de 8,4% em 2002 para 33,69% em 2016. O MLCT&I também flexibilizou o regime de dedicação exclusiva dos docentes de universidades federais, ao permitir que o professor com Dedicação Exclusiva (DE) "exerça atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ICT ou em empresa, desde que mantenha suas atividades de ensino e pesquisa na instituição de origem (art. 14)." (COSTA, 2018c, p. 184).

²⁰ Em 2016, o número de empresas júnior no Brasil chegou a 300 e ultrapassou o existente na Europa. (FOLHA, 2016). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2016/06/1752850-brasil-ultrapassa-europa-e-se-torna-lider-em-empresas-juniores-no-mundo.shtml>. Acesso em: 15 abril 2022. O Movimento Empresa Júnior (MEJ) lista atualmente mais de 1.500 empresas desse perfil no Brasil, um crescimento exponencial no último período (MEJ, 2022). Disponível em: <https://brasiljunior.org.br/conheca-o-mej>. Acesso em: 25 julho 2022.

²¹ Em 2022, o IBGE (2022a) indicava uma taxa de desemprego no Brasil de 11,1%, totalizando 11,9 milhões de desocupados, além de 4,6 milhões de desalentados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 25 de julho 2022.

²² De acordo com o IBGE (2022b) "O rendimento médio mensal domiciliar por pessoa caiu 6,9% em 2021 e passou de R\$ 1.454 em 2020 para R\$ 1.353". Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 25 julho de 2022.

A partir das variadas políticas relacionadas com o ensino superior, a pesquisa e a extensão, além da gestão das universidades, Costa (2018c, p. 199) avalia que “As universidades tornaram-se, assim, um espaço de formação para o empreendedorismo no novo neoliberalismo acadêmico”. Para Gregório (2011), uma série de instrumentos utilizados nos dois governos de Lula, como o estabelecimento de parcerias público-privadas e de contratos de gestão como mecanismos normais do Estado brasileiro, são característicos do receituário neoliberal. Assim, também a noção de “público não estatal”, foi articulada para atender os interesses da burguesia (incluindo a internacional), convergindo para processos de contrarreforma do setor educacional. A conversão ideológica da educação de direito a “bem público” é a chave para permitir que, como bem público, seja fornecido por instituições privadas prestando serviço público (GREGÓRIO, 2011), o que desvanece a barreira entre público e privado, pois o fundo público pode financiar uma atividade desenvolvida pela esfera privada.

Na avaliação de Costa (2018c) o governo Lula da Silva implantou na educação brasileira o “novo neoliberalismo acadêmico”, cujas características principais envolveram a criação de políticas inclusivas, a flexibilização das modalidades de cursos e tipos de formação, o financiamento público ao sistema privado e o financiamento privado da pesquisa pública, além da disseminação da cultura do empreendedorismo nos processos de ensino, pesquisa, extensão, da difusão do gerencialismo e da precarização do trabalho nas universidades. Essas mudanças reforçaram a interação das universidades aos circuitos do capital, mantendo sua natureza jurídica pública, mas com funcionamento pela lógica do mercado.

Uma chave importante para avaliar essas políticas é a ideia da conciliação dos interesses das classes que apoiavam o governo. Como afirmam Boito Jr. e Berringer (2013), essa influência não foi suficiente para alterar as estruturas neoliberais que condicionavam as ações dos governos e que foram por eles mantidas, mas permitiram alguns avanços na perspectiva da classe trabalhadora. Nesse ponto, não há contradição com as considerações de Costa (2018c) e Gregório (2011), pois não se está falando de ruptura com o neoliberalismo, apenas se enfatiza que as conquistas, como a expansão das universidades públicas, as ações afirmativas e a estruturação da assistência estudantil, foram fruto da existência desses interesses sociais representados no governo. Afinal, os requisitos do “novo neoliberalismo acadêmico” poderiam se expressar de formas diferentes, caso fosse outra a base social do governo federal desse período.

Já no período Temer (2016-2018), de acordo com Trevisol e Garmus (2021), a crise de 2016 impactou no entendimento sobre a autonomia universitária. “O princípio da autonomia passou a ser questionado sob o argumento de que ele era um artifício estrategicamente utilizado para esconder a corrupção e as práticas de desvio de recursos públicos.” (TREVISOL; GARMUS, 2021, p. 317). Os autores destacam o surgimento de operações da Polícia Federal, com seu aporte midiático, na esteira das campanhas de questionamento e denúncia da autonomia universitária. Sem entrar no mérito criminal das investigações, Trevisol e Garmus destacam as operações como peças de forte exposição midiática e de caráter coersitivo à atuação universitária. O Quadro 2 apresenta as operações mais relevantes sintetizadas pelos autores.

Quadro 2 – Principais operações da Polícia Federal nas universidades públicas federais (2016-2018)

Operação	Data	Instituição
Operação PhD	09 de dezembro de 2016	UFRGS
Operação Research	31 de março de 2017	UFPR
Operação Ouvidos Mucos	14 de setembro de 2017	UFSC
Operação Esperança Equilibrista	06 de dezembro de 2017	UFMG
Operação Torre de Marfim	07 de dezembro de 2017	UFSC
Operação autorizada pela Justiça Eleitoral proibindo manifestações político-partidárias	26 de outubro de 2018	17 universidades públicas

Fonte: Trevisol e Garmus (2021, p. 318).

Os indícios de que as operações tiveram propósitos políticos dizem respeito aos tamanhos grandiosos dos operativos montados (110 policiais na ação Torre de Marfim de Santa Catarina e 84 na da UFMG), sendo que não havia resistência armada ou negativas na prestação de esclarecimentos (LEHER, 2019). “Subjacente às grandes operações policiais nas universidades, é possível encontrar inequívoco processo repressivo que investe contra o conhecimento, a ciência, a cultura e a liberdade de cátedra e de expressão.” (LEHER, 2019, p. 210).

A Operação Ouvidos Mucos de 2017, que investigou irregularidades na UFSC, teve o desfecho trágico. Os agentes da Polícia Federal detiveram o reitor da instituição Luiz Carlos Cancellier de Olivo e o submeteram a procedimentos vexatórios, além de ter sido proibido de ingressar novamente na universidade. Cancellier tirou a própria vida no dia 2 de outubro de 2017, deixando um bilhete em que escreveu: “A minha morte foi decretada quando fui banido da universidade!!!” (UFSC, 2022). De acordo com notícia sobre os cinco anos desse triste fato, a cobertura midiática da Operação Ouvidos Mucos apresentou o viés exclusivo das fontes policiais, “sem contraponto, carregado de juízo de valor” (UFSC, 2022). Assim, “No

dia da prisão de Cancellier, seu nome estampou as manchetes como líder de um esquema de desvio de recursos públicos da monta de R\$ 80 milhões.” A repercussão midiática instigada pelo enquadramento da Polícia Federal, reproduzido sem critério de verdade, foi uma das peças dessa tragédia e compôs o quadro de associação das universidades à corrupção, com o intuito de deslegitimar as instituições.

As operações realizadas no período eleitoral de 2018, referidas no quadro 2 com base em Trevisol e Garmus (2021), dizem respeito a ações da PF autorizadas pela justiça em várias universidades com o propósito de “proibição de assembleias de natureza política e aulas que tratassem de temas políticos, assim como a busca e a apreensão de panfletos e materiais de campanha nas universidades” (Ibid., p. 318). Com o objetivo de questionar a constitucionalidade dessas medidas judiciais e das operações policiais, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ingressou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, a ADPF 548, junto ao Supremo Tribunal Federal, em outubro de 2018. A ministra Carmem Lúcia deferiu liminarmente o pedido, vedando a realização dessas operações e garantindo a liberdade de expressão, bem como a liberdade de cátedra, nas universidades federais. O voto foi referendado por unanimidade no plenário. A campanha eleitoral de 2018 teve, ainda, outras ações de restrição do debate político nas instituições iniciadas por grupos militantes de direita, que buscavam atacar as manifestações antifascistas nas universidades.

As eleições de 2018 levaram ao governo Jair Messias Bolsonaro e garantiram espaços ao movimento bolsonarista. No próximo capítulo trabalhamos o contexto de surgimento desse movimento, o debate sobre o seu caráter neofascista e aspectos da sua constituição ideológica.

5 O BOLSONARISMO: DA NOVA DIREITA À FACE NEOFASCISTA DA AUTOCRACIA BURGUESA

Neste capítulo analisamos a conformação do bolsonarismo, como movimento que permite a Bolsonaro chegar ao governo através da vitória eleitoral de 2018. Como deputado, na votação do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, Bolsonaro homenageou o coronel Carlos Brilhante Ulstra, torturador da Ditadura Militar, o que disparou alertas sobre o seu desprezo pelos os direitos humanos. O surgimento do movimento e o destaque a Bolsonaro como seu líder, alçado à figura popular após 26 anos de atividade parlamentar inexpressiva, foi acompanhado com um discurso agressivo, tanto contra seus adversários políticos, quanto para setores minorizados, como mulheres, gays, negros, indígenas e quilombolas. Esses elementos discursivos impulsionam um questionamento sobre a categorização neofascista do movimento liderado por Bolsonaro.

Desta forma, neste capítulo, examinamos o conceito de fascismo na leitura sobre o fenômeno atual e as variações autocráticas do Estado brasileiro. Após, investigamos o surgimento do bolsonarismo no contexto brasileiro, *pari passu* ao fenômeno mundial, e a influência de Olavo de Carvalho como organizador filosófico do bolsonarismo. Por fim, trazemos aportes sobre outros grupos que apoiaram Bolsonaro desde a campanha. As construções teóricas realizadas neste capítulo serão essenciais para a sequência deste trabalho, nas análises da política universitária de Bolsonaro.

5.1 Bolsonarismo: o debate sobre o neofascismo brasileiro

O aparecimento do bolsonarismo e de seu discurso suscitou um amplo debate sobre o caráter fascista do movimento e de seu líder. Algumas comparações com o fascismo histórico da Itália de 1922 evidenciaram certas similaridades na análise da composição de classes dos movimentos, do cenário de crise em que surgiram, ao mesmo tempo em que são evitadas transposições mecânicas entre os fenômenos de períodos distintos. Mais do que buscar um conceito de fascismo e ver se a realidade atual se encaixa nele, ou mesmo classificar o movimento como fascista ou não, a importância desse debate reside na capacidade de uma *teoria* do fascismo ajudar na compreensão do fenômeno atual.

O surgimento do fascismo remonta à organização Fasci di Combattimento de Benito Mussolini, em março de 1919, após expulsão do partido socialista italiano (DEL ROIO, 2020). O movimento nasce com caráter pequeno-burguês, classe arrasada pela crise gerada

pela Primeira Guerra e a ideologia nacionalista, de resto trazendo várias concepções diferentes, unificadas pelo chefe.

[...] o fascismo é um regime reacionário com base de massas da pequena burguesia, mas pode ser mais do que isso, pode ser uma reorganização progressiva da dominação burguesa ao incorporar elementos do capitalismo mais avançado [...] fundamentalmente no domínio do capital financeiro. (DEL ROIO, 2020, p. 18-19 – tradução nossa).²³

Com o tempo ficou claro aos comunistas italianos que o fascismo intentava a construção de um novo regime político. O processo de fascistização não ocorre de imediato, ele vai se desenvolvendo em meio a crises, se expande e se consolida (Ibid.).

Um dos pontos de partida para esse debate é reconhecer o fascismo como categoria da forma burguesa de dominação e não apenas como acontecimento histórico. É nesse sentido que aponta a sistematização de Mascaro (2022), ao elucidar a sobrevivência da categoria após o fenômeno europeu da primeira metade do Século 20. A lição do autor é que, em palavras resumidas, enquanto houver dominação da classe burguesa, o fascismo paira como uma possibilidade. Para Mascaro, o conceito de fascismo se refere à dominação autoritária expandida para todas as esferas da sociabilidade capitalista, das fábricas aos meios artísticos, da estrutura do governo às atividades comunitárias.

Para a compreensão do fascismo na perspectiva marxista, é preciso reconhecer que ditadura e democracia são formas de organização diferentes da dominação da classe burguesa exercida pelo Estado.

São, digamos assim, meras formas, porque na sua essência todo Estado é uma ditadura, isto é, representa, organiza e defende de modo exclusivo o interesse político geral de uma única classe social – o Estado capitalista ou burguês mantém a propriedade privada dos meios de produção e as condições gerais de reprodução do trabalho assalariado e, o que não é senão a outra face da mesma moeda, impede qualquer processo de socialização dos meios de produção. (BOITO JUNIOR, 2021b, p. 12).

A questão da forma do Estado está ligada aos procedimentos que organizam a tomada de decisão do Estado: quando a classe dominante lança mão de mecanismo de representação política para participar da decisão, estamos na democracia; quando a decisão é tomada pelos agentes permanentes do Estado (burocracia estatal capitalista), se forma a ditadura (BOITO JUNIOR, 2021b). Algumas características da democracia burguesa são importantes para garantir a regulamentação da atuação dos representantes da burguesia e da pequena burguesia,

²³ “[...] el fascismo es un régimen reaccionario con base de masa en la pequeña burguesía, pero puede ser más que eso, puede ser una reorganización progresiva de la dominación burguesa al incorporar elementos del capitalismo más avanzado (...) fundamentalmente en el predomnio del capital financiero.”

assim é a “liberdade de pensamento, de expressão e de associação, participação política baseada no sufrágio universal etc.” (BOITO JUNIOR, 2021b, p. 13). Esses mecanismos funcionam, ainda, para simular à classe dominada a possibilidade de o Estado atender seus interesses. Boito Junior (2021b) retoma a tipologia de ditaduras do Estado burguês de Nikos Poulantzas, que define três tipos ditadura: ditadura civil (bonapartismo), ditadura militar e ditadura fascista. Os três modelos de Estado de exceção teorizado por Poulantzas funcionam com hibridização entre eles, com predomínio de um sobre as demais (MATTOS, 2020). Não se trata de uma visão institucionalista, pois o Estado sempre está vinculado ao interesse da dominação burguesa, contém, portanto, uma vinculação social e econômica. O fundamental não é a luta que os fascistas travam contra a democracia burguesa, mas a nova etapa na luta de classes em que uma base de massas de composição pequeno-burguesa é mobilizada. Nessa perspectiva teórica, o fascismo é uma ditadura cujo regime político é um *regime reacionário de massa*. E, ao mesmo tempo, o que é fundamental para a compreensão do fascismo contemporâneo, a ideologia que defende tal regime. Nesse sentido, Boito Junior (2021a, p. 40 - destaque nossos) afirma: “[...] se o fascismo é esse regime político, também deve ser denominado *fascista o movimento social* que luta pela instauração desse regime e *a ideologia* que mobiliza esse movimento e legitima a ditadura fascista.”

A “massa” não se trata de um aglomerado de pessoas, mas sim um grupo constituído prioritariamente da pequena burguesia, no fascismo histórico, e da classe média no Brasil do período Bolsonaro. Autores da década de 1930 apontaram a centralidade da pequena burguesia na composição do movimento fascista de então, mas em estudos mais atuais sobre aquele momento histórico, se destacou a presença de quadros da classe média, tanto do setor público como do privado, entre os dirigentes do partido nazista (BOITO JUNIOR, 2021a).

Quando das ditaduras das décadas de 1960 e 1970 na América Latina (AL), ocorreu um debate sobre a caracterização fascista desses regimes. Marini (1976) utilizou o conceito de Estado de contrainsurgência, que, ao mesmo tempo, a assemelham ao e a distinguem do fascismo, ambas modalidades contrarrevolucionárias, destacando a participação das massas no caso europeu, mobilização com vitória eleitoral; ao passo que na AL a burguesia não tinha condições de ganhar o governo pela via das urnas e carecia dos militares para tomar o poder, instaurando uma ditadura militar. Theotônio dos Santos (2018), por sua vez, via as experiências latino-americanas como partes do processo de fascificação da sociedade, o regime fascista seria o próximo passo.

Santos (2021) aborda o conceito de Estado de contrainsurgência de Ruy Mauro Marini, detalhando três aspectos que, na visão de Marini, seriam definidores da doutrina da

contrainsurgência, que ao mesmo tempo que a assemelham e a distinguem do fascismo. O primeiro ponto se trata da aplicação do enfoque militar à política, que difere da cultura da sociedade burguesa em que os derrotados são incorporados à luta política, podendo sobreviver como oposição. No caso da doutrina de contrainsurgência, os adversários são vistos como inimigos a serem aniquilados, aspecto que aproxima a doutrina ao fascismo. O segundo aspecto é considerar o movimento revolucionário como algo infiltrado na sociedade em que se desenvolve, como um vírus ou um câncer, que também deve ser extirpado, como também ocorre no fascismo. O terceiro passo é que a democracia burguesa deve ser restaurada após período de suspensão para aniquilamento do germe. Assim sendo, o Estado de contrainsurgência, difere do fascismo nesse terceiro ponto, pois não questiona a validade da democracia burguesa, mas busca sua restauração. Para Marini, o Estado de contrainsurgência assim como o fascismo são formas da contrarrevolução, que, como tal, coincidem no uso do terrorismo de estado contra as frações derrotadas da burguesia e, especialmente, contra a classe trabalhadora.

Na teorização de Marini a burguesia monopolista da América Latina não teria condições de basear sua força na verdadeira massa. No caso do capitalismo dependente, dada a superexploração da força de trabalho, a reunião das massas só poderia ocorrer pelo Estado, uma vez que a contrarrevolução não conseguiria fazer frente ao movimento popular nas ruas. Entra em jogo a reserva de poder do Estado burguês, as Forças Armadas, para resolver o problema da luta de classes. Vê-se que no contexto de 2015 e 2016 esses elementos se modificaram, muito em função da derrota e da desorganização das classes populares e do ascenso da direita mobilizada nos atos pró-impeachment e que assim se seguiram para levar Bolsonaro ao governo. Por outro lado, temos novamente no quadro da política nacional a aproximação dos militares ao centro do poder. Esse é considerado um dos grupos essenciais na conformação do governo Bolsonaro.

No contexto atual, soma-se à discussão sobre as formas de Estado de exceção, a perda de conteúdo da democracia burguesa com o advento do neoliberalismo, que contribui para torná-la passível aos neofascistas. Florestan Fernandes já apontara, segundo Mattos (2020, p. 235-236), que a autocracia brasileira, no período da ditadura militar, formava uma combinação entre dimensões democrática (simulada através de eleições), autoritária e fascista do Estado: “[...] Toda a obra madura de Florestan Fernandes nos alerta para o fato de que, na periferia dependente, a democracia nunca foi o ‘modo ideal’ do Estado burguês”. Esta é justamente a categoria da “autocracia burguesa” (que discutimos no capítulo 3), que revela o

caráter da democracia restringida assumida nos países de capitalismo dependente, que se orienta ao longo dos anos pela contrarrevolução preventiva.

O fascismo se caracteriza como sendo um movimento inicialmente dominado pelos setores intermediários, assim, a ideologia, o movimento e o partido são de classe média, mas o governo tende a ser da classe burguesa, pela incapacidade de a classe média organizar a dominação classista. A ideologia que apresenta tem caráter destrutivo, pouco propositiva e produtiva. Boito Junior (2021b) analisa outras perspectivas para a definição do fascismo que consideram, por exemplo, como central o caráter nacional autônomo e imperialista. Esses elementos, presentes no fascismo original, não estão presentes nos países de capitalismo dependente, pois esses não possuem a presença de uma burguesia nacional que defenda seus interesses em oposição às nações hegemônicas, também não têm condições de operar uma política imperialista, dada suas debilidades estruturais. Para Boito Junior, contudo, a fração burguesa dominante no bloco no poder não é determinante para definição de fascismo.

Para a teoria do fascismo, dois elementos são centrais, ainda que varie a política econômica e a fração de classe hegemônica: o “conteúdo antioperário e antipopular” (BOITO JUNIOR, 2021b, p. 20); a necessidade do apoio de massas para configurar uma ditadura. Enquanto nas ditaduras civis (bonapartista) e militar, a legitimação advém do caráter público de sua formação, em tese aberta a todos e representando os interesses de todos, desprovida, portanto, de legitimação política (através de partidos) e do sistema eleitoral; a ditadura fascista tem formas de legitimação ligadas a plebiscitos e corporativismos. O regime fascista possibilita a utilização da mobilização de massas tanto contra a direita tradicional quanto contra a esquerda. Uma nota importante é que governos fascistas são sempre heterogêneos e contam com elementos da direita tradicional em seu corpo. Há disputas internas entre a direita fascista e não fascista incorporada no governo. Outra disputa se dá entre a cúpula, que se coloca a serviço do grande capital, e a base plebeia, que “não aceita pacificamente todas as consequências dessa decisão.” (BOITO JUNIOR, 2021b, p. 28).

Para Calil, o fascismo apresenta três pilares que atuam articuladamente: “um conjunto de proposições ideológicas reacionárias, uma base social pequeno burguesa, e a perspectiva de arregimentação militante destes adeptos no sentido de constituição de uma tropa de choque.” (CALIL, 2021a, p. 73). A presença massiva de setores das classes média e pequeno-burguesa é uma constante na maioria dos autores que abordam o tema do fascismo pretérito e presente.

Em revisão sobre a ascensão dos governos de extrema direita e o neofascismo contemporâneo, Löwy (2020) chama a atenção para o espraiamento dessas vertentes, pois metade dos países tinham governos com versões mais brandas ou mais agressivas da direita. A vitória de Bolsonaro no Brasil foi, portanto, parte de um fenômeno global:

Em alguns casos predomina o nacionalismo xenófobo e o racismo, em outros o fundamentalismo religioso, ou então o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais. Apesar desta diversidade, há alguns traços comuns à maioria, senão a todos: o autoritarismo, o nacionalismo integral – “Deutschland über alles” e suas variantes locais: “America First”, “O Brasil acima de tudo” etc. – a intolerância religiosa ou étnica (racista) contra o “Outro”, a violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade. (LÖWY, 2020, p. 13).

Ao mesmo tempo, Löwy enfatiza que, para uma análise da extrema direita mundial, há especificidades locais, que ora estão mais relacionadas à globalização cultural e sua homogeneização, ora à crise econômica de 2008, que seria o caso do Brasil de Bolsonaro e os EUA de Trump.

[O] ódio à esquerda, ou ao centro-esquerda – no Brasil, o PT – não é um tema importante da extrema direita da Europa ocidental; ele está presente, isto sim, nas correntes fascizantes da Europa oriental [...] No caso brasileiro, o discurso violentamente anticomunista de Bolsonaro nada tem a ver com a realidade brasileira presente ou passada. Ele é tanto mais absurdo porque a Guerra Fria já acabou há algumas décadas, a União Soviética não existe mais, e o PT obviamente nada tinha a ver com o comunismo. (LÖWY, 2020, p. 15).

Para entender a ascensão da extrema direita, Löwy discute alguns conceitos utilizados no debate, como o de “conservadorismo”, que considera inapropriado para o fenômeno contemporâneo, pois não se trata de uma versão “nostálgica do passado, mas de um autoritarismo violento, moderno, geralmente, neoliberal.” (LÖWY, 2020, p. 14). Já o conceito de “populismo” é inoperante e mistificador porque apresenta uma definição vaga e que não remete ao populismo histórico (líderes nacionalistas com discurso anti-imperialista, e programas de reformas), esconde os traços antipopulares, intolerantes, e fascizantes, além de confundir com a ideia de populismo de direita e de esquerda (LÖWY, 2020). Assim, o autor reconhece a potencialidade da caracterização de Bolsonaro como neofascista, amparando sua perspectiva nas considerações do professor Armando Boito Junior sobre o tema, que partem da diferenciação fundamental para avaliar a presença do facismo entre: movimento, governo e regime (BOITO JUNIOR, 2021b). A ideologia, o conjunto de formulações ideais convertidas em práxis políticas, é o ponto inicial em que se observa a matiz fascista. Ela se apresenta na forma de um movimento social ou partido que toma parte dos conflitos existentes, pode ou

não chegar ao governo, assim como, em estando no governo, pode ou não transformar o regime numa ditadura fascista, seu modelo mais acabado. No governo, Bolsonaro não conseguiu impor suas pautas de modo amplo e geral e, com isso, converter o regime em uma ditadura fascista, mas a coalizão que liderou tinha elementos neofascistas e apresentava uma ideologia com ele condizente. Virgínea Fontes (2019, s.p.) aponta no mesmo sentido ao avaliar o governo Bolsonaro: “Entendo que a versão mais acabada do fascismo e sua projeção consiste em converter o regime político a seu modo, num regime fascista, e isso efetivamente não ocorreu no governo Bolsonaro, defendemos a denominação proto-fascista para designar o governo”.

A extrema direita atual não alcançada a projeção do fascismo histórico, assim, diferentes autores que categorizam o bolsonarismo e outros movimentos atuais como variações do fascismo tomam por base a sua ideologia e seus discursos. A caracterização fascista de Bolsonaro, para Melo (2019), se assenta na ideologia xenófoba, preconceituosa e militarista que difunde. “Bolsonaro engendra um movimento baseado numa mobilização que interpela setores médios e setores subalternos movidos por um grande ressentimento social” (MELO, 2019, p. 7). Considerando as promessas de campanha e as medidas iniciais do governo Bolsonaro, Virgínia Fontes caracterizou o governo Bolsonaro como proto-fascista, ainda que reconheça aspectos diferentes do fascismo clássico europeu, especialmente pela questão da política econômica, que no Século 20 atendida ao projeto imperialista e expansionista, e, no caso brasileiro, afirma-se como ultraliberal e se subordina aos interesses das economias hegemônicas. A autora destaca que “A incorporação dos traços políticos (e da influência direta) da extrema direita estadunidense, além do apoio aberto da família Bolsonaro a Trump, traz as tensões internas atuais dos Estados Unidos para o interior da política brasileira.” (FONTES, 2019, s.p.).

Para Mattos (2020) há uma dimensão bonapartista [o Estado acima das classes] no Bolsonarismo, o que fora descartado por Fernandes na análise da Ditadura Militar. Esse ponto estaria presente justamente porque Bolsonaro não é um “campeão da burguesia” e na eleição, bem como no seu governo, mantém “o objetivo pessoal de virar o jogo para efetivar a predominância da face fascista do regime político” (MATTOS, 2020, p. 237), o que estabelece uma instabilidade na representação direta da burguesia, “na condução dos ‘negócios’ de Estado que realmente importam ao capital. Isso ocorre mesmo com Guedes.” (MATTOS, 2020, p. 237). Nas nações onde se tornou uma força política no governo, o neofascismo convive com as práticas democráticas, só que elas não têm um sentido democrático forte. Essa característica, previa Mattos (2020), até então desenvolvida, não

diminui o risco de fechamento do regime, levando ainda em consideração o histórico autocrático do Brasil, por exemplo. “Seguindo as indicações de Fernandes, entendemos que o governo Bolsonaro representa *um momento em que a autocracia burguesa recorre ao neofascismo para garantir a contrarrevolução preventiva.*” (MATTOS, 2020, p. 236 – destaques do autor).

A intensificação da exploração do trabalho é o elo explicativo para a presença do neofascismo no governo brasileiro. Mattos (2020) segue o raciocínio de Fernandes sobre a ditadura para afirmar que “a dimensão fascista da ditadura se relacionava justamente ao controle contrarrevolucionário preventivo da classe trabalhadora, diante da necessidade de ampliar a (super)exploração sobre a força de trabalho” (Ibid., p. 238-239). Ao invés da guerra total interimperialista, o neofascismo se apoia numa lógica de guerra interna, armando os “homens de bem” contra os vagabundos, e na repressão policial e miliciana. A base pequeno-burguesa, que teme a própria proletarização é atendida pela eliminação das camadas precárias da cena política.

De acordo com Valle (2021) o discurso de Bolsonaro combinando o ultraliberalismo e o conservadorismo moral para insuflar a base não partidária (o bolsonarismo) como uma necessidade de seu projeto de poder. “Nesse método do confronto constante, que gera mobilização e faz com que seus seguidores sintam-se numa batalha contra um inimigo poderoso que necessita ser derrotado, Bolsonaro precisa estar sempre em movimento.” (VALLE, 2021, p. 29-30). O enfrentamento a grupos e instituições considerados inimigos está presente cada uma das ações de Bolsonaro, que também exalta as características positivas de sua base frente aos inimigos.

Em cada narrativa criada, há o elemento de uma grande conspiração que necessita ser desmontada pelo capitão e suas forças patrióticas. Todas as estratégias são levadas ao cabo em cadeias de movimentos, fazendo com que as ações e versões mudem rapidamente conforme o vento do dia, gerando afirmações e atos muitas vezes contraditórios, mas que forcem uma conjuntura em permanente movimento e mobilização, de forma veloz o suficiente para estar sempre no ataque e vários passos à frente dos adversários políticos. (VALLE, 2021, p. 30)

Ou seja, a estratégia de agitação discursiva das bases constitui, desde sempre, como parte do plano de ação para o tensionamento do regime político pelas massas. Uma das tradições teóricas que se dedicou à análise do fascismo europeu, a Escola de Frankfurt centrou suas considerações mais detalhadamente na psicologia das massas e na relação dessas com o líder. Ao comentar a obra de Theodor Adorno sobre o nacional-socialismo alemão, Vasconcellos (2019) afirma que a pergunta que busca responder é como os sujeitos se tornam

afeitos a mensagens tão regressivas: “Mais propriamente, o seu real fundamento se alicerça em um *encantamento fetichista* promovido no seio da ordem social que faz com que indivíduos modernos se portem como membros de uma *turba*.” (2019, p. 228 – destaques do autor).

Vasconcellos (2019) afirma que algo presente em Bolsonaro é a mimetização da estratégia de propaganda do nazismo, copiando até cenários e formas de aparição pública: Hitler aparecia ao público como “alguém forte e poderoso que, ao mesmo tempo, transparece ser o mais comum dos homens” (VASCONCELLOS, 2019, p. 228). Segundo Vasconcelos, essa ambivalência é constitutiva da personalidade dos líderes fascistas e dá resposta a conflitos subjetivos, funciona como um “refúgio” aos “temores cotidianos”, como um “*pai primitivo*”, um estímulo ao ódio difuso contra a aparência dos fenômenos: “a cega obediência a quem é tão risível ilude sobre o que é a verdadeira fonte de autoridade” (Ibid., p. 228).

O elemento nacionalista presente no discurso bolsonarista também é algo que o aproxima ao fascismo histórico, com a diferença de que no caso do Século 20 essa chave foi articulada em campanhas interimperialistas e expansionistas, enquanto que no bolsonarismo, se trata de um nacionalismo reduzido ao culto dos símbolos e de subordinação ao imperialismo. Para abordar o conteúdo nacionalista do discurso bolsonarista e sua total inconsequência, pois marcado pela subserviência ao imperialismo estadunidense, Melo (2019) recupera a ideia de partido estrangeiro de Gramsci. Segundo o italiano, as nações subordinadas desenvolvem setores entre as classes dominante que se aplicam determinadamente em sustentar tal subordinação, mesmo que utilizem palavras patrióticas. Esse partido estrangeiro, portanto, pode aparecer como o mais nacionalista e representar exatamente a servidão econômica a outras nações.

5.2 O surgimento do bolsonarismo no contexto da nova direita do Brasil

Para entender o surgimento e algumas das características do bolsonarismo é indispensável situar o movimento na esteira do que tem sido chamado de nova direita brasileira (CASIMIRO, 2021). Além das dinâmicas estruturais da sociedade brasileira, algumas das quais apontamos na seção anterior, a compreensão de elementos conjunturais do bolsonarismo só pode ocorrer com mais precisão se considerarmos um período mais alargado. Para esse processo de ascensão da direita, Casimiro discute as explicações que circulam tanto em meios acadêmicos quanto nas análises políticas. A primeira é a que associa a nova direita a um refluxo conservador que seria resposta aos avanços dos governos do Partido dos

Trabalhadores (PT) (BOITO JUNIOR, 2021b). Segundo Casimiro, essas concepções partem da avaliação de que as políticas de conciliação de classe promovidas nos governos do PT tenham possibilitado ascensão social, o que gerou descontentamento nas classes médias. Essa visão carece de materialidade, uma vez que o programa de reformas estruturais que caracterizou o PT antes de chegar ao governo foi abandonado. “A conciliação de classes revelou-se na forma de políticas compensatórias que, se por um lado possibilitaram a melhoria de vida para setores populares, também atenderam com muita generosidade a grande burguesia e os interesses do capital” (CASIMIRO, 2021, p. 46). Do mesmo modo, o autor também questiona a interpretação que relaciona as Jornadas de Junho de 2013 como impulsionadoras da direita e das quais decorreu o *impeachment* de Dilma Rousseff, num primeiro momento, e a eleição de Bolsonaro como segundo ato. Esses pontos de vista ocultam a reeleição de Dilma e o debate eleitoral de 2014, assim como a política econômica aplicada pela presidenta quando no governo, que endossou, no ajuste fiscal, o modelo econômico do adversário derrotado, Aécio Neves.

O esgotamento das políticas econômicas anticíclicas diante da crise prolongada e a incapacidade dos governos petistas em atender os interesses da burguesia, no que concerne o aprofundamento das contrarreformas, na intensidade e velocidade que esses grupos almejavam, talvez explique melhor o descontentamento das classes médias com o governo do PT. (CASIMIRO, 2021, p. 47).

O abandono do programa econômico após a vitória eleitoral de 2014 e a adoção do programa do adversário derrotado fizeram com que Dilma Rousseff perdesse a sustentação social. Esse isolamento abriu caminho para a contraofensiva reacionária: “De tanto ceder à chantagem do mercado e da fisiologia, a presidente acabou comprometendo seu próprio lugar na coalizão liberal-fisiológica.” (SAMPAIO JR., 2020, p. 42). O reflexo disso foi uma deposição sem resposta à altura pelo movimento das classes populares.

O contexto de crise econômica de 2015 como reflexo da grande crise financeira global de 2008, já esgotados os efeitos das políticas de seu enfrentamento, tornaram o governo de Dilma Rousseff inepto. Isso porque, do ponto de vista do capital, eram necessárias reformas estruturantes no sentido de retirada de direitos das classes trabalhadoras e outras medidas que garantissem a acumulação. A tentativa de cumprir esse papel com o economista ortodoxo, com passagem pelo Fundo Monetário Internacional e ligado ao Banco Bradesco, Joaquim Levy no Ministério da Fazenda e o grande ajuste fiscal que levou a cabo não surtiu o efeito esperado junto à burguesia que apoiou e estimulou a crescente mobilização da direita nas ruas.

Os protestos para a destituição de Dilma, entre março de 2015 e março de 2016 foram a retomada de um movimento de massas de viés conservador, o que não ocorria desde 1964 no Brasil (CALIL, 2020), juntamente com setores organizados pelo PSDB, “foi neste terreno que as diversas correntes fascistas se unificaram sob o bolsonarismo.” (Ibid., p. 81). Gentile (2020) reconhece três grandes grupos articulados no período que levou ao impeachment de Dilma Rousseff: os liberais organizados em *think tanks* apoiados por empresários; os neopentecostais inseridos na política; e o grupo mobilizado diretamente por Bolsonaro.

Chamamos atenção para a ressalva de Sampaio Jr. (2020), quando afirma que a caracterização da deposição de Dilma Rousseff como golpe deve ser realizada de modo ampliada, considerando o impacto nas classes trabalhadoras. O golpe, portanto, foi estimulado também pelo abandono do programa econômico que garantiu a vitória eleitoral em 2014.

Mais ainda, sem a devida ponderação sobre o caráter restrito da democracia brasileira, a denúncia de golpe parlamentar como atentado à democracia não permite perceber a essência da crise que abala o sistema representativo: a impermeabilidade do Estado brasileiro às demandas populares. Supervalorizar os aspectos formais da democracia brasileira sem a devida explicação sobre seu conteúdo real é uma forma capciosa de esconder os atentados perpetrados pelo PT contra a classe trabalhadora e manter o debate público hermeticamente enquadrado na lógica fechada do cretinismo parlamentar. (SAMPAIO JR., 2020, p. 45).

Nesse sentido, a contextualização do golpe parlamentar pela crise econômica de largos efeitos e o desgaste do regime político diante da incapacidade de produzir melhorias duradouras nas relações sociais, permite compreender melhor a ofensiva da direita no plano político como contraparte da investida econômica da burguesia brasileira, harmonizada com o capital internacional. A liberalização e a internacionalização da economia, bem como o rebaixando ainda maior do papel internacional do Brasil ocorre com um padrão de dominação que aprofunda o Estado de exceção - a autocracia burguesa no Brasil, nos termos de Fernandes (1976) - como característica constante da dominação burguesa no Brasil (SAMPAIO JR. 2020, p. 47). Cabe lembrar também o papel dos organismos clássicos de intervenção da burguesia, notadamente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que foi uma das patrocinadoras das manifestações que levaram ao golpe de 2016.

O golpe que derrubou Dilma Rousseff e levou ao governo Michel Temer (2016-2018) abriu caminho para medidas de ajuste estrutural contra as classes trabalhadoras (SILVA et. all, 2022). Foi nesse sentido que encaminhou para o Congresso e aprovou a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC 95/2016), que congelou por 20 anos os gastos primários, e as leis da reforma trabalhista, que autorizaram a terceirização irrestrita, as

contratações flexíveis e outros ataques aos direitos dos trabalhadores. Temer aprovou ainda a reforma do ensino médio, atacando a formação humanística dos filhos das classes populares.

O quadro de deterioração da democracia brasileira, que fomentou o movimento bolsonarista, envolveu, ainda, o cercamento do STF e do Legislativo pelas Forças Armadas, o ativismo político do judiciário pela Operação Lava Jato e a aprovação da Lei da Ficha Limpa (BOITO JUNIOR, 2020b). A Operação Lava Jato se autodescreve como uma das maiores “iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil”, tendo iniciado em 2014 para investigar operações criminosas com agentes públicos, empresários e doleiros no âmbito da Justiça Federal em Curitiba. “A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3.” (MPF, s. d., s. p.). O sentido da operação também é disputado socialmente e com o passar dos anos ficou evidenciada a atuação política dos agentes públicos envolvidos nas investigações e nos julgamentos, o que provocou declaração de suspeição do juiz do caso, Sérgio Moro, pelo Supremo Tribunal Federal (STF, 2021). Sérgio Moro assumiu o cargo de ministro da Justiça no governo Bolsonaro, pouco tempo depois de condenar Luiz Inácio Lula da Silva em processo que retirou o ex-presidente da disputa eleitoral em que Bolsonaro foi vitorioso, em 2018²⁴. Valle (2021) enfatiza a importância da Operação Lava Jato para desgastar ainda mais o Partido dos Trabalhadores e pavimentar o caminho para a nova direita chegar ao governo. Além disso, a Lava Jato consolidou uma crise geral do sistema político burguês, atingindo a quase totalidade dos partidos, e também nisso fortaleceu a perspectiva para novos líderes, os *outsiders* da política, papel que Bolsonaro conseguiu ocupar com sua crítica ao sistema, apesar das suas mais de duas décadas na Câmara Federal.

Tendo em conta o caráter classe média dos movimentos de deposição de Dilma Rousseff, Mattos (2020) atenta para uma continuidade de base entre o golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018. As manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff, em 2015 e 2016, conforme pesquisas utilizadas por Boito Junior, eram predominantemente de classe média alta, e esse foi o cenário de articulação do bolsonarismo. Ainda de acordo com o autor, os institutos de pesquisa revelaram que os primeiros eleitores a apoiar a candidatura de Bolsonaro em 2018, quando ele ainda figurava na casa dos 10% das intenções de voto, tinham elevada renda (classe média alta) e alta formação. Já no governo, pesquisas apontaram que nesse grupo se situavam os bolsonaristas mais convictos (PRANDI, 2019, apud BOITO

²⁴ Além disso, a Lava Jato contou com a colaboração de órgãos estatais do Estados Unidos da América, driblando controles do Estado brasileiro, conforme ficou evidenciado em revelações posteriores (VIANA; FISHMAN; SALEH, 2020).

JUNIOR, 2021b). O controle das ruas pelos movimentos da direita em 2015 e 2016 nos protestos pelo *impeachment* fez parecer que a classe média abastada compunha a maior parte da população (BOITO JUNIOR, 2021b).

Nesse contexto de guerra de classes de ataque declarado aos direitos e conquistas dos trabalhadores, a eleição de 2018 levou a burguesia a aderir à extrema direita para evitar a todo o custo o possível retorno de um projeto de conciliação. Para isso, ocorreu a necessária retirada do ex-presidente Lula da disputa eleitoral, preso, e o aceite dos métodos de Bolsonaro, seu discurso de ódio e a propagação de *Fake News*.

Em meio ao ascenso de um bloco social de extrema direita, da chancela de um movimento antipetista e de várias táticas de manipulação eleitoral — em especial, as *Fake News* — ocorreram as eleições presidenciais em 2018, culminando com a vitória da chapa Bolsonaro-Mourão. (SILVA et. all, 2022, p. 8)

A candidatura de Bolsonaro lançou mão do lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que acrescentava o componente religioso expresso na segunda parte do slogan à tradução estrita do slogan nazista” (CALIL, 2020, p. 82), o que reforçou seus laços ideológicos com o neofascismo. Os grandes empresários lançaram-se como segunda opção na candidatura neofascista, após a desidratação da candidatura de Geraldo Alckmin, no contexto de crise política, conforme pontua Boito Junior:

Os partidos políticos pisotearam a eleição de 2014, uma vara do judiciário assumiu a função de tribunal de exceção com jurisdição nacional, os militares diziam publicamente o que o STF podia ou não podia fazer: essa crise das instituições democráticas precedeu a opção do grande empresariado pela candidatura neofascista. (BOITO JUNIOR, 2021a, p. 20).

O “transformismo ideológico” do Partido dos Trabalhadores é visto por Calil (2020) como fator decisivo para o crescimento do bolsonarismo. “Transformismo” é um conceito gramsciano que trata das organizações que modificam seus princípios quando atingem postos no Estado, de modo a trair os interesses que lhes dão suporte original, notadamente os das classes trabalhadoras, no caso em foco. “Partidos e movimentos radicalizados antes da sua chegada ao governo, chefiados por personagens de grande legitimidade política e social ao tomar posse, praticaram um programa absolutamente contrário ao que falavam antes” (CALIL, 2020, p. 78). O efeito dessa conversão é devastador no campo popular, pela falta de confiança que gera nas organizações classistas que representam.

Na próxima seção debatemos a consolidação do projeto da direita em longo prazo, a partir da formação da nova direita, que atuou em aparelhos ideológicos (*think tanks*) e que

vislumbrou o surgimento de Olavo de Carvalho, bem como constituiu o contexto ampliado de que Bolsonaro é uma expressão.

5.3 A ascensão da nova direita e o papel dos *think tanks*

No início dos anos 1990 intensificou-se a organização de *think tanks* (organização voltadas à elaboração e disseminação de conteúdos que reforçam determinada perspectiva ideológica) pela direita brasileira, com objetivo de difundir a visão de mundo liberal e contribuir para a formação de consensos na sociedade, especialmente os ligados ao avanço do capital, como a defesa das privatizações, concessões públicas, reformas do Estado, assim como a redução das garantias trabalhistas etc. A dinâmica da luta de classes no Brasil da segunda década do século 20 passou por uma “longa preparação”, que envolveu “mecanismos organizativos e operacionais de intervenção e criação ideológica.” (CASIMIRO, 2016a, p. 252). De acordo com Casimiro (2016a; 2021), cumpriram esse papel o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Millenium, o Instituto von Misses Brasil, o Movimento Brasil Livre, entre outros. Não entraremos em pormenores da atuação de cada um desses grupos e no grau de vinculação que possuíram com a campanha de Bolsonaro, porque, apesar da relevância dessa questão, ela não é necessária para os objetivos deste trabalho.

Esses institutos foram importantes para consolidar a agenda neoliberal, conforme dispomos no capítulo anterior, no debate público brasileiro, ajudaram na eleição de Bolsonaro e na formação do caldo político e cultural do golpe de 2016 (CASIMIRO, 2016a). De acordo com Casimiro (2021), nas três últimas décadas a direita convivia com vários projetos de hegemonia. “O projeto reacionário da extrema direita bolsonarista é uma expressão no conjunto heterogêneo que constitui o que chamamos de Nova Direita.” (CASIMIRO, 2021, p. 49).

O processo de consolidação do bolsonarismo deu-se durante os governos petistas e se sustentou no conjunto de aparelhos citados anteriormente, os quais se reuniram para dar suporte a Bolsonaro (CALIL, 2020). “‘Liberal na economia, conservador nos costumes’, o estranho slogan propagado por Jair Bolsonaro para se autodescrever, é a mais perfeita síntese de um longo processo de ascensão da direita brasileira” (CALIL, 2020, p. 71 - destaque do autor). As concepções de meritocracia, individualismo, ultraliberalismo, fundamentalistas, armamentistas etc. estavam entre as difundidas pelos aparelhos da nova direita. Alguns deles atuavam no sentido de transformação do Estado a partir de reformas neoliberais e, de acordo com Calil, tinham como tarefa reforçar a reconfiguração ultraliberal do Estado no Brasil e não

se ligam diretamente com a emergência do bolsonarismo, mas os valores que elas propagam (empreendedorismo, meritocracia e competição) constituem um dos eixos do movimento, tendo sido assimilados integralmente por ele. Havia outro conjunto de organizações voltadas à formação do consenso, entre as quais o considerado o maior aparelho do país, o Instituto Millenium (CALIL, 2020)²⁵.

Este conjunto de iniciativas **permite compreender que o avanço conservador não foi algo repentino nem tampouco espontâneo**. Trata-se, ao contrário, do resultado de um sistemático investimento na disseminação de visões ideológicas individualistas, conservadoras, moralistas, empreendedoristas, privatistas e meritocráticas. Articuladamente, fizeram avançar concepções baseadas em um conservadorismo social e moral, permeado de concepções machistas, misóginas e homofóbicas, contando com expressivos recursos e sólida estrutura organizativa. (CALIL, 2020, p. 77 – destaques do autor).

A ligação de intelectuais da direita com os institutos (*think tanks*), defendem Chaloub e Perlatto (2023), é o fator determinante para a sua ascensão no debate público brasileiro. Os autores apontam, contudo, que também esses órgãos passaram por modificações recentes e novos surgiram, o que consolidou uma atuação com maior ênfase na militância social e virtual agressiva, deixando a tradição de divulgar clássicos do pensamento liberal (CHALOUB; PERLATTO, 2023). Outro movimento de grupos e indivíduos ultraliberais militantes que combinavam uma pauta de livre-mercado com uma perspectiva moral conservadora nesse período foi seu ingresso em organizações já existentes ou a criação de novas para disputar espaços tradicionalmente de esquerda, como os diretórios acadêmicos de universidades (VALLE, 2021).

Do ponto de vista discursivo, dois elementos que organizam a intervenção da direita nesse período seriam a “terra arrasada” para lidar com a história do Brasil, no sentido de que no país nunca se produziu nada, e a responsabilização direta da esquerda, muitas vezes sintetizada como “mau”, pelas mazelas (atuais e passadas) que assolam o país (CHALOUB; PERLATTO, 2023, s.p.). Nesse campo está o argumento da falta de moral da esquerda (direita teria a primazia da moralidade), a retórica do realismo que leva à desconstrução de supostos cânones da esquerda, e o esforço para aproximar a direita dos interesses e opiniões da população e a afirmação de afinidade entre o conservadorismo moral e o capitalismo liberal. E o PT surge como alvo preferencial.

²⁵ De acordo com Calil (2020), no primeiro grupo estão situados o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Empresarial (IEDI), surgido em 1989, o Instituto Atlântico, o Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), e no segundo o Instituto Liberal (precursor dos aparelhos hegemônicos de difusão do liberalismo no Brasil), o Instituto de Estudos Empresariais (criador do Fórum da Liberdade) e o Instituto Millenium, considerado o maior aparelho liberal do país.

O caráter autocentrado do discurso moral também leva a uma representação do cenário político que destoa bastante da percepção da ampla maioria dos protagonistas desse campo. Para essa nova direita, a esquerda ocupa a quase totalidade dos postos de poder não apenas no Brasil, onde o cenário é especialmente crítico, mas no mundo, onde é evidente, segundo Olavo de Carvalho, a hegemonia esquerdista. (CHALOUB; PERLATTO, 2023, s.p.).

O discurso de ódio, racismo e intolerância dos grupos de direita foi amplificado pelos meios de comunicação digitais, que passaram a “sensação de proteção e invisibilidade, permitindo e/ ou estimulando determinados discursos sem maiores constrangimentos sociais e legais.” (CASIMIRO, 2021, p. 43). Nessa perspectiva, o movimento bolsonarista estruturou-se como um processo de renovação na direita:

É um movimento estratégico, que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais, ‘viralizando’ informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*Fake News*) em um vertiginoso e contínuo processo deliberado e muito bem estruturado de renovação. (CASIMIRO, 2021, p. 4).

Tendo em vista o caráter racista e machista de Bolsonaro, útil à direita também para desviar as críticas e obstar o debate público, Gentile (2020, p. 224) propõe pensar a direita brasileira como laboratório original da aliança do “pensamento neoliberal globalizado e práticas autoritárias”. Esse autor vê influências ideológicas de vários pensadores da direita, que associam o pensamento neoliberal ao conservador tradicional:

Nessa perspectiva, o desafio é pensar as matrizes teóricas da nova direita ‘plural’ numa circulação transnacional de ideias, compatibilizando o autoritarismo ‘instrumental’ de Oliveira Viana, na década de 1920, com a aliança entre o neoliberalismo e ditadura militar ‘provisória’, teorizada pelo pensamento autoritário brasileiro da década de 1950, e corroborada na década de 1960 pelo pensamento liberal-conservador de Von Hayek e, sobretudo, pela doutrina neoliberal de Milton Friedman, inspirador da ditadura de Pinochet no Chile (GENTILE, 2020, p. 225).

Um dos intelectuais envolvidos em *think tanks* da nova direita foi Olavo de Carvalho, que atuava como cavaleiro solitário nos anos 1990 na difusão de ideologias que mais tarde se tornariam a marca da extrema direita. Dedicamos próxima seção para estudo de sua participação na consolidação do bolsonarismo.

5.3.1 *Olavismo como ideologia do bolsonarismo*

Na ascensão do bolsonarismo, o espaço de intelectual com maior projeção no movimento foi ocupado por Olavo de Carvalho. Para entender o discurso e a ideologia de

Bolsonaro e do bolsonarismo nos parece importante aprofundar o estudo das ideias de Carvalho que municiaram a artilharia de combate ideológico dos grupos de apoiadores do presidente. Segundo Puglia (2018), Olavo de Carvalho defendia há muitos anos a tese de domínio cultural da esquerda. Pelo menos desde 1994, ele afirmava ter havido uma mudança de estratégia na esquerda a partir da adoção das teses de Gramsci. Olavo de Carvalho foi uma espécie de pai intelectual da nova direita, uma vez que iniciou a pregação em momento em que ninguém se dizia de direita, nos anos 1990 (PUGLIA, 2018).

O percurso de Carvalho envolve passagens como colunista em vários veículos de alcance nacional, como O Globo, Zero Hora, Folha de S.Paulo e Jornal da Tarde; inclui também o lançamento e a manutenção do site Mídia sem Máscara (MSM), espécie de observatório da imprensa da direita, que disseminava a tese de que os grandes meios nacionais estavam cheios de comunistas infiltrados (CALIL, 2021a). Patschiki (2012) apontou a atuação do MSM como similar a de um partido político.

Entre os temas seguidamente abordados por Carvalho está a obra de Antônio Gramsci, a quem atribui papel central numa fantasiosa mudança de estratégia da esquerda em direção à “guerra cultural”. A adoção da estratégia gramsciana, segundo essa ideologia (aqui no sentido de falsidade), consistiria em trocar as armas pelas ideias, empreitando a guerra cultural contra os valores tradicionais de direita. Assim, os aparelhos da escola, da universidade, os jornais etc. são convertidos em trincheiras das batalhas ideológicas. Nessa toada de infiltração comunista nos meios de comunicação, para a qual a Ditadura Militar colaborou ao focar no combate à luta armada e dar menos importância aos aspectos culturais da dominação, a própria Rede Globo é associada à esquerda e ao comunismo (PUGLIA, 2018).

Ao analisar o papel de intelectuais de direita que ganharam largos espaços no Brasil desde os anos 2000, entre eles Olavo de Carvalho, mas também Rodrigo Constantino, Reinaldo Azevedo, Luiz Felipe Pondé, Puglia (2018) aponta como denominador comum entre eles o entendimento de que o mundo da cultura é dominado pela esquerda, desde o fim da ditadura, e que isso coloca em risco os valores conservadores da sociedade brasileira.

Com a mídia, a vida acadêmica e cena cultural supostamente controladas pela esquerda – considerada, com seu relativismo, como moralmente inferior à direita - o resultado teria sido a disseminação generalizada de falsificações, vendidas como verdades, com objetivo de destruir valores caros à população brasileira - conservadora, em sua ampla maioria, segundo tal linha de argumentação – e também de distorcer a história nacional em seu favor. Sendo o principal exemplo nesse sentido as leituras históricas hegemônicas sobre golpe de 1964 e a ditadura militar, que atribuiriam injustamente papel de vilão aos militares que salvaram o país da implantação iminente de uma ditadura comunista. (PUGLIA, 2018, p. 42).

Outra nota comum aos intelectuais analisados por Puglia (2018) está na interpretação gramsciana de O príncipe de Maquiavel: eles “costumam enxergar na aplicação prática da leitura de Maquiavel feita por Gramsci a origem de um processo de empobrecimento da cultura e da produção do conhecimento em geral, reduzidos a simples instrumentos das disputas políticas.” (PUGLIA, 2018, p. 47). É muito comum, portanto, reduzir discussões acadêmico-conceituais à disputa ideológica de esquerda contra direita.

Calil (2021a) observa atentamente que, embora a apropriação do pensamento gramsciano seja supérflua e com equívocos:

é perceptível que ele incorporou a reflexão de Gramsci sobre a importância da organização (que se articula aos conceitos de hegemonia, aparelho privado de hegemonia e intelectual orgânico), o que se comprova pela forma meticulosa que Carvalho construiu suas próprias posições (ou aparelhos privados de hegemonia) desde a constituição do MSM. Isto não implica, no entanto, que o olavismo tenha se constituído uma espécie de gramscismo com sinais invertidos, como propõe a crítica liberal de Henry Bugalho (CALIL, 2021a, p. 68).

Com a suposição de uma autenticidade similar à postura discursiva que caracterizou Bolsonaro, de acordo com Calil (2021a), Carvalho apresentava já em meados dos anos 1990 um “estilo agressivo” e recorria repetidamente a palavrões. Valle (2021) chama atenção para a existência de grupos na extinta rede social Orkut em homenagem a Carvalho, que fomentavam o uso de palavrões no debate público e defendiam abertamente a violência contra adversários. O autor destaca uma declaração atribuída a Carvalho que sintetiza sua tática discursiva: “Eu uso esses palavrões porque são NECESSÁRIOS. São necessários no contexto brasileiro para demolir essa linguagem polida que é uma camisa de força que prende as pessoas, obrigando-as a respeitar o que não merece respeito.” (VALLE, 2021, p. 20 – destaque do autor). Calil, que avalia o estilo como uma tentativa de bloquear o debate, nos apresenta outra justificativa do próprio Carvalho para tal postura: “[...] os palavrões expressam apenas a recusa humilde de toda solenidade fingida [...] situações em que uma resposta delicada seria cumplicidade com o intolerável” (CARVALHO, 2015, apud CALIL, 2021, p. 71).

De acordo com Valle (2021), o conceito de “performatividade disruptiva” ajudaria na compreensão de grupos que se formam a partir de uma identidade que se contrapõe à cultural dominante, com linguagens e símbolos permitidos no grupo, que fora dele teriam reação hostil. Essas concepções e grupos foram importantes na eleição de Trump nos EUA, enquanto que Olavo de Carvalho seria a adaptação brasileira desse estilo (VALLE, 2021).

Em ação nos Estados Unidos, Olavo de Carvalho aproximou-se de lideranças de extrema direita daquele país, como Justice Tom Parker e Paul Gottfried, e da América Latina, como Roberto Micheletti, Alejandro Peña-Exclusa, a partir da tradução de livros do inglês para o espanhol (CALIL, 2021a). Outro instrumento importante para a difusão de suas concepções surgiu por iniciativa de seus discípulos, que fundaram, em 2009, em Curitiba, o “Instituto Olavo de Carvalho”. Essa organização tem por finalidade manter o Curso On Line de Filosofia (COF), que era ministrado por Olavo de Carvalho e também lhe rendia fundos, pois se tratam de cursos pagos. “O COF foi inegavelmente um instrumento importante para sua projeção intelectual, [...] também se constituiu em espaço de formação intelectual de seguidores que compartilhavam e difundiam a perspectiva política de Carvalho”. (CALIL, 2021, p. 72). Assim como o anticomunismo, a “negação da complexidade do mundo, em prol de explicações simplistas e tranquilizadoras” (CALIL, 2021a, p. 72) seriam a tônica desses cursos. Os comunistas teriam criado até mesmo o “politicamente correto” para gerar conflitos, recolocando a doutrina anticomunista no centro das preocupações da direita.

Por mais irrealistas e arbitrárias que sejam estas proposições, elas oferecem uma explicação simplória -e pretensamente intelectualizada -para justificar o mais extremado anticomunismo. Seu livro “O mínimo que você precisa saber para não ser idiota”, publicado em 2013, vendeu mais de 200 mil exemplares, comprovando o crescimento da influência e projeção de Carvalho, o que se confirmaria de forma ainda mais intensa entre 2015 e 2016, no contexto das manifestações de rua em defesa do afastamento da presidenta Dilma Rousseff (OLAVO TEM RAZÃO). (CALIL, 2021a, p. 73 – destaque do autor).

A ideologia olavista deu condições para que o bolsonarismo atuasse nas manifestações contra Dilma Rousseff e disputasse com setores liberais o significado e os rumos dos atos (CALIL, 2021a, p. 74). Para Bianchi (2018), Carvalho tem muita influência sobre um grupo de pequenos e médios empresários e profissionais liberais afetados pela crise e que veem nas suas ideias uma forma de conforto:

um exército de pequenos e médios empresários, profissionais liberais e trabalhadores autônomos profundamente afetados pela crise econômica e pelas transformações recentes na sociedade brasileira. Basicamente essas pessoas veem desmoronar perante seus olhos um mundo de certezas que garantiu ao longo de décadas segurança e estabilidade. Agora encontram-se acuadas. Pela primeira vez na história de nosso país é muito provável que os filhos dessa classe não cheguem aonde os pais chegaram, ou seja, que a renda dos filhos seja menor do que a dos pais.” (BIANCHI, 2018).

Analistas da imprensa brasileira associaram o sucesso da estratégia eleitoral de Bolsonaro, jogando pesadamente com *fake news* e disparos de mensagens em massa, à

influência de Steve Bannon (PIRES, 2020), coordenador da campanha de Donald Trump. Esse tópico se reveste de relevância, pois combina uma articulação da direita internacional focada na figura de Bannon, com a figura de Olavo de Carvalho. Segundo Calil (2021a), um dos discípulos de Carvalho, Felipe Martins, que viria ocupar importante cargo no Ministério das Relações Exteriores, promoveu a interação entre o clã Bolsonaro e Bannon. “Em julho de 2019, Olavo de Carvalho foi convidado e esteve presente em um jantar oferecido na residência do embaixador brasileiro Sérgio Amaral e que contou com a presença de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes e Steve Bannon”. (CALIL, 2021a, p. 74).

Mattos (2020) chama atenção para o livro destacado simbolicamente no discurso realizado por Bolsonaro logo após a confirmação de sua vitória eleitoral em 2018, em que consta sobre sua mesa *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, de Olavo de Carvalho, explicitando o papel de teórico do movimento para Carvalho. “Podemos compreender a aproximação entre o clã Bolsonaro e o autointitulado ‘filósofo’ Olavo de Carvalho como uma tentativa de dotar o bolsonarismo de uma ‘filosofia’ no sentido de uma visão mais articulada e totalizante, que confere sentido a sua ação política”. (MATTOS, 2020, p. 172).

No governo Bolsonaro, Carvalho indicou diretamente o ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, e o Ministro da Educação, Véléz Rodriguez. O primeiro teria o papel de combater o globalismo, promover o alinhamento automático aos Estados Unidos, apoiando este contra a China; já Véléz focaria na doutrinação e no combate ao marxismo cultural. Olavo tem uma posição agressiva contra a universidade brasileira, como expressou em seu Twitter em 11 de março de 2019: “Universidades, no Brasil, são, em primeiro lugar, pontos de distribuição de drogas. Em segundo, locais de suruba. A propaganda comunopetista fica só em terceiro lugar.” (CARVALHO, 2019).

Os termos utilizados por Carvalho e a conexão que operou entre uma visão de mundo reacionária-conservadora com o senso comum associam sua figura com a de Bolsonaro “[...] conecta sua visão de mundo reacionária ao senso comum conservador de amplas parcelas escolarizadas, porém nada ‘ilustradas’, dos setores intermediários da população o que combina em muito com o ataque ao ‘politicamente correto’ ao estilo de Bolsonaro.” (MATTOS, 2020, p. 172). Outro papel desempenhado pela ideologia olavista, no que diz respeito a suas teorias conspiratórias que desembocam num anticientificismo, do negacionismo das mudanças climáticas ao terraplanismo, foi “condenar e perseguir o ativismo ambientalista” (MATTOS, 2020, p. 174). Esse ponto aproxima o olavismo das concepções dos militares brasileiros sobre a presença de organizações não governamentais na Amazônia.

Carnut e Regis (2022) apresentam o marxismo cultural, falsidade difundida por Carvalho, como teoria da conspiração (conjunto de narrativas falaciosas que ganham corpo, atendendo a frustrações, e entram na cena política). “Essa teoria da conspiração tem recebido apoio de um *think tank* norte-americano chamado Free Congress Foundation e é divulgada majoritariamente por *paleoconservadores* como Pat Buchanan e William S. Lind.” (CARNUT; REGIS, 2022, p. 112). Além de Carvalho e do clã Bolsonaro, figuras como o deputado Marcel van Hatem e o economista Rodrigo Constantino são os principais difusores dessas ideias no Brasil (Ibid.). Na Alemanha da primeira metade do Século 20, no momento de ascensão do nazifascismo, havia a expressão “bolchevismo cultural”, que tinha papel semelhante, segundo Carnut e Regis (2022).

Outra transformação de conteúdo do termo “marxismo cultural” pode ser atribuída à Williams Lind. Para Lind, ao invés de rememorar o ataque direto aos judeus (tal qual era no bolchevismo cultural) prefere focar na questão do “globalismo”, um termo que confunde capitalistas (partidários da “globalização” capitalista) com socialistas e comunistas (partidários de uma revolta “global” da classe trabalhadora contra a globalização capitalista). (CARNUT; REGIS, 2022, p. 118)

O reflexo imediato dessa ideologia no início do governo Bolsonaro, segundo esses autores, foi ignorar décadas de pesquisa e de avanços da educação brasileira para a produção e enfrentamento desse “inimigo imaginário” (CARNUT; REGIS, 2022). Carnut e Regis (2022) identificam as guias do Ministério da Educação nos eixos da privatização, do combate ideológico e a militarização, esta mais relacionada à educação básica. Ocorre que, embora se dirija contra algo inexistente (a doutrinação esquerdista), os efeitos dessa política são bastante reais, como veremos nos capítulos seguintes.

Em “A destruição da razão”, Lukács (2020) demonstrou, no plano filosófico, como épocas de crise social são propícias para doutrinas burguesas irracionaisistas. O irracionalismo se configura como uma vertente possível do pensamento burguês que em determinadas épocas se expande e se torna dominante. “Embora não exista filosofia reacionária sem uma certa dose de irracionalismo, o raio de ação da filosofia burguesa reacionária é bem mais amplo do que o da filosofia irracionalista em seu sentido próprio e estrito.” (LUKÁCS, 2020, p. 9). Esse rebaixamento do nível filosófico, aponta Lukács, é socialmente necessário, “exatamente por sua inferioridade moral e intelectual é que Rosenberg se tornou o ideólogo adequado do nacional-socialismo” (Ibid., p. 14). O comentário de Lukács sobre Alfred Rosenberg, o teórico do nacional-socialismo alemão, ajuda a dar outra dimensão para o papel

desempenhado por teóricos atuais, nas proporções e de acordo com a necessidade do movimento atual.

O desenvolvimento dessas correntes não corresponde ao desenvolvimento de categorias do pensamento filosófico numa dialética interna ao movimento da filosofia e sim aos desdobramentos da luta de classes, da qual é produto, e “uma resposta da burguesia reacionária” (LUKÁCS, 2020, p. 14-5). Assim se constituindo, o irracionalismo, de uma quadra da história para outra, não se desenvolve na esteira de uma corrente unitária, conteúdos e métodos respondem a desafios da burguesia reacionária colocados pelos seus adversários. Apresentam, contudo, uma unidade conceitual entre elas: “A depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, entre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista.” (LUKÁCS, 2020, p. 15).

Assim, figuras como Olavo de Carvalho não ganham a projeção por méritos acadêmico-filosófico, mas antes pelo contrário, a partir justamente de seu baixo nível nesse campo se constituem como elementos necessários para a função que desempenham no processo histórico em curso. Seu papel é dar uma sistematização ideológica para o movimento. Resgatamos ainda mais uma contribuição de Lukács exemplificadora da importância do irracionalismo para a burguesia reacionária: “oferecer ao homem certo *confort* no terreno da concepção de mundo, a ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da independência pessoal, da superioridade moral e intelectual” (LUKÁCS, 2020, p. 25). Esses apontamentos escritos na década de 1950, a nosso ver, são contribuições importantes para compreender essa dinâmica hodierna de ascensão bolsonarista e o papel do olavismo na sustentação teórica desse processo.

5.4 O caminho para cercear a educação: Escola sem Partido

O movimento Escola sem Partido (ESP), desde que surgiu, em 2004, denuncia o que chama de doutrinação ideológica nas escolas. Seu principal nome era o advogado e procurador de justiça de São Paulo Miguel Nagib. Em agosto de 2020, Nagib anunciou a saída do movimento, mas para o período que estamos estudando neste capítulo, a formação do bolsonarismo e a eleição de 2018, sua figura é a de maior destaque no Escola sem Partido

(ESP, 2020²⁶). O fundador do grupo tem ligações com o Instituto Millenium, um *think tank* neoliberal.

A relação do ESP com o Instituto Millenium (IM) está mais vinculada à figura de seu fundador. Embora o IM não encampe o projeto do ESP e esteja mais voltado à pauta econômica, de liberalização da economia e privatizações, sua atuação se expande à atração de setores conservadores, fazendo sentido para esses grupos as pautas do ESP. “Dessa forma, a articulação com os segmentos conservadores, assim como a adoção de uma inflexão conservadora em relação a outros coletivos pró-capital é parte desse movimento de disputa e disseminação do consenso.” (CASTRO, 2019, p. 362).

O ESP, cuja origem estava focada na questão da doutrinação ideológica nas universidades e nas escolas, tinha uma repercussão limitada desde o seu surgimento até 2010, quando passou a combater a “ideologia de gênero” nas escolas e foi alçado a um destaque nacional, apoiado e difundido por vários grupos da direita. Em 2011, quando o Ministério da Educação distribuiu kits de educação anti-homofobia (Escola sem Homofobia) e houve uma reação da bancada religiosa associando o material à sexualização precoce das crianças nas escolas, o combate ao que chamavam de “ideologia de gênero” já estava instalado nos âmbitos político-religiosos. Dilma Rousseff cedeu à pressão e anunciou a retirada do material, sem realizar o debate público sobre a importância de tratar o tema nas escolas.

O projeto parte da premissa de que há, e se intensifica a partir do governo PT, uma doutrinação político-ideológica nas escolas de caráter comunista, que teria como sintomas a adoção de uma moralidade dita libertária, promovida por meio das lutas no interior da educação contra o machismo, racismo, LGBTfobia, a favor da identidade sexual e de gênero. Por conseguinte, isso resultaria na ‘desconstrução de valores familiares e cristãos’, o que acaba por conformar na população uma mentalidade social de esquerda que serviria para a manutenção do projeto de poder petista. (CASTRO, 2019, p. 358).

Nessa toada, “Bolsonaro, que entre 2011 e 2012 havia se pronunciado agressivamente contra uma proposta do Ministério da Educação [...] passou, especialmente a partir de 2016, a associar suas críticas aos governos petistas a esse episódio, tratado como um combate seu contra um inventado ‘kit gay’.” (MATTOS, 2020, p. 176-177). O tema foi um dos mais marcantes da campanha eleitoral de 2018, especialmente quando Bolsonaro, que viria a não participar dos debates com outros candidatos, abordou o assunto na entrevista de maior audiência na televisão durante a campanha, concedida para o Jornal Nacional. Falando em

²⁶ ESP, Escola Sem Partido. Home page, 2020. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em 1 agosto 2022.

“kit gay”, Bolsonaro distorceu o conteúdo da cartilha “Escola sem Homofobia”, utilizando um livro que jamais foi distribuído pelo MEC no Brasil (COLETTA, 2018).

Segundo Castro (2019), a abordagem do ESP não pode se ater às questões morais que ele apregoa, esses são elementos superficiais. Como aponta Frigotto (2017, p. 18),

as teses do escola sem partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indicam-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais.

A denúncia à “ideologia de gênero” é um fio que liga o bolsonarismo a articulações internacionais da direita (MATTOS, 2020, p. 175). No caso brasileiro, as políticas educacionais estariam contaminadas com essa ideologia. O movimento integra uma espécie de rede internacional que atua na educação, cujo objetivo é tolher o pensamento crítico no meio educacional. O seu papel, portanto, é fazer com que as escolas sejam completamente adequadas de “valores, normas e relações sociais de produção do capitalismo” (CASTRO, 2019, p. 359). O ESP teria relação com o *Creation Studies Institute* (CSI), que atua de modo similar, combatendo o que chamam de *indoctrination* nas escolas públicas dos EUA. “Em grande medida, combatem o ensinamento da teoria da evolução, a perspectiva de gênero ou temas relacionados ao multiculturalismo através da difusão de material audiovisual e publicações” (CASTRO, 2019, p. 360). O grupo estadunidense oferece serviços de pacotes curriculares para o sistema de *homeschooling*. Essa rede, ademais, busca formar consensos de associação público-privada na educação pública, e a respeito do *voucher* educacional.

O mecanismo básico de atuação do ESP é a propositura de projetos de lei, em todos os âmbitos federativos, que proíbam a difusão de ideologias pelos professores em sala de aula. Esses sempre teriam que “mostrar o outro lado” dos assuntos, inclusive da teoria da evolução, que teria o mesmo peso do “criacionismo”. O ESP organizou e estimulou a formação de grupos de ação locais que patrulham os ambientes escolares (muitas vezes os que não frequentem como alunos) para identificar e denunciar o que seriam esses casos de doutrinação. Essa ação miliciana cria um ambiente de censura e perseguição dentro das instituições, descaracterizando o processo de aprendizagem e a liberdade de cátedra. Para além da superficialidade de pregar uma educação neutra e da pecha de defensores da democracia, entre as funções que desempenhou o Escola Sem Partido, de acordo com Castro (2019), está a de atuar para a conformação ideológica dos trabalhadores, impedindo o florescimento do potencial crítico da escola, limitando o acesso ao conhecimento produzido

pela humanidade e rompendo laços de solidariedade que se formam no contexto educacional. Além disso, o projeto impulsiona uma formação mínima voltada aos interesses da acumulação de capital, a qual serve de referência aos processos de educação, e também busca abrir espaços de mercado para os capitais privados na educação, através da venda de materiais didáticos e metodologias de ensino.

Quando defende uma suposta neutralidade, o Escola sem Partido afirma a efetividade de um conhecimento puro, positivista, despojado de qualquer tipo de subjetividade humana. “[...] o conhecimento teria como característica fundamental a afinidade de valores e princípios com a realidade em vigor, isto é, a inexistência de crítica.” (CASTRO, 2019, p. 370).

Essa organização conseguiu articular nacionalmente a apresentação de projetos de lei em vários municípios, estados e no Congresso Nacional (MOURA, 2016), com o objetivo declarado de proibir o que chama de “doutrinação ideológica” em todos os níveis educacionais. O movimento estimula a denúncia de professores que estejam supostamente realizando doutrinação. A universidade também é um de seus objetos de interesse: “No caso da universidade, a doutrinação já começa no processo seletivo, pois há inúmeros casos de questões de vestibular que forçam os alunos a assimilar e reproduzir teorias e ideologias afinadas com a esquerda intelectual e política para ter chances de ser aprovados.” (ESCOLA SEM PARTIDO, s/d, s/p). O Escola sem Partido expressa, dessa forma, a visão de grupos religiosos fundamentalistas evangélicos e católicos (MOURA, 2016; MATTOS, 2020).

O setor das igrejas evangélicas foi um dos principais apoiadores da chapa de Bolsonaro em 2018 e contou com a perspectiva do ESP como expressão de sua pauta para a educação e a universidade. Na próxima seção, apontamos a manifestação de militares e da burguesia agrária em defesa da candidatura.

5.5 A formação da coalizão Bolsonaro: apoio dos militares, da burguesia agrária (agronegócio) e dos evangélicos

Além dos ultraliberais, cuja ideologia trabalhamos no capítulo anterior, e dos grupos bolsonaristas, que discutimos neste capítulo, entre os importantes segmentos que se acercaram da chapa de Bolsonaro e o levaram ao governo, presentes na composição dos ministérios, estão os evangélicos, a burguesia agrária e os militares. Os setores do grande capital internacional e a burguesia associada viram em Bolsonaro uma forma de terem seus interesses representados no governo. Segundo Boito Junior (2021a), a campanha de Bolsonaro percebeu isso e anunciou Paulo Guedes, contemplando os interesses daquelas classes, e garantindo seu

apoio. Para Boito Junior (2021a, p. 17), o governo Bolsonaro é uma composição em que há um núcleo bolsonarismo, caracterizado como neofascista, “que é a base militante de Bolsonaro e em torno do qual gravita uma periferia mais ampla de variados matizes de direita e extrema-direita.” Segundo o autor, nesses grupos periféricos podiam ser localizados setores das classes populares, o ativismo político da burocracia civil, especialmente Judiciário e da Polícia Federal, e o cercamento operado pelas Forças Armadas. E ainda os grupos vinculados a igrejas: “o movimento da alta classe média foi, como é sabido, engrossado, durante a campanha eleitoral de 2018, pela adesão das igrejas pentecostais e neopentecostais à candidatura neofascista de Bolsonaro.” (Ibid., p. 17).

De acordo com Valle (2021), uma série de medidas elaboradas pelo governo federal nos mandatos do PT em reconhecimento aos direitos de LGBTI+, das mulheres e de outros grupos minorizados, assim como decisões do STF, fizeram com que os evangélicos, a partir da atuação de pastores de diferentes igrejas, que antes estavam na base dos governos do PT, passassem a figurar o partido como inimigo. Esses conservadores foram consolidando uma aliança com ultraliberais e tiveram na candidatura do pastor Everaldo à presidência em 2014 um primeiro grande teste (VALLE, 2021). A crise econômica de 2015, com desemprego, contribuiu de sobremaneira para a acentuação dos discursos de pastores e sua aceitação pelo público evangélico. Valle (2021, p. 25-26) relata o acompanhamento desse processo em pesquisa de campo: “Realizando as pesquisas de mestrado e doutorado junto a evangélicos da Assembleia de Deus entre 2011 e 2017, pude presenciar, a partir de 2015, a mudança de um amplo setor de fiéis que votava em candidatos petistas para eleições executivas e havia deixado de fazê-lo”.

Após as denúncias do “kit gay”, Bolsonaro aproximou-se ainda mais de igrejas evangélicas em sua passagem pelo Partido Social Cristão (PSC) entre 2016 e 2017. Com apoio do pastor Everaldo, ele foi batizado evangélico em 2016, nas águas do Rio Jordão. Segundo Mattos (2020, p. 178), “Para conquistar o apoio e o voto evangélico, Bolsonaro passou também a divulgar a religiosidade da esposa atual e enfatizou, cada vez mais seu posicionamento afinado com as pautas ‘morais’ da maioria dos políticos vinculados às denominações pentecostais.”

A burguesia agrária controla uma das maiores bancadas do Congresso Nacional e tem sempre um peso importante na fatia do poder, tendo em vista a conformação da economia do país. Firmiano (2020) aponta que em abril de 2018, o diretor da Sociedade Rural Brasil (SRB), Frederico D’Ávila, anunciou apoio à Bolsonaro na corrida presidencial de 2018, em

detrimento da campanha de Geraldo Alckmin, de que fora assessor. O “agronegócio” teve Bolsonaro como aliado.

De acordo com Firmiano (2020) do conjunto de grupos e frações que compõe a burguesia agrária, as forças que passaram a controlar o Ministério da Agricultura no governo Bolsonaro são resquícios da ditadura:

o centro decisório da política agrária foi dado diretamente às forças mais conservantistas do mundo rural, aquelas que sobreviveram ao fim da ditadura civil-militar (1964-1985) e à redemocratização, mantendo-se ora na superfície, ora no subterrâneo da história e que, nesta quadra da história, ascende diretamente ao comando do Estado. (FIRMIANO, 2020, p. 379).

Entre os itens da agenda política que ligam Bolsonaro à burguesia agrária está a liberação do porte de armas, a flexibilização da legislação ambiental, “o fim de qualquer política de assentamento rural e demarcação de terras, indígenas e quilombolas, a tipificação das ocupações de terra como crime de terrorismo, o afrouxamento da liberalização dos agrotóxicos, a renegociação das dívidas do setor, entre outras” (FIRMIANO, 2020, p. 364). Tendo em vista essas configurações, o setor agrário não desponta como substancialmente interessado no desenvolvimento das universidades e da ciência e tecnologia do país.

No que diz respeito à pauta da universidade, é importante ter em vista o novo papel que o Brasil assume na divisão internacional do trabalho após a crise dos 1980, que impacta no papel das forças políticas locais, pois o setor primário se fortalece na sustentação do bloco de poder. Trata-se de uma tendência estrutural permanente, que influencia a ciência e a tecnologia no futuro do país, afinal o setor primário tem historicamente baixa demanda por novas tecnologias, além de dar preferência pela compra fora do que o custoso e lento desenvolvimento de tecnologias internamente. O impacto disso não é apenas a diminuição da participação do setor industrial no PIB, “mas a perda quanti e qualitativa do setor produtor de progresso técnico e inovação industrial, que resulta do desmonte dos núcleos de inovação da indústria, a exemplo dos setores ligados à química e à petroquímica.” (FIRMIANO, 2020, p. 367).

Os militares “profissionais”, por sua vez, têm como tendência histórica se agruparem com os militantes políticos da direita (POMAR, 2021). De acordo com Pomar (2021), foi assim no Golpe de 1964, que resultou em extermínio da esquerda dentro dos quartéis, quer via assassinato, quer via perseguições. Depois, foram protegidos pela Lei da Anistia que proibiu que fossem responsabilizados pelos crimes cometidos. Após o fim da Ditadura, os militares mantiveram-se influentes politicamente. Pomar (2021) cita pelo menos três ações que

exemplificam essa vinculação: a repressão de uma greve na Companhia Siderúrgica Nacional em 1988, que deixou três operários mortos; a batalha para que as polícias militares dos estados não fossem extintas pela CF de 1988; e a inclusão do Artigo 142 que trata da prerrogativa de defender os poderes constitucionais, a lei e a ordem, que foi utilizado largamente para defender a intervenção militar em protestos da direita de 2015 em diante.

Essa ascensão dos militares ao centro da política teve marcos importantes, como as ameaças do comandante do Exército general Villas Bôas, por ocasião do julgamento que decidiria se condenados em segunda instância cumpririam pena de prisão ou aguardariam o trânsito em julgado, no Supremo Tribunal Federal. Durante o julgamento de recursos da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018, o general Villas Bôas, então comandante do Exército Brasileiro, manifestou-se pelo Twitter, no que foi analisado à época como uma sinalização ao STF sobre como deveria se decidir no caso em julgamento, posição confirmada pelo general em livro posterior (SARTORI, 2021). Os dois *tweets* assim afirmam:

“Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?”; “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.” (VILLAS BOAS, 2018).

A retirada de Lula da disputa²⁷ facilitou o caminho de Bolsonaro à presidência. A presença de militares em cargos civis da administração federal cresceu 70% no governo de Jair Bolsonaro (FERRAZ, 2022), tendo ocupado postos-chave no governo, o que demonstra a importância desse grupo para as políticas formuladas nesse período. A “doutrina Villas Bôas” (MARTINS FILHO, 2019) levou ao bloqueio da possibilidade de Lula concorrer nas eleições de 2018. Martins Filho (2019) visualiza um plano de tutela sutil dos militares do núcleo do poder sobre Bolsonaro, plano que foi abalado pela “quinta coluna ideológica” que pleiteava mais espaço e insuflava Bolsonaro a manter a constante verborragia em função de manter mobilizada sua base.

Em meados de 2022, o Instituto General Villas Bôas, o Instituto Sagres e o Instituto Federalista lançaram o documento intitulado “Projeto de Nação”. Em função da relevância do

²⁷ Em 2019, o tema das prisões após condenação em segunda instância retornou à pauta do STF e o colegiado modificou a decisão, permitindo prisão apenas após transcorridas todas as possibilidades de recursos (D'AGOSTINO; OLIVEIRA, 2019). O entendimento que serviu para a prisão de Lula, portanto, vigorou por pouco tempo após a sua prisão.

general Villas Bôas, cabe um comentário sobre esse documento, que desenhava cenários e metas para 2035, demonstrando o que pensam sobre os temas destacados e projetando atuação desses grupos pelo menos até tal data. No programa apresentado, o minicenário projetado aponta a existência de recursos suficientes na educação e a necessidade de aprimoramento da gestão desses recursos. As diretrizes para atuação no ensino superior fazem referência a: aproximação da universidade com o setor produtivo e formação de *soft skills*; redução da ideologização nas universidades; reformulação no processo de escolha dos reitores das universidades públicas (para restringir a influência de grupos de interesses políticos e ideológicos); “democratização” dos círculos fechados de pesquisadores. Como óbices para tais diretrizes, apresenta a existência de um distanciamento entre a academia e o setor produtivo, que resulta na formação de profissionais sem as habilidades adequadas; a ideologização radical e excessiva nas universidades; a falta de políticas de parceria com o setor privado e o terceiro setor; e necessidade de uma moral e cívica para docentes e discentes (PROJETO DE NAÇÃO, 2022).

Ou seja, um programa basicamente formado pelos consensos neoliberais e reacionários de que haveria pouca interação com a iniciativa privada, assim como uma dominação ideológica que impede essa aproximação, além da proposta autoritária da “moral e cívica”. Vemos, portanto, que entre os militares também se consolidou o ideário da contaminação ideológica e da necessidade de vincular a universidade às empresas privadas, desenvolver as habilidades requeridas por um mercado de trabalho que não oferece empregos de qualidade e uma solução pela melhoria da gestão sem implemento de recursos adicionais.

6 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E A PERSPECTIVA BOLSONARISTA NO PLANO DE GOVERNO

Este capítulo está dedicado a apresentar aportes analítico-metodológicos de modo mais detalhado, em consonância com o que afirmamos ao final do capítulo 2, sobre a nossa perspectiva de dar aqui continuidade à construção lá iniciada. Dessa forma, serão feitos os apontamentos metodológicos na próxima sessão, com ênfase na mirada sobre as ideologias, a partir da conceituação de Lukács e ao entendimento dos enunciados em análise como elos da corrente de comunicação contínua que se consistiu nesta disputa.

Após esse passo inicial e a apresentação dos recortes empíricos realizados, expomos quadros descritivos dos conjuntos de materiais que integraram a análise. De modo a compreender o sentido de universidade construído pelo governo Bolsonaro, são examinados variados materiais político-comunicacionais, bem como dados relevantes da política universitária do governo, cujos sentidos foram compreendidos a partir da relação dialógica (de embate) que se estabeleceu com movimentos de resistência.

6.1 Montagem do corpus

Iniciamos nossa estruturação do *corpus* empírico com ampla coleta de materiais textuais e audiovisuais em diferentes espaços e mídias, com a intenção de compormos um conjunto representativo de materialidades comunicacionais do governo, realizadas pelos ministros da Educação e pelo presidente, em interações com o Congresso, com a imprensa e com as entidades representativas das categorias universitárias. Um dos guias mais importantes na definição dos embates que relevantes que ocorreram no período foram os sites das entidades representativas, cujas notícias e notas foram integradas à análise. Além disso, também consideramos as produções legislativas e judiciais, as mobilizações populares massivas e de vanguarda, procurando reconhecer os eixos e os sentidos em disputa.

A coleta que constituiu nosso *corpus* ocorreu nas postagens nas contas do Twitter dos ministros da Educação, referente ao período em que estavam como ministros: Ricardo Vélez (janeiro de 2019 a abril de 2019) 19 postagens²⁸; Abraham Weintraub (abril de 2019 a junho de 2020) – 201 postagens²⁹; Milton Ribeiro (julho de 2020 a março de 2022) – 148

²⁸ Postagens retiradas do perfil @ricardovelez. Disponíveis no link: <https://twitter.com/ricardovelez>.

²⁹ Postagens retiradas do perfil @AbrahamWeint. Disponíveis no link: <https://twitter.com/AbrahamWeint>.

postagens³⁰; Victor Godoy (março de 2022 a dezembro de 2022) – 53 postagens³¹. Selecionamos todo o material que tratava de políticas de Ensino Superior, graduação e pós-graduação, vinculado ao tema das universidades (públicas e privadas), totalizando os números apontados acima. Utilizamos as postagens do Twitter também para coletar entrevistas concedidas pelos ministros a veículos de imprensa (de órgãos de imprensa ou vinculados a grupos militantes), que foram compartilhadas ou comentadas nos perfis dos ministros nessa rede social, em ação que conferia legitimidade ao seu conteúdo. O material analisado inclui as postagens no Twitter do presidente Bolsonaro, no período da presidência, com referências às universidades (totalizando 69 postagens³²), e os momentos em que esse tema apareceu em suas transmissões ao vivo pelas redes sociais (*lives* semanais). Para o caso do Twitter de Bolsonaro, utilizamos a ferramenta da “busca avançada” disponibilizada pela plataforma, com as seguintes palavras-chave: todas as siglas das universidades federais; universidade; MEC; reitor; Ensino Superior; Capes; pesquisa; educação; e extensão. Quanto às *lives*, utilizamos a transcrição automática do Youtube³³, quando disponível, para buscar por referências às universidades ou escutamos todos os vídeos para fazer essa localização. Realizamos a análise e categorização desses materiais, incluindo os vídeos integrantes das postagens no Twitter, que foram transcritos. Integramos ao *corpus* todas as participações dos ministros em audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal disponíveis em vídeos nos canais Youtube desses órgãos, dos quais foram transcritos os trechos que tematizavam a universidade. Também integraram o *corpus* deste trabalho o plano de governo e o discurso de posse de Bolsonaro, os discursos das sessões de posse dos ministros, projetos de lei e medidas legais e infralegais atinentes à universidade, que foram destacados em alguns desses materiais elencados, bem como, em ações das entidades representativas das categorias universitárias.

As manifestações das organizações nacionais representativas mais relevantes de cada uma das categorias (docentes, técnicos administrativos em educação e estudantes de graduação e de pós-graduação) também fazem parte do material analisado. Pelo histórico de atuação e grau de representatividade nas categorias, definimos a Fasubra (técnicos administrativos), a UNE (estudantes de graduação), a ANPG (estudantes de pós-graduação) e o Andes (docentes) como balizas para nosso estudo. De modo complementar, na medida da necessidade de compreensão, foram analisados materiais de outras organizações. Além das entidades que acompanhamos, várias outras em níveis local e nacional participaram de

³⁰ Postagens retiradas do perfil @mribeiroMEC. Disponíveis no link: <https://twitter.com/MRibeiroIPJO>.

³¹ Postagens retiradas do perfil @victorv_godoy. Disponíveis no link: https://twitter.com/victorv_godoy.

³² Postagens retiradas do perfil @jairbolsonaro. Disponíveis no link: <https://twitter.com/jairbolsonaro>.

³³ Vídeos do canal “Jair Bolsonaro”. Disponíveis no link: <https://www.youtube.com/@jbolsonaro>.

mobilizações conjuntas ou desenvolveram sua pauta própria, podendo inclusive ter sido decisivas em determinados contextos na organização dos trabalhadores e estudantes, mas tivemos que nos centrar nessas quatro para viabilizar uma abordagem sistemática³⁴. A coleta dos materiais empíricos respectivos a essas entidades iniciou pela leitura de todas as postagens no campo “notícias” dos seus sites, relativos ao período de 2019 a 2022. Coletamos não apenas materiais que versavam sobre as pautas específicas das universidades, mas também sobre outras, mais gerais, como a da Reforma da Previdência de 2019 (EC 103) e a da Proposta de Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Itens que reiteravam assuntos já tratados, sem acrescentar novas implicações, não foram incluídos. As totalizações de materiais coletados nas entidades foi a seguinte: Fasubra (187 notícias³⁵), a UNE (147 notícias³⁶), a ANPG (136 notícias³⁷) e o Andes (286 notícias³⁸). A análise logo mostrou a unidade dessas entidades nas questões colocadas como centrais no período, como o enfrentamento aos cortes, bloqueios e contingenciamentos do orçamento, a rejeição ao projeto Future-se, e a luta contra as intervenções na nomeação de reitores, entre outras. Importa reafirmarmos que nosso objetivo não é o de estudar o projeto de universidade e os sentidos de universidade que cada uma dessas organizações produziu, mas atentarmos para o papel de resistência que empreenderam, contribuindo para explicitar o sentido das políticas governamentais e seus discursos. Em geral, essas organizações defendem a educação como um direito a ser garantido pelo Estado, com caráter público, gratuito e de qualidade. Porém, para uma compreensão mais aprofundada dessas perspectivas, com as variações de sentido que possuem, seria necessário um estudo focado nessas organizações, o que não empreendemos aqui.

Os materiais veiculados na rede social Twitter dos ministros, bem como os do Twitter e das transmissões no Youtube (presentes também no Facebook) de Bolsonaro, juntamente com as notícias dos sites das entidades, servirem de guia para a busca e aprofundamento dos temas tratados e, sempre que houve a necessidade para a análise de determinado enunciado ou por referência feita nesses espaços, de modo complementar, buscamos notícias na imprensa e

³⁴ Por decisão metodológica e para garantir o escopo deste trabalho, focado nas universidades federais, não incluímos nas análises referências específicas aos institutos federais e aos CEFETs, mesmo em assuntos que tenham sido envolvidos em conjunto com as universidades, como os cortes orçamentários, a nomeação de reitores interventores (caso do CEFET-RJ, IFRN e IFSC) e o programa Future-se, assim como em temas importantes, mas destinados especificamente ao ensino técnico e tecnológico, como o programa Novos Caminhos. Dessa forma, também justificamos não incluir entre as entidades acompanhadas o Sinasefe (representante dos servidores técnicos e docentes dos institutos federais) e a Fenet (estudantes do ensino técnico e tecnológico), sindicato e federação que participaram conjuntamente com as entidades que analisamos das lutas no período.

³⁵ Materiais coletados no site <https://fasubra.org.br/>.

³⁶ Materiais coletados no site <https://www.une.org.br/>.

³⁷ Materiais coletados no site <https://www.anpg.org.br/>.

³⁸ Materiais coletados no site <https://www.andes.org.br/>

nos sites da Câmara e do Senado. Ainda para integrar a análise, acompanhamos os posicionamentos da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) sobre os temas delineados a partir das primeiras sistematizações que realizamos. Especificamente sobre o projeto Future-se, incluímos as respostas dadas individualmente e em grupo pelas universidades federais.

A partir do conjunto de materiais de pesquisa elencados, montamos quadros com elementos que constituem pontos importantes para a compreensão do projeto de universidade do governo Bolsonaro, conformando a disputa do sentido de universidade no plano ideológico, com a reunião de dados factuais e temáticos. A seguir apresentamos os quadros com esses materiais e acontecimentos que integraram a análise. As notícias e posicionamentos específicos das entidades representativas e os materiais do Twitter dos ministros e do presidente não aparecem nos quadros diretamente, apenas partes de seus assuntos.

No Quadro 3, a seguir, reunimos as iniciativas legais e infralegais do governo Bolsonaro (2019-2022) destacadas pelas entidades representativas, pelos ministros da Educação e pelo presidente Bolsonaro.

Quadro 3 – Legislação e medidas normativas do governo Bolsonaro (2019-2022)

Ministro	Medida	Assunto	Vigência
Paulo Guedes (Economia)	PEC 6 de 22/2/2019	Reforma da Previdência	Vigente
André Mendonça (AGU)	Orientação Normativa de 22/2/2019	Orientação AGU para requisição de forças de segurança em reintegração de posse sem medida judicial	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	Medida Provisória 873 de 1/3/2019	Arrecadação sindical – veda o desconto em folha da contribuição sindical	Perdeu validade
Paulo Guedes (Economia)	Decreto 9.725 de 12/3/2019	Extingue funções gratificadas nas Universidades	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	Decreto 9.741 de 29/3/2019	Determina o contingenciamento do orçamento das Universidades em R\$ 1,7 bilhões, 30% do recurso discricionário	Vigente
Onyx Lorenzoni (Casa Civil)	Decreto 9.794 de 14/5/2019	Sistema Integrado de Nomeações e Consultas, interfere nas nomeações de diretores de unidade e campi pelos reitores.	Parcialmente vigente
Abraham Weintraub (Educação)	Future-se – Lançamento em 17/7/2019	Cerimônia de lançamento do projeto, anunciado aos reitores das universidades e institutos federais	Tramita
Arnaldo Lima (SESU/MEC)	Ofício-Circular 9 de 22/7/2019	Ofício-Circular da SESU dando conhecimento da Nota Técnica 243/2019, que reconhece a validade de consultas informais paritárias não	Vigente

		vinculantes na eleição para reitor	
Abraham Weintraub (Educação)	Portaria 1.469, de 22/8/2019	Limita o provimento de cargos de servidores docentes e técnico-administrativos nas IFES para 2020	Perdeu a validade
Abraham Weintraub (Educação)	Medida Provisória 895 de 6/9/2019	Medida cria a carteira estudantil nacional organizada pelo MEC.	Perdeu a validade
Abraham Weintraub (Educação)	Minuta de Projeto de Lei – Future-se 16/10/2019	Segunda minuta do projeto de lei do Future-se, consolidada por grupo de procuradores federais a pedido do MEC	Perdeu a validade
Abraham Weintraub (Educação)	Medida Provisória 914 de 24/12/19	Interfere nas regras para eleição de reitores	Perdeu a validade em 2/6/20
Abraham Weintraub (Educação)	Portaria 2227 de 31/12/2019	Limita a participação de pesquisadores em eventos científicos	Indefinido
Abraham Weintraub (Educação)	2ª Consulta Pública projeto Future-se, em 3/1/20	Segunda consulta pública do Future-se é aberta, recendo contribuições do público	Tramita
Roberto Endrigo Rosa (SESU)	Ofício-Circular 01/2020 de 1/2/2020	Efetiva a Portaria 1.469/19, vedando o provimentos de cargos de docentes e técnicos para o ano de 2020	Perdeu a validade
Abraham Weintraub (Educação)	Ofício Circular nº 8/2020/GAB/SPO /SPO-MEC de 4/2/20	Impede promoções, pagamentos de benefícios aos servidores docentes e técnicos das IFES. Ofício assinado por Adalton Rocha de Matos (Secretaria de Programação Orçamentária do MEC)	Perdeu a validade
Abraham Weintraub (Educação)	Ofício - nº 40/2020/CG RH /DIFES/SESU/SESU-MEC de 20/2/20	Limite de provimento do Banco de Professor Equivalente e no Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação em 2020	Perdeu a validade
Paulo Guedes (Economia)	Medida Provisória 927 de 2/3/20	Medidas trabalhistas para enfrentamento da pandemia – suspensão dos contratos de trabalho	Perdeu a validade
Benedito Guimarães Aguiar Neto (Capes)	Portaria 34 de 9/3/20	Corte de Bolsas de Pós-Graduação e outras da Capes	Perdeu a validade
Marcos Pontes (MCTI)	Portaria 1.122 19/3/20	Define as prioridades do Plano Plurianual da União (2020/2023), FINEP e CNPq, excluindo Humanidades, Ciências Sociais e básicas	Revogada
Paulo Guedes (Economia)	Medida Provisória	Medida destina R\$ 340 milhões às universidades e hospitais universitários para o combate à	Vigente

	942 de 2/4/2020	pandemia. Convertida na Lei Ordinária 14.033/2020	
Abraham Weintraub (Educação) Benedito Guimarães Aguiar Neto (Capes)	Portaria 55 da Capes de 29/4/2020	Prorroga os prazos para bolsas Capes por três meses em função da Pandemia de Covid-19	Modificada
Marcos Pontes (MCTI)	Portaria 1.329 de 30/3/20	Altera Portaria 1.122, incluindo as Humanidades, Ciências Sociais e básicas nas prioridades do Plano Plurianual da União (2020/2023)	Vigente
Abraham Weintraub (Educação)	Medida Provisória 934 de 1/4/20	Normas excepcionais da educação na pandemia: dispensa a obrigatoriedade de 200 dias letivos. Abreviatura dos cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia. Convertida na Lei 14.040/2020	Vigente
Rodrigo Maia (Câmara)	PEC 10/2020 de 7/4/2020	Emenda Constitucional do “Orçamento de Guerra”, libera despesas financeiras do governo com a pandemia. Convertida na EC 106/2020	Vigente
Abraham Weintraub (Educação)	Parecer 5 do CNE de 28/4/20	Homologação do parecer que possibilitou o cômputo de aulas não presenciais para cumprimento da carga horária de cursos presenciais	Vigente
Abraham Weintaub (Educação)	Projeto de Lei 3.076 de 2/6/2020	Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se	Tramita
Abraham Weintraub (Educação)	Medida Provisória 979 de 9/6/2020	Autoriza a nomeação e reitores pro-tempore nas IFES pelo Ministro da Educação	Não aceita
Paulo Guedes (Economia)	PEC 32 de 9/6/2020	Reforma administrativa - disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa	Tramita
Abraham Weintraub (Educação)	Portaria 544 de 16/6/20	Substituição das aulas presenciais por meios digitais enquanto durar a pandemia	Perdeu a validade
Abraham Weintraub (Educação)	Portaria 545 de 18/6/2020	Revoga Portaria 13 de 11/5/2016 sobre indução de cotas na pós-graduação	Revogada
Antonio Paulo Vogel de Medeiros (Educação – interino)	Portaria 559 de 23/6/20	Revoga a 545 de 18/6/20 que retirava a indução para cotas na pós-graduação	Vigente
Milton Ribeiro (Educação)	Portaria 572 de 6/7/2020	Apresenta protocolo de retorno às aulas presenciais nas instituições federais de ensino	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	PLOA 2021 de 11/8/2020	Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) prevê corte de R\$ 4,2 bilhões na Educação 19/8/2020	Vigente
Milton Ribeiro	Portaria 121 da Capes de	Prorroga por seis meses as bolsas e prazos para conclusão de pesquisas de mestrado e doutorado	Vigente

(Educação) Benedito Guimarães Aguiar Neto (Capes)	20/8/20		
Milton Ribeiro (Educação)	Portaria 983 de 31/7/20	Amplia a carga-horária em sala de aula para os docentes da carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	Vigente
Milton Ribeiro (Educação)	Portaria 524 de 30/9/2020	Autoriza a criação de cursos técnicos presenciais e EaD nas redes pública e privada	Vigente
Milton Ribeiro (Educação) Wagner Vilas Boas de Souza (SESU)	Portaria 434 de 22/10/2020	Cria Grupo de Trabalho para discutir estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	PLN 30/2020 de 8/10/2020	Remanejamento de orçamento, retira R\$ 1,2 bilhão da Educação. Convertido em Lei nº 14.077 de 11/11/2020	Vigente
Wellington Fagundes (Senador PL/MT)	PLP 266 de 17/12/2020	Permite a contratação de pessoal na EBSERH e nas universidades criadas em 2018-2019, convertido na Lei Complementar 180/2021	Vigente
Marcos Pontes (MCTI)	Veto parcial à Lei 177/2021 de 12/1/2021	Retira a possibilidade de contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	Decreto 10.620 de 5/2/2021	Passa a competência da gestão e concessão de aposentadorias do regime próprio para o INSS	Vigente
Milton Ribeiro (Educação) Benedito Guimarães Aguiar Neto (Capes)	Portaria 2 da Capes de 7/1/2021	Estabelece diretrizes para autorização de funcionamento e para a Avaliação de permanência de Polos de Educação a Distância (polo EaD) para oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu	Vigente
Milton Ribeiro (Educação)	Ofício- circular 4/21 de 7/2/2021	Orientações para prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino	Revogado
Paulo Guedes (Economia)	PEC 186/21 de 12/3/2021	Auxílio-emergencial e estabelece contrapartidas, entre elas o congelamento de salários de servidores	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	LOA 2021 de 3/5/2021	Sanção do orçamento 2021 com cortes na Educação (R\$ 2,729 bilhões), sendo R\$ 1,7 bilhão para provimento de cargos docente e técnicos nas IFES	Vigente
Milton Ribeiro (Educação) e Marcelo Queiroga (Saúde)*	Portaria Interministeri al 5 de 4/8/2021	Estabelece as condições de retorno seguro às aulas presenciais, após a vacinação dos professores e trabalhadores da educação – âmbito da educação básica	Vigente

Paulo Guedes (Economia)	PEC 23/21 de 10/8/21	Cria novo regime de pagamentos de precatórios. Transformada na EC 113/21 de 9/11/2021	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	LDO 2022 de 20/8/2021	Vetos presidenciais a dispositivos da LDO que protegiam recursos da Educação, em favor de manter as “Emendas de relator”	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	PLN 16/21 de 26/8/21	Retira recursos orçamentários para o FNDCT na ordem de R\$ 690 mi, passado à contingência. Convertido em Lei nº 14.220 de 15/10/2021.	Vigente
Milton Ribeiro (Educação)*	Portaria 794, de 6/10/2021	Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores (EAD e presencial)	Vigente
Milton Ribeiro (Educação)	Medida Provisória 1.075/21 de 7/12/21	Mudanças no PROUNI: permite que alunos da rede privada no Ensino Médio, como bolsista parciais ou sem bolsa participem do programa, independente de renda. Convertida na Lei nº 14.350 de 25/5/2022	Vigente
Milton Ribeiro (Educação)	Despacho de 29/12/2021	Aprova o Parecer nº 01169/2021 da Consultoria Jurídica do MEC, que veda a exigência de comprovante de vacinação nas IFES	Suspenso
Milton Ribeiro (Educação)	Medida Provisória 1.090 de 30/12/2021	Perdão de dívidas do FIES. Permite abatimento de até 86,5% nas dívidas de estudantes (até 92% para devedor CadÚnico). Convertida na Lei nº 14.375 de 21/6/2022	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	Bloqueio Orçamentário de 27/5/2022	Bloquei Orçamentário de R\$ 3,23 bilhões do MEC, sendo R\$ 1,1 bilhão das Universidades e Institutos	Parcialmente
Vitor Godoy (Educação)	Mensagem de 3/6/2022	Desbloqueio de metade (R\$ 1,6 bilhão) do orçamento anteriormente bloqueado do MEC	Vigente
Wagner de Campos Rosário (CGU)	Decreto 11.123 de 7/7/2022	Delega competência para a prática de atos administrativo-disciplinares	Vigente
Vitor Godoy (Educação)	Portaria MEC 555 de 29/7/2022	Modifica as regras para Processos Administrativos Disciplinares no MEC, com delegação de competência limitando a ampla defesa. Regula o Decreto 11.123	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	IN 62/22 – do SIPEC/ME de 29/8/22 –	Altera promoções dos servidores técnico-administrativos das universidades de 18 para 24 meses	Vigente
Paulo Guedes (Economia)	Medida Provisória 1.136 de 29/8/2022	Reduz recursos do FNDCT	Perdeu a validade
Paulo Guedes (Economia)	Decreto 11.216 de 30/9/2022	Contingenciamento orçamentário do Ministério da Educação, até novembro, em R\$ 1,1 bilhão, representando 5,8% do discricionário das universidades	Perdeu a validade
Paulo Guedes (Economia)	Mensagem SIAFI de 28/11/2022	Junta de execução Orçamentária determina o bloqueio de recursos do MEC. Estimativa de R\$ 244 milhões	Perdeu a validade
Paulo Guedes	Decreto	Corte de R\$ 344 milhões no MEC. Paralisa no	Revogado

(Economia)	11.269 de 30/11/2022	pagamento de bolsas Capes	
-------------------	-------------------------	---------------------------	--

Fonte: Elaboração própria

Além das leis e normas especificadas no quadro acima, que foram propostas pelo governo, outros dispositivos incidiram na disputa, a partir de proposição de outros atores. A Lei 13.856, de 8 de julho de 2019, que criou a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), proposta pelo Projeto de Lei 5.274/2016, do governo Dilma Rousseff. A proposição do senador Antonio Anastasia (PSD-MG), PLP 39/2020 (27/5/2020), aprovada como Lei Complementar 173/2020, que criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e previa inicialmente o congelamento de salário dos servidores durante a pandemia, foi aprovada proibindo a contratação de pessoal nos municípios, estados e União, com aumento das despesas. Na mesma temática, o Projeto de Lei 266/2020, do senador Wellington Fagundes (PL/MT), aprovado na forma da Lei Complementar 180 de 14/4/2021, permitiu a contratação de pessoal na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC, e nas universidades criadas em 2018-2019 (universidades federais de: Jataí; Catalão; Rondonópolis; Delta do Parnaíba; Agreste de Pernambuco e Norte do Tocantins). Essas universidades foram criadas através de propostas apresentadas pelo governo Dilma Rousseff, aprovadas no período de Bolsonaro.

Em 2020, a PEC 15/2015, proposta pela deputada Raquel Muniz (PSC/MG) que previa o “novo Fundeb”, foi aprovada na Câmara em 21/4/2020, tornando-se a EC 108/2020. Embora não se refira à universidade, sendo voltado à educação básica, o tema foi recorrentemente tratado nas audiências públicas dos ministros no Congresso. O governo interpôs obstáculos à essa lei que ampliou a contrapartida da União e tornou o Fundo permanente. A transformação da educação presencial em atividade essencial na pandemia foi o objetivo do Projeto de Lei 5.595 de 18/12/2020, apresentado por Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), Adriana Ventura (NOVO/SP), Aline Sleutjes (PSL/PR) e outros. Outra PEC debatida no período foi a 13/2021, iniciativa do senador Marcos Rogério (DEM/RO) e outros, aprovada como EC 119/2022, que liberou estados e municípios de aplicarem os mínimos constitucionais em saúde e educação em 2020 e 2021. A PEC 206/2019, proposta pelo deputado General Peternelli (União/MG) e relatada pelo deputado Kim Kataguiri (DEM/SP), tramitou no período e previa a cobrança de mensalidade nas universidades.

O senador Izalci Lucas (PSDB/SP) propôs, e foi aprovada, a Lei Complementar 177 de 12/1/2021, que mudava a natureza dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), impossibilitando o contingenciamento, e incluía

programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT. Já o Projeto de Lei 4.144/2021, que prevê o reajuste anual das bolsas de pós-graduação da Capes e do CNPq pelo índice de inflação acumulada, de autoria de Paulo Teixeira (PT-SP), não foi aprovado, embora tenha entrado na pauta das entidades representativas.

No Quadro 4, a seguir, considerando os critérios de coleta de dados, apresentamos um conjunto de declarações e postagens do governo Bolsonaro (2019-2022) e apoiadores sobre a universidade que tiveram grande repercussão entre as comunidades universitárias, nas entidades representativas ou no Congresso.

Quadro 4: Declarações e postagens sobre universidade com repercussão no governo Bolsonaro (2019-2022)

Autor	Declaração	Data	Espaço
Ricardo Vélez (Ministro da Educação)	“As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica (do país)” e “[...] universidade, do ponto de vista da capacidade, não é para todos. Somente algumas pessoas que têm desejo de estudos superiores e que se habilitam para isso entram na universidade.”	29/1/2019 e 30/1/2019	Jornal Valor Econômico [reafirmado no twitter]
Carlos Bolsonaro (filho do Presidente)	“Meu Deus! Isso é uma *dissertação de mestrado! Esse senhor recebeu dos cofres públicos, nos últimos dois anos, uma bolsa de R\$ 1.500 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Nota-se porque o Brasil está no nível de educação que está. Tire suas conclusões!”	8/2/2019	Twitter
Ricardo Vélez (Ministro da Educação)	Pede que seja lido aos alunos mensagem com o slogan da campanha presidencial “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, e que os alunos sejam filmados cantando o Hino Nacional	25/2/2019	Carta às escolas
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“[...] pode estudar filosofia? Pode, com o dinheiro próprio. O Japão reforça esse dinheiro que vai pra faculdades como Filosofia, Sociologia, ele coloca em faculdades que geram retorno, de fato: enfermagem, veterinária, engenharia, medicina.”	25/4/2019	Live Facebook
Jair Bolsonaro (Presidente)	“O Ministro da Educação [...] estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.”	26/4/2019	Twitter
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“Universidades que, em vez de procurarem melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” – cita ainda UnB, UFF e UFBA	30/4/2019	O Estado de São Paulo
Ony Lorenzoni	“Universidade Federal do Sergipe: 30 mil alunos, 1.500 doutores em tempo integral, nenhum curso	1/5/2019	Globo News

(Casa Civil)	de mestrado ou doutorado com nota 5... sabe qual é o custo? 980 milhões		
Jair Bolsonaro (Presidente)	“é natural, natural, agora, a maioria ali é militante, se perguntarem ‘7 vezes 8’ pra eles, não sabem. Se perguntar a fórmula da água, não sabem, não sabem nada. São uns idiotas úteis, e uns imbecis, que estão sendo usados de massa de manobra de uma minoria espertalhona, que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil.”	15/5/2019	Entrevista coletiva em Dallas – EUA
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“[...] nós estamos aqui recebendo no MEC cartas e mensagens de muitos pais de alunos citando explicitamente que alguns professores, funcionários públicos, estão coagindo os alunos ou falando que eles serão punidos de alguma forma caso eles não participem das manifestações.”	29/5/2019	Twitter – vídeo
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	Nota Oficial do MEC: “Instituições de ensino públicas não podem promover movimentos políticos [...] professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário e no ambiente escolar. Caso a população identifique a promoção de eventos desse cunho, basta fazer a denúncia pela ouvidoria do MEC [...]”	30/5/2019	Site do MEC
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“[...] Esse setor vai crescer muito [ensino superior privado], e o Estado brasileiro, através dos impostos, que já estão pesados, não tem condição de atender a demanda gigantesca que vai acontecer nos próximos anos [...]”	6/6/2019	12º Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“[...] Na pós-graduação, pode. Hoje, você já pode. Hoje, a legislação de governos passados já permite a cobrança de pós-graduação para mestrados. Só que não sai do papel, porque o dinheiro entra e fica preso no Tesouro Nacional.” Falando sobre o Future-se	2/7/2019	Portal UOL
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“[...] ir atrás da zebra mais gorda [o salário de professor universitário federal]”. Falando sobre as despesas do MEC com o salário de professores universitários.”	26/9/2019	21º Fórum Nacional de Educação Superior Particular
Luciano Hang (Empresário) ³⁹	“As pessoas que iam para as universidades federais, prefeito, lamentavelmente, eram e são ainda doutrinados para serem zumbis, pra trabalhar dentro do governo pra atrapalhar a iniciativa privada, pra ser contra o empreendedor, pra ser contra quem gera emprego nesse país. [...] Eu Luciano não colocaria o meu filho na universidade federal, porque você pode educar o seu filho e quando ele volta, ele volta um comunista, não quer trabalhar e quer atrapalhar quem faz. Não gosta de trabalhar e não gosta de quem trabalha.”	12/11/2019	Inauguração de loja em Santa Maria
Abraham Weintraub	“Qual a melhor forma de "comemorar" o primeiro golpe de estado no Brasil? TRABALHANDO! O	15/11/2019	Twitter

³⁹ EMPRESÁRIO Luciano Hang ataca universidades federais... TV Cachoeira Novo Tempo, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IolbKJKAwHM>. Acesso em: 3 jan. 2023.

(Ministro da Educação)	amigo Onyx Lorenzoni convocou reunião para discutir projetos sociais. Teremos mais novidades em breve.”		
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“Você têm plantações intensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico [...]. A faculdade de química não eram um centro de doutrinação, desenvolvendo droga sintética, de meta-anfetamina, porque a polícia não pode entrar nos campi.”	23/11/2019	Jornal Cidade Online
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF”	22/4/2020 [divulgado em 22/5/2020]	Reunião ministerial
Paulo Guedes (Ministro da Economia)	“[...] nessa confusão toda, todo mundo achando que estamos distraído, abraçaram a gente, enrolaram a gente, nós já botamos a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário”	22/4/2020 [divulgado em 22/5/2020]	Reunião ministerial
Abraham Weintraub (Ministro da Educação)	“Eu, como brasileiro, quero ter mais médicos, mais enfermeiros, mais engenheiros, mais dentistas. Eu não quero mais sociólogo, antropólogo e filósofo com o meu dinheiro”	14/6/2020	Twitter Direita Raiz
Hamilton Mourão (vice-presidente)	“Ouso arriscar que uns 60% que frequentam universidade federal têm condições de pagar. Um pagamento que eles fizessem serviria para que mais alunos ingressassem no setor privado e, conseqüentemente, para que aumentássemos o percentual de jovens com ensino superior”	26/8/2020	Aula Magna Ser Educacional
Milton Ribeiro (Ministro da Educação)	“[...] Acho que o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo (sic) tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe.”	24/9/2020	Jornal O Estado de São Paulo
Milton Ribeiro (Ministro da Educação)	“[...] Universidade, na verdade, ela deveria ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”	9/8/2021	Sem Censura - TV Brasil
Milton Ribeiro (Ministro da Educação)	“[...] O que é o inclusivismo? A criança com deficiência, ela é colocada dentro de uma sala de alunos sem deficiência. Ela não aprende, ela atrapalhava, entre aspas (essa palavra eu falo com muito cuidado), ela atrapalhava o aprendizado dos outros porque a professora não tinha equipe não tinha conhecimento pra poder dar a ela atenção especial.”	9/8/2021	Sem Censura - TV Brasil
Jair Bolsonaro (Presidente)	“Durante a pandemia, dois anos, as universidades ficaram fechadas, dois anos. Não fazia sentido criar universidade para ficar fechada”	18/10/2022	Debate presidencial Band
Bibo Nunes (deputado)	“[...] o filme Tropa de Elite, sabe o que aconteceu, olha um, olha o filme um. Pegaram aqueles coitadinhos, [...] aqueles riquinhos ajudando pobre se deram mal, queimaram vivo	9/10/2022	Live no Youtube

	dentro de pneus! Queimaram vivo dentro de pneus! E é isso que esses estudantes [da UFSM e UFPEL] alienados, filhos de papai que têm grana, merecem!”		
Paulo Guedes (Ministro da Economia)	“[...] se dependesse de mim, eu pegava essa parte de Ensino Superior, jogava pro Ministério de Ciência e Tecnologia, colava nas empresas e fazia até, se fosse o caso, um plano qualquer, deduzir uma parte do seu imposto de renda treinando gente pra você mesmo [...]”	28/10/2022	Palestra na Fucape Business School

Fonte: Elaboração própria

No Quadro 5, a seguir, destacamos as participações dos ministros da Educação do governo Bolsonaro (2019-2022) em audiências públicas na Câmara e no Senado, por convocação ou convite.

Quadro 5: Audiências Públicas na Câmara e no Senado com ministros da Educação no governo Bolsonaro (2019-2022)

Ministro	Assunto da convocação ou convite	Data	Comissão
Ricardo Vélez	Debate prioridades da Educação com o ministro Ricardo Vélez	26/2/2019	Comissão de Educação do Senado
Ricardo Vélez	Nomeações e mudanças na pasta e influência de Olavo de Carvalho no Ministério	37/3/2019	Comissão de Educação da Câmara
Abraham Weintraub	Orçamento das universidades, do MEC e prioridades da pasta	7/5/2019	Senado
Abraham Weintraub	Tratar dos cortes orçamentários das IFES, declaração sobre as universidades fazerem balbúrdia e das prioridades da pasta	15/5/2019	Comissão Especial da Câmara
Abraham Weintraub	Tratar dos cortes orçamentários das IFES	22/5/2019	Comissão de Educação da Câmara
Representantes do Ministério da Economia e da Educação	Reunião com reitores das universidades criadas em 2018 e das desmembradas *sem a presença do ministro	4/6/2019	Comissão de Educação do Senado
Abraham Weintraub	Discussão sobre o novo Fundeb	25/6/2019	Comissão Especial do Fundeb da Câmara
Abraham Weintraub	Debate a proposta do Programa Future-se [palestra do secretário da SESU Arnaldo Barbosa Lima Júnior]	28/8/2019	Comissão de Finanças e Tributação da Câmara
Abraham Weintraub	Debate a proposta do Programa Future-se [palestra do secretário da SESU Arnaldo Barbosa Lima Júnior]	4/9/2019	Comissão de Finanças e Tributação da Câmara
Abraham Weintraub	Convocação para explicar declarações de que haveria plantações de maconha intensivas e produção de drogas nas universidades federais	11/12/2019	Comissão de Educação Câmara

Abraham Weintraub	Explicação sobre incidentes no ENEM	11/2/2020	Comissão de Educação do Senado
Milton Ribeiro	Medidas para a volta das aulas presenciais	17/9/2020	Comissão Mista da Covid-19 Senado
Milton Ribeiro	Prioridades da pasta e debate sobre a suspensão das aulas presenciais	31/3/2021	Comissão de Educação da Câmara
Milton Ribeiro	Debate sobre o orçamento do MEC e prioridades	9/6/2021	Comissão de Educação da Câmara
Milton Ribeiro	Debate sobre o orçamento do MEC e prioridades	7/7/2021	Comissão de Educação da Câmara
Milton Ribeiro	Denúncia sobre favorecimento de universidade presbiteriana de Londrina-PR Unifil no ENAD	4/8/2021	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara
Milton Ribeiro	Debate sobre o orçamento MEC para 2022	17/8/2021	Comissão Mista de Orçamento - Senado
Milton Ribeiro	Acesso de crianças com deficiência a escola	16/9/2021	Comissão de Educação do Senado
Milton Ribeiro	Criação de dez Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a atuação do governo na indicação dos reitores	20/10/2021	Fiscalização Financeira e Controle da Câmara
Milton Ribeiro	Desligamento de servidores do INEP e denúncias relacionadas ao ENEM	17/11/2021	Comissão de Educação da Câmara
Vitor Godoy	Propostas e prioridades para a pasta e sobre outros temas, como a destinação recursos para a compra de kits de robótica	11/5/2022	Comissões de Educação e de Fiscalização e Controle da Câmara
Vitor Godoy	Esclarecimentos sobre: a tentativa de compra, pelo FNDE, de mesas e cadeiras escolares com sobrepreço; corte de verbas para universidades federais; a operação da PF chamada Acesso Pago [conjunto com o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário]	5/7/2022	Comissões de Educação e de Fiscalização e Controle da Câmara
Vitor Godoy	Cortes orçamentários no MEC, atrasos nas bolsas da Capes	14/12/2022	Comissão de Educação da Câmara

Fonte: Elaboração própria

A relação das entrevistas dos ministros a veículos de imprensa que foram compartilhadas por eles em suas contas no Twitter ou que tenham tido repercussão nas entidades representativas da comunidade acadêmica, abordando a universidade, foram reunidas no Quadro 6.

Quadro 6: Entrevistas realizadas pelos ministros da Educação que pautam questões da universidade e foram compartilhadas por eles em suas contas no Twitter (2019-2022)

Ministro	Data	Veículo e Link	Assuntos
Ricardo Vélez	01/02/2019	Revista Veja ⁴⁰ : https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica/	Universidade para todos; escolha de reitores e marxismo cultural
Abraham Weintraub	14/5/2019	Pingos no Is - Jovem Pan - https://www.youtube.com/watch?v=_XtiruWI03c	Orçamento das universidades
Abraham Weintraub	4/7/2019	Jovem Pan News - https://www.youtube.com/watch?v=eiGFMQDQOpM	Orçamento da universidade
Abraham Weintraub	17/7/2019	Pingos nos Is - Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=tP2WSSwZVoM	Future-se; Diagnóstico da Universidade
Abraham Weintraub	12/8/2019	Pingos no Is – Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=q9lVHjtdmp0	Contingenciamento; Mobilização estudantil; Future-se
Abraham Weintraub	21/8/2019	Frente a Frente – Rede Vida https://www.youtube.com/watch?v=eNjOwEBGqtQ	Mensalidade; financiamento.
Abraham Weintraub	22/8/2019	Pingos nos Is – Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=q9lVHjtdmp0	Future-se; Diagnóstico da Universidade
Abraham Weintraub	20/8/2019	Poder 360 Entrevista – Poder 360 https://www.youtube.com/watch?v=XHzcEmfFEMQ	Future-se; Eleição de reitores; Orçamento das Universidades
Abraham Weintraub	12/9/2019	Jovem Pan News - https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=HrNJGZJXRJg&feature=youtu.be	Future-se; Orçamento das Universidades.
Abraham Weintraub	17/9/2019	É Notícia - RedeTV https://www.youtube.com/watch?v=HsyRtexsvNQ	Orçamento das Universidades; Future-se.
Abraham Weintraub	19/9/2019	É Notícia! Da RedeTV https://www.youtube.com/watch?v=HsyRtexsvNQ	Orçamento das Universidades; Diagnóstico da Universidade; Produção científica
Abraham Weintraub	25/10/2019	CB Poder (Correio Braziliense): https://www.youtube.com/watch?v=KoI9oYa89ps	Prioridades; Orçamento Universidade; Produção Científica; Filosofia
Abraham Weintraub	22/11/2019	Gazeta Entrevista – Gazeta do Povo https://www.youtube.com/watch?v=ef6zjFU0TnY&t=4s	Doutrinação; Orçamento; Future-se
Abraham Weintraub	23/11/2019	Sete Minutos com a Verdade – Jornal Cidade Online https://www.youtube.com/watch?v=Z1	Doutrinação; Drogas nas universidades

⁴⁰ Ricardo Vélez disse no Twitter em 18/2/2019 que a Revista Veja “colocou palavras minhas fora de contexto”.

		EvrM-EzCA	
Abraham Weintraub	8/2/2020	Canal de Brasília - https://www.youtube.com/watch?v=Z1EvrM-EzCA	Identificação digital do estudante
Abraham Weintraub	29/2/2020	O Brasil Precisa Saber – Eduardo Bolsonaro https://www.youtube.com/watch?v=FNiMIO5Xtj4	Marxismo Cultura; Orçamento das Universidades; Escola sem Partido
Abraham Weintraub	16/3/2020	Brasil Sem Medo Entrevista – Brasil Sem Medo https://www.youtube.com/watch?v=HS-hnsiSlvs	Marxismo cultural, Globalismo
Abraham Weintarub	18/3/2020	Pingos nos Is – Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=uoUMjT5_k9s	EAD; Cursos prioritários; medidas de isolamento
Abraham Weintraub	14/4/2020	Jovem Pan News – Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=4ExRGYzoiqg	Pandemia
Milton Ribeiro	16/7/2020	TV Brasil - https://www.youtube.com/watch?v=YRIXNBOXBTA	Posse ministro
Milton Ribeiro	18/8/2020	CNN Brasil - https://www.youtube.com/watch?v=IIfta_GuU0g	Orçamento universidades
Milton Ribeiro	26/9/2020	O Estado de São Paulo - impresso https://www.estadao.com.br/educacao/voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro/	Aulas presenciais
Milton Ribeiro	25/12/2020	Jovem Pan News – Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=sxHU38q9Kdc	Aulas presenciais
Milton Ribeiro	8/1/2021	Manhã Bandeirantes, com Datena – Rádio Bandeirantes https://www.youtube.com/watch?v=kXlaokwfJiI	Aulas presenciais
Milton Ribeiro	13/4/2021	Voz de Brasília TV https://www.youtube.com/watch?v=q_fQM2kDYIE	Prioridades da pasta
Milton Ribeiro	5/5/2021	Voz do Brasil - https://www.youtube.com/watch?v=rqfseur0b94	EAD, aulas remotas
Milton Ribeiro	2/8/2021	Opinião no ar – RedeTV https://www.youtube.com/watch?v=nVQSP5jOjwM	Aulas presenciais; orçamento das universidades; doutrinação
Milton Ribeiro	9/8/2021	Sem Censura – TVBrasil https://www.youtube.com/watch?v=6JyH4faRwpY	Eleição de reitores; orçamento das universidades; doutrinação
Milton Ribeiro	11/8/2021	Entrevista CNN – CNN https://twitter.com/mribeiroMEC/status/1425836662223826953	Orçamento das universidades.

Milton Ribeiro	23/8/2021	Direto ao Ponto – Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=_8PHGGiyHrg&t=1156s	Orçamento das universidades; universidade para poucos; doutrinação
Milton Ribeiro	13/12/2021	Fábio Sousa Oficial - https://www.youtube.com/watch?v=O1M5g2T0Ngk	Aulas presenciais
Milton Ribeiro	31/12/2021	Jovem Pan News – Jovem Pan https://www.youtube.com/watch?v=2MtXkPreskU	Comprovante vacinal
Vitor Godoy	13/6/2022	Opinião no ar https://www.youtube.com/watch?v=4nfD39MzdFA	Orçamento das universidades
Vitor Godoy	29/9/2022	Pânico Jovem Pan - https://www.youtube.com/watch?v=MLnfS7kU02c	Orçamento das universidades
Vitor Godoy	6/10/2022	Voz do Brasil https://www.youtube.com/watch?v=y3dvYU5VV7g&t=1245s	Orçamento das universidades
Vitor Godoy	10/10/2022	Cara a Tapa https://www.youtube.com/watch?v=MiuJz00bQgM	Orçamento das universidades
Vitor Godoy	27/10/2022	JosiTV Podcast https://www.youtube.com/watch?v=vsOZ3FzYjpY	Orçamento das universidades
Vitor Godoy	7/10/2022	+1 Podcast https://www.youtube.com/watch?v=wLisOp69VQg	Orçamento das universidades
Vitor Godoy	20/10/2022	O Tempo https://www.youtube.com/watch?v=e2FLufjOq_k	Orçamento das universidades

Fonte: Elaboração própria

As transmissões ao vivo pelo Facebook e Youtube do presidente Bolsonaro em que identificamos referências ao tema da universidade foram relacionadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Transmissões ao vivo de Bolsonaro com referência à universidade (2019-2022)

Data	Título	Link
25/04/2019	LIVE DE QUINTA-FEIRA COM O PRESIDENTE: Previdência, Cadastro Nacional dos Pescadores e mais	https://www.youtube.com/watch?v=njs9mTU0jp8
09/05/2019	Live das quintas-feiras com o Presidente Bolsonaro com muitas novidades	https://www.youtube.com/watch?v=k6Z0JYrx95Q
16/05/2019	Live da semana - Diretamente do Texas, Estados Unidos	https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=291624458391519
29/08/2019	Live de Quinta-feira com o Presidente Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=SN97dJcS4FM
12/12/2019	Live da semana	https://web.facebook.com/watch/liv

		e/?ref=watch_permalink&v=2514293038837412
23/07/2020	Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=oVIJD_tuRPY&t=412s
08/07/2021	Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=zIxxoXyrwMo
22/07/2021	Pronunciamento PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=siukdSpvVO4
16/09/2021	Live da Semana - PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=41kZILFLuZw
23/09/2021	Live da Semana - PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=9BTGEYi3O_M
09/12/2021	Live da semana / PR Bolsonaro. Temas na descrição	https://www.youtube.com/watch?v=NGzO-LYpejk
30/12/2021	Live de quinta-feira / assuntos da semana - PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=vpQIJgyerIU
12/01/2022	Entrevista Gazeta Brasil – BR	https://www.youtube.com/watch?v=DVfz4SICIPQ
17/01/2022	Radio Viva FM – ES	https://www.youtube.com/watch?v=Di-3lNKKnwI
10/02/2022	Live da semana - Presidente Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=yY0wRSUBFEg
24/02/2022	Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=GkWU-ZTtBIU
17/03/2022	Live da Semana - Presidente Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=hcGXDUdGL0U
07/04/2022	Live da semana - PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=A0EyDoJ3bmo
28/04/2022	PR Jair Bolsonaro fala à nação - Live da semana	https://www.youtube.com/watch?v=ULs2TCuFxnw
05/05/2022	Live semanal de toda quinta-feira / PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=fV3TDNkPikY
27/05/2022	Live da semana - PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=WV9VJx4Seys
13/06/2022	Entrevista para a CBN-Recife	https://www.youtube.com/watch?v=HNVw40HF4IM
22/06/2022	Entrevista Rádio Itatiaia – MG	https://www.youtube.com/watch?v=QXQEYlh8NOU
23/06/2022	Live Presidente Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=uzHaaIT6RIw
26/06/2022	Entrevista Programa 4x4	https://www.youtube.com/watch?v=xNQ8OajS188
21/07/2022	Live de Quinta-feira - PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=c_nPQe228Rk
28/07/2022	Live de Quinta-feira - PR Jair Bolsonaro	https://www.youtube.com/watch?v=uGKoMoOf9Dw
02/08/2022	Rádio Guaíba - Porto Alegre /RS	https://www.youtube.com/watch?v=m8SUrnD8Y0g
01/09/2022	PR JAIR BOLSONARO FALA À NAÇÃO - LIVE DA SEMANA	https://www.youtube.com/watch?v=Z_iSfZt2UrY
07/10/2022	Live - Belém/PA	https://www.youtube.com/watch?v=50dAz1Y5buI
22/10/2022	Live da Liberdade com Neymar Jr. (Parte 1)	https://www.youtube.com/watch?v=zDuOoyhyN-4&t=2292s

23/10/2022	Live da Liberdade - (Parte 2)	https://www.youtube.com/watch?v=wGpTY8GH568&t=23209s
------------	-------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria

Alguns dos pontos em disputa entre governo e entidades ou outras formas de organização da sociedade ensejaram a participação do Ministério Público Federal (MPF) como órgão decisivo para representar os interesses do Estado. No Quadro 8, reunimos as principais ações envolvendo o MPF sobre universidade no período, e que tiveram destaque entre as entidades representativas.

Quadro 8: Principais interações com o Ministério Público Federal na disputa sobre a universidade no Governo Bolsonaro (2019/2022)

Assunto	Ação ou recomendação do MPF	Data
Portaria 34 da Capes	Recomenda que a Capes revogue a Portaria 34/2020, que mudou o critério para concessão de bolsas de pós-graduação.	31/03/2020
Posse reitora UFRSA	Ação Civil Pública movida pelo MPF pede anulação da posse de reitora da Ufersa, que ficou em último na lista tríplice	25/9/2020
Declaração de Abraham Weintraub sobre as universidades	Processa Abraham Weintraub por improbidade administrativa, devido a reiteradas declarações do ministro sobre as universidades públicas brasileiras, afirmações dolosamente incorretas ou distorcidas com propósito de desacreditar o serviço prestado por essas instituições de ensino.	10/5/2021
Manifestações políticas nas universidades	MEC enviou para as universidades a Recomendação nº 133/2019 do Ministério Público Federal para prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino	4/3/2021
Manifestações políticas nas universidades	MPF cobra explicações do MEC sobre ofício que censura manifestações políticas nas Ifes, distribuído a Recomendação nº 133/2019	4/3/2021
Manifestações políticas nas universidades	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão recomendou ao MEC que se abstenha de editar qualquer ordem que vise prevenir ou punir atos “político-partidários” nas instituições federais de ensino	10/3/2021

Fonte: Elaboração própria

No quadro 9, a seguir, reunimos as principais mobilizações e manifestações de resistência organizados pelas entidades representativas. Observamos que apesar de nosso levantamento estar focado nas mobilizações envolvendo Andes, Fasubra, ANPG e UNE, outra organização pode estar na liderança de alguma das atividades. Optamos por destacar, juntamente com as mobilizações específicas do setor da educação, as pautas gerais que

estiveram no centro da atuação das entidades e que se vinculavam nas chamadas “à luta pela Educação”: Reforma da Previdência; luta pela vacina e auxílios na pandemia de Covid-19; a luta contra a Reforma Administrativa; as mobilizações pela deposição de Bolsonaro e Mourão e outras. Todas essas pautas são afetas à universidade e as entidades universitárias levaram bandeiras da educação, do ensino superior e da ciência como elemento mobilizador.

Observamos que, no quadro, o termo “Conjunto” refere-se às entidades monitoradas (podendo incluir outras); “Geral” refere-se a mobilizações envolvendo uma unidade ampla de centrais sindicais, frentes e movimentos sociais; “Servidores Públicos” refere-se a um grupo amplo de entidades representativas desses trabalhadores, incluindo as pesquisadas.

Quadro 9: Principais iniciativas de mobilização social das entidades representativas* (2019-2022)

Entidade(s)	Data	Chamada	Pauta
Geral	22/3/2019	Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Previdência (contra a reforma). <i>Mobilização de vanguarda</i>	Reforma da Previdência
Geral	1/5/2019	Mobilização de 1º de Maio Contra a Reforma da Previdência	Reforma da Previdência
SBPC e ABC	9/5/2019	Pesquisadores e cientistas protestam contra cortes #cienciaocupabrasilia. <i>Ato simbólico</i>	Cortes no orçamento da Ciência e Tecnologia
Conjunto	15/5/2019	15 de maio: Greve Nacional da Educação. Tsunami da Educação. <i>Mobilização nacional massiva</i>	Cortes no orçamento das Universidades
Conjunto	30/5/2019	30 de maio: Dia de Lutas pela Educação. Tsunami da Educação. <i>Mobilização nacional massiva</i>	Cortes no orçamento das Universidades
Geral	14/6/2019	14J Greve Geral: defesa da previdência. <i>Mobilização nacional massiva (aquém do esperado)</i>	Reforma da Previdência
UNE	12/7/2019	Grande Ato da Educação, congresso da UNE em Brasília. <i>Mobilização de vanguarda</i>	Cortes no orçamento das Universidades
Conjunto	13/8/2019	13 de agosto: Greve Nacional da Educação. Tsunami da Educação. <i>Mobilização nacional massiva</i>	Defesa da Educação Pública e contra a Reforma da Previdência – contra projeto Future-se
Conjunto	17/10/2019	Abraço simbólico marca ato em defesa do CNPq. <i>Mobilização simbólica</i>	Contra proposta de fusão do CNPq com a Capes
Conjunto	2 e 3/10/2019	Greve Nacional da Educação – 48h. <i>Mobilização nacional massiva (menor que as anteriores)</i>	Defesa das Universidades e Institutos Federais
ANPG	17/3/2020	Manifesto pela revogação da Portaria 34/2020	Distribuição de

		da Capes (chegou a 178 mil assinaturas)	Bolsas Capes
Conjunto	18/3/2020	18M Greve Nacional da Educação 2020. <i>Ato nacional tornado virtual com pouca antecedência</i>	Defesa das Universidades e Institutos Federais
SBPC e Conjunto	7/5/2020	Marcha Virtual pela Ciência. <i>Ato nacional virtual de vanguarda</i>	Papel da ciência no enfrentamento à Covid-19
Fasubra	3/7/2020	Dia nacional de mobilização em defesa das universidades e seus trabalhadores. <i>Atos simbólicos (distanciamento)</i>	Valorização das Universidades
Geral	10 a 12/7/2020	Jornada de Lutas “Fora Bolsonaro: impeachment já!” <i>Movimento nacional com Plenária Popular Nacional</i>	Impeachment de Bolsonaro – gestão da pandemia de Covid-19
Geral	7/8/2020	Do Luto à Luta: em defesa da vida e dos empregos. <i>Mobilização nacional por pequenos grupos (distanciamento)</i>	Por medidas de proteção social na pandemia de Covid-19
UNE	17/9/2020	Estudantes protestam contra cortes na educação e intervenção na escolha de reitores. <i>Mobilização nacional por pequenos grupos (distanciamento)</i>	Orçamento das Universidades e escolha de reitores
Geral	30/9/2020	Dia Nacional de mobilização contra a Reforma Administrativa. <i>Mobilização nacional de várias categorias por pequenos grupos (distanciamento)</i>	Reforma Administrativa (PEC 32/20)
Fonasefe	10/12/2020	Dia Nacional de Luta contra a reforma administrativa e pela autonomia das IFES. <i>Mobilização nacional de várias categorias por pequenos grupos (distanciamento)</i>	Reforma Administrativa (PEC 32/20) e autonomia das IFES (incorporada como pauta geral)
UNE, ANPG e UBES	30/3/2021	Mobilização estudantil: “Vida, pão, vacina e educação”. <i>Mobilização nacional por pequenos grupos (distanciamento) e nas redes sociais</i>	Medidas de proteção social na pandemia de Covid-19, vacina e educação
Conjunto	19/5/2021	Mobilização contra o PL 5.595/2020. <i>Atos e mobilizações, remotas e presenciais, de pequenos grupos.</i>	Contra lei que definia a educação como atividade essencial na pandemia de Covid-19 (presencial)
Geral	29/5/2021	29M – Dia Nacional de Mobilização “Fora Bolsonaro e Mourão – vacina, pão, saúde e educação” (1º). <i>Mobilizações nacionais e massivas</i>	Impeachment da presidência da República pela gestão da pandemia de Covid-19
Geral	19/6/2021	19J – Dia Nacional de Mobilização “Fora Bolsonaro e Mourão” (2º). <i>Mobilizações nacionais e massivas</i>	Impeachment da presidência da república pela gestão da pandemia de Covid-19
Geral	24/7/2021	24J: Dia Nacional de Mobilização “Fora	Impeachment da

		Bolsonaro” (3º) <i>Mobilizações nacionais e massivas</i>	presidência da república pela gestão da pandemia de Covid-19
Geral	18/8/2021	18A Greve Nacional dos Servidores Públicos e Mobilização “Fora, Bolsonaro”. <i>Greve dos serviços públicos e mobilizações nacionais massivas</i>	Reforma Administrativa (PEC 32/2020)
ANDES	23 a 27/8/2021	Semana de Luta Contra a Intervenção nas IFE	Nomeação de reitores
ANDES	11/9/2021	Campanha de Defesa da Educação Pública. <i>Ação cultural e política com shows transmitidos ao vivo.</i>	Defesa da Educação Pública
MBL	12/9/2021	Mobilização Fora Bolsonaro. <i>Mobilização nacional com atos esvaziados</i>	Impeachment da presidência da república pela gestão da pandemia de Covid-19
Geral	2/10/2021	Dia Nacional de Mobilização “Fora Bolsonaro” (4º) <i>Mobilizações nacionais e massivas</i>	Impeachment da presidência da república pela gestão da pandemia de Covid-19
ANPG	16/10/2021	Dia Nacional de Paralisação dos Pós-Graduandos. <i>Protestos em várias cidades, grupos pequenos</i>	Valorização da Ciência
Servidores Públicos	8/12/2021	Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa. <i>Mobilização em várias cidades, pequenos grupos.</i>	Reforma Administrativa (PEC 32/2020)
Conjunto	10/12/2021	Semana em Defesa da Educação Pública e contra os cortes no orçamento. <i>Mobilizações simbólicas em várias cidades</i>	Cortes no orçamento das Universidades
ANPG	9/2/2022	Campanha Nacional de valorização das bolsas Capes e CNPq. <i>Abaixo-assinado com 51 mil assinaturas e atos simbólicos</i>	Reajuste das bolsas de mestrado e doutorado
UNE	16/3/2022	Campanha pela prorrogação da lei de cotas. <i>Site defendoascotas.org.br</i>	Cotas nas Universidades
Servidores Públicos	22/3/2022	Campanha salarial dos servidores públicos. <i>Reunião com representante do governo</i>	Reajuste salarial de 19,9%
Servidores Públicos	28/4/2022	Paralisação “Pela reposição salarial e em defesa da Educação Pública”. <i>Atos simbólicos em várias cidades</i>	Reajuste salarial de 19,9%
Geral	1/5/2022	1º de Maio contra Bolsonaro. <i>Mobilização nacional em várias cidades</i>	Impeachment da presidência da república pela gestão da pandemia de Covid-19
Servidores Públicos	31/5/2022	Dia Nacional de Luta em Brasília. <i>Atos simbólicos</i>	Reajuste salarial de 19,9%
Conjunto	9/6/2022	Mobilização nos estados – Em defesa da educação, contra os cortes no orçamento. <i>Mobilização com atos em diversas cidades</i>	Cortes no orçamento das universidades
Conjunto	14/6/2022	Ocupa Brasília – Em defesa da educação. <i>Ato com passeata em Brasília</i>	Cortes no orçamento das

			universidades
Geral	11/8/2022	Dia do Estudante – Atos em Defesa da Democracia. <i>Mobilização nacional em várias cidades, leitura de carta nas Faculdades de Direitos em defesa da Democracia</i>	Defesa da democracia e eleições
Conjunto	18/10/2022	Dia Nacional de Luta contra o confisco da educação – Decreto 11.216/22. <i>Mobilização universitária nacional em várias cidades</i>	Cortes no orçamento das universidades
Conjunto	8/12/2022	Protestos contra cortes orçamento MEC – Decreto 11.269/22. <i>Mobilização universitária nacional em várias cidades</i>	Cortes no orçamento das universidades
Conjunto	15 e 16/12/2022	Jornada de Luta nas Universidades e Institutos federais contra cortes na educação. <i>Manifestações de variadas formas (debates, panfletagem, coletiva de imprensa)</i>	Cortes no orçamento das universidades

Fonte: Elaboração própria

No quadro 10 relacionamos as principais iniciativas sobre a pauta da universidade que tiveram acionamento e decisão do Supremo Tribunal Federal.

Quadro 10: Temas da universidade em ações no STF com apoiado das entidades representativas (2019-2022)

Requerente	Data	Ação	Avaliação
Procuradoria Geral da República	23/5/2017	ADPF 457: “STF reconhece inconstitucionalidade de lei que proibia discussão de gênero nas escolas, em questionamento sobre Lei n. 1516, aprovada pela Câmara Municipal de Novo Gama (GO) em 2015	Julgamento definitivo favorável ao pedido, finalizado em 27/4/2020
Procuradoria Geral da República	16/10/2018	ADPF 548: “declarar nulas decisões da Justiça Eleitoral em cinco estados que impuseram a interrupção de manifestações públicas, de apreço ou reprovação a candidatos eleitorais, em ambiente virtual ou físico de universidades às vésperas do segundo turno da eleição de 2018.”	Julgamento definitivo favorável ao pedido, finalizado em 15/5/2020
Partido Verde (PV) e UNE	2/10/2020	ADI 6.565 – obrigatoriedade de nomeação do primeiro da lista	STF negou provimento
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	31/12/2021	ADPF 756: STF derruba decisão do MEC de proibir o passaporte de vacina no retorno presencial das universidades	Concedida liminar, [confirmada pelo plenário em 18/2/2022]
Partido Verde (PV)	9/2/2022	ADPF 940 – pede medida cautelar para que a União restabeleça, imediatamente, o repasse dos recursos previstos na Lei Orçamentária de 2022 para universidades federais e Institutos Federais de Ensino Superior (IFES)	Sem decisão

Fonte: Elaboração própria

A seguir explicamos passos metodológicos empregados neste trabalho para dar conta das materialidades aqui detalhadas.

6.2 Apontamentos metodológicos

Consideramos a ideologia a partir das construções de Lukács (2013), como forma sobre a qual os homens tomam consciência, lutam e resolvem seus conflitos. Nessa perspectiva, o conceito e a função da ideologia são integrados, trata-se de ideologia forma de consciência que permite atuar nas disputas, quer seja para a manutenção de tudo como está, quer seja para a sua transformação, não sendo limitada às distinções de verdade e falsidade. A disputa ideológica é entendida como práxis, que se desenvolve em grande parte através de discursos (comunicação verbal), mas também inclui ações político-legislativas, de repressão (uso do poder de Estado para influir e impor comportamentos), de perseguição, de gestão recursos materiais para a reprodução (orçamento) e outros pontos. Para identificar as ideologias, consideramos em primeiro lugar que um governo tem sempre uma direção teleológica, suas práticas (comunicativas e de outras naturezas) procuram interferir nos comportamentos dos demais e solucionar conflitos a partir de determinados interesses. Assim, nos enunciados procuramos indicar marcas que permitissem o reconhecimento do conflito em que determinada formulação que buscava influenciar outros comportamentos estava envolvida e como ela encaminhava uma solução, a partir de quais interesses. Numa disputa como a da universidade, sobressaem-se os interesses de distintas classes que procuram tornar seus conteúdos particulares como universalmente válidos.

Em relação aos procedimentos metodológicos de trabalho com os enunciados, desenvolvemos um operativo que contemplou a ênfase no governo e a amplitude das organizações que atuaram nas disputas e que, ao mesmo tempo, permitiu o estudo qualitativo dos diferentes sentidos. Como vimos anteriormente, para Bakhtin/Voloshinov (2006), toda enunciação possui um caráter dialógico, pois é sempre resposta ao que veio antes e uma preparação ao que virá depois, ocorrendo numa cadeia comunicativa ininterrupta. Até mesmo uma enunciação monológica é produzida para que alguém a compreenda, “é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 99). Toda enunciação, portanto, compõe uma “corrente de comunicação verbal ininterrupta” (Ibid., p. 126), ligada a alguma área de atuação (vida cotidiana, literatura,

conhecimento etc.). A comunicação verbal, bem entendida, está vinculada ao grupo social que a produz, jamais pode ser compreendida isolada deste mesmo grupo e das situações concretas de ocorrência. Para nós, essas premissas teóricas da filosofia marxista da linguagem são o recurso metodológico que permite o estudo dos discursos na disputa concreta de sentido de universidade no governo Bolsonaro, bem como nos auxiliam no reconhecimento das ideologias. As características sociais da situação comunicacional nos remetem às ações comunicacionais como expressões da luta política travada por formas de organização. Pensamos esse processo dialógico não como uma troca simbólica de concordância e acordo mútuo, mas como embates, disputas de sentido. Portanto, a compreensão dos enunciados governamentais da corrente comunicativa ocorre em justaposição conflituosa a respostas dos movimentos universitários de resistência.

Dessa forma, a cada enunciado procuramos marcas que permitissem o reconhecimento de seu sentido determinado socialmente, implicando distintos sujeitos em luta. Assim, buscamos articular diferentes níveis de contextualização da situação de enunciação: a situação da enunciação em si (quem é locutor e o autor, disponível por que meio ou plataforma, a quem se dirige, a que se refere, qual o objeto do discurso etc.); o contexto da disputa de sentido do período analisado, para o qual é necessário localizar o texto/ enunciado no conjunto das manifestações que constituem determinado tema na disputa que analisamos (como se relaciona com a totalidade da disputa e, portanto, do meio social em que surge); e o contexto ideológico mais amplo.

Essa perspectiva abrange também a análise de documentos de políticas educacionais e está em consonância com que Evangelista e Shimora (2019a) apontam ao tratar de pesquisas em política educacional. As autoras afirmam que importa na análise dos documentos explicar a que veio determinada manifestação, qual sua finalidade. Na análise desses materiais é muito importante, segundo as autoras, interrogar e revelar que consenso pretende-se forjar com a repetição de “ideias-força”. Os documentos possuem objetividade, que não se resume à aparência, mas deriva de determinações históricas. “Produzir conhecimentos sobre os documentos é produzir consciência – no caso do tipo de fontes que inquirimos – sobre a hegemonia burguesa.” (EVANVELISTA; SHIMORA, 2019a, p. 90). Portanto, cabe ao analista uma série de ações como “Localizar, selecionar, ler, reler, sistematizar, analisar as evidências presentes nas fontes resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, vinculam-se aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, quais sejam, discutir, elucidar, desconstruir compreensões do mundo.” (Ibid., p. 90). A transformação do processo histórico do tema em conhecimento objetivo envolve, segundo essas autoras, um

“processo histórico de produção desse conhecimento. E se ele é histórico em seu nascimento, determinado pelas relações sociais de produção, nascido no âmbito do conflito entre sujeitos políticos – capital e trabalho” (EVANGELISTA; SHIMORA, 2019b, p. 7).

Com base no material apresentado e nos procedimentos metodológicos, no próximo capítulo passaremos à apresentação das análises realizadas sobre esses materiais, iniciando com o escrutínio dos sentidos propostos em documentos organizativos do governo Bolsonaro: o Plano de Governo e o Discurso de Posse de Bolsonaro. Então, apresentamos enunciados com concepções de universidade, surgidos ao longo do governo, e que ajudam a compreender ideologicamente o sentido das políticas do governo. Após, nos capítulos que seguem, serão desdobradas as políticas do governo e os embates por tema: a) as disputas orçamentárias, incluindo cortes, contingenciamentos, bloqueios etc., bem como reflexos na pesquisa e pós-graduação; b) o projeto do Future-se, programa amplo de reforma universitária abrangendo financiamento, autonomia, prioridade de ensino e pesquisa; c) as nomeações por Bolsonaro de reitores não eleitos pelas comunidades; d) as perseguições ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, operado de diferentes formas, como o incentivo a grupos de patrulha ideológica e o discurso de ódio contra setores da universidade, e pandemia de Covid-19, com embates sobre as aulas e trabalho remoto e as medidas de controle da doença nos espaços universitários.

7 A UNIVERSIDADE PARA O GOVERNO BOLSONARO: DO PLANO DE GOVERNO AO PLANO DE ATAQUE

Neste capítulo analisamos o Plano de Governo e o discurso de posse na Presidência da República como enunciados básicos que projetam sentidos de universidade pretendidos pelo governo Bolsonaro. Na sequência, já como desdobramentos da análise, buscamos apresentar enunciados com caráter de concepção de universidade, cujos sentidos complementam e adensam o que consta nos dois textos iniciais.

7.1 A universidade nos planos do governo Bolsonaro

A subida de Bolsonaro ao comando do Governo Federal, como exposto no capítulo 5, reuniu forças políticas da direita brasileira que o viam como a resposta possível (no estrito dos seus interesses de classe) à crise que o país enfrentava. Diante da necessidade capitalista de prosseguir com as reformas do Estado e o conjunto de retirada e restrições de direitos, Bolsonaro surgiu como projeto viável, a despeito do caráter extremista de suas declarações e do grupo que se formara em torno de sua figura. A partir de uma composição de aliados, o plano de governo que a candidatura apresentou representou uma síntese das políticas que pretendia desenvolver e que refletiam, até certo limite, suas posições para a disputa eleitoral e seu projeto de longo prazo.

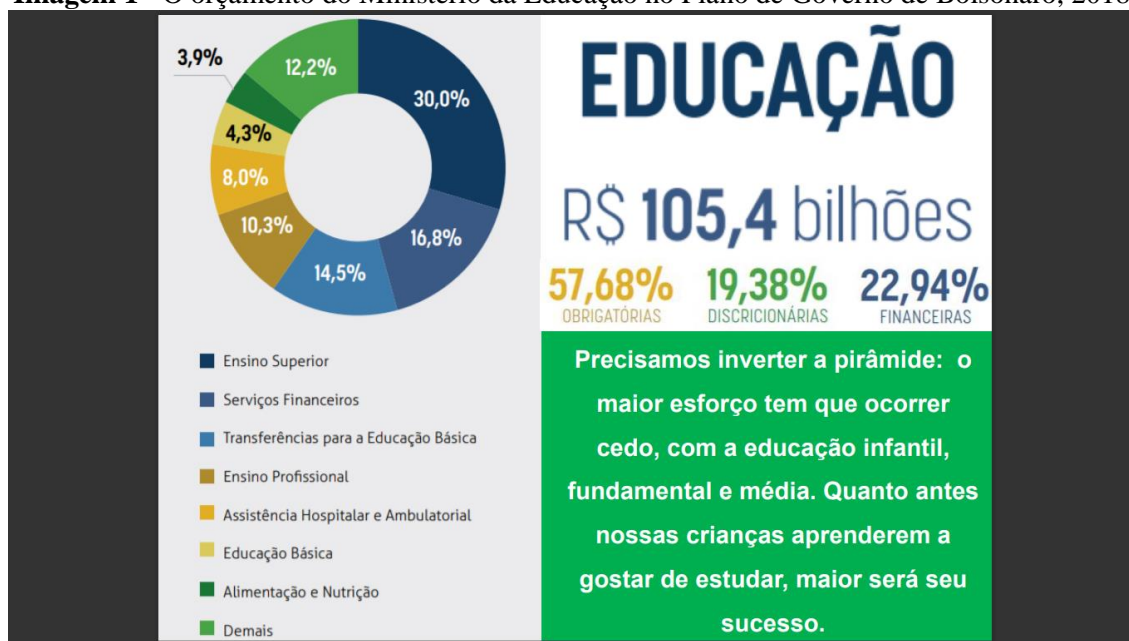
O plano de governo trazia como meta mudanças na alfabetização “expurgando a ideologia de Paulo Freire”, em clara perspectiva ideológica de focar no educador como representante da esquerda na educação. No plano de ação para as universidades, elas aparecem como precisando gerar avanços tecnológicos para o Brasil: “Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa”. (PLANO DE GOVERNO, 2018, s. p.). Surgem no documento, alguns elementos centrais como a busca de recursos no setor privado e a interação com as empresas lucrativas para o realização de pesquisa, bem como a pauta científica voltada ao desenvolvimento de produtos. O Plano aborda a educação a distância, que deve ser vista sem dogmas; faz referência à corrupção na educação, com a qual enuncia ter “tolerância zero”; e diz que melhoraria a educação sem aumentar os investimentos, mas com gestão e eficiência, “sem doutrinar”, invertendo a “pirâmide”, ao investir mais nos níveis fundamentais e técnico do que no ensino superior (Imagem 1); por fim, reforça a prioridade em todos os níveis educacionais menos o

superior. No enunciado a seguir temos esses sentidos, com destaque para a “doutrinação” e a “ideologia de gênero”:

A EDUCAÇÃO TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR com o valor que o Brasil já gasta! [...] Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso **péssimo desempenho** educacional. [...] “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, **SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE**. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.” (PLANO DE GOVERNO, 2018, s. p. – destaques do autor)

Para inovação, ciência e tecnologia, o modelo que se encontrava nas universidades estaria esgotado, devido à “estratégia centralizada, comandada de Brasília e dependente exclusivamente de recursos públicos” (Ibid., s. p.). O Plano faz a defesa do que chama de “estratégia descentralizada”, com “hubs” locais, em que cientistas das universidades “são estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos [...] Nossa intenção é criar um ambiente favorável ao empreendedorismo no Brasil.” (PLANO DE GOVERNO, 2018, s. p.). A proposta valorizaria os talentos do país e atrairia estrangeiros, ao passo que o empreendedorismo deveria ser ensinado em todos os cursos. “O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro.” (Ibid., 2018, s. p.). A militarização da educação e da saúde é colocada como importante, com ênfase nas áreas remotas e fronteiriças.

Imagem 1 - O orçamento do Ministério da Educação no Plano de Governo de Bolsonaro, 2018.



Fonte: Plano de Governo (2019)

No discurso de posse na Presidência da República, no Congresso Nacional, em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro fez referências importantes à pauta educacional, como o combate à “ideologia de gênero”, e destacou o respeito às tradições “judaico-cristãs”, a valorização da família e a unidade do povo. Falou, ainda, em boas escolas, “capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política” (DISCURSO DE POSSE, 2019). Vê-se nesses pontos a presença das pautas e teses do Movimento Escola sem Partido e da perspectiva do “marxismo cultural”. Bolsonaro enfatizou a economia de mercado e a eficiência como marcas da condução econômica que planejava, e afirmou que “o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados” (DISCURSO DE POSSE, 2019), comprometendo-se com o ajuste fiscal.

Percebe-se, portanto, na perspectiva que o governo apresenta, três linhas mestras que guiam sua posição inicial para tratar das universidades, em particular, e em certo sentido a educação e dos serviços públicos, de modo geral. Por um lado, o que poderia ser chamado de “combate à doutrinação” e, por outro, o “controle dos gastos”, passando ainda pela “priorização dos níveis fundamental e técnico” do ensino. Todos estão articulados já no nascedouro do governo. Esses indícios remetem à formulações do neofascismo (marxismo cultural), do neoliberalismo (fiscalista) e que dizem respeito ao reforço do caráter dependente da economia brasileira. Uma gama de desdobramentos estão aí contidos, como as táticas do

movimento Escola sem Partido, a defesa do empreendedorismo junto com o gerencialismo (gestão) e a abstrata priorização da educação fundamental.

As formulações do plano e do discurso de posse se inserem na estratégia dos grupos de extrema direita chamada por eles de “guerra cultural” (PUGLIA, 2018; CALIL, 2021a; LEHER, 2021). Essa perspectiva nos permite reconhecer o desdobramento de um plano de ataque (guerra) a partir do plano de governo. A estratégia geral de ataque e desqualificação da universidade pública federal teve implicações muito importantes para a disputa da universidade que se deu nos quatro anos de governo. De modo a possibilitar o estudo e apresentação da atuação do governo e da resistência oferecida por forças que defendiam projetos diferentes de universidade, dividimos a exposição em duas vertentes da atuação do governo que chamamos de valoração negativa da universidade e políticas de contrarreforma. Essa divisão ocorre a partir do desdobramento da noção de ideologia como “tomada de consciência” e “veículo de luta”. A valoração negativa corresponde a uma tomada de consciência, enquanto as políticas desdobram-se da ideologia como veículo de luta, ambos por parte do governo.

Essas duas linhas, separada para exposição, operaram de modo articulado e combinado. A valoração negativa não teria o peso ideológico isolada das políticas, das quais é constitutiva, não sendo algo externo sobreposto aos fatos. O mesmo se diz sobre a operação das políticas de contrarreforma, como práxis, conjunto teórico-prático, elas envolvem supressão e eliminação da subvenção pública, da autonomia universitária, da liberdade acadêmica, sustentadas pelas construções ideológicas e discursivas de valoração negativa.

7.2 Valoração Negativa como conformação do inimigo

O combate do governo Bolsonaro contra as universidades federais envolveu uma gama de ações discursivas, legais, repressivas, administrativas e financeiras, efetivadas ou tentadas, diretamente operadas ou por estímulo a terceiros, com vistas a modificar seu sentido social. Nesta seção, tratamos de um elemento central dessa relação de enfrentamento do governo ante as universidades: os sentidos de valoração negativa atribuídos à universidade nos enunciados governistas. Nas próximas subseções analisamos esses sentidos com caráter de concepção abrangente nos enunciados do governo.

7.2.1 A universidade ideologizada: “marxismo cultural”

Expressões como “retórica marxista”, “ideologia de gênero”, “tresloucada onda globalista”, “pensamento gramsciano” foram o centro do discurso de Ricardo Vélez na transmissão de cargo de ministro da Educação em janeiro de 2019. Velez afirmou essas concepções como destruidoras dos “[...] valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras, a família, a igreja, a escola, o Estado e a pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social” (VÉLEZ, Youtube, 2/1/2019)⁴¹. O ministro apresentou, ainda, como sua tarefa primordial o combate ao “marxismo cultural”: “Combateremos com denodo o marxismo cultural, hoje presente em instituições de educação básica e superior. Trata-se de uma ideologia materialista alheia aos nossos mais caros valores de patriotismo e de visão religiosa do mundo.” (VÉLEZ, Posse, 2/1/2019). As inspirações “liberal-conservadoras” anunciadas pelo ministro para as propostas educacionais seriam Antônio Paim e Olavo de Carvalho.

Em entrevista à revista *Veja*, Vélez comentou sobre sua relação com Olavo de Carvalho, dizendo que havia participado de almoço com alguns discípulos de Carvalho e que eles o tratavam como “ministro”, ainda no processo de transição, após eleição de Bolsonaro em 2018. “O Olavo indicou o meu nome.” (VÉLEZ, *Veja*, 1/2/2019). O presidente Bolsonaro teria lhe incumbido de combater “o problema do marxismo no MEC”:

A primeira pergunta que me fez o presidente: ‘Vélez, você tem faca nos dentes para **enfrentar o problema do marxismo no MEC?**’. Eu disse: ‘Presidente, **é o que eu faço há trinta anos**’. Eu como professor de universidade pública, fui marginalizado na concessão de bolsas de doutorado e pós-doutorado. Nunca consegui uma bolsa por causa do aparelhamento do MEC pelos petistas. (VÉLEZ, *Revista Veja*, 1/2/2019 – destaque nosso).

Durante a posse de Abraham Weintraub, segundo ministro da Educação (abr. 2019 – jun. 2020), o presidente Bolsonaro afirmou que a qualidade das escolas públicas caiu ao longo dos anos, que em sua geração as escolas eram referência de boa educação, o que gostaria que retornasse⁴². A tentativa de esterilizar e censurar a educação pública e impor, com isso, a perspectiva do governo, apareceu em momentos desse evento, quando Bolsonaro afirmou: “Nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política como é atualmente,

⁴¹ As referências ao material que integra o *corpus* deste trabalho serão atribuídas apenas no corpo do texto, incluindo o autor, o local que estava e a data.

⁴² O discurso de Bolsonaro, baseado em um senso comum amplamente difundido de que a escola era melhor em décadas passadas, não considera os níveis de acesso à escola no Brasil da década de 1960. De acordo com o IBGE, em 1940 mais da metade da população brasileira era analfabeta, e a taxa de escolarização era de 30%, enquanto que, atualmente, 94,6% das crianças frequentam as escolas e os analfabetos contam 12% (IBGE, 2007).

dentro das escolas, mas comece realmente a aprender coisas que possa realmente levá-la pro espaço, no futuro.” (BOLSONARO, Youtube, 9/4/2019).

Assim como foi uma figura importante para Vélz chegar ao ministério, Olavo de Carvalho apareceu também nas inserções de Weintraub, por exemplo, em 29 de abril de 2020, quando o ministro o felicita pelo aniversário no Twitter, apontando-o como “ser um livre pensador e ter a coragem de lutar pela liberdade!” (WEINTRAUB, Twitter, 29/4/2020). A dominação de esquerda nas universidades, nas falas de Weintraub, levava a uma perspectiva ideológica sobre a ciência que pretendia “acabar com a família” e que utilizava os jovens como “massa de manobra”. A seguir apresentamos alguns enunciados de Weintraub, em diferentes momentos do período em que esteve como ministro, para demonstrar essa perspectiva:

Para quem conhece Universidades Federais, perguntar sobre tolerância ou pluralidade aos reitores (ditos) de esquerda faz tanto sentido quanto pedir sugestões sobre doces a diabéticos. (WEINTRAUB, Twitter, 1/5/2019).

Educação não deveria ter ideologia. Isso eu falava na faculdade, porque eu me deparava muito com esse debate. [...] Hebert Marcuse, da Escola de Frankfurt falava que a ciência é burguesa. [...], que a matemática é burguesa, que a biologia é opressora. Aqui é o templo da ciência e a ciência não pode ter dogmas. (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019 - destaque nosso).

Por incrível que pareça, você tem um movimento muito grande nas universidades que é baseado na Escola de Frankfurt, onde você tem o Herbert Marcuse, que fala abertamente: ‘a ciência burguesa’. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019).

Existe uma doutrinação muito grande, existe uma utilização de jovens como massa de manobra. O foco é muito bem pensado. São jovens que já têm capacidade física de ir pruma manifestação, de ir pruma avenida grande, paralisar, mas ainda não têm maturidade intelectual pra notar que estão sendo manipulados. [...] Então, você vê nitidamente o esforço muito grande de investir entre aspas - existem bons investimentos e maus investimentos - nessa estrutura que é facilmente cooptados que não atende o grosso da população. [...] Assim, por que não foi investido nas creches, na pré-escola? Porque creche perto da escola não faz parte dessa estratégia, **é muito cedo para começar doutrinar e criança em creche ou na pré-escola não vai pra avenida queima pneu.** (WEINTRAUB, Jornal Cidade Online, 23/11/2019 - destaques nossos).

[...] **na bíblia dos caras, que é o Das Kapital,** O Capital do Karl Marx, várias e várias vezes está escrito **‘precisamos acabar com a família,** para nós mudarmos a sociedade, nós precisamos quebrar a espinha dorsal que é a família’. (WEINTRAUB, O Brasil precisa saber, 20/2/2020 - destaques nossos).

Eu encontrei um MEC, que é talvez o paradigma do resultado desse trabalho totalitarista, esquerdófilo, que vem sendo implantado no Brasil há muitos e

muitos anos. Não começou nem, não começou com o PT, não começou com o Fernando Henrique. Eu vou dizer, **isso começou no final do regime militar**. Eu acho que os militares cometeram esse erro de não se preocupar com a visão da ideologia, do conteúdo, dos valores, eles foram lá e (...) de não perceber a guerra, que realmente tava sendo travada [...]. **Doutrinação, ignorância, erosão de valores clássicos, ocidentais, desconstrução da família**. Tudo isso tá sendo, tá sendo amalgamado e o MEC é o epicentro.” (WEINTRAUB, Brasil Sem Medo, 16/3/2020 - destaques nossos).

Terceiro e mais longo ministro da Educação no governo Bolsonaro, Milton Ribeiro (jul. 2020 – mar. 2022) também enfatizava a doutrinação nas universidades e a associava à formulação do “marxismo cultural”. Os enunciados a seguir expressam esse sentido verbalizados por Ribeiro, ao longo de sua passagem pelo governo:

[...] a escola pública brasileira hoje é, de uma maneira, entre aspas, muito ‘sábua’, **foi aparelhada pela esquerda, que nós, que temos uma visão mais pragmática de vida e tal, nós não atentamos para aquilo que nós chamamos de marxismo cultural**. E eles entraram, eles acharam e viram que dava certo um investimento a médio e longo prazo e fizeram isso (RIBEIRO, Opinião no ar, 2/8/2021 - destaque nosso).

Porque para mim, Augusto [Nunes, apresentador], educação não tem partido, por isso que eu não tolero, não tolero nem que e a universidade se torne um comitê político de esquerda, mas também não quero de direita. [...] Vamos estudar, cada um tem a sua opção, tem o seu caminho, tem a sua visão de mundo, mais umas, **se a gente conseguir tirar isso que foi colocado propositalmente como que numa ideia quase de um marxismo cultural dentro das universidades públicas**, sem tirar isso aqui e deixar o equilíbrio, também eu falo isso, eu acho que não podemos ter ali um comitê de direita, nós temos que ter essa neutralidade cada um respeitando. (RIBEIRO, Direto ao Ponto, 23/8/2021 - destaque nosso).

[...] **me deixasse a universidade um campo mais neutro e que parasse com essa tentativa de proselitismo que existe hoje, sobretudo da esquerda no país**. E isso aí também é uma coisa que me aflige muito é... que o menino sai de casa, depois ele volta pra casa, sobretudo em escolas públicas, com a cabeça virada e voltada, é impressionante. (RIBEIRO, Câmara, 8/9/2021 - destaque nosso).

Ministro que ocupou o cargo de março a dezembro de 2022, Victor Godoy lançou mão dessa perspectiva, afirmando que a esquerda dominava as universidades e que era agressiva com docentes que pensavam diferente, que acabavam se retirando dos espaços de decisão das universidades.

Isso explica um pouco **o porquê que essa visão mais de esquerda em algumas universidades tomou conta** porque, por exemplo, aquele professor mais de centro, centro-direita, quando ele ia participar desses do comitê universitário, do Conselho Universitário, muitas vezes, ele era sim, ele é atacado. Então ele falava assim ‘eu vou ficar aqui sendo agredido sendo

ofendido? Eu não, vou dar minha aula, vou cuidar do meu curso'. E aí acabou deixando espaço, então, a gente não ocupou esses espaços também nas estruturas de governança das universidades (GODOY, Cara a Tapa, 10/10/2022 - destaque nosso).

A tese de que, no governo (na Ditadura) militar, houve pouca atenção às universidades, o que permitiu a infiltração da esquerda nesses ambientes é reiterada. Trata-se de uma falsificação histórica, pois, como abordado no capítulo 3, nesse período, as universidades sofreram severas perseguições, com expurgos e aposentadorias compulsórias de professores (RIBEIRO, 1969; LEHER, 2021), além da instituição de censura dentro das administrações centrais. Godoy reiterou esse sentido, como se observa nos enunciados abaixo:

Tem, tem um movimento que, que vem, que acontece já há muito tempo, né, ainda lá, **dentro do governo militar, que houve, assim, assim uma construção de algum direcionamento, de algumas filosofias, dentro da formação, né, das universidades, que tem uma, um viés mais voltado para a esquerda**, então, a própria bibliografia, às vezes, que você procura em educação os autores são muito, muitos autores que têm um pouco essa visão mais para esquerda. Isso naturalmente acaba levando um dos lados que existe no mundo para a formação, então, o que falta, muitas vezes, essa contraposição, né. [...] e, veja que a direita, ela demorou para acordar, né, no Brasil e no mundo de uma certa forma, e a esquerda é aquela coisa né, a gente sabe o que, que a esquerda não funciona em lugar nenhum no mundo. [...] O comunismo, socialismo é isso: a propaganda é linda, vende o mundo de fantasia que na prática é um desespero, na prática é um desespero. (GODOY, JosiTV Podcast, 27/10/2022 - destaque nosso).

Ainda para Godoy, haveria cursos que não sofreram essa influência, que são positivados, como as engenharias, ao contrário da maior parte que estaria dominada pela esquerda.

[...] eu escuto muito, assim, o lado que o pessoal fala muito da Universidade pelo, pelo viés negativo, né, da universidade pública. Mas você tem um lado bom da Universidade muito, muito bonito do trabalho que é feito. Você **tem cursos que não têm essa parte da militância**, da ideologia. Você pega curso de engenharia, ensino superior mesmo, superior. (GODOY, +1 podcast 7/10/2022 - destaque nosso).

[A doutrinação] é um assunto que a gente sabe que acontece. Universidade, pelo próprio nome diz, né? A universalidade, né? Universal, você tem que ter todos os tipos de pensamento" [...] "ele [Alexandre Garcia, jornalista] tava dando uma palestra numa universidade federal sobre o jornalismo estava dizendo isso [separação entre fato e opinião] e disse que o professor interrompeu e falou o seguinte: 'aqui eu ensino meus alunos a serem militantes ideológicos combatentes do *status quo* opressor' (GODOY, Cara a Tapa, 10/10/2022).

[...] o que que a gente precisa, enquanto sociedade, começar a entender que hoje a informação ela, ela tem acesso livre. Então se espera, né que um

estudante universitário, que já é praticamente um adulto né, formado, já tem suas concepções sobre a vida, que ele tenha a condição de olhar e falar: ‘bom, será que isso que o professor tá me falando aqui é a única visão de mundo? Será que eu concordo com isso? Será que eu não concordo?’ [...] então o que eu acredito é que nós estamos passando por um momento de uma compreensão diferente da informação. Antigamente a imprensa era dona da informação, o que ela quisesse falar ela falava, as pessoas não tinham como comprovar ou não comprovar aquilo. Hoje nós temos várias fontes e o que a gente precisa desenvolver, e aí volta, tudo volta, você vê que tudo volta para base da educação, é o pensamento crítico (GODOY, Cara a Tapa, 10/10/2022 - destaque nosso).

O “marxismo cultural”, citado textualmente ou através da afirmação de suas teses, fez parte das enunciações de Bolsonaro e de todos os ministros que lideraram o MEC. O filho de Jair Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro, apontado como um dos responsáveis por aproximar o pai a Olavo de Carvalho, como afirmamos no capítulo 5, reiterou esse sentido nos momentos em que apareceu no material que coletamos. Eduardo Bolsonaro participou de transmissões no canal do presidente ou de interação com o ministro Abraham Weintraub.

É um dos ministros que mais ajuda o governo, não só na pasta onde ele é o chefe, que é a pasta de educação, mas **também tá ajudando nessa revolução cultural, nesse momento em que o Brasil tá passando de quebrar a hegemonia da esquerda também dentro das universidades**, da internet, enfim, naqueles lugares em que eles dominam e não permitem que seja feito nenhum tipo de debate, não permitem que sejam ambientes democráticos. (BOLSONARO, Eduardo, O Brasil precisa saber, 20/2/2020 - destaque nosso).

Essa concepção de universidade como espaço de doutrinação de esquerda foi reafirmado por empresários bolsonaristas. Incluímos nesse levantamento a fala do empresário e notório apoiador de Bolsonaro, Luciano Hang, representando segmentos da burguesia (no seu caso, comercial importadora) que lastrearam o governo. Hang, no discurso de inauguração de uma loja em Santa Maria - RS, dia 12/11/2019, que teve o repúdio de entidades representativas, seguiu as pegadas do governo em sua fala sobre a universidade:

As pessoas que irão para as universidades federais, prefeito, lamentavelmente, eram e **são ainda, doutrinados para serem zumbis**, pra trabalhar dentro do governo pra atrapalhar a iniciativa privada, pra ser contra o empreendedor, pra ser contra quem gera emprego nesse país. [...] Eu, Luciano, não colocaria o meu filho na universidade federal, porque você pode educar o seu filho e quando ele volta, **ele volta um comunista, não quer trabalhar e quer atrapalhar quem faz. Não gosta de trabalhar e não gosta de quem trabalha**. (HANG, TV Cachoeira, 12/11/2019 - destaques nossos).

Na transmissão ao vivo pelo canal do Youtube, em 2 de outubro de 2022, poucos dias antes do segundo turno das eleições presidenciais, chamada de “Live da Liberdade”, vários convidados enfatizaram a presença do “marxismo cultural” nas universidades federais. Dias antes havia ocorrido protestos pelo desbloqueio de verbas para as universidades. A perspectiva da doutrinação esteve presente em falas de Eduardo Bolsonaro, do ex-jornalista da Jovem Pan, Adrilles Jorge, e do ex-presidente da Fundação Palmares, Jorge Sérgio Camargo.

[Eduardo Bolsonaro:] Eu fui descobrir que existe outro mundo quando eu saí da Universidade. Porque realmente eu fiz fichamento de Karl Marx, lia Foucault, Boaventura e tal. Aí eu fui descobrir que existe Hayek, até Olavo de Carvalho, **eu acho que o Olavo de Carvalho foi a principal bibliografia pra não ser um idiota**” (BOLSONARO, Youtube, 23/10/2022 - destaque nosso).

[Eduardo Bolsonaro:] **A esquerda, ela começou a tomar o poder pelas universidades nos anos 60 né, com o Paulo Freire, um repeteco ali do Gramsci.** Então, nos anos 60 as universidades, depois, sindicato, judiciário, política, meio cultural principalmente (BOLSONARO, Youtube, 23/10/2022 - destaque nosso).

[Jorge Adrilles:] Quando eu fiz faculdade de comunicação todos os autores que eu li, todos, sem exceção, eram marxistas. [...] ‘Não tem solidariedade de jornalistas amigos em relação ao que está acontecendo por exemplo com a Jovem Pan?’ Não tem por uma questão que é a seguinte: as faculdades de comunicação, as quais eu fiz, que eu fiz PUC lá em Minas Gerais, **elas são centros hoje, Eduardo, de doutrinação.**” (BOLSONARO, Youtube, 23/10/2022 - destaque nosso).

[Sérgio Camargo:] [...] aparelhamento já bastante prolongado né, da historiografia, da sociologia, da antropologia, das disciplinas de humanidades né? Então **as pessoas já saem da Universidade com essa mentalidade produzida aí pelo marxismo cultural** que vê a sociedade dividida entre oprimidos e opressores, entre privilegiados e vítimas (BOLSONARO, Youtube, 23/10/2022 - destaque nosso).

Essa perspectiva foi endossada pelo presidente em algumas ocasiões, como na transmissão de 23 de julho de 2020, pelo Youtube, em que Bolsonaro apresenta o seguinte enunciado:

Eles dominaram a educação, desde lá o período militar, não é de agora não, teve uma falha no período militar lá atrás, deixaram dominar, muita coisa voltada pra humanas, a parte técnica ou matemática quase que num segundo plano, um gasto enorme com a educação no Brasil⁴³, em especial no ensino universitário. (BOLSONARO, Youtube, 23/7/2020)

⁴³ Em estudo sobre a destinação de recursos do CNPq entre as grandes áreas do conhecimento, Ribeiro et al. (2020) demonstram que sendo linguística, letras e artes; ciências humanas e ciências sociais aplicadas são as áreas que recebem menos recurso para o desenvolvimento de pesquisa, enquanto que a destinação prioritária recai sobre exatas, agrárias, engenharias, biológicas e da saúde.

A infiltração comunista que ocorreria a partir do “marxismo cultural” são construções fantasiosas associadas à caracterização do bolsonarismo como neofascista. Já no governo, essas sínteses seguem funcionando para lidar com as disputas da universidade.

Outro dos sentidos que construíram a valoração negativa da universidade envolveram a oposição discursiva entre os níveis de ensino, em que o superior foi colocado como antagonista da ampliação de verbas para o ensino básico.

7.2.2 A oposição ensino básico versus ensino superior

Ricardo Vélez abordou a priorização da educação básica em oposição à superior, referindo-se à pirâmide de investimentos exposta no Plano de Governo, onde são apresentados os investimentos do MEC como direcionados ao ensino superior para defender uma inversão nos investimentos, sem que sejam feitos novos aportes. “[...] precisamos inverter o triângulo da educação **hoje o ensino superior tem preferência orçamentária**⁴⁴ **sobre a educação básica, isso precisa mudar** não é rápido não é fácil, mas precisamos dar os primeiros passos” (VÉLEZ, Senado, 26/2/2019 - destaque nosso).

A priorização da educação básica em detrimento da superior apareceu na posse de Abraham Weintraub como ministro, em que destacou a relação entre os investimentos em educação e o resultado em avaliações internacionais, notadamente o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA. Weintraub relacionou à ciência econômica a regra de escolher o destino de recursos limitados, e haveria um pacto para priorizar a primeira infância (WEINTRAUB, Twitter, 25/6/2019). Ainda que as falas não o explicitem, cabe o complemento ocultado, a priorização seria “em detrimento do ensino superior”, pois, uma vez que há limitação do montante orçamentário (que inclusive não diz fazer esforço para ampliar), a repartição de um pedaço maior para um implica diminuição dos demais.

⁴⁴ A afirmação de que o nível superior de educação tem prioridade na aplicação de recursos distorce a responsabilização de cada um dos entes federados na sustentação da educação pública brasileira. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação fundamental é responsabilidade prioritária dos municípios, enquanto o ensino médio é prioridade dos estados, ao passo que a União aporta recursos complementares. Não se coloca em dúvida a necessidade de mais recursos para todos os níveis educacionais do país, com vistas a melhorar a qualidade, contudo, na medida em que o sistema universitário público está na alçada do Governo Federal, com as universidades federais, e a União não atua de modo amplo nos outros níveis educacionais, as universidades consolidam-se como a destinação da maior parte dos recursos do MEC. Todavia, essa divisão, como afirmamos neste trabalho, não é verdadeira, pois os níveis educacionais se complementam, haja vista, por exemplo, a atuação das universidades na formação de professores.

Os recursos futuros vão ser direcionados para: cursos de graduação ou para pré-escola ou para a educação básica? Aqui eu trago uma informação pra você que vai pagar por tudo isso, você que é o pagador de imposto: o aluno numa graduação custa 30 mil reais por ano; um aluno em uma creche custa 3 mil reais por ano. Pra cada aluno de graduação que eu coloco pra faculdade, eu poderia trazer 10 crianças pra uma creche, crianças que são muitas vezes mais humildes, mais pobres, mais carentes e que hoje não têm creche pra elas. O que você faria no meu lugar [silêncio]? (WEINTRAUB, Twitter, 30/4/2019).

Ao colocar lado a lado e em oposição, ensino básico e ensino superior, Weintraub captura um elemento constante na avaliação de senso comum no país, de que a qualidade das escolas básicas não é adequada e sugere uma escolha não muito difícil de se fazer. Assim, a precarização da escola pública serve de amparo para um ataque ao ensino superior, uma vez que este se torna o algoz daquele, pois cada centavo destinado a um é retirado do outro. Lançando mão de números e estatísticas de forma reiterada, Weintraub atribui ao valor despendido com as universidades a falta de recursos para a educação básica, somente sendo possível atender as necessidades desta retirando daquelas.

Vejamos alguns enunciados em que o ministro apresentava esse sentido de disputa por recursos entre os níveis educacionais do setor público:

[...] pra gente conseguir colocar 50% das crianças brasileiras na creche, que essa é a meta, nós teríamos que gastar três bilhões de reais por ano, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, só umazinha custa três bi e meio por ano. A Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal de São Paulo, **tem um monte de universidade no Brasil que custam mais do que três bi por ano, uma única dessas universidades seria suficiente pra colocar 50% dos alunos em creche no Brasil.** (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 4/7/2019).

Eu, com 3 bilhões de reais por ano, **custo anual 3 bilhões eu boto 1.7 milhão de crianças e em creche e pré-escola.** Três bilhões de reais por ano, é o orçamento de uma das dez maiores federais são... do Brasil. Tem dez universidades federais no Brasil, que se elas, sei lá, **se eu tivesse o orçamento delas disponível eu punha o que a gente precisa colocar na pré-escola.** (WEINTRAUB, É notícia, 17/9/2019 - destaques nossos).

[...] **eu tenho sofrido críticas porque eu falo que a educação tem que ser prioritária pra creche e pra pré-escola e não pra universidade federal.** Não é que vamos acabar, vamos manter. Cada universidade federal dessas grandes custa mais de três bi por ano, três bi. A gente tem 69 universidades federais no Brasil, quase 70, com uma dela, a gente põe todas as crianças na creche e na pré-escola. (WEINTRAUB, Twitter, 7/10/2019 - destaques nossos).

Ao Congresso, com dois meses de ministério, Milton Ribeiro afirmou que suas prioridades seriam a “educação das crianças, sobretudo, os anos iniciais, e também a questão

do ensino profissionalizante”. A priorização desses níveis educacionais ocorria em detrimento do ensino superior. Esse é o sentido proposto pela metáfora utilizada da construção de uma casa, que se inicia pelo alicerce e não pelo telhado: “[...] ninguém começa uma obra, agora eu falo em termos genérico, pelo telhado, e que governos passados encheram o Brasil de universidades só que abandonaram o alicerce” (RIBEIRO, Senado, 17/8/2021).

O Brasil teria investido em demasia e sem planejamento no ensino superior e o resultado alcançado seria insuficiente, pois as universidades foram implantadas “de uma maneira festiva”, como declarou Ribeiro, em entrevista:

[...] o número de universidades federais, que, nas últimas gestões, nos últimos governos, **foram implantadas de uma maneira festiva**. Havia muito dinheiro, é claro, a economia estava caminhando muito bem [...] nós temos uma série de universidades federais que elas estão passando e vão passar mais dificuldades porque, porque o cobertor é curto, a gente não tem como atender. (RIBEIRO, CNN Brasil, 18/8/2020 - destaque nosso).

Ao fazer a casa pelo telhado e não cuidar do alicerce, nas palavras do ministro, a expansão no ensino superior teria sido responsável pelos problemas do ensino básico.

O ministro Victor Godoy utilizou como referência um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴⁵ que apontava que o Brasil não investiria pouco em educação, mas que esses recursos estariam direcionados equivocadamente para o ensino superior, em posição que reitera a inversão da pirâmide do Plano de Governo. Nos enunciados em sequência, esse sentido é apresentado:

[...] a gente gasta muito mais ensino superior do que a educação básica e quando a gente olha a própria Educação Básica a gente gasta desigual. (GODOY, Pânico Jovem Pan, 29/9/2022).

[...] o problema da, hoje... **o Brasil tem sim altos níveis de investimento em educação, né?** Isso não é uma lenda, isso é verdade. A OCDE sempre aponta que **o problema é que o Brasil investe muito mais no ensino superior do que na Educação Básica**. Quando você pega o investimento por matrícula, na educação superior, chega a ser oito vezes mais do que se investe na Educação Básica (GODOY, Câmara, 14/12/2022 - destaques nossos).

⁴⁵ O ministro não fez referência ao ano do relatório citado. O documento da OCDE “Education at a Glance 2017” aponta os investimentos dos países membros da organização e outros (incluindo o Brasil), em que se observa que o Brasil investe menos que a média da OCDE em ensino superior, considerando o gasto por aluno, por ano, em paridade do poder de compra (ppp): \$ 11.666 ante \$ 16.143 (OCDE, 2017). O mesmo ocorre no ensino básico (fundamental e médio), em que o país investiria aproximadamente 3,8 mil, enquanto a média da OCDE é de 8,7 mil dólares. O mesmo relatório apresenta o Brasil como sendo o país com o menor percentual de graduados entre 25 e 64 anos. Dessa forma, ainda que o relatório venha a afirmar que os recursos sejam destinados sobremaneira ao ensino superior, fica evidente que ainda poderiam ser considerados insuficientes tais recursos para o ensino superior.

Nos enunciados apresentados nesta subseção conforma-se a universidade surge como inimiga, a partir de uma defesa em abstrato da educação básica, como forma de captura de um senso de amplo lastro de que esses níveis iniciais carecem de recursos. Como país dependente, o Brasil não conseguiu universalizar a educação de qualidade no nível básico, enquanto o ensino superior é factível com uma parcela minoritária da população. Ambas as construções históricas são faces da mesma moeda de reforço e reprodução do padrão dependente, de modo que os sentidos de rivalidade entre níveis educacionais têm essa dimensão “dependentista”.

7.2.3 O diagnóstico neoliberal da universidade brasileira

No diagnóstico dos problemas a serem enfrentados pelas universidades, em que há valoração negativa, aparecem números que exemplificariam a falta de critério (mercadológicos) na aplicação de recursos, ineficácia da gestão pública e a baixa produtividade dos professores, resgatando a formulação do servidor público “marajá”, responsável pela estrutura pública não cumprir papel social relevante. Os enunciados a seguir carregam esses sentidos com ênfase em indicadores que funcionam como verdade factual para provar a baixa eficiência das universidades federais:

A relação professor-aluno nas públicas é muito folgada em face das privadas, que atendem 80% da demanda. Qual é a **relação professor-aluno das públicas: 1 para 7, 1 para 11**⁴⁶. Qual é a relação nas privadas? 1 para 20. (VÉLEZ, Câmara, 27/3/2019 - destaque nosso).

[...] **um professor de uma universidade federal, atenção, são oito horas, por semana**. Isso é um dia por semana dando aula. [...] Quanto ganha um professor de uma universidade federal com dedicação exclusiva? Isso é, ele só pode dar aula, ele não pode fazer nada, **ele ganha de 15 a 20 mil reais por mês**. (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 17/7/2019 - destaques nossos).

A questão da pesquisa, a questão da pesquisa, mesmo considerando a pesquisa não justifica tudo. O fato é, **as universidades no Brasil são mais caras porque têm uma relação aluno-professor baixíssima, 12 alunos por professor**, enquanto na Europa é de 30 e nas privadas aqui é de 40. A outra coisa, **os professores dão oito horas de aula por semana**, aqui. Oito horas de aula por semana. (WEINTRAUB, Câmara, 4/9/2019 - destaques nossos)

⁴⁶ De acordo com o Censo da Educação Superior 2021 divulgado pelo INEP, as universidades públicas têm 11 alunos de graduação por professor, enquanto que, em cursos presenciais das universidades privadas, a relação é de 23 alunos por professor (INEP, 2022). Esse dado, contudo, não leva em conta os alunos de pós-graduação nem o perfil de cada instituição, se elas desenvolvem atividades de pesquisa e extensão, por exemplo.

[...] a gente escolheu muito mal aonde colocar os nossos recursos. **A gente está dando dinheiro pra, muito dinheiro, para o funcionário público que dá pouca aula** [...]. É uma vez por semana⁴⁷ que tem que ir na faculdade para a aula, é de 15 a 20 mil. Aí você junta esse exército e a gente vê o resultado, sendo que, no ensino superior brasileiro, 80% tá na universidade privada, 17% tá nas federais. (WEINTRAUB, É Notícia, 18/9/2019 - destaque nosso)

[...] ir atrás **da zebra mais gorda** [o salário de professor universitário federal]. (WEINTRAUB, FNEESP, 26/9/2019 - destaque nosso)

Os dados reiterados são apresentados como resumo do diagnóstico da universidade, destacando o baixo número de alunos por professor, que, além disso, possui pouca carga-horária em sala de aula, recebe salário muito elevado e está associado a uma intencionalidade ideológica. No que se refere à participação das atividades de pesquisa no cômputo da carga-horária dos docentes, o ministro Weintraub adiante-se em comentar, afirmando que a pesquisa seria de baixa qualidade, o que reforça a ideia de ineficiente e incompetente que se quer vincular à universidade pública federal.

[...] o Brasil produz muito que vai para o arquivo morto. Estamos em 13º do mundo na produção, 78º em citação, impacto científico. Tá, então é mentira que o Brasil hoje é uma potência científica, é mentira isso. A gente produz muita porcaria de baixíssimo impacto ou nenhum. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019).

Tem coisa boa também, mas **o que tá aumentando, que aumentou bastante, foi lixo** [...] A gente está em produção científica em 13º lugar. Em produção de impacto, isso é, que reverbera e que tem uma citação - ‘escrevi

⁴⁷ Como reiteramos, este estudo, ao tratar do tema da ideologia, não tem por objetivo verificar a falsidade do discurso do governo. Fazemos apenas em alguns casos apontamentos de modo a demonstrar que é recorrente nessas falas o uso de dados imprecisos, descontextualizados e até inverídicos. Isso, contudo, não invalida a força dessas declarações na disputa ideológica. No que diz respeito ao cumprimento da jornada dos docentes, a LDB (Lei 9.394/1996) estabelece que o mínimo de horas em sala de aula para os docentes é de 8 horas semanais. Nas universidades federais, em particular, e nas universidades públicas, em geral, regidas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, o cumprimento da jornada envolve atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, o que difere de instituições voltadas apenas ao ensino, em que os docentes estão dedicados exclusivamente a ministrar aulas e, portanto, essa é sua principal dedicação. Em estudo bastante detalhado em dados, Bielschowsky e Amaral (2022) apresentam uma modelagem para tornar mais precisa a comparação entre instituições privadas e públicas de ensino superior, em relação aos investimentos por aluno, motivados pelas falas do ministro Abraham Weintraub sobre os custos das universidades brasileiras. A primeira questão que apresentam diz respeito à diferença entre custo-aluno, em que se divide o montante geral dispendido em educação pelo número de alunos, com o gasto-aluno, que considera o que realmente se investiu no ensino. A partir daí, os autores descontam o valor destinado ao pagamento de aposentados, que normalmente integra a base de cálculo das instituições públicas, assim como modulam o percentual de recursos que na realidade é destinado à pesquisa e à extensão. Fazem isso considerando o número de alunos de pós-graduação, a avaliação dos programas de pós-graduação, o número de docentes com doutorado, docentes em dedicação integral, docentes vinculados aos programas de pós-graduação. Com essas ponderações, os autores demonstram que o gasto por aluno nas universidades públicas é bastante similar ao gasto por aluno nas universidades privadas, considerando os cursos presenciais. Além disso, apontam ainda que haveria de se considerar a regionalização das universidades públicas, levando pesquisa e extensão para o interior do país, e a estrutura dessas organizações que é composta por fazenda, museus, orquestras, etc. No conjunto, o trabalho dos autores demonstram o quanto é rasa a afirmação de que os alunos das universidades públicas custam mais por algo inerente à máquina pública como sinônimo de ineficiência.

um paper que foi citado, que gerou a cura de alguma coisa, ou que foi utilizado na pesquisa que gerou a cura de alguma coisa’, o impacto disso - a gente tá, do fundo pra cima, lá, entre os cinco piores. (WEINTRAUB, É Notícia, 17/9/2019 - destaque nosso).

O tamanho da folha de pagamento dos servidores e sua proporção em relação ao montante do orçamento também é utilizado para compor esse quadro de ineficiência, buscando um efeito de que se tratariam de servidores muito bem pagos para fazer pouca coisa.

[...] Agora, qual é a nossa exigência? Nós como gestores e a sociedade como usuária da universidade? Tem que ser gerida com responsabilidade, **com responsabilidade fiscal e com responsabilidade de democratização da sala de aula.** (VÉLEZ, Câmara, 27/3/2019 - destaque nosso).

A folha, tá certinho, se a gente não mexer com a folha, vai explodir. Hoje a gente já gasta 15 bilhões, mais de 15 bilhões de reais com professor federal aposentado. É mais do que vai pra estado e município via Fundeb. E isso vai crescer vertiginosamente e vai esmagar o dinheiro do orçamento do MEC. **Então, pra se defender a gente precisa remodelar toda a estrutura das universidades** (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019 - destaques nossos).

[...] hoje o MEC é uma grande universidade federal, uma grande folha de pagamento de universidade federal. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019).

Para esse tema, por um princípio de “responsabilidade fiscal”, os ministros defendiam a inclusão de um teto máximo de gasto com pessoal no orçamento geral, somando os valores destinados a aposentados. Para justificar uma mudança nesse quadro e supostamente preparando uma ampliação do número de vagas sem a correspondência no número de docentes, ocorreu a comparação ou com instituições privadas do Brasil ou com outros países, retirando o contexto dos dados apresentados. O mesmo ocorre no debate sobre as horas mínimas obrigatórias dos docentes em sala de aula por semana, que estariam aquém do que ocorre na rede básica e nas universidades privadas. O quadro se completa com o percentual de sucesso escolar, o número de estudantes que se formam em relação ao número que ingressa, problema para o qual caberia às universidades buscarem uma solução, o que não teria ocorrido por não haver interesse em fazê-lo.

Quanto custa um estudante pela métrica oficial? Isso daqui é métrica oficial: um estudante brasileiro do ensino superior custa **14 mil dólares por ano** (e eu vou voltar a esse assunto porque esse número é muito pior do que você imaginam). Quanto custa um estudante na Coreia do Sul? 10 mil. Quanto custa um no Chile⁴⁸? 8 mil. Pra onde vai o dinheiro? Tá indo pra cá. **Agora o número que choca.** Esse número é por estudante que está em

⁴⁸ De acordo com Amaral e Bielschowsky (2022) a comparação direta entre sistemas universitários de diferentes países é bastante problemática, pois desconsidera contextos locais e especificidades de cada sistema. O Chile, por exemplo, desde a ditadura iniciada em 1973 cobrava mensalidade nas universidades públicas (SCHUZ, 2018).

curso. Nas universidades federais, a média é de 50% de sucesso. O que que isso significa: 50% dos alunos que entram nas faculdades desistem. [...] Então, o custo, bem resumidamente, um aluno hoje custa 35 mil reais por ano na média do Brasil, tem universidade que custa 80, mas na média custa 35 mil, cursando. **O aluno formado custou 70 mil, por ano, passou cinco anos lá, a gente tá falando em números muito alto, muito mais altos que universidades de ponta no mundo.** (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019 - destaques nossos).

Quanto custa um Toyota? Eu quero saber de um Toyota pronto, com ar-condicionado, câmbio, eu não quero saber se metade dos carros rolaram pra fora, quanto custa, ah não? O meu custo na sala de aula é 40 mil, mas metade, abandona, só metade dos alunos nas federais conclui... principalmente nos de Humanas. Mas hoje, não tem compromisso nenhum do diretor chegar e dizer pro professor, como é que você reprovou 70% da sua classe? Por que que seu curso não tá todo estruturado e concatenado? (WEINTRAUB, Frente a Frente, 21/8/2019).

Agora, o que precisa ser dito, o dinheiro do pagador de impostos deveria ser sagrado e bem cuidado. **Quanto custa um diploma por aluno, pendurado na parede, pro pagador de imposto na média pro aluno se formar? Hoje, tá em 450 mil reais e tá subindo esse valor.** O mesmo diploma numa FGV, numa FIA, da primeira mensalidade à última mensalidade, vai custar pro aluno ou pra família desse aluno, metade disso. Essa é uma das razões que eu sou contra cobrar dos alunos de graduação. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019 - destaque nosso).

[...] apesar de todo o esforço que temos com as universidades federais, por exemplo, nós temos, senhora presidente, **a cada cem alunos das escolas federais, apenas 46 se formam.** São os melhores, os mais escolhidos, alguma coisa nós precisamos fazer para que esses números possam chegar a ser um pouco melhores. (RIBEIRO, Senado, 17/8/2021 - destaque nosso).

Mesmo os casos em que o governo Bolsonaro reconhece haver qualidade, são exceções que confirmam a regra, pois esses setores “bons” seriam utilizados para manter a ampla maioria improdutiva e de baixa qualidade.

Tem gente que quer produzir, quer trabalhar e tem vontade, e tem gente que não quer. Não é 100% de anjo que tá nas universidades. (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019).

Os exemplos positivos estão vinculados a uma inserção mais direta com o setor produtivo e nas pesquisas tecnológicas. Victor Godoy destacou também a existência de uma riqueza muito grande na rede federal, citando como exemplo reiterado um projeto da UNIFEI, de Itajubá-MG, que ocorre em parceria com investimentos privados. Nesse cenário de má aplicação dos recursos, o que caberia ao governo seria fazer modificações estruturais e de gestão, o que envolveria a desresponsabilização do Estado em financiar a educação superior pública do país e abriria mais espaço para que esforço o recurso fosse direcionado ao setor privado. A melhoria da gestão seria o instrumento oferecido pelo governo para ser utilizado

pelas universidades no contexto de crise financeira. Nos enunciados abaixo vemos essa ideia de que a melhoria de gestão seria a medida necessária para as universidades alçarem um patamar maior:

Não é o dinheiro que faz a diferença na educação, mas a gestão, a maneira como nós aplicamos esses recursos. (RIBEIRO, Sem Censura, 8/9/2021)

[...] a situação, por exemplo, criada em algumas universidades federais, ela não é fruto de dois anos e meio ou três anos de governo Bolsonaro. Aquelas carcaças que estão lá no Rio de Janeiro não são frutos do governo Bolsonaro, já estavam lá. **Isso é falta de gestão, de seriedade na gestão.** Isso sim eu posso falar, **porque o grande problema da educação no Brasil não é o recurso, mas a gestão. Quando um educador leva a sério a gestão e o uso do recurso público, os resultados aparecem.** (RIBEIRO, Câmara, 20/10/2021 - destaques nossos)

A falta de relação das universidades com as empresas, presente no Plano de Governo, surge como “dogma a ser quebrado”. Ao superar essa perspectiva, adotando modernos modelos internacionais, a universidade cumpriria seu papel social. O paradigma é a universidade empreendedora, que organiza pequenas empresas e startups: “Por que as universidades no Brasil não podem ser originadoras de pequenas e médias empresas? Isso é a fronteira hoje das universidades no exterior” (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019). Com o objetivo de “Acabar com essa visão que tem que ser uma torre de marfim”, o plano vislumbrado era “transformar essas universidades espalhadas pelo Brasil inteiro, com pequenas ações, em incubadoras de pequenas empresas.” (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 4/7/2019). Com as incubadoras, e investidores iniciais, as *startups* poderiam se tornar pequenas, médias e grandes empresas (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019).

A abordagem neoliberal que integra um quadro de valoração negativa da universidade operada pelo governo se baseou em indicadores, levantamentos quantitativos que foram elevados à condição de espelho da realidade e conformaram o panorama de uma universidade que custa muito e entrega pouco, tanto em quantidade de alunos formados, quanto em qualidade do que entrega. O cenário aparente nos enunciados aponta para: baixo número de alunos por professor; servidores docentes muito bem remunerados para dar poucas aulas; produção científica de baixa qualidade; orçamento elevado, comprometido com a folha salarial que segue um caminho explosivo; e, ainda, fechada à mudança para um modelo internacional mais eficaz e baseado na relação com o setor produtivo, do qual deveria absorver processos de gestão.

7.2.4 “Universidade deveria ser para poucos” e a demanda do mercado

A valoração negativa da universidade esteve relacionada a seu papel social de ser acessível a todos ou reservada a um grupo reduzido. A perspectiva do governo era, desde o início, reforçar a barreira de acesso ao nível superior de qualidade, sob o pretexto de estimular cursos técnicos. Isso repercutiu em outras falas de ordem mais financeiro-orçamentária, que trataremos mais adiante, e já haviam surgido no Plano de Governo. Vejamos os enunciados em que esse sentido de universidade para poucos foi enfatizado pelos ministros e pelo próprio presidente.

Ao jornal Valor Econômico, em 28 de janeiro de 2019, Véllez declarou que universidade para todos não existe. “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica (do país)”. Essa concepção foi justificada e reafirmada pelo Twitter do ministro nos dias seguintes: “[...] universidade, do ponto de vista da capacidade, não é para todos. Somente algumas pessoas que têm desejo de estudos superiores e que se habilitam para isso entram na universidade.” (VÉLEZ, Twitter, 30/1/2019). Ainda, à Revista Veja, alegou que em nenhum país do mundo a universidade chega para todos (VÉLEZ, Veja, 1/2/2019).

A referência ao Japão disposta no Plano de Governo também reforça esse sentido de redução do acesso às universidades, uma vez que o exemplo seria porque o país tem uma educação mais equilibrada ao priorizar a formação técnica e “cursos úteis”, relegando cursos como o de filosofia a quem pode pagar. Em transmissão de Bolsonaro, o ministro Weintraub reiterou essa ideia: “Esse dinheiro que vai para faculdades como de filosofia, sociologia, ele coloca em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia, medicina.” (BOLSONARO, Youtube, 25/4/2019).

Em transmissão ao vivo, ao lado do ministro Weintraub, Bolsonaro falou que “Em grande parte, hoje em dia, ou em parte considerável, tem muita gente aí **terminando o ensino superior pra botar um papel na parede escrito apenas ‘diploma’**. Não é o importante, o importante realmente é a pessoa saber fazer aquilo.” (BOLSONARO, Youtube, 25/4/2019 – destaque nosso). E recuperou o exemplo pessoal, que já havia exposto publicamente, sobre ter feito um curso técnico para consertar geladeira e televisão.

Deixo claro que no passado eu fiz um curso técnico, eu tava na ativa no Exército brasileiro ainda [...]. Se eu hoje em dia fosse exercer essa profissão aí fora, eu ia ganhar muito mais do que gente que tem um curso superior, com todo respeito ao curso superior que fez. (BOLSONARO, Youtube, 25/4/2019).

O curso técnico é entendido como em substituição ao curso superior para os jovens, pois este não garante empregabilidade e bons salários.

Milton Ribeiro apresentou a formulação literal de que a universidade seria para poucos:

[...]Você está cansado de pegar, é, com todo o respeito que tem os motoristas, a profissão muito, muito digna, mas eu tenho muito engenheiro, muito advogado dirigindo Uber porque não consegue a colocação devida e, se ele fosse um técnico em informática, estaria empregado porque há uma demanda muito grande. Então, eu acho que o futuro é institutos federais, como é na Alemanha hoje, Alemanha, ela dá atenção a... São poucos os que fazem universidade. **Universidade, na verdade, ela deveria ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade** (RIBEIRO, Sem Censura, 8/9/2021- destaque nosso).

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, Ribeiro disse ter sido mal compreendido na declaração acima, que queria ressaltar a importância do ensino técnico profissionalizante (RIBEIRO, Senado, 17/8/2021). Na sequência dessa fala, contudo, voltou a afirmar que a universidade não é para todos e que havia muitos graduados com o diploma na parede, mas sem emprego. “É claro... a universidade não é pra todos, é claro que, mas hoje nós temos milhares de pessoas que foram iludidas, eu disse no início, em ter, adquirir um diploma de graduação, tão lá pendurado na parede, desempregados.” (RIBEIRO, Senado, 17/8/2021).

Ribeiro associou o desemprego de jovens e a formação universitária, argumentando que haveria empregos de nível técnico que não eram preenchidos.

Por quê? Porque não há espaço no mundo profissional pra tantos graduados. Uma obra, uma obra grande de engenharia tem um ou dois engenheiros, mas existe mil... milhares não digo, mas dezenas pelo menos de técnicos em edificação, e também na questão da, hidráulicos, técnicos elétricos, é isso. (RIBEIRO, Senado, 17/8/2021).

A razão para um descompasso entre os profissionais formados e a falta de emprego foi o “excesso” de expansão das universidades nas gestões passadas. A proposta do ministro, portanto, seria adequar a quantidade de ofertas no nível superior às oportunidades de exercício profissional, operando a redução da formação da universidade à busca por colocação no mercado de trabalho, num contexto de elevado desemprego. A ligação da ênfase no ensino técnico com as demandas flutuantes do mercado de trabalho ficou explícita no restante da explanação do ministro, em que afirma ter conversado com o diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e que ele o demandara profissionais técnicos.

Recentemente, já disse isso, recebi uma ligação do presidente de uma das maiores instituições de padrões do Brasil, que foi o doutor Paulo Skaf, ‘Milton, eu não tenho eletricitas de qualidade, eu não tenho hidráulicos, técnicos em hidráulicos de qualidade, eu não tenho técnico em edificações de qualidade, onde tá esse pessoal? Esse pessoal tá querendo ser engenheiro, porque pensa que só tem sucesso na vida quem tem essa, esse diploma, e não é verdade, isso é uma falácia. (RIBEIRO, Senado, 17/8/2021).

Em setembro de 2021, Ribeiro voltou a afirmar que “não adianta, repito, apenas ter um diploma de bacharel na parede e estar desempregado. Hoje o mercado é comprador pra educação técnica profissional, é isso que os presidentes das, da Fiesp me disse há pouco tempo atrás.” (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021). Em desdobramento dessa concepção, Milton Ribeiro afirmou: “**tudo isso acompanho e sei que tem o seu valor, mas, em termos de política nacional, é equivocado.** Não adianta ter o diploma e não ter a expertise, o conhecimento. Vemos figuras que têm o curso, mas são incapazes” (RIBEIRO, OESP, 24/9/2020 - destaque nosso). Recomendou aos estudantes que busquem, então, um curso técnico, sugerindo o de medicina veterinária.

Então, diferentemente do que eu falei, o sonho de ser um doutor é muito bom e importante, mas hoje, num país que não tem oportunidades para tanta gente com curso superior, o curso técnico é a grande ferramenta que vai ajudar o jovem e lá na frente, eu repito, eles vão poder fazer o curso que quiserem. (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021)

A priorização dos cursos técnicos seria uma demanda da sociedade, segundo Milton Ribeiro. “E hoje a grande demanda do mercado, da sociedade, da sociedade brasileira como um todo, é por técnicos de nível médio profissionais de categoria” (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021). A “sociedade” se refere aos interesses e necessidades de setores empresariais por força de trabalho com determinada qualificação. Além disso, quando afirmava que o jovem deveria buscar o nível técnico, o ministro não estava se referindo a todos os jovens, mas sim aos mais pobres, filhos da classe trabalhadora, a quem orienta seguir o caminho mais curto ao mercado de trabalho, visto que, por essas concepções, não cabe ao Ministério da Educação garantir a educação de qualidade que esse jovem pode almejar.

Assumindo em 2022, Victor Godoy, que até então era braço direito do ministro Ribeiro, apresentou uma concepção ligeiramente menos comprometida com as formulações que seguiam a concepção de restrição de acesso à universidade. Segundo afirmou, haveria necessidade de

preparar todos os estudantes pra entrar na universidade, se assim quiser. O sistema educacional, ele tem que ser capaz de preparar o cidadão pra fazer a escolha que mais lhe convém, seja se ele preferir o ensino técnico, seja se preferir o ensino superior, **seja pra ele em nenhum desses níveis ficar,**

empreender e seguir sua vida. (GODOY, Opinião no Ar, 13/6/2022 – destaque nosso).

Sutilmente, vê-se no enunciado a introdução da ideia de empreendedorismo como alternativa prévia ao ingresso na universidade, e a presença do nível técnico como uma “opção”, todos equivalentes. Não é demais lembrar que as vagas ofertadas nas universidades públicas não são suficientes para acolher todos os alunos que concluem o ensino médio, portanto, se fosse realmente o papel do MEC dar condições para que todos pudessem escolher, teriam que existir essas vagas para todos os jovens.

Os enunciados apresentados nesta subseção têm o sentido de restringir a universidade a uma minoria surgiram de variadas formas, muitas vezes como crítica à prioridade de investimentos em relação aos demais níveis educacionais, outras indicando exagero na oferta de vagas, como razão para alunos formados sem oportunidade no mercado de trabalho, ou ainda simplesmente por sua *natureza*, de algo voltado a uma parcela restrita da população. Nessas enunciações, ocorre um diálogo com a formulação que defende “universidade para todos”, que foi enfatizada nos governos Lula e Dilma, por exemplo, na criação do Programa Universidade para Todos, o ProUni, baseado em isenção de impostos para instituições privadas que oferecessem vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. Os enunciados se referiam, contudo, à própria ideia de estender o ensino superior ao conjunto da população. Essa interpretação fica clara quando observamos as políticas implementadas, especialmente nas universidades públicas, e sua relação com outros enunciados que formavam o sentido de privilegiar a formação técnico-profissional de curta duração para os jovens (das camadas populares). Ou seja, a formação unidimensional para o trabalho simples, em estrito atendimento às demandas do mercado.

O sentido de “universidade para poucos” reúne elementos que atrelam a educação à utilidade e ao mercado de trabalho, assim como afirma uma concepção aristocrática da universidade brasileira presente desde os seus primórdios. Um eixo de explicação para a presença desses sentidos no trato da universidade se refere ao aprofundamento da dependência do capitalismo brasileiro sob a égide do neoliberalismo (CARCANHOLO, 2013). Numa economia baseada na superexploração da força de trabalho, em processos extrativistas e produção de grãos, a demanda por profissionais formados em perspectiva multidimensional, congregando ensino, pesquisa e extensão, é reduzida e decrescente. Portanto, para essa perspectiva, os filhos das classes trabalhadores não podem almejar esse nível de formação. Ainda que o sistema produtivo demande pessoal com graduação em

grande escala, inclusive para a constituição de um exército industrial de reserva, essa formação tem cada vez mais o caráter genérico e tecnicista e é voltada ao trabalho simples, integrando novas habilidades mais adequadas ao padrão atual vigente nas organizações empresariais, como a autodisciplina, a capacidade de colaborar e de perseguir metas (ANTUNES, 2019), dando às graduações, em geral de curta duração, um perfil de ensino terciário (BARRETO; LEHER, 2008). Dessa forma, a restrição do acesso às universidades está conjugada com a ênfase no ensino técnico profissionalizante *útil*. Caberia perguntar, útil a quê? A resposta foi apresentada pelo ministro Milton Ribeiro ao explanar sobre a demanda da Fiesp e relacionar a utilidade à necessidade dos capitalistas.

A valoração negativa apontada nos enunciados trabalhados neste capítulo, do ponto de vista da ideologia (LUKÁCS, 2013), constituem com maior expressividade a “tomada de consciência” por parte do projeto Bolsonarista, claramente já inserido no contexto de luta ideológica, mas para que o sentido ideológico seja completo, vai haver o desdobramento dessa tomada de consciência em veículo de luta prática que são as políticas construídas pelo governo e examinadas nos próximos capítulos (em embates com movimentos de resistência). Outro aspecto ideológico importante encontrado nesses enunciados, e também no plano de governo e no discurso de posse, diz respeito a constituição do “grupo”, a partir dos “interesses vitais” das bases do governo, que os textos expressam, em construção antagônica com os “interesses vitais” de outros grupos.

Encontramos, assim, a formulação “marxismo cultural” (CARNUT; REGIS, 2022), que afirma a “ideologização” do ensino no Brasil a partir da infiltração comunista-esquerdista que teria ocorrido durante os anos da Ditadura Militar, segundo uma ideia de estratégia de guerra cultural (PUGLIA, 2018; CALIL, 2021a; LEHER, 2021), conformando a partir dos enunciados a figura do “inimigo interno”, e que possui um viés neofascista; ao neoliberalismo tecnocrático, com ênfases no gerencialismo (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017), apontado nos discursos como a necessidade de transposição de dinâmicas gerenciais privadas para a área pública, e ao empreendedorismo (PUELLO-SOCARRÁS, 2008), como perspectiva de busca dos próprios recursos e criação de negócios, desconstituindo nos enunciados do governo as fronteiras entre o público e o privado, em favor do capital; e uma carga ideológica “dependentista”, que diz respeito a formas ideais, expressas nos discursos, que visam manter e aprofundar o papel subordinado do Brasil na divisão internacional do trabalho, reforçando a dominação burguesa alicerçada nessa relação (MARINI, 2008; LUCE, 2018). Na disputa de sentido de universidade, essas ideologias conformam a universidade como espaço a ser purificado a partir de uma transformação

substancial que elimine o inimigo infiltrado e a direcione aos interesses do mercado, quer seja via interação com empresas, quer seja na gestão fiscal que diga respeito a gerar superávit. A perspectiva do governo fala ainda ao jovem que a universidade não é para ele e que mais vale frequentar um curso técnico e aprender algo *útil*, que garantirá um emprego, do que ter um diploma para decorar a parede.

A seguir, passamos à análise dos embates como momentos ideológico-práticos importantes da disputa sobre a universidade, que desdobram a tomada de consciência e a perspectiva do governo em políticas universitárias. Iniciamos com a questão do orçamento.

8 A CONCEPÇÃO FISCALISTA E O SUBFINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Um dos eixos centrais em que se deu a disputa ideológica sobre a universidade pública federal no governo Bolsonaro foi a questão orçamentária, tanto no que diz respeito à discussão e à aprovação de um montante anual, por ocasião da Lei Orçamentária Anual, apresentada pelo governo e discutida no Congresso, quanto no andamento da execução desse orçamento, onde bloqueios e contingenciamentos foram a tônica do período. Como explicitamos no capítulo anterior, a ideologia ganha contornos de formulação ideal para solução prática dos problemas enfrentados. A comunicação do governo e dos movimentos, através de enunciados nos espaços comunicacionais analisados, situados no contexto das disputas, são a via para a compreensão dessa funcionalidade da ideologia, procedimento que se repetirá nos capítulos seguintes (9, 10 e 11).

Nesta parte do nosso trabalho, damos centralidade ao embate do orçamento, tendo em vista o entendimento mais geral de que a política de financiamento que o governo mirava envolvia a redução da responsabilidade do Estado com a manutenção das universidades e ampliação do papel do setor privado. As temáticas como a do financiamento público para a educação privada, os recursos para pesquisa e pós-graduação, a possibilidade de acesso à universidade e as modalidades de ensino surgem imbricadas nos embates sobre o orçamento.

8.1 Teto de gastos e responsabilidade fiscal como princípios

Os bloqueios orçamentários foram uma constante no governo Bolsonaro e correspondiam à operação do fundo público liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com base em concepções neoliberais. Os impactos da política orçamentária abrangiam vários ministérios, com destaque para as áreas sociais da saúde, da educação, assim como paraciência e tecnologia. Tratando apenas do orçamento das universidades (sem contar especificamente o montante destinado à Ciência e Tecnologia, geridos pelo MCTIC e concentrado especialmente no CNPq e no FNDCT), identificamos os seguintes cortes e bloqueios:

- Bloqueio médio de 30% dos recursos discricionários em abril de 2019. Desbloqueado parcialmente em setembro e integralmente em outubro de 2019;
- Lei Orçamentária Anual 2020: entre janeiro e março, a parcela mensal de custeio anual das universidades foi reduzida de 1/12 para 1/18. Aprovado o orçamento

discricionário com corte de R\$ 1,2 bilhão, passando de R\$ 6 bilhões para R\$5,7 bilhões⁴⁹;

- Projeto de Lei Orçamentária Anual 2021: apresentado em agosto de 2020, com a previsão de redução de R\$ 5 bilhões para o MEC, - 18,2% para as verbas discricionárias das universidades;
- Lei Orçamentária Anual de 2021: aprovada apenas em 22 de abril de 2021, com corte de 18% em relação a 2020, passando de R\$ 5 bilhões para R\$ 4,4 bilhões, e bloqueio de 14% dos recursos discricionários das universidades. Desbloqueio em maio do valor bloqueado na aprovação da LOA. Bloqueio de R\$ 1,7 bilhão no orçamento do MEC, em junho.
- Lei Orçamentária Anual de 2022: ampliou o recurso discricionário de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 5,2 bilhões, abaixo do valor nominal de 2019, sem a correção monetária. Bloqueio em maio de 2022, no valor de R\$ 1,1 bilhão das universidades. Desbloqueio de 50% do valor bloqueado, em junho de 2022. Bloqueio de R\$ 1,1 bilhão do discricionário das universidades, em 30 de setembro. Desbloqueio parcial do discricionário das universidades em 18 de outubro e total em 16 de dezembro;
- Bloqueio de recursos da Capes, em 30 de novembro de 2022 (incluindo os do pagamento de bolsas);
- Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023: previsão de redução do discricionário das universidades, de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 4,7 bilhões.

Nesse mapeamento estão ocorrências de cortes orçamentários e bloqueios, alguns desses revertidos total ou parcialmente. De todos os eventos, certamente, o primeiro esteve entre os mais expressivos, porque deu a tônica do que seria a gestão orçamentária do governo Bolsonaro para as universidades: força da formulação da Emenda Constitucional 95; reduções ano após ano do valor discricionário; seguidos bloqueios; bloqueio também da participação das universidades na definição do orçamento; e a terceirização do problema (governos anteriores, por ganância e má gestão; reitores, por uso político das restrições; imprensa, por não ter dado visibilidade adequada ao tema; Covid-19, pelas restrições impostas pela pandemia).

Na exposição deste capítulo optamos por apresentar as lutas do orçamento a partir dos ministros que se revezaram no MEC. Destacamos que a curta passagem de Ricardo Vélez

⁴⁹ Este mapeamento foi realizado por nós e inclui informações do site “Acompanhe a execução orçamentária das universidades federais” da Andifes, que traz dados a partir de 2020.

pelo ministério (de 1º de janeiro a 8 abril de 2019) foi caracterizada pela inação do ministro dentro do governo. Considerado pouco articulado, sofreu desgastes internos, que o levaram a trocas na equipe nos dois primeiros meses. Logo perdeu apoio de quem lhe indicara: Olavo de Carvalho, que declarou no Twitter: “Não vou fazer nada contra ele [Vélez], mas garanto que não vou lamentar se o botarem para fora do ministério.” (CARVALHO⁵⁰, Twitter, 5/4/2019). Vélez não tomou parte de nenhum dos atos relativos ao orçamento até ser demitido, em 8 de abril de 2019. O ministro não reagiu, anuindo pela inação, quando do primeiro contingenciamento geral do governo, ocorrido em 27 de março, que cortou R\$ 5,8 bi do MEC como um todo, sem que tivessem sido especificadas quais políticas do ministério seriam impactadas.

8.1.1 O extremismo no ministério: Abraham Weintraub

O primeiro apontamento que fazemos sobre a disputa orçamentária no governo Bolsonaro para as universidades ocorreu na gestão de Abraham Weintraub, quando este afirmou inicialmente que cortaria a verba discricionária com base em critério ideológico e posteriormente estendeu à toda a rede o bloqueio de 30% dos recursos discricionários. Weintraub demarcou a existência de “desempenho insuficiente” e “balbúrdia” para repassar o bloqueio para UnB, UFF e UFBA, e avisou que estudava a medida para a UFJF: “Universidades que, em vez de procurarem melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (WEINTRAUB, OESP, 30/4/2019). Jair Bolsonaro já havia afirmado, em seu Twitter, que o ministro estudava “descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (Humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina.” (BOLSONARO, Twitter, 26/4/2019)⁵¹. A vinculação entre as medidas orçamentárias e o ataque às universidades federais foi efetivada no plano discursivo já no momento inicial dos cortes e seguiu como tônica do governo até o final de 2022.

⁵⁰ AUGUSTO, Otávio. “Não vou lamentar se o botarem para fora”, diz Olavo sobre Vélez. In: **Metrópolis**, 5 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/nao-vou-lamentar-se-o-botarem-para-fora-diz-olavo-sobre-velez>. Acesso em: 14 abr. 2022.

⁵¹ A concepção de universidade do governo perpassava não apenas o MEC e o presidente, como também outros ministérios. Nesse sentido, recuperamos, a declaração de Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil – de onde Weintraub havia saído da função de secretário-executivo para assumir o MEC –, no dia 1º de maio, em entrevista à GloboNews, sobre a UFS, como exemplo do que ocorria nas universidades: “Universidade Federal do Sergipe: 30 mil alunos, 1.500 doutores em tempo integral, nenhum curso de mestrado ou doutorado com nota 5... sabe qual é o custo? 980 milhões” (LORENZONI, GloboNews, 1/5/2019), comparando os valores com uma universidade privada de Aracajú-SE, que teria um orçamento bem menor e uma qualidade superior. A UFS desmentiu a declaração por meio de nota oficial (ANDES, 6/5/2019).

Após o recuo quanto ao critério ideológico, o primeiro corte foi então apresentado como “medida técnica”, operativa do regime fiscal em vigor – simplesmente cumprir a lei –, que era a justificativa, pois, segundo o governo, chegaram a esse ponto por um processo de descontrole fiscal, argumento bastante utilizado para justificar o impeachment de Dilma Rousseff. As citações a seguir evidenciam essa perspectiva do ministro:

Simplesmente, a arrecadação tá vindo abaixo do projetado, e de uma forma responsável, necessária, de acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, o Ministério da Economia **não tem outra alternativa**, se não contingenciar os demais ministérios. A gente foi contingenciado. O MEC é principalmente universidade federal, então, teve que repassar. (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019 - destaques nossos).

A mentira do corte de 30% nas Universidades. [Compartilha vídeo de vereador sobre o contingenciamento. No vídeo o vereador de Itajuba-MG Carlos Molina (PSDB) afirma:] [...] **é óbvio que o presente aperto financeiro, a crise sem precedentes que estamos enfrentando, vem como resultado de decisões equivocadas anteriores**, dos governos anteriores. Sem contar que o fato que os contingenciamentos anteriores foi também necessário, porém os motivos incluíam a previsão dos governos anteriores saquearem o Brasil. (BOLSONARO, Twitter, 10/5/2019 - destaque nosso).

O regime fiscal é apresentado como a maneira correta e eficiente de governar, ao passo que a forma levada a cabo anteriormente consistia em gastos fora de controle, o que “quebrou” o país. Vê-se, nesses enunciados, o repasse da responsabilidade pelo bloqueio para terceiros. O cenário que buscavam construir foi apresentado tanto pelo ministro quanto pelo presidente, como vemos a seguir:

[...] do projeto do orçamento do ano que vem... **a gente tá ainda lidando com a quebra do país, o país tá quebrado**, a gente tá começando a colocar de pé, geração de emprego tá melhorando. (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 12/9/2019 - destaque nosso).

O @MEC_Comunicacao anuncia o descontingenciamento de cerca de R\$1,1 bilhão para as universidades e institutos federais. Com isso, despesas de custeio para pagamento estão 100% liberadas em 2019. **Pegamos um orçamento esfacelado, contudo vamos organizando o Brasil**. (BOLSONARO, Twitter, 20/10/2019 - destaque nosso).

O retorno a um passado pré-EC 95, período de “gasto desmedido”, segundo o ministro bolsonarista, e que levou àquele quadro, foi apontado como “desejo” dos que criticam as restrições orçamentárias impostas pelo governo. O ministro Weintraub introduziu no debate do orçamento a alusão à corrupção como marca das gestões passadas, com referência à Operação Lava Jato. As sequências a seguir carregam essa associação à corrupção:

[...] tá entrando de volta, já tá internalizado aqui no Brasil e a justiça brasileira, Ministério Público, AGU, eles tão concordando em destinar pra saúde e educação esses recursos, quando finalmente forem desembaraçados. **O dinheiro roubado tá voltando e ele pode já servir de alívio para os reitores virem conversar com a gente** (WEINTRAUB, Câmara, 15/5/2019 - destaque nosso).

Se a gente conseguir resgatar o dinheiro da Petrobras, que já tá internalizado no Brasil, que foi roubado, **foi recuperado, 600 milhões de dólares, dá 2 bi e meio...** já é um grande alívio nas contas. Mas a gente sempre vai ter que buscar racionalidade e transparência. A época de jogar dinheiro sem perguntar aonde vai, acabou. (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019 - destaque nosso).

Gastos exorbitantes e corrupção, portanto, teriam sido formas de gestão que o governo Bolsonaro não contemplaria, perspectiva já apresentada no Plano de Governo e no discurso de posse. Após o anúncio do primeiro bloqueio orçamentário, Weintraub utilizou-se de amplos espaços em entrevistas, da interação com seguidores de sua conta no Twitter e de audiências públicas no Congresso para conduzir a discussão para duas disputas periféricas: a forma certa de abordar, se “contingenciamento” ou “corte”; e o percentual correto, se 3,5% ou 30%. Em transmissão ao vivo, ao lado do presidente da república, ele empregou “chocolatinhos” para denunciar como “mentirosa” a abordagem que apontava para um corte de 30%. Na visão do ministro, o percentual deveria ser calculado sobre o montante global do orçamento da universidade, incluindo as despesas obrigatórias com pessoal. Contudo, esses valores não estão sujeitos a cortes e contingenciamentos, devendo essas medidas incidirem apenas no orçamento discricionário, verbas que podem ser despendidas ou não. Sobre esse último montante, o corte era superior a 30%. Como não havia garantia de que o dinheiro retornaria às universidades, mesmo que nos termos da técnica orçamentária fosse um contingenciamento, na prática e na linguagem comum, tratava-se de corte. A construção comunicativa do ministro direcionava o foco para essas questões, alimentando a sua base social com formulações que corroboravam o sentido que o governo buscava dar à medida, incidindo também nos seus adversários. A transmissão ao lado de Bolsonaro ocorreu dia 9/5/19 e foi postada no dia seguinte no perfil de Weintraub no Twitter em duas partes:

Para quem não assistiu ontem nossa live no Facebook do presidente @jairbolsonaro (parte 1): [Vídeo – Bolsonaro]: “o Abraham que vai explicar, deu essa polêmica aí, mas ele vai explicar o que está acontecendo no Ministério da Educação e a questão de recursos também, orçamentário.” [Weintraub]: “Presidente, tem muita gente que está espalhando o terror e falando coisas que não tão acontecendo. [...] **O Paulo Guedes, ele teve que fazer isso porque a lei manda a gente contingenciar**, segurar um pouco, não cortar, segurar um pouco os gastos [...] Eu queria explicar um pouco o

quanto é isso que a gente está fazendo.” (WEINTRAUB, Twitter, 10/5/2019 - destaque nosso).

Live com nosso presidente @jairbolsonaro (parte 2): [Vídeo – Weintraub:] “A gente tem um orçamento, **a gente tem mais ou menos 100 chocolates**. Cada caixinha... aqui tem 100 chocolates [...] imagina uma universidade federal tipo, normal, dessas que a gente vê por aí, o que a gente tá fazendo com ela? **Elas geralmente têm no orçamento um bilhão de reais por ano**, algumas têm mais.” [Bolsonaro]: “Cada universidade um bilhão por ano?”. [Weintraub]: “Algumas têm mais, algumas têm quase 4, 3 e meio. Algumas têm menos. Mas vamos supor assim uma que a gente encontra com mais facilidade. Um bilhão de reais por ano.” [Bolsonaro]: “**Esse dinheiro vem da onde?**”. [Weintraub]: “**Vem do seu bolso, porque você paga imposto pra comprar chocolate**. Ninguém vai ser mandado embora, todo mundo tá recebendo em dia, professor, técnico, todo mundo. A gente também tá falando 'olha, toda a ajuda que o aluno recebe de refeitório, de moradia, tá preservado'. **E a gente tá pedindo, simplesmente, que três chocolatinhos, três, três desses 100 chocolates, três chocolatinhos e meio, meio, [...]** esses três chocolatinhos e meio, a gente não tá falando pra pessoa que a gente vai cortar, não tá cortado, deixa pra comer depois de setembro. É só isso que a gente tá pedindo. Isso é segurar um pouco.” (WEINTRAUB, Twitter, 10/5/2019 - destaques nossos).

No dia seguinte, utilizou-se de uma lousa branca para dar a mesma explicação sobre o percentual cortado.

Saiba da verdade [Vídeo]: “[...] do orçamento das universidades, a gente tá pedindo pra segurar, contingenciar, postergar até setembro, três e meio por cento. Eu te pergunto, **você na sua casa, sua família, cê já passou por um período que você teve que postergar uma compra, uma decisão, por dois, três, quatro meses, é isso que a gente tá pedindo.**” (WEINTRAUB, Twitter, 10/5/2019 - destaque nosso).

Em entrevista ao programa Pingos nos Is, da Jovem Pan, em 14 de maio, Weintraub explicou que as duas cenas, tanto a do quadro quanto a do chocolatinho foram pensadas de forma complementar e tinham como objetivo dialogar com as pessoas que não compreenderiam se o assunto fosse abordado de forma técnica: “Porque se a gente ficar só no debate técnico, mais etéreo, menos didático, menos acessível, as pessoas não vão entender, vão cair nessa falsa narrativa [...]” (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 14/5/2019). Nessas inserções, o ministro respondia também ao debate com entidades representativas e dirigentes das IFES.

O governo procurou estabelecer condicionantes político-econômicas para o recurso voltar à sua integralidade, entre eles a aprovação da Reforma da Previdência. As referências ocorreram ainda antes da aprovação das alterações na seguridade, um dos ajustes estruturais cobrados pela burguesia rentista para garantir o pagamento dos juros de títulos da dívida

pública pelo Tesouro, que só ocorreu definitivamente em novembro de 2019. As sequências a seguir trazem essa perspectiva:

[...] Vai recuperar, porque a gente tá nesse marasmo há muito tempo, mas se a gente tiver um crescimento econômico, **com a aprovação da nova previdência, eu acredito nisso, passou, a gente já voltou a consumir bens duráveis**, a gente já voltou a normalizar, comparável com um ano atrás, dois anos atrás, quando a gente tinha paralisado o consumo de tudo. (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019 - destaques nossos).

Agora eu tô muito otimista com o segundo semestre porque, **passada a reforma da previdência, a nova previdência, eu acho que a economia do Brasil vai deslançar** e a gente vai ter recursos pra investir na educação básica. (WEINTRAUB, Jovem Pan News 4/7/2019 - destaque nosso).

O ministro também utilizou-se do artifício de disponibilizar recursos pontuais aos reitores que procurassem individualmente o MEC, a partir da análise da demanda específica, o que rebaixava a condição dos reitores frente ao ministério. Além do efeito de subordinação das universidades ao MEC, essa linha também produzia a ideia de que os recursos realmente necessários chegariam às instituições, dando a entender a existência de desperdício, como se percebe na fala abaixo:

A gente já recebeu 50 reitores pra conversar, 50 reitores entraram no MEC, todos eles saem do MEC, não chamam a imprensa pra falar que vai faltar recurso mês que vem. O dinheiro não é de uma pessoa, o dinheiro é do povo, do pagador de imposto, tem que ser explicado sim. **Se a universidade tá com dificuldade, eu me disponho a vir aqui discutir o número, abre aqui na tela os números e mostra onde tá faltando.** ‘Não, essa pesquisa da dengue.’ ‘Pô, tá pesquisando a cura da dengue?’, eu duvido que a gente não vá fazer um esforço e achar. **Agora, vai ter pesquisa científica entre aspas que o pessoal vai ter vergonha de abrir e colocar na tela, essa que é a verdade** (WEINTRAUB, Câmara, 15/5/2019 - destaques nossos).

Sendo o corte, contingenciamento e o bloqueio justificados ou pela vigência positiva do regime fiscal ou pela situação deixada por governos passados, o modo de enfrentamento da questão difundido pelo ministro reduzia-se a um “esforço dos reitores”, tendo em vista que a iniciativa privada atravessa um momento de crise, resolvendo situações piores, em realizar a gestão correta dos recursos. Além desse sentido, os enunciados a seguir reiteram a concepção de que há dinheiro demais despendido com as universidades.

Uma universidade, na média, custa um bilhão de reais. Eu vou repetir, **uma universidade, tem 65, custa, na média, um bilhão de reais. Não dá pra buscar nada? O país, tá todo mundo apertando o cinto** [...] (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019 - destaque nosso).

[...] **Um empresário, um dono de empresa, uma pessoa que tá, às vezes, tem que fazer um corte de vinte por cento no orçamento geral, é um corte somente sobre a parte discricionária.** A folha de pagamento tá integralmente preservada. O refeitório dos alunos tá integralmente, integralmente preservado. **Às vezes em casa a gente tem que cortar mais fundo do que isso,** às vezes a gente tem que entrar, tem que cortar no refeitório. Não está acontecendo isso nas universidades federais. O apoio aos alunos integralmente respeitado, o salário dos professores integralmente respeitado. Eles são 25% do total de alunos do ensino superior, o ensino privado, que atende 75% dos estudantes. **Às vezes tem que mandar gente embora...** (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019 - destaques nossos).

A imagem formulada por Weintraub é a de que o Estado, ineficiente por natureza, tem nas universidades um representante esbanjador, e que cabe tomar modelos privados de gestão com qualidade para estabelecer uma lógica econômica na utilização dos recursos, sintetizando o gerencialismo como ideologia a serviço da retirada do financiamento público. O ministro afirma-se como representante dos “pagadores de impostos”, cujos ganhos suados são drenados pelo Estado. Por ser “externo” e buscar “resultados”, ele conduz o Ministério no caminho da boa gestão. Assim, nos enunciados do ministro e de Bolsonaro, as medidas que o governo deve tomar para superar a situação de diminuição das verbas disponíveis afirmam a necessidade de “gestão”, pois no fundo não se trata de falta de recursos.

[...] **qual a solução que eu proponho? Gestão.** Que que eu aprendi na iniciativa privada (eu sou professor concursado, funcionário público federal, há mais de cinco anos, já tô com estabilidade, mas eu antes de ser funcionário público, eu sou brasileiro, eu quero tá aqui no Brasil, eu quero que os meus filhos cresçam no Brasil, os meus netos cresçam no Brasil, e **pra que isso aconteça e nós não viremos uma Venezuela, a gente precisa melhorar**). [...] **então, gestão, gestão, transparência, governança, métricas, números, como na iniciativa privada.** O resto do Brasil todo tem que rebolar pra conseguir pagar as contas. A gente também tem que ter respeito com o contribuinte. (WEINTRAUB, Câmara, 15/5/2019 - destaques nossos).

Há setenta dias atrás, pouco mais de setenta dias atrás, eu virei ministro, logo depois veio o contingenciamento. Houve uma gritaria generalizada, urbi et orbi, muitos veículos de comunicação de massa falando que o corte, corte de 30% ia paralisar as universidades do Brasil e as pesquisas. **Não temos, passados esses 70 dias, não temos uma única universidade fechada.** [...] não temos uma única universidade federal sem luz, não temos uma única universidade aonde o bandeirão dos alunos esteja paralisado. Então, o que houve? Houve um contingenciamento de 3,5% por falta de recurso, porque os governos anteriores quebraram o país, e **o que está havendo, do meu ponto de vista, é uma gestão eficiente porque nenhuma universidade está fechada,** e a gente conseguiu sim manter o contingenciamento dentro da lei. Isso é lei gente, a gente tem que obedecer a lei. (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 4/7/2019 - destaques nossos).

Lá atrás, quando foi anunciado o contingenciamento e houve uma gritaria geral, ‘vai parar tudo’, não parou nada, todas as universidades estão funcionando, com luz com... [Entrevistador: mas tiveram que fazer cortes...] poxa vida, poxa vida! **Dinheiro não é deles, é dinheiro nosso, vai buscar eficiência. Tem que ter gestão.** E aí eu coloco o seguinte, foi feito uma gritaria que ia fechar, ia parar, a gente falou, ‘não é 30%, é três e meio por cento de contingenciamento, de congelamento, dos gastos totais, esses três e meio são administráveis’, e **agora a gente vai começar, desses três e meio, devolver, gradualmente, pra fechar as contas, mas essa busca por gestão e eficiência, veio pra ficar. Não dá mais pra fazer o que foi feito no passado, que é mandar mais dinheiro público.** (WEINTRAUB, É notícia!, 17/9/2019 - destaques nossos).

Eficiência, honestidade e gestão resultam em mais recursos aplicados onde realmente é necessário, **como bolsas de pesquisa em áreas úteis** com retorno à sociedade, sem aumentar impostos! Com a palavra o @MEC_Comunicacao (BOLSONARO, Twitter, 4/10/2019 - destaques nossos).

Olha, todos os serviços do MEC estão funcionando sem interrupção, existe um ou outro evento pontual [...] nenhum dos hospitais teve verba cortada, bandeirão foi atendido. **O que a gente tá fazendo é administrar uma crise gigantesca (o PT quebrou o país) com sangue frio.** (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 18/12/2019 - destaques nossos).

O que no discurso do governo seria uma questão de técnicas de gestão, na verdade era justamente a consequência inarredável da regra fiscal que ele operava e defendia, pela qual o único caminho possível seria reduzir ou acabar com a capacidade das instituições públicas de desempenhar suas atividades garantidoras de direito. Esse processo de corte orçamentário e inserção do ministro associando outros temas não ocorreu sem resposta das entidades representativas. O movimento universitário produziu grandes manifestações em contraponto ao governo.

O aperto contra as universidades também veio na forma de restrições para contratações de servidores técnico-administrativos e docentes, além do congelamento das tabelas salariais das categorias. O corpo de servidores das universidades, como no conjunto das instituições públicas brasileiras, têm defasagem de pessoal histórica e ampliação da terceirização. Para o primeiro ponto, medidas aprovadas nos governos Lula e Rousseff estabeleceram o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos, instrumentos que dão, nos seus limites, autonomia para as IFES gerirem seu pessoal e realizarem concursos públicos. Entretanto, o Ministério da Educação, através da Portaria 1.469, de 22/8/2019, limitou o provimento de cargos de servidores docentes e técnico-administrativos nas IFES para 2020, o que foi efetivado a partir do Ofício 01/2020 da Secretaria de Ensino Superior do MEC. No mesmo diapasão, o Ofício-Circular 08-2020 da

Secretaria de Programação Orçamentária do MEC buscou impedir promoções e pagamentos de benefícios aos servidores docentes e técnicos das IFES; e o Ofício 40/2020 da Coordenadoria-Geral de Recursos Humanos da SESU limitou o provimento no Banco de Professor Equivalente e no Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação em 2020. Ainda no final de 2019, Bolsonaro publicou o decreto 10.185/2019, em que extingue 59 cargos do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação (PCCTAE) das universidades e vedou concursos para outros 68 cargos da carreira, abrindo margem para o avanço da terceirização. Esse conjunto de medidas dificultaria às universidades manterem seus quadros de pessoal.

8.1.1.1 O “Tsunami da Educação” na disputa da universidade

As jornadas de luta universitária de 2019 surgiram num momento em que o campo popular da luta política brasileira estava centrando sua organização na defesa da previdência. Essa era a pauta das reuniões, palestras, assembleias e mobilizações, com previsão de ponto culminante em 16 de junho, um dia de Greve Geral, enquanto a Reforma da Previdência (PEC 6/2019), prioridade do governo, tramitava no Congresso. Com os cortes anunciados pelo ministro Weintraub e inflados pelo ataque à universidade pela “balbúrdia”, a mobilização ganhou em quantidade e mudou de qualidade no interior das universidades.

Assim, já nas semanas que antecederam os atos do dia 15 de maio, ocorreram protestos esparsos em vários locais do país. A Fasubra relatou, no dia 6 de maio, o “Dia de protestos contra os ataques à educação”, que ocorreu na comunidade universitária da UFBA, por exemplo: “Estudantes, técnico-administrativos e professores da UFBA (Universidade Federal da Bahia) realizaram na manhã desta segunda-feira (6) uma caminhada e protestos contra o corte de 30% do orçamento, anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) na última terça (30), que equivale a R\$ 37,3 milhões.” (FASUBRA, 6/5/2019). A UNE noticiava dia 8 de maio: “Em todo o país milhares de estudantes estão ocupando suas universidades para se organizar e dizer não aos cortes de verbas [...] Foram registradas mobilizações na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Piauí (UFPI)” (UNE, 8/5/2019). O texto trazia, ainda, atos nos institutos federais da Bahia, Minas Gerais, Ceará e Tocantins.

A mobilização pelo caminho jurídico foi utilizada para tentar reverter os cortes. A ANPG, UNE e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) entraram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal; enquanto o Andes pediu à Procuradoria

Geral da República que apurasse os cortes nas universidades. A pressão no Congresso era constante, sendo que foi a partir dessa mobilização que Weintraub foi convocado para a Câmara por três semanas consecutivas, dias 7, 15 e 22 de maio. Também no Congresso, foi lançada, ainda em abril, a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais, focada na defesa da autonomia universitária e outros temas.

Reunidas, as entidades da educação divulgaram a “Carta aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil!” (ANDES, 10/05/2019), em que denunciavam os cortes e o “apelo moral”, representado pela concentração dos ataques “às ciências humanas e sociais, na filosofia e sociologia, justificando que essas áreas não dão retorno imediato e melhorias para a sociedade”. O texto relacionava a declaração de Weintraub aos projetos de ataque à educação pública iniciados em 2015, listando o “Não à ideologia de gênero”; “Reformulação da BNCC⁵²”; e “Escola sem partido”.

Já na questão financeira, o MEC tem apresentado sucessivos cortes de verbas para as instituições de ensino, contabilizando um total de 5,8 bilhões, o que intensifica a precariedade do ensino. Embora as instituições públicas sejam responsáveis por 90% da produção do conhecimento e da pesquisa no Brasil, o corte de verbas na ciência e tecnologia de cerca de R\$2,132 bilhões, subalterniza a pesquisa e a autonomia da produção do conhecimento. O resultado destas políticas desastrosas será a entrega das universidades à iniciativa privada. (ANDES, 10/5/2019).

A carta afirmava, por outro lado, que a ação arbitrária seria fator de organização e mobilização do setor da educação. Os atos receberam, então, apoio dos partidos de oposição, PT, PCdoB, PSOL, PCB e PSB, que assinaram nota conjunta em Defesa da Educação e contra os cortes (FASUBRA, 10/5/2019). A notícia do Andes do dia 13 de maio registrava a pauta dos cortes sendo “alçada” à prioridade dos movimentos populares na resistência às medidas do governo.

A Greve Nacional da Educação foi inicialmente marcada para dar força à luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/19, da Reforma da Previdência. Porém, com o recente anúncio do governo do corte de orçamento nas áreas de educação e ciência e tecnologia, a greve de 15 de maio ganhou outra magnitude. As manifestações e paralisações de 15 de maio devem servir como preparação para a grande Greve Geral de 14 de junho, convocada recentemente pelas centrais sindicais. (ANDES, 10/5/2019).

O movimento foi realizado em todos os estados do Brasil, em 222 municípios (Imagem 2), e teve público participante estimado em mais de um milhão de pessoas, segundo

⁵² Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

a ANPG. Os excertos a seguir apresentam avaliações das entidades sobre os protestos do dia 15:

Educação mostra poder de força e resistência e leva milhares às ruas. Milhares de pessoas tomaram as ruas do país nesta quarta-feira, dia 15 de maio, em defesa da educação brasileira, no que consideram os maiores atos desde 2013. O setor da educação contou com o apoio de movimentos sociais, parlamentares, diversas categorias e as manifestações foram realizadas nos 26 estados e no Distrito Federal. (FASUBRA, 16/5/19).

ONTEM NÓS QUEM DEMOS A AULA. Nesse dia 15 de maio, mais de 1 milhão de estudantes e professores atenderam à convocação das entidades do movimento estudantil e educacional ao ocuparem as ruas de todo o Brasil em gigantes, lindos e pacíficos atos. A paralisação nacional da educação esvaziou milhares de escolas, centenas de universidades e laboratórios para encher as ruas, nos 26 estados e DF, de jovens em defesa do direito de estudar. (ANPG, 16/5/2019).

Greve Nacional da Educação: protestos se espalham pelo país. Primeira greve nacional contra as políticas do governo de Jair Bolsonaro, a Greve da Educação teve início com manifestações em centenas de cidades do Brasil. Muitas universidades, institutos e CEFETs amanheceram fechados pela comunidade acadêmica, em protesto contra os cortes de orçamento e de bolsas. (ANDES, 16/5/2019).

Imagem 2: mobilização da educação em 15/5/2019



Fonte: ANPG (15/5/2019).

No mesmo dia 15, Weintraub compareceu a uma convocação da Câmara para audiência pública da “Comissão Geral”, cujo requerimento havia sido aprovado no plenário da casa por ampla maioria. Foram várias horas de um debate dividido entre apoiadores e opositores, em que o ministro repetiu vários argumentos da extrema direita, não apenas quanto às universidades, mas sobre o país em geral. Por sua vez, em entrevista concedida nos EUA, onde se encontrava em viagem, Bolsonaro atacou as manifestações, associando a mobilização à doutrinação nas universidades:

É natural, natural, agora, **a maioria ali é militante**, se perguntarem ‘7 vezes 8’ pra eles, não sabem. Se perguntar a fórmula da água, não sabem, não sabem nada. **São uns idiotas úteis, e uns imbecis, que estão sendo usados de massa de manobra de uma minoria espertalhona, que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil.** (BOLSONARO, O Globo, Youtube, 15/5/2019 - destaque nosso).

No dia seguinte, em sua transmissão ao vivo semanal, ainda diretamente do Texas (EUA), voltou a atacar a legitimidade dos protestos, alegando que teriam sido patrocinados por partidos de oposição.

Teve essa questão, não é de greve, essa questão das manifestações no dia de ontem. **Não foi uma manifestação pela educação**, eu também quero, nós todos queremos uma educação melhor no Brasil, **foi uma manifestação patrocinada por uma minoria de espertalhões, do PT, PCdoB, Psol, PCO, sindicatos, usando a boa fé de alunos que querem uma educação melhor também, pra fazer um ato Lula Livre.** [...] Não são os estudantes, a grande maioria foi lá de boa-fé, mas foram usados por uma questão política, Lula Livre. (BOLSONARO, Youtube, 16/5/2019 - destaques nossos).

Com apoio do presidente, Weintraub não só não caiu do ministério, o que muitos esperavam, como manteve o bloqueio do orçamento. As entidades marcaram a data seguinte para dar continuidade à luta, uma vez que a principal pauta estava mantida. Surgiu, também, nesse momento, a alcunha “Tsunami da Educação”, enfatizando o tamanho das manifestações. Na notícia do Andes a seguir está demonstrada a articulação entre diferentes organizações para a construção das atividades do segundo dia de protestos, 30 de maio de 2019:

Entidades da educação preparam novo dia de lutas em 30 de maio: A luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade terá uma nova rodada no dia 30 de maio. As entidades representativas de estudantes, professores, técnicos-administrativos preparam para a data mais um dia de lutas da educação, em nível nacional. A preparação da nova mobilização do setor foi definida em reunião na sexta-feira (17). O encontro contou com ANDES-

SN, CNTE, FASUBRA, FENET, SINASEFE, UBES e UNE. (ANDES, 30/5/2019).

A segunda onda do protesto trouxe, igualmente, um grande número de pessoas. A pauta geral resumia-se à defesa da educação e a contrariedade aos cortes orçamentários, enquanto havia uma gama de outras pautas que circulavam nas atividades.

Na tentativa de conter as manifestações, o ministro Weintraub postou um vídeo em sua conta no Twitter incentivando que fossem denunciadas à ouvidoria do MEC atividades políticas com chamados para protestos nas universidades. Já no dia 30 de maio, pelo site do Ministério, emitiu uma nota oficial intitulada “Instituições de ensino públicas não podem promover movimentos políticos⁵³”. No texto, buscava intimidar os manifestantes, afirmando que “nenhuma instituição de ensino pública tem prerrogativa legal para incentivar movimentos político-partidários e promover a participação de alunos em manifestações”, em clara iniciativa de coerção. Dizia que a comunidade não estava autorizada a divulgar e estimular protestos, e que “Caso a população identifique a promoção de eventos desse cunho, basta fazer a denúncia pela ouvidoria do MEC por meio do sistema e-Ouv.” Ele destacava a obrigatoriedade de os servidores cumprirem a carga-horária e defendia que os professores não poderiam deixar de dar aula. A Fasubra noticiou, no dia seguinte, que a nota tinha servido de estímulo à mobilização. O Ministério Público Federal foi acionado e determinou que o MEC cancelasse a nota. O texto passou a conter uma explicação, em que afirmava: “O MEC não proíbe pais e alunos de divulgar protestos. Esse tipo de comportamento se insere na liberdade individual das pessoas, desde que não interfira no bom e fiel cumprimento da missão funcional das instituições públicas de ensino” (MEC, 5/6/2019).

Fasubra, Andes, UNE e ANPG, entre outras lideranças nacionais da atividade, buscaram relacionar a mobilização a uma preparação para a greve geral do dia 16 de junho, contra a reforma da previdência. A mobilização do dia 30 de maio ocorreu em vários locais do país e teve ampla adesão popular (Imagem 3).

Balanço final da UNE registrou atos em 211 cidades nos 27 estados e mais 9 países (30/5/19): A manhã desta quinta-feira, 30 de maio, ou 30M para os que defendem a educação, já começou agitada em diversas cidades do Brasil. Em Salvador, 40 mil pessoas foram às ruas. No Distrito Federal, 30 mil. Dessa vez, municípios com menor número de habitantes também organizaram manifestações, como foi em Araraquara e Tupã, em SP, Luiziânia, em Goiás, Iguatu, no Ceará, entre outras. (UNE, 30/5/2019).

⁵³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/oferta-voluntaria/33381-noticias/notas-oficiais/76641-instituicoes-de-ensino-publicas-nao-podem-promover-movimentos-politicos>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Imagem 3 - Manifestação do dia 30 de maio de 2019 em Curitiba-PR

Fonte: Fasubra (30/9/2019)

Para a greve geral do dia 16 de junho, a pauta do orçamento da educação foi colocada no centro, junto à Reforma da Previdência. Os atos ocorreram novamente em escala nacional, mas não tiveram o caráter de uma greve que tenha paralisado as maiores cidades do país. No mês seguinte, a PEC 6/2019 foi aprovada em primeiro turno na Câmara, desarticulando o movimento popular que tinha a esperança de impedir seu avanço. Com a continuidade do bloqueio orçamentário, os setores organizados da Educação voltaram às ruas para nova rodada de protestos do “Tsunami da Educação” no dia 13 de agosto (13A), chamada “Greve Nacional da Educação”. O Andes relatou que “Milhares saem às ruas em defesa da educação” e que a greve nacional foi construída em unidade pelas entidades sindicais e estudantis, sendo “uma grande mobilização em defesa da educação pública e gratuita, contra os cortes orçamentários e a reforma da Previdência.” (ANDES, 14/8/2019). A UNE evidenciou a diversidade de pautas que estiveram nas ruas: “Defesa da democracia, meio ambiente e repúdio a tortura também foram reivindicados pelos estudantes. O terceiro tsunami pela educação que levou cerca de 1,5 milhão de pessoas as ruas de todo Brasil” (UNE, 13/8/2019). Nesse ato, já aparecia na pauta a rejeição à intervenção nas universidades, pela nomeação de reitores não eleitos, e ao programa Future-se, ambos temas que trataremos na sequência deste trabalho.

Na tentativa de garantir uma mudança de qualidade nos atos, as entidades convocaram a “Greve da Educação – 48h” para os dias 2 e 3 de outubro, com apoio declarado das centrais sindicais. A greve ocorreu já após um primeiro descontingenciamento, que fora considerado insuficiente pelas entidades. Logo depois, em meados de outubro, os recursos foram liberados integralmente. As mobilizações do Tsunami da Educação contribuíram para que a liberação ocorresse, mesmo que não seja possível afirmar que tenham sido causa direta. O fato é que, em meio à jornada, não apenas os recursos discricionários foram disponibilizados novamente, como o movimento fez um contraponto popular à pauta e aos discursos do governo sobre a universidade, impulsionando a disputa das universidades para além dos muros das instituições.

Por outro lado, o nome “Tsunami” ilustrou adequadamente a dimensão massiva que o movimento teve, assim como seu caráter passageiro. Como jornada de luta articulada com uma pauta específica, a mobilização não conseguiu evoluir para uma organização mais duradoura e que fosse catalizadora de lutas sociais mais amplas, como a revogação da Emenda Constitucional 95, pretensão de fundo das mobilizações. A jornada da educação de 2019 teve como saldo, porém, a unidade das entidades representativas, formando um bloco para a atuação política. As entidades seguiram na tentativa de organizar novos atos e essa era a perspectiva em março de 2020, quando veio a pandemia de Covid-19.

8.1.1.2 Marcas sobre as táticas comunicacionais de Weintraub

Ao anunciar o descontingenciamento da totalidade dos recursos orçamentários das universidades, em outubro de 2019, Weintraub seguiu na sua tática de inserção comunicativa “disruptiva”, encerrando precocemente o anúncio e vestindo um óculos escuro (Imagem 4), em referência ao *meme* “thug life”, que significa que a pessoa “acaba de fazer um feito incrível e digno de louvação” (DICIONÁRIO POPULAR, s.d., s. p.). No Twitter (WEINTRAUB, 18/10/2019). O ministro compartilhou o vídeo com a seguinte declaração:

Coletiva de imprensa! Acabou o contingenciamento das Federais! VERBAS 100% LIBERADAS! Cadê os “especialistas” que alardeiam o caos há 6 meses. Vão admitir que “erraram”? 🤔 Parabéns ao Presidente Bolsonaro por mais esta vitória. (WEINTRAUB, Twitter, 18/10/2019).

E no vídeo attached ao post fez o seguinte comentário, seguido da colocação do óculos e encerramento da entrevista:

[...] no começo do ano, eu acho que gente incompetente ou gente de má fé falou que a educação e o ensino ia acabar, não ia ter verba, ia ser um corte monstruoso e tudo isso a gente viu que tava errado. Tá 100% descontingenciado, e eu só tenho mais uma coisa a falar.... AB is out [Coloca óculos escuros e encerra o anúncio] (WEINTRAUB, Twitter, 18/10/2019).

Imagem 4: Weintraub anuncia o descontingenciamento



Fonte: Weintraub, Twitter, 18/10/2019.

Em fevereiro do ano seguinte, em entrevista para Eduardo Bolsonaro, no canal “O Brasil precisa saber”, Weintraub explicou que a performance constituía uma ação comunicativa e que acreditava que, se não fizesse dessa forma, a imprensa não divulgaria o descontingenciamento:

‘Cortes na educação, as universidades vão parar, os hospitais universitários vão parar’. Não parou nenhuma, não teve corte nenhum, foi contingenciamento temporário, tudo descontingenciado, e, ao final, foi liberado 250 milhões de reais a mais para as universidades tocarem obras que estavam paradas e instalar a energia fotovoltaica. [...] **eles** [imprensa] **não iam mostrar, se eu não coloco os óculos escuros, não sai em lugar nenhum.** O tempo inteiro mentindo ou escondendo coisa. (WEINTRAUB, O Brasil precisa saber, 29/2/2020 - destaque nosso).

A acusação de que havia distorção por parte da imprensa foi repetidas vezes apontada nas falas de Abraham Weintraub, que costumava acusar a existência de uma “chuva de *Fake News*”, complementando o ataque sistemático realizado pelo próprio presidente aos veículos de imprensa. O ministro chegou a utilizar um guarda-chuva em ambiente fechado para dizer que havia muitas notícias falsas por parte da imprensa. As falas a seguir exemplificam esse modo de tratar a imprensa:

Olha, o contingenciamento eu acho que ficou, também **os veículos de comunicação no começo não falaram que foi contingenciamento, falaram que foi corte**, que as universidades iam parar, que não ia ter dinheiro pra nada, que ia fechar tudo. **E a gente tá vendo que é um contingenciamento mesmo, estamos discutindo quanto vamos descontinuar agora**, se fosse corte não tinha o que discutir e que aparentemente também não foi essa catástrofe que as pessoas falaram lá atrás. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019 - destaques nossos).

O DESCONTINGENCIAMENTO (não foi corte) começa hoje, conforme venho falando há 6 meses. Serão liberados R\$2 bilhões. Haverá uma coletiva de imprensa 10:30. **Será que os Marinheiros ou os Frias vão mandar seus empregados admitir que “erraram”**? (WEINTRAUB, Twitter, 30/9/2019 - destaque nosso).

8.1.1.3 Preparação para formas de privatização das universidades públicas

A saída estrutural para o tema apresentada pelo governo, o Future-se (tema detalhado no próximo capítulo), veio em meados de julho de 2019, e tomou parte dos embates no segundo semestre daquele ano e no início de 2020. O ministro Weintraub já estava preparando ideologicamente o terreno, em meio à disputa com a mobilização universitária e a representação no Congresso, para a apresentação da proposta. Nas sequências a seguir, evidenciamos exemplos de enunciados em que o governo já indicava o que seria seu projeto de contrarreforma:

Contra cobrar [...] **eu sou contra que o aluno pague a graduação** porque eu sei que a maioria é pobre e não consegue entrar. Então, eu não quero mexer nisso, não tá nas nossas propostas mexer nisso, **o que a gente quer é arejar, a Universidade poder ter um patrono, como lá fora**. Por que que uma grande organização como a Rede Globo não pode ser patrono da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou da Universidade Federal Fluminense, por que não? Eles gostam tanto de educação, põe um dinheiro aí. Põe lá, ‘Campus Roberto Marinho’, é contra, isso é errado, isso é feio? Vai sobrar dinheiro a mais... as pesquisas... **lá fora o pesquisador quando acerta ele fica rico**, deixa metade com a universidade e metade no bolso dele. Por que que não pode ter essa relação? (WEINTRAUB, Câmara, 15/5/2019 - destaques nossos)

A dicotomia superior e base, eu concordo que a gente tem que libertar as universidades. As universidades, elas têm muita receita presa e mesmo quando elas conseguem as receitas [...] muitas universidades, não todas, mas **muitas universidades teriam como conseguir receitas extras**. E elas não conseguem, não chega as receitas, se pega.... mesmo o caso aqui de algumas universidades que **têm muito patrimônio imobiliário que tá largado**. **Então a gente precisa criar algum instrumento**, as bancadas parlamentares do governo, da oposição e da situação exatamente, então a gente quer destravar essas coisas pra que: liberar o orçamento das universidades, que também [...] **a gente precisa conversar com todo mundo, porque senão, a folha, crescendo vertiginosamente, vai comer o recurso que vai pra pesquisa e pro aluno**. (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019 - destaques nossos).

As incubadoras... tem muita universidade muito rica em termos de imóveis. **Criar fundos imobiliários, com toda a segurança possível, negociado na bolsa, CVM, pra evitar desvio**. E essa receita ir direto pra universidade pra pesquisa, pra aluno. Então, esse tipo de solução a gente quer trazer. Cobrar dos alunos eu sou contra, de graduação. Por que que eu sou contra cobrar de aluno de graduação? Porque eu acho que é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente pode avançar em áreas que vão trazer retorno maior. (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019 - destaque nosso).

8.1.1.4 A troca do ministro como acomodação de prioridades do governo

As pautas acumuladas nas IFES no primeiro ano do governo Bolsonaro levaram a uma articulação desde o final de 2019 para a construção do dia 18 de março como retomada dos processos de luta, como “18M Greve Nacional da Educação 2020”, em todas as universidades e institutos federais. O advento da pandemia de Covid-19 impôs uma mudança na agenda e na forma de mobilização⁵⁴. Já no contexto da disseminação do coronavírus, na reunião ministerial do dia 24 de abril de 2020, que só veio a público no final de maio, Paulo Guedes expressou sua posição de inimigo dos servidores público: “[...] nessa confusão toda, todo mundo achando que estamos distraídos, abraçaram a gente, enrolaram a gente, nós já botamos a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário” (GUEDES, STF, 22/5/2020). No mesmo episódio, Weintraub caracterizou os ministros do STF como “vagabundos”, e defendeu que fossem presos. “Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF” (WEINTRAUB, STF, 22/5/2019).

⁵⁴ Mais adiante, na seção 11.2 deste trabalho, abordaremos as aulas remotas e as ações adotadas para a pandemia nas universidades.

A divulgação do vídeo ocorreu por decisão do ministro Celso de Mello em inquérito que apurava declarações do ex-ministro Sérgio Moro sobre tentativa do presidente Jair Bolsonaro de interferir na Polícia Federal para beneficiar seus filhos.

A pandemia motivou uma depuração no governo Bolsonaro, com trocas de aliados na base do congresso, entre governadores e ministros. O governo trabalhou contra as medidas de isolamento e contenção do vírus e incitou o movimento bolsonarista a ressurgir na cena política, desta vez tendo como foco o ataque ao Supremo Tribunal Federal, sob alegação de que o órgão estaria retirando a liberdade de ir e vir e as prerrogativas presidenciais para gerir o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Weintraub compareceu aos atos antidemocráticos do dia 14 de junho e reiterou por vídeo o destrato de “vagabundos” aos ministros da corte. Nesse conjunto de dinâmicas políticas envolvendo o apoio a Bolsonaro no Congresso, para superar o isolamento em que se encontrava e desempenhar suas políticas na área da Saúde *pari passu* com a Economia, o ministro da Educação foi demitido. Pesava contra ele, ainda, a posição do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a quem caberia, por exemplo, avaliar a admissibilidade dos pedidos de impeachment contra Bolsonaro, que se avolumavam na Câmara. Foi amplamente noticiada, em abril e maio de 2020, a aproximação de Bolsonaro com o grupo chamado vulgarmente de “Centrão” (ESTADAO, 2020), que corresponde à direita tradicional brasileira, e que passou a ocupar inclusive cargos no MEC.

Antes da demissão de Weintraub, Bolsonaro havia apresentado duas medidas provisórias para alterar as eleições para reitores, tema da parte em que abordamos as nomeações de reitores não eleitos (capítulo 10).

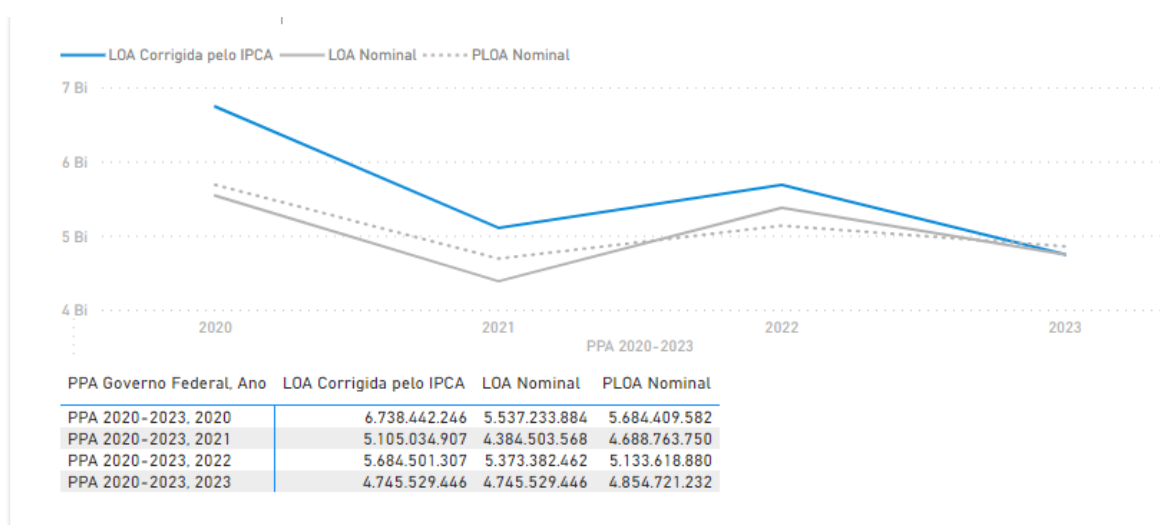
8.1.2 O ministro-pastor e o menor orçamento: Milton Ribeiro

Na gestão de Milton Ribeiro⁵⁵, os ataques discursivos à universidade tiveram uma calibração no tom, tornaram-se menos acintosos, repercutindo de certa forma os ajustes nas bases políticas do governo. O ministro-pastor Milton Ribeiro buscou reestabelecer reuniões com a Andifes e se apresentava como educador, que desejava fugir da vitrine do cargo. Isso não quer dizer uma mudança de postura radical nas políticas desenvolvidas, sequer no que diz respeito à valoração negativa da universidade que vigia no governo.

⁵⁵ Antes de empossar Ribeiro, Bolsonaro chegou a anunciar como ministro Carlos Decotelli, que estivera na equipe de Ricardo Vélez, à frente do FNDE, mas que não chegou a assumir o Ministério, após denúncias de fraudes no seu currículo (PIRES, 2020).

O orçamento discricionário de 2021, encaminhado na gestão de Ribeiro, trouxe a maior retirada de recursos das universidades, chegando ao mais baixo patamar dos quatro anos do mandato de Bolsonaro, R\$ 4,4 bilhões (Imagem 5). O montante nominal foi inferior ao registrado nos dez anos anteriores, sendo superior apenas ao de 2010, cujo orçamento foi de R\$ 3,889 bilhões (R\$ 8,3 bilhões, se corrigido pela inflação para 2023). Nesse período de dez anos (2011-2021), o número de alunos matriculados nas instituições cresceu mais de 50% (FERREIRA, 2020).

Imagem 5: Evolução do orçamento discricionário das universidades federais (2019-2023)

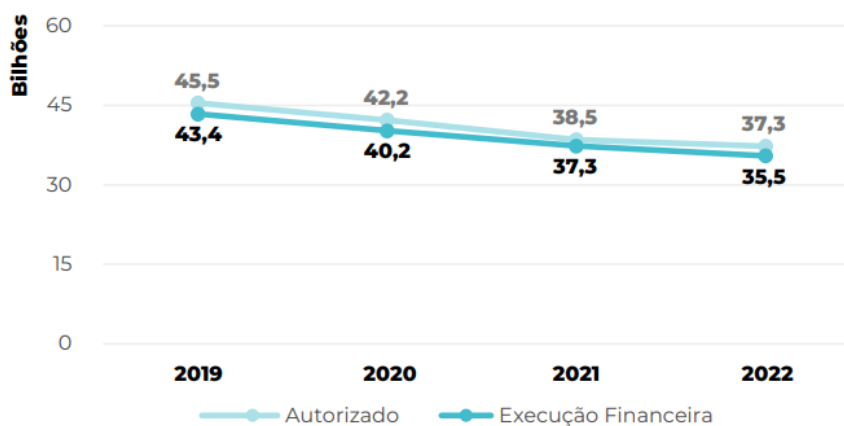


Fonte: Andifes (consulta em 25.6.2023)⁵⁶.

A redução não foi apenas nos valores discricionários, mas o total de recursos do MEC para o Ensino Superior, incluindo a folha (Imagem 6).

⁵⁶ Andifes – Execução Orçamentária. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=85000>. Acesso em 25 jun. 2023.

Imagem 6: Gráfico do orçamento total do Ensino Superior (extração 13/2/2023)
Execução financeira da subfunção Ensino Superior | de 2019 a 2022
 (valores em reais constantes, corrigidos pelo IPCA de janeiro de 2023)



Fonte: Siga Brasil. (INESC, 2023)

O orçamento decrescente e a continuidade dos bloqueios sobre um montante já restrito foram justificados por Ribeiro pelo que definiu como “gasto” do período anterior. “[...] eu vejo que houve tempos num passado não tão remoto em que o orçamento federal das universidades eram muito grande, muito maior do que nós temos hoje, nós estamos recompondo.” (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021 - destaque nosso).

Observamos que o argumento mais comumente apresentado pelo ministro para justificar a redução dizia respeito aos impactos da pandemia de Covid-19 na economia e na arrecadação. Essa perspectiva também se relaciona com a vigência da responsabilidade fiscal e princípio utilizado discursivamente pelo governo de não gastar mais do que se arrecada, no que se refere às políticas sociais. Os exemplos a seguir buscam evidenciar esses direcionamentos:

[...] em relação ao orçamento das universidades, vale dizer também que **nós vivemos um tempo de guerra, de pandemia, e o que Brasil remete às universidades e às suas autarquias é resultado dos impostos que chegam ao Tesouro.** Então, quando a gente fala em diminuição da receita, das verbas federais das universidades... (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021 - destaques nossos).

[...] o MEC e o governo federal, ele não fabrica dinheiro. O dinheiro vem dos impostos e hoje com lockdown, com a paralisação de tudo, com a estagnação em muitos pontos da economia, os impostos deixaram de ser recolhidos. (RIBEIRO, Voz do Brasil, 5/5/2021).

O ministro Paulo Guedes tem sido um grande companheiro do MEC, porque eu sei que em outras pastas houveram cortes maiores ainda, e não é porque ele quer, não é porque o presidente quer fazer corte na educação, seja em

outra... é que simplesmente, é uma razão lógica, nós não temos dinheiro, o dinheiro ele é proveniente de impostos. A pandemia, com toda essa parada que aconteceu, os impostos eles deixaram de entrar. (RIBEIRO, CNN Brasil, 18/8/2020 - destaque nosso).

[...] Eu acho que você como repórter [dirigindo-se a jornalista d'O Globo] percebeu que não houve em um ano e meio, quase dois anos de gestão aqui no MEC, nenhum movimento, nenhum professor de escola federal reclamando de atraso de pagamento de seu salário e eles ficaram em casa. Isso tudo foi feito com uma gestão séria, que, simplesmente, nós optamos pelas prioridades, e uma das prioridades era manter o salário de todos os servidores⁵⁷. Não houve sequer menção disso. (RIBEIRO, Twitter, 1/12/2021 - destaque nosso).

Reiteradas vezes o Milton Ribeiro se referia a uma escolha que o governo deveria fazer entre destinar recursos para as universidades e “colocar comida no prato de um brasileiro”. Nessa direção está o enunciado a seguir:

[...] o presidente me chamou, eu sentei: ‘presidente, a minha guerra, a minha luta interna é proteger a educação’. Não pensam que eu não falo com o presidente. Ele ouve. E eu falei: ‘presidente, não podemos cortar na educação. O orçamento da educação, como a gente vai cortar?’. Ele sentou comigo e disse uma coisa: **‘Milton, entre adiar uma obra, uma construção, adiar um projeto de pesquisa, e colocar comida no prato de um brasileiro que tá morrendo de fome, pra onde você quer que eu vá?’** É uma escolha que eu tenho que fazer’. Falou: ‘os valores diminuíram, a arrecadação diminuiu’. Eu fiquei calado, mas ainda continuo comentando e vendo a possibilidade de a gente retomar esses valores que foram cortados. (RIBEIRO, Câmara, 9/6/21 - destaque nosso).

O ministro enfatizou a pressão orçamentária motivada pela emenda do teto de gastos sem criticidade sobre a regra. Nos trechos abaixo também vemos a informação de que o orçamento total teria crescido nas universidades, o que não foi confirmado pelos dados disponíveis no relatório do Inesc (2023).

[...] a rigor, o orçamento do MEC, sem contarmos as verbas e os orçamentos discricionários, ele foi acrescido de 3%, é um número irrisório, mas houve um crescimento, não houve corte, **corte foi nas despesas discricionárias. O custeio [folha de pagamento] é altíssimo, toda a máquina do ensino superior federal** [...] o aumento de sete bilhões nas despesas obrigatórias do MEC, **aliado ao Teto de Gastos, pressionou e pressionou o orçamento discricionário do MEC**. Então, nós tivemos esse aumento das despesas, manutenção com custeio. (RIBEIRO, Câmara, 7/7/2021 - destaques nossos).

⁵⁷ No que diz respeito aos servidores da Educação, Milton Ribeiro, na perspectiva de modificar a relação professor-aluno, tratou de dificultar as novas contratações, e impôs uma mudança no número de horas-aula dos professores da carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), via Portaria 983/20, de 18 de novembro de 2020. A mobilização das universidades e institutos conseguiu que a Comissão de Educação da Câmara aprovasse o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 483/2020, para sustar a referida Portaria.

O que aconteceu este ano com o orçamento do MEC, no meio de uma guerra, no meio de uma pandemia [...] cortou sim foi das verbas que têm o poder de direcionar, um prédio novo, uma pesquisa nova, um curso novo, isso sim. Nós estamos trabalhando em regime de guerra e pra isso o custeio foi garantido a todas as instituições. (RIBEIRO, CNN Entrevista, 12/8/2021 - destaque nosso).

Já no orçamento de 2020 havia se consolidado a lógica de redução dos recursos das universidades e a priorização do pagamento das emendas parlamentares por parte do governo. A redução orçamentária, portanto, esteve ligada à prática das emendas de relator, conhecido como “orçamento secreto”⁵⁸, pois para pagar essas propostas dos deputados aliados, o governo retirava recursos do orçamento básico, incluindo o das universidades. O ministro Ribeiro chegou a confirmar, em audiência na Câmara, que um corte de R\$ 1,57 bilhão foi realizado para pagar emendas parlamentares, em setembro de 2020 (SUZUKI, 2021).

Menor em verbas discricionárias e totais, o orçamento de 2021 motivou uma série de mobilizações das entidades e atuação destacada da Andifes, em espaços na imprensa e no Congresso. Em maio de 2021, quando confirmado o corte e o bloqueio do orçamento, em patamares calamitosos para o funcionamento das universidades, a Associação publicou o manifesto “As universidades federais se recusam a parar”, em que apontava a decisão estratégica de manter as ações, apesar das poucas condições de fazê-lo.

Mesmo em meio a tamanha dificuldade orçamentária, a rede de universidades federais tem se recusado a parar. Com ajustes que já chegaram ao limite, redução de despesa resultante da prevalência das atividades remotas, ao contrário, **temos mantido nossas ações e nossa estrutura a serviço dos brasileiros, sobretudo, na luta diária contra o Coronavírus.** Além do ensino, pesquisa e extensão, da formação de milhares de profissionais altamente qualificados, as universidades têm se dedicado às questões humanitárias que permeiam esse grave momento global. Não paramos nem um dia. (ANDIFES, 3/5/2021 - destaque nosso).

Como vimos em comentários de Weintraub, quando afirmou que mesmo com os cortes não havia universidade fechada, o posicionamento de seguir operando também é parte da disputa em que a universidade está envolvida. A partir das marcas discursivas do comunicado da Andifes, parece ter pesado na decisão a relação com o conjunto da sociedade que sofria os impactos da pandemia e da gestão bolsonarista da mesma, e poderia ser mobilizada mais uma vez contra as universidades em caso de interrupção das atividades.

⁵⁸ A partir do expediente das “emendas de relator”, os deputados poderiam direcionar amplos recursos orçamentários para atender suas agendas locais, sem que fosse dado ao conhecimento público a qual deputado a emenda atendia.

Em caráter virtual, as entidades representativas da comunidade universitária promoveram o “Ato Virtual em Defesa de um Orçamento Justo para a Educação”, em setembro de 2020, já nos embates da Proposta de Lei Orçamentária 2021, que indicava corte de 18% no orçamento discricionário sobre o valor já rebaixado de 2020. Segundo a UNE, na ação foi divulgado o “Manifesto em Defesa da Educação como Direito Público”. A FASUBRA havia feito um chamado para o evento, que caracterizava como ação parlamentar, sindical e estudantil:

No próximo dia 17 de setembro frentes parlamentares em defesa da educação, entidades sindicais e estudantis do setor, entre elas a FASUBRA Sindical, promovem um grande ato nacional contra os cortes anunciados pelo governo na proposta de Orçamento para 2021, que representam R\$ 1,4 bilhão a menos para as IFES (Instituições Federais de Ensino), o que equivale a uma redução de 18,2% em relação ao Orçamento de 2020. (FASUBRA, 31/8/2020).

A mobilização teve a participação de 50 entidades representativas da educação e da ciência, além de 16 frentes parlamentares pluripartidárias. A Lei Orçamentária foi aprovada confirmando os cortes previstos no projeto. A sanção pelo governo bloqueou, ainda, parte do orçamento aprovado.

Já em 2022, o governo Bolsonaro ampliou minimamente os recursos orçamentários nominalmente em relação ao índice de 2021 (de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 5,4 bilhões), o que permitiu ao ministro Milton Ribeiro ter uma “pauta positiva” para difundir. A apresentação dos dados tomava em consideração o ano anterior e, portanto, buscava um efeito maior do que o impacto concreto no dia a dia das instituições, uma vez que estava muito aquém de recuperar a defasagem que ocorreu ao longo do governo. Sobre “ampliação” orçamentária, o discurso do ministro deu ênfase aos recursos da assistência estudantil, através do programa Pnaes, e à liberação de investimentos e financiamentos de projetos de pesquisa via FNDCT (neste caso, orçamento do MCTIC).

Minha proposta, nossa proposta do MEC, que vai ser naturalmente apreciada pelos senhores, também aqui como Parlamento, ela fala em algo em torno de aumento de no mínimo 17% no orçamento, num ano em que tivemos um orçamento muito pequeno, 17% relativo, só as discricionárias, não tô falando de custeio [folha de pagamento] das universidades federais... então, parte de mim, do MEC, esse desejo. (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021).

[...] **nós recompusemos o PNAES com o valor**, para o orçamento 2019, esse ano ainda, proposta agora... pelo, pro nosso orçamento de 2022, **nós estamos pedindo 191 milhões**. Hoje, em média, para alguns alunos que estudam em escolas federais de graça, nós ainda damos cerca, em média, de 900 reais mês pra ajudar esses alunos, então, é uma ajuda financeira. E nós estamos aumentando agora pra 1.04 [bilhões de reais], é o pedido que o

MEC faz aos senhores... **aumento de 167 milhões no orçamento das universidades, também pedimos, passando de 2.76 bilhões para 2.92 bilhões.** Então rodamos uma matriz que a própria Andifes elaborou, dentro dessa matriz, 47 universidades terão ganhos diretos no orçamento. Previsão de 219 milhões para investimento nas universidades, 295 milhões em investimentos diretos. (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021 - destaques nossos).

Então, eu não, não posso. Eu sou ousado, **os senhores podem decidir isso**, mas eu ousei na proposta de orçamento do MEC pro ano que vem, eu pedi, só pro discricionário, 17% de aumento pras universidades e 28% para os institutos federais. Eu fiz o meu papel, fiz conta, falei ‘nós precisamos recompor as questões dos laboratórios das instituições’. **Tudo isso eu fiz, tô fazendo a minha parte.** (RIBEIRO, Câmara, 20/10/2021 - destaques nossos).

A proposta de “ampliação” se efetivou com a aprovação pelo Congresso, reiteramos, sem representar uma recomposição geral ou ao menos considerar as perdas inflacionárias. Além disso, a execução de um orçamento um pouco menos enxuto também teve percalços, bloqueios operados pelo Ministério da Economia. A seguir abordamos esses bloqueios ocorridos na gestão do substitutos de Ribeiro, Victor Godoy.

8.1.3 O tecnicismo neoliberal reiterado: Victor Godoy

A saída de Milton Ribeiro ocorreu já em 2022, em decorrência da denúncia de corrupção envolvendo pastores⁵⁹ que cobravam uma taxa para intermediar a liberação de recursos do FNDE no MEC para prefeituras. No lugar de Ribeiro, tomou posse o último ministro da Educação do governo Bolsonaro, Victor Godoy (março 2022 a dezembro de 2022). Servidor de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU) e secretário-executivo do MEC na gestão Ribeiro, ao ocupar o espaço de ministro, Godoy reforçou o discurso tecnocrático afinado com as regras fiscais de redução dos investimentos em educação, nas balizas da EC 95, princípios aos quais caberia apenas adaptar-se. Ele esteve à frente de dois processos de contingenciamento em pouco mais de oito meses, incluindo o período eleitoral de 2022. A naturalização da regra fiscal reverberou em tom gerencial e tecnicista do ministro:

[...] desde o teto de gastos nós temos uma pressão das despesas obrigatórias nos gastos discricionários, nós tivemos uma vitória ano

⁵⁹ As entidades representativas (Andes-SN, Fasubra e Sinasefe) cobraram a demissão imediata de Ministro da Educação em 23 de março de 2022, “após a revelação, em veículos da imprensa brasileira, de um esquema criminoso de distribuição de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para obras, creches e escolas municipais.” (ANDES, 23/3/22). No áudio revelado pelo jornal Folha de S.Paulo, Milton dizia que a sua “[...] prioridade é atender a todos que são amigos do pastor Gilmar”. E completa dizendo que “[...] Foi um pedido especial que o Presidente da República fez pra mim sobre a questão do Gilmar [...] então o apoio que a gente pede não, isso pode ser [inaudível] é apoio sobre construção das igrejas.” (Ibid.).

passado com o aumento de dois bilhões de reais no orçamento, que era 19 e hoje é quase 22 bilhões. (GODOY, Câmara, 11/5/2022 - destaque nosso).

É uma medida de segurança fiscal e, como eu disse, é temporária! Os limites serão restabelecidos brevemente, em dezembro, conforme informação do Ministério da Economia. (GODOY, Twitter, 5/10/2022 - destaque nosso).

No caso de Godoy, novamente temos a associação das gestões anteriores a um descontrole, o que reforça a Emenda Constitucional 95 como medida necessária.

[Vídeo]: “Informações falsas de cortes e confisco de recursos da educação... **Nós não queremos que o governo faça o que foi feito no passado.** [...] aquelas situações que as universidades precisem mesmo, elas podem procurar o ministério da educação que nós vamos conversar com o ministério da economia, ou seja, não tem risco, pessoal, de descontinuidade das atividades educacionais nas universidades e nos institutos.” (GODOY, Twitter, 06/10/2022 - destaque nosso).

Como regra, um teto de gastos né, e **esse teto de gastos ele exige do gestor público um nível de eficiência muito superior** ao que se tinha na época em que não havia essa limitação. Naturalmente que esse teto de gastos, quando ele, ele considera um crescimento vegetativo, que existe nas despesas obrigatórias, naturalmente traz uma pressão para despesa discricionárias, então, enquanto que o Ministério da Educação tinha em 2015 cerca de 40 bilhões de reais em despesas discricionárias, nós tivemos que trabalhar, aí nos últimos anos, com algo em torno de 50% desse valor. Isso, naturalmente, trouxe uma série de desafios. (GODOY, Câmara, 14/12/2022 - destaque nosso).

Ao apontar realizações positivas, em relação aos três anos anteriores, em termos orçamentários, o ministro enfatizou os mesmos investimentos que Ribeiro havia enfatizado: a ampliação do Pnaes e a liberação de montante para investimentos em pesquisa.

[...] o **PNAES** nós tivemos, como eu disse, a recomposição dos valores de 2019, com inflação, então nós voltamos ao valor de um bilhão e 40 milhões de reais, que foi uma conquista muito grande **porque ano passado nós tivemos até perto do final do ano muito próximo de não conseguir pagar essas bolsas. Então nós conseguimos recompor esse ano** (GODOY, Câmara, 11/5/2022 - destaques nossos).

Nós tivemos, do ano passado para esse ano, um acréscimo de quase **1 bilhão de reais, são 930 milhões de reais a mais no orçamento das universidades e dos institutos federais.** Isso resulta no aumento de 10% para universidade e 20% para os institutos. [...] O ministério da Ciência e Tecnologia tem um fundo que é o **FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do país que só nesse ano também destinou quase um bilhão de reais para as universidades federais:** são 430 milhões em equipamentos, laboratórios, e 500 milhões para os projetos de pesquisa. (GODOY, Voz do Brasil, 6/10/2022 - destaques nossos).

Nos oito meses de comando de Godoy no MEC, o governo realizou um bloqueio do orçamento discricionário das universidades em maio de 2022, no valor de R\$ 1,1 bilhão (com 50% desbloqueado em junho de 2022); e novo bloqueio de R\$ 1,1 bilhão do discricionário das universidades, em 30 de setembro. Quando ocorreram os cortes, tanto em maio quanto em outubro de 2022, o ministro reestabeleceu a regra de que os reitores deveriam procurar o MEC para liberações pontuais.

[...] aqueles casos em que eventualmente esse limite né, que foi colocado, de gasto de empenho, e uma universidade tem uma situação concreta em que precise ultrapassar esse limite, pode **procurar o Ministério da Educação**, nós vamos receber o reitor, conversar com ele, entender a situação e buscar resolver isso junto com o ministério da Economia (GODOY, Câmara, 6/10/2022 - destaque nosso).

O contingenciamento que não ia afetar as universidades. Por que? Porque a gente já tinha dito, **qualquer reitor que tivesse qualquer situação, vim aqui conversar**. [...] é da responsabilidade fiscal, e **aí a gente viu uma mobilização que foi feita de maneira pensada, de maneira planejada, pra criar um ruído pra prejudicar o governo**. (GODOY, O Tempo, 20/10/2022 - destaques nossos).

[...] às vezes é um exagero [...] Aí entra aquilo que eu falei: **ao invés da Universidade de ir lá e fazer a bandeira política, vai lá no MEC: ‘ministro, a situação tá crítica e tal’**. Então, tem muito reitor que tem esse senso de responsabilidade de não ficar mobilizando estudante, para criar um de fato, uma narrativa, para jogá-los contra, né, o governo federal. (GODOY, JosiTV Podcast, 27/10/2022 - destaque nosso).

As mobilizações relacionadas ao orçamento retornaram na disputa, com a organização de atos de rua em junho de 2022, que abrangeram todo o país: “Entidades da educação e do movimento estudantil realizam atos nos estados, nesta quinta-feira (9/06), contra todos os ataques ao setor, principalmente, contra os cortes de R\$ 3,2 bilhões do orçamento do MEC que vão atingir as universidades e institutos federais.” (FASUBRA, 9/6/2022). No mesmo mês, a Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais encabeçou o “Ato pelo Desbloqueio do Orçamento das Universidades Federais”, atividade realizada na Câmara dos Deputados, reunindo várias entidades, entre as quais a Andifes, e destacando a necessidade de recursos para “a quitação de despesas essenciais, como água, luz e segurança, levando instabilidade à comunidade acadêmica e comprometendo de forma preocupante a permanência dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis” (FASUBRA, 24/6/2022).

A Proposta de Emenda Constitucional 96/2019, de autoria da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), que proibia o contingenciamento dos recursos da Educação, chegou

a ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em julho de 2022, como forma de pressionar pela liberação dos recursos.

Com o segundo bloqueio, no final de setembro, em meio às eleições de 2022, as entidades representativas e comunidades acadêmicas promoveram, no dia 8 de outubro, pouco depois do primeiro turno, atos de rua em todo o país, denunciando os cortes. O Andes informou que os protestos tinham como alvo “os bloqueios no orçamento da Educação que afetam diretamente o funcionamento das instituições de ensino superior no país. Falta recurso para o pagamento de contas de água, luz, segurança, contratos terceirizados e até para manter restaurantes universitários (RU).” (ANDES, 8/10/2022).

Por sua vez, a Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil (Afebras), cujo surgimento será tratado no capítulo 10, emitiu nota sobre os cortes do final de setembro, afirmando que “a medida não causará prejuízos às universidades. Os esclarecimentos foram divulgados após a divulgação da medida de corte orçamentário por parte do Governo Federal.” (AFEBRAS, 2022). Como ato de apoio ao ministro Godoy e ao governo federal, os reitores integrantes desse grupo foram em “missão institucional” a Brasília e se reuniram com os ministros da Educação e da Casa Civil. Os encontros serviram para mostrar as “conquistas mais recentes das IFES”, expuseram o propósito de aperfeiçoar o ensino superior brasileiro e solicitaram apoio financeiro para o MEC (UFDPAR, 2022).

As manifestações se intensificaram dia 18 de outubro, “Dia Nacional de Luta contra o Confisco das Verbas da Educação”, com ocorrências em diversas cidades do país (ANDES, 19/10/2022). Os atos foram atacados pelo ministro da educação Godoy como sendo uso político-eleitoral de uma medida reversível. Em entrevista ao “+1 podcast” ele afirmou que a UNE deveria desmarcar os protestos desse dia, pois os recursos já haviam sido descontingenciados, o que só ocorreu realmente na integralidade em meados de dezembro.

O ministro buscou debater os conceitos de corte e contingenciamento com vistas a delsetigitimar o pleito dos movimentos que protestavam contra as medidas orçamentárias.

Teve um momento em que houve um contingenciamento, né, do orçamento das Universidades, o que, que é o contingenciamento: imagina que você tem 90 reais para gastar até o final do ano, você não pode gastar os 90 agora em outubro, você vai gastar 30 em outubro, 30 em novembro e 30 em dezembro, isso é contingenciar, é você dosar o gasto né, você calcular o gasto, controlar o gasto. Mas os seus 90 reais estão garantidos, não é corte. E aí, quando saiu com o contingenciamento, aí veio a manifestação Universidade Federal: ‘corte, contra o corte, o corte. Esse governo é... o corte...’ (GODOY, JosiTV Podcast, 27/10/2022 - destaque nosso).

Conheça alguns dados sobre os investimentos do MEC nas universidades e institutos federais. [Vídeo]: “Esse ano nós tivemos um investimento, só do FNDCT, de praticamente 1 bilhão de reais para as universidades federais, 430 milhões em infraestrutura. **Informação inclusive distorcida, dizendo que há corte, que não há.**” (GODOY, Twitter, 6/10/2022 - destaque nosso).

Com as mobilizações nas universidades pautando o orçamento, em meio à eleição presidencial, em várias entrevistas Godoy abordou e qualificou a questão como sendo uso político, em processo de deslegitimação da atuação estudantil, chegando a reiterar, com outras palavras, a ideia de os estudantes serem massa de manobras.

[...] E você tem, infelizmente, alguns poucos que querem **usar uma instituição que é uma instituição que deve ser uma instituição de Estado, para politicamente fazer um barulho nesse momento.** É isso que tá um pouco por trás, né, alguns movimentos que vem e tenta chamar o estudante. Aí usa o emocional do estudante porque fala assim ‘vai faltar o auxílio, você vai ter que abandonar o seu curso’. (GODOY, Cara a Tapa, 10/10/2022 - destaque nosso).

[...] a dificuldade dos reitores, ela não é de toda uma falácia, **nós vemos alguns exageros e algumas tentativas de uso político das instituições,** isso nós somos contra, até porque eu não deixo de receber nenhum reitor lá, independente da bandeira política dele, até porque é meu papel, minha missão. [...] Eu tenho um setor lá no ministério que vai olhar ‘pô, quanto que ela tem, quanto que ela já gastou, quanto que sobra’. Não é uma coisa assim ‘ah, você precisa de quanto, então tá’, dou o cheque ali e vai embora. Não é assim que funciona, porque, **nós também exigimos das Universidades uma melhor eficiência, uma melhor gestão porque a gestão faz toda a diferença.** (GODOY, Cara a Tapa, 10/10/2022 - destaques nossos).

[...] **Nessa, nessa campanha, algumas pessoas fizeram uso político das universidades federais.** Eu quero... uma tristeza, é uma tristeza né. (GODOY, JosiTV Podcast, 27/10/2022 - destaque nosso).

Eu vi reitor falando ‘não, porque nós vamos lá no Ministério da Educação, vamos ficar lá no sol falando que o ministro não tá atendendo a gente’. Aí eu falei: ‘pelo amor de Deus! Né’, a gente sempre tratou todos os reitores das universidades com respeito, com transparência. [...] **Ficar criando fake news pra tentar induzir aluno de universidade... Tem universidade mandando carta pra pai de aluno, pra aluno, dizendo que tá faltando papel higiênico porque não tem dinheiro pra educação.**” (GODOY, JosiTV Podcast, 27/10/2022 - destaques nossos).

O presidente Bolsonaro, no contexto do bloqueio de setembro, também acusou a existência de grupos querendo jogar os estudantes contra o governo, na tentativa de construir discursivamente a defesa da política fiscal do seu governo.

Isso é coisa da esquerda, querem jogar o servidor público contra a gente [...] **Quiseram jogar também contra os estudantes agora, inventaram que tinham congelado a verba das universidades.**[...] Olha só: Aponte, em meu governo, qualquer corte de despesa no tocante à educação. O que

acontece muitas vezes é que você contingencia, que não é corte, e paga mais tarde. (BOLSONARO, Youtube, 7/10/2022).

Ao final do mandato de Bolsonaro, já como presidente-candidato derrotado, o governo ainda fez cortes no orçamento da Capes, incluindo o pagamento de bolsas aos alunos de pós-graduação, além de manter parcialmente o corte do orçamento das universidades. Então, em dezembro, Godoy teve que prestar esclarecimentos à Câmara dos Deputados sobre a temática. Apenas após a audiência, anunciou a liberação da integralidade dos recursos bloqueados, incluindo o pagamento de bolsas atrasadas.

Informo que o MEC repassou hoje R\$ 160 milhões para a Capes, que já iniciou o pagamento das bolsas de pós-graduação. (GODOY, Twitter, 9/12/2022).

Conforme anunciei antes, informo que o montante a ser desbloqueado no MEC será de R\$ 1,98 bilhão. Com isso serão desbloqueados 100% do orçamento das universidades, institutos, bolsas da CAPES, residência médica. Cumpriremos todos os nossos compromissos de 2022. (GODOY, Twitter, 16/12/2022).

No Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, apresentado pelo governo Bolsonaro, havia a previsão de redução do valor discricionário para as universidades, de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 4,7 bilhões.

8.1.4 Políticas de acesso e o capital privado como solução para a universidade

Os debates sobre o orçamento também ensejaram a discussão sobre saídas estruturais para o ensino superior e para as universidades, uma vez que os recursos estavam decrescendo - quanto a isso “nada poderia ser feito”, pois implicaria em penalizar o “pagador de impostos”. Durante o mandato de Bolsonaro, quando tratavam do orçamento reduzido e bloqueado, os ministros, ao serem questionados ou por iniciativa própria, difundiam os caminhos alternativos que defendiam, tendo como ideia vedada a disponibilização de mais recursos e a rediscussão da concepção de orçamento que vigorou com mais força a partir da Emenda Constitucional 95.

Nessa subseção debateremos tópicos do debate universitário que representam saídas apresentadas e operadas pelo governo para a universidade, cujo orçamento foi reduzido drasticamente. Tratamos de como foi justificada a liberação de recursos; do tema da cobrança de mensalidades; da expansão do ensino superior prevista no Plano Nacional de Educação; da expansão acentuada do ensino superior privado; e da centralidade do ensino a distância.

8.1.4.1 Aplicação “correta” de recursos

Os ministros e o presidente divulgaram em suas contas no Twitter liberações de recursos para programas e universidades específicas, além de inaugurações de obras nas IFES, destinação de recursos emergenciais e bolsas Capes. Nesses momentos, enfatizaram aspectos atrelados a sua perspectiva sobre a universidade. O governo afirmava agir com base na “meritocracia”, pois “Quem tem nota baixa aí não vai receber mesmo, porque o curso é ruim” (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 12/9/2019), e direcionava os investimentos para algo “útil”, “algum produto ou serviço que toda a sociedade brasileira vá se beneficiar” (WEINTRAUB, Twitter, 4/10/2019) e para a educação básica (RIBEIRO, Twitter, 11/11/2021), como marcas discursivas que cumpriam o papel de justificar para suas bases o repasse de recursos para as universidades mesmo elas sendo caracterizadas negativamente.

Nas citações a seguir, trazemos falas dos ministros que cumprem esse papel de valorizar suas ações de liberação de recursos, com o cuidado de ancorar a medida em algo que fazia sentido na concepção do governo.

21 bilhões, a gente priorizou o que? As universidades receberam a mesma previsão [para o] ano que vem, **faltou o que? Faltou as bolsas.** [...] A gente encontrou, junto com o pessoal da economia... a gente trabalha muito próximo, uma parceria muito grande entre o Ministério da Educação e o Ministério da Economia, que é comandado pelo professor Paulo Guedes... **a gente encontrou a solução.** [...] **Tamos abrindo todas as bolsas para as notas 5, 6 e 7 que são as melhores notas. Quem tem nota baixa aí não vai receber mesmo, porque o curso é ruim.** (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 12/9/2019 - destaques nossos).

Eficiência + honestidade + boa gestão = **mais bolsas de pesquisa em áreas úteis**, sem aumentar impostos! Isso é Governo Bolsonaro. [Vídeo]: “ [...] Quanto às bolsas, é importante que seja dito, **quem recebe uma bolsa do nosso dinheiro, tem que ter o compromisso de pesquisar uma coisa que melhore a vida de todos nós, como a cura da dengue, como a cura do Mal de Chagas, ou algum produto ou serviço que toda a sociedade brasileira vá se beneficiar.** (WEINTRAUB, Twitter, 4/10/2019 - destaques nossos).

Pronto! O **Governo Bolsonaro vai arrumando a balbúrdia.** Acaba de ser resolvido mais um “alarme falso” feito por alguns jornais! Mas para isso eles não darão evidência... @Prof_AndersonC: A Câmara aprovou mais R\$600 milhões para a @capes_oficial. As emendas praticamente equilibram o orçamento para 2020. Com isso, estão garantidas mais 135 mil vagas para formação de professores, além de 6 mil bolsas para a pós-graduação e

pesquisa." "segunda emenda parlamentar proposta pela comissão externa com 300 milhões de reais para bolsas capes (WEINTRAUB, Twitter, 17/10/2019 - destaque nosso).

Hoje, o GOV @jairbolsonaro publicou medida provisória que destinou quase R\$ 340 milhões para universidades e institutos federais, além de hospitais universitários, e o próprio MEC **atuarem no combate ao coronavírus** (WEINTRAUB, Twitter, 3/4/2020 - destaque nosso).

Presidente da CAPES agradece ao Congresso a aprovação de Projetos. Claudia de Toledo manteve intensa agenda para assegurar 178 milhões para **a formação de professores da educação básica**. (RIBEIRO, Twitter, 11/11/2021 - destaque nosso).

Nesse ponto, foi destacada positivamente a Embrapii, Organização Social vinculada ao MCTIC e ao MEC, como exemplo de interação de grupos de pesquisa com empresas privadas, no modelo da tríplice hélice (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017). A Embrapii foi tomada pelo governo para fazer um contraponto ao restante das atividades das universidades, tanto pelos ministros quanto para Bolsonaro.

Parceria privada com o @mctic, o Programa [Embrapii] visa apoio à tecnologias emergentes focadas em saúde, energia e mobilidade. Sua missão é fazer a ponte entre o universo empreendedor e o de pesquisa por meio da integração entre startups, centros de P&D, universidades e outros. (BOLSONARO, Twitter, 10/4/2019).

Com apoio de R\$ 30 milhões do MEC, **11 grupos de pesquisa de universidades federais vão investir em soluções tecnológicas** em diversas áreas, como Energias Renováveis, Geotecnologia, Inteligência Artificial e Robótica, em uma parceria com a @OficialEMBRAPII (WEINTRAUB, Twitter, 25/5/2020 - destaque nosso).

Linhas Estratégicas para o repasse de R\$ 253,9 milhões à universidades federais: obras em 36 instituições, **iniciativas tecnológicas, energia fotovoltaica e novas unidades de centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação**. Mais detalhes nas redes sociais do @MEC_Comunicacao (BOLSONARO, Twitter, 12/6/2020 - destaque nosso).

1.1- Com o apoio do @MEC_Comunicacao (MEC), oito novos grupos de pesquisa de universidades federais foram selecionados e serão credenciados pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii/MCTI) – organização social supervisionada pelo @mcti 1.2- As novas Unidades EMBRAPII terão disponíveis R\$ 15 milhões não reembolsáveis para investir em projetos de inovação realizados em parceria com a indústria – R\$ 10 milhões são provenientes do MEC e R\$ 5 milhões do Programa Rota 2030. 1.3- **O credenciamento de novas unidades pretende atrair empresas pelo fomento não reembolsável e pela capacidade de geração de soluções tecnológicas das universidades federais**. 1.4- A iniciativa prevê a alavancagem de recursos privados, à medida que o modelo de financiamento via EMBRAPII/@mcti exige a contrapartida financeira por parte do setor empresarial. A meta das novas unidades é gerar 75 projetos e cerca de R\$ 36

mi em investimentos de inovação. (BOLSONARO, Twitter, 9/7/2021 - destaque nosso).

Mesmo na situação de aperto fiscal, o governo não parou de ampliar as unidades credenciadas através de editais, que contam com aporte da União para impulsionar pesquisas aplicadas em parceria com empresas.

8.1.4.2 Cobrança de mensalidade nos discursos do governo

A cobrança de mensalidades na graduação chegou a ser cogitada por Ricardo Vélez no início do governo. “[Cobrar mensalidade] É uma possibilidade. **Gosto do regime vigente na Colômbia. Lá, paga-se de acordo com a renda. [...]**” (VÉLEZ, Veja, 1/2/2019 – destaque nosso). Já à Câmara, em março de 2019, disse que não era a proposta do governo cobrar pelas mensalidades (VÉLEZ, Câmara, 27/3/2019).

Abraham Weintraub descartou esse caminho para a graduação, com o argumento de que seria muito esforço político para o governo aprovar uma medida como essa e que o retorno seria pequeno, pois a maior parte dos estudantes não conseguiria pagar e os que conseguiriam, optariam por cursos melhores nas instituições privadas, que seriam mais baratas, nas palavras do ministro. “O que a gente conseguiria obter disso é o *stress* político. Que a gente conseguiria advindo desse movimento? Quando eu olhei para a relação, a grande maioria dos alunos é, é classe média, média baixa, não tem condição de pagar, ou mesmo pobre”. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019).

Havia nos seus enunciados a porta aberta para a cobrança na pós-graduação. Weintraub chegou a dizer, em julho de 2019, em entrevista ao Portal Uol⁶⁰, que os cursos de pós-graduação já poderiam ser cobrados. “Na pós-graduação, pode. Hoje, você já pode. Hoje, a legislação de governos passados já permite a cobrança de pós-graduação para mestrados. Só que não sai do papel, porque o dinheiro entra e fica preso no Tesouro Nacional.” (WEINTRAUB, Uol, 2019). A afirmação foi contestada pela ANPG, reivindicando o dispositivo constitucional da gratuidade da educação pública brasileira, em todos os níveis de ensino que conferem diploma.

Ribeiro e Godoy tocaram no assunto, embora sem ênfase. “Hoje, em média, para alguns alunos que estudam em escolas federais **de graça**, nós ainda damos cerca, em média, de 900 reais mês pra ajudar esses alunos, então, é uma ajuda financeira”. (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021 - destaque nosso).

⁶⁰ <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/entre-o-joio-e-o-trigo/>

O vice-presidente Hamilton Mourão defendeu a cobrança de mensalidade em meados de 2020. “Ouso arriscar que uns 60% que frequentam universidade federal têm condições de pagar. Um pagamento que eles fizessem serviria para que mais alunos ingressassem no setor privado e, conseqüentemente, para que aumentássemos o percentual de jovens com ensino superior” (MOURÃO, GauchaZH, 26/8/2020), disse em Aula Magna do grupo privado de educação Ser Educacional (JUSTINO; PIRES, 2020).

A pauta foi objeto de uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 206/2019, apresentada pelo deputado da base de Bolsonaro, General Peternelli (União Brasil – SP), e teve parecer favorável do relator, o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP). O projeto motivou reações de entidades representativas, da própria Andifes e de parlamentares da oposição, fazendo com que a sessão de leitura do parecer favorável, em maio de 2022, não tivesse êxito. A UNE convocou protesto para dia 9 de junho, afirmando: “Estudantes voltam às ruas contra os cortes nas federais e contra mensalidade” (UNE, 31/5/22). A luta para retardar a tramitação foi efetiva para que o projeto não fosse adiante.

A forma de solucionar o problema reiterado de orçamento, na perspectiva do governo Bolsonaro, necessariamente, passava por recursos de origem privada. Isso levou ao apoio declarado ou à valoração positiva de algumas medidas como a PEC 24/2019, que prevê a retirada dos recursos de arrecadação própria das universidades do Teto de Gastos.

Agora o que não dá é simplesmente achar que a gente tem que **mandar mais dinheiro**. Porque mandar mais dinheiro significa o que? Vamos pagar mais imposto? Mais? O imposto hoje já tá matando o pagador de imposto, é mais imposto que a gente vai cobrar? **Aumentar ainda mais o imposto, gerar mais desemprego, eu sou contra**. É uma das razões de eu tá aqui é porque a minha vida, grande parte, foi prejudicada por decisões erradas e perspectivas erradas que foram tomadas no Brasil por um estado paternalista, alta carga de impostos, investir nas coisas erradas. (WEINTRAUB, Câmara, 4/9/2019 - destaques nossos).

Eu acho que nós podemos ter um pouco mais de abertura. Como hoje, se um grande CEO de uma universidade federal, ele quiser me procurar amanhã e disser ‘olha, eu tenho aqui 20 milhões de dólares que eu gostaria de aportar na escola pública federal’, ele não pode porque estoura o teto de gastos, o dinheiro cai lá no Tesouro e ele não tem nenhuma satisfação. Então, as nossas leis ainda, elas estão um pouco amarradas. (RIBEIRO, Sem Censura, 8/9/2021).

Nós temos alguns projetos aí na Câmara, como **o name rights e a oportunidade também que a iniciativa privada usar recursos para colocar pra dentro**, não apenas a universidade privada, como eu tive experiência na universidade privada que eu atuava, mas também na universidade pública. Não há mal nenhum de pegar um egresso que foi bem, **egresso de uma universidade federal muito bem na vida, ele botar o nome de um laboratório, uma biblioteca, botar o nome dele, do avô dele,**

do pai dele. Isso tudo a gente precisa sentar, por que? São recursos que vão entrar na universidade federal, além de honrar alguém que está ligado à universidade. Nós temos alguns estudos a respeito, eu sei que tem alguns projetos falando sobre isso e do que depender de mim eu vou apoiar totalmente. (RIBEIRO, Senado, 17/9/2020 - destaques nossos).

Eu acho que uma discussão que nós temos que fazer aqui também, essa casa é o ambiente propício pra isso, é de que forma nós podemos **incentivar as instituições federais de ensino a aumentar essa arrecadação própria**, porque hoje, se uma instituição ela arrecada recurso, esse recurso entra no teto de gastos, então ela não tem o incentivo de fazer isso. Ela faz isso porque é fundação de apoio, mas a função de apoio, hoje, ela não consegue resolver todos os problemas da universidade, ela não consegue pagar contratos de limpeza, ela não consegue pagar uma reforma de um prédio. Então, acho que é uma boa discussão. (GODOY, Câmara, 11/5/2022 - destaque nosso).

Os quatro ministros perseguiram o tema, destacando-se como pauta do governo.

8.1.4.3 Discurso sobre PNE e a expansão do ensino superior

Geralmente na Câmara e no Senado, os ministros foram questionamentos sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Nesse tópico, viam como vedada a possibilidade de ampliar recursos do fundo público para a educação superior pública. Assim, para cumprir a meta 12, que prevê o aumento do número de estudantes na educação superior para 50% dos jovens de 18 a 24 anos (taxa bruta), 33% de taxa líquida, e que 40% das vagas estejam em universidades públicas, apresentaram como alternativas: modificar a lei, revisando as metas (o que foi defendido por Weintraub em apresentação na Câmara); investir no ensino a distância de baixo custo (solução de Victor Godoy); ou simplesmente aumentar o número de alunos por professor (apontado por Vélez).

Se a gente der uma olhada pelo resto do mundo, os índices são bem superiores... [...] se botássemos vinte já estaria de bom tamanho. Os professores das universidades federais têm habilitação, capacidade. Poderíamos ter uma relação de um para vinte. **Aí está, simplesmente duplicaríamos as vagas nas nossas universidades federais.** O justo no Brasil seria que as universidades públicas respondessem por 50% dos estudantes, e as privadas por 50%, essa seria uma meta desejável. Então, eu sou favorável a isso, privatizar jamais, não se privatiza bem público, jamais. Universidades são patrimônio da nação [...] (VÉLEZ, Câmara, 27/3/2019 - destaques nossos).

O que a gente teve aqui foi **participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação: 9%. A meta é 40%. Pelas minhas contas, pra gente conseguir fazer isso, a gente precisa de pelo menos 200 bilhões de reais/ano**, pra atingir essa meta. E 200 bilhões de reais-ano, eu acho que vai ser... precisa discutir o congresso e a sociedade, se a gente vai tirar de

algum lugar ou a gente vai aumentar imposto. Porque não tem outro caminho. **Eu sou contra aumentar imposto da população** enquanto a gente não tiver muita transparência como a gente já está gastando o dinheiro. (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019 - destaques nossos).

[...] esse programa [Reuni Digital] funcionando, esse piloto funcionando, a nossa intenção é expandir isso pra toda a rede de universidades federais, inclusive buscando alcançar a meta 12 do PNE de chegar aí a alcançar 50% de taxa bruta de matrícula de 18 a 24 anos nas universidades brasileiras. (GODOY, Câmara, 11/5/2022).

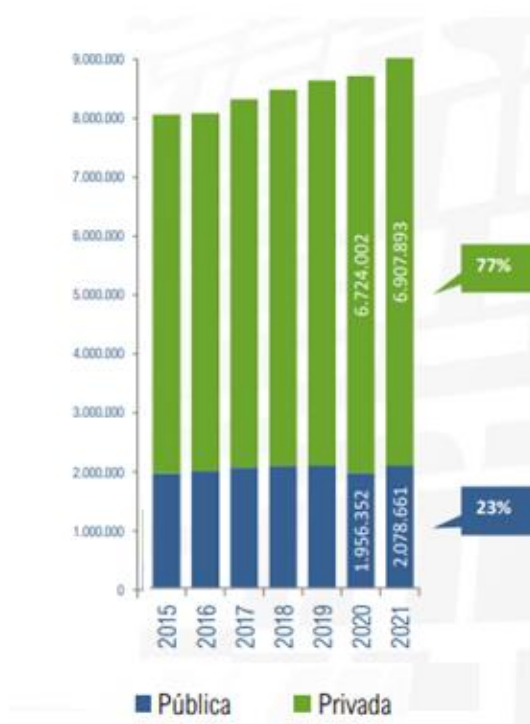
Abraham Weintraub falou ao 12º Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular (CBESP) em defesa da expansão desse setor no Brasil. “[...] Esse setor vai crescer muito, e o Estado brasileiro, através dos impostos, que já estão pesados, não tem condição de atender a demanda gigantesca que vai acontecer nos próximos anos [...]” (WEINTRAUB, CBESP, 6/6/2019). A projeção de ampliação do setor privado estava vinculada ao aperto financeiro às instituições públicas. Em linha com o defendido por todos os ministros, Ribeiro considerava o setor privado da educação um parceiro importante para a oferta de ensino superior. “[...] a iniciativa privada que hoje responde por 76% [...]. São os parceiros que caminham conosco, então, eu queria deixar isso muito claro. É por isso que eu estou aqui, trabalhando por idealismo, não por ideologia [...]” (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021).

Os enunciados dos ministros apontam para a valorização do setor privado na educação, de certa forma, enfatizando um setor que pode ocupar os espaços deixados pelas universidades federais. Nos parece que pelo fato de terem natureza privada já foi suficiente para o governo valorizar essas instituições, ao contrário do que fez com as universidades federais e o processo de deslegitimação.

8.1.4.4 Setor educacional privado no governo Bolsonaro

Durante o governo Bolsonaro, enquanto as universidades públicas chegaram a ter uma redução no número de matrículas (entre 2019 e 2020), pela primeira vez em 30 anos (SILVA, 2022), o setor privado seguiu trajetória de crescimento elevado. Conforme o Imagem 7, as instituições privadas atingiram quase 7 milhões de matrículas em 2021, representando 77% do total. Essa expansão se deu na modalidade a distância (na subseção seguinte tratamos do EaD).

Imagem 7 - Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – Brasil 1980-2021



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior (editado)

Os programas dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff que buscavam estimular o crescimento da oferta de vagas na rede privada no Ensino Superior, facilitando o acesso a essas instituições a estudantes de baixa renda, o Fies e o ProUni, foram mantidos e reafirmados no governo Bolsonaro. Para isso, foram editadas medidas provisórias com atualizações, no sentido da ampliação do público do ProUni e da garantia de viabilidade financeira do Fies. A MP 1.075/2021 foi chamada pelo governo de “aperfeiçoamento” do ProUni, e, segundo Milton Ribeiro, visava ampliar as “políticas de inclusão na educação superior” (RIBEIRO, Twitter, 08/12/2021).

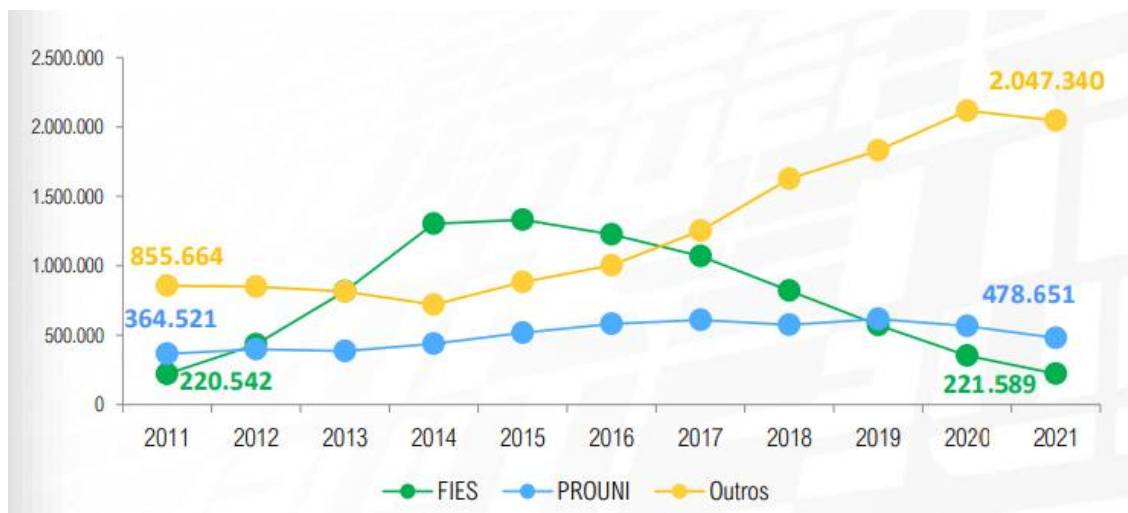
Ainda de acordo com Ribeiro (Twitter, 08/12/2021), a nova lei do ProUni ampliou o público atendido, mantendo os critérios de renda, mas liberando o programa não só para o público já beneficiado - alunos do ensino médio de escolas públicas e bolsistas integrais da rede privada -, mas incluindo também aqueles que cursaram o ensino médio na rede privada mesmo sem bolsa. “Ninguém mais será impedido de participar por ter estudado em escola privada como pagante - desde que se enquadrem nos critérios de renda. Além disso, possibilita professores que queiram fazer um segundo curso, desde que licenciatura”

(RIBEIRO, Twitter, 8/12/2021), disse Victor Godoy, ainda enquanto secretário-executivo do MEC, em post compartilhado por Ribeiro. A justificativa apresentada foi o não preenchimento das vagas totais liberadas pelo ProUni e, ainda, argumentou que a ação buscava atender a Meta 12 do PNE. Bolsonaro rebateu críticas de que a medida seria uma forma de elitização do ProUni, afirmando que ela buscava democratizar o acesso. “Fui muito criticado por parte da mídia, pelo pessoal de esquerda, que eu tava elitizando a questão do ProUni, Programa Universidade para Todos. Muito pelo contrário, estamos fazendo justiça” (BOLSONARO, Youtube, 9/12/2021).

A UNE lançou nota intitulada “Em defesa do ProUni, somos contra a MP 1.075/2021”, em que afirmou que aquilo que o governo chamou de “ampliação do Prouni” era, na verdade, sua descaracterização. “A medida, entretanto, atende ao lobby de universidades privadas e enfraquece a promoção de equidade do programa.” (UNE, 10/1/2022).

Como se observa na Imagem 8, enquanto o ProUni manteve-se estável em número de matrículas durante o governo Bolsonaro, o Fies sofreu forte redução. Este dado se explica a partir da crise econômica que o país atravessou, com alto índice de desemprego e renda média dos trabalhadores em queda, o que levou ao aumento da inadimplência do Fies, especialmente em 2020. O espaço do Fies foi ocupado por outras fontes financeiras de empréstimos privados para custear as mensalidades. Assim, o governo promoveu o “socorro” do programa, com a MP 1.090, anunciada em dezembro de 2021 como uma medida para saldar a inadimplência entre os adesistas do financiamento e atender ao capital privado do setor, que tem nessa política uma fonte de recursos.

Imagem 8 - Gráfico - Matrícula de graduação na rede privada, por tipo de financiamento/bolsa - Brasil 2011-2021



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior

A proposta, segundo anunciou Ribeiro pelo Twitter (30/12/2021), incluía “descontos de mais de 90% para inscritos no CadÚnico e Auxílio Emergencial, e mais de 85% aos demais. Ainda haverá a possibilidade de parcelamento de até 10x o saldo remanescente, em alguns casos”. O ministro disse também que haveria um aumento na oferta de vagas novas em 19% sobre 2021, totalizando mais de 110 mil vagas de financiamento para 2022. A MP atingiria, no discurso do ministro, cerca de um “milhão de estudantes, com mais de 90 dias de atraso no pagamento, o que representa uma taxa de 48,8% de inadimplência e soma R\$ 6 bilhões em prestações não pagas (RIBEIRO, Twitter, 10/2/2022).

Bolsonaro repercutiu a anistia aos inadimplentes do Fies em diversas de suas *lives* semanais em 2022. Durante a campanha eleitoral, em transmissão que contou com o jogador de futebol Neymar Jr., o ministro Paulo Guedes afirmou que o desconto de 90% abrangia jovens que “não conseguiram terminar a universidade e, ao mesmo tempo, que não conseguiram emprego, no meio da crise [...] O garoto começando a vida, devendo 20 mil, 30 mil, 40 mil reais de universidade, que ele não conseguiu terminar e não conseguiu emprego.” (BOLSONARO, Youtube, 22/10/2022). Vejamos essas inserções do presidente e do ministro Godoy sobre a MP do Fies, em que enfatizam o efeito para o “garotada” com dívida:

Tirar dessa garotada que se formou esse peso enorme numa dívida que tá impagável, na verdade, tá impagável. Foram estimulados a fazer curso superior no passado, abriram muitas faculdades privadas apenas pra ganhar dinheiro, faculdades essas que serviam como, para imprimir diploma na verdade. Terminavam o curso e não davam a devida qualificação aos estudantes. Logicamente isso não foi uma regra, tivemos boas particulares também, mas como regra foi dessa forma. E nós detectamos, alguns meses

atrás, 1 milhão e 700 mil jovens ex-alunos do Fies, formados, desde 2017, inadimplentes. Com a questão da pandemia, muitos perderam emprego, perderam sua renda, isso se agravou. (BOLSONARO, Rádio Viva FM-ES, 17/1/2022).

Desde o início, 155 mil contratos que estavam em atraso já foram renegociados. São milhares de jovens adultos com novos horizontes pela frente. É o Governo do Presidente @jairbolsonaro trabalhando pelo futuro do Brasil. [Comentário] o Tweet Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro: Assim como a Jessi, os mais de 1 milhão de estudantes inadimplentes com contrato firmado até 2017 no FIES também têm hoje a oportunidade de quitar suas dívidas com até 92% de desconto **graças à MP1090 que lançamos no final de 2021. Valor perdoado pode chegar a R\$ 38 BILHÕES.** (GODOY, Twitter, 7/5/2022 - destaque nosso).

E lembro aqui o pessoal do FIES, em torno de 1 milhão de jovens que fizeram aí suas faculdades no passado com empréstimo com pagamento feito pela Caixa Econômica ou Banco do Brasil, muitos não concluíram o curso, ficaram com a dívida, outros concluíram, a pandemia atrapalhou a vida de muitas dessas pessoas, não tiveram como pagar isso aí, porque não tinha emprego né? (BOLSONARO, Youtube, 28/7/2022).

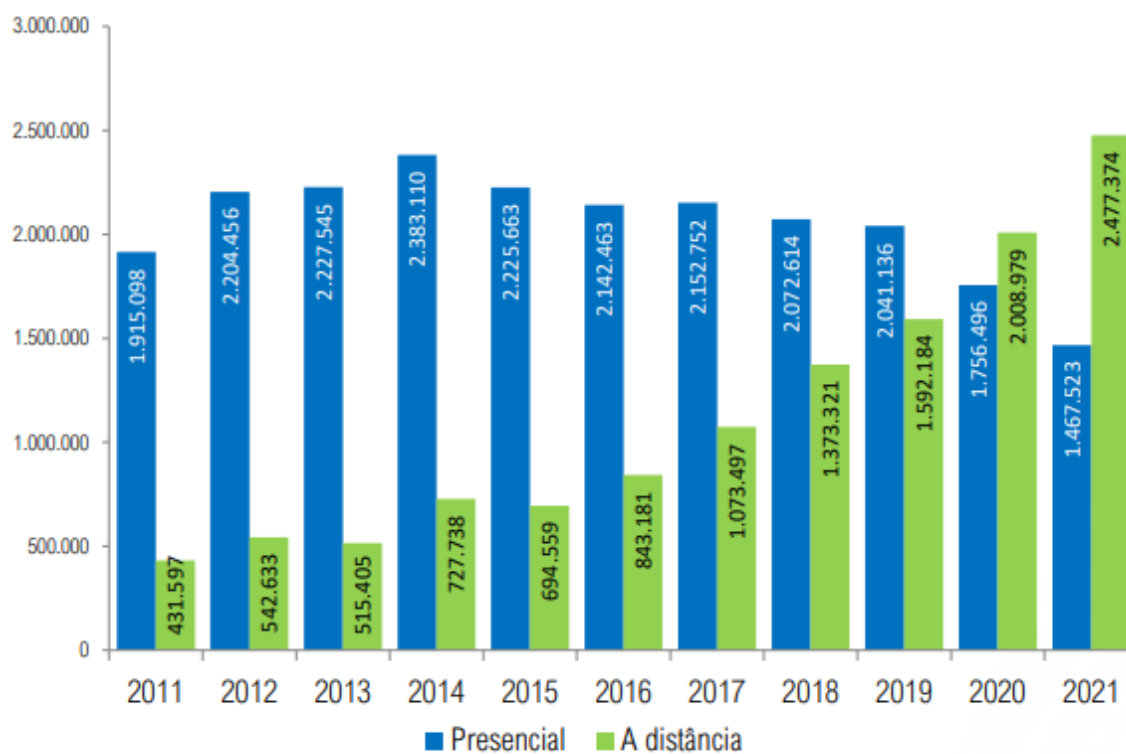
Em alguns momentos, como a discussão da MP do Fies, Bolsonaro apontou a existência de universidades privadas que “como regra” servem para “imprimir diploma”. Entendemos que o sentido a que se remete com esses enunciados é o de direcionar os jovens das classes trabalhadoras ao ensino técnico, reiterando o discurso de universidade não deve ser o caminho almejado pela juventude trabalhadora. Consideramos, ainda, que, no contexto de que efetivamente estava viabilizando a continuidade do principal programa governamental de fomento às instituições privadas mercantis, o Fies, a *crítica* fica no plano abstrato, pois na prática concedeu benefício generoso a essas empresas educacionais.

8.1.4.5 A centralidade do ensino a distância e o ReUni Digital

No conjunto das matrículas de ensino superior, o movimento que mais chamou a atenção durante o governo Bolsonaro, além da primeira queda em 30 anos das matrículas públicas em 2020, foi a ascensão vertiginosa do ensino a distância. Em tendência crescente há vários anos, o número de ingressantes em EaD superou os ingressantes em cursos presenciais em 2020, ganhando margem já em 2021 (Imagem 9). O resultado tem influência direta da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, que impactava as aulas presenciais, mas também expressa uma tendência de longo prazo. As vagas EaD foram quase em sua totalidade oferecidas por instituições privadas. O governo contribuiu para esse crescimento,

especialmente através das políticas de regulação, que afrouxaram ainda mais as regras para abertura de novos cursos.

Imagem 9- Gráfico: Número de ingressantes em cursos de graduação Brasil 2011-2021



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior

A pressão para liberar as graduações que não estão autorizadas a funcionar na modalidade a distância foi grande, restando apenas alguns cursos da área da saúde, engenharias e direito proibidos na modalidade. O Ministério da Educação chegou a autorizar a abertura de um curso de graduação em psicologia na modalidade EaD, em julho de 2022, pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), que poderia oferecer 2 mil vagas anuais (KOCHHANN, 2022). Mas voltou atrás dias depois (REDAÇÃO, 2022).

A permissão para o desenvolvimento de atividades a distância em cursos presenciais de graduação havia sido ampliada no final de 2018, no governo Temer, de 20% para 40% da carga horária, mas não em todos os casos. No MEC de Bolsonaro, a regra foi ratificada e ampliada, definindo que até cursos de engenharia e da saúde e da rede federal podem ter 40% das atividades realizadas a distância, de acordo com a Portaria 2.117 de 2019. Segundo apontou o jornal O Estado de São Paulo: “a maior flexibilização para o uso da modalidade nos cursos presenciais atende a uma demanda de donos de faculdades privadas. Alguns desses

empresários têm grande proximidade com Weintraub e têm conseguido que ele priorize pautas antigas do setor” (MEC, 2019). A portaria liberou os 40% em aulas a distância sem alguns pré-requisitos existentes na anterior. Ainda segundo a notícia do Estadão, a entidade que representa o setor privado, a Abmes (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), criticou a manutenção da necessidade de 200 dias letivos.

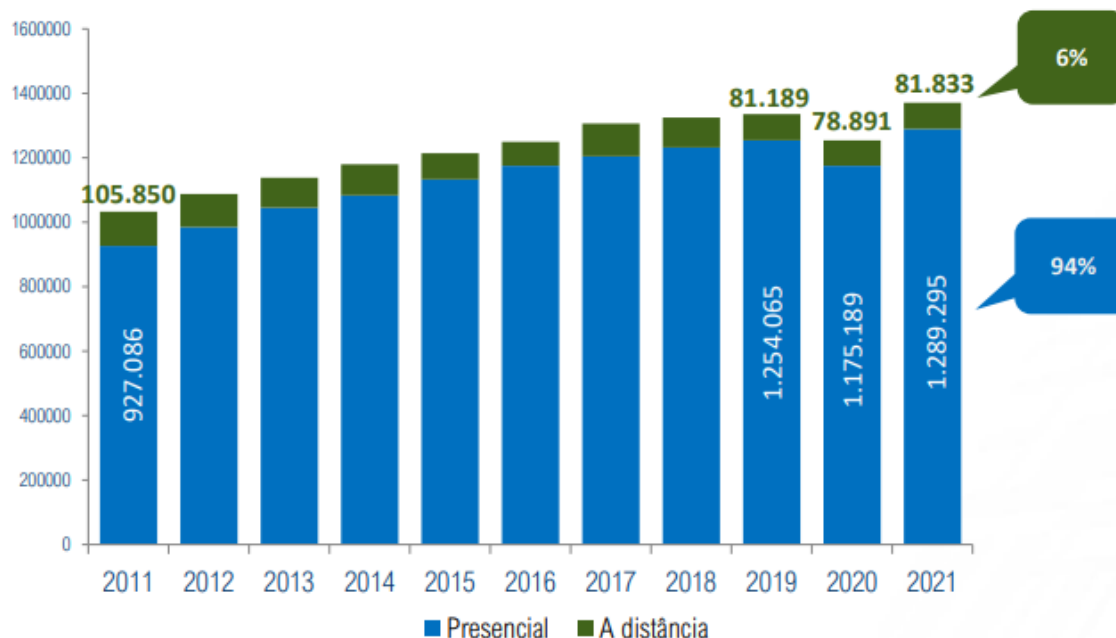
A Abmes alegou que o ensino a distância teve uma aceitação crescente com a pandemia de Covid-19.

Antes de março de 2020, quando as medidas de quarentena começaram a ser implementadas nos estados e municípios, 40% dos entrevistados consideravam o EaD como uma opção para realizar o curso superior de graduação, enquanto 60% preferiam apenas a modalidade presencial. Já no fim do ano, após a fase mais crítica da pandemia, 78% dos alunos consideraram o EaD, contra 22% dos que se mantiveram fiéis ao presencial. Isso representa um aumento de 95% em um espaço de quatro meses. (ENSINO, 2022).

De acordo com Kenji (2022), o papel da rentabilidade desses cursos para o capital nos grandes conglomerados educacionais brasileiros tornou a modalidade a prioridade para a expansão desses grupos desde 2019, quando fecharam cursos presenciais para ampliar aqueles na modalidade a distância. “É muito rentável, pois o ensino a distância realizado por eles aumenta a taxa de estudantes por professor - reduzindo custos com salários e encargos -, é altamente padronizável, escalável e realizado com plataformas e sistemas desenvolvidos com dinheiro público” (KENJI, 2022, s.p.).

Nas universidades federais, a participação do EaD se manteve estável, representando aproximadamente 6% do total das matrículas (Imagem 10). Com o objetivo de ampliar esse número, o MEC lançou um grupo de trabalho em outubro de 2020. O Andes noticiou a presença de uma Organização Social e de uma associação de instituições privadas compondo a comissão. O objetivo do grupo seria “discutir, elaborar e apresentar estratégias para ampliar a oferta de cursos de nível superior, na modalidade Educação a Distância (EaD), nas universidades federais” (ANDES, 23/10/2020).

Imagem 10 – Gráfico: Evolução do número de matrículas na rede federal, por modalidade de ensino – Brasil 2011-2021



Fonte: MEC/Inep (INEP, 2022)

Os ministros defenderam essa modalidade de ensino como “modernizadora” e alternativa para ampliar o acesso ao ensino superior, aspecto presente no Plano de Governo (como afirmamos na seção 7.1). Ricardo Vélez apontou, no início do governo, que o Brasil estava atrasado nesse debate, uma vez que outros países detinham universidades inteiras funcionando online. “Enquanto hoje tem universidades digitais plenas, funcionando na Espanha, a Universidade Aberta da Catalunha [...]. No Brasil chegamos tarde a isso, o que não significa que nós vamos fechar mais uma vez, temos que correr atrás do prejuízo” (VÉLEZ, Senado, 26/2/2019).

Já Milton Ribeiro, que, muitas vezes, quando debatia o retorno ao ensino presencial na pandemia, afirmava que a presencialidade era indispensável, ao tratar do ensino EaD para as universidades federais, considerava que seria uma ferramenta indispensável: “[...] há um tempo atrás, quando falava-se em ensino a distância, era como um acessório, hoje é uma ferramenta essencial, então, eu creio que ela veio para ficar.” (RIBEIRO, Voz do Brasil 5/5/2021). Foi então que, em maio de 2021, o governo lançou a minuta de um programa para a expansão das matrículas EaD nas universidades federais, o ReUni Digital. Entre os eixos

apontados pelo documento, o ministro destacou a criação de uma universidade totalmente digital, em sessão no Senado, trazendo como argumento o atingimento da Meta 12 do PNE:

[...] nós queremos criar a primeira universidade digital no país e ampliar o acesso a todos. É isso que nós temos visto em grandes países que estão desenvolvendo essa ferramenta de universidade federal, universidade federal digital, quer dizer, todos vão poder ter acesso e nós vamos começar com alguns cursos, e mas vai ser uma instituição... eu, com 400 ou 500 professores, eu posso atingir milhões de alunos no Brasil e a assim a gente caminhar para o PNE, obedecendo às premissas do PNE. (RIBEIRO, Senado, 16/9/2021).

O reitor da Universidade Federal da Bahia, João Carlos Salles, lançou uma nota contra o projeto do governo, publicada também pela Andifes, em que afirmava tratar-se de uma expansão em condições precárias, num contexto em que as universidades padeciam da falta de recursos para manter sua qualidade. “O projeto ‘Reuni Digital’ dissocia a EaD da pesquisa, do ensino e da extensão de nossas universidades federais, representando, por esse viés, grave ameaça à sua autonomia didático-pedagógica” (SALLES, 2021).

Já sob a gestão de Victor Godoy, a proposta foi relançada como projeto-piloto. O programa se apropriou do nome “ReUni” lançado no governo Lula e que teve aceitação dos reitores de um modo geral (conforme abordamos na subseção 4.2.2), para preparar a ampliação do EaD. Não havia, contudo, informações precisas sobre recursos novos destinados para as universidades. Nessa nova fase, dez universidades foram escolhidas para realizar a oferta dos cursos: UFAM, UFMS, UFMT, UFCA, UFPI, UFRA, UFRRJ, UNIFAL, UNIFEI e UNILAB. Os critérios para definir as universidades participantes não foram divulgados. Uma das principais medidas apontadas pelo ReUni Digital era o estudo e um plano para a criação de uma Universidade Federal Digital (MEC, 2022).

Godoy apresentou como um aspecto positivo do ensino superior privado o fato de a oferta de matrículas em EaD ter superado o ensino presencial. Nesse movimento, considerava que as universidades federais estavam aquém do segmento privado (GODOY, Câmara, 11/5/2022). A inspiração para o ReUni Digital eram exemplos de outros países, como a inglesa Open University.

Esse programa, antes de lançar, nós fizemos um estudo em aprofundado do que, que é o ensino digital a distância no mundo, então, fizemos um caderno de estudos, cinco cadernos ao todo é: um sobre o *benchmark* internacional; um sobre o *benchmark* nacional; um sobre um plano de ação né, para poder avançar no ensino digital nas universidades públicas; um de monitoramento de como é que isso vai ser monitorado ao longo do tempo (GODOY, Câmara, 14/12/2022).

Victor Godoy havia anunciado que, nessa fase inicial, seriam oferecidas 15 mil vagas em cursos de graduação. O ministro também enfatizou que a ampliação das vagas implicaria em aumento na proporção de alunos por professor, visto que na modalidade a distância poderiam chegar a 100 alunos por docente:

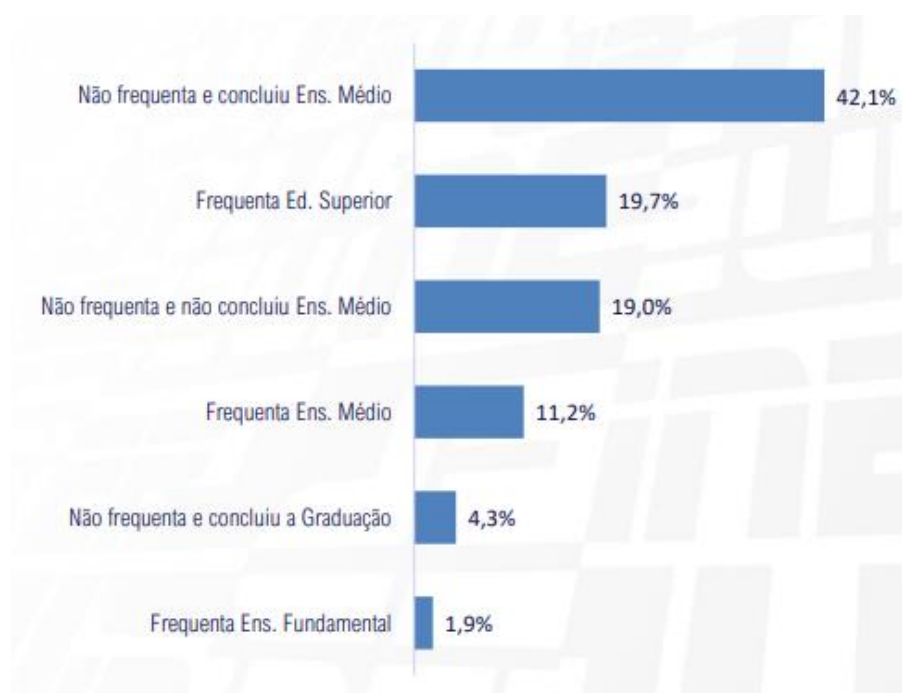
É um projeto piloto, um investimento pontual, mas nesse projeto, dando certo, a gente vai ampliar pra todas as universidades e conseguir também dar mais oportunidades. Pra se ter uma ideia, hoje também, o mercado privado, a maior parte da oferta hoje já é a distância. As universidades federais hoje têm cerca de seis por cento de oferta a distância, então, tem um grande espaço de avanço que a gente pode fazer nas universidades federais para a oferta de maneira inclusive mais barata. Com qualidade, porque são curso que a gente consegue manter a qualidade, mesmo a distância, mas com uma relação professor-aluno muito maior. **Enquanto que na rede a gente tem algo em torno de 13 alunos por docente. Um curso desses a gente consegue ter 90, 100 alunos por docente.** (GODOY, Câmara, 7/5/2022 - destaque nosso).

A utilização do ensino privado como padrão, sem nenhuma referência da qualidade que esse ensino apresenta nas avaliações do próprio Ministério da Educação, serviu de base para justificar a necessidade de aumentar a oferta de ensino digital nas universidades federais, pois haveria um “espaço para evolução”. Os cursos ofertados no piloto do ReUni Digital são de curta duração, contemplando três anos de formação. Assim, o ReUni Digital seria uma “sementinha” para a expansão do ensino a distância na rede pública (GODOY, Câmara, 14/12/2022).

Na avaliação Kenji (2022) o ReUni Digital foi uma forma de expansão precária, em que se destaca as condições para uma drástica redução da qualidade e da referência social das universidades, pois não aportava recursos orçamentários em quantidade relevante, não envolvia a contratação de novos professores (justamente o objetivo era aumentar a proporção de alunos por professor), trazendo, portanto, uma situação normalizada no ensino privado para as IFES. Além disso, o programa buscava, na avaliação de Kenji, conferir o selo de qualidade das universidades federais ao ensino a distância, contribuindo para legitimar a modalidade. Assim, o projeto ocasionaria a “quebra das carreiras do magistério superior e o modelo de universidade baseado na autonomia, no exercício da crítica e na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.” (KENJI, 2022, s.p.). Outro aspecto do projeto ReUni Digital destacado pelo autor é a possibilidade de complementação entre o ensino público e privado no que diz respeito ao financiamento, pois seriam introduzidos dispositivos que permitiriam o repasse de recursos públicos para as instituições privadas.

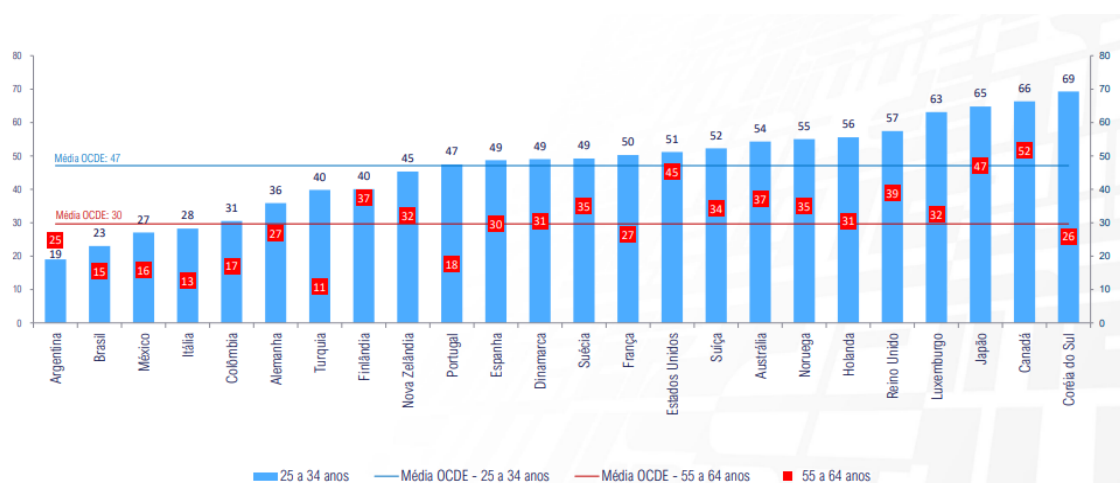
O ensino a distância foi, portanto, enfatizado como a forma de superar os baixos índices de jovens que frequentam o ensino superior no Brasil. A Imagem 11 demonstra a taxa de jovens entre 18 e 24 anos que frequentam o ensino superior, sendo inferior a 20%. Já na Imagem 12, vê-se que, na comparação com outros países, o Brasil ainda tem poucas pessoas formadas no ensino superior.

Imagem 11: Gráfico: Distribuição da população de 18 a 24 ano, por condição de frequência à escola e etapa de ensino – Brasil, 2021



Fonte: IBGE/Pnad C (INEP, 2022)

Imagem 12: Gráfico – Percentual da população com educação superior, por faixa etária - 2020



Fonte: OCDE: (INEP, 2022)

No que diz respeito à regulamentação da educação superior, não fizemos no escopo deste trabalho um levantamento detalhado, mas considerando o que apareceu no material pesquisado, podemos dizer que houve uma flexibilização do governo em relação aos critérios para novos cursos. Um dos pontos é a Portaria nº 794, que modifica os processos de liberação de cursos, “eliminando disfunções burocráticas identificadas pelo corpo técnico do Ministério.” (RIBEIRO, Twitter, 7/10/2021). A liberação do EaD para cursos presenciais também foi nesse sentido de desregulamentar e liberar as instituições privadas no mercado educacional. Ribeiro celebrou a modificação no INEP que permitiu a visita de inspeção externa *in loco* para avaliação dos cursos ser realizada totalmente online e ao vivo, sem a presença física nas faculdades e universidades em escrutínio (RIBEIRO, Twitter, 22/4/2021).

Na relação com instituições privadas, a Folha de S.Paulo noticiou uma possível fraude no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), numa instituição da mesma congregação religiosa do ministro Milton Ribeiro, a Unifil, de Londrina, no Paraná (SALDAÑA, 2021). Ribeiro foi convocado à Câmara para esclarecer os procedimentos adotados no caso, em que a Unifil se destacava estatisticamente pela elevada nota no Enade.

Por meio da Capes, o Ministério também permitiu o avanço do EaD na pós-graduação, mediante a publicação de critérios para a oferta de mestrado e doutorado na modalidade (ANDES, 13/1/21). Quando do pedido de demissão coletiva de cientistas que trabalhavam na avaliação de áreas do conhecimento – tema que trataremos na seção a seguir – uma das denúncias do grupo foi a pressão para a aprovação de novos cursos de pós-graduação a distância, sendo pauta das instituições privadas.

8.2 Pós-graduação e pesquisa

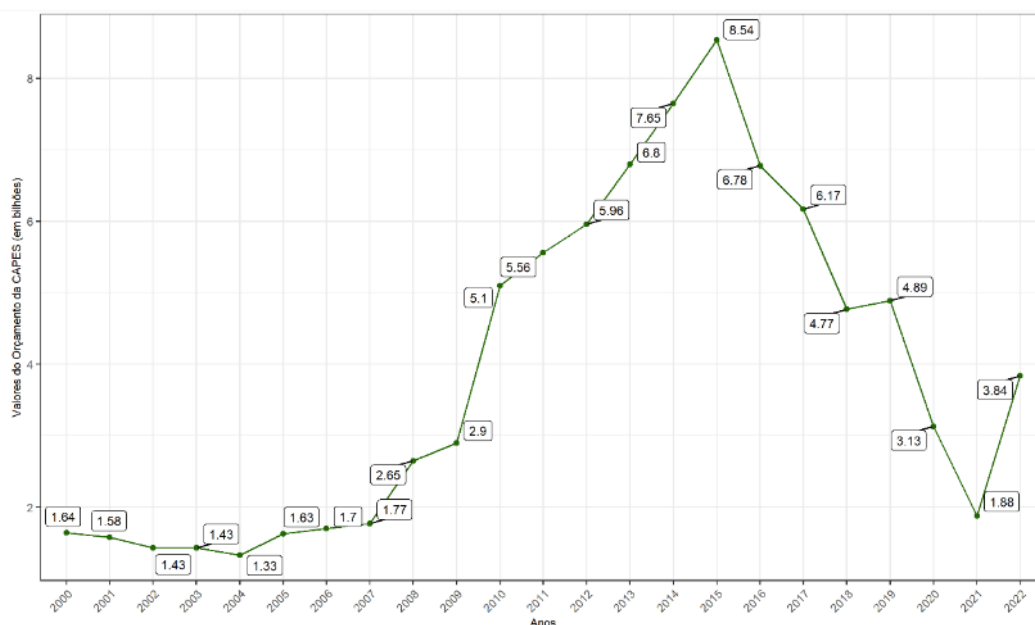
O ataque orçamentário ao ensino superior durante o governo Bolsonaro não foi realizado apenas sobre as universidades, abrangeu também os recursos da pós-graduação atribuídos via Capes, e da pesquisa sob coordenação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC). Pretendemos, nesta seção, apresentar um panorama da questão envolvendo o orçamento da Capes e da Ciência e Tecnologia, áreas em que se estabeleceu mais uma tentativa, levada a cabo, de desmonte e destruição, ancorado nas perspectiva ideológicas destacadas no capítulo anterior. Não realizamos uma análise detalhada do orçamento e da política de ciência e tecnologia, via MCTIC, assim como não estive no material coletado publicações desse ministério e da Capes diretamente. Assim, baseamo-nos nas publicações dos ministros da educação e das entidades representativas. Consideramos

relevante expor, mesmo que sucintamente, embates nessas áreas, visto sua importância para a superação do papel subordinado que o país possui internacionalmente no desenvolvimento tecnológico, aspecto em que observamos, justamente, o papel do governo Bolsonaro para impor a continuidade e acentuar essa posição estrutural. Muitos dos eventos orçamentários impactantes nas universidades, relatados nas seções anteriores, atingiram também essas áreas.

8.2.1 Orçamento da pós-graduação e da pesquisa

O primeiro Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) apresentado pelo governo Bolsonaro trouxe a perspectiva de redução dos recursos para a área que viria a vigorar em todo o período de governo. A apresentação do PLOA 2020 previa corte dos recursos da Capes pela metade – de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 2,2 bilhões. A mobilização de vários setores logrou a conquista de Emendas de Comissão do Congresso, que recompuseram em R\$ 900 milhões o orçamento para as bolsas de estudo da Capes (ANPG, 17/10/2019) na PLOA 2020, amenizando o problema. A Imagem 13 evidencia a redução do orçamento geral da Capes a partir de 2015.

Imagem 13: Orçamento da Capes (2000-2022)



Fonte: OLB (2023)

O orçamento rebaixado de 2021 afetou particularmente os recursos para a Capes e o CNPq. Segundo noticiou a ANPG, já na PLOA apresentada ao Congresso, o governo garantia apenas metade das verbas mínimas para funcionamento do CNPq no ano, incluindo o pagamento de bolsas de estudo, no valor de R\$ 560 milhões, sendo que o necessário seria pelo menos R\$ 1,2 bilhão. A Associação, reunida com outras entidades como a ABC, SBPC e Andifes, publicou carta cobrando do Congresso mais recursos para o MCTIC. Ainda em abril de 2021, os movimentos lutavam para ampliar o orçamento, antes da sanção presidencial que sacramentou o corte. Ao longo daquele ano, as mobilizações prosseguiram, incluindo o Dia Nacional de Paralisação dos Pós-Graduandos, em 26 de outubro, que denunciou os ataques de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes à Ciência Nacional. “Em mais uma manobra que busca inviabilizar o orçamento para produção científica, o Ministério da Economia retirou cerca de R\$635 milhões do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, os quais seriam destinados para pagamentos de bolsas e execução de projetos científicos” (ANPG, 9/10/2021). Registrou-se atrasos também no pagamento de bolsas de formação docente, mantidas pela Capes, em outubro de 2021.

A verba para Ciência e Tecnologia foi duramente atacada já no primeiro bloqueio do governo Bolsonaro, em 2019, com o represamento de R\$ 2,158 bilhões, 42,2% das despesas de investimento. A mobilização do setor científico gerou a aprovação da Lei Complementar 177/2021, que proibia o contingenciamento dos recursos do FNDCT. Contudo, através de Medida Provisória (1.136/2022), Bolsonaro modificou a lei, com alterações nas regras para a aplicação dos recursos e retirou a proibição de contingenciamento. Em outubro de 2022, o governo efetivou novo corte no Fundo, que sofreu uma perda de R\$ 1,2 bilhão em recursos não reembolsáveis (ANPG, 11/10/2022).

Já quase no encerramento do mandato de Bolsonaro, em 30 de novembro de 2022, foram retirados R\$ 344 milhões em recursos da Capes, através do Decreto 11.269/2022, o que acarretou o não pagamento das bolsas de mestrado e doutorado no início de dezembro. A mobilização “#pagueminhobolsa”, organizada pela ANPG, convocou paralisação nacional dos pós-graduandos e atos em todo o país para o dia 8/12: “ANPG convoca todas/os pós-graduandas (os), as/os cientistas brasileiras/as, e a sociedade civil, a reivindicarem o pagamento imediato das bolsas de estudos aos estudantes brasileiros, paralisando suas atividades a partir do dia 08 de dezembro de 2022 até o pagamento de todas as bolsas” (ANPG, 6/12/2022). A “revolta”, como a própria ANPG qualificou os atos, fez com que a corte fosse revertido, após anúncio de Victor Godoy (citado na subseção 8.1.3).

Os cortes alcançaram ainda o programa de residência médica e multiprofissional, que sofreu com atrasos no pagamento das bolsas e congelamento do valor do benefício. Mesmo no momento da pandemia, em que os residentes foram duramente exigidos e expostos, ocorreram atrasos. Em abril de 2020, Weintraub anunciou a liberação de recursos para cobrir o atraso no pagamento (WEINTRAUB, Twitter, 30/4/2020). Contudo, em meados de maio, houve greve de residentes em todo o país devido “aos constantes atrasos das bolsas e falta de condições para o exercício do trabalho”, segundo a ANPG, que apoiava o movimento (ANPG, 11/5/2020). Em nota conjunta, a ANPG e o Fórum Nacional de Residentes em Saúde manifestaram a defesa das residências e confirmaram a manutenção do atraso no desembolso. “Essa situação vem se arrastando desde o início de abril, quando começaram os atrasos nas bolsas desses estudantes, colocando milhares de residentes em condição de vulnerabilidade social.” (ANPG, 12/5/2020). A Associação chegou a promover a Mobilização Nacional em Defesa das Residências em Saúde em 14 de maio, denunciando os atrasos. Novamente, em 2021, os residentes tiveram atrasos nas bolsas e no pagamento de bonificação referente ao período de emergência sanitária. Os profissionais decretaram greve em maio.

As e os profissionais da área da Saúde contratados como residentes para atuar no combate à pandemia de Covid-19 estão em greve desde o dia 4 de maio por não receberem salários há mais de dois meses. Dezenas de residentes fizeram uma manifestação em frente ao prédio do Ministério da Saúde (MS), em Brasília (DF), na última segunda(10). (ANPG, 13/5/2021).

8.2.2 Bolsas de estudo e pesquisa e a Portaria Capes 34/2020

Já em 2019, primeiro ano do governo, foi anunciado o corte nas bolsas Capes de cursos com avaliação 3 (a escala vai de 1 a 7) nas quadrienais anteriores (ANPG, 5/6/2019). Logo depois, houve corte de bolsas do CNPq para iniciação científica, mestrado e doutorado que estariam “ociosas”, mas que, segundo a ANPG, eram bolsas que aguardavam distribuição (ANPG, 16/8/2019). Posteriormente, veio um novo anúncio de redução de mais 5,6 mil bolsas, totalizando 11.800 bolsas a menos nos primeiros meses do governo Bolsonaro (ANPG, 2/9/2019).

Apresentando sua perspectiva quanto à pós-graduação, Abraham Weintraub compartilhou, em sua conta no Twitter, dois vídeos do presidente da Capes na época, Anderson Correia, explicando a política pretendida para esse nível de ensino. Segundo Correia, a sociedade brasileira não se beneficiava da 13ª posição mundial do país em

produção científica e o índice de colaboração com a indústria colocava o país apenas em 56°. Em segunda postagem compartilhada por Weintraub sobre o tema, de 23 de setembro de 2019, Correia afirma a necessidade de modificar os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, pois seria necessário contemplar melhor a “inovação”. O plano apresentado consistia em pautar a interação com as empresas nos programas de pós-graduação através da mudança nos modelos de avaliação da Capes, “cobrando muito mais resultados, produtos - como patentes, registro de software, criação de startups, relatórios técnicos e atividades ligadas às empresas e o setor produtivo” disse o presidente da Capes, Correia (WEINTRAUB, Twitter, 23/09/2019). Ou seja, a proposta procurava mexer na definição dos temas de pesquisa e nas abordagens científicas, uma vez que estas deveriam buscar “resultados, produtos”. Correia defendeu, ainda, doutorados profissionais, “que trabalha com pessoal da indústria, financiamento privado, e os problemas relevantes à indústria e à sociedade. Nesse ano, criamos 33 novos doutorados profissionais e esperamos mais 100 nos próximos quatro anos.” (WEINTRAUB, Twitter, 23/09/2019).

No início de 2020, Abraham Weintraub anunciou, então, que estaria promovendo um novo “Modelo de Concessão de Bolsas da CAPES”, que traria valorização do mérito acadêmico e incentivo ao desenvolvimento regional. O ministro compartilhou vídeo com o presidente da Capes naquele período, Benedito Aguiar, em que prometia redução de assimetrias regionais com o novo formato. “A gente quer espalhar mais a pesquisa científica no Brasil, mas sempre buscando o mérito, porque esse dinheiro não cai do céu, ele vem do seu bolso.” (WEINTRAUB, Twitter, 20/2/2020). Aguiar afirmou nesse espaço que a “Capes estará lançando o modelo de distribuição de bolsas da Capes, modelo que se baseia na meritocracia, leva em consideração o IDH dos municípios para a redução das assimetrias existentes ao longo dos anos e tem como foco principal o resultado dos programas” (WEINTRAUB, Twitter, 20/2/2020).

Quando da execução da Portaria 34/2020, documento que regulou a distribuição de bolsas, Weintraub disse que houve aumento da oferta em quase 6.000 bolsas, das quais 2.600 estavam direcionadas à pesquisa sobre coronavírus, haja visto o momento de início da pandemia de Covid-19. O ministro enfatizou a figura por ele reiterada do “pagador de impostos” e a *utilidade* das pesquisas:

É dinheiro dos seus impostos, dos meus impostos, dos nossos impostos para pesquisar coisas que realmente interessam à sociedade, pode estudar outras áreas? Pode, com o dinheiro da pessoa. Voltando, é importante dizer que, além disso, nós temos hoje bolsas no Brasil todo, que são distribuídas por critérios históricos, vamos ampliar isso em seis mil, mas elas passam a ser

distribuídas por critérios técnicos: qualidade da pesquisa, do departamento, dos pesquisadores e da área de atuação; levamos em conta também o IDH de onde é feita a pesquisa, do departamento de onde está sediada a pesquisa. Então, isso tudo vai gerar um remanejamento das bolsas, mas o saldo é um crescimento de 6 mil vagas distribuídas pela Capes no Brasil todo. (WEINTRAUB, Twitter, 27/3/2020).

Essa é a VERDADE sobre as bolsas de mestrado e doutorado que são pagas com NOSSOS IMPOSTOS. [Vídeo:] “Não houve corte de bolsas, entenda a distribuição para os cursos: 42% dos cursos ganharam bolsas; 37% mantiveram; apenas 20,2% tiveram redução em suas cotas, que foram transformadas em empréstimo.” (WEINTRAUB, Twitter, 27/3/2020).

Milton Ribeiro também manteve a defesa do modelo, sendo que, em março de 2022, este afirmou: “O quantitativo total de benefícios subiu de 80.272, em fevereiro de 2020, um mês antes da implantação do Modelo de Distribuição de Bolsas, para 84.336, em março de 2022.” (RIBEIRO, Twitter, 15/3/202).

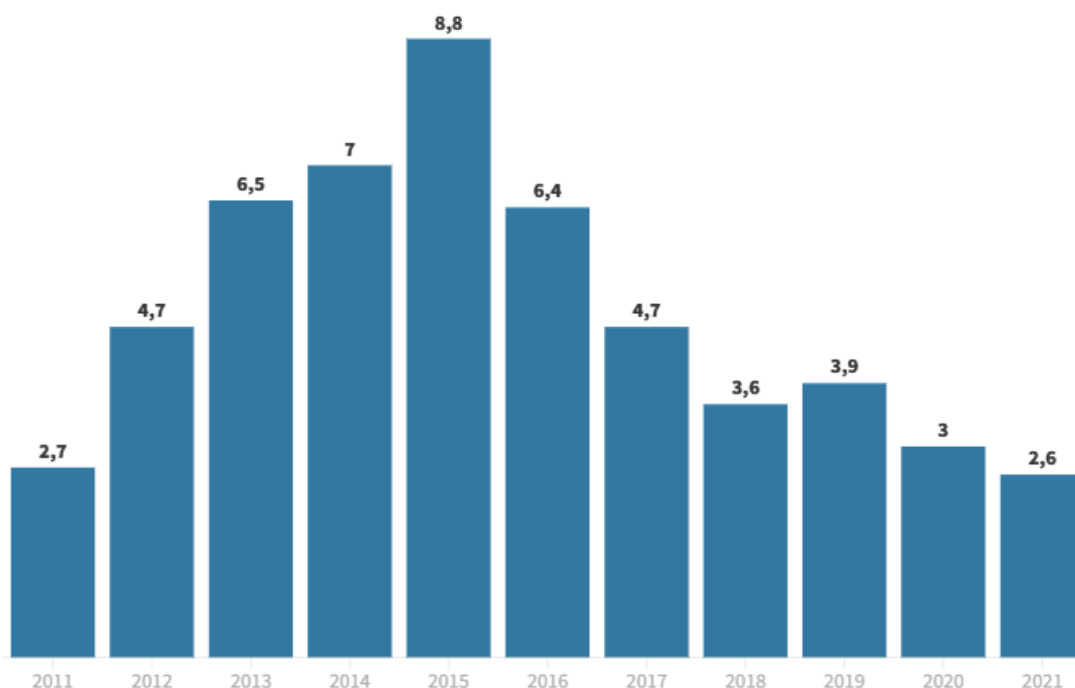
Segundo o Andes, a medida poderia “representar uma queda de cerca de 35% na quantidade de bolsas de pós-graduação oferecidas pela fundação”. A Portaria retirava bolsas de programas 3, 4 e 5, que foram remanejadas para os conceitos maiores, 6 e 7. “Embora a Capes insista que o novo cálculo não representa corte de bolsas, diversas universidades já se manifestaram sobre o impacto que a mudança terá em seus programas de pós-graduação.” (ANDES, 24/3/2020). A ANPG iniciou um manifesto pela revogação da medida do MEC, em documento que recebeu mais de 100 mil assinaturas, segundo a entidade. A ANPG afirmava, ainda, que a possibilidade de aprofundar a desigualdade entre os programas e entre as regiões estava colocada pela Portaria. A Associação fez um levantamento próprio e encontrou mais de 3.000 bolsas perdidas, em informação preliminar. O Ministério Público chegou a recomendar a revogação da Portaria ainda no mês de março de 2020. Em abril, a Justiça determinou que a Capes divulgasse o mapeamento das bolsas atingidas pelas novas regras, mas não vedou a validade da medida do MEC.

Em meio ao início do debate sobre a Portaria 34, um quantitativo de 6,3 mil bolsas sumiu do sistema, evento que a Capes qualificou como “erro no sistema”. Essas cotas teriam sido devolvidas aos programas, mas novo levantamento realizado pela ANPG encontrou pelo menos 2 mil bolsas ainda cortadas (ANPG, 16/4/2020). “Passados 15 dias, a ANPG continua recebendo denúncias de pós-graduandos que tiveram suas bolsas perdidas ou não foram reativadas.” (ANPG, 16/4/2020). Em junho de 2020, a Associação Nacional dos Pós-Graduandos realizou mapeamento das bolsas da Capes, por modalidade de bolsa, programas e áreas, a fim de consolidar um diagnóstico completo do problema, apresentando o resultado em três notícias sobre o tema. A ANPG evidenciou que o ponto alto do número de bolsas regidas

pela Capes foi em 2015, quando mais de 92 mil bolsas estavam cadastradas e o orçamento para bolsas era de R\$ 2,21 bilhões, em valores nominais. Já em 2020, o total de bolsas em vigor era de 84.076 e o orçamento para implementação, de R\$ 1,87 bilhão. Essas informações desmentiam o que fora anunciado pelo governo. Além disso, a aplicação da Portaria 34 “tende a acarretar uma maior concentração da pesquisa científica, agravando ainda mais as assimetrias regionais do país.” (ANPG, 15/6/2020). Por fim, na última publicação sobre o tema, a ANPG concluía que, embora tenha sido aumentando ligeiramente o número de bolsas efetivadas em relação ao patamar anterior à vigência da Portaria 34, a Capes tinha chegado a esse resultado acrescentando ao sistema 12.118 benefícios na condição de cota-empréstimo, sem garantia de renovação quando o aluno beneficiário concluísse o curso.

Entre anúncios de criação de novas bolsas e novas linhas de pesquisa, assim como de “novas metodologias” de distribuição dos incentivos, o governo Bolsonaro proporcionou um decréscimo global nas bolsas de mestrado e doutorado geridas pela Capes e pelo CNPq. Além disso, foram constantes os anúncios de “melhorias” que ocultavam manobras para reduzir o número de bolsas disponíveis ou priorizar determinadas áreas. Na Imagem 14 vemos a redução progressiva no orçamento da Capes para bolsas a partir de 2015.

Imagem 14 - Gráfico: Investimento Capes em bolsas (todos os programas, em R\$ bilhões)

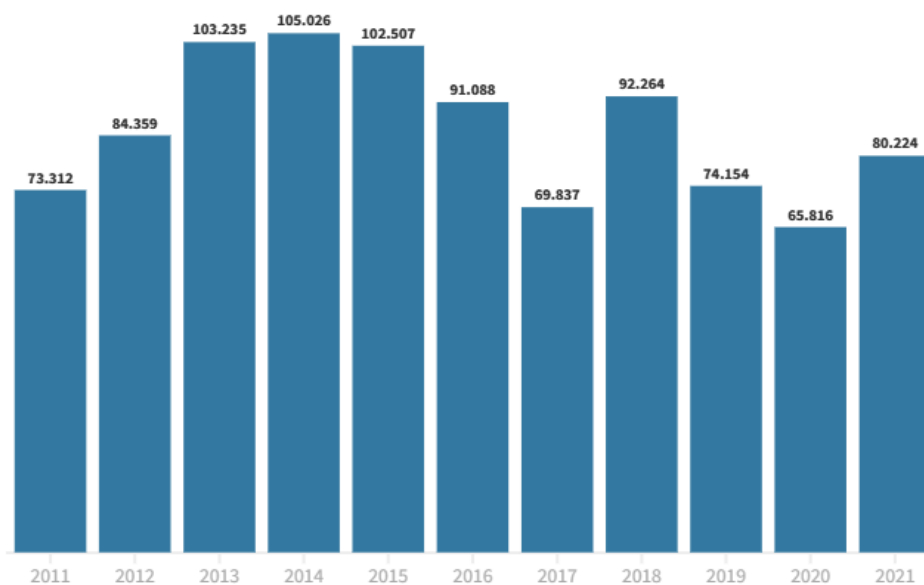


Fonte: Capes
Valores corrigidos pela inflação

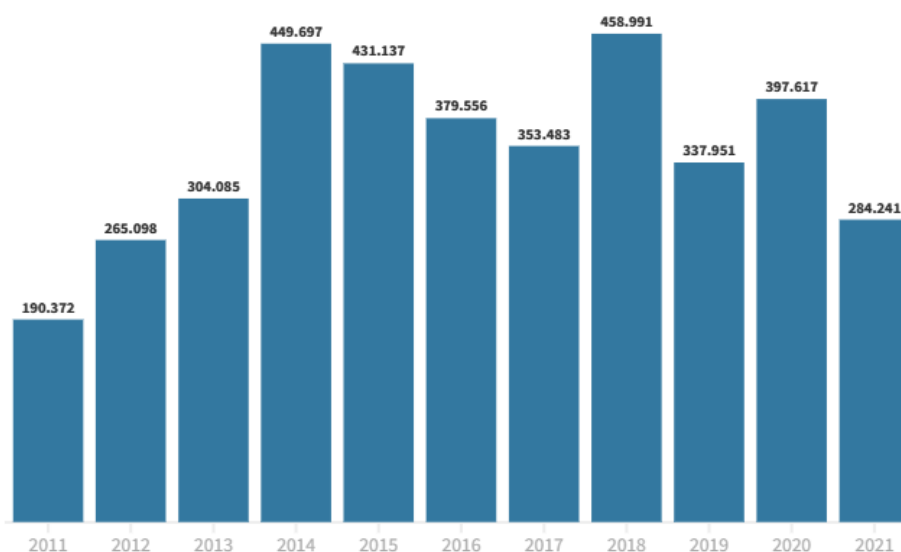
Fonte: Sobrinho (2022)

A falta de bolsas afetou projetos em vários níveis. O Andes divulgou, em 7 de maio de 2021, que o único edital lançado naquele ano para pesquisadores de pós-doutorado havia reservado um montante suficiente apenas para o pagamento de 396 pós-doutorandos, enquanto estavam habilitados pelo edital 3.080 projetos pela avaliação do mérito. De acordo com balanço realizado pelo Portal Uol e divulgado pelo ANDES (28/4/2022), no período de Bolsonaro na presidência, o número de bolsas para pesquisas caiu 17,5% no CNPq (Imagem 15) e 16,2% na Capes (Imagem 16).

Imagem 15: Evolução do número total de bolsistas CNPq (todos os programas)



Fonte: Sobrinho (2022)

Imagem 16: Número Total de Bolsistas Capes (todos os programas)

Fonte: Sobrinho (2022)

Já na perspectiva de uma gestão de desconfiguração das políticas, no governo Bolsonaro, ocorreu a interrupção da Avaliação Quadrienal (2017-2021) dos programas de pós-graduação pela Capes. O assunto veio à tona após a suspensão por decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro, sob a alegação de que os critérios de avaliação haviam mudado ao longo do processo e que eram aplicados retroativamente. A Andifes, assim como várias universidades, emitiu nota defendendo a retomada da Avaliação Quadrienal, afirmando que “A consistente avaliação realizada pela entidade tem atribuído valor imensurável no que tange à qualidade e consolidação da pesquisa em todo o Brasil, de forma igualitária entre todas as instituições.” (ANDIFES, 23/9/2021). Inicialmente 80 e depois a 100 avaliadores de diferentes áreas científicas (matemática, física, química e engenharia) se desligaram do processo, apontando ingerência da Capes para descaracterizar o processo, pressão para aprovar o cadastramento de cursos novos e em formato EaD⁶¹, e inação no sentido de organizar a avaliação (OLIVEIRA, 2021). A decisão judicial foi reformada, liberando a continuidade da avaliação, mas proibindo sua divulgação. Somente em setembro de 2022 a Capes chegou a um acordo com o MPF (CAPES, 2022), que permitiu dar plena continuidade ao processo avaliativo, cujo resultado final foi divulgado em dezembro de 2022.

O congelamento do valor das bolsas de pós-graduação iniciou em 2013 e perdurou durante todo o governo Bolsonaro. Especialmente em 2022, os estudantes organizaram a

⁶¹ Claudia Toledo, presidente da Capes na gestão Milton Ribeiro, é proprietária de uma instituição privada de ensino, o Centro Universitário de Bauru fato denunciado nos desligamentos (APUFPR, 2021).

“Campanha Nacional ‘Reajuste das Bolsas Já’”, em que destacaram a defasagem de 60% no valor real do benefício. O dia 11 de fevereiro foi o “Dia Nacional de Mobilização pelo reajuste das bolsas de estudo”, que, segundo a ANPG, contou com ampla adesão pelas redes sociais. O tema foi retomado em novembro, mas não alcançou o reajuste almejado. Com isso, fechou-se o ciclo Bolsonaro com redução do número de bolsas Capes, valores congeladas, redução do financiamento da pesquisa via CNPq, alteração e atraso da Avaliação Quadrienal dos programas de pós-graduação e desqualificação discursiva da produção.

8.2.3 Apontamentos sobre a política de fomento à pesquisa no governo Bolsonaro

O cenário precário para a realização de pesquisa e a tradicional baixa empregabilidade de doutores nas empresas privadas no país levaram à acentuação do fenômeno da emigração de pessoas altamente qualificadas, a chamada “fuga de cérebros”. Sobre essa temática, o jornal O Globo produziu um levantamento e abordou o fenômeno em matéria de grande repercussão: “Com verba cada vez menor para pesquisa, Brasil vê fuga de cérebros se intensificar e virar ‘diáspora’”, de 9/2/2022. O baixo nível de desenvolvimento tecnológico do país e a falta de projeto para superá-lo faz com que não apenas os pesquisadores tenham que buscar oportunidades em outros países como, por força desse fenômeno, os recursos investidos na formação qualificada sejam direcionados a outros países. A imigração de pessoal altamente qualificado é parte da característica dependente do capitalismo brasileiro (MARINI, 2008; LUCE, 2018), e ocorre devida à baixa incorporação tecnológica nos meios de produção nacionais (FERNANDES, 2010).

O “apagão” científico não foi um exagero das entidades do setor. Além dos níveis orçamentários muito rebaixados, e talvez em decorrência disso, o CNPq passou por uma série de problemas nos sistemas que gerencia, e que são a base para a gestão da política científica brasileira. Em julho de 2021, o Andes noticiava: “Apagão no servidor do CNPq compromete dados de pesquisas e expõe desmonte do órgão” (ANDES, 27/7/21), relatando que diversas plataformas do órgão estavam indisponíveis, entre as quais a Carlos Chagas, utilizada para implementação de bolsas e auxílios, assim como para a submissão de projetos; e a Lattes, que inclui Currículo Lattes, Diretório de Grupos de Pesquisa, Diretório de Instituições e Extrator Lattes. O Conselho relutava em admitir a indisponibilidade do sistema, mas o problema para os usuários persistiu por mais de dez dias. A ANPG se disse revoltada e indignada acerca do ocorrido: “Embora a agência informe que não afetará pagamentos de bolsas e nem ocasionará

perdas nos dados dos pesquisadores no Brasil, esse cenário é reflexo do projeto de desmonte da ciência brasileira” (ANPG, 27/7/2021).

A linha de atuação do governo contrária às Humanidades se efetivou na pesquisa por ocasião da definição das prioridades do MCTIC para o período de 2020 a 2023, no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. No documento, a Portaria 1.122/2020, o Ministério estabelecia a prioridade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações voltados apenas para cinco áreas de tecnologia, deixando de fora as Ciências Sociais e as Ciências Humanas. O Ministério Público Federal foi acionado para tentar reverter a decisão e emitiu uma recomendação nesse sentido. Também houve ampla repercussão negativa sobre o tema, levando o MCTIC, então, a publicar uma nova portaria que acrescentava, com restrições, as Ciências Humanas e as Ciências Sociais às prioridades transversais, através da Portaria 1.329/2020. De acordo com notícia da SBPC, a mudança respondia “à carta encaminhada ao ministro Marcos Pontes por um conjunto de entidades científicas preocupadas com o foco exclusivo nas áreas tecnológicas e de inovação explicitado na portaria anterior” (SBPC, 2020). A SBPC cita mais de 80 entidades científicas e 60 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) como autores da reivindicação.

No encerramento deste capítulo, retomamos alguns aspectos importantes da questão orçamentária e dos temas que se ligaram a ela em nossa exposição, com vistas ao tema da disputa de sentido, das ideologias e dos processos comunicacionais. Vimos de modo extensivo que a “tomada de consciência” do problema da universidade para o bloco governista teve como encaminhamento ideológico o estrangulamento financeiro das universidades. Foram reduções constantes no orçamento público que chegaram a patamares inferiores ao de dez anos atrás, fazendo retroceder a disponibilidade financeira, mesmo com ampliação das matrículas. A redução do aporte público foi construída de modo a induzir a busca por recursos privados para a sustentação das universidades, a partir da valorização discursivas de iniciativas desse tipo, funcionando também como forma de aplicar a racionalidade do mercado ao fazer das universidades, entendida essa racionalidade como a forma legítima e necessária de gestão da coisa pública. Também nesse ponto se vê a dissolução das barreiras entre o público e o privado.

O esforço contrário ao crescimento e a consolidação das universidades federais redundou na queda do número de matrículas, pela primeira vez em 30 anos. Ao mesmo tempo, se viabilizaram processos de expansão do ensino a distância, e flexibilizaram critérios

de qualidade. Esse fenômeno acentuou a participação dos monopólios privados de educação superior, que foram beneficiados pelas políticas do governo.

As mudanças de ministro na Educação repercutiram em modificações no tom com que o governo se inseria na corrente comunicativa que se formou sobre a universidade, mas não significaram alteração nas linhas ideológicas. O problema do orçamento remeteu de modo central à hegemonia das concepções fiscalistas da EC 95 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, sustentada por enunciados que lhes atribuíam papel de princípios, em contraste com governos anteriores e opositores que seriam irresponsáveis no trato do recurso público.

Os ministros da Educação apresentavam os cortes, bloqueios e contingenciamentos como medidas necessárias, visto que, “tecnicamente”, operavam o que diz a lei, além de representarem o espírito do governo. Não há alternativa, a TINA⁶² (There Is No Alternative) de Margareth Thatcher da Inglaterra, apareceu como a convicção do discurso governista. Nesse campo, também se encontra a discussão tecnicista sobre nomear as medidas que retiravam recursos de “contingenciamento”, “corte” ou “bloqueio”. Por outro lado, também viam o corte orçamentário como instrumento de ampliação do poder do Ministério da Educação sobre as universidades federais, uma vez que obrigava os reitores à condição de gestores do caos, pressionando para que aceitassem determinadas políticas. Tratava-se da hegemonia financeira que garantia a base político-econômica para o projeto bolsonarista, alicerçado especialmente nas frações do capital rentista. Embora, - como mostra o levantamento feito para a BBC Brasil pelo economista Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (BOLSONARO, 2022) - Bolsonaro não tenha respeitado a regra da Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos) de várias formas, ela serviu como cláusula pétrea para tratar das universidades, do ponto de vista da gestão orçamentária direta, mas também no discurso dos ministros da Educação que a reivindicavam.

No que tange à pós-graduação e à pesquisa, além da redução orçamentária, observamos políticas de apagão, que impingiam o desmonte pela inação ou pela operação não eficiente do governo, bem como medidas que vincularam essas áreas ao mercado privado e rebaixaram o papel das ciências não aplicadas.

Os embates sobre o orçamento puxaram os fios de amp'las discussões, de acordo com as intervenções dos ministros e do presidente, assim como nas respostas que o movimento

⁶² A primeiro-ministra britânica Margaret Thatcher utilizou da expressão em defesa da austeridade fiscal em discurso realizado na conferência das mulheres do Partido Conservador em maio de 1980: “We have to get our production and our earnings into balance. There's no easy popularity in what we are proposing but it is fundamentally sound. Yet I believe people accept there's no real alternative.” Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104368>. Acesso em: 6 de setembro de 2023.

universitário apresentava. Nesse processo, além de justificar as medidas num sentido mais imediato, também problemas estruturais foram sendo tratados, como motivadores da redução orçamentária, bem como as saídas estruturais correspondentes. Até mesmo o projeto Future-se, do qual trataremos no capítulo seguinte, esteve embutido na pauta do orçamento, articulado, certamente, com a perspectiva mais global que o governo tinha sobre a universidade e as saídas que vislumbrava, nos atos de ataque à universidade pública federal que desenvolvia.

9 O FUTURE-SE COMO PROPOSTA DE CONTRARREFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Neste capítulo debatemos a disputa em torno o programa Future-se, desde a apresentação da minuta inicial de julho de 2019 ao projeto de lei entregue ao Congresso em junho de 2020. Fazemos a análise dos documentos e das falas do ministro e do presidente a respeito do projeto, bem como das respostas das universidades e das entidades representativas a respeito da medida. O objetivo desta análise segue em linha com a proposta do nosso estudo, focado no sentido de universidade sustentado pelo governo, enquanto a participação de entidades representativas, organizações da sociedade civil e as próprias universidades integram o estudo para compreensão desse sentido a partir das disputas, que ocorrem em processos comunicacionais.

Levando em conta a ênfase comunicacional dada às ações do governo, iniciamos com a discussão sobre a sessão de lançamento do programa. Na sequência, nos debruçamos sobre a minuta inicial, após debatemos a recepção das universidades à proposta e, por fim, avaliamos a propositura final, bem como apresentamos uma análise mais global sobre a inserção do Future-se nas disputas em tela.

9.1 A disputa discursiva na sessão de apresentação oficial do Future-se

As universidades federais estavam em destaque nos debates políticos nacionais, em função do bloqueio orçamentário ocorrido em maio de 2019 e das declarações do ministro Abraham Weintraub associando os cortes à “balbúrdia”. Com as grandes mobilizações daquele mês, nos dias 15 e 30, e em 16 de junho, que ocorreram em todos os estados e em várias cidades, chegando a mais de um milhão de pessoas nas ruas, a disputa das universidades federais poderia sair do controle do governo, que até então vinha ditando o ritmo das ações. Com estudantes, técnicos e professores protestando e amplo apoio à bandeira da educação (pública), a manutenção do contingenciamento poderia abrir caminho para o debate sobre as regras da Emenda Constitucional 95, pautado pelo setor da Educação. Ou, pior ainda, na perspectiva do governo, o caldo de mobilização poderia impulsionar a resistência à Reforma da Previdência, prioridade do governo para aquele primeiro ano.

Nessa conjuntura, o ministro da Educação Abraham Weintraub lançou seu grande projeto para as universidades federais, o Future-se, “Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores”. O ministro já vinha preparando o terreno para apresentação

do projeto desde maio (conforma apontamos na subseção 8.1.1.3), com enunciados de que apresentaria uma proposta para dar mais “liberdade” para as universidades, baseada no modelo das universidades melhores ranqueadas internacionalmente.

A sessão de lançamento foi transmitida ao vivo pelo Facebook, em 17 de julho de 2019, e foi concebida como uma peça de propaganda dos sentidos que o governo queria relacionar com o projeto: formato empresarial, modernização e liberalização. A cerimônia ocorreu em estilo *standup*, comandada pelo ministro Abraham Weintraub, com destacada participação do Secretário de Educação Superior (SESU), Arnaldo Lima. Weintraub iniciou a apresentação declarando palavras-chave, numa sala com luz baixa e um grande telão. Disse: “Liberdade, conhecimento, pesquisa, trabalho, futuro, riqueza: Future-se.” (WEINTRAUB, Future-se, 17/7/2019). Em seguida, ele disse que a crise pela qual a universidade passava era uma oportunidade, “permite conhecimento, desenvolvimento, revoluções. E o que a gente tá propondo é uma revolução conjunta” (WEINTRAUB, Future-se, 17/7/2019).

O presidente da UNE, Ítalo Montalvão, interrompeu a cerimônia para questionar a apresentação do projeto em meio aos cortes orçamentários. Nas palavras do estudante: “A verdade é que muitos estudantes tão desesperados porque não têm dinheiro pra fazer suas pesquisas... nós precisamos retomar os cortes que foram feitos... a gente quer reposta pra ontem” (MONTALVÃO, Future-se, 17/7/2019). O ministro o convidou para se sentar, tentando demonstrar segurança e controle da situação, mas o efeito buscado pela intervenção da UNE já ocorrera, pois além da visibilidade para a pauta estudantil, o questionamento apontava a resistência que o projeto encontraria.

Mesmo na versão do ministro propositor, o Future-se não negou ser uma resposta à falta de garantia de financiamento estatal público para a manutenção das universidades. Contudo, o cenário financeiro justificava a saída apresentada como uma necessidade incontornável, “não temos alternativa”, sob argumentos do aumento dos gastos públicos no período anterior e o caráter “explosivo” do orçamento das universidades. Um dos pontos que caracterizam o Future-se já pôde ser percebido no seu lançamento, a metodologia empregada impedia a participação. A comunidade universitária em geral e sequer os reitores conheciam o projeto antes da apresentação oficial pelo MEC. Haveria, então, um período de um mês para o envio de sugestões. Esse procedimento, por si só, retirava a possibilidade de participação efetiva, pois a complexidade das universidades e suas dinâmicas, além do tamanho do desafio colocado à mesa, inviabilizava uma resposta em tão exíguo tempo.

A influência do neoliberalismo estadunidense aparece já na apresentação do programa, bem como o caráter heterônomo da cultura nacional (LEHER, 2020), pois, conforme o

ministro e o secretário da SESU, os modelos deveriam ser retirados de outros países, sem que se considerasse suas realidades específicas, como podemos verificar nos excertos a seguir:

A nossa formação econômica nos faz acreditar que o alinhamento de incentivos faz com que a gente consiga um país mais desenvolvido. A gente se inspirou em Friedman, que pensou em 1950 sobre os contratos de capital humano, você investir em alguém pra que dê um retorno. (LIMA, Future-se, 17/7/2019).

O que **a gente olhou lá fora** é que o seguinte: as principais universidades públicas do mundo, top 50 [...] o orçamento total delas, o orçamento público que elas recebem com relação ao orçamento total delas, na sua grande maioria, não passam de 40%. E o que é isso no Brasil? Nem um por cento. Então **será que a gente tá certo, só a gente tá certo e o mundo todo tá errado?** (LIMA, Future-se, 17/7/2019 - destaques nossos).

Gente, o objetivo é colocar o Brasil no patamar que tá os outros países. A gente não tá copiando, **a gente tá trazendo as melhores ideias**. O Arnaldo, o Ariosto, a equipe deles pinçou pelo mundo, adaptou o que já deu certo aqui no Brasil, será que dá certo? Sim, dá certo, a EBSEH é prova disso, que foi pros hospitais universitários. (WEINTRAUB, Future-se, 17/7/2019 - destaque nosso).

A associação ao modelo estadunidense tinha como meta, portanto, colocar as universidades federais brasileiras nas primeiras posições de rankings internacionais (citando o Times Higher Education e Web of Science). Além disso, a proposta fazia referência à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública de natureza privada criada no governo Lula para realizar a gestão dos hospitais universitários, através de contratos de gestão com as universidades federais. Um exemplo bem conhecido dos reitores e das universidades, que se viram, em muitos casos, obrigadas a aderir à Empresa, em função dos exíguos recursos repassados para a manutenção dos hospitais, até então, exclusiva responsabilidade das universidades. A Ebserh surge, no discurso do governo Bolsonaro, como modelo gerencial (contrato de gestão) que deu certo no Brasil e se soma ao modelo de financiamento das universidades públicas estrangeiras, que teriam fonte privada de recursos superiores à estatal.

De acordo com a apresentação inicial, o Future-se, para a solução do problema orçamentário, encaminharia duas medidas: a captação de receitas privadas para complementar o orçamento federal; e a gestão seria realizada pela contratação de uma Organização Social. O acesso às receitas próprias pela universidade aderente ao Programa seria feito através de um fundo chamado de “Fundo Soberano do Conhecimento”, que seria “negociado na Bolsa”. Além disso, também existiria um fundo patrimonial e acesso aos fundos constitucionais do Norte e Nordeste. Na apresentação da minuta, as Organizações Sociais aparecem como dando

à gestão “mais flexibilidade, o que permite que a gente tenha uma sustentabilidade financeira intertemporal, saindo das amarras da 8.666 [Lei das Licitações], 8.112 [Regime Jurídico Único], mas com governança, com integridade, com *compliance*, com transparência.” (LIMA, Future-se 17/7/2019).

Algumas noções de empreendedorismo, como formuladas por Puello-Socarrás (2008), que orientam o projeto foram reiteradas:

A gente quer criar um ambiente propício à geração de startups, de negócios, um ambiente mais saudável. (LIMA, Future-se, 17/7/2019 - destaque nosso).

Então, a gente tá fazendo do cargo de **professor universitário** o melhor emprego do Brasil, porque ele vai ter o salário dele garantido e **toda a receita própria que ele conseguir captar [...] vai ser dele, vai ter natureza privada**, desde que ele exporte, o que ele tem de melhor, que é o conhecimento. (LIMA, Future-se, 17/7/2019 - destaques nosso).

O que a gente quer fazer é muito mais aqui, a gente vai libertar, criar sentimento de empreendedorismo, libertar os nossos jovens dessa perspectiva ‘vou ter que arrumar um emprego ou vou ter que fazer um concurso público’. ‘Não, eu sou o senhor do meu destino. O que eu aprender aqui de conhecimento, eu vou bolar alguma coisa que gere riqueza, o empreendedorismo vai tá dentro de mim...’ (WEINTRAUB, Future-se, 17/7/2019 - destaque nosso).

O empreendedorismo não é apresentado de uma perspectiva apenas individual, mas como uma orientação global para o funcionamento das universidades (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017) e do próprio MEC.

E o que que a SESU e o Ministério da Educação vira? Um grande promotor das boas iniciativas, que a gente quer é se transformar na APEX⁶³ da Educação. A gente quer fazer com que a educação brasileira seja um produto tipo exportação. (LIMA, Future-se, 17/7/2019).

A gente precisa **criar circuitos de cultura e circuitos de negócio**, a gente precisa promover melhor nosso país (LIMA, Future-se, 17/7/2019).

Agora **a gente premiar sempre o esforço**, qual que é a ideia? Tem 13 trilhões de dólares no mundo circulando a taxa de juros reais negativos, a gente vai se tornar a APEX educação, em que sentido? **Vamos, juntos com os reitores, que se tornarão chanceler do conhecimento, promovendo as suas ações** (LIMA, Future-se, 17/7/2019).

[...] a gente tá aqui **querendo exportar uma indústria de conhecimento que a gente tem**. A educação brasileira pode ser um produto de exportação, e a gente tem que se abrir. (LIMA, Future-se, 17/7/2019).

[...] **a gente faz linha de montagem de empresas**. Imagina? Todos os jovens que quiserem, que puderem, três mil reais a gente viabiliza, dá uma,

⁶³ Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

dá uma incubadora, viabiliza, **70% fracassam, mas 30% viram empresas.** (WEINTRAUB, Future-se, 17/7/2019).

A visão apresentada sobre os processos de ensino também é bastante simplista, como no exemplo que aborda a “facilitação da acreditação de disciplinas”.

[...] da mesma forma, a gente quer trazer Prêmios Nobel pro país, ele poder dar uma aula na UnB, por exemplo, ser transmitido, transmitido pela internet, com as plataformas tecnológicas, qualquer aluno pode fazer aquela disciplina, faz uma prova de proficiência ao final, isso ser acreditado. Por que que o aluno da UnB só tem que fazer aula com os professores da UnB? Com a tecnologia que a gente tem, por que que não pode escolher os professores de outras universidades, que sejam brasileiras ou do exterior? (WEINTRAUB, Future-se, 17/7/2019).

Em relação ao funcionamento dos fundos, o discurso apontava a negociação dos mesmos na Bolsa de valores: “Future-se, ele é um fundo multimercado. [...] Então, esse fundo, ele vai ter uma política de investimento, todo o seu regulamento vai dispor sobre os riscos, tudo transparente” (LIMA, Future-se, 17/7/2019). Um instrumento para angariar apoio ao projeto foi a menção às receitas próprias. O governo prometia liberar esses valores por fora do teto da EC 95, o que ia ao encontro de uma demanda de universidades. A liberação seria feita a partir de um fundo de investimento, num claro processo de financeirização da educação e de desresponsabilização do Estado.

Após a sessão de lançamento, foi disponibilizada para consulta pública a minuta do projeto de lei, que será debatida na sessão seguinte.

9.2 Análise dos sentidos da minuta inicial do Future-se

A minuta do projeto apresentada pelo governo trazia como eixos: “gestão, governança e empreendedorismo”; “pesquisa e inovação”; e “internacionalização”. Entre as condições para ingressar no Programa Future-se estava vincular a universidade a uma Organização Social, via contrato de gestão, para dar suporte ao desenvolvimento das ações relacionadas aos eixos, e o dever de aderir às diretrizes de governança trilhadas pelo projeto.

O documento indicava a definição de um limite prudencial das despesas, que representaria um teto para custeio de pessoal, sem especificar se para servidores ou para contratados via OS. Tornava-se atribuição da OS desde o apoio à execução de planos de ensino, pesquisa e extensão a “realizar o processo de gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação; auxiliar na gestão patrimonial dos imóveis das IFES participantes; e exercer outras atividades inerentes

às suas finalidades.” (FUTURE-SE, Minuta, 2019). Havia previsão de repasse do MEC para a OS de patrimônio e de cotas dos fundos a serem criados. A universidade ficaria responsável pela instalação física do escritório da OS, a quem, ainda, poderia ceder servidores.

Quando da adesão, a IFE se comprometia a adotar “códigos de autorregulação reconhecidos pelo mercado”, além de “aprimorar os modelos de negócios e a capacidade de oferecer inovações que supram a demanda da sociedade”. Haveria a necessidade aperfeiçoar a gestão dos bens ao aderir, o que permitiria “a cessão de uso, concessão, comodato, fundo de investimentos imobiliários, realização de parcerias público-privadas, entre outros mecanismos”. A Instituição também ficaria autorizada a “promover suas marcas e produtos; fomentar a arrecadação de receitas próprias”; e conceder o direito de nomear espaços físicos, mediante compensação financeira. Essas proposições vão no sentido de privatizar a universidade pública, em vários aspectos, especialmente os de gestão e administração, consolidando a ideologia do gerencialismo.

Outro ponto importante no mesmo sentido era a permissão para a criação de Sociedade de Propósito Específico – SPE pelos departamentos, o que ocorreria, segundo a proposta, garantindo “percentual do retorno do lucro auferido para a IFES, nos termos do regulamento.” Além disso, ficava o professor com dedicação exclusiva autorizado a exercer atividade remunerada na OS contratada. A minuta propunha a alteração de 16 leis, conforme o quadro 11.

Quadro 11: Leis constantes na minuta inicial do projeto Future-se

Legislação	Objetivo da alteração
Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998	Permitir a remuneração dos conselheiros das Organizações Sociais; e estabelecendo o ônus da cessão para a OS
Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004	Incluir as participantes do Future-se em benefícios da Lei de Inovação
Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016	Incluir as participantes do Future-se nos benefícios da Lei de estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, para que os bens adquiridos no âmbito do programa tenham a propriedade regulada nos contratos de gestão.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)	Permitir a revalidação de diplomas de universidades estrangeiras por universidades privadas no Brasil; o reconhecimento automático de diplomas de universidades de “alto desempenho”; para o reconhecimento de notório saber, substitui a necessidade de instituição com curso de “doutorado” para “pós-graduação”
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 2019 (Pronac)	Estender os benefícios da lei para manutenção de centros de estudo e pesquisa, bibliotecas, museus e espaços culturais; e considerar atividade cultural as de pesquisa e extensão realizadas nas IFES
Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003	Alterar o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, para incluir entre os beneficiários os

	participantes do Future-se, incluindo startups e Sociedades de Propósito Específico.
Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012	Alterar a carreira dos docentes do magistério federal, permitindo a remuneração por patente ao professor com Dedicção Exclusiva
Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989	Alterar os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para incluir entre os beneficiários as entidades participantes do Future-se
Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990	Alterar a regra para importação de bens destinados à pesquisa, para incluir as participantes do Future-se nos benefícios da Lei
Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990	Modificar a regra de isenção de impostos de importação, para incluir as participantes do Future-se nos benefícios da Lei
Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995	Modificar a regra do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e a contribuição social sobre lucro líquido, permitindo a dedução de impostos das doações, incluindo o benefício às entidades participantes do Future-se; e as efetuadas no âmbito do fundo financeiro do Programa
Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995	Alterar o Imposto de Renda de Pessoa Física, permitindo a dedução de impostos das doações feitas aos fundos do Programa Future-se
Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997	Estabelecer limite para as deduções propostas no Programa Future-se na tributação federal.
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991	Conceder o crédito financeiro da lei sobre capacitação no setor de informática e automação aos participantes do Future-se
Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000	Incluir o fomento de atividades relacionadas ao Future-se entre os beneficiários dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética por concessionárias de energia
Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011	Retirar a integralidade e exclusividade de atendimento SUS dos HUs vinculados à EBSERH, e permitir aos HUs em geral aceitarem convênios de planos de saúde privados

Fonte: Elaboração própria

A lista de alterações legais propostas pelo governo é um demonstrativo da amplitude da reforma pretendida e indício fundamental para pensar o conteúdo do Programa. Tratava-se de uma reforma global nas Universidades e o sentido desse movimento pode ser afirmado com segurança: induzia a privatização das universidades a partir de um modelo de gestão desenvolvido na perspectiva empresarial; traria instabilidade no financiamento das pesquisas vinculadas aos fundos, ao mesmo tempo em que, ao reforçar os limites da EC 95, desobrigaria o Estado com o financiamento do Ensino Superior, reforçando a dinâmica da universidade empreendedora, que deve buscar seus próprios recursos ou fenecer; continha um tolhimento ao pensamento crítico e à liberdade de sua manifestação, embutido na forma empresarial de gestão e na heteronomia universitária em relação ao MEC e ao mercado privado.

Boa parte dos mecanismos de captação dos recursos prometidos seria garantido via abatimentos de impostos federais, o que implica o repasse de fundo público para direcionamento pelo ente privado. O avanço do ponto de vista normativo da autonomia universitária enquanto regra constitucional, frisado no capítulo 3, estaria profundamente

comprometido, visto a transferência de funções para uma Organização Social, em contrato cujos termos seriam fixados pelo MEC. As implicações organizacionais desse modelo para as universidades impulsionariam a transformação delas em repartições públicas hierárquicas, a quem caberia cumprir a lei do ponto de vista administrativo, chefiadas pelo governo Federal (via MEC), regidas por lógicas gerenciais, como empresas capitalistas eficientes, buscando o melhor resultado financeiro no serviço que prestam, quer seja o ensino, quer seja na relação com outras empresas e órgãos públicos, minando a democracia interna, a possibilidade de pensamento crítico e a inserção da universidade nos debates públicos. Leher (2021) aponta que a abrangência do Future-se induzia a refuncionalização da universidade pública brasileira, bem como sua apresentação está inserida no cenário de “guerra cultural” que balizava o governo Bolsonaro. Esses elementos aparecem nos discursos do governo em defesa do projeto.

9.2.1 O projeto Future-se nos discursos do governo

Para explicar o projeto Future-se, o ministro Abraham Weintraub compareceu a duas reuniões da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, em agosto e setembro de 2019, além de ter concedido ao menos sete entrevistas sobre o tema a veículos de imprensa e ter postado 22 vezes em sua conta no Twitter, incluindo 10 vídeos, alguns institucionais apresentando o programa. O presidente Jair Bolsonaro fez duas postagens no Twitter apoiando o projeto. A partir da análise desse material, buscamos apresentar como foi sustentada a defesa do projeto pelo ministro e as questões que desperta. Assim como na apresentação do projeto transmitida pelo Facebook, nas audiências da Câmara há a participação do secretário Arnaldo Lima, incorporada em nossa análise.

Como tática discursiva visando a aceitação do projeto e o embate com seus opositores, o ministro Weintraub enfatizava que a gratuidade da graduação não estava em questão no Future-se, buscando com isso responder à acusação de privatização. Essa ideia foi reiterada mesmo antes do lançamento oficial do programa de 17 de junho de 2019, como mostram as sequências de alguns dias antes:

Dia 17 apresentaremos a reformulação das univ. federais, que continuarão públicas e **os estudantes NÃO pagarão pela graduação/como hoje**. Haverá mais liberdade para pesquisa e trabalho! (WEINTRAUB, Twitter, 14/7/2019 - destaque nosso).

Não há privatização alguma! Teremos um modelo moderno, que nos aproximará da Europa, Canadá, Israel, Austrália, EUA, etc. A adesão das

universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo...as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar... (WEINTRAUB, Twitter, 14/7/2019 - destaque nosso).

A graduação não será paga pelos alunos das federais. Manteremos a situação atual (pagadores de impostos), porém, a rápida deterioração das contas vista nos últimos anos será interrompida. Há avanços maiores e menos polêmicos que serão apresentados dia 17...não percam...☺ (WEINTRAUB, Twitter, 14/7/2019 - destaque nosso).

A iniciativa propõe uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior visando à **sustentabilidade financeira**. A adesão ao Future-se será voluntária. **As universidades e os institutos federais não serão privatizados.** (WEINTRAUB, Twitter, 19/7/2019 - destaque nosso).

É importante frisar que a gratuidade é um dispositivo constitucional e não poderia ser tratada em um Projeto de Lei, mas sim em uma Emenda Constitucional, como inclusive foi proposto e debatido no período (a PEC 24/2019, já referida). Além disso, embora não seja prevista explicitamente a cobrança de mensalidade, o projeto vai nesse sentido, ao desconstruir a educação como direito garantido pelo Estado em favor da universidade-empresadora que busca os próprios recursos e presta serviços educacionais ao governo.

A caracterização de atraso (modelo atual de universidade) versus modernidade (Future-se) surgiu como recurso discursivo de sustentação do projeto, o que recupera o *consenso neoliberal* dos anos 1990 (FONSECA, 2005), ao produzir esse efeito ao tratar da necessidade de reformas do Estado e privatizações.

[Vídeo:] Amanhã, eu convido a todos vocês para acompanhar o lançamento do nosso programa de inovação do MEC, “Future-se”. **Chega de ideias do passado, chega de crise, chega de contingenciamento, vamos juntos, vamos pro futuro.** Amanhã, às nove horas, no Facebook do MEC. [retira os óculos]: eu espero você lá (WEINTRAUB, Twitter, 14/7/2019).

Em vídeo institucional do MEC compartilhado pelo ministro esse sentido é reiterado:

[...] muitas das maiores empresas do mundo nasceram nas universidades. Essa é nossa inspiração. É tempo de inovar. O conhecimento e o capital humano nós já temos, nossas universidades e institutos federais já têm. Mais empreendedorismo, mais intercâmbio de conhecimento; mais valorização dos talentos, responsabilidade com o futuro; mais pesquisa de ponta; mais professores engajados e capacitados. Redução da taxa de evasão, alunos mais estimulados, capital estrangeiro, empregos, produtividade, gestão, governança, sustentabilidade, parceria com o setor privado, autonomia, desenvolvimento. 2030 Brasil (WEINTRAUB, Twitter, 19/7/2019).

Os opositores do projeto são, portanto, anacrônicos. Afirmar que as universidades e entidades estão eivadas de “esquerdistas” abre o caminho para rejeição de argumentos

contrários ao projeto Future-se. Para isso, foi preciso insistentemente reproduzir essa caracterização, como ocorreu nas sequências a seguir:

Reverendo manifestações da UNE, percebo que **seus “jovens” líderes** perderam uma ótima pauta na Nova Previdência: alunos que “estudem” mais de 35 anos em Federais passam a ter direito à bolsa vitalícia da CAPES, propriedade dos alojamentos estudantis e prioridade na fila do bandeirão. (WEINTRAUB, 21/7/2019 – Twitter - destaque nosso).

Acho que **tá tendo um viés dogmático, ideológico, que não se está tendo uma abordagem intelectualmente honesta** para atacar o Future-se. Não se trata de privatização, não se trata de ingerência, nada disso. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019 - destaque nosso).

[...] é bom deixar claro, a gente sabe que a gente não é contra nenhuma universidade. Mas **tem sim algumas células que precisam se atualizarem em prol do país.** [...] Aquelas instituições que tão se manifestando no seu conselho superior contra o Future-se não entendem sequer o que é uma consulta pública. As universidades hoje não podem aderir ou rejeitar o Future-se. O Future-se precisa ser aprovado pra depois ter adesão. Ou seja, **quem tá se manifestando contrariamente e que é contrário a propor aperfeiçoamentos, então, tá num caráter dogmático, mas isso é a exceção.** (LIMA, Câmara, 28/8/2019 - destaques nossos).

Esse pessoal [“comunistada das universidades”] **é completamente tarado em gastar dinheiro, quando não desvia.** Foi uma reação assim, é surreal a reação que se vê do pessoal canhestro. (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 12/9/2019 - destaque nosso).

Pelo Twitter, o ministro registrou apoios ao projeto. A ala militar do governo fez sinalizações importantes, mediante anúncios do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e do Instituto Militar de Engenharia (IME) de que participariam do Future-se. De acordo com o ministro Weintraub, esta seria uma prova da não interferência na autonomia universitária, igualando falsamente a condição institucional de institutos vinculados às Forças Armadas e as universidades. Em vídeo compartilhado pelo ministro, o comandante do Exército Brasileiro general Edson Pujol endossa o Future-se (WEINTRAUB, Twitter, 29/10/2019).

Tendo em vista a importância dos militares para o governo Bolsonaro, vamos abrir um parênteses para indicar a relação do MEC com as Forças Armadas durante o governo Bolsonaro, a partir do material coletado. No MEC, Weintraub procurou apresentar uma aproximação com os militares. Além do apoio do ITA e do IME ao Future-se, o ministro divulgou visita às instalações do ITA para mostrar uma ampliação da área construída na instituição e enfatizar como positiva a gestão administrativa feita por militares. Para o ministro, a educação teria de espelhar-se no modelo universitário nas Forças Armadas. Os militares, de modo geral, estabeleceram parceria com o MEC no Programa de Escolas Cívico-

Militares (PECIM). Em outubro de 2019, Weintraub compartilhou um vídeo felicitando o General Villas Bôas, pelo aniversário, com a seguinte postagem: “Coragem, valentia, inteligência, honra, patriotismo são algumas de suas muitas qualidades. O Brasil não é uma ditadura graças à sua atuação. Que Deus te abençoe! O senhor nunca será esquecido! Até o dia 7 de Novembro.” (WEINTRAUB, Twitter, 20/10/2019). No vídeo, ao lado do general, afirma que “[...] esse homem aqui foi um dos responsáveis pelo Brasil não ter ido pro movimento totalitário. E é graças a ele que a gente tem condição de pegar a nossa bandeira verde-amarela e seguir na luta”. O general, que estava com dificuldades de falar devido ao estágio avançado da Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), agradeceu: “Obrigado ministro, estou realmente muito encantado em lhe conhecer e muito esperançoso pelo que nós podemos fazer.” O modelo de gestão militar serviu de exemplo positivo para contrastar com as universidades federais.

Dá pra fazer uma faculdade cívico-militar? Dá, o ITA é uma escola cívico-militar, tem a gestão militar da aeronáutica, e os professores civis, com total liberdade de ensino, e de pesquisa. O governo Bolsonaro vai dobrar o número de vagas no ITA. Eu tava com o brigadeiro, passeando com ele no campus, e eu falei com ele brincando, ‘ó, brigadeiro, eu não tô vendo pichação aqui no campus’. Ele falou ‘imagina, pichação, aqui dentro, não’. ‘Eu também não tô vendo gente fumando maconha no gramado’. Eu sou contra o consumo de drogas, eu não quero pros meus filhos eu não quero pros filhos dos outros. Aí ele deu risada e falou ‘aberto, aqui? De jeito nenhum, não tem consumo de drogas aqui no campus’.” (WEINTRAUB, Câmara, 11/12/2019).

Essa referência ao apoio dos militares às políticas do MEC desfaz algumas interpretações que enfatizam uma divisão desse setor com o campo olavista dentro do governo.

Retomando a discussão sobre a disputa do Future-se, outra entidade apoiadora do projeto, apresentada pelo Twitter do ministro, foi a Academia Brasileira de Educação (ABE). “[Representante da ABE]: Vai de certa maneira facilitar a entrada de recursos pra pesquisa, principalmente pra pesquisa aplicada. Essa junção entre a universidade e as forças produtivas é uma coisa positiva” (WEINTRAUB, Twitter, 17/9/2019). O apoio dos militares e da ABE foi uma tentativa de resposta às universidades que já haviam se manifestado pela rejeição do programa. O ministro viria a afirmar que IME, ITA e outros reitores já haviam apoiado a medida e que seria uma questão de tempo até que todos apoiassem, a despeito da ideologia das IFES.

Veja, a gente já tem 15 reitores, sem contar o ITA, querendo aderir e aqui estou sendo muito franco, aliás, vocês já pegaram mais ou menos que

essa é uma característica minha, **o reitor que aderir ao Future-se, alguns já manifestaram abertamente, eles são caçados no meio acadêmico** (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019 - destaques nossos).

O presidente Jair Bolsonaro anuiu o programa afirmando, em sua conta no Twitter, que “o Future-se, programa que possibilita a arrecadação de patrocínio para pesquisas e a criação de empresas, aproximando os universitários do mercado de trabalho e o Brasil do modelo das melhores universidades do mundo” (BOLSONARO, Twitter, 18/7/2019). O presidente também repercutiu o funcionamento por adesão voluntária, e projetou a alocação de bilhões de reais, “que serão investidos na própria educação, premiando professores que publicarem artigos em revistas de ponta e viabilizando ações na cultura” (BOLSONARO, Twitter, 18/7/2019).

O discurso do ministro Weintraub sobre a proposta do Future-se se estrutura no “diagnóstico”, reiterado à exaustão, de que as universidades federais são caras para o “pagador de impostos”; ineficientes (entregam pouco para o quanto custam); ruins (“têm muito joio”). Para tanto, Weintraub fazia uso frequente de dados estatísticos sobre as universidades e seu financiamento, todos descontextualizados de uma explicação mais ampla e sem perspectiva histórica. Tratava-se de um uso retórico da apropriação de informações que, muitas vezes imprecisas, estavam completamente desalojadas do contexto em que foram criadas ou não faziam parte de uma abordagem condizente com a reflexão sobre a realidade da educação brasileira. Reafirmamos isso porque, no documento do Banco Mundial encomendado pelo governo Temer, “Um ajuste justo” (discutido no capítulo 4), uma das fontes reconhecíveis no discurso do ministro, tem-se dados “verdadeiros” sobre o ensino superior, mas não em perspectiva histórica da realidade brasileira, muito menos superando uma abordagem neoliberal restrita a indicadores selecionados para justificar as indicações ali desenvolvidas. Assim, o Future-se serviu para espalhar a visão restrita de universidade reduzida a montantes financeiros, número de alunos, produção de diplomas. Essa linha tática é admitida pelo próprio ministro, que em entrevistas chegou a afirmar que o fato de ele “mostrar os números” já era, em si, algo inovador do governo que representava. A sequência abaixo exemplifica essa ação discursiva de Weintraub:

O ideal é a gente começar a mostrar números, olhar métricas, trazer, jogar luz em cima do problema porque, até então, veja, provavelmente, **esses números é a primeira vez que alguém tem coragem de chegar e falar assim: ‘pagador imposto, você que tá aí, pois é, você paga imposto por um cara trabalhar uma vez por semana, dá aula, ganha de 15 a 20 mil reais, não tem compromisso se ele reprova 80% dos alunos, 90% dos alunos**

ele pode reprovar. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019 - destaques nossos).

Dessa forma, o governo procurou justificar a necessidade do Future-se com dados como se eles fossem evidência sustentável por si só, enfatizando o viés financeiro da educação. Essa abordagem, que é a reiteração do que afirmamos na seção sobre a valoração negativa (7.2), aparece tanto em entrevista sobre o programa quando nas audiências da Câmara dos Deputado, como no exemplo a seguir:

E agora eu vou começar a falar de alguns números. Hoje, a República Federativa Brasileira tem 600 mil servidores civis na ativa, 300 mil tão no MEC. Metade tá no MEC, 300 mil, 100 mil foram contratados nos últimos anos. Basicamente, são pessoas para trabalhar nos institutos e principalmente nas universidades. **Houve um crescimento muito rápido** e a forma como foi estruturado nas universidades, faz com que, a folha de pagamento, do que hoje do orçamento das federais consome de 85 a 90% do orçamento. Isso é, **o orçamento de uma federal, que custa 1 bilhão de reais por ano, pro contribuinte, pro pagador de imposto, ela gasta com a folha entre 850 a 900 milhões de reais por ano e essa folha cresce 8 por cento ao ano acima da inflação**. Então, a situação é dramática. A situação é explosiva, a situação é muito ruim e o tamanho do problema hoje já é enorme. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019 - destaques nossos).

Ao tratar dos objetivos do Programa em relação à concepção de universidade embutida nele, Weintraub remeteu à imagem de um “campo com muito joio”, no qual quer que o “trigo” cresça. A solução de captação de recursos atuaria tanto no enfrentamento da crise financeira quanto na purificação ideológica, pelo efeito multiplicador que teria sobre os “bons”. Essa posição, além de reforçar uma imagem da universidade contaminada ideologicamente, acentuou divisões internas e procurou estimular que os setores considerados “trigo” (produtivos, eficientes, vinculados ao mercado) aderissem ao Programa, fragmentando a resistência à proposta. Esse caminho pode se assentar no crescente engajamento das universidades com o setor empresarial, ou seja, no fato de haver setores dispostos a essa perspectiva baseada na dicotomia de setores úteis e setores não úteis. O objetivo do programa aparece como salvar as universidades da bancarrota para a qual caminha, fortalecendo o seu “lado positivo”, para que esse vença o “lado perverso”. O Future-se é, assim, um caminho para a salvação e a purificação, discurso fortemente marcado por uma perspectiva neofascista e um extremismo de mercado.

Com o Future-se você vai poder separar com critérios objetivos o joio do trigo. (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 17/7/2019).

Olha, a universidade federal tem coisa boa? Tem. Tem trigo lá? Tem. O meu objetivo não é privatizar, meu objetivo não é acabar com elas, não é tirar

autonomia, **meu objetivo é salvá-las**. Se a gente não enfrentar elas agora [...] a despesa de uma universidade federal, pega uma só, umazinha dessas aí tantas, uma dessa do Rio, uma de São Paulo, é mais de três bi, três bi e meio por ano, e sobe 8% acima da inflação por ano a folha de pagamento. (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 12/8/2019 - destaque nosso).

A gente não quer acabar, a gente quer separar o que é joio e o que é trigo. **Tem muita coisa boa nas federais, só que a parte ruim está matando a parte boa**. Se pega a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que custa aí 3 bilhões e 600 por ano, se tem a COPPE lá, que é uma joia, uma preciosidade. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019 - destaques nossos).

O que a gente quer com o Future-se, se eles aderirem, é **dar liberdade para uma COPPE fazer parcerias, buscar patrocínios, fazer o que quiser da vida, dentro das leis**. Aumentar os recursos, aumentar dinheiro de pesquisa, aumentar bolsas de estudo, e com isso reverter o dinheiro suado do pagador de impostos pro povo, na forma de mais alunos que vão se formar, mais pesquisa, mais riqueza pra sociedade com o fruto dessas pesquisas. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019 - destaque nosso).

Quando eu falo ‘porcaria’, ‘vagabundo’ e ‘malandro’ eu não tô me referindo a tudo. Tem muito trigo nesse... o campo brasileiro, o Brasil nesses anos todo, plantou-se muito trigo, mas infelizmente misturaram as sementes e tem muito joio também espalhado. Mas veja, **nossa proposta não é pra arrancar o joio, a gente quer deixar o joio do jeito que tá. O Future-se se trata de o quê? De estimular que o trigo germine, produza mais sementes e gradualmente vai dominando o campo**. E o que havia no passado, com a injeção de recursos sem controle nenhum, era simplesmente estimular que o joio prevalecesse. Então, existe trigo e a gente quer salvar o trigo. (WEINTRAUB, Câmara, 4/9/2019 - destaques nossos).

Com o Future-se eu começo a separar o joio do trigo, tem muito trigo e muito joio, misturaram a semente e semearam o campo. Por quê? Porque o pessoal que faz a balbúrdia se esconde atrás do pessoal que tem mérito. Então, dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem a COPPE, que é um tesouro do país, que precisa ser preservada, lá você tem áreas importantes. Mas tem muita coisa errada em 3 bilhões e 700, que são um gastos por ano de orçamento, 3 bilhões e 700 que são do nosso suado imposto. Como a gente começa? Primeiro, voluntariamente, quem quer aderir ao Future-se, porque o Future-se é outra regra de governança e em você aderindo você pode buscar recurso da iniciativa privada e parar de depender tanto do nosso imposto tão suado. **Quem sobrar, a gente vai começar a auditar dentro do que a lei determina. Não tem perseguição**. (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 12/9/2019 - destaques nossos).

[...] com o future-se, a gente podendo buscar parcerias com a rede privada, a gente acha que os **bons elementos dentro das universidades, que são muitos, vão estar mais fortes, vão poder se organizar, vão poder buscar recursos na iniciativa privada** e com isso vão trazer mais pessoas para a carreira acadêmica. (WEINTRAUB, Gazeta Entrevista, 22/11/2019 - destaques nossos).

Pelo Twitter, ao divulgar a posse dos reitores, nomeados *pro tempore*, das universidades criadas durante sua gestão, Weintraub pressionou os novos dirigentes a

apoiarem o Future-se. “O desafio agora é todos esses centros se enquadrarem no Future-se, que é o nosso projeto pra dar mais liberdade, mais independência sim aos institutos e às universidades federais.” (WEINTRAUB, Twitter, 8/1/2020).

A importação de modelo internacional incompleto, aludido na análise da sessão de lançamento, ressurgiu nos debates da Câmara e em entrevistas:

Isso que a gente tá fazendo não é muito diferente do que as universidades públicas do Canadá, dos Estados Unidos, da Europa fazem. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019).

[...] nós nos inspiramos nas 15 universidades públicas melhor ranqueadas do mundo, e como o ministro disse, quando nós olhamos o orçamento total delas, menos da metade, menos de 40% é orçamento público. Então, quando você olha, University of Cambridge, terceira posição no ranking mundial, arrecada 20% com orçamento público; University of California, quinta posição no ranking, 40%; University of Oxford, sétima posição no ranking internacional, arrecada 26%. **Será que essas universidades estão todas erradas e nós estamos certos, sabendo que nós podemos melhorar muito no ranking internacional dado o nosso potencial?** (LIMA, Câmara, 28/8/2019).

A questão de Harvard e do MIT, que eles recebem volumes significativos do setor público, mas recebem também do setor privado e a gente quer simplesmente aumentar a quantidade de recursos que vai para as faculdades. (WEINTRAUB, Câmara, 4/9/2019).

A gente investe em pesquisa valores que não reverberam em impacto científico, e o Future-se [...] **ele traz essa visão da Europa, dos Estados Unidos**, das universidades públicas de lá, pra elas falarem com o resto da sociedade, ter impacto científico. Esse ano, provavelmente a gente vai ter um ano bom em termos de impacto científico, muito bom, tá, tô só esperando sair o número pra divulgar. (WEINTRAUB, Câmara, 11/12/2019 – destaque nosso).

Tem várias coisas que a gente tá fazendo pra mudar essa situação, mas de uma forma positiva, permitindo que as universidades federais busquem recursos, geração de recursos, **como é feito lá fora pelas universidades públicas da Inglaterra, do Canadá, da Europa continental, de Israel**. Então, a gente tá replicando e adaptando à realidade brasileira, trazendo experiências de sucesso também, como o que aconteceu com os hospitais universitários, na EBSRH, e criando um novo rumo nas universidades federais para gerar mais retorno para a sociedade. **Qual é esse retorno maior? Mais aluno se formando a custo menor, mais pesquisa com resultado de fato pra sociedade.** (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 17/7/2019 - destaques nossos).

Outra formulação presente no discurso do ministro em relação a modelo a ser adotado dizia respeito às instituições privadas de educação do Brasil, que seriam centros de excelência, cujas práticas deveriam ser copiadas pelas universidades e institutos federais. O

caso da FGV aparece com esse direcionamento, reforçando o caráter gerencial (pagamento por resultado) que o ministro queria imprimir com o Future-se:

Nós proporemos sociedades de propósito específico. Nós perdemos muitos professores das universidades federais para a FGV, por quê? Na hora que ele publica, ele ganha... o professor de economia pública na Econometrics, ele ganha 100 mil reais no bolso dele, ou o médico que publica na Nature, ganha 100 mil reais. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019).

Anteriormente, referimo-nos a recursos adotados por Weintraub que remetem ao debate do neoliberalismo dos anos 1990 no Brasil, em relação à oposição público-ineficiente versus privado-eficiente e à caracterização dos servidores como “ganham muito, trabalham pouco”. Essas formas clássicas do neoliberalismo estão a serviço da perspectiva do capitalismo empreendedor no caso do Future-se. Como o próprio nome do projeto ressalta, universidades empreendedoras, o âmago neoliberal da proposta está relacionado ao que Puello-Socarrás (2008) chama de novo neoliberalismo, que corresponde à dissolução das fronteiras entre estatal e privado, com a noção de “público não estatal”, em que sem mudança da natureza jurídica órgão estatal atende a interesses privados, e que cabe ao estado regular e estimular a iniciativa privada. É também a reprodução do modelo da tríplice hélice (ETZKOWITZ; ZHOU 2017), debatido no capítulo 4. Essa é sua base, por isso a ênfase em formação de *startups*, incubadoras, empresas juniores; a estratégia de integração da pesquisa com a aplicação tecnológica em produtos voltados ao mercado; e a formação de novos empresários e novos empregados, com as habilidades necessárias, como vemos nas sequências a seguir:

O professor que descobrir, tiver uma sacada, ele está fora do teto e ganha a mais acima do teto. Então a gente está mantendo o salário e quem conseguir ter uma pesquisa que gere atenção, realmente benefício: cura da dengue, o exemplo que achou, a cura da dengue, o Mal de Chagas, **as pessoas que estiveram envolvidas com a pesquisa vão ficar ricas.** E é isso que a gente quer. (WEINTRAUB, Câmara, 28/8/2019 - destaques nossos).

E é isso que **vai fazer da universidade um polo de desenvolvimento desse país.** Teremos também a participação do setor produtivo, que ele deduz, de pagar tributo, o IPI e o Imposto de Renda ao investir em inovação. Então, os empresários que quiserem dedução da sua carga tributária, é só investir nas ações do Future-se no âmbito dos institutos e das universidades federais, que terão dedução de impostos. (LIMA, Câmara, 28/8/2019 - destaque nosso).

Ainda sobre a tática empregada em relação aos que se opõem à proposta do Future-se, vemos a afirmação de que “é dinheiro a mais”, e a incorporação das fundações de apoio ao

projeto, já como resultado do diálogo com a sociedade (que interessa ao governo), bem como a desqualificação dos opositores.

[..] ganho líquido, absolutamente. Não há nada a perder em aderir ao Future-se. Você vai ter mais autonomia, mais liberdade pra conseguir recursos que hoje ficariam bloqueados no tesouro nacional, fruto de parcerias, eventual patrono que queira bancar uma sala de aula, um laboratório, uma reforma. [...] além de um fundo imobiliário, composto por imóveis que vão ser repassados pelo Tesouro Nacional, da união, no valor de 50 bilhões de reais. E a rentabilidade desses recursos novos também vai ser direcionado às universidades. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019 - destaque nosso).

Aqueles que falam que o Future-se só traz dinheiro no longo prazo, não entendem o que é receita própria [...] hoje, atualmente, é um bilhão de reais, tudo que a universidade, o instituto federal, o hospital universitário arrecada vai pro caixa único do Tesouro Nacional. Uma disputa de 30 anos, desde que chegamos todos os reitores pediram, fizeram esse apelo a nós: **‘Nos liberte, faz com que a receita própria vá diretamente pra gente.’ É o que a gente tá fazendo.** (LIMA, Câmara, 28/8/2019 - destaques nossos).

Fundações de Apoio, já foi incluída [...]. A gente recebeu os representantes [...] mas a gente já catou isso daí, inclusive por isso que tá no período de **diálogo com a sociedade, pra escutar esse tipo de coisa e corrigir**, de fato, um equívoco que foi não ter colocado as fundações de apoio. (WEINTRAUB, Câmara, 4/9/2019 - destaques nossos).

A defesa do projeto Future-se esteve circunscrita ao período de Weintraub no MEC, mas o ministro Milton Ribeiro, mesmo não tendo encampado o Projeto de Lei, apontou como positiva a aprovação do direito de nomear espaços físicos (*name rights*) como uma possível fonte de recursos para as universidades, assim como outras modalidades de doações, provenientes de ex-alunos. “Como as escolas americanas fazem [...] Deixa por um nome lá e põe até o busto do homem lá, eu não tenho nenhum problema, contanto que a gente possa receber um pouco desse recurso, hoje eu não posso receber nenhum recurso.”, disse em agosto de 2021, em entrevista ao Direto ao Ponto da Jovem Pan.

9.3 O debate do Future-se nas universidades e nas entidades

Assim que houve o lançamento do Programa Future-se, em julho de 2019, as universidades e entidades nacionais passaram a debater e se posicionar sobre a proposta. Nesta seção, discutimos os principais aspectos dessas respostas, partindo de levantamento publicado pela Andifes, que reuniu as manifestações das IFES a respeito do projeto, e de buscas complementares nos sites das próprias instituições. Mapeamos 45 universidades com publicações sobre o Future-se. Além disso, incluímos no levantamento a própria Andifes, a

SBPC, o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies) e as ações das entidades representativas das categorias das universidades.

A Andifes produziu o documento “Carta de Vitória”, em 29/7/2019, ou seja, pouco mais de uma semana após tomar conhecimento do Future-se (17/7). No documento, considerava que toda a proposta relacionada às universidades deveria ser pactuada com a sociedade, usou como exemplo o caso do Plano Nacional de Educação, e que o debate sobre financiamento, mesmo voltado ao longo prazo, deveria garantir o funcionamento imediato, enquanto isso as universidades conviviam com um pesado bloqueio. Argumentava, então, que os eixos propostos pelo programa já se realizavam “virtuosamente” nas universidades e que, o que aparecia como novo, não era de interesse das universidades. A Andifes questionava a necessidade de firmar um contrato abrangente com uma Organização Social, o que atingiria em cheio a autonomia; e a proposição de um fundo que sugeria o descompromisso do Estado de financiar a educação. A Associação dos Reitores destacava, ainda, a falta de um estudo de impacto das medidas elencadas. A Carta percebia certo reconhecimento, por parte do governo, da qualidade das pesquisas e do estrangulamento financeiro, mas, afirmava que em vez de “centrar esforços na retirada dos efeitos perversos da Emenda Constitucional 95, que atingem todo o serviço público e, especialmente, a educação, o Programa oferece uma solução apenas para aquelas instituições que se disponham a renunciar à forma atual de exercício da autonomia garantida pela constituição” (ANDIFES, 29/7/2019).

A SBPC manifestou-se por ofício enviado ao MEC, pedindo “Por uma discussão ampla e profunda do projeto Future-se” (SBPC, 5/8/2019). A entidade apontava a necessidade de ampla discussão sobre o projeto e alertava sobre o momento financeiro difícil que as instituições enfrentavam em curto e médio prazos. Enfatizava que as mudanças propostas eram profundas, embora obscuras e sem detalhamento, podendo afetar gravemente a autonomia universitária. Considerava, ainda, que o foco exclusivo no mercado poderia comprometer os princípios constitucionais e requeria, por fim, a ampliação do prazo de consulta e o diálogo com segmentos da sociedade e da universidade.

Mais adiante, em janeiro de 2020, a SBPC, na notícia “Novo texto do Future-se mantém problemas apontados em versões anteriores, dizem especialistas”, apresentava os pontos considerados problemáticos na versão correspondente ao Projeto de Lei. As críticas eram referentes à autonomia e ao financiamento das instituições. Enquanto as universidades trabalhavam na captação de recursos, a vigência da EC 95 seguiria limitando o acesso a esses recursos. Em relação aos fundos de apoio prometidos, a SBPC afirmava que não haveria

certeza de que isso daria certo no Brasil, pela falta de exemplos concretos, e o que a medida indicava, concretamente, era a diminuição do papel do Estado no financiamento. Além disso, a SBPC trazia uma crítica a condicionar à adesão ao programa a prioridade na concessão de bolsas Capes (medida incluída na versão de janeiro e presente no PL). Segundo a Sociedade, a proposta mostrava desconhecimento da realidade universitária, evidenciando a falta de diálogo em sua construção.

A Confies, representando os interesses das fundações de apoio às IFES, divulgou a nota: “CONFIES reforça graves preocupações sobre a omissão do papel das fundações no Future-se do MEC” (18/7/2019). No texto, requeria ser abrangida pela proposta, contextualizava os cortes nas IFES e no MCTIC e chamava a atenção para a possibilidade de os fundos propostos pelo Future-se serem dilapidados. “Urge que o MEC dialogue com as fundações e agende o pedido do CONFIES para audiência”. Sobre as organizações sociais, a nota afirmava a possibilidade desse instrumento limitar a autonomia universitária. O ministro Weintraub relatou ter recebido a entidade e, na audiência pública da Câmara já mencionada, afirmou que elas seriam integradas à proposta.

A maioria das 45 universidades mapeadas neste trabalho contou com deliberação do Conselho Universitário ou órgão equivalente sobre o Future-se, rejeitando a proposta. Os processos de construção dessa posição envolveram, em geral, um estudo prévio da minuta, discussões em *campi* e unidades acadêmicas, além da realização de assembleias com toda a comunidade, culminando com uma votação no Conselho (apresentamos um resumo individualizado das manifestações das universidades no Apêndice A). Ao todo, 28 universidades deliberaram contrariamente ao projeto, o que chamaram de repúdio, rejeição, manifestação contrária etc. Outras cinco universidades firmaram um posicionamento crítico (preocupação) ou uma avaliação negativa da proposta, sem, contudo, deliberar sobre repúdio ou rejeição. Sete, por sua vez, ou apenas realizaram ciclos de debates, sem que conste em seus sites o encaminhamento decidido; ou a deliberação, embora contenha críticas ao projeto, foi apenas pela continuidade da discussão. Essas são universidades que realizaram debates e estudos, mas não deliberaram sobre o projeto, restringindo-se na realização da apropriação da proposta pela comunidade. Dessa posição depreendemos que o entendimento era de que a proposta teria modificações e que caberia aguardar a tramitação para deliberar efetivamente, talvez com a perspectiva, embora não declarada, de colher algo positivo da nova lei. Mesmo a posição de rejeição fazia constar a necessidade de continuar debatendo, ou o projeto Future-se – notamos potencialmente uma expectativa de evolução positiva da proposta –, ou propostas genericamente colocadas para o aperfeiçoamento do ensino superior. Em duas universidades,

a UNIFEI e a UFSCAR, por manifestação exclusiva dos reitores, sem o crivo do Conselho, tivemos uma recepção que julgamos positiva. A UFSCAR de modo mais explícito, considerou o Future-se uma possibilidade bem-vinda para o enfrentamento do problema de financiamento das instituições. Já a UNIFEI mais dúbia, destacou aspectos positivos do projeto.

No Quadro 12 trazemos a síntese dos posicionamentos das universidades mapeadas.

Quadro 12: Posicionamentos das universidades sobre o Future-se

Universidades	Posicionamento	Instância
UFABC – UFAL – UFBA – UFC – UFCA – UFCG – UFRR – UFES – UFG – UFJF – UFMG – UFMG – UFOP – UFPA – UFPE – UFPEL – UFPR – UFRGS – UFRJ – UFRPE – UFRRJ – UFSC – UFSJ – UFSM – UFU – UNB – UNIFAP – UNIFESP – UNIPAMPA	Rejeição (17) Contrário (6) Não recomenda (2) Não adesão (2) Repúdio (1)	Conselho Universitário ou Conselho Superior (27) Reitor e comunidade (2) Assembleia da Comunidade ⁶⁴ (1)
FURG – UFPI – UFCSPA – UFVJM – UNIFAL	Avaliação negativa (3) Preocupação (2)	GT Nomeado (2) Conselho Universitário (2) Reitor e comunidade (1)
UFRA – UFSB – UFT – UFV – UNIFESSPA – UNILA – UNIRIO	Realizaram debate (7)	Discussão organizada pela reitoria (5) Discussão com a comunidade (2) Conselho Universitário (1)
UFSCAR - UNIFEI	Avaliação Positiva	Reitoria

Fonte: Elaboração própria

Quanto aos eixos que nortearam as críticas das universidades ao Future-se, realizamos um levantamento no material acima discriminado, que apontou uma série de aspectos que se repetiram nas posições. Enfatizamos que esse levantamento não teve a pretensão de esgotar o entendimento do debate que ocorreu em várias instâncias nas distintas universidades brasileiras. Fizemos um esforço de síntese, buscando contemplar tanto os pontos mais frequente quanto os que surgiram como divergentes no conjunto do material analisado. As respostas das universidades podem ser tema de outro estudo, que dê mais atenção às especificidades de cada instituição. Considerando essas ressalvas, destacamos que houve, em praticamente todos os posicionamentos e notícias, uma ênfase crítica ao momento em que o

⁶⁴ Algumas universidades realizaram e registraram assembleias da comunidade, mas apenas em uma, a UFCA, identificamos essa instância como tendo deliberado após a discussão no Conselho.

projeto estava sendo apresentado, sob a vigência da EC 95 e conseqüente estrangulamento orçamentário, assim como em meio ao contingenciamento de 30% dos recursos discricionários. Nesse ponto, também se enquadra o debate sobre a LOA 2020, que previa a repetição do orçamento de 2019, já bastante debilitado.

Para a maior parte das manifestações, a proposta foi mal redigida e apresentava-se lacônica e com falta de detalhamento, além de não ter envolvido a participação das universidades (dos dirigentes, para algumas) na elaboração. Algumas ausências foram apontadas, como a questão, fundamental para muitas universidades, do Plano Nacional de Educação. Amplamente criticadas foram a necessidade de contrato com Organizações Sociais, caracterizada como ataque à autonomia universitária, e a relativização do regime de contratação de servidores, permitindo novos formatos via CLT e estabelecendo um teto para as despesas com a folha.

A mudança de “autonomia de gestão financeira” para “autonomia financeira” foi outro ponto criticado pela maioria das universidades, juntamente com a subversão do princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. Vinculando a gestão da universidade a uma Organização Social, que teria o poder de intervir também no componente didático-científico, o projeto desconfigurava o Art. 207 da Constituição Federal, que abriga a autonomia universitária. No tocante à autonomia, na visão das universidades, a proposta traria ainda insegurança patrimonial, ao permitir a cessão dos bens à OS e a formação de um fundo de investimento integrado com esse capital imobiliário. A proposta não traria estabilidade nos investimentos em pesquisa, mesmo na pesquisa aplicada e tecnológica, que pretendia ser seu foco, pois tais recursos teriam que advir de uma fonte sujeita a flutuações. Do mesmo modo, ao manter as balizas da EC 95, a proposta não daria garantia de orçamento estatal em quantidade adequada, projetando uma substituição pelos recursos privados, esses não constantes. Em relação aos eixos apontados, tanto no que diz respeito a pesquisa e inovação, empreendedorismo, governança, quanto na internacionalização, o projeto ignorou, na visão das universidades, o que já era realizado.

O papel da extensão, segundo as IFES foi praticamente ignorado na proposta. Além disso, as universidades consideraram a proposta como desligada dos processos de interiorização e regionalização que as universidades passaram nos últimos anos, levando o ensino superior público e de qualidade para cidades do interior do país. Essas unidades não teriam condições de captação em pé de igualdade com as universidades consolidadas, ampliando a desigualdade no sistema.

Houve pontos de interesse de algumas universidades, que, ainda que tenham criticado e rejeitado a proposta, deixaram mais ou menos explícito que se interessariam em debater uma regra para deixar de fora do teto de gastos os recursos de arrecadação própria, e uma insistência de que as fundações de apoio fossem contempladas. Cabe observarmos que, se o problema era o projeto de conjunto, não fazia muito sentido reivindicar a participação das Fundações, a menos que se buscasse consertar o projeto, e não o rejeitar.

Além das manifestações, discussões e posicionamentos das universidades, a pauta do Future-se gerou reações do movimento universitário liderado pelas entidades representativas. A Fasubra, por meio da “Nota da Fasubra contra o projeto Future-Se!” (8/8/2019), afirmou que via no Future-se uma continuidade na política de desmonte e privatização das universidades, em referência aos cortes orçamentários comandados pela Economia e anuídos pelo MEC. Para a Fasubra, o projeto do governo ia em sentido contrário ao que a entidade defendia para a universidade, que deveria ser pública, gratuita, democrática e referenciada socialmente, pois atacava a autonomia universitária, alterava a forma de contratação de técnicos administrativos e abria as portas das universidades ao mercado. A Federação orientou que as entidades de base se posicionassem contra o projeto, quando do debate nas universidades.

O Andes produziu a cartilha “ANDES-SN apresenta: 20 motivos para Rejeitar o Future-se” (29/8/2019). Nesse material (Imagem 17), o sindicato contextualizava a proposta do Future-se num conjunto de medidas orientadas pelo Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio, citando o documento “Um ajuste justo”. O Andes recuperava a não participação da comunidade na elaboração da proposta, que substituíria a autonomia de “gestão financeira” por “financeira”, atribuindo às IFES a necessidade de buscar recursos, ao mesmo tempo em que impunha Organizações Sociais, que, além de avançarem sobre as funções dos órgãos colegiados das instituições, constituem uma forma de privatização. A ideia dos fundos de investimento apresentada no programa remetia à renúncia fiscal e à alienação de patrimônio público. Para o Andes, a proposta subordinava o ensino, a pesquisa e a extensão aos interesses empresariais, intensificava diferenças internas nas IFES, impunha a perspectiva do mercado para a produção do conhecimento, e incentivava a competição entre os professores e entre alunos, para que se tornassem empreendedores e desenvolvessem as sociedades de propósito específico. A medida induzia o afastamento do aluno da pesquisa básica e o rebaixamento da formação profissional a partir da desregulamentação da oferta de disciplinas e previa, ainda, a criação de dupla entrada nos HUs, com o atendimento via convênios particulares.

Outro ponto presente no Future-se destacado pelo Andes foi a desestruturação da carreira docente, desfigurando a dedicação exclusiva (DE), ao permitir a contratação de horistas via OS e o trabalho com remuneração extra ao docente com DE. Já no lançamento do programa, a entidade havia alertado que a proposta “entrega as universidades federais para a iniciativa privada”, sendo, portanto, a ideia de privatização importante também para a caracterização do Andes sobre Future-se. O sindicato afirmou que a modernização alegada era um disfarce para um profundo ataque ao caráter público do ensino. No início do ano seguinte, 2020, o Andes reconheceu, no envio pelo MEC do Ofício Circular nº 8/2020/GAB/SPO/SPO-MEC, uma forma de antecipar os efeitos do Future-se, pois o documento previa a responsabilização dos reitores caso os gastos com pessoal ultrapassassem o limite previsto, o que poderia impactar nas promoções de servidores.

Imagem 17 – Cartilha Andes com pontos críticos ao Future-se

POR QUE DIZER NÃO AO FUTURE-SE?

O FUTURE-SE deve ser compreendido no conjunto de contrarreformas impostas à educação superior na América Latina a partir das determinações dos organismos internacionais, como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), expressos em seus vários documentos e que foram reafirmados e sistematizados no documento do BM, “Um Ajuste Justo”, de 2017. As determinações dos organismos coletivos do capital buscam uma educação mercantilizada, privatizada e que seja considerada um “serviço” e não um bem social. Nessa diretriz, o Future-se propõe:

1. Construção autoritária do programa no método e no mérito: as universidades, os Institutos Federais, a comunidade científica e as entidades e organizações vinculadas à pesquisa e desenvolvimento não participaram da sua discussão, e não leva em consideração a função social pública das instituições de educação;
2. Substituição da “autonomia de gestão financeira” por “autonomia financeira” das IFES. Isto é, responsabiliza as instituições de ensino pela captação de recursos e, desresponsabiliza o Estado pelo repasse dos recursos para manter o ensino superior;
3. Imposição das organizações sociais (OS) como forma de gestão nas instituições de ensino, passando a gerir pessoal e patrimônio público. Uma privatização das IFES;
4. Criação de Fundos de Investimento, de natureza privada, como novas formas de fomento das universidades. Esses fundos podem resultar de isenções e incentivos tributários para as empresas e a alienação de imóveis públicos, representando a apropriação privada do fundo público;
5. Subordinação da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento de tecnologia aos interesses das empresas, limitando a liberdade de ensinar e aprender e, intensificando a diferença interna entre as distintas áreas nas IFES, principalmente, entre as que conseguem captar recursos das que não conseguem;

6. Imposição da perspectiva de mercado (empresas) para a produção do conhecimento, subordinando a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento às exigências das empresas. Ainda que fosse esse o caminho, não há interesse das empresas em desenvolver políticas científicas, tecnológicas e no setor de P&D;
7. Incentivo à parceria público privada (PPP) através das chamadas naming rights - em troca de “compensação financeira” e criação de “parques e polos tecnológicos, incubadoras e start-ups”.
8. Apropriação privada do fundo público, com a atração de centros de P&D de empresas estrangeiras com isenções tributárias sobre o lucro líquido e outras modalidades de incentivos fiscais;
9. Incentivo à competição entre professores e entre alunos, na perspectiva de tornarem-se “empreendedores”, a partir da possibilidade de criação de “Sociedade de Propósito Específica” no interior dos departamentos, instaurando microempresas, inscritas em parcerias público-privadas. Com isso, promove o desenvolvimento desigual das áreas do conhecimento voltada para os interesses do mercado;
10. Incentivo à meritocracia e à competição entre os alunos para obtenção do título de “aluno empreendedor”.
11. Indução ao afastamento dos estudantes do desenvolvimento da pesquisa básica, da interperação dos problemas lógicos e epistemológicos da ciência e ao abandono da pesquisa histórico-social, sociológica, artística e cultural.
12. Rebaixamento da formação profissional a partir da ampliação do ensino a distância (EaD) no ensino presencial, da liberalização de oferta de disciplinas em plataformas estrangeiras por meio de EaD, da facilitação da revalidação de diplomas estrangeiros nas IFES e nas instituições privadas, da imposição do “notório saber”, sem nenhuma regulamentação por parte da comunidade acadêmica;
13. Implementação da dupla entrada de usuários nos hospitais universitários vinculados à EBSERH, por meio de acesso diferenciado de natureza privada: planos e seguros de saúde terão prioridade na abertura de leitos para aqueles que passam pagar;

14. *Esvaziamento do sentido e das funções das instâncias colegiadas das IFES, que na prática estarão subordinadas à gestão das OS e dos Fundos de Investimentos;*

15. *Desestruturação da carreira docente com o esvaziamento da dedicação exclusiva a partir da subordinação da gestão de pessoal às OS, do incentivo à PPP e ao professor "empreendedor" que será responsável por captar recursos para realizar suas atividades;*

16. *Descaracterização da dedicação exclusiva, esvaziando o seu nexa com o conceito de universidade pública, abrindo caminho para a sua extinção;*

17. *Ataque ao tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando contratação celetista de professor via OS com dedicação apenas à sala de aula, acarretando o fim dos concursos públicos;*

18. *Desestruturação da política de acesso e permanência para os estudantes;*

19. *Imposição de avaliações padronizadas, o que repercutirá na exigência de conteúdos padronizados, de autofinanciamento para manutenção dos cursos, levando às IFES a um processo de ranqueamento;*

20. *Alterações no estatuto social da Educação Superior Pública, abrindo caminho para que essas propostas também sejam impostas para as instituições estaduais e municipais.*

PARA GARANTIR O PRESENTE DA EDUCAÇÃO CAPAZ DE GERAR O FUTURO, VAMOS DIZER NÃO AO FUTURE-SE!

PELA REPOSIÇÃO IMEDIATA DO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES, INSTITUTOS FEDERAIS E CEFET (IFES)

ANDES
SINDICATO NACIONAL
ESP - CONJUNTAS

FUTURE-SE
FUTURE-SE é a FATURA da Educação Pública

Pela imediata recomposição do orçamento público das instituições de ensino!

Fonte: ANDES (29/8/2019).

A UNE se posicionou por meio de notícias como “Universidades públicas brasileiras dizem NÃO ao Future-se” (25/9/2019). Nela, apontou a medida como uma forma de privatização da universidade, criticou a falta de diálogo na elaboração da proposta e destacou como problemática a dependência de recursos privados, com a retirada da obrigação estatal de financiar a educação. Avaliou a entrega da gestão às Organizações Sociais como um dos pontos mais obscuros da proposta, pois elas poderiam atuar na atividade fim da universidade, inclusive na contratação de professores. A entidade criticou a apresentação da versão de janeiro de 2020, por não priorizar a autonomia universitária e prever, nessa atualização, a priorização na concessão de bolsas Capes.

A ANPG emitiu a carta “Considerações da ANPG sobre o projeto Future-se” (15/8/2019). Para a entidade, o projeto usava os cortes orçamentários como pretexto, apresentando uma série de medidas que aprofundariam os problemas das IFES, por não enfrentarem a ausência de financiamento. Lembrou que a EC 95 e os cortes estavam colapsando o sistema nacional de educação superior. Os cortes “São uma política deliberada de estrangulamento orçamentário que visa a criar justificativas ideológicas para a privatização das universidades brasileiras.” Destacou a mudança apresentada pelo projeto de “autonomia

de gestão financeira” para “autonomia financeira”, e também que a vinculação do financiamento a um fundo abriria caminho para fragilizar a autonomia didático-científica. Uma das funções repassadas às OSs ou fundações de apoio “seria a possibilidade de contratação de docentes, sem concurso público, via CLT, o que acabaria com a estabilidade profissional necessária para execução da liberdade de cátedra essenciais na produção científica”.

A mobilização de rua das categorias dirigiu-se contra o Future-se. Em 13 de agosto de 2019, foi convocada a “Greve Nacional da Educação”, no conjunto de lutas “Tsunami da Educação”. Nos dias 2 e 3 de outubro, no chamado para a “Greve Nacional da Educação – 48h”, a mobilização nacional massiva em defesa das universidades e institutos federais também incluiu a oposição ao Programa. Em contextos locais, o Future-se motivou a deflagração de greves entre os estudantes da UFSC e da UNIPAMPA (ANDES, 13/09/2019; 15/10/2019).

Em conjunto, as entidades da educação lançaram manifesto “Em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito”, em julho de 2019, logo após o anúncio do Future-se. Nesse documento, denunciavam os ataques que a educação no Brasil vinha enfrentando, “como cortes financeiros que ameaçam o tripé da universidade brasileira (ensino, pesquisa e extensão), desvalorização do trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos, campanhas difamando o papel de escolas, institutos federais e universidades, perseguição a professores e cientistas.” O texto foi uma resposta imediata ao Future-se na perspectiva de sustentar uma concepção diferente de universidade em relação à do projeto. As entidades afirmaram que o projeto buscava desresponsabilizar o Estado na garantia do financiamento da educação superior, aprofundando os cortes e contingenciamento já iniciados; comprometem as carreiras públicas de servidores federais da educação, com estímulo à concorrência e novas modalidades de contratação; além de buscar reverter a democratização da universidade com o acesso de “milhares de estudantes de segmentos historicamente excluídos, como pobres, negros, índios, mulheres.” (FASUBRA, 29/7/2019).

No contexto das discussões sobre o Future-se, a UNIFESP, a UFABC, a UNE e a ANPG formaram “uma aliança ampla e suprapartidária em defesa das universidades e institutos tecnológicos e de pesquisa”, que elaborou o documento “Outro futuro para as universidades e institutos públicos”. O documento foi apresentado pela UNE (4/12/2019) como “proposta antagônica ao ‘Future-se’ [...]. O projeto, que será enviado ao Congresso Nacional, sai em defesa da autonomia universitária irrestrita e sugere ainda a revisão da Emenda Constitucional 95, que instituiu um teto de gastos públicos.” Incluímos um resumo

do manifesto no Apêndice A, retendo aqui os encaminhamentos que aponta, após defesa do caráter público da universidade. O grupo apresentou “Propostas de alteração legislativa relativas à captação de recursos próprios e parcerias”, em que incluía a aprovação imediata da PEC 24/2019, que permitiria “excluir despesas de instituições federais de ensino financiadas por meio de receitas próprias, de convênios ou de doações da base de cálculo e dos limites individualizados para as despesas primárias”; propunha projeto de lei que isentasse e reduzisse impostos para a importação de máquinas e insumos destinados à pesquisa científica e tecnológica e para bens e recursos usados em atividades de CT&I; e demandava a revisão da Lei dos Fundos Patrimoniais (Lei 13.800/19) para prever incentivos fiscais e isenção tributária aos doadores.

9.4 Proposta vira Projeto de Lei: mudanças que preservam o sentido do Future-se

Absorvendo parte do debate que provocou, o PL do Future-se foi apresentado ao Congresso em junho de 2020. Como essa entrega ocorreu nos momentos derradeiros da gestão Weintraub à frente do MEC, sem o suporte do ministro, o projeto não contou com forças políticas em sua defesa. E, assim sendo, não desencadeou um novo processo de discussão nas universidades, entidades e em outras organizações da sociedade. Ainda que tenha sido derrotado em seu desfecho, julgamos que a análise do PL nos ajuda a compreender o processo de disputa que se estabeleceu, principalmente porque alguns questionamentos das universidades foram absorvidos no novo texto. A última versão do projeto, em relação às minutas, era mais concisa e objetiva e já estava redigida com respeito ao que seriam normas de textos legislativos. Em muitos pontos, ao contrário da minuta, ao invés de explicitar suas intenções, as deixava ocultas como possibilidades abertas para regulamentações futuras.

A “Explicitação de Motivos” do Projeto de Lei 3.076/2020 entregue ao Congresso apresentava como objetivo da proposta “criar condições e incentivos para que essas instituições expandam as suas fontes adicionais de financiamento”. O documento referia-se ao dever do Estado de financiar a educação, mas fazia dois alertas, um quanto à capacidade orçamentária diminuta decorrente das características do país, e outro quanto ao período de “crise fiscal”, que imporia medidas como a do Novo Regime Fiscal (EC 95). Assim, para o Ministério da Educação, “torna-se indispensável que as IFES impulsionem suas fontes adicionais de recursos.” (FUTURE-SE, PL, 2/6/2020). Argumentava em favor da maior integração das universidades com o âmbito produtivo, um dos objetivos da proposta. O governo tecia críticas ao modelo atual de regramento da pesquisa no Brasil, tendo-o como

“burocrático”, e afirmava que as instituições deveriam buscar experiências internacionais para aprimorar o formato.

O instrumento colocado para a execução do programa era o de contratos de resultado (não mais contratos de gestão), que seriam então celebrados com as fundações de apoio, seguindo regras do modelo em vigor nas IFES. Nesse ponto, ficou claro o impacto da discussão do projeto com as universidades, uma vez que a versão inicial trazia a figura das OSs e estas desapareceram da proposta. O Future-se autorizava a celebração de contratos entre instituições e fundações “para projetos de produção, fornecimento e comercialização de insumos, produtos e serviços, no território nacional ou no exterior”, numa perspectiva abertamente mercantil da educação. A atuação da fundação de apoio estaria envolvida com a melhoria de infraestrutura, a “contratação de serviços, a execução de obras e a aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos relacionados às atividades de ensino, inovação e pesquisa científica e tecnológica.” Essa alteração ampliaria a participação das fundações nas universidades em relação ao permitido atualmente, uma vez que elas não podem ser utilizadas para a execução de obras e aquisição de materiais e equipamentos, nos termos da Lei 8.958/94.

Os eixos do projeto modificaram-se, passando a constar: 1) “pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação”; 2) “empreendedorismo”; e 3) “internacionalização”. O primeiro eixo propunha-se a “oferecer maior segurança jurídica aos gestores, em face da implementação da política pública de fomento à PD&I”, ou seja, a proposta incorporava parte da problematização das universidades no que diz respeito ao argumento de que as IFES já praticavam o que estava sendo proposto. Sobre o empreendedorismo, o documento trazia uma definição do termo, ampliando seu escopo para além de atividade individual, com vistas ao desenvolvimento de um negócio, passando a ser compreendido como “capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio futuro; isto é, de gerar capital social e capital humano”. Conduzia, então, para a assertiva de que “cabe às instituições de ensino criarem condições para o debate, o aprendizado, a experimentação e a institucionalização das iniciativas empreendedoras dos seus estudantes, no decorrer de sua formação e após sua conclusão” (FUTURE-SE, PL, 2/6/2020).

As diretrizes do eixo “empreendedorismo” incluíam o foco na parceria com o setor empresarial, a partir da implantação e a consolidação de ambientes para inovação, além de prever o aprimoramento dos “modelos de negócios e a capacidade das universidades e dos institutos federais de oferecer inovações que supram a demanda da sociedade” (FUTURE-SE,

PL, 2/6/2020). Esse eixo trazia ainda a possibilidade de serem realizadas cessões de uso, concessões, comodatos e outros mecanismos, como fundos de investimentos imobiliários, para a consecução da política de empreendedorismo. No que tange à “internacionalização”, previa a facilitação para que “disciplinas cursadas em plataformas ofertadas por instituições de excelência no exterior, conforme disposto em regulamento” (Ibid.) sejam acreditadas. Quanto a esse tópico, a Explicitação de Motivo apontava que a aproximação com instituições estrangeiras visava “uma educação sustentável, colaborativa, e responsiva aos desafios da sociedade globalizada.” (Ibid.).

No Projeto de Lei protocolado, verificamos que o contrato de resultados no âmbito do Future-se traria indicadores de resultado estabelecidos pelo MEC e MCTIC, que teriam como contrapartida benefícios de ordem de “recursos orçamentários adicionais” e “concessão preferencial de bolsas CAPES”. O contrato de resultados foi o instrumento utilizado por ocasião do ReUni e que contou com a adesão de todas as universidades federais. O texto previa a formação de um comitê gestor, nomeado pelo MEC, com competência de subsidiar a avaliação do programa, zelar pela destinação correta dos recursos e acompanhar o exame dos indicadores de resultados. Mantinha os contratos de concessão de direito de nomear prédios (*name rights*), a partir de compensação financeira.

Há um outro foco presente no PL que gostaríamos de destacar que se refere à vinculação das universidades com as empresas e seu papel de formadoras de *startups* e fomentadoras da cultura do empreendedorismo. Nesse ponto, a queixa geral das universidades não era contra essa dinâmica e sim contra desconsideração das experiências já realizadas: “as universidades já fazem isso”. Dessa forma, é possível supor que, no correr das discussões, seria possível a dissolução dos antagonismos entre as posições das universidades (pelo menos de algumas delas) e do governo para aprofundar a relação das pesquisas aplicadas com as empresas.

Como podemos ver, o governo respondeu a vários dos questionamentos expressos pelas universidades em primeiro momento. O projeto reduziu sua ambição, não havendo mais alterações em outras leis, ante as 16 da proposta inicial. Houve um reflexo do que algumas universidades que dialogaram mais detalhadamente com o texto apontaram, especialmente quando alegavam que a minuta desconsiderava o que as universidades já faziam. O interesse das universidades de ter em mãos os recursos de captação própria, fora do teto de gastos, continuava sendo atendido da mesma forma que anteriormente, pela adesão ao Future-se, mas não via um fundo de investimento. Assim também a proposta deixava de ser mal escrita e alheia aos reitores, como a versão inicial, englobando parte de suas críticas. A nova versão

passou a citar o PNE, como referência, também fez menção à “Autonomia de gestão financeira” e à “Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão”. A exposição de motivos citava as desigualdades que compõem o sistema de universidades, falando em interiorização e regionalização. O envolvimento do patrimônio das IFES, assim como a referência aos fundos, passou por atenuação, e, portanto, sua dimensão ficou imprecisa. A questão dos convênios particulares nos HUs foi suprimida.

A nosso ver, as adaptações realizadas pelo governo poderiam tornar o projeto bastante atrativo para algumas universidades, e para parte do Congresso, considerando ainda a possibilidade de alteração no âmbito dessa casa. Isso ocorre pela longa e contínua transformação das universidades em direção ao mercado e à gestão privada (conforme debatido no capítulo 4), não sendo estranho a elas os contratos de resultado (como o caso do ReUni), financiamento privado em convivência com os recursos públicos, tampouco a ideologia do empreendedorismo.

O Future-se após sua entrega ao Congresso, em julho de 2020, quando já era tido como derrotado. Para esse fato, contribuiu sobremaneira o desgaste do ministro proponente, Abraham Weintraub (permaneceu à frente do MEC entre 9/4/2019 e 19/6/2020), que deixaria o cargo dias depois da entrega oficial do PL, após ocupar o centro do embate entre o governo Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal, já citado neste trabalho. Assim, não se pode afirmar o que derrotou o Future-se, tendo ainda como fatores relevantes as medidas relativas à pandemia de Covid-19 e a mobilização do movimento universitário.

9.5 O Future-se na disputa de sentido de universidade

Debruçando-se sobre seus dispositivos e considerando o contexto em que surgiu e o resultado gerado, podemos compreender melhor o papel dessa proposta. Atribuímos ao projeto a caracterização de “manobra dissuasória” do governo na disputa com outros atores educacionais, especialmente as entidades representativas organizadoras do “Tsunami da Educação”. A proposta dava aos movimentos universitários (aqui incluídas as universidades) uma resposta, fiel à perspectiva do governo Bolsonaro, para seu pleito de mais recursos. Tratou-se de uma inversão de posições, além de garantir amplos espaços para o ministro Weintraub expor seus argumentos em favor do projeto e repetir suas formulações de deslegitimação e desacreditação a respeito das universidades. O encaminhamento do Future-se surgia, pelo lado do governo, como uma forma de “salvação” e de “permitir que o trigo cresça num campo cheio de joio”, nos termos de Weintraub.

Ao afirmar que o projeto funcionou como “dissuasório” não estamos desfazendo do papel importante que teve em vários aspectos. Um movimento como esse pode atender a múltiplos interesses, e mesmo que, no curto prazo, seu papel fosse intervir na situação de embate, poderia vir a ter seu objetivo principal alterado e constituir-se num PL aprovado, conformando uma contrarreforma de cunho neoliberal (empreendedor e gerencial) e de heteronomia para a universidade, no contexto de “guerra cultural”, como enfatizado por Leher (2021) na análise dos objetivos do PL. Dessa forma, consideramos que o Future-se representou uma síntese da perspectiva do governo sobre educação. Nessa perspectiva, ao difundir as ideias do governo para a universidade, mesmo uma derrota (a não aprovação) pode significar avanço da concepção de universidade que o governo conduzia.

O cronograma inicial do Ministério da Educação previa a aprovação do projeto em novembro de 2019, com tramitação acelerada. Para a frustração desse prazo, certamente foi decisiva a mobilização das universidades, consequência do ataque que representava a aspectos fundamentais (a maior parte das universidades teve tal percepção), como a autonomia, a liberdade de pesquisa e a garantia de financiamento estatal. Instalada a disputa em torno do Future-se, as universidades manifestaram-se e afirmaram um grande “não” à proposta inicial. As mobilizações populares do dia 13 de agosto de 2019, focadas na Reforma da Previdência, incorporaram, pelo setor da Educação, a luta contra o bloqueio orçamentário e o Future-se, caracterizado como ataque à autonomia, conforme destacamos anteriormente. O movimento das entidades representativas das categorias universitárias construiu como mobilização específica uma Greve de 48 horas, em outubro daquele ano, tendo como pautas centrais o orçamento bloqueado e restringido, as intervenções na nomeação de reitores não eleitos e o Future-se.

O debate ocorrido nas universidades, através da imprensa e no Congresso fez com que o projeto sofresse alterações em dispositivos amplamente questionados, mantendo, contudo, cernes problemáticos (POSSAMAI; SILVA, 2023). Fato é que, mesmo desagradando e até mesmo indignando a maioria das universidades, algumas declararam-se apoiadoras, outras não se opuseram. Há que se considerar a possibilidade de rejeição por parte de algumas universidades, em um primeiro momento, e a busca pela negociação nos bastidores, na tentativa de aprovar “o menos ruim” ou até mesmo ter algum benefício com a nova lei. Assim, o PL modificou sua redação tendo incorporado argumentos que surgiram no diálogo com os questionamentos de parte das universidades.

Retomamos neste ponto algumas linhas político-ideológicas que estavam presentes na proposição e na discussão do Future-se, destacados ao longo da análise. O encaminhamento

do Programa ia no sentido de uma dissolução da autonomia universitária (GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2020), aprofundando a heteronomia ao atrelar as universidades ao governo via contrato de gestão (depois, de resultado), o que impactava também numa subordinação hierárquica da universidade com o MEC, bem como reforçava a desresponsabilização do Estado para com o financiamento do ensino superior. Fundamentalmente, a proposta privatizava a universidade, pela via das parcerias público-privada para obtenção de recursos, bem como reforçava o papel que as fundações de apoio já desempenham nas universidades, estimulando a vinculação da educação com o mercado. O modelo de interação universidade-empresa-Estado dissolvia os interesses privados no dispêndio do esforço público, que poderia ser apropriado, inclusive, pelos docentes participantes das interações. Assim, a ciência se convertia em produtos voltados ao mercado e visando retorno financeiro em curto prazo. O papel crítico da universidade tenderia a desaparecer ademais pela fragmentação entre as áreas vendáveis e as áreas avessas ao mercado.

Nos discurso do governo sobre o Future-se, palavras centrais para a conceituação de universidade, como autonomia e pesquisa, ganham um sentido de (autonomia) “empreendedorismo”, para busca dos próprios recursos, e (pesquisa) de interesse mercadológico, convertida em produtos.

10 NOMEAÇÃO DE REITORES: A INTERVENÇÃO LEGALMENTE RESPALDADA

Neste capítulo, debatemos as nomeações de reitores não escolhidos pelas comunidades, no período Bolsonaro (2019-2022), como prática de intervenção nas universidades federais. Iniciamos com a caracterização desse processo como intervenção, seguida da sistematização dos casos em que tal medida foi efetivada pelo governo. Discutimos as tentativas do presidente Bolsonaro de alterar a legislação sobre o tema, deixando-a mais restritiva. Após, apresentamos os discursos do governo que continham a justificativa para nomear reitores não eleitos e, por fim, apresentamos as lutas universitárias relacionadas a essa temática no período pesquisado.

10.1 A intervenção nas universidades como prática rotineira

Mais do que figura simbólica, tratada pelo pronome “magnífico”, o reitor de uma universidade federal preside as instâncias universitárias e concentra a representação da comunidade nos diferentes âmbitos da sociedade. Ao ocupante desse cargo de autoridade, são conferidos amplos espaços institucionais e midiáticos, além de o poder para realizar nomeações e assinar contratos e convênios. É o porta-voz máximo da universidade em diálogo, por exemplo, com o Ministério da Educação. Assim, atingir o centro do poder universitário compromete a autonomia, paulatina e precariamente construída no Brasil. Foi o que Jair Bolsonaro passou a fazer ao nomear reitores não eleitos pelas comunidades acadêmicas. Consideramos essa prática como intervenção, na medida que as escolhas de reitores em desrespeito às vontades internas estabelecem um representante dos interesses do governo na universidade, quando a função de reitor seria justamente o contrário. Esse entendimento é o mesmo de Pereira, Zaidan e Galvão (2022) e Parentoni (2022), assim como das entidades representativas que lutaram contra a nomeação de reitores não eleitos.

Claro está que essa temática tem relação com os processos democráticos amplos da sociedade, espelhando a democracia restrita dos processos políticos brasileiros (FERNANDES, 1976) e dificultando a plena autonomia universitária. Já abordamos no capítulo 3 a questão da heteronomia cultural que prevalece no país e que tem sua repercussão nas universidades. Mesmo assim, no período pós-1988 se consolidou a nomeação de reitores indicados como primeiro em uma lista tríplice elaborada pelo conselho superior da universidade, antecedido, na maioria dos casos, de consulta à comunidade.

A regulamentação legal do processo de escolha e nomeação dos reitores remete à Lei 5.540 de 1968, elaborada em plena Ditadura Militar, e que vige apenas em seu Art. 16 (com redação pela Lei 9.192/1995), justamente o que trata da formulação da lista tríplice e definição do reitor das universidades, estando os demais revogados. No artigo em questão está prevista a nomeação do reitor e do vice-reitor pelo presidente da república, que deve escolher entre os “professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal” (BRASIL, 1968). No item II do Art. 16, a Lei estabelece que o colegiado que elabora a lista deve ser formado por, no mínimo, 70% de docentes; e o parágrafo único fixa mandato de quatro anos e permite uma recondução. Na sequência, define a consulta à comunidade como facultativa e que, se realizada, deve ser feita com votação uninominal e com “peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação à das demais” (BRASIL, Lei 5.540/1968).

No Decreto 1.916/1996, que regulamenta a Lei 9.192/1995, está previsto que o “colégio eleitoral que organizar as listas tríplices observará o mínimo de setenta por cento de participação de membros do corpo docente em sua composição”, reafirma como opcional a realização de consulta à comunidade para elaboração da lista tríplice, em caráter não vinculante à escolha pelo conselho.

Pereira, Zaidan e Galvão (2022) recuperam o fato de que as universidades, já no final dos anos 1980, realizavam eleições paritárias, movimento intensificado no início dos anos 1990, sendo a referida lei de 1995 e o decreto que a regulamenta uma resposta conservadora à ampliação da participação discente e dos técnicos administrativos – entendimento similar ao de Neves e Pronko (2008)⁶⁵. A forma da lei permitiu brechas⁶⁶, contudo, para que as

⁶⁵ A Reforma de Córdoba, de 1918, tinha como uma das bandeiras a paridade entre estudantes e professores na escolha dos dirigentes e na composição dos conselhos, sendo essa a origem histórica da bandeira da paridade. Ribeiro (1969) aponta a cogestão democrática como contribuição do continente ao debate universitário.

⁶⁶ O que nos referimos como “brecha” na legislação é o entendimento formulado pelo Ministério da Educação na Nota Técnica 437/2011, da Coordenação-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do MEC (CGLNES/GAB/SESU/MEC), que assim considera: Importante salientar ainda que a realização por associações dos quadros que compõem a universidade ou entidade equivalente de consultas informais à comunidade universitária com a configuração de votos de cada [sic] categoria da forma que for estabelecida, inclusive votação paritária, não contraria qualquer norma posta. (MEC, 2019). Essa compreensão que viabilizava processos paritários foi revertida pelo Ministério da Educação no governo de Michel Temer, com a edição da Nota Técnica 400, de 2018, pela CGLNES, em que se declara compulsória da fórmula 70/30 e ilegal qualquer outro formato de consulta, mesmo informal. Tal documento, datado de 10 de dezembro de 2018, foi questionado formalmente pela Andifes, que se manifestou contrária ao entendimento de que a consulta à comunidade, independentemente de sua natureza, deveria observar o peso de setenta por cento para o corpo docente. O mesmo órgão do MEC, já na gestão de Arnaldo Lima à frente da SESU, publicou nova nota, retornando ao entendimento de 2011. A Nota Técnica 243 de 2019, que foi enviada às universidades através de

universidades, de acordo com suas dinâmicas internas, fossem ampliando a participação dos discentes e dos técnicos, a partir da realização de consultas com outros cálculos mais democráticos⁶⁷. Para não ir de encontro à legislação, as consultas ganharam um caráter informal, haja vista que o dispositivo legal não obriga a realização da consulta, e, em muitos casos, consolidaram o cálculo paritário, entre técnicos, docentes e estudantes, como regra informada difundida nos contextos universitários brasileiros⁶⁸. Além disso, por costume, os conselhos superiores decidem em consonância com o resultado da consulta. Esse processo procura orientar-se pelo princípio da gestão democrática, que rege a educação brasileira.

Na prática, portanto, a eleição para reitor nas universidades após a Constituição seguiu de acordo com a dinâmica interna, respeitando parâmetros legais, com alguma margem de autonomia. O passo seguinte, a nomeação do reitor pelo presidente, desde meados dos anos 1990, mantinha a tradição de respeitar a “vontade da comunidade” e consagrar o primeiro da lista. A última exceção a esse costume ocorreu em 1998, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso nomeou José Vilhena, em detrimento do candidato mais votado, Aloísio Teixeira, para reitor da UFRJ (RYFF; TORRES, 1998). A Folha de S.Paulo caracterizou o ambiente da UFRJ, naquele momento, como de “guerra política”, envolvendo políticos do estado carioca. O Estado de São Paulo afirmou, em 2002, que o reitor Vilhena deixava o cargo como “campeão de impopularidade” (REITOR, 2002). Fora o caso da UFRJ, se efetivou largamente na vigência da CF 1988 a regra pactuada de nomeação do primeiro da lista.

O que era tradição foi ignorado pelo presidente Bolsonaro e seus ministros da Educação. A nomeação de reitores interventores tornou-se corriqueira e esse acabou sendo um dos âmbitos da disputa da universidade no período. Das 69 universidades federais existentes no fim do mandato de Bolsonaro, em 2022, seis tinham sido criadas havia pouco tempo, possuindo reitor *pro tempore*, não eleito; 41 tiveram confirmado como reitor o primeiro da

ofício-circular em 22 de julho de 2019, confirma “a possibilidade de realizar consulta formal com o peso 70/30, ou informal de forma paritária, com a condição de que ambas tenham caráter meramente indicativo, mas não vinculativo para a elaboração da lista tríplice” (MEC, 2019). Seu argumento em relação à Nota 400 é que esta não é razoável em relação ao que tradicionalmente ocorre nas universidades. No entanto, durante cerca de sete meses, o argumento da ilegalidade da consulta paritária foi sustentado pela referida Nota Técnica, o que dá peso aos contrários à democratização nas disputas internas das universidades.

⁶⁷ Destaca-se, ainda, que a lei que cria a Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) estabeleceu que o reitor dessas instituições seja nomeado pelo presidente da República, após processo de consulta à comunidade escolar, com peso paritária de 1/3 para o corpo docente, 1/3 para o corpo técnico-administrativo e 1/3 para o corpo discente.

⁶⁸ Levantamento realizado pelo Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFRGS, UFSCPA e IFRS (ASSUFGRS), em 2020, apontou que mais de 60% das universidades tinha realizado a última eleição para reitor com consultas paritárias. As consultas em que os docentes tinham peso de 70% representavam 30%. (XAVIER, 2020).

lista tríplice; 22 universidades sofreram intervenção, sendo que uma delas, a UFGD, sofreu três intervenções, totalizando 24 casos de intervenção pelo MEC. Foram 10 intervenções durante o mandato de Abraham Weintraub, 13 sob Milton Ribeiro e uma sob Vitor Godoy.

Em levantamento realizado em fevereiro de 2022, Pereira, Zaidan e Galvão (2022) observaram que dos 31 reitores que foram confirmados os primeiros da lista, até aquele momento, uma ocorreu durante a gestão Ricardo Vélez, 14 na de Abraham Weintraub e 16 na de Milton Ribeiro. Nesta lista, estão também duas universidades que tiveram intervenção temporária ou tentativa de interveniência judicial, a UFPA e a UFSJ. Nesta última, um candidato derrotado judicializou o processo tentando modificar seu desfecho. E no caso da UFPA, o Ministério da Educação alegou descumprimento do peso eleitoral de 70% aos docentes para nomear reitor *pro tempore*, mas, segundo Pereira, Zaidan e Galvão (2022), o Ministério Público Federal determinou que Bolsonaro indicasse um nome da lista, o que recaiu sobre o primeiro colocado. O fato é que Bolsonaro tornou as intervenções uma atividade rotineira (PEREIRA; ZAIDAN; GALVÃO, 2022, p. 14).

Ao completar o levantamento dos autores, com as universidades que tiveram reitores nomeados no final do governo, após fevereiro de 2022, observamos que nesse período o governo respeitou a indicação do primeiro da lista tríplice: UFMG, reitora Sandra Regina Goulart Almeida, reconduzida, chapa única; UNIFAL, reitor Sandro Amadeu Cerveira, reconduzido, primeiro da consulta; UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, reitora Aldenize Ruela Xavier, reconduzida, primeira da lista; UFSB, reitora Joana Angélica Guimarães da Luz, reconduzida, primeira da consulta; UFABC, reitor Dácio Roberto Matheus, reconduzido, primeiro da consulta; UFSC, reitor Irineu Manoel de Souza, primeiro da consulta; UFAC, reitora Margarida de Aquino, reconduzida, primeira da consulta; UFBA, reitor Paulo Cesar Miguez de Oliveira, primeira da consulta; UNIFAP, reitor Júlio Cesar Sá, reconduzido, primeiro da consulta; e UFF, reitor Antonio Claudio Lucas da Nóbrega, reconduzido, primeiro da consulta. É importante frisar que a maioria dos casos foi de recondução de reitores para segundo mandato. Essas nomeações no final de mandato de Bolsonaro apontam para uma mudança de procedimento do MEC e do presidente, possivelmente consequência de suas táticas envolvendo o processo eleitoral de 2022.

Parentoni (2022) destaca o percentual de 36% das universidades federais atingidas pela intervenção, o que abrange uma comunidade de 350 mil alunos e 62 mil servidores docentes e técnicos. A medida do governo Bolsonaro atingiu universidades em todas as regiões do país.

Indicamos, ainda, que no conjunto de 69 reitores, havia seis nomeados *pro tempore*, em função de as universidades terem sido recém-criadas, conforme Quadro 12.

Quadro 13: Reitores *pro tempore* das universidades criadas em 2018 e 2019

Universidade	Ministro	Data	Condição do nomeado
Universidade Federal de Jataí - UFJ	Abraham Weintraub	12/12/2019	Pro tempore – tornou reitor diretor de Regional Jataí da UFG
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE	Abraham Weintraub	12/12/2019	Pro tempore – tornou reitor diretor da unidade desmembrada da UFRPE
Universidade Federal de Rondonópolis - UFR	Abraham Weintraub	12/12/2019	Pro tempore – tornou reitor a pró-reitora do Campus de Rondonópolis da UFMT
<i>Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAR</i> ⁶⁹	Abraham Weintraub	12/12/2019	Pro tempore – tornou reitor diretor da unidade desmembrada da UFPI
Universidade Federal de Catalão - UFCAT	Abraham Weintraub	12/12/2019	Pro tempore – tornou reitor diretora da Regional Catalão da UFG
Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT	Milton Ribeiro	9/7/2020	Pro tempore – nomeou reitor professor do Campus Araguaína da UFT

Fonte: Elaboração própria

Em estudo sobre cada um dos casos de intervenção na escolha de reitores das universidades federais, institutos federais e CEFETs, durante o governo Bolsonaro, Pereira, Zaidan e Galvão (2022) desenvolvem uma instrutiva categorização das intervenções. Em oito universidades (UFGD duas vezes), o fator identificado para compreensão da intervenção foi a “influência externa”, a partir de indicações de políticos (senadores, deputados federais e estaduais), mas também de pastores protestantes, representante de entidade empresarial e dirigente de entidade profissional. Em seis casos, o motivo encontrado foi o “alinhamento político” ou religioso do escolhido com o governo federal. Por fim, há oito casos de razões diversas, em que os escolhidos são “não alinhados” ao governo Bolsonaro.

O livro “Reitores eleitos e não empossados” (PARENTONI, 2022) traz relatos dos dirigentes preteridos pelo governo. Na introdução desse volume, Parentoni (2022) apresenta uma categorização diferente e complementar em relação ao trabalho de Pereira, Zaidan e Galvão (2022), ao classificar as intervenções como: alinhados ideologicamente (ao governo); alinhados com o projeto eleito pela comunidade; primeiro da lista não eleito pela comunidade (disputa interna na Universidade).

⁶⁹ Um dos primeiros atos do ministro da Educação, Camilo Santana, e do presidente Lula em 2023, em relação às universidades, foi retirar o reitor *pro tempore* da UFDPAR, Alexandro Marinho Oliveira, e substituí-lo por João Paulo Sales Macedo, reitor com mandato de quatro anos.

No Quadro 14, em que reunimos as duas categorizações, podemos observar que elas estão bastante coincidentes. A única contradição ocorre na UFPI, em que os autores do primeiro estudo indicam um não alinhamento enquanto o autor do segundo levantamento aponta o contrário. Não entraremos em detalhe nas realidades específicas de cada local, para o que recomendamos a consulta a esses estudos aqui referidos. Trabalharemos alguns casos para exemplificar como as nomeações, no governo Bolsonaro, envolveram as universidades em tramas políticas que aprofundaram sua falta de autonomia.

Quadro 14: Nomeação de reitores que não foram o primeiro da lista nas universidades federais, no governo Bolsonaro (2019-2022)

Universidade	Ministro da Educação	Data	Tipo de intervenção	
			Pereira, Zaidan e Galvão (2022)	Parentoni (2022)
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Abraham Weintraub	11/6/2019	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Abraham Weintraub	18/6/2019	Alinhado	Não eleito
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	Abraham Weintraub	18/6/2019	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB	Abraham Weintraub	5/8/2019	Não alinhado	Projeto eleito
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	Abraham Weintraub	12/8/2019	Alinhado	Alinhado
Universidade Federal do Ceará – UFC	Abraham Weintraub	22/8/2019	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	Abraham Weintraub	4/9/2019	Alinhado	Alinhado
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Abraham Weintraub	11/11/2020	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Abraham Weintraub	23/3/2020	Não alinhado	Projeto eleito
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	Abraham Weintraub	13/4/2020	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal do Rural do Semi-Árido - UFERSA	Milton Ribeiro	12/8/2020	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará - UNIFESSPA	Milton Ribeiro	15/9/2020	Não alinhado	Projeto eleito
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Milton Ribeiro	20/9/2020	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal do Piauí – UFPI ⁷⁰	Milton Ribeiro	20/11/2020	Não alinhado	Alinhado

⁷⁰ No caso da UFPI há uma discordância entre os dois levantamentos utilizados como base para este estudo. Pereira, Zaidan e Galvão (2022) não localizaram em sua pesquisa com base nas matérias da imprensa local do Piauí uma vinculação entre o reitor nomeado por Bolsonaro e grupos políticos de direita, tendo o considerado o

Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI	Milton Ribeiro	19/12/2020	Alinhado	Alinhado
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	Milton Ribeiro	20/1/2021	Não alinhado	Projeto eleito
Universidade Federal de São Carlos –UFSCar	Milton Ribeiro	20/1/2021	Não alinhado	Projeto eleito
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Milton Ribeiro	9/2/2021	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Milton Ribeiro	23/2/2021	Influência externa	Alinhado
Universidade Federal do Sergipe – UFS	Milton Ribeiro	17/3/2021	Alinhado	Não eleito
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	Milton Ribeiro	13/4/2021	Não alinhado	Projeto eleito
Universidade Federal Rural do Amazonas – UFRA	Milton Ribeiro	14/7/2021	Alinhado	Alinhado
Universidade Federal de Goiás – UFG	Milton Ribeiro	12/1/2022	Não alinhado	Projeto eleito
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD*	Milton Ribeiro	23/6/2022	Não consta	Não consta

* Incluído por este autor.

Fonte: Elaborado com base em Pereira, Zaidan e Galvão (2022) e Parentoni (2022).

Na UFGD, após dois reitores *pro tempore*, foi nomeado Jones Dari Goettert, com posse em 23 de junho de 2022. Goettert estava na lista tríplice montada pelo conselho superior da universidade, formada apenas por professores alinhados à chapa vencedora da consulta, tendo como primeira da lista a professora Etienne Biasotto. A nomeação ocorreu após a publicação dos livros de Parentoni (2022) e de Pereira, Zaidan e Galvão (2022), sendo que o caso de intervenção se enquadraria em “Não alinhado” para estes, e “Projeto eleito” para aquele.

No Quadro 15, utilizando como referência Pereira, Zaidan e Galvão (2022) indicamos os reitores em que a influência de atores políticos e religiosos externos à universidade foi decisiva para a nomeação pelo presidente Bolsonaro, qualificando essa participação externa. Ressaltamos que embora os governos anteriores tenham seguido a nomeação de primeiros da lista, ou seja, uma decisão isenta de influências externas, ocorreram indicações de *pro tempore* no caso de universidades recém-criadas, casos em que é possível haver esse tipo de alinhamento e que a nomeação seja precedida de alguma indicação.

Quadro 15: Intervenções com reitores nomeados com influência externa à universidade

Universidade	Ministro	Nomeado	Preterido	Influência externa
UFTM	Abraham	Luiz Fernando	Fábio Fonseca	Vereador de Uberaba,

escolhido por veto ao candidatos vitorioso, que era tido como vinculado a partidos de esquerda. Gildásio Guedes, que foi o vencedor da consulta entre os alunos, é apontado como alinhado a Bolsonaro por Parentoni (2022).

	Weintraub	Resende dos Santos Anjo		presbítero da Assembleia de Deus Samuel Pereira (PR); senador de MG Carlos Viana
UFC	Abraham Weintraub	Cândido Albuquerque	Custódio Almeida	Deputado federal Jaziel Pereira de Sousa (PL) e deputada estadual Silvana Oliveira de Sousa (PL)*
UFPB	Abraham Weintraub	Valdiney Gouveia	Terezinha Domiciano	Deputado Cabo Gilberto Silva (PSL) e Ordem dos Conservadores da PB
UFGD	Abraham Weintraub	Mirlene Ferreira Macedo Damazio	Etienne Biasotto	Senadora Soraya Thronicke (PSL)
UNIVASF	Abraham Weintraub	Paulo Cesar Fagundes Neves ⁷¹ (pro tempore)	Telio Nobre Leite	Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB)
UFERSA	Milton Ribeiro	Ludimilla Oliveira	Rodrigo Codes	Deputado federal General Girão (PSL)
UFRGS	Milton Ribeiro	Carlos André Bulhões Mendes	Rui Vicente Oppermann	Senador Luis Carlos Heinze (PP), deputados federais Ubiratan Sanderson (PSL) e Bibo Nunes (PSL) deputados estaduais Ruy Irigaray (PSL) e Luciano Zucco (PSL)
UFGD	Milton Ribeiro	Lino Sanabria (pro tempore)	Etienne Biasotto	Henrique Sartori secretário de Governo de Dourados (MS) e ex-MEC
UFMG	Milton Ribeiro	Antônio Fernandes	Vicemário Simões	Deputado federal Efraim Filho

Fonte: Elaborado com base em Pereira, Zaidan e Galvão (2022)

Vejamos dois casos de intervenção a título explicativo das várias nuances que o processo teve em cada local, cuja influência externa foi registrada publicamente por esses mesmos agentes. Nomeado para o comando da UFC, Cândido Albuquerque, terceiro da consulta e da lista tríplice, possui alinhamento com Bolsonaro, tendo ele mesmo alegado ter estado com Weintraub e com parlamentares buscando sua indicação (PEREIRA; Z Aidan; GALVÃO, 2022). Segundo os autores, Albuquerque contou com o apoio externo do deputado federal Jaziel Pereira de Sousa (PL-CE), e da esposa deste, a deputada estadual Silvana Oliveira de Sousa (PL-CE). O caso da UFC foi enquadrado pelos autores como “interferência externa”, registrada a ressalva de haver o alinhamento. Além disso, Pereira, Zaidan e Galvão

⁷¹ O ministro da Educação Camila Santana e o presidente Lula, logo no início do governo, em janeiro de 2023, exoneraram Paulo César Fagundes Neves da função de reitor *pro tempore* da UNIVASF, no lugar nomeando Juliane Tolentino de Lima, também *pro tempore*.

(2022) encontraram referências à existência de um dossiê contra o primeiro da lista, que teria feito campanha contra Bolsonaro em 2018. O casal de deputados Sousa também teria atuado na indicação de Roque Nascimento Albuquerque, da Unilab, como *pro tempore*, em março de 2020. Albuquerque é pastor da Igreja Batista do Rosário, em Fortaleza, e, posteriormente, após aprovação do estatuto da Unilab, venceu a eleição, figurou como primeiro da lista e foi (re)nomeado, não sendo arrolado como interventor (PEREIRA; ZAIDAN; GALVÃO, 2022).

Outro exemplo que escolhemos detalhar, justificado em função do grau de intervenção externa detectado, e do contexto em que este trabalho é realizado, é o caso da UFRGS. Se a busca de apoio entre políticos alinhados ao governo federal para conseguir a nomeação para reitor não é algo totalmente novo no Brasil (vide o caso citado da UFRJ em 1998), o que chama atenção nesse processo atual, ao longo do governo Bolsonaro, é que, além de buscar nomear alinhados dentro da lista, há políticos declarando abertamente ter influenciado na decisão do MEC. Foi o que ocorreu com o deputado Bibó Nunes, em relação à UFRGS, conforme noticiou o Jornal do Comércio do Porto Alegre:

O deputado federal Bibó Nunes (PSL-RS) afirmou nesta quinta-feira (10) "ter certeza" da nomeação de Carlos André Bulhões para reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) na próxima semana. Bibó Nunes esteve em reunião no Ministério da Educação, em Brasília, e, procurado pelo Jornal do Comércio, informou que indicou Bulhões para o cargo. (REITOR, 2020).

O mesmo deputado teria influenciado a escolha do reitor da UFSM:

O deputado federal Bibó Nunes (PSL) divulgou em suas redes sociais que o novo reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) será o professor Luciano Schuch, primeiro colocado na lista tríplex indicada pela instituição. O anúncio foi feito ao lado do ministro da Educação, Milton Ribeiro. (LUCIANO, 2021).

As indicações foram confirmadas. Diferente de Schuch, que era o primeiro da lista, Bulhões foi apenas o terceiro mais votado no conselho da universidade. Destaca-se que o então reitor Rui Vicente Oppermann e a então vice-reitora Jane Fraga Tutikian foram eleitos pelo Conselho Universitário como primeiros da lista tríplex, após vencerem a consulta formal à comunidade, que teve peso de 70% aos docentes, 15% aos técnicos e 15% aos discentes⁷².

⁷² Além de pesos desiguais, a regra da UFRGS faz com que esses coeficientes sejam divididos pelo número total de eleitores aptos a votar e multiplicados pelo número de votos de cada candidato. O cômputo considerando os aptos a votar e não os votos válidos reduz ainda mais o peso dos estudantes, que são em maior número (mais de 40 mil), e, tradicionalmente, comparecem proporcionalmente menos às urnas. Na Universidade, porém, há uma luta histórica pela paridade entre os segmentos e o processo de consulta de 2020 contou com participação estudantil acima da média dos anos anteriores, 11.292 estudantes votantes compareceram. Este segmento, assim como o dos técnicos, deu a vitória à chapa de Karla Müller e Cláudia Wasserman, que obteve um total de 8.947

No Conselho, o resultado foi de 45 votos para a chapa de Oppermann, 29 para a chapa de Karla Müller e 3 para Bulhões, formando a ordem da lista tríplice.

Além de Bibó Nunes, a escolha de Bolsonaro por Bulhões contou com a influência do vice-presidente General Mourão (JUSTINO; PIRES, 2020) e de pelo menos outros quatro parlamentares do Rio Grande do Sul: Luis Carlos Heinze (senador, PP), Ubiratan Sanderson (deputado Federal, PSL), Ruy Irigaray (deputado estadual, PSL) e Luciano Zucco (deputado estadual, PSL) (ROLSSING, 2020). A gestão se alinhou ideologicamente ao governo Bolsonaro, como aponta o dossiê elaborado por docentes da UFRGS (ARNDT, 2023).

Uma das táticas utilizadas pelas universidades, já tomando em consideração o desrespeito ao resultado das eleições internas por Bolsonaro, foi a composição da lista tríplice apenas com professores do mesmo campo político vencedor da consulta à comunidade. Essas universidades utilizaram-se desse artifício para contornar as chicanas presentes na lei, fazendo valer a vontade da maioria da comunidade.

Os alinhados de Bolsonaro também foram nomeados em processos em que não surgiu de público uma influência externa. No Quadro 16 relacionamos os reitores alinhados nessa condição.

Quadro 16: Intervenções com reitores nomeados considerados alinhados

Universidade	Ministro	Nomeado	Situação	Preterido
UNIRIO	Abraham Weintraub	Ricardo Silva Cardoso	Primeiro da lista, não participou da consulta	Leonardo Villela de Castro
UFVJM	Abraham Weintraub	Janir Alves Soares	Terceiro da lista, não participou da consulta	Gilciano Saraiva Nogueira
UFFS	Abraham Weintraub	Marcelo Recktenvald	Terceiro da lista e quarto da consulta	Anderson Ribeiro
UFPI	Milton Ribeiro	Gildásio Guedes	Segundo da lista	André Macedo
UFS⁷³	Milton Ribeiro	Valter Joviniano	Primeiro da lista, sem consulta	Não consta
UNIFEI	Milton Ribeiro	Edson da Costa Bortoni	Terceiro da lista (pastor da igreja Sara Nossa	Marcel Fernando da

votos (679 docentes, 1.056 técnicos e 7.212 estudantes) (UFRGS, 2020). A votação da referida chapa foi bastante superior à da chapa vencedora na consulta não paritária, encabeçada por Oppermann, que teve um total de 4.686 votos (1.454 docentes, 516 técnicos e 2.713 alunos). Bulhões teve um total de 1.860 votos (436 docentes, 208 técnicos administrativos e 1.216 estudantes).

⁷³ No caso da UFS, a professora Liliádia da Silva Oliveira Barreto foi nomeada *pro tempore* e exerceu o cargo de reitora entre novembro de 2020 e março de 2021, após processo que denunciava a ilegalidade na formação da lista tríplice, sem a realização de consulta. Pereira, Zaidan e Galvão (2022) destacam que, segundo informes coletados junto ao sindicato dos docentes da UFS, Liliádia era assídua na igreja Presbiteriana, a mesma do ministro Milton Ribeiro. Valter Joviniano, primeiro da lista, foi nomeado por Milton Ribeiro em março. “Tanto para a nomeação de Liliádia quanto para a de Joviniano, as denominações religiosas tiveram peso. No que se refere a Joviniano, nota-se que houve a articulação com atores externos à comunidade acadêmica” (Ibid., 2022, p. 82).

			Terra)	Costa Parentoni
UFRA	Milton Ribeiro	Herdjania de Lima	Segunda da lista	Janae Gonçalves

Fonte: Elaborado com base em Pereira, Zaidan e Galvão (2022)

A interação institucional das universidades com o governo federal ocorre em variados níveis e instâncias. A universidade brasileira não foi concebida para ter uma autonomia plena e sempre esteve atrelada ao poder de quem a financia, o governo federal (CUNHA, 2007). A nomeação de reitores é um dos pontos em que essa relação se expressa, mas também há outros, como a liberação de recursos para investimentos, a formação de programas específicos de interesse do governo, assim como o financiamento da pesquisa que ocorre de modo centralizado com recursos, em geral, do CNPq, dando às universidades parques espaços de desenvolvimento de agenda própria (LEHER, 2019). O governo Bolsonaro, mais do que dar continuidade à heteronomia universitária, a acentuou, buscou ativamente combater os espaços de autonomia e a nomeação dos reitores foi um dos pontos em que isso se expressou de modo mais agudo. Mas também na dinâmica financeira, em que o estrangulamento anunciado era seguido de um recado para que os reitores “de pires na mão” buscassem a obtenção de recursos para medidas emergenciais, como o pagamento da energia elétrica. A UFMT chegou a ficar sem luz em 2019, o que motivou uma reação do ministro Weintraub pelo Twitter, repercutido pelo presidente Bolsonaro. A mensagem contém uma ameaça à reitora, que estaria agindo de má-fé.

É um absurdo as contas de energia da UFMT não terem sido pagas. Tomei conhecimento da necessidade de repasse emergencial na quinta, dia 11, e chamei a reitora para uma conversa. Na sexta, liberei R\$4,5 milhões para o pagamento imediato da dívida, que vem desde o governo anterior [...] Irei tomar todas as medidas cabíveis para a responsabilização dos envolvidos pela má gestão na UFMT. Os quatro campi sem luz por falta de gestão da própria instituição? Isso não dá! Já solicitei que a luz seja religada imediatamente. (WEINTRAUB, Twitter, 16/7/2019).

É indispensável incluir na compreensão desse processo de intervenções via escolha de um reitor a contragosto da universidade que o cálculo político feito pelos agentes locais passa a considerar essa possibilidade.

seu estilo autoritário interferiu no cálculo dos atores das comunidades acadêmicas, que passaram, muitas vezes, a se comportar com o objetivo de agradá-lo ou de, pelo menos, não atrair seu veto. Muitas instituições deixaram de realizar consultas paritárias, por exemplo, para não se verem questionadas pelo MEC. Várias pessoas se candidataram e elaboraram plataformas eleitorais com propostas à direita ou aparentando neutralidade com o mesmo propósito. (PEREIRA; ZAIDAN; GALVÃO, 2022, p. 14).

Assim, a busca por nomes que não tenham rejeição do governo e a desconstrução de avanços democráticos, como a definição da consulta no formato paritário, foram formas de adaptação conservadora que as universidades tomaram localmente. A heteronomia cultural da formação brasileira (LEHER, 2020) ganhou novo impulso nos atos do governo. Além de promover essas intervenções aqui tratadas, o governo buscou alterar a legislação para aprofundar a fraca autonomia das universidades no que diz respeito à definição do reitor.

10.1.1 As Medidas Provisórias 914/2019 e 979/2020

Entre as iniciativas de alteração da legislação realizadas pelo Ministério da Educação no governo Bolsonaro, estão duas medidas provisórias que enrijeceriam ainda mais os processos eleitorais de reitores. A Medida Provisória 914/19, no período de Abraham Weintraub, foi a primeira dessas iniciativas. Ela tornava obrigatória a consulta à comunidade como passo prévio à elaboração da lista tríplice, que ocorre no conselho superior de cada instituição, com 70% do peso para docentes, 15% para técnicos e 15% para os estudantes. Como já referimos no início do capítulo, uma das maneiras utilizadas pelas universidades para superar o constrangimento legal referente ao peso dos votos docentes era realizar “pesquisas eleitorais” não formais, de modo a viabilizar a modificação dos coeficientes. Ao tornar obrigatória a consulta e enfatizar os percentuais, o MEC claramente interferia nas dinâmicas internas das universidades, ferindo sua autonomia. Formada a lista tríplice, a MP 914 enfatizava que a nomeação pode, então, recair sobre qualquer um dos três listados, independentemente da posição. O texto abria uma margem maior para facilitar a intervenção direta do MEC nas universidades com a nomeação de reitores *pro tempore*, caso houvesse indícios de ilegalidade nas consultas. Além disso, a MP atingia também os institutos federais de educação retrocedendo na legislação em que atualmente há indicação uninominal (sem lista tríplice), e votação paritária.

No parágrafo primeiro, do Art. 6º, a Medida previa a recomposição da lista tríplice, caso um dos candidatos a reitor que compunha a lista desista ou apresente óbice legal à sua nomeação. Essa era uma forma de o governo responder “aos arranjos utilizados em muitos lugares, por meio dos quais apenas membros de um grupo político compunham a lista tríplice, com o compromisso de renúncia, para forçar a escolha da primeira pessoa indicada.” (PEREIRA; ZAIDAN; GALVÃO, 2022, p. 26).

Segundo relato da Fasubra, ocorreu forte mobilização das entidades para derrotar a Medida Provisória no Congresso. “Representantes do setor da Educação, entre eles a

FASUBRA Sindical, realizam, nesta quinta-feira (13/02), atividade parlamentar na Câmara dos Deputados contra a Medida Provisória 914/19” (FASUBRA, 13/2/2020). A UNE relatou consulta pública aberta pelo Ministério Público Federal, no início de março de 2020, para verificar se a norma feria o princípio constitucional da autonomia universitária. A MP entrou em vigor imediatamente à publicação em 24 de dezembro de 2019 e foi prorrogada. A pressão surtiu efeito e a matéria não foi votada pelo Congresso, perdendo a validade em 2 de junho de 2020. Contudo, nesse ínterim, vários processos eleitorais foram deflagrados nas universidades e institutos, tendo a medida efeito concreto.

Não se ignora na análise da tramitação da MP 914/19 a posição crítica que o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, tinha sobre Abraham Weintraub. Em janeiro de 2020, o noticiário repercutiu a declaração do deputado criticando o ministro: “Nosso país não tem futuro, né? Não tem futuro. Parece um passado ruim, porque conseguiu fazer de um cara desse o ministro da Educação... que construção que nós tivemos” (NARCIZO, 2020). Após, em 29 de maio, Maia chamou o ministro de “desqualificado” (CHAIB, 2020).

Derrotados na MP 914/19, Abraham Weintraub e Bolsonaro utilizaram-se do momento da pandemia de Covid-19, com o argumento de que as atividades presenciais estavam suspensas, para propor a Medida Provisória 979, em 9 de junho de 2020. A MP vedava a realização de consultas à comunidade no período de pandemia e afirmava, em seu Art. 3º:

O Ministro de Estado da Educação designará reitor e, quando cabível, vice-reitor pro tempore para exercício: I - durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da covid-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 2020; e II - pelo período subsequente necessário para realizar a consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, até a nomeação dos novos dirigentes pelo Presidente da República. (MP 979/ 2020).

Ou seja, pelo texto, o ministro poderia indicar livremente o reitor das universidades, medida que atingia também os institutos federais e o Colégio Dom Pedro II (instituição federal do RJ). Novamente, a mobilização da comunidade universitária e da sociedade organizada impôs uma derrota ao governo. Desta vez, contudo, a MP nem chegou a vigorar, pois foi devolvida pelo senador Davi Alcolumbre, presidente do Congresso, por considerar que o texto violava a CF de 1988. “Cabe a mim, como presidente do Congresso Nacional, não deixar tramitar proposições que violem a Constituição federal. O Parlamento permanece vigilante na defesa das instituições e no avanço da ciência” (BAPTISTA, 2020), declarou Alcolumbre ao site do Senado, após tomar atitude inédita para medidas provisórias.

No caso dessas duas medidas provisórias reconhecemos que a perspectiva do governo tinha certo desconforto com o próprio critério da lista tríplice e que, portanto, buscou criar soluções legislativas que abrissem margem para uma nomeação direta pelo presidente, desconsiderando as votações da comunidade universitária. A conclusão que podemos chegar nesse ponto é que o governo não reconhecia a legitimidade das eleições das universidades e procurava que essas instituições fossem extensões do próprio governo, que, ao indicar o gestor principal, também teria controle sobre políticas institucionais desenvolvidas nas universidades, bem como poderia abrir margem para reduzir os espaços de liberdade de cátedra e de expressão.

No plano ideológico, essas medidas do governo expressam uma perspectiva contrária a um princípio fundamental para o desenvolvimento da universidade moderna: a autonomia. Embora esse estatuto não tenha se consolidado de maneira plena no Brasil, tendo avançado ao patamar constitucional em 1988 e sofrido constantes ameaças que foram motivo de disputas especialmente nos anos 1990 (conforme capítulo 3 e 4), a iniciativa de Bolsonaro conformaria um retrocesso muito grande nessa temática.

10.2 Discurso do governo sobre a prerrogativa de escolher os alinhados

O crivo ideológico certamente esteve entre os critérios de Jair Bolsonaro para definir pelas intervenções. O próprio presidente explicou o procedimento adotado pelo governo para a escolha dos reitores em uma de suas transmissões ao vivo (*live* da semana), em 12 de dezembro de 2019, em que afirmou:

Quando chega a lista tríplice, por exemplo, pra escolher reitor de universidade, aí logicamente que a gente analisa o nome das pessoas, currículo, um montão de coisa, lista tríplice né? **Não interessa quem foi o mais votado ou não, a gente vai muitas vezes na filiação partidária, muitas vezes o cara, os três, um é militante e filiado ao PT, outro ao PCdoB e o outro ao PSol, você fica sem alternativa**, porque a gente sabe o que, em parte, essas pessoas pensam da educação no Brasil. (BOLSONARO, Youtube, 12/12/2019 - destaques nossos).

O contexto do enunciado acima é uma explicação sobre a doutrinação de esquerda na educação, em que Bolsonaro reitera a tese do “marxismo cultural” de infiltração marxista na educação: “Eles dominaram a educação, desde lá o período militar, não é de agora não, teve uma falha no período militar lá atrás, deixaram dominar, muita coisa voltada pra humanas, a parte técnica ou matemática quase que num segundo plano” (BOLSONARO, Youtube, 12/12/2019). Essa afirmação também indica que as intervenções ocorrem também para que o

reitor funcione como um censor interno nas universidades. Trata-se, portanto, de uma intervenção político-ideológica, cujas implicações concretas teriam que ser estudadas em cada contexto local.

Meses depois, Bolsonaro modificou um pouco sua explicação sobre o procedimento para nomeação de reitores, também em transmissão ao vivo pelo Youtube, desta vez ao comentar uma matéria do jornal O Estado de São Paulo, com o título “Universidades vivem sob tensão com escolhidos por Bolsonaro”⁷⁴, ocultando a questão político-partidária:

O que acontece? Eu não posso botar o João nem a Maria de reitor de universidade, eu não posso botar, e dá a entender que eu boto, tá? O que acontece? Chega uma lista tríplice pra mim, três nomes, e eu posso escolher daqueles três nomes quem vai ser reitor. Qual a bronca dos caras aqui? Que nem sempre eu escolho o mais votado. A gente faz uma análise, da vida da pessoa, vida profissional, como aquela pessoa sabe administrar, não sabe, o que ela tem de experiência, basicamente por aí. **E a gente escolhe o nome ali, nem sempre é o primeiro da lista, se for o primeiro da lista, pra que lista tríplice?** Chegava lista única. Agora, geralmente, na lista tríplice, **as universidades que têm um viés mais de esquerda, os mais votados são mais de esquerda, mas não é esse o critério que a gente usa aqui pra escolher ou não escolher.** São em torno de, quase 70 universidades no Brasil, e eu acho que têm umas 15 que tão reclamando aqui. Não é o reitor, porque o reitor tá escolhido, é o pessoal que tava lá, tinha uma outra forma de trabalhar e foi modificado. Então alguns perderam aí as suas oportunidades lá. E tá bem claro aqui ‘dos 50 reitores que assumiram federais desde 2019, 18 não foram os mais votados pelo conselho universitário’. Pessoal, **a lei diz que eu escolho dentro da lista tríplice, O Estado de São Paulo tem que explicar isso aqui, é um direito meu.** (BOLSONARO, Youtube, 23/9/2021 – destaques nossos).

Embora disfarce na segunda fala, que ocorreu dias antes da decisão do STF (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 6.565), que validou o procedimento da lista tríplice (apresentaremos esse ponto a seguir), fica claro o crivo ideológico utilizado pelo governo, vedando, quando há opções, a escolha de reitores de esquerda, especialmente se houver filiação partidária. Outro elemento que se destaca é a total irrelevância dada aos processos democráticos no âmbito das universidades, que culminam com a escolha do reitor, apegando-se ao dispositivo legal. Nas *lives* da semana, acompanhadas por amplas audiências⁷⁵, as falas de Bolsonaro tendem a ser didáticas, explicando o seu governo de maneira organizada e justificada, desde o seu ponto de vista. Assim, naturaliza o desprezo pela democracia na universidade, tornando a indicação um ato (autocrático) de governo.

⁷⁴ Matéria do jornal O Estado de São Paulo, tratando das disputas internas nas universidades comandadas por interventores. A reportagem do jornal traz os casos da UFRGS, da UFC, da Unifesp, da Univasf e da UFGD. (CAFARDO, 2021).

⁷⁵ Na *live* da semana recém-citada, de 23/9/2019, foram 131 mil visualizações no Youtube, além das no Facebook.

O ministro Milton Ribeiro também aludiu a esse critério ideológico em entrevista para o programa Sem Censura, da TV Brasil:

[...] um reitor de uma universidade federal que, que seja um, eu não digo que, **ele não precisa ser bolsonarista, mas não pode ser esquerdista, não pode ser, já que falamos em nome, lulista.** Eu acho que reitor tem que cuidar da educação e ponto final, e respeitar todos que pensam diferente. A, as universidades federais, elas não podem se tornar, o que, um comitê político do partido “a” nem de direita, mas muito menos de esquerda. (RIBEIRO, Sem Censura, 8/9/2021 - destaque nosso).

O ministro Ricardo Vélez, em sua rápida passagem pelo cargo, esboçou sua contrariedade aos processos eleitorais democráticos que levam à escolha do reitor, também associando a um domínio da esquerda, desta vez centrado no sindicato dos docentes, o Andes.

Qual é o principal problema de um reitor de universidade federal? O sindicato, que é da CUT, o elege, ele fica refém. O tal Andes (sindicato dos professores de ensino superior) é um monstrego que persegue o reitor durante todo o seu mandato. **Por que não fazer um banco de currículos e ter um comitê que escolhe os três melhores candidatos? Os nomes seriam apresentados ao ministro ou ao presidente. É um sistema mais correto que esse que envolve o sindicato ou a CUT**⁷⁶. (VÉLEZ, Veja, 1/2/2019 – destaques nossos).

Ao ser questionado sobre ser ético indicar o terceiro da lista, Abraham Weintraub, em sessão na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, em 4/9/2021, repeliu a questão, afirmando que:

As universidades não são dos estudantes, não são dos professores e nem dos técnicos, é do povo que paga imposto para manter elas lá, então, é o povo que tem que participar dessa escolha e a forma atual, ela fica muito fechada, principalmente, como houve a expansão. A gente está seguindo a lei. (WEINTRAUB, Câmara, 4/9/2021).

O “povo” aparece na fala do ministro como um recurso para expressar “deputados”, como seus representantes. Afirmamos isso porque, em entrevista para o Poder 360, em 20/8/2019, ele afirmou:

[...] em cinco minutos de conversa com uma bancada você vê... o parlamentar do Mato Grosso conhece muito mais a realidade da educação do Mato Grosso do que eu ou do que o técnico que está. [...] Não que ele tenha que ter a palavra final, mas ele participar da discussão eu acho relevante. [Pergunta do jornalista: mas eles votariam, os deputados daquele, daquele estado?]. Diretamente, diretamente, não, mas é uma discussão que eu sugeri. Como isso não vai ser feito pelo MEC, eu tô apresentando as ideias, essa

⁷⁶ Na época desta fala, o Andes era filiado à Conlutas e não à Central Única dos Trabalhadores - CUT.

perspectiva para os parlamentares, acho que vai surgir um projeto. (WEINTRAUB, Poder 360, 20/8/2019).

Como relação com parlamentares foi importante para a nomeação de reitores não eleitos, Weintraub e o seu sucessor (Ribeiro) parecem ter aplicado a regra sugerida, embora não tenha feito movimento para transformá-la em lei, nem tenha incluído esse tópico nas duas medidas provisórias que apresentou ao Congresso sobre o tema.

Milton Ribeiro também falou sobre a pertinência da lista tríplice em entrevista. O ministro mais longo do governo e campeão em nomeações que desrespeitaram o primeiro da lista disse que via positivamente o dispositivo, que “a lista tríplice, ela não é um indicativo legal de que o primeiro é o escolhido, deve ser o escolhido, não é um concurso, é... a lista tríplice de uma universidade federal, no caso, ela habilita de igual modo os três nomes, são colocados ali pela comunidade acadêmica, esse é o que a lei diz.” (RIBEIRO, Câmara, 4/8/2021). O ministro Ribeiro afirmou, ainda, que esse é o entendimento do STF, defendendo se tratar de uma questão discricionária do presidente da República, referindo-se ao julgamento da ADI 6.565. Mas tentou amenizar o caráter antidemocrático: “E até pouco tempo eu tinha uma tabelinha de quantos que nós escolhemos em primeiro lugar, nós escolhemos, por exemplo, no Paraná, foi o primeiro, muito embora ele fosse uma pessoa ligada mais à ideologia de esquerda, foi o primeiro, nós colocamos o primeiro, a gente analisa o currículo e isso é colocado.” (RIBEIRO, Câmara, 4/8/2021).

A relação com reitores alinhados foi comentada pelo ministro Ribeiro no programa Sem Censura, da TV Brasil, quando ele afirmou que possuía um grupo com esses gestores, com os quais conversava “plenamente” e que tinha levado parte deles para uma reunião com o presidente Bolsonaro.

Então, de sessenta e nove universidades federais, 69 reitores, nós somos hoje aproximadamente (eu converso com todos, tem alguns que são mais, olham mais de longe), mas eu tenho, pelo menos, uns 20 a 25 reitores, quem eu converso plenamente. Dez deles eu trouxe para visitar aqui o senhor presidente da República. Coisa inédita. (RIBEIRO, Sem Censura, 8/9/2021).

No mesmo programa televisivo, Ribeiro afirmou a necessidade de “saber conviver com isso” de ter a lista tríplice, que considerava um bom modelo, pois “bem ou mal é uma expressão ali da, da vontade dos alunos, professores e técnicos”. Discursivamente, as falas de Ribeiro não podem ser tomadas isoladas do processo que vinha sendo realizado pelo governo desde o começo. Ocorre que, já tendo o governo sofrido duas derrotas em tentativas de alterar a legislação da escolha de reitores (as medidas provisórias 914/2019 e 979/2020), a Ribeiro não estava colocada a alternativa de mudar a lei, mantendo-se aberta a ele a possibilidade de

seguir indicando reitores alinhados dentro das listas e a organização dos reitores já nomeados com essa posição. Foi com essas peças que Ribeiro e Bolsonaro manobraram no terreno, promovendo a criação da Afebras, tema da seção seguinte.

10.3 A escolha de reitores como divisão do conjunto das universidades

Uma das formas de atuação dos reitores ungidos pelo governo e não reconhecidos pelas comunidades locais foi a tentativa de romper com a tradicional associação dos dirigentes, a Andifes. Em julho de 2021, um grupo formado pelos reitores da UFC, UFERSA, UNIFEI, UFVJM e UFRGS anunciou o desligamento da Associação. Em carta aberta, os reitores alegavam: “nunca nos sentimos aceitos e acolhidos, quer pelo fato de que não fomos os ‘primeiros da lista tríplice’, como também por não nos portarmos, publicamente, hostis ao atual Governo Federal.” (CINCO, 2021).

Esse grupo de reitores criou, em ato dentro do Ministério da Educação, na companhia de Milton Ribeiro, a Associação dos Reitores das Universidades do Brasil (Afebras). Dos dirigentes “rompidos” com a Andifes, apenas o reitor da UFRGS não compôs a nova associação, que ainda viria a contar com os reitores da UNIVASF, da UFRA, não desligados da Andifes, e da recém-criada UFDPAR. O lançamento ocorreu em fevereiro de 2022 (BARRETO, 2022). Figuram na fotografia de divulgação do ato (Imagem 18), o reitor da UFC, Cândido Albuquerque, diretor-executivo da Afebras; a reitora da UFERSA, Ludimila Serafim, secretária-executiva da Associação; o reitor da UNIVASF, Paulo César Fagundes Neves; o reitor da UFVJM, Janir Alves Soares; e o reitor da UFRA, Herdjanía Veras Lima. De acordo com a notícia da imprensa, Ludimila Serafim disse que “a Afebras objetiva proporcionar diálogo com as demais associações em um trabalho focado no desenvolvimento das universidades. ‘É uma entidade que surge para somar’” (BARRETO, 2022, s.p.). Todos os reitores integrantes da associação estão listados como interventores alinhados, exceto o reitor *pro tempore* da UFDPAR, indicado diretamente pelo MEC.

Imagem 18: Ministro da Educação conduz formação de nova associação de reitores



Fonte: MEC

Como citamos na subseção 8.1.3 a associação criada com o apadrinhamento do ministro Milton Ribeiro atuou para minimizar o impacto negativo dos cortes orçamentários entre setembro e outubro de 2022 na imagem do governo, por meio de nota em que tranquilizava as comunidades universitárias sobre a medida. A defesa do governo no ponto central da luta universitária, os cortes orçamentários, é um exemplo de como a nomeação de reitores pode ter interferido nas dinâmicas internas das universidades, buscando reduzir o espaço para a crítica ao projeto bolsonarista.

Já os reitores preteridos por Bolsonaro formaram um grupo que passou a denunciar as intervenções, chamado de “Reitores eleitos e não empossados”. Eles promoveram ações junto ao MEC, buscaram chamar atenção do STF por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.565, e também estiveram no Congresso, angariando apoio parlamentar. As entidades representativas das categorias universitárias em nível nacional apoiaram a iniciativa. O livro de Parentoni (2022), já referido, foi iniciativa desse grupo.

O movimento desses reitores ganhou fôlego com a decisão favorável à tutela de urgência do ministro Luiz Edson Fachin, em 9 de outubro de 2020, na referida ADI. A ação foi proposta pelo Partido Verde, juntamente com a UNE, e visava justamente tornar inconstitucional a indicação de reitor que não fosse o primeiro da lista. O PV e a UNE pediam a suspensão dos artigos 1º da Lei 9.192/1995 e o Decreto Federal 1.916/1996, que exigem a

formação da lista tríplice. O ministro Fachin deu provimento parcial, indicando que a nomeação teria que atender a critérios concomitantes: “se ater aos nomes que figurem na respectiva lista tríplice; respeitar integralmente o procedimento e a forma da organização da lista pela instituição universitária; e recair sobre o docente indicado em primeiro lugar na lista.” (ANDES, 9/10/20). O ministro do STF enfatizou que a nomeação do reitor “não pode ser interpretada como dispositivo para o desenvolvimento de agendas políticas, ou como mecanismo de fiscalização [...] A nomeação não é instrumento de gestão porque não deve ser veículo de ingerência” (ANDES, 9/10/20).

O voto de Fachin foi comemorado pelas entidades, como medida contra as intervenções do presidente Bolsonaro nas universidades. O diretor do ANDES, Antonio Gonçalves, disse à época que a decisão era considerada uma vitória. Embora só valesse a partir da data de protocolo da ação, 22 de setembro de 2020, “o voto de Fachin é muito importante, pois fortalece a autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e vai ao encontro da luta do Sindicato Nacional.” (ANDES, 9/10/2020).

Em carta divulgada em dezembro de 2020 pelo grupo de reitores não empossados foi enfatizado o apoio que tinham recebido das entidades estudantis e sindicais, além da sociedade civil organizada. Os autores da carta denunciaram o sufocamento das instituições e o adoecimento das comunidades, consequências do caráter autoritário das intervenções:

Até que ponto uma intervenção pode sufocar e até mesmo levar à morte esses espaços educacionais que eram reconhecidos, anteriormente, apenas pela qualidade da formação dos estudantes, pela inovação de suas práticas e pela capacidade e formação de excelência de seus corpos docentes e técnico-administrativos? A pergunta é pertinente, pois o clima de medo, a ameaça de punições arbitrárias e o adoecimento físico e mental de suas comunidades são apenas algumas das formas já percebidas de respostas individuais e coletivas ao sufocamento lento, invisível e inaudível imposto pela atitude governamental antidemocrática. (JUNIOR, 2020).

O documento foi assinado por representantes de chapas eleitas em 16 instituições, incluindo dois institutos federais e um CEFET. Após divulgar a Carta Aberta, o grupo pleiteou uma agenda com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, na sede do MEC em Brasília. Segundo relato da UNE, que juntamente com outras entidades estudantis e sindicais mobilizou suas bases para a atividade, o ministro se recusou a atender o grupo de reitores preteridos (Imagem 19).

Imagem 19: Ato de reitores eleitos e não empossados



Fonte: G1.globo.com

O prosseguimento do julgamento não trouxe, contudo, desfecho favorável ao pleito. Os ministros do STF decidiram, por maioria, em outubro de 2021, pela validade das regras de eleição para reitor utilizadas nas universidades federais (STF, 2021b). O Supremo, pelo voto do ministro Gilmar Mendes, apontou que o texto constitucional não trata do tema da eleição para reitor, “Há, portanto, maior liberdade de atuação pelo Poder Legislativo ordinário.” (STF, 2021b). De acordo com a notícia publicada no site do Tribunal, “os requisitos fixados na legislação federal são razoáveis do ponto de vista constitucional, pois garantem a qualificação técnica dos reitores, procedimento eleitoral que contempla legitimidade e correlação entre a docência e a reitoria” (STF, 2021b). Destacou, ainda, a importância do espaço de decisão do Poder Executivo. Outro voto significativo foi dado por Alexandre de Moraes, para quem, de acordo com a notícia no site do STF, o procedimento é similar ao utilizado para escolha dos tribunais superiores, do Ministério Público e da Defensoria Pública, e não fere a Constituição. O ministro não considerou que esses órgãos possuem uma independência em relação ao Poder Executivo, ao contrário do reitor, que permanece abaixo do ministro da Educação na hierarquia funcional. O STF tampouco viu contradição na decisão dessa ADI com a sua própria decisão na ADPF de 2018 sobre as manifestações políticas nas universidades. Essa derrota deu força para a linha política do governo.

O tema das intervenções foi mobilizado pelas entidades representativas para a chamada de protestos e greves. Em 17 setembro de 2020, o Andes relatou protestos “contra cortes na educação e intervenção na escolha de reitores” (ANDES, 17/09/2020). As manifestações, que, segundo o relato, ocorreram em todo o país, reuniram poucos

representantes em respeito às medidas de segurança sanitária e de não aglomeração. Várias manifestações locais buscaram se antever à nomeação que não fosse do primeiro da lista. Em Porto Alegre, em 26 de agosto de 2020, enquanto a lista tríplice da UFRGS estava em Brasília e o já referido deputado Bibó Nunes (PSL-RS) anunciara nas redes sociais o apoio ao nome de Carlos Bulhões, “o representante do projeto de Bolsonaro e o menos votado na consulta pública para a reitoria da UFRGS” (UNE, 26/8/2020), as entidades realizaram uma manifestação contrária à nomeação de Bulhões. Na UFSCAR, entidades empenharam-se na luta em defesa da nomeação do reitor eleito, após a suspensão da lista tríplice em processo judicial, mobilizando a comunidade na campanha “reitor eleito, reitor empossado!” (UNE, 28/11/2020). O Andes noticiou, em 13 de novembro de 2020, a pressão da comunidade da UnB pela nomeação de candidata escolhida na consulta. “Docentes, técnico-administrativos e estudantes realizaram um ato na quarta-feira (11), em frente à reitoria da Universidade de Brasília (UnB), pela nomeação de Márcia Abrahão Moura ao cargo de reitora. Os manifestantes exigiram a garantia da democracia e autonomia universitária.” (ANDES, 13/11/2020). Nesse caso, a nomeação recaiu sobre a candidata primeira da lista, diferente do que ocorreu na UFSCAR.

Com o regramento das eleições para reitor sendo tensionado, houve celebração na UFSM quando a mobilização conseguiu evitar que a lista tríplice contivesse nomes que não participaram ou que não estiveram entre os três mais votados da consulta à comunidade. Assim, relata o ANDES-SN, “Vitória: Pressão universitária impede que conselheiros da Ufsm elejam ‘interventores’” (ANDES 28/7/21). As universidades também celebraram quando o eleito pela comunidade foi o indicado pelo governo Bolsonaro, como ocorreu na UFPA, em 14 de outubro de 2020, com a recondução de Emmanuel Tourinho, após período de nomeação de *pro tempore*. “Desde a semana passada, docentes estavam realizando manifestações e paralisação das aulas remotas para exigir o respeito à escolha da comunidade universitária”, noticiou o Andes em 15 de outubro de 2020.

Após a posse dos interventores, vários comitês locais foram articulados e defenderam a destituição, como ocorreu na UFPB, que, em 8 de setembro de 2021, lançou um dossiê sobre a intervenção, denunciando o autoritarismo e o caráter antidemocrático do reitor interventor, e pedindo sua destituição (ANDES, 8/9/2021).

As mobilizações contra a intervenção, após a posse, foram mapeadas por Pereira, Zaidan, Galvão (2022, p. 111), evidenciando ações em praticamente todas as instituições (Quadro 17). A contestação da comunidade acadêmica não teve efeito de reverter as

nomeações, mas foi além de mostrar um descontentamento, ao não se submeter à lógica da intervenção, cujo um dos objetivos era evitar as manifestações nos campi.

Quadro 17: Reações à intervenção

Reação	Instituições
Conflitos Institucionais Internos	UNIRIO, UFGD, UFC, UFRA, UNIVASF, UNIFEI
Ocupações e protestos	UFFS, UFPB, UFC, UFCG, UFES, UFRA, UFGD, UFPEL, UFRRJ, UFPI, UFERSA, UNIFESSPA, UNIFEI
Judicialização	UFVJM, UFFS, UFGD, UFRGS, UNIFESF, UFRSAR, UFC
Policiamento no campus	UFGD, UFC
Ruptura com a Andifes	UFC, UFRVJM, UNIVASF, UNIFEI, UFERSA, UFRA e UFRGS
Sem informação	UFRB, UFMT, UFSCAR

Fonte: Pereira, Zaidan, Galvão (2022, p. 111)

Na Greve de 48 horas da educação, realizada nos dias 2 e 3 de outubro de 2019, a UNE enfatizou como um dos motivos para a adesão à paralisação, a defesa da autonomia universitária e a luta contra as intervenções. “Já são mais de 6 universidades que tiveram suas listas tríplexes ignoradas pelo governo que nomeou apenas simpatizantes do seu governo ou mantém interventores pro-tempore à frente das instituições.” E completavam: “Intervenção no processo de escolha de reitor é golpe na democracia e fere o direito de escolha da comunidade acadêmica.” (UNE, 18/9/2019).

Antes ainda, em 2019, a nomeação de reitores foi tema de audiência na Câmara Federal, com a participação de deputados, representantes das entidades e do MEC, este se atendo a afirmar que seguia a legislação. O debate girou em torno da legalidade da ação, mas também foi utilizado para criticar de modo mais amplo o projeto do governo Bolsonaro para as universidades. “A denúncia é que ele tem nomeado candidatos menos votados da lista tríplex encaminhada pelas instituições ao governo, tendo agido assim em pelo menos seis casos. A atitude foi classificada como ‘autoritária’” (EDUCAÇÃO, 2019).

No início de 2020, as entidades organizaram a campanha “Fora, Weintraub!”, tendo como um dos motes a nomeação de reitores não eleitos. Em julho de 2021, as entidades organizaram o “Dia Nacional de luta em defesa da educação, da ciência e da vida, contra as intervenções e corte de verbas”, destacando a questão das intervenções como pauta prioritária (FASUBRA, 7/7/21). Do ponto de vista da organização da luta sobre esse tema, o Andes realizou, entre 23 e 27 de agosto de 2021, a “Semana de luta contra as intervenções”, que pautou “os ataques à autonomia das IFE” (ANDES, 27/8/21). O Andes realizou um novo

evento contra as intervenções, nos dias 11 e 12 de maio de 2022, o “Encontro das Universidades, Institutos Federais e CEFETs em luta contra as intervenções”. A atividade denunciava ao menos 25 IFEs sob intervenção do governo federal na escolha de reitores e reitoras. A intensa mobilização local e nacional demonstra a importância desse tema e o caráter ativo das comunidades, mesmo pressionadas pela intervenção.

A nomeação de reitores alinhados e em desrespeito ao primeiro da lista tríplice foi, portanto, uma das táticas do governo para sufocar o movimento universitário, retirando dos contextos internos a autonomia para designar seu representante. A medida foi associada, nesse sentido, à redução do espaço de autonomia universitária (CUNHA, 2007), acentuando o caráter heterônomo (LEHER, 2020), com o qual a universidade brasileira convive desde sua criação, a despeito pelas lutas pela cogestão paritária, marca das universidades latino-americanas (RIBEIRO, 1969). A autocracia da burguesia brasileira, apontada por Florestan Fernandes (1976), é o fundamento sociológico que explica a ojeriza das classes dominantes a qualquer sinal de mobilização social organizada, talvez por isso, não se escandalize a sociedade com as nomeações e com a própria lei que as garante, atentando contra princípios do funcionamento das universidades. A definição dos reitores à revelia da comunidade soma-se a uma série de ações no sentido do tolhimento das liberdades, da censura e da perseguição que se formaram nos contextos universitários do país durante o governo Bolsonaro e que serão tema do próximo capítulo.

11 PERSEGUIÇÃO NAS UNIVERSIDADES E AULAS REMOTAS NA PANDEMIA DE COVID-19

Esse capítulo está dedicado a tratar de dois temas sobre os quais recaíram as disputas da universidade durante o governo Bolsonaro: as perseguições ideológicas nos ambientes acadêmicos e a incidência da pandemia de Covid-19 no debate sobre a universidade. No primeiro ponto, debatemos um conjunto variado de ações que visavam o tolhimento das liberdades de expressão e de cátedra, bem como os relatos de atos de ódio nas universidades. O governo teve parte no estímulo de grupos para tais ações ou se omitiu em relação a produzir a defesa dos espaços acadêmicos. No que diz respeito às ações que tentaram responder à pandemia, os embates a respeito das aulas remotas ou presenciais e da possibilidade de exigência do comprovante vacinal foram alguns dos pontos de disputa nesse campo. A relação entre os dois focos de disputa da universidade diz respeito, especialmente, ao tema da liberdade de cátedra e ao desenvolvimento do conhecimento científico. Os temas se coadunam a partir da perspectiva neofascista do governo Bolsonaro, cuja base filosófica irracionalista constitui um motor para o combate aos espaços acadêmicos e para o negacionismo científico.

11.1 O governo e ações de perseguição acadêmica

A estratégia de nomeação de reitores considerou, como vimos, o objetivo de retroceder as mobilizações da comunidade universitária e de controlar a representação dos anseios das comunidades universitárias pelos reitores. Essa linha de ação foi combinada com outras medidas tocadas pelo governo e o movimento bolsonarista. Não temos condições de recolher todos os atos de perseguição e tolhimento da liberdade acadêmica liderados pelo conjunto do governo, mas alguns exemplos são explicativos. Esse quadro também é composto pelas declarações de deslegitimação e de comprometimento da reputação da universidade pública federal no conjunto da sociedade brasileira, em perspectiva contrária à frutificação do conhecimento e do pensamento crítico. A valoração negativa como tomada de consciência do governo Bolsonaro para lidar com as universidades desemboca em linhas de perseguição à atuação na academia. Essas formas de perseguição podem ser operadas pelo próprio governo como sua sistemática de ataque às ciências sociais e humanas, pode ser articulada com diferentes grupos políticos e órgãos públicos, tem, portanto, várias feições, mas uma mesma base ideológica. Uma vez que estamos tratando do ponto de vista ideológico, não estamos tão preocupados em demonstrar a falsidade ou a veracidade das formulações que justificam

determinadas ações (em geral, diga-se de passagem, são abordagens falsas e distorcidas). Nosso papel, contudo, é apontar a sua eficácia no desenrolar do projeto bolsonarista para as universidades. Desse modo, apresentamos aqui algumas formas de desdobramento do ataque às universidades.

Iniciamos apontando o tema que surgiu logo no início do governo, que foi a vinculação da educação com a corrupção. Entre as medidas iniciadas e divulgadas por Ricardo Vélez esteve a “lava jato da Educação”, “combate à corrupção” apropriado para fins de avançar na política de desmonte e descrédito da educação pública. Pelo Twitter, Vélez apresentou a política lavajatista como “Nossa meta prioritária” no MEC (VÉLEZ, Twitter, 11/3/2019). A ênfase do MEC na Lava Jato foi amplamente estimulada pelo presidente Bolsonaro no início da gestão, celebrando um acordo entre ministérios da Educação e da Justiça e a Controladoria-Geral da República para apurar as alegadas irregularidades.

Muito além de investir, devemos garantir que investimentos sejam bem aplicados e gerem resultados. Partindo dessa determinação, o Ministro Professor @ricardovelez apurou vários indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas. Daremos início à Lava Jato da Educação! [...] Um acordo formal para dar início aos trabalhos foi feito em reunião entre o Professor Velez e os Ministros Sergio Moro (Justiça), Wagner Rosário (CGU) e André Mendonça (AGU), com a presença do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. É apenas o primeiro passo! (BOLSONARO, Twitter, 15/2/2019 - destaque nosso).

O argumento formulado era de que não faltaria dinheiro para a educação, o problema estava nos desvios. Os dados apresentados por Bolsonaro, de modo descontextualizado, por não considerar vários fatores, como ampliação da rede, inflação, comparação entre realidades diferentes no acesso educacional nos países envolvidos etc., indicariam um aumento de investimentos em educação de 2003 a 2016 que não teria trazido melhorias. O problema estaria nos desvios que a Lava Jato combateria, contribuindo para a deslegitimação da educação.

Brasil gasta mais em educação em relação ao PIB que a média de países desenvolvidos. Em 2003 o MEC gastava cerca de R\$30 bi em Educação e em 2016, gastando 4 vezes mais, chegando a cerca de R\$130 bi. [...] Há algo de muito errado acontecendo: as prioridades a serem ensinadas e os recursos aplicados. Para investigar isso, o Ministério da Educação junto com o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Advocacia e Controladoria Geral da União, criaram a Lava-Jato da Educação. [...] Dados iniciais revelam indícios muito fortes que a máquina está sendo usada para manutenção de algo que não interessa ao Brasil. Sabemos que isto pode acarretar greves e movimentos coordenados prejudicando o brasileiro. Em breve muito mais informações para o bem de nosso país. (BOLSONARO, Twitter, 4/3/2019).

No capítulo 8, ao abordar os cortes orçamentários, citamos que Abraham Weintraub associou recursos para o MEC e corrupção, em referência a um montante recuperado pela Lava Jato original. Esse ministro chegou, contudo, a afirmar que não era favorável à apropriação do nome da operação com sede em Curitiba para as políticas do MEC. Milton Ribeiro, que posteriormente cairia por envolvimento em caso suspeito de corrupção, construiu enunciados baseados no sentido de corrupção como sendo uma constante no MEC em gestões anteriores.

Eu quero de novo poder ter a honra de ver pessoas escolhendo as escolas públicas como um sinal de excelência na educação, como foi no passado. Esse é meu sonho e estou trabalhando para isso. E em segundo lugar nós não temos mais tempo para pensar e administrar corrupções. Chega! **A era e o tempo dos ladrões e dos corruptos passou, nós vivemos um novo tempo...** (RIBEIRO, Voz de Brasília TV, 13/4/2021 - destaque nosso).

Agora fecharam-se as torneiras de toda e qualquer corrupção. Não existe. **O MEC deixou de ser um balcão de negócios.** (RIBEIRO, Câmara, 2/8/2021 - destaque nosso).

Em junho de 2020 a Polícia Federal realizou a Operação Torre de Marfim II sob a alegação de irregularidades na UFSC (PF, 2020), em projeto vinculado ao Ministério da Saúde. Bolsonaro apresentou como resultado de seu governo a ação: “Iniciada nesta quarta-feira, aprofunda as investigações de desvios de recursos públicos na execução de projetos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e suas fundações de apoio.” (BOLSONARO, Twitter, 16/7/2020). No capítulo 4 mostramos que as operações espetaculosas da Polícia Federal nas universidades contribuíram para criar uma vinculação entre as instituições e a corrupção. Mais do que apurar crimes, que podem ou não ter havido, o órgão de repressão produziu vários efeitos no sentido de uma devassa nas universidades, como *locus* de desvios sistêmicos.

A perseguição às universidades teve como elemento a desmoralização dos adversários políticos, como ocorreu nos protestos de 15 de maio de 2019 (apontado na subseção 8.1.1.1), em que Bolsonaro atacou o movimento dizendo que a maioria era de militantes que não sabiam fazer uma conta como “7 vezes 8”. No desenvolvimento das mobilizações do “Tsunami da Educação”, ainda em maio, tivemos a nota de Abraham Weintraub em que ameaçava os servidores que fizessem greve e incitava a denúncia por estudantes e seus pais.

A publicação do Decreto 9.794, de 25 de junho de 2019, que determinava que a nomeação de pró-reitores e diretores de unidade teria que passar pelo ministro chefe da Casa

Civil ou pelo ministro da Educação, foi outra medida tomada no sentido de atrelar a vida da universidade ao MEC. Pelo Decreto, os docentes indicados para os cargos teriam que passar pelo crivo da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e pela Controladoria Geral da União (CGU), através de análise da vida pregressa (ANDES, 21/5/2019). O Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul ajuizou uma ação civil pública pedindo a revogação do Decreto. O procurador Enrico de Freitas avaliou, em entrevista ao portal online Sul 21, que a medida remontava ao Serviço Nacional de Informações existente na Ditadura Militar.

Assim, servidores como reitores, pró-reitores ou chefe de departamento, entre outros, teriam uma análise de vida pregressa feita pelo órgão de informações do governo. Isso não está previsto em lei e a assunção de qualquer cargo público se dá mediante requisitos de lei. Uma pessoa pode ter seu direito de assumir um cargo público tolhido por uma avaliação do órgão de informações do governo. Isso é muito grave. É atentatório não só da autonomia universitária, mas de aspectos democráticos e de legalidade. (WEISSHEIMER, 2019).

Outra medida que remonta ao período da Ditadura foi um dos primeiros atos de Ricardo Vélez como ministro da Educação: ele enviou carta às escolas pedindo que todos os alunos, diariamente, cantassem o Hino Nacional e fosse lida uma mensagem finalizada com o slogan da campanha de Bolsonaro à presidência “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. O ministro pedia ainda que os atos fossem filmados. Dias depois Vélez recuou diante da pressão de várias organizações da sociedade.

Nesse âmbito da liberdade de pensamento e sua manifestação nas universidades, ocorreu o julgamento definitivo favorável à ADPF 548, que fora proposta pela Procuradoria Geral da República em 2018 contra medidas judiciais que cerceavam o direito de manifestação política nas universidades, durante as eleições daquele ano. A decisão liminar favorável à manifestação, como modo de garantir a liberdade de cátedra, foi aprovada pelo STF ainda naquele ano (conforme capítulo 4). A decisão definitiva foi unânime e ocorreu em 2020: “STF garante liberdade de manifestação de pensamentos e ideias em universidade” (ANDES, 18/5/2020). “A ADPF 548 visava declarar nulas decisões da Justiça Eleitoral em cinco estados que impuseram a interrupção de manifestações públicas, de apreço ou reprovação a candidatos eleitorais, em ambiente virtual ou físico de universidades às vésperas do segundo turno da eleição de 2018.” (ANDES, 18/5/2020).

Em sentido oposto ao da decisão do Supremo, o ministro Milton Ribeiro encaminhou para as universidades, em março de 2021, a Recomendação do Ministério Público Federal número 133, de 5 de junho de 2019, que foi elaborada pelo procurador-chefe da República em Goiás, Ailton Benedito de Souza. O documento recomendava que fossem tomadas medidas

para prevenir e punir atos político-partidários nas universidades e institutos, além de outras ações de fiscalização ideológica. A pressão das universidades e das entidades fez com que o MEC recuasse da medida (ANDES 5/3/2021). O MPF foi acionado no caso e emitiu uma recomendação para que o MEC se abstinhasse de editar atos dessa natureza, que tivessem por objetivo prevenir ou punir ações supostamente político-partidários. As manifestações políticas nas universidades seguiram acontecendo, mas com ameaças como essa e sob o aviso de que o governo não as desejava. Assim, é difícil saber o impacto concreto de tais ações, mas é de se supor que tenham um efeito desmobilizador considerável. De todo modo, o sentido buscado pelo governo está claramente associado à vedação e à censura das manifestações políticas e de expressão, descaracterizando o espaço universitário em seu sentido de liberdade na produção e manifestação do pensamento.

É importante fazer o registro de que o Dia do Estudante, 11 de agosto, em 2022, foi marcado como dia “Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Democracia”. Na ocasião, realizou-se, nas faculdades de Direito de todo o país, incluindo as universidades federais, a leitura da “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!”. Os eventos simultâneos mobilizaram as comunidades universitárias e recolheram assinaturas de apoio à democracia, à realização de eleições livres e às urnas eletrônicas. Ainda que tenha tido um caráter quase institucional, o ato nacional foi uma resposta das universidades à tentativa de censura.

Já no final do governo, a gestão de Victor Godoy emitiu a Portaria 555/2022, operacionalizando o Decreto 11.123/2022, que tratou de alterações na competência relacionada a Processos Administrativos Disciplinares. A nova regra trazia a possibilidade de reintegração de servidor por ato do reitor, o que foi atacado por grupos da direita, levando o ministro a justificar-se, via Twitter: “Processos disciplinares contra professores das universidades federais serão julgados pelos reitores, sem direito a recurso” (GODOY, Twitter, 3/8/2022). O presidente Bolsonaro se manifestou a respeito, afirmando que a mudança visava garantir que reitores de esquerda não tivessem a palavra final sobre a demissão de servidores:

Agora, nós sabemos, na Universidade tem, **o reitor geralmente é de esquerda, geralmente, 99%, 90% é de esquerda e tem poder sim, de demitir**, no devido processo legal, mas esse processo legal não é o reitor que vai demitir, entra Controladoria Geral da União para participar desse processo de demissão. O pessoal massacra o ministro da educação, dizendo que ele deu poderes aos reitores, que grande maioria são de esquerda, pra demitir. Não é verdade. (BOLSONARO, Twitter, 4/8/2022 - destaque nosso).

Godoy compartilhou a postagem do presidente destacando que “Em casos de abuso, os professores e técnicos da Rede Federal podem denunciar para o MEC e para CGU.” (GODOY, Twitter, 4/8/2022). Do lado das entidades representantes, a portaria foi vista como uma medida de cerceamento do direito à ampla defesa e à possibilidade de recurso das decisões do reitor às instâncias superiores da universidade (ANDES, 5/8/2022).

A formulação de que haveria um controle doutrinário de esquerda nas universidades foi uma das justificativas para que grupos extremistas atuassem nos campi em ações de intimidação, pois quando impedidos de realizarem essas atividades, reforçam a ideia de que são perseguidos. Nessa linha, Abraham Weintraub disse ter sido perseguido na sua universidade de origem, a UNIFESP, ao ter sido “investigado, processado e julgado. Tá escrito inquisitorial e sigiloso, que eu saiba só a Gestapo fazia isso. Ou no livro do kafta [sic] ou a Gestapo. Processo você vai e tem acesso às informações porque você está sendo processado.” (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019). Desse modo, novamente, uma janela para combater a autonomia universitária, caracterizada como “O Estado dentro do Estado. Respeito à liberdade e à diversidade de pensamento. [...] **Isso aqui é um debate que não é sacrossanto, a gente não tá debatendo dogmas, não é uma torre de marfim, fechada.**” (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019 - destaque nosso).

Weintraub insistiu várias vezes contra a autonomia universitária – apesar de dizer o contrário –, caracterizando-a como exagerada (“soberania”), utilizada para descumprir leis (“drogas no campus”) e para doutrinação. Com isso, apresentou reiteradamente a necessidade de policiamento ostensivo dos *campi* pelas polícias militares. Tratava-se de construções discursivas contrárias à autonomia universitária constitucional, mascarada como política de segurança.

[...] cem por cento a favor da autonomia universitária. Pra mim, mais liberdade pras universidades, mais. Mas autonomia universitária não é soberania universitária. Soberania, eles não são um Estado soberano, **os campi que têm no Brasil não podem ter consumo de drogas ilícitas dentro dos campi**. Por quê? Porque a lei não permite no território nacional consumo. Se vocês querem permitir que tenha consumo de drogas dentro dos campi, passem uma lei liberando o consumo de drogas. Eu sou contra, mas hoje é ilegal. **Por que a polícia não pode entrar nos campi?** Por que a polícia não pode entrar dentro dum campus de uma escola, é um país autônomo? (WEINTRAUB, Senado, 7/5/2019 - destaques nossos).

Soberania significa o seguinte: **ela não precisa cumprir as leis do país; a polícia não pode entrar no campus; ela tem autonomia pra fazer o que ela quiser? Não.** Ela tem que obedecer às leis. **Ela tem que prestar contas aos senhores.** (WEINTRAUB, Câmara, 22/5/2019 - destaques nossos).

A tentativa de destruição dos adversários na disputa pela universidade também foi operada pelo governo. Como forma de atacar o movimento dos trabalhadores do serviço público, Bolsonaro e Paulo Guedes assinaram a Medida Provisória 873/2019, que impedia o desconto da mensalidade sindical no contracheque de servidores (entre eles, docentes e técnicos das universidades), com o objetivo de fragilizar financeiramente as organizações classistas. A medida retirava a principal forma de captação de recursos dos sindicatos junto a seus filiados, pois, mesmo com uma autorização expressa do servidor, não seria permitido mais obter o valor da mensalidade via desconto em folha. Muitas entidades conseguiram liminares judiciais para manter o desconto, enquanto a MP tramitava no Congresso. Por fim, vencidos os 120 dias, a MP não foi votada nas casas legislativas e caducou. A medida se somava ao fim do imposto sindical aprovado na Reforma Trabalhista no governo Temer, que retirou fonte de financiamento das organizações de trabalhadores.

Indo na mesma direção de dificultar a organização das categorias, o governo editou a Medida Provisória 895 de 6/9/2019, que criava a Carteira Estudantil Nacional, concedida gratuitamente pelo próprio Ministério da Educação para retirar da UNE uma importante fonte de arrecadação junto aos estudantes, uma vez que a entidade era a responsável pela “carteirinha”. O documento é utilizado para acessar o direito de meia-entrada em atividades artístico-culturais e esportivas. Weintraub alegou que a mudança beneficiaria os estudantes e que o custo do MEC para criar o sistema tinha sido baixo, camuflando o real interesse de atacar a UNE, considerada uma inimiga. “Liberdade de escolha! Acabou o monopólio da carteirinha estudantil! Eficiência, gestão, honestidade e respeito ao pagador de impostos: Governo Bolsonaro” (WEINTRAUB, Twitter, 25/11/2019). A UNE e outros setores se mobilizaram e conseguiram impedir que a MP fosse votada pelo Congresso até que a validade expirasse. Próximo ao fim da vigência da MP, Weintraub reconheceu o objetivo de atacar a entidade estudantil:

Você vai ter uma despesa de mais de 50 reais por uma coisa que você poderia fazer aí no seu celular, sem transtorno, sem fraude, porque na UNE você não tem controle se tá legítimo, não tá legítimo. [...] Estamos pensando em alguma ação para diminuir o estrago que esse jogo todo, pra beneficiar a UNE, o Partido Comunista [...], assim, **vamos tentar mitigar isso, tirar essa grana da tigrada**. (WEINTRAUB, Canal de Brasília, 8/2/2020 - destaque nosso).

O ataque à UNE foi uma prática constante na gestão de Weintraub. Além de publicar fotos que questionavam e ironizavam o tamanho de manifestações, como ocorreu nos atos do dia 13 de agosto de 2019 na Av. Paulista e em Brasília, o ministro ainda acusou a entidade de

permitir e estimular atos violentos. Em enunciado perguntou a seus seguidores no Twitter: “Sessão passa tempo: ache onde está o Wally [...] Mais sessão passa tempo: ache onde está o Wally [com fotos da manifestação na Av. Paulista] (WEINTRAUB, Twitter, 13/8/2019). Em 16 de julho, o ministro publicou um vídeo em que aparecia junto a dois policiais militares do Distrito Federal e acusava a UNE de organizar um protesto que teria levado à depredação de uma viatura policial, que protegia o prédio do Ministério da Educação. “Os dois foram covardemente agredidos hoje por duas pessoas que participaram da manifestação organizada pela UNE. [...] esses dois PMs que tavam lá trabalhando e vão voltar pra família deles, são os heróis.” (WEINTRAUB, Twitter, 16/7/2019).

Ainda nesse ponto, em cerimônia de “Entrega do Espadim” da Polícia Militar do Distrito Federal, em vídeo compartilhado em sua conta no Twitter, o ministro discursou afirmando que precisava “agradecer pra um policial, vários policiais, que se colocaram na frente de uma ameaça de baderneiros, que se diziam estudantes, muitos deles mais velhos do que os policiais que estavam lá para defender o patrimônio e os símbolos nacionais, que o MEC foi construído” (WEINTRAUB, Twitter, 23/7/2019).

A repressão ao movimento universitário contou com um instrumento autorizativo importante através da Orientação Normativa de 22/2/2019, do ministro da Advocacia Geral da União, André Mendonça, que recomendou a requisição de forças de segurança para reintegração de posse sem medida judicial nos órgãos públicos. Bolsonaro divulgou a orientação em seu Twitter em 4 de maio: “o governo orientou os órgãos federais a fazer reintegração de posse de imóveis públicos ocupados ou invadidos por ‘manifestantes’ sem aguardar demoradas decisões, agilizando os serviços dos pagadores de impostos. Tudo dentro da lei.” (BOLSONARO, Twitter, 4/5/2019). A medida restringia o direito de manifestação, eliminando a instância judiciária para uso da força (violência) e visava impedir a tática de ocupação estudantil, que fora empregada na luta contra a então Proposta de Emenda Constitucional 55/2019 do teto de gatos (PARKER, 2018).

Uma aula pública com Guilherme Boulos, ex-candidato do PSOL à presidência nas eleições de 2018, foi cancelada no IFPR, fato comemorado por Weintraub no Twitter: “O Brasil está mudando! Essa tigrada precisa saber que os brasileiros acordaram!” (WEINTRAUB, Twitter, 9/8/2019).

Nesse quadro de ataques às universidades recordamos a declaração de grande repercussão, dia 30 de abril de 2019, em que Weintraub ligava as universidades à balbúrdia (WEINTRAUB, OESP, 30/4/2019). Do mesmo modo, a linha difamatória de sistemática consideração negativa a respeito das ciências sociais e humanas, como nas referências ao

ensino no Japão, que não financiaria os cursos dessas áreas, algo positivado por Bolsonaro (BOLSONARO, 25/4/2019). Já às vésperas de deixar o cargo, Weintraub afirmou à Direita Raiz (14/6/2020), no Twitter, que não queria mais sociólogos e, sim, médicos: “Eu, como brasileiro, quero ter mais médicos, mais enfermeiros, mais engenheiros, mais dentistas. Eu não quero mais sociólogo, antropólogo e filósofo com o meu dinheiro”. O ministro atribuía à manutenção de cursos de ciências sociais e humanas a falta de profissionais de saúde para enfrentamento da pandemia.

Nós tomamos decisões no passado, que hoje pro bem e pro mal a gente vai ter que conviver com elas. Então, **se nós tivéssemos, por exemplo, o dobro de estudantes de enfermagem hoje, ao invés de termos o dobro de estudantes em matérias mais etéreas, eu tenho certeza de que a gente teria mais vidas sendo salvas nessa crise.** Eu também acredito, que diante desse quadro, a sociedade vai olhar para os estudantes, que estudam em universidades federais, ou conseguem bolsas, os nossos impostos, e vai olhar e falar “não, os nossos impostos, e os nossos sacrifícios tá sendo bem empregado porque agora os nossos alunos, que tão ali estudando” (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 18/3/2020 - destaque nosso).

Os ataques às universidades também foram desferidos por declarações de cunho preconceituoso dos ministros. A perseguição abrangeu o questionamento da validade de trabalhos científicos, aulas ministradas e de edital de seleção de estudantes, chegando até mesmo ao cancelamento de atividades. A temática de gênero foi uma das preferidas nos ataques. O filho do presidente, Carlos Bolsonaro, postou sobre uma dissertação de mestrado defendida na FURG com o título “A produção das masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande-RS”. A postagem afirmava ironicamente: “Meu Deus! Isso é uma *dissertação de mestrado!”, questionando a qualidade do trabalho e o fato de o autor ter recebido bolsa de estudo. Carlos Bolsonaro, desdenhando a importância do tema trabalhado, concluía que o nível da educação do país estava baixo em função de trabalhos como o citado. A abordagem da “ideologia de gênero” ancora os questionamentos a trabalhos acadêmicos com a temática LGBTQIA+.

Jair Bolsonaro interveio diretamente para suspender um edital da UNILAB que previa seleção específica para candidatos transgêneros e intersexuais em cursos de graduação. O presidente postou no Twitter que o processo seletivo estava suspenso.

A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIOS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori. (BOLSONARO, Twitter, 16/7/2019).

Segundo o Jornal Correio Braziliense, Bolsonaro voltou ao assunto na cerimônia sobre os 200 dias de governo, quanto afirmou que “Botamos um ponto final nessa questão, até porque o vestibular ia ser feito baseado em um decreto de 2012, o ministro, os senhores sabem quem era [em referência ao petista Fernando Haddad], naquela época. É esse trabalho que a gente faz buscando corrigir as coisas, dar um norte” (PACHECO, 2019). O ANDES manifestou-se nesse episódio com uma nota na qual conclamava a sociedade “para defender a universidade pública, gratuita e sua diversidade [...], se unir em defesa das ações afirmativas de reparação histórica e da autonomia universitária” (ANDES, 19/07/2019).

Em março de 2020, Weintraub investiu contra uma disciplina oferecida pela UFFS e novamente vinculou autonomia a ações doutrinárias e defendeu o policiamento dos *campi*.

As Universidades Federais têm autonomia. Ok. No Brasil elas são quase países independentes. Por exemplo, PM não pode entrar nos campi (não concordo). Vejam uma ""matéria"" a ser ensinada COM O NOSSO DINHEIRO!!!!" disciplina: “Divas pop e a subversão das identidades” (WEINTRAUB, Twitter, 12/3/2020).

Dias antes de deixar o ministério, Weintraub atacou as políticas de Ações Afirmativas, particularmente, na pós-graduação, ao revogar a Portaria 13, de 11/5/2016, que induzia as cotas na pós-graduação. Após a demissão, o ministro interino Antonio Paulo Vogel de Medeiros cancelou a medida de Weintraub e reestabeleceu o estímulo às cotas na pós-graduação.

O combate à “ideologia de gênero”, um dos principais temas da campanha presidencial de 2018, também esteve presente nos discursos dos ministros. Weintraub afirmou que o conceito de gênero seria uma “malandragem” importada dos Estados Unidos, onde se desenvolveu a ideia de *gender*, arrematando com a afirmação de que “biologicamente falando, é o gênero humano, biologicamente, o gênero é humano.” (WEINTRAUB, É Notícia, 18/9/2019). Nesse mesmo sentido, a gestão de Milton Ribeiro à frente do MEC estaria associada ao combate à “ideologia de gênero”, conforme Jair Bolsonaro. Em entrevista concedida ao Jornal Jovem Pan, afirmou: “[...] combater firmemente, como tem feito o Ministro Milton⁷⁷ na educação, a questão de ideologia de gênero nas escolas, nenhum pai,

⁷⁷ O ensino domiciliar, também pauta de grupos conservadores e de conglomerados educacionais internacionais, esteve na agenda do ministro Milton Ribeiro. Ele divulgou, pelo Twitter, em junho de 2021, vídeos produzidos pelo MEC defendendo a medida. Os materiais eram acompanhados de uma frase-mote para a campanha pela liberação do ensino domiciliar: “Respeitar a liberdade de escolha é essencial para a democracia”. Ainda naquele mês, recebeu parlamentares para tratar da tramitação de um projeto que regulamenta a modalidade de ensino e afirmou que o MEC defendia o projeto: “O MEC é favorável e tem buscado contribuir para a discussão, ouvindo as famílias e especialistas.” (RIBEIRO, Twitter, 17/6/2021).

uma mãe quer que seu filho, a partir de cinco, seis anos de idade, tenha acesso a esse tipo de material” (BOLSONARO, *Jornal Jovem Pan*, 21/3/2022).

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, Milton Ribeiro fez uma declaração discriminatória contra pessoas homossexuais, e falou em “homossexualismo”. Ele afirmou que essas pessoas provêm de “famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe.” Por meio do Twitter, Ribeiro divulgou nota de esclarecimento em que afirma que sua fala foi interpretada de modo descontextualizado e que teria sofrido edição pelo jornal. Finalizou o texto com um pedido de desculpas, mas sem desdizer sua fala: “Por fim, diante de meus valores cristãos, registro minhas sinceras desculpas àqueles que se sentiram ofendidos e afirmo meu respeito a todo cidadão brasileiro, qual seja sua orientação sexual, posição política ou religiosa”. (RIBEIRO, Twitter, 26/9/2020).

A vinculação dos *campi* com o consumo de drogas foi uma das ênfases discursivas de Abraham Weintraub, no combate à autonomia universitária. Em entrevista ao canal de direita *Jornal Cidade Online*, em novembro de 2019, o ministro da Educação falou que havia produção de drogas sintéticas e plantação de maconha em larga escala nas universidades federais, dando a entender, ainda, que eram práticas recorrentes.

Justo, autonomia de pesquisa, autonomia de ensino, só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então o que você tem? Tem plantações de maconha, mas não é três pés de maconha, você tem plantações intensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico [...]. A faculdade de química não era um centro de doutrinação, desenvolvendo droga sintética, de meta-anfetamina, porque a polícia não pode entrar nos campi. (WEINTRAUB, *Jornal Cidade Online*, 23/11/2019).

A declaração de Weintraub foi repudiada e questionada na justiça pelas entidades representativas (UNE, Fasubra e ANDES). Até mesmo a Andifes acionou a justiça exigindo explicações. Weintraub não voltou atrás em suas declarações. A partir do Twitter, compartilhou um vídeo do grupo “UnB Livre” com reportagem sobre apreensão de pés de maconha na Universidade. Cabe registrarmos que o inquérito mostrou, posteriormente, que a área não era da UnB e que os jovens presos não eram alunos. Weintraub usou o fato inverídico para criticar a UNE e defender o policiamento ostensivo nos *campi* pelas polícias militares, em compartilhamento no Twitter.

A @uneoficial tá revoltada com a afirmação VERDADEIRA do ministro @AbrahamWeint de que as universidades federais escondem verdadeiras plantações de maconha! Tá aí uma prova aqui na UnB! Vai te PM no campus, sim! (WEINTRAUB, Twitter, 22/11/2022).

No mesmo dia, também postou matéria jornalística sobre a existência de produção de drogas em laboratório da UFMG. A Universidade desmentiu o conteúdo da postagem, mostrando que a investigação comprovou que a UFMG não tinha relação com a produção de drogas (UFMG, 2019). Convocado à Câmara para explicar as declarações, o ministro reiterou o que havia dito, apresentando recortes de notícias, construindo discursivamente um sentido de verdade factual a partir desses recortes.

Então, mais do que a frase solta que ‘há plantações de maconha nas universidades federais’, **as plantações são reflexo do consumo exagerado, fora de controle, de drogas nas faculdades**. Isso eu tenho pesquisa e vou mostrar, mas antes vou seguir toda parte racional, argumentando que sim: **há plantações de maconha nas federais**, nas universidades e que sim, há, **houve a utilização de um laboratório de química de uma universidade federal para a produção de drogas sintéticas**. (WEINTRAUB, Câmara, 11/12/2019 - destaques nossos).

A decisão judicial sobre a declaração, pelo acionamento das entidades, foi contrária ao já então ex-ministro. A União foi condenada a pagar indenização por danos morais coletivos pelas ofensas proferidas por Weintraub, na ação movida pela UNE, que cita o programa “7 Minutos com a Verdade”, divulgada pelo Jornal da Cidade Online. Na ocasião, o ex-ministro “fez graves acusações contra estudantes e universidades públicas” (PIMENTEL, 2021).

Embora não em referência direta à universidade, o educador Paulo Freire foi um dos alvos preferenciais de Weintraub, de Bolsonaro e dos demais ministros da Educação, como representante do que eles afirmavam ser o domínio da esquerda na Educação. Weintraub iniciou um sistemático ataque ao filósofo, chamando o mural que lhe homenageia de “muito feio”. A atitude desrespeitosa, repetida várias vezes, compunha a própria forma como o ministro mobilizava os assuntos que desejava pautar, tendo em vista manter-se vinculado com as bases sociais do bolsonarismo, por isso também a importância de considerar esse aviltamento da memória de Paulo Freire na nossa reflexão. “A única coisa que [o método de alfabetização adotado] tem que ser científico, não pode ser tirado da orelha. Quanto ao Paulo Freire, eu não tenho raiva dele. Tem até um mural feio dele no MEC, tá lá, assustando a criança que passa por lá. Muito feio” (WEINTRAUB, Morning Jovem Pan, 1/8/2019).

O ministro compartilhou postagem do deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), integrante do grupo de estudantes de direita “Livres”, que atua em várias universidades, e um dos deputados com quem mais trocava mensagens públicas pela rede social, em que afirmou: “Valeu Jordy, pena que perdemos tempo neste fetiche da esquerda: Paulo Freire...” (WEINTRAUB, Twitter, 1/8/2019). No *post*, Jordy defendia a posição do ministro: “O Ministro da Educação, @AbrahamWeint, fala sobre Paulo Freire: ‘E daí que ele recebeu o título de Doutor honoris

causa? O Lula também recebeu e tá preso, tá na cadeia, tá enjaulado’. Uma das melhores escolhas do Presidente Bolsonaro.” (JORDY, Twitter, 1/8/2019). No mesmo dia, Weintraub compartilhou uma foto do referido mural com a seguinte postagem: “Mural em frente ao MEC... É ou não é feio de doer?” (WEINTRAUB, Twitter, 1/8/2019).

O filho do presidente Eduardo Bolsonaro também saiu em apoio a Weintraub, afirmando que se tratava de direito de expressar e que a esquerda não entendia isso. “Tudo que for contrário é tido como ofensivo, intolerante e discurso de ódio. Faltou essa aula, poxa?” (WEINTRAUB, Twitter, 2/8/2019). Posteriormente, o ministro voltou a atacar o educador, afirmando que o mural dedicado a Eleno MEC era a “lápide da educação”. Já no discurso de posse no ministério, em 9 de abril 2019, Weintraub afirmou que “Se o Brasil tem uma Filosofia da Educação tão boa, por que que a gente, que tá há muitos anos emperrada? Paulo Freire é uma unanimidade, por que que a gente tem resultados tão ruins? Comparativamente, com outros países.” (WEINTRAUB, Posse, 9/4/2019)

Bolsonaro disse, na *live* da semana, em 17 de março de 2022, que “O que dá dinheiro, o que nos coloca em situação de primeiro mundo, é ciência e tecnologia. Isso se faz com educação, com conhecimento, não é com uma geração Paulo Freire” (BOLSONARO, Youtube, 17/03/2022). A figura de Freire, ao ser atacada, simboliza nesses discursos a “doutrinação” na educação, numa distorção completa sobre o que foi a obra acadêmica e intelectual do pernambucano e sobre sua real influência no setor no país.

11.1.1 Apoio a grupos locais para “combate à doutrinação”

Quanto ao objetivo do movimento Escola sem Partido de aprovar projetos de lei nas diferentes esferas coibindo a atuação dos professores a partir de um crivo ideológico, os ministros procuraram, em seus discursos, valorizar essa medida. Na perspectiva de Ricardo Vélez, o projeto do Escola sem Partido era “algo bom”, pois enfrentaria da “ideologização precoce de crianças nas escolas. A escola não serve para fazer política” (VÉLEZ, Revista veja, 1/2/2019). Embora não tenha sido encampada pelo governo a aprovação de um PL nesses termos, a tática de estimular grupos locais a atuarem na vigilância ideológica das escolas foi estimulada nos discursos.

Esses grupos de perseguição a opositores e de combate ideológico desenvolvidos em contextos locais e estimulados nacionalmente pelo governo foram defendidos por Abraham Weintraub. Uma matéria do jornal OESP trouxe no título que Weintraub defendia como direito que estudantes pudessem filmar os professores em sala de aula: “Ministro da Educação

diz que filmar professores em aula é direito dos alunos”. Ao compartilhar a notícia, o ministro afirmou que “O direito de todos será preservado. Vamos investigar. O importante é que o contribuinte tenha o dinheiro gasto da melhor forma. O objetivo é melhorar o ambiente escolar” (WEINTRAUB, Twitter, 29/4/2019). E completou: “Alunos devem respeitar os professores e professores devem respeitar seus alunos. Só assim teremos progresso.” (WEINTRAUB, Twitter, 29/4/2019). A declaração avalizava o entendimento, caro aos grupos de direita, organizados nos ambientes escolares, para atuar na intimidação dos professores. De acordo com Pereira, Zaidan e Galvão (2022, p. 27), esse estímulo a grupos foi constante no governo, sendo Weintraub o mais ativo: “Uma das suas consequências é a intimidação direta às comunidades acadêmicas. Outra é o estímulo a que militantes radicalizados de extrema direita realizem ataques às instituições de ensino”. O ministro Weintraub era bastante explícito no estímulo à denúncia e perseguição de professores. Além da matéria já citada do Estadão, o enunciado abaixo apresenta essa perspectiva:

[...] eu recebi uma denúncia: ‘não pagaram o meu auxílio estudantil’. Não houve contingenciamento, nunca seguramos auxílio estudantil. **Tem reitor que pega o dinheiro e desvia.** Eu peço: ‘faz um boletim de ocorrência, encaminha, me dá uma foto de extrato, mostra’. ‘Eu tenho medo’. É o que, acha que eu sou o Batman que vou pegar o meu batmóvel aterrissar lá e vou resolver tudo? **Eu preciso de gente corajosa, eu preciso de guerreiros dispostos a lutar pela liberdade e aí eu consigo entrar junto e agregar força no processo, mas sozinho [...] depende de todos nós.** (WEINTRAUB, Jornal Cidade Online 23/11/2019 - destaques nossos).

O ministro chegou a lançar uma ação chamada “Escola de Todos”, com a qual afirmava ter “resolvido” a pauta do projeto de lei do Escola sem Partido. Em entrevista para Eduardo Bolsonaro, em fevereiro de 2020, afirmou “[...] há o movimento Escola sem Partido, durante um bom tempo batalhando, que é importante a mobilização das pessoas, mas aqui no MEC nós já fizemos a ‘Escola de todos’.” (WEINTRAUB, O Brasil precisa saber, 20/2/2020). O projeto abordaria o problema afirmando que todos têm direito de se manifestar e que uma opinião não pode ser imposta. “O direito a ter um ambiente plural, a ter liberdade de religião, de opinião, de não sofrer nenhum *bullying*” (Ibid., 2020). Para a Gazeta Entrevista, em novembro de 2019, Weintraub explicou a concepção que desenvolvia no projeto: “Ao invés de a gente falar que o professor não pode, é o aluno que tem direito ao ensino plural [...]. E agora, não é só criar a lei, agora a gente tá criando os mecanismos pra que isso seja implementado. Pronto!” (WEINTRAUB, Gazeta Entrevista, 22/11/2019). Outra medida, esta elaborada com apoio da ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Damares Alves, foi a regulamentação de um *callcenter*, o Disque 100, para receber denúncias de doutrinação. Já

para as universidades Weintraub apontava a seguinte proposta, no sentido de criação de grupos de atuação estudantil e docente:

No caso das universidades, é um pouco mais complexo porque a legislação atual – estamos trabalhando para mudar isso – dá uma soberania às universidades. O que a gente defende é que as universidades tenham autonomia. O quê que é a autonomia? Autonomia para ensinar e autonomia para pesquisar. [...] **As pessoas precisam se mobilizar**, as pessoas precisam virar senhores dos seus próprios destinos. [...] ‘Eu vou criar, no caso das universidades, as universidades livres’. **Vários estudantes estão se unindo e criando movimentos livres, dentro das universidades, hoje tomadas pelo movimento totalitário de esquerda;** assim como **docentes pela liberdade**, são professores de federais que estão se unindo para lutar pela liberdade contra o domínio totalitário de esquerda. (WEINTRAUB, O Brasil precisa saber, 20/2/2020 - destaques nossos).

A vigilância de organizações militantes contra os projetos de lei que buscavam aprovar o Escola Sem Partido levou à mobilização da Frente Nacional Escola Sem Mordaça, da qual participam as entidades representativas das universidades. De acordo com o Andes, “O Projeto de Lei (PL) 7.180/2014, que tratava do tema, foi arquivado no final de 2018. No entanto, projeto semelhante (PL 246/19) foi apresentado recentemente no Congresso Nacional” (ANDES, 15/2/2019), além dos vários projetos em escala estadual e municipal que ainda tramitavam na época. O Escola sem Partido teve uma derrota importante no Supremo Tribunal Federal na ADPF 457, proposta pela Procuradoria-Geral da República, ainda no governo Temer, pela inconstitucionalidade da Lei 1.516/ 2015, da Câmara Municipal de Novo Gama (GO). “O Tribunal reconheceu, por unanimidade, a inconstitucionalidade formal e material da lei que proibia materiais didáticos com conteúdo relativo à diversidade de gênero e sexualidade nas escolas e de conteúdos relacionados à ‘ideologia de gênero’ em salas de aula” (ANDES, 29/4/2019).

O apoio à criação de grupos estudantis de direita nas universidades apareceu em postagens divulgando o grupo “Livre”, na UFSCAR, em que afirmavam inspirar-se no grupo da Universidade Federal Fluminense, que é vinculado ao deputado federal Carlos Jordy. Em outra interação com o ministro, via Twitter, Jordy diz apresentar uma representação contra um professor da UFF, que teria humilhado um estudante que tentara protestar durante uma formatura vestindo uma camiseta com foto de Bolsonaro. O deputado pedia a instauração de um processo administrativo disciplinar (PAD) contra coordenador do curso de Segurança Pública da UFF. Em nova interação, desta vez se referindo ao campus Goytacazes, Jordy acusou o diretor do campus de perseguição e requisitou a abertura de um PAD, em ameaça ao diretor.

Victor Godoy explicou o efeito do Escola sem Partido em entrevista ao JosiTV Podcast de forma positiva: “Isso vai criando uma certa conscientização na sociedade e os professores não ficam tão à vontade pra fazerem o que quiserem em sala de aula, tem limites” (GODOY, JosiTV Podcast, 27/10/2022). O ministro, portanto, reconhecia o efeito de cerceamento que as medidas nesse sentido geram, mesmo que indiretamente, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico com autocensura.

11.1.2 Ataques de ódio nas universidades

O caldo ideológico de deslegitimação dos ambientes acadêmicos, de escolas e universidades, construído em grande parte pelo movimento bolsonarista e pelo governo Bolsonaro, confluíu para a ocorrência de ataques de ódio nesses espaços. Uma série de três dessas ações foi registrada em universidades públicas em março de 2019. Segundo publicação do Andes (27/3/2019), a UFMG divulgou, por meio de nota, que recebeu “mensagens em tom ameaçador”. O suposto agressor teria afirmado por e-mail que iria “atirar em pessoas que fazem parte da comissão, ligadas à comunidade acadêmica” (ANDES, 27/3/2019). A UFRGS “denunciou ter recebido ameaças de atentado no campus do Vale. A ameaça dizia que o ataque seria ‘semelhante ao ocorrido em Suzano, SP⁷⁸’”. A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) encontrou uma carta em um dos banheiros do campus Uvaranas, em que “o agressor afirmou que cometeria ‘a maior execução de alunos já vista em todo o mundo’” (ANDES, 27/3/2019). O sindicato recuperou também o caso ocorrido na UFPE no período das eleições de 2018, em que “foi divulgada uma carta ‘contra os doutrinadores esquerdistas’. Segundo o texto, eles seriam banidos da universidade em 2019. No documento, o agressor listou nominalmente mais de 15 professores, em sua maioria do curso de Sociologia”.

Em 2019, o Brasil foi incluído com destaque de capa no relatório “Free of Think”, organizado pela organização não governamental Scholars at Risk e que reúne e analisa casos de agressão à liberdade acadêmica em todo o mundo. O relatório, entre outros casos, cita as decisões judiciais contra a mobilização política nas universidades federais durante as eleições de 2018. Foi a primeira vez que o Brasil foi incluído no levantamento. “Começando pouco antes do segundo turno da eleição de 28 de outubro de 2018, entre Jair Bolsonaro e Fernando

⁷⁸ Atentado conhecido como “Massacre de Suzano”, envolveu uma dupla que ingressou na Escola Estadual Raul Brasil no município paulista e matou oito pessoas antes de cometer suicídio (DUPLA, 2019).

Haddad, campi no Brasil parecem ter sido alvo de altos níveis de pressão política e ideológica, incluindo ataques físicos”⁷⁹. (SCHOLARS, 2019).

A situação do país voltou a ser citada em 2020, com destaque no capítulo sobre autonomia universitária do relatório, em que o Free to Think analisa as medidas provisórias 914/2019 e 979/2020, para escolha de reitores, e comenta as escolhas de reitores não eleitos pelas comunidades. “No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro emitiu duas medidas provisórias destinadas a fornecer ao poder executivo maior controle sobre a nomeação de liderança em 16 universidades federais do país.”⁸⁰ (SCHOLARS, 2020).

Já em 2021 o Brasil novamente teve seção dedicada aos casos de ataque à liberdade acadêmica ocorridos no país. Entre os casos denunciados está a ação da guarda municipal de Porto Alegre para conter protestos na UFRGS contra a presença do ministro da Educação Milton Ribeiro no campus da Universidade. “[...] Guardas Municipais, uma força de segurança local do estado, prenderam à força três estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) durante um protesto não violento contra os cortes de gastos do ensino superior do ministro da Educação, Milton Ribeiro”⁸¹ (SCHOLARS, 2021). O relatório dedica ampla análise sobre a situação da UFPEL, em que o ex-reitor Pedro Hallal e o seu colega o professor Eraldo dos Santos Pinheiro sofreram um processo criminal em retaliação a uma crítica ao presidente Bolsonaro. O comentário dos professores se referia à nomeação da reitora da Universidade, escolhida pelo presidente sem ter sido a primeira da lista, e acusava Bolsonaro de defender a tortura. O deputado federal Bibó Nunes pediu a investigação do caso pela Controladoria Geral da União, que descartou haver infração grave, mas como conclusão do caso, os professores tiveram que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que declaram ter feito declaração desrespeitosa, para evitar um Processo Administrativo Disciplinar (SCHOLARS, 2021).

Com a transferência das aulas presenciais para plataformas digitais, em 2020, ocorreu uma série de invasões de aulas, palestras e até mesmo de sessão de apresentação de trabalho de conclusão de curso. O ANDES realizou um levantamento, em agosto daquele ano, em que recolheu oito casos de ataque de ódio em ambientes virtuais desde o início da pandemia. “Em comum, a maioria dos ataques tem caráter racista, misógino, machista e fascista, fazendo

⁷⁹ No original: “Beginning shortly before the October 28, 2018 runoff election between Jair Bolsonaro and Fernando Haddad, campuses in Brazil appear to have been targeted by heightened levels of political and ideological pressure, including physical attacks.”

⁸⁰ No original: “In Brazil, President Jair Bolsonaro issued two provisional measures intended to provide the executive branch enhanced control over the appointment of leadership at the country’s 16 federal universities.”

⁸¹ No original: “On May 12, Municipal Guards, a local state security force, forcibly arrested three Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) students during a nonviolent protest over cuts to higher education spending by Education Minister Milton Ribeiro.”

referência à suástica, xingamentos de cunho racial e lgbtfóbicos e exibição de filmes pornográficos, entre outros. Houve ainda menções ao presidente da República, Jair Bolsonaro.” (ANDES, 6/8/2021). O sindicato nacional mostrou casos ocorridos na UFSM, UESC, UFMT, UFPR e UFRJ.

A Fasubra noticiou um ataque extremista contra dirigentes do sindicato dos técnicos administrativos da UFRJ. Segundo a publicação da Federação, os sindicalistas sofreram a investida de apoiadores do ódio e da violência. As ameaças foram “consequência da potente ação política construída pela entidade, seguindo orientação da FASUBRA, no último dia 9 de abril, quando exibiu em pontos diferentes da cidade um vídeo denunciando o governo Bolsonaro pela conduta criminosa na pandemia” (FASUBRA, 12/4/2021).

Em transmissão no Youtube, o deputado Bibó Nunes, apoiador de Bolsonaro, desferiu uma série de acusações contra as universidades federais, culminando com o desejo de que os estudantes fossem queimados vivos.

[...] o filme Tropa de Elite, sabe o que que aconteceu, olha o um, olha o filme um. Pegaram aqueles coitadinhos [...] aqueles riquinhos ajudando pobre, se deram mal, queimaram vivo dentro de pneus! Queimaram vivo dentro de pneus! E é isso que esses estudantes [da UFSM e UFPEL] alienados, filhos de papai que têm grana, merecem! (NUNES, Youtube, 9/10/2022). A declaração de Bibó foi repudiada pela UNE, que classificou o ataque como “desrespeito” e com “requintes de crueldade”.

Também no contexto eleitoral de 2022, apoiadores de Bolsonaro realizaram ataques em várias universidades do país. O Andes noticiou denúncia do DCE da UFMT de ameaças compartilhadas em grupos de WhatsApp contra estudantes, docentes e técnicas da universidade, em que foi sugerida “a realização de um ato político armado para intimidar a comunidade universitária. Na mesma conversa, outras postagens faziam chacota dos trabalhadores e das trabalhadoras do estado, expressando o caráter de ódio de classe que alimenta o fascismo.” (ANDES, 21/10/2022). O Andes denunciou, também em outubro de 2022, a acusação sem provas feita a professoras da UFAL, em programa de rádio de emissora local, que alegava que docentes intimidavam alunos a votarem no candidato Lula da Silva para presidente (ANDES, 25/10/2022).

Como afirmamos no início dessa seção, as ações de perseguição, ameaças, atos de ódio, tentativas de enquadramentos disciplinares, compõe um mosaico de fatos que ocorreram por ação direta do governo e seus apoiadores, por incentivo ou, no mínimo, contaram com a omissão do governo em defender o espaço acadêmico. Consideramos, ainda, que são desdobramentos efetivos do construto ideológico apresentado por Bolsonaro (mesmo antes de

chegar ao governo) e seus ministros da educação, quando se dedicam ao combate das formulações de autonomia universitária, liberdade de cátedra, que compõe a base da universidade moderna desde o seu início. Com a exceção dos atos de ódio que se vinculam indiretamente ao governo Bolsonaro, nos outros aspectos, o governo efetivou políticas de tolhimento à liberdade acadêmica, interferiu em desfavor de atividades voltadas à questão LGBTQIA+, mobilizou e produziu efeitos públicos para a mobilização de grupos locais reunidos por um ideário de patrulha ideológica, emitiu normas, portarias, orientações que buscaram cassar a liberdade de expressão e a criação do pensamento crítico. A comunicação beligerante, especialmente de Abraham Weintraub, no que se refere aos cursos de ciências sociais e humanas produz um efeito de responsabilização dessas áreas sobre acontecimentos com os quais não possuem relação, como a crise da pandemia de Covid-19.

Por fim, vemos nesse conjunto uma prevalência da perspectiva de combate ao desenvolvimento da ciência, numa ênfase anticientífica surgida do irracionalismo filosófico que ancora o governo Bolsonaro à sua base social. As disputas na pandemia espelharam esse mesmo sentido.

11.2 A pandemia de Covid-19 nas universidades: pressão por aulas presenciais e contra o comprovante de vacina

Nesta sessão apresentamos alguns pontos que foram centrais na disputa da universidade no contexto da pandemia de Covid-19, especialmente entre março de 2020, com a suspensão das atividades, e dezembro de 2021, quando se deu a indicação de retorno às aulas presenciais. A seguir, debatemos o surgimento da pandemia e as medidas mais gerais anunciadas e efetivadas pelo governo, na tentativa de disseminar o vírus para retomada da acumulação capitalista. No plano da economia, o espaço fiscal para novos gastos do governo não foi direcionado para a educação. Esta área, tampouco contou com um plano organizado de suspensão, garantia de condições de trabalho e estudo, e recuperação das atividades. Após a contextualização mais geral, debatemos sucintamente as disputas envoltas à adoção do ensino remoto; a pressão para retorno ao presencial; a questão do comprovante vacinal; e o esforço das universidades em atuar no enfrentamento à pandemia. Cabe lembrar que algumas questões da disputa do sentido de universidade ao longo do governo Bolsonaro que tiveram destaque no período pandemia já foram tratadas nos capítulos anteriores, notadamente a questão orçamentária, a expansão do EaD e a MP 979/2020 que utilizava a situação de saúde como justificativa para mudar as regras de escolha de reitores.

11.2.1 O negacionismo e o esforço para salvar a acumulação capitalista na pandemia

A Organização Mundial da Saúde declarou status de pandemia de Covid-19 no dia 11 de março de 2020, considerando a disseminação geográfica que a doença estava apresentando (ORGANIZAÇÃO, 2020). No Brasil, com algumas medidas de isolamento iniciadas, foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo 88 de 2020, que previa o estado de calamidade pública, liberando as despesas do governo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (MELO, 2020). A medida foi considerada um “cheque em branco” ao governo, segundo avaliações de parlamentares da Câmara e do Senado, casas que montaram uma comissão mista de acompanhamento mensal da execução dos gastos (Ibid.). Antes ainda, em 6 de fevereiro de 2020, foi aprovada a situação de emergência de saúde pública, pela Lei nº 13.979/2020. O governo Bolsonaro anunciou algumas medidas na área econômica, que abrangeriam socorro a empresas e à situação de trabalhadores autônomos, entre outras (GOVERNO, 2020).

No plano econômico, surgiu a Emenda Constitucional 106/2020, a partir da Proposta de Emenda Constitucional 10/2020, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), conhecida como “orçamento de guerra”, ou “Regime Extraordinário Fiscal”, que instituiu um novo regime fiscal, financeiro e de contratações durante a calamidade pública de Covid-19. Segundo Santos e Costa (2021), a EC recebeu críticas por induzir um aumento no endividamento público, tendo como argumento o enfrentamento aos problemas decorrentes da pandemia, mas que abria margem para outros tipos de despesas, principalmente financeiras.

No entanto, os artigos 4º, 6º e 7º da emenda em questão, fundamentam essas críticas, por ensejarem transações de cunho financeiro, que não têm relação com o combate a pandemia, configurando-se em práticas realizadas pelo Banco Central que promovem o aumento da dívida pública, utilizando, portanto, o contexto da pandemia e seus efeitos para outras finalidades. (SANTOS; COSTA, 2021, p. 14).

A Emenda, portanto, direcionava recursos excepcionais para os detentores dos títulos da dívida pública, o que não tem impacto no emprego ou em outras políticas sociais (SANTOS; COSTA, 2021)⁸².

⁸² Mais adiante, já em março 2021, foi aprovada a Emenda Constitucional 109, que tinha por objetivo o pagamento do auxílio emergencial daquele ano para pessoas sem renda ou com a renda afetada em função da pandemia. A nova emenda previa adoção de “medidas que penalizam a criação e a manutenção de programas públicos fundamentais no atual contexto brasileiro, que clama por políticas assistenciais, compensatórias, desenvolvimentistas e econômicas de cunho expansionista” (SANTOS; COSTA, 2021, p. 15).

O momento inicial da pandemia trouxe mudanças no governo Bolsonaro e na sua base, não apenas o abandono por antigos aliados e o surgimento de novos, e alterações nos ministérios, mas também em suas prioridades políticas, que foram readequadas em função da nova conjuntura. Houve disputa com os governadores sobre os processos de fechamento parcial implementados em diferentes locais do país e a disputa no Supremo Tribunal Federal, que resultou na decisão unânime quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI 6.341, favorável a que estados e municípios tivessem competência para regular medidas de isolamento. Além disso, ocorreram trocas no Ministro da Saúde, órgão central para definir a política de enfrentamento à Covid-19, a partir de diferentes linhas de atuação pretendidas pelo núcleo presidencial, de um lado, e pelo ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta (jan. 2019 - abr. 2020), de outro. Conforme aponta Calil (2021), essa contraposição entre o presidente e o ministro da Saúde, mantido inicialmente por Bolsonaro, se mostrava desde março de 2020 e tinha uma aparência de antagonismo, até mesmo porque governadores como os dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo defendiam posturas similares às de Mandetta. O autor, contudo, aponta como falsa essa perspectiva de dissonância completa entre ministro e presidente, pois, “nenhum deles orientava-se pela perspectiva de atingir uma contenção efetiva.” (CALIL, 2021b, p. 43). A posição pela mitigação dos casos de Covid-19, defendida pelo ministro Mandetta e apoiada pelos governadores e por meios de comunicação, tinha como ponto de convergência com Bolsonaro, “o entendimento de que era impossível uma contensão efetiva, e que as medidas deveriam ter por objetivo reduzir o ritmo de transmissão aos patamares estabelecidos pela capacidade de atendimento hospitalar, passando então a administrar a pandemia.” (CALIL, 2020, p. 112). Dessa forma, não estavam no horizonte de ambos medidas que efetivamente interrompessem a disseminação do vírus.

Para Calil (2021b) o negacionismo presente nos discursos de Bolsonaro para tratar da pandemia integrou uma estratégia orientada “pela perspectiva de atingir rapidamente a imunização coletiva (ou “imunidade de rebanho”), se utilizou de distintos instrumentos para estimular a intensificação da contaminação” (CALIL, 2021b, p. 31), caminho mais curto para a retomada da acumulação capitalista. Essa linha foi ancorada pelo discurso das liberdades individuais, acionado em momentos diferentes: o direito de ir e vir (contra o isolamento); o questionamento da obrigatoriedade das máscaras; a defesa da utilização de medicamentos ineficazes; e, por fim, a perspectiva antivacina, pelo direito à recusa, conforme Calil (2020). A retórica da liberdade individual encaminhava para uma perspectiva de negação das orientações científicas, de modo a trazer para a disputa da saúde pública o irracionalismo do período de ascensão neofascista.

As disputas no campo da educação no período da pandemia, especialmente a pressão para o retorno à presencialidade e a contrariedade ao comprovante vacinal se inserem nessa disputa mais ampla, em que a linha do governo se direcionava à contaminação de rebanho.

11.2.2 Ensino remoto sem suporte material

Nas universidades, logo após o reconhecimento da condição de pandemia, aparece o movimento pela suspensão do calendário escolar, das aulas e atividades administrativas presenciais. “Covid-19: ANPG solicita a universidades e agências a suspensão temporária das atividades” (ANPG, 18/3/20). Segundo as entidades, seria necessária a “imediata suspensão das atividades que demandem aglomerações de pessoas, além de requer a dilatação e reorganização dos cronogramas de obrigações acadêmicas para que não haja prejuízo a estudantes e residentes no período da emergência de saúde pública.” (ANPG, 18/3/20). O governo apresentou, então, a Medida Provisória 934 de 1º de abril de 2020, para estabelecer normas excepcionais sobre o ano letivo das escolas e universidades. A MP dispensava a obrigatoriedade de cumprimento de 200 dias letivos, mantendo o quantitativo de horas-aula, e permitia a abreviatura dos cursos de medicina, farmácia, enfermagem e fisioterapia. Ministro da Educação nesse período, Abraham Weintraub anunciou que haveria a necessidade de utilização desses estudantes da saúde no atendimento de pacientes. Convertida na Lei 4.040/2020 pela aprovação no Congresso, a legislação passou a prever uma complementação da União garantindo o financiamento e o suporte técnico para o acesso de estudantes e profissionais da educação básica aos meios digitais, mas esse trecho foi vetado pelo presidente Bolsonaro, com a justificativa de que a Emenda 106 não estabeleceu dotação orçamentária para esse tipo de despesa, transparecendo a exclusão da educação das prioridades orçamentárias do regime fiscal extraordinário.

As universidades federais, de um modo geral, anunciaram, em março de 2020, a suspensão temporária das atividades didáticas e administrativas presenciais, medida que foi sendo prorrogada a partir de abril. Em paralelo, iniciou-se o debate em âmbitos locais e nacional da retomada das atividades de ensino a distância ou presencial. Ao mesmo tempo, as universidades buscaram contribuir para o enfrentamento da pandemia, a partir de ações tanto na área de pesquisa e assistência em saúde, quanto na produção de equipamentos de proteção e material de desinfecção, entre outras medidas.

Nessa fase, o MEC expediu normas que visavam uma migração rápida das atividades presenciais para remotas, desconsiderando as limitações existentes nas universidades, as

necessidades específicas de condições de trabalho e estudo no meio digital. Para o governo, num regime aligeirado poderiam ser implantadas as aulas remotas para o ensino superior. Como linha de atuação do ministério para as aulas durante a pandemia, Abraham Weintraub afirmou que o ensino a distância seria facilmente iniciado pelos “cursos que têm alguma preparação e algum método. Tem curso que tem uma linha pedagógica clara, professor que tem o curso preparado consegue, vai conseguir dar aula a distância mais facilmente do que o que é só, assim, mais etéreo” (WEINTRAUB, Pingos nos Is, 18/3/2019). Weintraub também criou o “Painel das IFES”, que tinha por objetivo induzir o retorno online das atividades regulares de ensino e apresentou como solução a ideia de flexibilidade para atravessar o período de pandemia. Essas medidas estão em consonância com o estímulo ao ensino a distância impulsionado pelo governo, conforme apontamos na subseção 8.1.4.5.

Esse foi o propósito da Portaria MEC 343, de 17 de março de 2020, que autorizava a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia de Covid-19. Já a Portaria 345, de 19 de março, dava às universidades quinze dias para informar ao MEC as disciplinas que aderiram à modalidade remota. O dispositivo repassava às universidades não apenas a definição das disciplinas substituídas, mas também “a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período” (MEC, Portaria 343/2020), sem acréscimo orçamentário correspondente a essa demanda.

O Conselho Nacional de Educação emitiu o parecer número 5, em 28 de abril, sobre a reorganização do calendário escolar, permitindo o cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, durante a pandemia. O ministro homologou parcialmente o parecer em despacho de 29 de maio. “O documento aborda desde diferentes atividades de ensino remoto, que passarão a valer como carga horária do calendário acadêmico, até a transição de estágios e práticas de extensão para modalidades virtuais, por exemplo” (ANDES, 4/6/2020). Posteriormente, em 16 de junho, pela Portaria 544/2020, o MEC prorrogou a autorização para as aulas remotas até o final daquele ano, mantendo a cargo das universidades o provimento de meios para que os alunos pudessem acompanhar as atividades.

Em meio a autorizações para postergar as atividades remotas, o MEC, durante a gestão interina de Antonio Paulo Vogel de Medeiros – após a saída de Weintraub e antes da posse de Milton Ribeiro –, publicou a Portaria 572, de 1º de julho de 2020, que instituía o “Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino”. Posteriormente, este documento seria referência para o ministro Milton Ribeiro apresentar os

esforços do MEC para o retorno das atividades presenciais. Constatam na portaria 572 a promoção e regulação do uso correto de máscaras e outras definições mais genéricas em perspectiva retomada das atividades presenciais com algumas medidas de distanciamento.

Sem o suporte adequado por parte do MEC para fornecimento das condições de estudo e trabalho para a realização das aulas a distância, a organização e os modelos de retomada do semestre interrompido foram definidos em cada uma das universidades, com variados formatos e em diferentes prazos. As entidades representativas nacionais se posicionaram defendendo a construção democrática dos calendários e das metodologias a serem desenvolvidas, de modo a garantir “que nenhum estudante possa ser prejudicado, na possibilidade de retomada das atividades de forma online” (ANPG, 27/5/2020). Já com a autorização do MEC e do Conselho Nacional de Educação para a contagem das aulas remotas nos cursos presenciais, a UNE apresentou uma resolução para debater a evasão crescente no ensino superior e os processos de aprendizado, enfatizando que a prioridade era a defesa da vida (UNE, 5/9/2020). A Fasubra ressaltou que a proposta de ensino remoto que estava sendo levada a cabo na maioria das universidades era inacessível para os estudantes e destacou que, até meados de junho, a maioria das universidades e institutos federais não havia aderido ao ensino remoto e que as nove instituições que haviam adotado o modelo apresentavam uma série de dificuldades.

O Andes monitorou os debates sobre o retorno ao semestre na modalidade remota e apontou vários casos de imposição da retomada sem o diálogo com a comunidade. A UFMS “substituiu, compulsoriamente, as aulas e as atividades presenciais nos dez campi da instituição pelo ensino remoto com uso de ferramentas de Educação a Distância (EaD) e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em 17 de março”, decisão tomada pelo reitor por meio de portaria e que não passou por órgão colegiado, inclusive pelos conselhos superiores (ANDES, 10/7/2020). Já na UFU, houve deliberação pelo conselho para adoção do ensino remoto emergencial e provisório, mas não houve debate com a comunidade acadêmica com ampla participação (ANDES, 14/07/2020), situação similar à ocorrida na UFSM, que aprovou o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (ANDES, 15/7/2020). Também a UFF teria aprovado, sem debate amplo, o novo calendário para retomada dos cursos de graduação: “Vários departamentos da UFF não conseguiram se posicionar ou indicaram adiamento da decisão.” (ANDES, 20/7/2020).

Após o mês de junho, as universidades em maior número passaram a divulgar seus planos de retomada do semestre em ensino não presencial. Em outubro, a Agência Brasil noticiava que 66, das 69 universidades, estavam com aulas na modalidade remota e outras

duas funcionavam parcialmente (TOKARNIA, 2020). As instituições buscaram implementar medidas de auxílio estudantil voltadas ao acesso digital, como foi o caso da UFRJ (TOKARNIA, 2020).

No âmbito da pós-graduação, após reivindicação da ANPG, a CAPES prorrogou o prazo das bolsas de estudo para a conclusão de mestrado e doutorado por 60 dias, a partir de março de 2020. Após isso, em agosto, o prazo foi estendido para seis meses de prorrogação. A medida não foi aplicada automaticamente, mas permitia que os programas de pós-graduação prorrogassem os prazos e os estudantes mantivessem as bolsas. Também não envolveu cotas novas adicionais, de forma que a bolsa ocupada por mais tempo poderia impactar em outro estudante aguardando a liberação sem o benefício.

Nesse período, as entidades sindicais e estudantis iniciaram, nacionalmente, a organização de manifestações denunciando a gestão da pandemia conduzida por Bolsonaro, que não estava voltada a salvar vidas e garantir os empregos. De 10 a 12 de julho, ocorreram mobilizações locais, respeitando medidas de distanciamento e proteção individual, chamadas de Jornada de Lutas “Fora Bolsonaro: impeachment já!”. Em agosto, ocorreu a manifestação “Do Luto à Luta: em defesa da vida e dos empregos”, que contou com pequenos grupos em várias cidades do país e demandava medidas de proteção social na pandemia.

11.2.3 Pressão pelo retorno ao presencial em meio à intensificação da pandemia

Os documentos regulatórios emitidos em dezembro de 2020, já na gestão de Milton Ribeiro, apresentavam uma inversão em relação ao que vinham prescrevendo medidas anteriores, passando a constar como prioridade a realização de aulas presenciais. Pela Portaria 1.030, de 1º de dezembro de 2020, as atividades letivas deveriam “ocorrer de forma presencial, observado o Protocolo de Biossegurança” (MEC, Portaria 1.030/2020). A data para a norma entrar em vigor foi determinada para 4 de janeiro de 2021. Assim, os recursos digitais e de tecnologia de informação passariam a ser complementares, “em caráter excepcional, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas” (Ibid.). Caberia às instituições educacionais definirem pelo ensino remoto de componentes curriculares, como excepcionalidade. Logo em seguida, foi publicada a Portaria 1.038/2020, estendendo o prazo para retorno das aulas presenciais para 28 de fevereiro de 2021. Já no cabeçalho, a Portaria estabelecia seu escopo como de retorno às aulas presenciais e que o ensino remoto teria caráter excepcional. A nova portaria trazia a ressalva de que as instituições de educação superior poderiam ampliar o uso de recursos digitais se houvesse suspensão das atividades

letivas localmente ou nos casos em que “condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança das atividades letivas presenciais” (MEC, Portaria 1.038/2020). Esses movimentos fizeram parte da pressão que o MEC exerceu para que as atividades de ensino presenciais fossem retomadas e estavam combinadas com a linha mais geral do governo de “retornar à normalidade”. A abrangência das medidas dizia respeito não apenas à rede federal de educação superior, mas a todos os níveis e diferentes redes (privada, inclusive), setores que exerciam pressão pela reabertura presencial e forçavam pela definição da reabertura por estados e municípios. Milton Ribeiro reiteradamente defendeu o retorno às aulas presenciais, mas dizia que o assunto não poderia ser decidido por ele:

[...] sobre as questões de retorno às aulas, se dependesse de mim, retornava amanhã, essa é minha... Então, é, mas temos os riscos e temos que saber também a questão, qual a questão? O MEC, ele não tem esse poder. [...] Nós não podemos colocar em risco as crianças e os adolescentes. O caso né... e também os jovens na universidade. Mas, uma vez que nós estamos colocando à disposição dos municípios toda essa questão de infraestrutura, eu acho que a gente pode ter essa decisão. (RIBEIRO, Senado, 17/9/2020).

Comentando sobre o retorno das aulas e após a portaria 1.038, Ribeiro disse que a meta do governo federal era a reabertura no dia 1º de março de 2021: “[...] foi uma indicação mediana que eu acredito que permita retornar e dar a segurança para nossos alunos” (RIBEIRO, Jovem Pan News, 25/12/2020), afirmou em 25 de dezembro de 2020, em entrevista para a Jovem Pan News. Para justificar a mudança quanto ao retorno das universidades, previsto para 4 de janeiro na Portaria 1.030/2020, e para 28 de fevereiro na 1.038/2020, Ribeiro afirmou que se tratava de um recuo tático, na batalha pela reabertura: “a questão foi mais com relação à carga pedagógica e alguns semestres que começaram, por exemplo, em setembro e vão acabar em fevereiro. Foi uma sensibilidade mais ligada à minha vivência acadêmica.” (Ibid.). Nas semanas dessas portarias e da entrevista referida, em dezembro de 2020, a mortalidade em decorrência da Covid-19 no país estava acima de 4 mil óbitos semanais (COVID-19, 2022), o que o ministro não parecia tomar em consideração, uma vez que forçava pelo retorno às aulas presenciais sem citar os casos e óbitos motivados pela doença.

As entidades representativas, local e nacionalmente, mobilizaram-se contra o retorno definido pelo ministro. A Fasubra reafirmou a “defesa da autonomia universitária, da ciência e da vida” (FASUBRA, 2/12/20); a UNE emitiu nota enfatizando novamente que era preciso “antes de tudo assegurar a vida de milhões de estudantes e trabalhadores da educação” (UNE, 2/12/2020).

Ribeiro defendia o retorno presencial em todos os níveis educacionais, mas em entrevista para a Rádio Bandeirantes, em janeiro de 2021, afirmou que seria injustificável o ensino superior não retornar, uma vez que os adultos conseguiriam cumprir os protocolos de biossegurança, o que seria suficiente para seguir com aulas presenciais: “a respeito do ensino superior, nós não estamos falando com crianças, estamos falando com jovens adultos que poderiam obedecer critérios e protocolos de biossegurança” (RIBEIRO, Rádio Bandeirantes, 8/1/2021).

À Câmara, em março de 2021, Ribeiro apresentou as iniciativas do MEC como apoio à realização de atividades remotas: “instrumentos que permitem a substituição das aulas presenciais por aulas por meios digitais durante a situação de pandemia” (RIBEIRO, Câmara, 31/3/2021). Ribeiro também afirmou que o MEC teria conseguido incluir os profissionais da educação como um dos grupos prioritários no recebimento de vacinas, cujas aplicações estavam restritas, com menos de 10% da população com a primeira dose (MAPA, s.d)⁸³, e ainda não haviam chegado aos educadores. Resgatamos que a CPI da Covid-19 no Senado apontou várias formas com que o governo Bolsonaro retardou o avanço da vacinação no país (ATIVIDADE, 2021). Além disso, em março de 2021, a mortalidade por Covid-19 no país estava acima dos 10 mil óbitos semanais, número que chegou a mais de 21 mil em abril (COVID-19, 2022). Esse apontamento situa a pressão pelo retorno das aulas como subsidiária da política do governo Bolsonaro como um todo de retorno à normalidade e naturalização das mortes evitáveis.

Ainda no início da pandemia, em abril de 2020, Weintraub dissera: “provavelmente, vai morrer menos de 40 mil brasileiros de coronavírus. 40 mil é o número de brasileiros que morrem de acidente de trânsito todo ano. Sendo que as pessoas que vão morrer de coronavírus são mais idosas.” (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 14/4/2020). E completou a afirmação dizendo que “No segundo semestre, a maioria das pessoas vai estar viva, 99,5% dos brasileiros vai estar vivo, com conta pra pagar depois de uma crise monstruosa como perspectiva futura e o pessoal quer quebrar isso.” (WEINTRAUB, Jovem Pan News, 14/4/2020). Essa abordagem naturalizava mortes evitáveis com o intuito de manter acumulação capitalista independentemente do número de vidas que custaria. Além disso, 0,5% dos brasileiros representa mais de um milhão de pessoas.

A tentativa de forçar a volta às aulas presenciais nas redes de ensino superior e básico federais, estaduais e municipais ganhou corpo com o Projeto de Lei 5.595/2020, apresentado

⁸³ Sobre a evolução da vacinação em percentuais da população, usamos como referência o levantamento do site G1, disponível em <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>.

pela deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) e outros deputados, que visava definir a educação como serviço essencial durante a pandemia. Dado que as atividades consideradas essenciais não poderiam ser suspensas ou interrompidas em função do avanço do vírus, a medida faria com que as escolas e universidades retornassem ao pleno funcionamento presencial, qualquer que fosse a situação da pandemia. A tramitação foi levada adiante em 2021 e, em abril, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados. As entidades representativas se posicionaram e se mobilizaram para barrar a proposta no Senado. A UNE registrou esse posicionamento de entidades estudantis em 21 de abril: “Não ao PL 5595/20: A essencialidade da educação em tempos de pandemia” (UNE, 21/4/21). O Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), que congrega mais de 100 entidades, lançou nota pública contra o retorno das aulas presenciais e o PL 5.595/2020 (FASUBRA, 28/4/2021).

Em conjunto, as entidades representativas do setor da educação organizaram uma mobilização nacional contra o projeto, no dia 19 de maio, envolvendo atividades presenciais em pequenos grupos e também remotas. A pressão das entidades foi ampliada no Senado, o que resultou na retirada de pauta em 5 de junho, quando estava indo para votação (FASUBRA, 5/6/2021). Por fim, o Senado adiou novamente a votação em 10 de julho, afirmando que antes de votar haveria uma sessão de debates sobre o tema (ANDES, 11/7/2021). Essas postergações redundaram na suspensão da tramitação do PL.

O ministro Milton Ribeiro tratou do tema em audiência no Senado, quando afirmou que o ensino presencial seria insubstituível, pelo impacto que traz na vida dos alunos (RIBEIRO, Senado, 5/5/2021). Um dos passos mais contundentes do ministro esse tema, foi o pronunciamento em rede nacional de televisão, realizado em 20 de julho, em que enfatizou que a decisão quanto à reabertura das escolas de educação básica caberia aos estados e municípios, e que, se dependesse dele, já “teria determinado”. Além disso, defendeu que o retorno não poderia estar condicionado à vacinação de toda a comunidade (RIBEIRO, TV Brasil, 20/7/2021). Para defender o retorno às aulas presenciais, Ribeiro reiterou o argumento de que um “viés político-ideológico” teria tomado conta da educação para causar confusão, posição que seria defendida por “alguns maus professores” (RIBEIRO, Sem Censura, 9/8/2021). O enunciado abaixo apresenta esse sentido:

A grande maioria, ele está querendo voltar e se preocupa de fato com as crianças, mas nós temos alguns que tem essa intenção e eles, então, fomentam a vacinação. A vacinação deles já foi conseguida e agora vacinação das crianças, daqui a pouco, com todo respeito falo isso, a vacinação do cachorro, do gato, eles querem vacinação de todo jeito. O assunto é manter a escola fechada (Ibid.).

Segundo o ministro, seria necessário que os professores dessem um passo patriótico para defender as crianças e retornar com as escolas, conforme se observa na seguinte sequência:

Amanda [Klein, entrevistadora], minha esperança é que os professores, sobretudo alguns, eles entendam que está na hora deles darem um passo em termos de, até mesmo de patriotismo e atenção à criança brasileira. Eu acho que a gente não pode colocar na educação qualquer cor ideológica ou partidária, coisas desse tipo. As nossas crianças, elas foram penalizadas com a falta do retorno às aulas presenciais. O nosso país é um dos últimos a retornar presencialmente as aulas. (RIBEIRO, Opinião no Ar, 2/8/2021).

O não retorno seria motivado por ação de “[...] uma minoria, que acredito ser a chamada minoria barulhenta. Essa minoria, ela que tem tempo para estar mobilizando as pessoas, ela trabalhou fortemente para que as aulas não fossem retomadas no intuito de criar [...] um caos na educação, para ter mais críticas” (RIBEIRO, Opinião no Ar, 2/8/2021). Nessas declarações, o ministro está abordando de modo mais direto a educação básica, mas suas alegações podem ser estendidas para a educação superior, visto que ele seguidamente utiliza “escola” para tratar de “universidade”, e também afirma que o problema ideológico atrapalha o retorno das universidades. “Esse mesmo grupo que esteve 20 anos no poder e deixou a educação brasileira nos últimos, nas últimas colocações no PISA [...]. Então, eu creio que está na hora, a população já percebeu isso e os pais querem que os alunos voltem às aulas.” (RIBEIRO, Opinião no Ar, 2/8/2021). Segundo Ribeiro, o Brasil seria um dos últimos países com escolas fechadas, devido à politização da questão: “[...] aqui não, aqui houve uma politização exacerbada, quero crer, sobre a questão de vacina, sobre questões sobretudo das aulas”. (RIBEIRO, Direto ao Ponto, 23/8/2021).

Localmente, algumas universidades foram apresentando planos de retorno à presencialidade como regra geral em meados de 2021, o que enfrentava resistência das comunidades acadêmicas. Embora a vacinação já estivesse avançando, ainda não havia chegado à maior parte dos integrantes das universidades. A Fasubra registrou a greve sanitária dos trabalhadores e trabalhadoras da UFJF, em julho de 2021, que suspendia os serviços presenciais não essenciais (FASUBRA, 15/7/2021). Os docentes da UFLA tomaram a mesma medida ao deflagrar greve sanitária em setembro de 2021, contra o retorno das atividades presenciais na instituição:

A universidade publicou uma portaria que determinou a volta das servidoras e dos servidores docentes e técnico-administrativos ao trabalho presencial desde o dia 8 de setembro. A greve sanitária prevê que apenas o trabalho presencial seja suspenso, sem prejuízos para as atividades remotas. As

atividades das e dos docentes continuam de forma virtual. (ANDES, 17/9/2021).

O ANDES noticiou disputas internas diante de propostas de retorno aprovadas por reitorias sem que a comunidade fosse ouvida e concordasse com a medida, na UFPB, em 15 de outubro (ANDES, 18/10/2021), e na UFJ, em 15 de dezembro (ANDES, 16/12/2021).

No plano nacional, UNE, ANPG e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundarista) haviam promovido em 30 de março de 2021 a mobilização estudantil “Vida, pão, vacina e educação”, que ocorreu em vários locais do país, englobando atividades presenciais, por pequenos grupos (mantendo o distanciamento), e nas redes sociais. A pauta central passou a ser a ampliação da vacinação, acompanhada de medidas de proteção social na pandemia. A partir de maio de 2021, as centrais sindicais e outros grupos organizados das classes populares organizaram um conjunto de atos pela aceleração na vacinação e por melhorias nas condições de alimentação, saúde e educação. A sequência envolveu o 29M, em maio, o 19J, em junho, o 24J, em julho, o 18A, em agosto, e, finalmente, o protesto do dia 12 de setembro, que marcou a perda de força do movimento. Era levantada a bandeira da retirada do presidente e do vice: “Fora, Bolsonaro e Mourão!”. Foram mobilizações massivas e que ocorreram num crescente de adesão em todo o país. Os protestos do dia 18 de agosto de 2021 pautaram ainda a contrariedade com a Reforma Administrativa proposta pela PEC 32/2020, que estava tramitando no Congresso. O desmanche da mobilização se deu em setembro, quando uma parte das organizações que promoviam a campanha se juntou com o grupo de direita Movimento Brasil Livre (MBL) em protesto que não contou com adesão de amplas camadas. O movimento pelo “Fora, Bolsonaro e Mourão” ainda teve fôlego para realizar o Dia Nacional de Mobilização em 2 de outubro, fechando uma jornada de retomada das ruas após o início da pandemia, e gerando desgaste para o governo, muito longe, contudo, de reunir forças para o impeachment.

A pandemia, como afirmamos na parte deste trabalho sobre o orçamento, foi utilizada como argumento para a diminuição dos recursos destinados às universidades. Ribeiro atribuiu ao que chamou de *lockdown* e a consequente diminuição na arrecadação os cortes no orçamento de 2021 (RIBEIRO, Voz do Brasil 5/5/2021). O ministro disse também que uma das coisas terríveis que ocorreram na pandemia, "sem falarmos nas mortes, nas perdas que é uma tristeza muito grande, mas em termos econômicos, o comércio foi fechado, a produção foi interrompida, e os impostos simplesmente sumiram." (RIBEIRO, Direto ao Ponto, 23/8/2021).

Já em 2022, com o retorno à presencialidade consolidado nas universidades federais em todo o país, o governo utilizava o fechamento das escolas e universidades num balanço negativo das medidas tomadas “sem necessidade”, na tentativa de revisar a história do período, minimizando as mais de 600 mil mortes, e imputando a governadores da oposição e a movimentos sociais, como os sindicatos de professores e servidores e entidades estudantis, a reponsabilidade pelos problemas da economia. Nessa direção, recolhemos o comentário do ministro Victor Godoy, avaliando que as escolas ficaram fechadas sem razão: “[...] o que nós vimos foi que o município decidiu fechar, independente da situação. Eu cheguei a ir em municípios, já com 100% dos professores vacinados... que as escolas estavam fechadas” (GODOY, Opinião no Ar, 13/6/2022). O ministro apontou o fechamento como responsável por “situações inexplicáveis”. No mesmo sentido, Bolsonaro buscou deslegitimar o trabalho das universidades na pandemia afirmando, em pleno debate presidencial na TV Band, em 18 de outubro, que “Durante a pandemia, dois anos, as universidades ficaram fechadas, dois anos. Não fazia sentido criar universidade para ficar fechada” (ANDES, 18/10/2022). O Andes repudiou o comentário do presidente, e lembrou que “ao longo de seu mandato, [Bolsonaro] atacou os serviços públicos de forma veemente, em especial a Educação Pública” (ANDES, 18/10/2022).

11.2.4 O negacionismo no embate sobre comprovante vacinal

Registramos que os questionamentos de Bolsonaro sobre a gravidade da pandemia, a utilização de medicamentos ineficazes para a cura da Covid-19, a relativização da importância das medidas de controle da disseminação do vírus (máscaras e isolamento, especialmente), assim como a questão da vacina, repercutiram nos contextos locais das universidades, despertando embates em cada uma delas. Ou seja, o efeito dessas linhas de atuação do governo é difícil de dimensionar em sua proporção. Como vimos anteriormente com o enunciado de Weintraub naturalizando o número de mortos pela Covid-19, o Ministério da Educação e a universidade não estiveram alheios às disputas que envolveram a pandemia e a gestão dela pelo governo. O retorno às aulas presenciais foi um desses embates, enquanto outro se conformou na deliberação sobre cobrança de comprovante vacinal por parte das universidades federais.

Dentre as medidas de controle e enfrentamento da Covid-19, as universidades federais passaram a exigir o comprovante de vacinação de estudantes e servidores para retorno às aulas presenciais. Esse processo se deu no final do ano de 2021, quando estava já difundida a

vacinação e as aulas presenciais estavam ou reiniciando ou programadas para reiniciar. Nesse momento, Milton Ribeiro publicou, em 29 de dezembro, um despacho aprovando o Parecer 01169/2021 da Consultoria Jurídica do MEC, que vedava a possibilidade de cobrança do comprovante vacinal pelas universidades federais, considerada, pelo parecer, uma forma de impedir o direito à educação.

Ao defender a medida que proibia a cobrança do comprovante vacinal pelas universidades, Ribeiro atacou os reitores, associando as instituições ao consumo de drogas, alegando que o cuidado que os dirigentes estavam tendo com a carteirinha de vacinação não tinham quanto ao consumo de maconha nos *campi*. Vemos no enunciado abaixo do ministro não apenas a associação às drogas, como também a reiteração de que autonomia não é soberania, de que aquela tem sido usada para ser conivente com o consumo de drogas e com uso político. Ou seja, reforçando um conjunto de sentidos que o governo construiu para tratar das universidades.

Esse negócio de fumar maconha dentro de campus universitário a gente sabe que não é teoria, não é fantasia, é uma realidade. Se vê que não existe praticamente nenhuma atitude mais direta de alguns senhores reitores a respeito dessa prática em que os diretórios se tornam quase que um país dentro de um campus universitário que ninguém pode entrar. Então, esse cuidado, eu não vejo ter por parte dos senhores reitores esse cuidado tão grande.... [...] Eu acho que a exigência da carteirinha de vacinação, ela se tornou uma, um instrumento político, [...] a exigência dessa carteirinha é como que de uma maneira indireta de obrigar alguém a tomar a vacina, esse é o ponto. (RIBEIRO, Jovem Pan News, 31/12/2021).

Na mesma entrevista ao Jovem Pan News, Ribeiro ainda apresentou seu conceito de autonomia universitária, expondo a prática de atrelar a subordinação das universidades à liberação de recursos. “Alguns reitores, eles confundem autonomia universitária acadêmica com soberania acadêmica. Não há soberania acadêmica, tanto é que eles não conseguem se autogerir. A fonte de recursos vem do governo federal, dos nossos orçamentos e tal, então, tudo isso tem que ser entendido” (RIBEIRO, Jovem Pan News, 31/12/2021).

Para o ministro, o parecer da AGU seguiria uma decisão do Supremo sobre a possibilidade de cobrar o comprovante de vacinação para acesso a diferentes locais, numa interpretação bastante controversa da posição do ministro Ricardo Lewandowski, juiz do caso, afirmando que garantiria o direito de não ser vacinado e que, assim considerando, a cobrança do comprovante obrigaria à vacina. Podemos dizer que se trata de uma visão obliterada da decisão de Lewandowski, pois o próprio ministro do STF teve de se manifestar no caso para tratar do despacho de Ribeiro e o considerou inconstitucional. “O ministro deferiu tutela de

urgência formulada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 756.” (ANDES, 1/5/2022). As entidades representativas que haviam repudiado o despacho do ministro, comemoraram a decisão como uma vitória contra o negacionismo científico nas universidades (FASUBRA, 4/1/2022).

11.2.5 Mobilização das universidades no enfrentamento da pandemia

Um movimento que chamou atenção durante a pandemia foram as iniciativas das universidades no sentido de divulgar e dar amplo conhecimento à sociedade das atividades que desenvolviam, tanto no esforço emergencial de contribuir com o isolamento social e a proteção e o atendimento de saúde da população, quanto de suas pesquisas na área, assim como o monitoramento da situação da Covid-19 e a difusão de orientações à população. Suspenso o calendário escolar no primeiro momento da pandemia, surgiram muitas iniciativas de divulgação científica e popularização da ciência, voltadas ao tema da pandemia ou não. O governo e o movimento bolsonarista cultivaram o negacionismo científico e a campanha por remédios ineficazes na linha de estimular a “contaminação de rebanho”, mantendo a economia funcionando (a reprodução do capital). A resistência da ciência apostava no esclarecimento da população, na pesquisa de alternativas de tratamento e no desenvolvimento de vacinas, nos limites das possibilidades da ciência brasileira. Algumas universidades federais se associaram à defesa da ciência para superação da pandemia, o que possibilitou também a defesa do projeto de universidade com algumas prerrogativas, como o da autonomia e da liberdade acadêmica.

Aqui, cabe observarmos que, apesar da relevância e dos impactos do fenômeno, neste trabalho não temos como escopo de estudo essas importantes movimentações e que compuseram um quadro diversificado atuante na disputa da universidade. Em Geraldes (2021) é possível encontrar uma discussão sobre a comunicação e a ciência na era da Covid-19. “Ao lado de produzir pesquisa científica praticamente em tempo real, em um contexto de negacionismo, de falta de transparência governamental e de recursos escassos, era fundamental comunicar, de forma clara e transparente, os resultados para a sociedade.” (GERALDES, 2021, p. 18).

Pelo lado das entidades representativas das categorias, ressaltamos a “Campanha de Defesa da Educação Pública”, realizada pelo Andes, em setembro de 2021, e que contou com ações culturais, shows e vídeos com conteúdo destacando a importância das universidades públicas para o país.

Essa dinâmica de recusa e achincalhamento da ciência, nos remete às considerações de Lukács (2020) sobre o aparecimento do irracionalismo filosófico como recurso da burguesia reacionária nos momentos de crise. Esse rebaixamento do nível intelectual é necessário. A depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, entre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista e que vemos se manifestar nesses momentos de crise como o que a Covid-19 se insere. Ainda conforme Lukács (2020), essas concepções ideológicas criam uma ilusão de liberdade e independência pessoal a que aderem os movimentos reacionários. Por inacreditável que possa parecer, a própria universidade não está imune a essas concepções, quer seja pelas ações de grupos sem qualquer compromisso com o desenvolvimento científico, quer seja por forças internas que a eles se vinculam. A luta pela divulgação e o aprofundamento dos conhecimentos científicos, contudo, se fez presente e as iniciativas universitárias contrabalançaram socialmente o discurso do negacionismo.

Nas considerações finais, a seguir, apresentamos reflexões sobre todo o percurso de análise, tomando em conta o conjunto dos discursos e políticas do governo Bolsonaro.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final deste trabalho, buscamos retomar os aspectos mais relevantes do sentido de universidade apresentado pelo governo Bolsonaro, a partir do objetivo geral de *compreender o sentido de universidade do governo Bolsonaro (2019 - 2022), tendo em vista o caráter ideológico das disputas estabelecidas entre governo e movimentos de resistência, com ênfase em processos de comunicação e nas transformações das formas organizacionais da universidade*. Viemos até aqui analisando o sentido de universidade mobilizado pelo governo Bolsonaro em seus discursos e políticas. Partimos do entendimento de que tal embate ocorre na ideologia e, dessa forma, atende à crise da universidade brasileira de modo a dar uma solução aos conflitos que a afligem enquanto práxis, incidindo na compreensão social da universidade e na sua forma organizativa.

Para realizar a investigação, debatemos o conceito de ideologia no marxismo, e fixamos o sentido de ideologia de Lukács (2013) em suas duas variantes, mais específica e mais ampla. A aproximação com Bakhtin/Voloshinov (2006) permitiu avançar numa proposta teórico-metodológica que integra à ideologia a dinâmica comunicacional que conforma essa luta no plano da linguagem. As transformações em curso na universidade brasileira têm como base a formação histórico-social. Nesse sentido, estudamos a conformação da universidade considerando seu surgimento e as modificações que ela sofreu no transcurso das transformações materiais da sociedade brasileira, desde a consolidação do capitalismo dependente à adaptação neoliberal e chegando à crise contemporânea em que vemos emergir o neofascismo.

Nesse espaço de encerramento, cumpre revisar os elementos ideológicos basilares da inserção do governo na disputa sobre a universidade, a forma como esse conjunto de ideologias conformou as linhas de atuação política e a inserção discursiva do governo na corrente de comunicação ininterrupta sobre o tema. Destacamos as dimensões sobre as quais este estudo se debruçou, desde a “tomada de consciência” por parte do governo, como elaboração ideológica voltada à identificação e solução de conflitos, a partir dos interesses de classe que buscava representar, ao desdobramento da ideologia como via para atuar em consequência, em políticas concretas desenvolvidas. As ideologias que dão conta dos conflitos da universidade, constituídas em conjuntos de formulações ideais, derivam da conformação da coalisão burguesa em torno do governo Bolsonaro, que surge como uma resposta da burguesia reacionária à crise neoliberal do capitalismo dependente.

Apresentamos no capítulo 7 que o plano de governo de Bolsonaro se desdobrou num plano de ataque à universidade brasileira vigente. A noção de “guerra cultural” permitiu que o governo apresentasse a universidade como inimiga, operação que esteve baseada na combinação das ideologias “dependentista”, neoliberal e neofascista, como vértices do mesmo triângulo: o problema da universidade na resposta das classes dominantes brasileiras à crise do capital.

O “dependentismo” é tido como a consciência da burguesia brasileira, gerada pelo modo particular do desenvolvimento capitalista do Brasil, enquanto formação econômico-social subordinada na divisão internacional do trabalho, tal como a descreve a Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 2008; LUCE, 2018). O papel do dependentismo é sustentar a ordem interna e buscar constantemente sua renovação em associação com o capital internacional, o que consolida sua forma de Estado, bem como a heteronomia cultural, que se dirige à adoção incompleta de modelos importados. Com isso, a proposição ideológica básica procura manter o país em condições túbias na divisão internacional do trabalho, repassando a conta desse atraso para as classes exploradas, o que exige a autocracia em caráter permanente.

A hegemonia do neoliberalismo como projeto burguês consolidado no mundo impactou nos arranjos então existentes nos países de capitalismo dependente. Assim, o “dependentismo” adaptou-se ao neoliberalismo. Essa resposta das classes locais não é automática nem imposta unilateralmente de fora para dentro, mas dialeticamente absorvida, favorecendo determinados rearranjos. No caso do impulso neoliberal dos anos 1990, a fração industrial perdeu espaços que foram ocupados pelas frações bancárias e financeiras, agrária, extrativista e comercial importadora. O neoliberalismo não se confunde com a doutrina ortodoxa na política econômica (austeridade ou ajuste fiscal), ele pode implementar a heterodoxia nessa área, pois seu fundamento está nas privatizações (ampliação e intensificação da dinâmica do mercado em todas as esferas da sociabilidade) e no padrão de valorização financeira (CARCANHOLO, 2011), linhas-mestres que se impõem como a lógica de funcionamento do Estado.

O neofascismo configura-se como um movimento, uma ideologia e uma forma de Estado de extrema direita, que articula a mobilização de massas de classe média e pequeno-burguesa insatisfeitas, em projeto de extermínio político das organizações dos trabalhadores, com um viés intensamente destrutivo e não propositivo (BOITO JÚNIOR, 2020). Gestado na hegemonia neoliberal e seu viés autoritário, em escala mundial, surge de modo diferenciado em cada país, considerando o agravamento da crise capitalista, a partir de 2008 (LÖWY, 2020). No Brasil, o solo em que germina encontra a fertilidade da autocracia como a forma da

dominação burguesa. O neofascismo contemporâneo não logrou converter o Estado em uma ditadura fascista, sua fase mais acabada, mas a sua ideologia tem esse direcionamento. Em meio à crise brasileira, a consolidação do bolsonarismo como projeto da burguesia reacionária contou com a filosofia irracionalista do olavismo que lhe conferiu uma sistematização neofascista. Além dos elementos da pequena burguesia e da classe média, o movimento foi encorpado por amplos setores da burguesia agrária, comercial importadora, e financeira, bem como por militares, que o tinham como representante de seus interesses. Essas concepções estiveram presentes tanto nos discursos de Bolsonaro em campanha quando na definição das nomeações dos ministérios.

As disputas ideológicas sobre as universidades perpassaram vários níveis e esferas de embates. O governo certamente possuía linhas de atuação para lidar com o judiciário e com o legislativo, bem como políticas de alianças e articulações abertas ou secretas. Destacamos neste estudo a atuação comunicativa do governo na busca de impor suas concepções de universidade. Ao realizar aproximações sucessivas nos enunciados do governo, sob a luz da teoria marxista da linguagem de Bakhtin/Voloshinov (2006), nosso estudo considera que a estratégia de inserção do governo na corrente de comunicação ininterrupta passou por definições e modulações na ordem das formulações discursivas empregadas, das *palavras* (signo ideológico) cujos sentidos disputava e da tonalidade de comunicação verbal de que lançou mão.

As bases ideológicas (neoliberalismo, “dependentismo” e neofascismo) desdobraram-se em formulações discursivas mais específicas que constituíram a forma de inserção comunicativa do governo na disputa das universidades. Assim, aparecem: A) as construções neofascistas do “marxismo cultural”, como “ideologia de gênero” e “ideologização da educação”, “doutrinação”; B) as do neoliberalismo, especialmente, o “gerencialismo”, o “fiscalista”, o “empreendedorismo”, a “universidade empreendedora”; C) já no espectro do “dependentismo” surgiram as formulações “universidade para poucos”, “formação técnica útil” e “modelo internacional”.

A) Na construção discursiva do governo, a universidade estaria impregnada de ideologia de esquerda e se constituiria como um centro de doutrinação, a partir da infiltração comunista ocorrida durante a Ditadura Militar, e devido à mudança de estratégia revolucionária dos marxistas para a “guerra cultural”, com centro na atuação interna às instituições. Esse movimento estaria por traz do fomento à ideologia de gênero, que elimina os papéis dos sexos masculino e feminino; e teria como finalidade a destruição da família, da moral e da tradição. Ao mesmo tempo, as universidades apareceram como espaços de farra e

consumo de drogas, de corrupção, território sem lei onde a polícia não entra. Toda essa “balbúrida”, encaminha para soluções de ordem hierárquicas e autocráticas, ao mesmo tempo, essas construções permitem ao negacionismo amplos espaços, operando o irracionalismo filosófico.

B) Por esses e outros motivos, de acordo com as enunciações do governo, a gestão universitária é ineficiente, focada em ampliação da folha de pagamento, sustentando um corpo docente que pouco produz e muito recebe, além do que, o pouco que produz não tem qualidade, exceto a produção dos centros de excelência vinculados às demandas do capital privado. Nessa ideologia, reafirmada em amplo conjunto de materialidades discursivas do governo Bolsonaro, para ter um papel na sociedade, a universidade deveria se vincular ao setor privado, produzir pesquisa e inovação que a este interessa, pois é desse segmento que partem todas as iniciativas realmente racionais (razão de mercado) e o bem-estar da sociedade. A universidade, ainda, deveria promover a formação de empresas pelos estudantes, estimulando novas habilidades e a cultura do empreendedorismo – ambas *vacinas* contra a ideologização. Nessa perspectiva, em suas enunciações, o governo também mobilizou sentidos de que, indo atrás dos próprios recursos, a universidade se dinamizaria e se depuraria das áreas improdutivas que são um peso para as que produzem; a eficiência na gestão também inclui uma supervisão do MEC e vinculação estreita com as políticas governamentais, de modo a dar pouca margem para processos democratizantes e participativos de construção de consensos pela comunidade universitária, pois esses processos constituem o desvio de finalidade da universidade. Afinal, conforme o discurso do governo, a universidade é paga pelo pagador de impostos que é representado pelo governo eleito, a quem ela precisa se subordinar.

C) No discurso do governo, a universidade seria opção real para poucos, pois cursos técnicos trariam maior resultado em empregos para seus egressos, sem o dispêndio de tempo por parte dos alunos e de recursos públicos por parte do governo. Investir em seu crescimento seria, nessa concepção, tirar os recursos dos outros níveis educacionais, mais carentes. A ênfase discursiva na inovação e na pesquisa aplicada procura distanciar o interesse dos alunos e docentes no desenvolvimento tecnológico, nas ciências básicas e nas ciências humanas e sociais como capacidade de frutificação do pensamento crítico e do reconhecimento dos problemas nacionais. A solução passaria pela adoção de modelos internacionais, discursivamente, construídos como exemplos a serem seguidos, em contraste com o que se produz aqui.

Quanto a *palavras* e expressões, destacaram-se as que constituem o conceito de universidade enquanto padrão organizativo para o desenvolvimento da ciência, tais como “autonomia”, “liberdade de cátedra”, “pública”, “pesquisa”, “ensino”, “humanas”, “formação”, “áreas do conhecimento”. Esses signos integraram o discurso do governo com conotações próprias. Para imprimir os sentidos que desejavam a essas *palavras* e expressões, os ministros e o presidente não operaram um debate conceitual abstrato, mas buscaram por significações negativas com base na ideologia da vida cotidiana, de modo a dialogar com um público mais amplo do que os agentes políticos e acadêmicos envolvidos diretamente nas disputas. Dessa forma, afirmando socialmente o sentido de tais palavras, o governo criminalizou a “autonomia” como camuflagem para acobertar a corrupção, convertendo-a em “soberania” (um país dentro do país), que favoreceria o “consumo de drogas”, pois a “polícia não entra”, autonomia que foi associada ao mau uso do dinheiro público (do “pagador de impostos”), geradora de “marajás”. A “liberdade de cátedra” se converteu em espaço para doutrinação de esquerda e balbúrdia, contrária à pluralidade de ideias e ao trabalho sério. O caráter público da universidade foi reduzido à quantidade de alunos que atende por professor enquanto prestadora de serviços ao governo e ao pagador de impostos. A pesquisa foi reduzida a termos de útil e não útil, no imediatismo do retorno rápido. O ensino significado como transmissão de conteúdo (que seja útil). Assim, a “formação” converteu-se em um conjunto de conteúdos aprendidos que permitem a execução de determinado trabalho no mercado. As “humanas” tornaram-se divagações abstratas que não se vinculam à realidade da vida nem à investigação da sociedade. E as “áreas do conhecimento” foram convertidas em uma oposição entre as boas e produtivas e as más e parasitárias, sendo que aquelas precisam ser salvas destas.

Entre os ministros ocorreram diferentes modulações da forma como o projeto de universidade do governo Bolsonaro foi apresentado e disputado socialmente, mantendo-se estritamente dentro do leque ideológico e das linhas políticas do governo. As variações de tom entre os ministros constituíram elemento importante da inserção comunicativa do governo na disputa. O ministro Ricardo Vélez apresentou um discurso mais acadêmico e preocupado em expressar concepções. Vélez buscou associar discursivamente a ideia de luta contra a corrupção, em sua época representada pela Operação Lava Jato. Com isso, esse ministro procurava atrair a base social do bolsonarismo em apoio a suas políticas.

O ministro Abraham Weintraub teve uma atuação mais próxima à figura de um agitador político, despertando a fúria dos opositores e a defesa arraigada dos apoiadores, suas enunciações reiteraram uma grande parte dos enunciados neofascistas dos apoiadores de

Bolsonaro, aderindo à tática da “comunicação disruptiva” defendida por Olavo de Carvalho, como técnica para não debater efetivamente com o “pessoal da esquerda”. Weintraub se apresentava como representante da “classe média”, e, como mais estreitamente ligado ao movimento bolsonarista entre os ministros da Educação, esteve constantemente vinculado a essa base social, mobilizando-a e participando efetivamente de suas mobilizações, o que pôde ser observado, inclusive, no momento de sua demissão. Esse fato marcou uma mudança de tom do ministério da Educação, no que diz respeito à forma de sua comunicação, mas não uma guinada ideológica ou reparo nas políticas implementadas.

Por sua vez, Milton Ribeiro buscou exprimir em seus enunciados um tom mais pastoral e contemporizador, desculpando-se e relativizando suas posições, embora bastante enfáticas em alguns pontos. Como evidência de sua linha comunicativa mais amena, Ribeiro reestabeleceu reuniões com os reitores e não se chocou diretamente com parlamentares da oposição, embora na execução das políticas, propriamente, tenha seguido a tendência geral do governo. Estando mais ligado a grupos educacionais privados, inclusive religiosos, o ministro falava mais em atendimento a esses interesses.

Por fim, Victor Godoy agindo na linha de um tecnicismo legalista, manipulou a terminologia técnico-financeira e construiu argumentos baseados em referências a órgãos externos e a leis. Godoy estabeleceu discursivamente laços com o movimento bolsonarista, especialmente em entrevistas veiculadas por comunicadores de direita, onde reforçou o discurso de ênfase nas universidades como espaços de doutrinação, bem como de necessidade de priorizar os investimentos em educação básica, em detrimento da educação superior.

Reforçamos que, mesmo com tais modulações, foi comum a todos os ministros as bases ideológicas em termos mais amplos e formulações específicas, do mesmo modo que o desenvolvimento de políticas universitárias não apresentou grande variação, até mesmo porque o projeto tinha como referência o próprio governo de Bolsonaro como um todo, mantendo seus princípios estratégicos. Houve, contudo, intensidades diferentes nessas atuações, sendo destacado o papel de Weintraub como sintetizador máximo das ideologias do governo para tratar da universidade.

Quanto às definições dos meios de comunicação operados pelo governo para incidir na disputa, pelo recorte empírico que realizamos, não temos condições de afirmar as escolhas em geral, pois isso exigiria um mapeamento mais amplo. Todavia, podemos afirmar com segurança que os ministros e Bolsonaro utilizaram-se de modo privilegiado das suas redes sociais, em especial o Twitter para os ministros e as *lives* no Youtube e Facebook para Bolsonaro, como espaços com margem para transitar entre o “pessoal” e o “institucional”, o

que lhes permitiu abordagens que em outros espaços mais formais seriam questionados. Assim, puderam fazer as disputas de modo informal, sem deixar de ter o impacto de fazê-lo enquanto ocupantes de seus cargos, investidos de poder para tal. Com essa ação, usaram o papel de ministro de Estado para capitalizar seguidores em geral e apoiadores militantes para espaços por eles controlados, em que difundiam suas concepções. Percebemos que alguns dos meios preferenciais utilizados pelos ministros para divulgar suas concepções e posições foram entrevistas a canais controlados ou por apoiadores ou pelo menos por não críticos, com os quais estabeleciam espaços de concordância sobre assuntos importantes e até mesmo sobre a abordagem desses assuntos. Assim, com poucas exceções, as interações comunicacionais com jornalistas, compartilhadas pelos ministros e por Bolsonaro, davam-se num espectro ideológico afinado com o governo e com identidade de diagnósticos e de propostas estruturantes para as universidades. A lista desses espaços incluiu canais como “Cara a tapa”, “JosiTv Podcast”, “+1 podcast”, “Poder 360”, “Jornal Cidade Online”, “Brasil sem medo”; programas de emissoras de TV e rádio com ampla abrangência, como “É notícia!” da RedeTV, “Pingos nos Is” e “Jovem Pan News” da Jovem Pan, “Manhã Bandeirantes, com Datena” da Rádio Bandeirantes; espaços na imprensa tradicional como Revista Veja, Estadão, Folha de S.Paulo, Correio Brasiliense; além do uso frequente do programa institucional do governo em rede nacional de rádio, o “Voz do Brasil”, e da TV Brasil. Já nos embates do Congresso, a tática utilizada foi apoiar-se em parlamentares aliados, que defendiam o governo das investidas da oposição. Quando do enfrentamento direto com a oposição, observamos a tática de Weintraub que desviava o debate para temas em que o governo tinha certa vantagem conjuntural, como a “corrupção” e a situação fiscal, muitas vezes, atacando os próprios parlamentares; os demais ministros chegaram a resgatar esses assuntos, mas com menor ênfase, pois procuravam estabelecer uma interação menos belicosa com os opositores.

As políticas universitárias, entendidas como formas atuantes na resolução dos conflitos (surgidos anteriormente ou criados nas universidades no período do governo Bolsonaro), foram construídas sob o guarda-chuva da tomada de consciência descrita anteriormente. Então vejamos, no conjunto de embates analisados nos capítulos anteriores, as linhas de atuação do governo podem ser sintetizadas nas seguintes proposições:

- a) **Asfixia** financeira com desresponsabilização do Estado em financiar a educação superior pública;
- b) Dissolução da autonomia universitária, aprofundando a **heteronomia** e estabelecendo o atrelamento das universidades ao governo em diferentes níveis;

- c) **Perseguição** política e patrulhamento ideológico com rebaixamento das condições de liberdade de ensinar e aprender e do pensamento crítico, diretamente ou provendo meios legais e políticos para que fosse executado por terceiros;
- d) **Privatização** da educação pública através de parcerias público-privada; vinculação à Organização Social de natureza jurídica privada; estímulo à vinculação da educação com o mercado;
- e) Abordagem da universidade como **prestadora de serviços educacionais** reduzida à produção da educação-mercadoria;
- f) Dissolução da barreira **público-privada** aprofundando o financiamento público do ensino privado;
- g) Redução do conceito de ciência à aplicabilidade em produtos e à **mercantilização**;
- h) Conversão da universidade em **repartição pública** de modo a enfatizar a subordinação funcional e hierárquica da atividade universitária, desvanecendo o papel criativo e transformador da educação;
- i) O **apagão** e a precariedade como método de desfazimento das políticas existentes, enquanto prática direta e estímulo para que assim fosse feito por terceiros;
- j) A formação **unidimensional** e para o trabalho simples como meta a ser seguida em detrimento da formação omnidimensional representada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- k) **Fragmentação** e individualização das universidades, buscando evitar a formação de um bloco coeso em torno da universidade brasileira integrada, defendendo ainda as divisões entre áreas úteis e áreas acessórias.
- l) **Negacionismo** e questionamento da validade de conhecimentos científicos, com base na figura da liberdade individual do dono da razão.

A capacidade de o governo impor essas linhas de sua política universitária esteve relacionada à disputa com outros projetos, especialmente, os apresentados pelas próprias universidades em suas dinâmicas específicas e pelas entidades representativas da comunidade acadêmica, nacional e localmente. As ações que conseguimos mapear do governo utilizaram-se de uma dessas linhas ou de um conjunto delas. O Future-se, como exemplo mais acabado de política universitária do governo Bolsonaro, praticamente abrange todas esses eixos: liberava o Estado de financiar a universidade; lançava a sorte da universidade à busca de parcerias com empresas privadas; direcionava a pesquisa para os interesses do setor privado; passava a gestão para uma Organização Social e posteriormente para as fundações de apoio, através de contrato com o MEC, que restringia ainda mais a autonomia universitária; e reduzia

a ciência e a pesquisa ao desenvolvimento de produtos úteis à reprodução do capital etc. A outra proposta do governo, o ReUni Digital, foi implementada como projeto-piloto, visando à formação unidimensional para o trabalho simples, na medida que inviabilizava a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; a universidade nesse projeto foi convertida em prestadora de serviços educacionais da educação-mercadoria, que pode ser adquirida tanto no setor público como no setor privado, dissolvendo essas barreiras.

Vimos uma série de estímulos do governo para a formação de grupos de patrulhamento ideológico nas universidades e a sua atuação direta na denúncia de atividades acadêmicas como “doutrinação”, bem como a sistemática campanha contrária ao que chamava de “humanas”, as ciências sociais e ciências humanas, que tinha como alvo o pensamento crítico. Foram tomadas iniciativas para atrelar as universidades ao governo federal a partir da premissa de que se tratavam de repartições públicas subordinadas hierarquicamente ao MEC, proibindo atividades de discussão política e restringindo a comunicação universitária de divulgar e promover atividades que poderiam ter esse caráter, interferindo em nomeações de pró-reitores e diretores de unidades acadêmicas. Como se viu especialmente no CNPq, com as bases de dados, e na Capes, na avaliação quadrienal, bem como na própria gestão dos recursos financeiros, uma linha de atuação do governo conformou-se na política do apagão, em que as políticas eram atacadas e combatidas simplesmente pela inação do governo que tinha papel central para que elas se desenvolvessem. Do mesmo modo, os reitores nomeados por Bolsonaro e integrantes da Afebras atuaram para justificar os cortes orçamentários e proteger o governo, reproduzindo o discurso do Ministério da Educação, o que levanta questionamentos sobre sua convivência com as políticas também em outras temáticas. A nomeação de reitores também foi outro exemplo de política que abrangeu uma série dessas linhas ideológicas, como a vinculação mais direta da universidade hierarquicamente com o governo, as políticas de perseguição e cerceamento da comunidade acadêmica e a fragmentação do conjunto das universidades a partir do fomento a divisões entre as universidades e dentro de cada uma delas. As políticas de Bolsonaro para a universidade tiveram muito mais o caráter destrutivo do que propositivo, embora tenham sido propostos o Future-se e o ReUni Digital, esses programas também possuíam viés de desmanche de determinados princípios universitários.

Dessas sínteses, podemos inferir que esse conjunto de políticas, formulações ideológicas e táticas comunicativas contrastam nitidamente com a perspectiva de universidade multidimensional (FERNANDES, 2020) e autônoma que setores organizados da própria universidade e das classes populares buscaram desenvolver ao longo do século de existência

dessa modalidade de educação no Brasil. Chocam-se também com o sentido presente na Constituição Federal de 1988 nos seus artigos 206 e 207, notadamente sobre os princípios da democracia na educação, e da autonomia universitária combinada com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, que foram fruto de lutas populares e de educadores, como destacamos no capítulo 3. Ainda que a Constituição tenha sido alterada e suportado o cenário atual de ensino superior privado-mercantil, com regras que constantemente afrouxam o padrão de qualidade, como debatemos no capítulo 4, a carta magna preserva algumas conquistas no que diz respeito às universidades públicas. Essas conquistas foram alvo de disputa pelo projeto governista.

Grande parte das formulações sobre as universidades públicas apresentadas pelo governo em foco não se sustenta à luz dos fatos, é falsa ou foi distorcida, e em nada contribui para que possamos avançar no debate sobre os problemas que a universidade brasileira tem diante de si. Numa perspectiva de universidade que contribua para a superação do atraso científico e tecnológico, bem como para a melhoria das condições de trabalho no país, essas construções ideológicas são perspectivas que acentuam os velhos problemas da universidade e criam novos ao minarem os avanços já obtidos, como os da autonomia constitucional, da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, a democracia como princípio da educação, e a garantia de financiamento estatal adequado para as instituições públicas se desenvolverem. Além disso, reforçaram inúmeros elementos de privatização aos quais as universidades já se encontram submetidas a partir de iniciativas de *todos* os governos anteriores no período pós-1988, conforme exposto também no capítulo 4.

Consideramos que o governo Bolsonaro se dirigiu contra o papel da universidade na sociedade brasileira, atacou com rigor e variedade no plano das concepções e procurou implementar políticas de destruição. Ao mirar seus discursos no âmago da atividade acadêmica e desdenhar dos avanços do conhecimento científico, transformou as universidades no problema e não mais em parte da solução para o país na luta contra a desigualdade e para o avanço científico e tecnológico. O plano de ataque de Bolsonaro encontrou uma universidade em profunda crise, processo que o governo acentuou com suas políticas. Essa crise, contudo, do nosso ponto de vista, carece de respostas a partir de um projeto que posicione a universidade brasileira como parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional e de emancipação das classes trabalhadoras para superação da superexploração do trabalho, em perspectiva da universidade de aceleração evolutiva de Darcy Ribeiro (1969). As análises deste estudo demonstram como os ataques bolsonaristas encontraram inúmeras resistências a partir da organização dos trabalhadores e estudantes, bem como de ações das universidades

lideradas por reitores e conselhos e pela atuação de parlamentares, como principais linhas dessa defesa, que certamente envolveu outros atores.

O bolsonarismo respondeu à crise universitária, pelos aspectos já mencionados, com uma *atualização reacionária*, que buscou a destruição dos avanços sociais presentes na universidade, através da sua privatização (por vários caminhos), do cerceamento ideológico com perseguição política que visou o rebaixamento do papel crítico e transformador da universidade e a redução orçamentária brutal. Ao mesmo tempo em que se trata de uma reação, configura-se como uma atualização, pois responde a desafios do contexto atual, com a intensificação dos elementos do cotidiano universitário: a) o estímulo ao empreendedorismo, que está difundido em empresas juniores, núcleos de inovação, incubadoras e parques tecnológicos direcionados à formação de empresas pelos estudantes, assim como em disciplinas e cursos voltados a estimular essa concepção; b) a busca efusiva por parcerias com empresas privadas para a realização de pesquisas que são do interesse destas, de modo que é sabido que isso só não ocorre com maior intensidade por razões que precisam ser encontradas do lado das empresas, e que são o reflexo da burguesia brasileira não disposta a disputar os avanços científicos mundialmente; c) os obstáculos à autonomia universitária, outro elemento constituinte das universidades brasileiras e que foi explorado por Bolsonaro, persistentes mesmo com sua constitucionalização, podendo ser apontado um cenário de heteronomia, embora a existência precária da autonomia seja garantidora de algumas conquistas, no que diz respeito à autodefesa, por exemplo; d) a diversidade de modalidades organizacionais e a expansão do ensino a distância, pois, no plano mais geral de acesso ao ensino superior, vimos que também essas características estão presentes há bastante tempo no ensino superior brasileiro em direção a uma flexibilização dos tipos organizacionais e à liberalização do ensino a distância de baixo custo e sem critérios que garantam a qualidade; e) a participação privada no número de matrículas supera a participação pública desde o período da Ditadura Militar e as modificações que se sucederam à CF 1988 permitiram a formação de um mercado educacional gigantesco, forjado mais recentemente com recursos públicos (Fies), processo que seguiu influenciando a política educacional no governo Bolsonaro.

A *Universidade para poucos* é para nós a síntese do projeto do governo Bolsonaro para as universidades públicas federais. Apresentamos elementos do sentido dessa formulação na subseção 7.2.4, que dizem respeito à restrição do acesso do jovem das classes trabalhadoras à universidade, a partir do direcionamento ao ensino técnicos e a uma colocação no mercado. A *Universidade para poucos* abrange também e sobremaneira a universidade para o capital e seus detentores, não apenas em referência ao número pequeno de alunos que

atende em seus cursos de graduação, mas diz respeito à sua organização voltada aos interesses da acumulação do capital. O impacto de tal concepção atua em várias dimensões, que recuperam o que apresentamos anteriormente em termos de políticas e ideologias, quer dizer, age tornando a formação universidade estritamente voltada à necessidade do mercado, direciona a pesquisa às demandas das empresas e reduz o financiamento público apresentando o capital privado como única alternativa. Dessa forma, os *poucos* são as classes dominantes deste país. Ao mesmo tempo, o próprio sentido de *universidade* esvazia-se de seu conteúdo crítico-transformador, convertendo-se em extensão alienada do mercado, e perseguindo o seu papel de reproduzidor da dependência que caracteriza a economia nacional.

A perspectiva de projetos de universidade que recuperamos de Ribeiro (1969) nos coloca diante do desafio de pensar a universidade necessária. Nesse sentido, nesse espaço de encerramento do trabalho, como ponto de reflexão, apresentamos um comentário, de todo sem a pretensão de sermos sistemáticos, sobre os diferentes projetos que estiveram em disputa com o governo bolsonarista.

A nosso ver, a resistência universitária esteve alicerçada de modo central numa concepção de conservação do estágio atual das universidades federais, que variou de um contraste absoluto com os ataques governamentais a uma postura dúbia, que via algum proveito a ser tirado da situação. Houve setores dentro das universidades que aderiram ao plano do governo, conforme destacamos ao longo das análises, e esses adesistas dizem muito das divisões da universidade que, no senso comum, tende a aparecer como um bloco unificado. Mas, além dos grupos que se vincularam ao governo Bolsonaro, no conjunto diverso que compôs a resistência encontramos setores que pareciam acreditar na possibilidade de tirar proveito de alguma normatização de escopo privatizante, a partir da adaptação das proposições do governo. O exemplo mais nítido disso foi a defesa compartilhada da Proposta de Emenda Constitucional 24/2019, que retira do teto de gastos a receita própria das universidades, em meio ao debate sobre o Future-se. A PEC objetiva estimular a busca por recursos privados para a manutenção das IFES e sua aceitação é muito mais ampla por parte das gestões universitárias do que as propostas bolsonaristas nesse direcionamento. Desse modo, sobre o conjunto diverso que caracterizamos como “resistência” ao ataque bolsonarista à universidade, acreditamos ter identificado três projetos distintos na sua formação. Esse apontamento, como já foi apontado, não se trata de uma sistematização acabada, mas de uma contribuição a partir da captura de tendências que realizamos no transcorrer do estudo empírico, e que, de todo, careceria de um novo estudo para ser confirmado:

1) Identificamos um conjunto de assertivas no sentido de um projeto de *atualização conservadora*, com o qual o bolsonarismo encontrou interlocução “produtiva”. Não se trata de uma reação, desmanche de políticas até então vigentes, mas sua readequação à nova “realidade” conjuntural do capital, em que se aceita as propostas de intensificação do neoliberalismo, com ênfase na interação com o setor privado, mas quer se garantir a manutenção da autonomia restringida, o financiamento público como principal fonte e não se aceita a perseguição ideológica mais declarada, embora ela possa vir camuflada de gestão eficiente. Esse campo conteria reitores interessados em pautas bolsonaristas, segmentos já contemplados por projetos de pesquisa e extensão vinculados ao capital privado, além de ter amplo respaldo nos setores da burguesia que possui interesse numa universidade que lhes seja funcional;

2) Por outro lado, há um conjunto social que defende o projeto de *atualização modernizadora*, que não possui interlocução com o projeto bolsonarista, exceto através de interações via o projeto de *atualização conservadora*. A *atualização modernizadora* parte do que se tem de autonomia, financiamento, liberdade acadêmica e número de vagas e busca aprimorar esse estado das coisas no sentido de fortalecer o caráter público da universidade e seu papel como vetor de desenvolvimento econômico e social. Não teria como principal bandeira a ruptura completa com as transformações neoliberais na universidade, mas diminuiria seu ritmo, enfatizaria os princípios constitucionais (autonomia, indissociabilidade e gestão democrática) e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, fazendo concessões ao EaD, ao repasse de recursos públicos a instituições privadas, à concentração monopolista privada das matrículas etc. Esse grupo também estaria preocupado em desenvolver a capacidade produtiva nacional, indiferentemente de ser por meio de empresas estatais em plano coordenado ou empresas privadas por iniciativa dos proprietários. Nesse campo estaria a maior parte da representação estudantil e dos servidores, bem como parte significativa dos reitores. Essa perspectiva não possui um caráter anticapitalista e anti-imperialista o que a afasta de uma sustentação em bases populares efetivas e duradouras, ao mesmo tempo, não vemos que algum setor da burguesia teria interesse de apoiar esse projeto, visto que ela está comprometida com um padrão dependente e neoliberal. Para ter esse apoio, a *atualização modernizadora* teria que abrir mão de princípios que a constituem, desfigurando-se a ponto de não se distinguir da *atualização conservadora*.

3) Finalmente, há o projeto de *universidade transformada*, que é minoritário até mesmo no conjunto das entidades representativas dos servidores e estudantes, mas que ali encontra certa guarida, e se apresenta também em grupos espalhados pelas universidades e

pela sociedade. Centrado no capítulo universitário de uma revolução social no país, esse projeto buscaria incluir as universidades na aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que procuraria universalizar o acesso à educação de qualidade e voltada aos trabalhadores. Para se transformar em alternativa concreta, essa proposta necessitaria de uma aliança externa com o conjunto de um movimento revolucionário, no sentido apresentado por Álvaro Vieira Pinto (1994), de vinculação da luta universitária com as lutas da classe trabalhadora. A questão que a *transformação da universidade* deve se colocar é a de como contribuir para a organização de tal processo revolucionário em conjunto com grandes camadas populares, não podendo contar com qualquer das frações da burguesia; necessitaria, ainda, declarar-se anti-imperialista, pois o rompimento com os tentáculos do capital internacional é condição necessária para a mudança de patamar das relações de produção e dos meios de produção nacionais.

REFERÊNCIAS

A TRAVESSIA Social – Uma ponte para o futuro. PMDB e Fundação Ulisses Guimarães, 2015.

ABRAHAM Weintraub toma posse como Ministro da Educação. **CanalGov**, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oBZnrxy8Yw&t=2s>. Acesso em: 3 jan. 2023.

APUFPR. Capes propõe mudanças nos critérios de avaliação e gera mais insegurança. Associação dos Professores da UFPR. 2021. Disponível: <https://apufpr.org.br/capes-propoe-mudancas-nos-criterios-de-avaliacao-e-gera-mais-inseguranca/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

AFEBRAS emite nota garantindo que corte de verba não afetará universidades. **Portal do Rio Grande do Norte**, 7 out. 2022. Disponível em: <https://portaldosbrpn.com/afebras-emite-nota-garantindo-que-corte-de-verba-nao-afetara-universidades/>. Acesso em 3 jan. 2023.

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por balburdia e já mira UnB, UFF e UFBA. In: **Estadão**, 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ALMEIDA, Charles F. **A crise de 2008 nas páginas da Folha de S. Paulo**: o conhecimento do jornalismo na era neoliberal. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Unisinos: 2015.

_____. Ações afirmativas e comunicação organizacional: disputas discursivas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Organicom**, v. 18, n. 36, p. 103-113, 2021.

_____. Comunicação e reconhecimento nas organizações: contribuição para o estudo das Ações Afirmativas como objeto da comunicação organizacional. In: **Anais do 30º Encontro Anual da Compós**, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/comunicacao-e-reconhecimento-nas-organizacoes--contribuicao-para-o-estudo-das-aco-es-afirmativas-como-objeto-da-comunicac> Acesso em: 12 jul. 2022.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente – conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos*. Cebrap, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan. abril 2019.

ALVES, Danubia Fernandes; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Impacto da Expansão do Fies entre 2010 e 2017 no Cumprimento Estratégico 12.6 do PNE (2014-2024). **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 6, 2020. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-modernismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

ANDES. **Tsunami da Educação**: Protestos acontecem em todos os estados e no DF. 2019a. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/tsunami-da-educacao-protestos-acontecem-em-todos-os-estados-e-no-df1>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ANDIFES. **Veja as manifestações de algumas Universidades Federais sobre o Programa Future-se. 2019.** Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=65414>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.** Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ANPG. **Tsunami nas ruas em defesa da Educação e da Ciência.** 2019a. Disponível em: <https://www.anpg.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Informativo-sem-capa-e-contra-capa.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ANDRADE, Mariana. Trabalho e linguagem na ontologia de Lukács. In: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma (Org.). **Anuário Lukács.** p. 197-8. 2016.

ANTUNES, Ricardo. Da Educação utilitária fordista à multifuncionalidade liofilizada. In: SILVA JUNIOR, João dos Reis et al. **Das crises do capital à crise da educação superior no Brasil – novos e renovados desafios em perspectiva.** Navegando publicações, Uberlândia, MG, 2019. Pp. 5-18 Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo-min__11_. Acesso em: 19 out. 2020.

ARNDT, Andrei. Professores da UFRGS apresentam novo pedido de destituição da reitoria. Humanista, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2023/03/13/professores-da-ufrgs-apresentam-novo-pedido-de-destituicao-da-reitoria-entenda/>. Acesso em 4 abr. 2023.

ARRUDA, Maria A. N. A aventura sociológica de Florestan Fernandes. **Estud. av.** vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020 Epub Nov 11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.015>

ATIVIDADE Legislativa. **Senado Federal,** s.d. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 3 jan. 2023

AUGUSTO, Otávio. “Não vou lamentar se o botarem para fora”, diz Olavo sobre Vélz. In: Metrópolis, 5 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/nao-vou-lamentar-se-o-botarem-para-fora-diz-olavo-sobre-velez>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BAKHTIN, Mikhail/VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo: Hucitec, 12. ed., 2006.

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. **Revista brasileira de comunicação organizacional e relações públicas,** v. 6, p. 115, 2009.

_____. Comunicação Organizacional: uma reflexão possível a partir do Paradigma da Complexidade. In: Ivone de Lourdes Oliveira; Ana Thereza Nogueira Soares. (Org.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações.** São Caetano do Sul - SP: Difusão, 2008, v. , p. 149-177.

BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, R. L. M. . Apresentação do dossiê Discurso organizacional: contextos, práticas e produção de sentidos. **Revista brasileira de comunicação organizacional e relações públicas**. v. 18, n. 36, São Paulo, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Financing Education in Developing Countries**. Na exploration of policy options. Washington DC, World Bank, 1986.

_____. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington DC, World Bank, 1995.

_____. **Mas alla del consenso de Washington**: la hora de la reforma institucional. Washington DC, World Bank, 1998.

_____. Documento estratégico del Banco Mundial: La educación en América Latina y el Caribe. Washington DC, World Bank, 1999.

_____. **Educación Superior en los Países en Desarrollo**: Peligros y Promesas. Washington DC, World Bank, 2000.

_____. **Construir sociedades de Conocimiento**: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria. Washington DC, World Bank, 2003.

_____. **Um ajuste justo** – análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Washington DC, World Bank, 2017.

BAPTISTA, Rodrigo. Davi Alcolumbre anuncia devolução de MP que autoriza Weintraub a nomear reitores. **Senado notícias**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/12/davi-alcolumbre-anuncia-devolucao-de-mp-que-autoriza-weintraub-a-nomear-reitores>. Acesso em: 3 jan. 2023

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária. **Rev. Bras. Educ.**, 13, 39, dez 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300002>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BARRETO, Marcelo Mena. Reitores nomeados por Bolsonaro criam associação paralela. **Extra classe**, 4 fev. 2022. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/02/reitores-nomeados-por-bolsonaro-criam-associacao-paralela/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BENETTI, Marcia. Apontamentos – análise do discurso e jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENETTI, Maria; REGINATO, Gisele. D. O vínculo emocional do leitor ao jornalismo. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 878-896, set.-dez. 2014.

BETIM, Felipe. Do general Villas Bôas à reserva, a ofensiva dos militares que querem voz na política. **El país**. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html. Acesso em: 13 de jul. 2018.

BIANCHI, Alvaro. Olavo de Carvalho é um efeito da nova direita, e não sua causa. Entrevista especial de Álvaro Bianchi. Notícias, São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos, 19 dez. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/585547-olavo-de-carvalho-e-um-efeito-da-nova-direita-e-nao-sua-causa-entrevista-especial-com-alvaro-bianchi>. Acesso em: 3 jun. 2022.

BIELSCHOWSKY, C. E.; AMARAL, N. C. O CUSTO DO ALUNO DAS 2.537 INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS: CAI UM MITO? **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e243866, 2022.

BOITO JUNIOR., Armando. BERINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In: **Revista de sociologia e política** v. 21, nº 47, p. 31-38. 2013

BOITO JUNIOR, Armando. No calor da hora : o jovem Gramsci analisa o surgimento do fascismo. Cadernos cemarx Vol. 13 (2020), n. art. e020004. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/14731> Acesso em 12/01/2022.

BOITO JUNIOR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999. 247p .

_____. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH** (UFBA), v. 34, p. 021009, 2021a.

_____. O lugar do conceito de fascismo na teoria marxista do Estado. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 1, p. 11-32, 2021b.

_____. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 50, p. 111-119, 2020.

BOLSONARO furou texto de gastos... **G1**, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/17/com-pandemia-e-beneficios-em-ano-eleitoral-bolsonaro-furou-teto-em-quase-r-800-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 3 jan. 2023.

BORON, Atílio A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. **Brasil de Fato**. 02 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-orcaracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-errograve/>.

BOTONNI, Andrea; SARDANO, Edélsio de Jesus; FILHO, Galileu Bonifácio da Costa. Uma Breve História da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, Sonia Simões (Org.). **Gestão Universitária: Os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BRAGA, Ruy; BIANCHI, Alvaro. Entre duas ameaças: a burocracia e a mercantilização da universidade. In: SANTANA, Marco Aurélio (org.). Dossiê: A universidade em crise - dilemas, desafios e perspectivas. **Margem Esquerda** – ensaios marxistas, nº 25. São Paulo: Boitempo Editorial. p.36-42, 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95** de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras

providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

_____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional. 56-B/1991**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/169337>. Acesso em: 22 jul. 2022.

_____. **Lei no 8.436**, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18436.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

_____. **Lei no 8.958**, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18958compilado.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

_____. **Lei no 9.192**, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19192. Acesso em: 22 jul. 2022.

_____. **Lei no 9.279**, de 14 de maio de 1996b. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 29 de julho 2022.

_____. **Lei no 9.394**, De 20 de dezembro de 1996a. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDBEN. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 de julho de 2022.

_____. **Lei no 9.610**, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 22 de julho de 2022.

_____. **Medida Provisória no 1.827-1**, de 24 de junho de 1999. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

_____. **Lei no 10.168**, de 29 de dezembro de 2000. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110168.htm. Acesso em: 22 de julho de 2022.

_____. **Lei no 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 22 de julho 2022.

_____. **Lei no 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 22 de julho de 2022.

_____. **Lei no 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 22 de julho de 2022.

_____. **Emenda Constitucional no 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 28 de julho 2022.

_____. **Lei no 13.868**, de 3 de setembro de 2019. Altera as Leis nos 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13868.htm. Acesso em: 22 de julho de 2022.

_____. **Lei no 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 22 de julho 2022.

CAFARDO, Renata. Com escolha de reitores por Bolsonaro, cresce tensão política nas universidades federais. **Estadão**, 19 set. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/com-escolha-de-reitores-por-bolsonaro-cresce-tensao-politica-nas-universidades-federais/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CALIL, Gilberto. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021b.

_____. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argum.**, Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021a.

_____. Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização. In: **Materialismo Storico**, nº 2/2020 (vol. IX).

CAPES e MPF assinam acordo para por fim à ação civil... **Capex**, 6 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-e-mpf-assinam-acordo-para-por-fim-a-acao-civil-publica-contra-a-avaliacao>. Acesso em: 3 jan. 2023.

_____. Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização. **Materialismo Storico**, vol. IX, nº 2, 2020.

CARNUT, Leonardo; REGIS, Cristiano Gil. Ofensiva burguesa em tempos de golpe: o “marxismo cultural” na educação brasileira. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 109-122, jan./jun. 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 3, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 73-84, dez. 2011.

_____. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

_____. A nova equipe econômica e a continuidade do neoliberalismo. Entrevista especial com Marcelo Carcanholo. In: FACCHIN, Patrícia. **IHU On-line**. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/584741-a-nova-equipe-economica-e-a-continuidade-do-neoliberalismo-entrevista-especial>. Acesso em 27 jun. 2022.

_____. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, n.29, p.49-55, 2009.

CARVALHO, Carlos Eduardo. A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 111-126, 2009.

CASIMIRO, Flavio Henrique Calheiros. A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

CASIMIRO, Flávio. A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo, (TESE) **Expressão Popular**, São Paulo. 2016a

CASIMIRO Flávio Henrique Calheiros. Nova direita, bolsonarismo e a urgência da luta social contra o atual movimento reacionário no Brasil. In: . In Marcelo Buzetto. Democracia e direitos humanos no Brasil : a ofensiva das direitas [2016/2020] / CUT - Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, organizador Marcelo Buzetto. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2021.

CASTRO, Matheus Rufino. A crise do capital e o projeto reacionário de educação: uma análise do ataque reacionário do Escola Sem Partido ao Colégio Pedro II. 2019. 490 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro . 2019.

CARVALHO, Olavo. Tweet publicado em **@opropriolavo**. Dia 11 de março de 2019. Disponível em: <https://twitter.com/opropriolavo/status/1105196947403665408>. Acesso em: 22 de julho 2019.

CAVALCANTE, SÁVIO, Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro, **Crítica Marxista**, nº 50, pp. 121-130. 2020

CHAIB, Julia. Maia diz que Weintraub é desqualificado e não poderia ter assumido Ministério da Educação. **Folha de S.Paulo**, 29 mai. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/maia-diz-que-weintraub-e-desqualificado-e-nao-poderia-ter-assumido-ministerio-da-educacao.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2023

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. In: **Insight Inteligência**: Edição 72, 2023. <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/> acesso em 8 fev. 2023.

CHAPA 2 vence a consulta à comunidade. **UFRGS**, 13 jul. 2020. Disponível em: www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/chapa-2-vence-a-consulta-a-comunidade-para-a-gestao-2020-2024-da-reitoria. Acesso em: 3 jan. 2023.

CINCO reitores interventores pedem desligamento da Andifes. **Adufpel**, 3 ago. 2021. Disponível em: <http://www.adufpel.org.br/site/noticias/cinco-reitores-interventores-pedem-desligamento-da-andifes>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. **Ser Social** 44 | jan.-jun. 2019 [tps://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23485](https://doi.org/10.26512/ser_social.v21i44.23485)

_____. **Análise do Reuni**: uma expressão da contra-reforma universitária brasileira. Dissertação (mestrado) aprovado junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social do UERJ. 2010.

COLETTA, Ricardo Della. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no ‘Jornal Nacional. In: El País. Dia 29 de agosto de 2018. Disponível em:’ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em: 15 abr. 2023.

CONSUN repudia desligamento da Andifes anunciado por Bulhões e outros reitores interventores. **ANDES/UFRGS**, 2 ago. 2021. Disponível em: <https://andesufrgs.org.br/2021/08/02/consun-repudia-desligamento-da-andifes-anunciado-por-bulhoes-e-outros-reitores-interventores/> Acesso em: 3 jan. 2023.

COSTA, Camila Furlan. **A Universidade pública e o padrão dependente de educação superior**: uma análise da articulação entre as políticas públicas de ampliação do acesso e de incentivo à inovação. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2018c.

COSTA, Camila Furlan; GOULART, Sueli. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cadernos Ebape.BR**, vol. 16, núm. 3, pp. 396-409, 2018 <https://www.redalyc.org/journal/3232/323257351007/html/>

COSTA, Gilmaisa Macedo. Ontologia e linguagem. In. ALCÂNTARA, Norma; JIMENEZ, Susan (Org.). **Anuário Lukács 2018**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018b. anuariolukacs.com.br/wp-content/uploads/2021/08/IL-ANUARIO_LUKACS_2018.pdf

COSTA, Luiz Rosalvo. Ideologia, forças produtivas e processos de significação: a palavra selfie como signo ideológico. **Alfa, rev. linguíst.** (São José Rio Preto), São Paulo, v. 61, n. 1, p. 35-53, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942017000100035&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 29 abr. 2021.

COSTA, Gilmásia Macedo da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**. Quadrienal n.9, abr/maio/jun/julh, Maringá-PR, 2006.

COSTA, Rodolfo. Qual é o tamanho da ala ideológica do governo após a saída de Ernesto Araújo. In: **Gazeta do Povo**, 7 de abril de 2021a. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/ala-ideologica-governo-bolsonaro-ernesto-araujo>. Acesso em 21 de julho de 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior da república Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

_____. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3ª Ed. Editora: Unesp Fundação. São Paulo, 2007. (Livro eletrônico, sem paginação).

COVID-19 no Brasil. **Saúde.gov.br**, s.d. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 3 jan. 2023.

DAGNINO, Renato. A relação universidade-empresa no Brasil e o “Argumento da Hélice Tripla”. **Revista Brasileira de Inovação**, vol. 2, n. 2, julho / dezembro, 2003. Pp. 267-307.

DAL PAI, Raphael, **Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo**, dissertação de Mestrado em História, Unioeste. 2017.

DEL ROIO, Marcos, 2020a Gramsci e Togliati diante do fascismo, **Crítica Marxista**, nº 50, pp. 103-109.

_____, 2020b Gramsci y el fascismo: una lectura desde el presente de America Latina, **Catáasis**, nº 2, pp. 16-19. Disponível em: <http://iealc.socials.uba.ar/wp-content/uploads/sites/57/2020/04/Revista-Catarsis-N%C3%BAmero-2-versi%C3%B3n-digital.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

D'AGOSTINO, Rosanne; OLIVEIRA, Mariana. Por 6 votos a 5, STF muda de posição e derruba prisão após condenação na 2ª instância. In: **G1**. 7 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/por-6-votos-a-5-stf-muda-de-posicao-e-derruba-prisao-apos-condenacao-na-2a-instancia.ghtml>. Acesso em: 6 de set. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Ações Afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Rev. Bras. Educ.**, n. 29, 2005, pp. 164-176.

DUPLA ataca escola em Suzano, mata oito pessoas e se suicida. **G1**, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/03/13/tiros-deixam-feridos-em-escola-de-suzano.ghtml>. Acesso em 3 jan. 2023.

DICIONÁRIO popular. **Thug Life**, s.d. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/thug-life/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 164-176, 2005.

DUMÈNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo na história do capitalismo**. 2008-2011, os dois primeiros atos, 2011. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2011n.htm>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. Neofascismo, neoliberalismo e direito do trabalho no governo Bolsonaro. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: link para o artigo.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

EMPRESÁRIO Luciano Hang ataca universidades federais... **TV Cachoeira Novo Tempo**, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IolbKJkAwHM>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ENSINO à distância começa a superar o alcance do presencial. **ABMES**, 14 set. 2022. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4792/ensino-a-distancia-comeca-a-superar-o-alcance-do-presencial>. Acesso em: 3 jan. 2023.

EDUCAÇÃO poderá convocar Weintraub para explicar nomeação... **Câmara dos Deputados**, 8 out. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/596232-EDUCACAO-PODERA-CONVOCAR-WEINTRAUB-PARA-EXPLICAR-NOMEACAO-DE-REITORES-DE-FEDERAIS>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ESCOLA SEM PARTIDO, Perguntas e Respostas - **Escola Sem Partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org>. Acesso em: 15 de abril 2022.

ESTADAO Conteúdo. Centrão entra na Educação e enfraquece Weintraub. In: *O Popular*. 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://opopular.com.br/politica/centr-o-entra-na-educac-o-e-enfraquece-weintraub-1.2055058>. Acesso em 22 fev. 2022.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; Gonçalves, Leonardo (orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções**. Rio Grande-RS: Ed. da FURG, 2019a. 186 p. pp 83-120

_____. O caráter histórico da pesquisa em educação. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-14, 2019b. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em 15 abril 2020.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. In: **Estudos Avançados**, 31, 2017.

FASUBRA. **Educação mostra poder de força e resistência e leva milhares às ruas**. 2019a. Disponível em: <https://fasubra.org.br/geral/educacao-mostra-poder-de-forca-e-resistencia-e-leva-milhares-as-ruas>. Acesso em: 22 de julho 2022.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo. Expressão Popular, 2020.

_____. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo : Globo, 2010.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernand de. Apresentação. In: FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernand de (org.). **A crise financeira internacional: origens, desdobramentos e perspectivas**. São Paulo: Eitorial Unesp, 2012.

FERRAZ, Ricardo. Presença de militares em cargos civis dispara sob Bolsonaro, revela estudo. **Revista Veja**, maio 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/presenca-de-militares-em-cargos-civis-dispara-sob-bolsonaro-revela-estudo/> Acesso em 13 de jun. 2022.

FERREIRA, Paula. Matrículas em universidades federais aumentaram 59,1% em uma década. **O Globo**, 23 out. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/matriculas-em-universidades-federais-aumentaram-591-em-uma-decada-24707824>. Acesso em 3 jan. 2023.

FERREIRA, Ronaldo Ribeiro. Para além do negacionismo: uma proposta de análise do discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia de Covid-19. In: **Anais do 30º Encontro Anual da Compós**, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/para-alem-do-negacionismo--uma-proposta-de-analise-do-discurso-de-jair-bolsonaro-sobre-a-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FIGARO, Roseli. A base ontológica das categorias comunicação e trabalho: uma discussão sobre os conceitos. In: **Congresso Ibero-Americano de Comunicação**, 14, 2015, São Paulo. Anais. Ibercom, 2015.

_____. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. **Galáxia** (São Paulo), n. 39, pp. 177-189, 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014. p. 179-206

FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 87-147

FIRMIANO, Frederico Daia. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. In: Estudos: sociedade e agricultura. 28 (2) • 364-387 • jun. a set. 2020.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado**. A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

_____. Grande Imprensa e Ultraliberalismo: Veto ao Debate e Impactos Locais. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXIX, 2006, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: Intercom, 2006.

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro – o proto-fascismo. Por: Virgínia Fontes 8 janeiro, 2019. Esquerda online.

FOLHA de S. Paulo. **Brasil ultrapassa Europa e se torna líder em empresas juniores no mundo.** 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2016/06/1752850-brasil-ultrapassa-europa-e-se-torna-lider-em-empresas-juniores-no-mundo.shtml>. Acesso em: 15 abril 2022.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 229-243, Dec. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira** / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário** – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 13, Nº 20/2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto Editora. 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. A ideologia da Marilena Chauí. In.: GENRO, Filho. **Marxismo, filosofia profana.** Porto Alegre, Tchê, 1986. pp. 82-103. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/bibt/t193-03.htm>. Acesso em 2 de abril de 2022.

GENTILE, Fabio. Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea. In: In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. Giro à direita: análises e perspectivas sobre o campo liberal-conservador. Sobral – CE: Sertão Cult, 2020.

GERALDES, Ellen et al (Org.) **Comunicação e ciência na era covid-19.** São Paulo: Intercom, 2021.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de ensino superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador.** Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONÇALVES, Laryssa Érika Queiroz; GONÇALVES, João Batista Costa; GUEDES, Indira Lima. A perspectiva Bakhtiniana para o estudo do signo ideológico em textos verbo-visuais: uma análise da capa da revista Veja C&S – **São Bernardo do Campo**, v. 37, n. 2, p. 159-181, maio/ago. 2015

GOVERNO anuncia medidas de combate à pandemia de coronavírus. **Câmara dos Deputados**, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/646385-governo-anuncia-medidas-de-combate-a-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GREGÓRIO, Jose Renato Bez de. Contrarreforma da educação superior no governo Lula da Silva. Ver a Educação, v. 12, n. 1, p. 29-64, jan./jun. 2011

GREGÓRIO, José Renato Bez de. O papel do Banco Mundial na contra reforma da educação superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o REUNI. Trabalho Necessário, ano 10, número 14 -2012.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.1 18, p.2 47-268, 2003.

HABERMAS, Junger. A Idéia da Universidade: Processos de Aprendizagem. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v.74, n. 176, p. 111 -130, jan./abr. 1993. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1127/866>. Acesso: 15 abril 2021.

HALL, Stuart. A ideologia e a teoria da comunicação. In: **Matrizes**. V.10, nº 3, set/dez, 2016. pp. 33-46

HARVEY, David. **O enigma do capital: as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IASI, Mauro. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: **Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente**. Universidade Federal Fluminense, 2015.

IBGE. Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país. **Agência IBGE** – Notícias. 25 de maio de 2007. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais>. Acesso em: 6 de set. de 2023.

IBGE. **Indicador do Emprego**, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 25 de julho 2022.

_____. **Em 2021 rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012**. 2022b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 25 julho de 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2021**. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 5 abr. 2023.

INESC. **Depois do desmonte**: Balanço do Orçamento Geral da União 2022. 2023. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Depois_do_desmonte-BOGU_2022.pdf. Acesso em 15 abr. 2023.

JÚNIOR, Mario. A democracia precisa prevalecer. **SINASEFE**, 2 dez. 2020. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/a-democracia-precisa-prevalecer/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

JUSTINO, Guilherme; PIRES, Silvana. Possibilidade de Bolsonaro escolher terceiro colocado da lista tríplice para reitor causa alvoroço na UFRGS. **GZH**, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://gauchanzh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/08/possibilidade-de-bolsonaro-escolher-terceiro-colocado-da-lista-triplice-para-reitor-causa-alvoroco-na-ufrgs-cke3jf2ah000j013gdnifcj39.html>. Acesso em 3 jan. 2023.

KENJI, Allan; EVANGELISTA, Olinda. Reforma universitária no governo Lula: o que queriam os industriais? **Trabalho Necessário** Ano 14, Nº 23/2016. pp. 67-93 www.uff.br/trabalhonecessario;

KENJI, Allan. ‘O que está em jogo com o ReUni Digital é o próprio significado daquilo que chamamos de universidade brasileira’. Entrevista concedida a Erika Farias. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, 18 out. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-que-esta-em-jogo-com-o-reuni-digital-e-o-proprio-significado-daquilo-que>. Acesso em 3 jan. 2023.

KOCHHANN, Luiz Eduardo. MEC autoriza abertura do primeiro curso de Psicologia EAD do Brasil. **Desafios da educação**, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/mec-psicologia-ead/>. Acesso em 3 jan. 2023.

DISCURSO DE POSSE. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro... **Folha de S.Paulo**, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2023

LÊNIN, Vladimir I. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas, SP: FE Unicamp, 2011.

LENZ, Cristiane. Relações entre signo e ideologia na leitura materialista de Bakhtin/Volochínov. **Migulim**. Revista Eletrônica do Netlli | V.3. N.3, JUL-DEZ. 2014, p. 15-27.

LÖWY, Michael; Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. Giro à direita: análises e perspectivas sobre o campo liberal-conservador. Sobral – CE: Sertão Cult, 2020.

LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, out.-dez. 2012

_____. Crise universitária, crise do capital. In: SANTANA, Marco Aurélio (org.). Dossiê: A universidade em crise- dilemas, desafios e perspectivas. **Margem Esquerda** – ensaios marxistas, nº 25. São Paulo: Boitempo Editorial. 2015b. Pp.27-35

_____. Darcy Ribeiro e a universidade (cada vez mais) necessária. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 145-153, jul/out 2017.

_____. Autonomia universitária e liberdade acadêmica. **Revista contemporânea de educação**. V. 14, n. 29, jan/abr. 2019.p. 208-226.

_____. Universidade brasileira: reforma ou revolução. Atualidade de uma obra fundamental. In: FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo. Expressão Popular, 2020b.

_____. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educ. Soc.** 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.241425>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

LIMA, Kátia. Capitalismo dependente e reforma universitária consentida: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: 28 Reunião Anual da ANPEd, 2005, Caxambu. **Anais da 28 Reunião Anual da ANPEd**, 2005.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Destruição da Razão**. São Paulo : Instituto Lukács, 2020.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas, categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCIANO Schuch deve ser o novo reitor... **Sul 21**, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/educacao/2021/08/luciano-schuch-deve-ser-o-novo-reitor-da-universidade-federal-de-santa-maria/>. Acesso em: 3 jan. 2023

POSSAMAI, Tamiris; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da. Programas Future-se e Reuni Digital como ofensivas neoliberais sobre as Instituições Federais de Ensino. In: Revista Educação e Políticas em Debate – v. 12, n. 1, p. 475-495, jan./abr. 2023.

PEREIRA, Rodrigo Acosta; BRAIT, Beth. Revisitando o estudo/estatuto dialógico da palavra-enunciado. **Ling. (dis)curso**, Tubarão , v. 20, n. 1, p. 125-141, abr. 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322020000100125&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 29 abr. 2021.

MAPA da vacinação contra Covid-19 no Brasil. G1, s.d. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARQUES, Silvio C. M. Questões filosóficas decorrentes das traduções das Teses sobre Feuerbach. **Crítica Marxista**, n.35, p.131-151, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. *Perseu*. Nº 18, Ano 13, 2019, p. 167-193.

MARINI, Rui Mauro. La pequeña burguesía y el problema del poder. In: MARINI, Rui Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución**. Estudios sobre Chile. Ediciones Era, Serie Popular, México, 1976.

_____. Dialéctica de la dependencia. In: **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. p. 107-149. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>. Acesso em 18 de mar. 2022.

MARTINS, Carlos Benito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo : Boitempo, 2007

MARX, Karl. Marx sobre Feuerbach [Com alterações de Engels, 1888]. In: MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo : Boitempo, 2007

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica do Fascismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MATIAS, Glauber Rabelo. Aspectos do Evolucionismo Antropológico em O Processo Civilizatório de Darcy Ribeiro. **Revista Urutágua** - revista acadêmica multidisciplinar, n. 15 – abr./mai./jun./jul., 2008, Maringá – PR.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial. 2020.

MELO, Demian B.. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. In: Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019, Niterói. Anais do Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019. v. 1. p. 1-11.

MEC libera 40% de ensino a distância para cursos da área de saúde e engenharias. Estadão, 12 dez. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/mec-libera-40-de-ensino-a-distancia-para-cursos-da-area-da-saude-e-engenharias/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MEC. ReUni Digital - Plano de expansão da EaD nas universidades federais. Brasília: Ministério da Educação e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, v. 4, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/pdf/reuni-digital-volume_04_17-05-22.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

MEC. Nota técnica N° 437/2011, 26 set. 2011. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/nota_tecnica_mec_43720200607154328.PDF. Acesso em: 3 jan 2023.

MEJ. Conheça o Mej - **Movimento Empresa Junior (MEJ)**. Disponível em: <https://brasiljunior.org.br/conheca-o-mej>. Acesso em: 25 julho 2022.

MELO, Karine. Em sessão virtual inédita, Senado aprova decreto de calamidade pública. **Agência Brasil**, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-03/em-sessao-virtual-inedita-senado-aprova-decreto-de-calamidade-publica>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA. **Comércio Exterior e Serviços. Exportações do Brasil em 2021**. [2021]. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/exportacao/exportacoes-no-brasil/>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

MIRANDA, João Elter, MBL: a patrulha ideológica da burguesia, **Esquerda On Line**, São Paulo, <https://tinyurl.com/dfektbcf>. 2019

_____. **A patrulha ideológica da burguesia**: a atuação do partido Movimento Brasil Livre na construção do golpe de 2016. 2021. 624 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

MISOCZKY, M. C.; ABDALA, P. R. Z.; DAMBORIARENA. L. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. **Administração Pública e Gestão Social**, 9(3), jul.-set., 2017, 184-193

MORTARI, André Dias. **A construção cotidiana da greve na UFRGS**: O movimento contra as reformas no final de 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2017.

MOURA, Fernanda. **“Escola sem Partido”**: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História, dissertação em Ensino de História, UFRJ. 2016

MUNIZ, Celina Rodrigues. O signo linguístico em Bakhtin. **Educação em debate**. Fortaleza, ano 21, v. 1, nº 39, pp. 70-76, 2000.

NARCIZO, Bruno. ‘Como faz para um investidor olhar para um ministro da educação desse?’, diz Maia sobre Weintraub. **Folha de S.Paulo**, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/como-faz-para-um-investidor-olhar-para-um-ministro-da-educacao-desse-diz-maia-sobre-weintraub.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2023.

NEVES, Lucia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OCDE [ORGANISATION DE COOPERATION ET DE DEVELOPPEMENT ECONOMIQUES]. **Education at a Glance 2017**. OECD Indicators. Paris: OCDE Publishing Paris, 2017. Disponível em: <https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/eag-2017-en.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

OLB. O orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: 22 anos de avanços e retrocessos. Observatório do Legislativo Brasileiro. Disponível em: <https://olb.org.br/ciencias-sociais-articuladas-o-orcamento-da-educacao-ciencia-e-tecnologia-no-brasil-22-anos-de-avancos-e-retrocessos>. Acesso em: 15 abr. 2023.

OLIVEIRA, Elida. Debandada da Capes já soma 80 pesquisadores e expõe queda de braço por novos cursos de pós. **El país**, 1º dez. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-12-01/debandada-da-capes-ja-soma-80-pesquisadores-e-expoe-queda-de-braco-por-novos-cursos-de-pos.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. **UNA-SUS**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 3 jan. 2023.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OUTRAS PALAVRAS. **Desigualdades no mundo: novo mapa das desigualdades**. [2021]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global/>. Acesso em: 22 de julho 2022.

PACHECO, Lorena. Entidades entram na Justiça devido a cancelamento de vestibular para trans. **Correio Braziliense**, 9 ago. 2019. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/08/09/interna-ensinosuperior-2019,776355/entidades-entram-na-justica-devido-a-cancelamento-de-vestibular-para-t.shtml. Acesso em: 3 jan. 2023

PALLUDETO, Alex. **Crise e capitalismo contemporâneo: uma revisão das interpretações marxistas da Grande Recessão (2007-2009)**. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PARKER, Marcelo. **Visibilidade, deliberação e afetos: comunicação e política nas ocupações da UFRGS em 2016**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, 2018.

PASSARELI, Hugo. “Ideia de universidade para todos não existe”, diz ministro da Educação. In: **Valor**, 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em 21 de julho de 2022

PAULANI, Leda Maria. Economia e Retórica: o capítulo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 3-22, jan-mar, 2006.

_____. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PATSCHIKI, Lucas. **Os litorais da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)**. 2012. 419 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

PEREIRA, Rafael Gomes Nogueira. **Darcy Ribeiro: uma interpretação evolucionista da América Latina**. Temporalidades – Revista de História, edição 30, v. 11, n. 2, mai./ago. 2019.

PEREZ, Davi Machado. A via não clássica de revolução burguesa e desenvolvimento capitalista no Brasil: polêmicas e superações. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.2 – 2020

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PF deflagra a segunda fase da Operação Torre de Marfim. **Polícia Federal**, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/06-noticias-de-junho-de-2020/pf-deflagra-a-segunda-fase-da-operacao-torre-de-marfim>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PIMENTEL, Thais. Ex-ministro Weintraub é condenado pela Justiça em MG por dizer que universidades fabricam drogas e cultivam maconha. **G1**, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/04/ex-ministro-weintraub-e-condenado-pela-justica-em-mg-por-dizer-que-universidades-fabricam-drogas-e-cultivam-maconha.ghtml>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PINHEIRO, Camila Mendes. **O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o princípio de gestão democrática na Constituição Federal de 1988**. 2015. 234 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124369>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

PINTO, Alvaro Vieira. **A questão da universidade**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PIRES, Breiller. Ministro Decotelli cai por maquiar currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação. **El País**, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiar-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

PLANO DE GOVERNO. **O caminho da prosperidade**, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

POMAR, Valter. As Forças Armadas, o golpismo e Bolsonaro. In Buzetto, Marcelo (org.). Democracia e direitos humanos no Brasil : a ofensiva das direitas [2016/2020] / CUT - Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, organizador Marcelo Buzetto. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2021.

PONTES, Felipe Simões. O conceito de ideologia na teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho. In: **Galáxia**, São Paulo, n. 32, maio-agosto, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-25542016223601>. Acesso em 22 dez. 2021.

PROJETO DE NAÇÃO – Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices SAGRES – Políticas e Gestão Estratégica Aplicadas. Instituto Villas Boas. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/ebooks/PROJETO%20DE%20NA%C3%87%C3%83O%20-%20Vers%C3%A3o%20Digital%2019Mai2022.pdf>. Aceso em 18 de nov. 2022.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In: **O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional**: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

_____. Un ensayo sobre la depravación total: Nuevo neoliberalismo académico y capitalismo ‘por posesión’. In: **Izquierda em debate**. n. 14, Bogotá, Colômbia, Agosto, 2011.

_____. ¿Un Nuevo Neo-liberalismo? Emprendimiento y Nueva Administración de lo público. **Revista Administración & Desarrollo**, Bogotá, n. 49, pp. 7-39, 2008.

PUGLIA, Leonardo. Gramsci e os Intelectuais de Direita no Brasil Contemporâneo, **Teoria e Cultura**, Vol. 13, nº 2, pp. 40-54. 2018.

REDAÇÃO. MEC recua e suspende autorização para Psicologia EAD. *Desafios da educação*. 18 jul. 2022. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br/mec-suspende-psicologia-ead/>. Acesso em 3 jan. 2023.

REITOR deixa cargo como campeão de impopularidade. *Estadão*, 3 mar. 2002. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/reitor-da-ufrj-deixa-cargo-como-campeao-de-impopularidade/>. Acesso em 3 jan. 2023

REITOR da UFRGS: Bibó Nunes diz que Bolsonaro... *Jornal do Comércio*, 10 set. 2020. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/09/756167-reitor-da-ufrgs-bibo-nunes-diz-que-bolsonaro-vai-nomear-terceiro-nome-da-lista.html. Acesso em 3 jan. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo civilizatório**: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sócio-cultural. 9. ed. -Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

_____. **A Universidade necessária**. Editora Terra e Paz. Rio de Janeiro, 1969.

RIBEIRO, Adelia Miglievich; MATIAS, Glauber Rabelo. A universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. *Ciências Sociais Unisinos*. Setembro/dezembro, 2006. (p. 199-205).

RIBEIRO D. B.; OLIVEIRA, E. F. A.; DENADAI, M. C. V. B.; GARCIA, M. L. T. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *Rev katálysis*. 2020, pp.: 548–61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p548>. Acesso em 6 de set. 2023.

RODRIGUES, Fabiana Cássia. Florestan Fernandes e a educação pública na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). *Pro-Posições*, 33, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0115>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

RYFF, Luiz Antônio; TORRES, Sergio. Nomeação de reitor vira guerra política no RJ. *Folha de S.Paulo*, 16 jul. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff16079816.htm>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ROLSSING, Carlos. Parlamentares bolsonaristas sustentaram nomeação de Bulhões à reitoria da UFRGS. *GZH*, 16 set. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/09/parlamentares-bolsonaristas-sustentaram-nomeacao-de-bulhoes-a-reitoria-da-ufrgs-ckf5vknj8001v014vd6odfdnq.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ROSA, Rui Namorado. **Ensino superior**: a reforma ditada pela União Européia. 2003. Disponível em: http://resistir.info/rui/educacao_ameacada_5.html Acesso em 14 de fev. de 2023.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise *no* Neoliberalismo ou Crise *do* Neoliberalismo? *Crítica e Sociedade*, v. 1, n. 3, Edição Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 85-95, dez. 2011.

SALDAÑA, Paulo. Milton Ribeiro protelou enviar à PF apuração de fraude em entidade ligada a pastores aliados. *Folha de S.Paulo*, 9 mai. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/05/milton-ribeiro-protelou-enviar-a-pf-apuracao-de-fraude-em-entidade-ligada-a-pastores-aliados.shtml>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SALLES, João Carlos. Contra o Reuni Digital. **Universidade Federal da Bahia**, 23 jun. 2021. Disponível em: https://ufba.br/ufba_em_pauta/contra-o-reuni-digital. Acesso em: 3 jan. 2023.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Crise capitalista e colapso da Nova República. In: SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. PERRUSO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Marinalva Silva. O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

SANTOS; Cleidijane Siqueira; COSTA, João Bosco Araújo da. As emendas constitucionais 95/2016, 106/2020 e 109/2021: Inter-relações com o endividamento público e as políticas sociais. **Inter-Legere**, Vol. 4, n. 31, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/download/25685/14340/84049>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SANTOS, José Whellison Brito dos. O fascismo no Brasil contemporâneo e o Estado de contrainsurgência. *Argum.*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 83-95, maio/ago. 2021

SANTOS, Teotônio dos. Socialismo e Fascismo na América Latina hoje. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. UnB, v. 12, n. 1, 2018.

SARTORI, Caio. Em livro, Villas Bôas diz que tuíte na véspera de julgamento de Lula foi planejado com o Alto Comando. In: **Estadão**. 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-livro-villas-boas-diz-que-tuite-na-vespera-de-julgamento-de-lula-foi-planejado-com-alto-comando,70003613912>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

SAWAYA, Rubens R. Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial? **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 53-70, 2009.

SBPC. MCTIC flexibiliza prioridades na Portaria 1.122/2020 após demanda da comunidade científica. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 31 mar. 2020. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/mctic-flexibiliza-prioridades-na-portaria-11222020-apos-demanda-da-comunidade-cientifica/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SCHOLARS at risk. **Free to think**, 2019. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SCHOLARS at risk. **Free to think**, 2020. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/11/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2020.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SCHOLARS at risk. **Free to think**, 2021. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/resources/free-to-think-2021/#brazil>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SCHOSSLER, Alexandre. “Alemanha acima de tudo”, um verso e um passado sombrio. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-acima-de-tudo-um-verso-e-um-passado-sombrio/a-46002358>. Acesso em 20 jun. 2023.

SEABRA, Raphael Lana. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Sociedade e Estado**, vol. 34, núm. 1, pp. 261-283, 2019 Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3399/339965070011/html/> Acesso em: 28 fev. 2021.

SENADO Federal. **Perde eficácia MP que mudava eleição de reitoras de universidades federais.** 2020a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/02/perde-eficacia-mp-que-mudava-eleicao-de-reitores-de-universidades-federais>. Acesso em: 21 de julho 2022.

_____. **Davi Alcolumbre devolve MP que permitia ao governo indicar reitores sem eleição.** 2020b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/06/davi-alcolumbre-devolve-mp-que-permitia-ao-governo-indicar-reitores-sem-eleicao>. Acesso em 21 de julho de 2022.

_____. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativa para ajudar os mais pobres.** 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 15 abril 2022.

SILVA, Danielle Sousa; LEITE, Francisco de Freitas. O subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato no Círculo de Bakhtin. Miguilim – **Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 2, n. 2, p. 38-45, ago. 2013.

SILVA, Laurinete; CANTALICE, Luciana; BRETTAS, Tatiana; CLOSS, Thaísa. Luta de classes no Brasil e a ofensiva burguesa em tempos de golpes na América Latina. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 6-16, jan./jun. 2022.

SILVA, Camila da. Após 30 anos em alta, matrículas em universidades federais caem pela primeira vez. In: **Carta Capital**, 16/2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/apos-30-anos-em-alta-matriculas-em-universidades-federais-caem-pela-primeira-vez/>. Acesso em 18 de mar. 2023.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Número de bolsas para pesquisas científicas cai 17,5% na gestão Bolsonaro. **Portal UOL**, 22 abr. 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/04/22/bolsas-de-pesquisa-educacao-cnpq-capes-governo-bolsonaro-dilma-temer.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SOUZA, Rafael B. R. de. Instiván Mezàros como teórico da comunicação: elementos para pensar as mídias em tempos de crise do capital. **Revista Comunicação Midiática** (online). Bauru, SP. V. 11, n. 2, p. 142-155, 2016.

STF confirma suspeição de Sergio Moro... **Supremo Tribunal Federal**, 23 jun. 2021a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468086&ori=1>. Acesso em: 3 jan.

STF mantém regras para a escolha de reitores das universidades federais. **Supremo Tribunal Federal**, 10 nov. 2021b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=474572&tip=UN>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SUZUKI, Shin. Ministro da Educação atribui 'dificuldade extra' no orçamento a decisão do Congresso; cortes são 'opção política', dizem deputados. **G1**, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/10/ministro-da-educacao-atribui-dificuldade-extra-no-orcamento-a-decisao-do-congresso-cortes-sao-opcao-politica-dizem-deputados.ghtml>. Acesso em: 3 jan. 2023.

TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.13 N.2 2019.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TREVISOL, Joviles Vitório; GARMUS, Ricardo. O princípio da autonomia na universidade brasileira: sentidos em disputa. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.** - v. 37, n. 1, p. 307 - 326, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/105947/61620>. Acesso em: 28 fev. 2021.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Lua Nova** (48) • Dez 1999 – Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000300006>. Acesso 25 janeiro 2021.

TOKARNIA, Marina. Maioria das universidades federais retoma aulas remotas após suspensão. **Agência Brasil**, 4 out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/maioria-das-universidades-federais-retoma-aulas-remotas-apos-suspensao#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20portal,Outras%20duas%20est%C3%A3o%20funcionando%20parcialmente>. Acesso em: 3 jan. 2023.

TV GLOBO. MEC diz que bloqueio de 30% na verba vale para todas as universidades e institutos federais. 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-diz-que-bloqueio-de-30percent-na-verba-vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.ghtml>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

UFSC. Cinco anos sem Cancellier: o legado de uma vida interrompida. Notícias da UFSC. 3/10/2022. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2022/10/cinco-anos-sem-cancellier-o-legado-de-uma-vida-interrompida/>. Acesso em: 22 de maio 2023.

UFDPAR integra missão da AFEBRAS em reunião no MEC... **Universidade Federal do Delta do Paranaíba**, 13 out 2022. Disponível em: <https://ufdpar.edu.br/ufdpar/noticias-1/ufdpar-integra-missao-da-afebras-em-reuniao-no-mec-sobre-manutencao-de-orcamentos-e-ampliacao-de-investimentos>. Acesso em: 3 jan. 2023.

UFMG desmente ministro da educação sobre “drogas sintéticas”. **Brasil de Fato**, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatogm.com.br/2019/11/26/ufmg-desmente-ministro-da-educacao-sobre-drogas-sinteticas>. Acesso em: 3 jan. 2023

UNE. **Terceiro tsunami da educação leva 100 mil a Paulista e 1,5 milhão no país.** 2019. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/terceiro-tsunami-da-educacao-leva-100-mil-a-paulista-e-15-mil-milhao-no-pais>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

VASCONCELLOS, Caio. De Adorno a Marx: política e fetichismo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 52, set-dez 2019, p. 220-239.

VALLE, Vinicius do. Bolsonarismo: formação e lógicas de atuação. In Marcelo Buzetto. *Democracia e direitos humanos no Brasil: a ofensiva das direitas [2016/2020] / CUT - Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, organizador Marcelo Buzetto. – São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2021.*

VIANA, Natália; FISHMAN, Andrew; SALEH, Maryam. Como a Lava Jato escondeu do governo federal visita do FBI e procuradores Americanos. In: **A pública**. 12/32020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/como-a-lava-jato-escondeu-do-governo-federal-visita-do-fbi-e-procuradores-americanos>. Acesso em 6 set. 2023.

VILLAS BOAS, General. Tweet do @Gen_VillasBoas dia 3 de abril de 2018. Disponível em: https://twitter.com/gen_villasboas/status/981315174660485122. Acesso em: 22 de abril de 2022.

XAVIER, Vitor Hugo. Mais de 60% das universidades federais fazem consulta paritária. **ASSUFRGS**, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www.assufrgs.org.br/2020/06/15/mais-de-60-das-universidades-federais-fazem-consulta-paritaria/>. Acesso em 3 jan. 2023.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 12ª ed., 2006.

WEISSHEIMER, Marco. ‘Se não houver uma reação forte da sociedade, cenário tende a se agravar’, alerta Procurador. **Sul 21**, 12 ago. 2019. Disponível em: https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2019/08/se-nao-houver-uma-reacao-forte-da-sociedade-cenario-tende-a-se-agravar-alerta-procurador/. Acesso em: 3 jan. 2023.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

APÊNDICE A

Resumo das posições das Universidades, individuais e em conjunto, sobre a Minuta do Projeto Future-se, tendo por base os links disponibilizados pela Andifes, com complementação nos sites das universidades.

FURG: Em notícia no site, universidade manifesta preocupação com a manutenção do caráter público das IFES. Há referência à participação da comunidade nas discussões, sendo destacadas as contribuições da reitora e do vice-reitor. Entre os pontos referidos estão a estabilidade do financiamento e a modalidade de gestão propostas, via Organização Social. O documento é crítico ao Future-se e encaminha para a defesa do caráter público do Ensino Superior.

UFPI: Apresenta estudo sobre os eixos da proposta do Future-se, destacando, em cada ponto, a situação atual da universidade, o que propõe o programa e proposta de o que poderia ser feito para melhorar a dinâmica de ensino, extensão, pesquisa, inovação e internacionalização. O documento mostra indícios de que recolheu contribuições da comunidade e propõem-se como peça de debate. Entre os pontos criticados, está a gestão por OS, projetando um “cenário duvidoso” para as IFES, direcionando seu destino à dinâmica de mercado. Aparecem críticas ao repasse do patrimônio à OS, à interferência que o modelo vai gerar na autonomia universitária, bem como a não consideração por parte do Future-se sobre a diversidades de áreas do conhecimento, sendo que por sua natureza crítica as Humanidades e Ciências Sociais não atrairiam investimentos privados. “O modelo proposto pelo Future-se pode não garantir de forma abrangente a autonomia financeira para a pesquisa e inovação das IFES, dada a escala dos fundos de financiamento e os limites de capacidades para geração de receitas próprias”.

UFABC: Apresenta moção de repúdio do Conselho Universitário rejeitando a proposta. O documento destaca que a fonte de recursos para manutenção das IFES deve ser sustentável, bem como a necessidade de repasse de recursos urgentes, dada a situação que se encontram as IFES. O Future-se, aponta o documento, não traz um diagnóstico preciso das universidades brasileiras e o papel que vêm desempenhando. São criticados vários pontos, como a gestão por OS, com caráter privado, a preocupação com a possível venda e aluguel de imóveis das universidades e a cessão de servidores para a Organização Social, que abriria as portas para maior terceirização das atividades. A moção informa que vários dos temas

propostos já são contemplados atualmente pelas IFES, como a relação com as empresas, enfatiza o Marco Legal de Ciência e Tecnologia. A universidade destaca a preocupação de que o projeto seja implantado via Medida Provisória, enfatizando a necessidade de discussão no Congresso Nacional, que tem trabalhado para recompor o orçamento das universidades. “Defendemos que os quadros de docentes e técnicos administrativos das universidades sejam contratados via concurso público com garantia de estabilidade, a única forma de evitar aparelhamentos dessas instituições por grupos majoritários do momento e de preservar a necessária autonomia para o exercício de suas atividades acadêmicas e administrativas; ainda que tais atividades contrariem interesses dos governos de plantão.”

UFAL: Notícia da rejeição do projeto pelo Conselho Universitário, como ponto culminante de um processo de discussão que ocorreu na universidade. Conforme o relato, que destaca a fala da reitora da instituição, houve grande participação da comunidade na tomada de decisão. O documento que embasou a decisão argumenta que os eixos propostos pelo programa já são desenvolvidos pela UFAL, não havendo necessidade das mudanças trazidas pelo programa. Reforça a necessidade imediata de recursos para a garantia de funcionamento das IFES até o final daquele ano. A proposta ocorre no contexto da EC 95, que limita os recursos das universidades, possibilitando a redução do financiamento estatal. Critica ainda formulação sem envolvimento das universidades, levando à preocupação quanto à autonomia, gestão e financiamento. “Apresenta inseguranças jurídicas e aspectos de inconstitucionalidade, além de expor pontos estruturantes de desmonte da autonomia das universidades públicas e da responsabilidade do Estado quanto ao seu financiamento.” [...] Seguimos defendendo o Financiamento Público Estatal para as universidades públicas como principal fonte de recursos. Isso não significa cessar a discussão sobre outras fontes de financiamento para a universidade – desde que preservado o princípio da gratuidade da universidade pública.”

UFBA: Artigo do reitor da universidade em que aborda as razões que levaram o conselho a rejeitar por unanimidade a proposta do Future-se. O texto refere a amplos debates da comunidade, em várias instâncias, processo que culminou na decisão do conselho. “Programa Future-se ameaça a universidade pública, pois (1) atenta contra sua autonomia, (2) indica descompromisso do Estado com o financiamento público da educação superior e, enfim, (3) sendo inepto como solução, agride a plenitude, a integridade e a unidade de cada instituição universitária, bem como do inteiro sistema de ensino superior federal”, aponta o reitor. O reitor observa a inconstitucionalidade do conjunto da proposta, em relação ao preceito do artigo 207 da CF. Mudanças da primeira para segunda versão foram no sentido de

suavizar o texto, não o conteúdo, assim é a retirada da necessidade de OS, e a mudança de contrato de adesão para participação e de gestão para desempenho. Destaca o abandono do preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, empobrecendo o fazer da universidade. O próprio termo “empreendedorismo” no projeto é visto de uma forma rebaixada ao financeiro e privado, enquanto a UFBA apresenta uma noção sustentada em princípios público e do ensino gratuito. “O conceito de empreendedorismo, o termo mais utilizado no documento, não trata a educação como bem público e gratuito, colocando-a como um caráter de mercadoria comercializável”. O tratamento dispensado às universidades é o de repartição pública, sem considerar suas características fundamentais. O reitor aponta eixos críticos do projeto: a unilateralidade, favorecendo um dos pilares da universidade em detrimento dos demais; a restrição à autonomia das universidades; descumprimento do financiamento estatal no longo prazo; preferência do interesse privado ao interesse público.

UFC: Notícia no site da Instituição relata a rejeição do projeto Future-se pelo Conselho Universitário, em votação por maioria, a partir do acolhimento de proposta de estudantes, docentes e técnicos administrativos, que haviam decidido em assembleia conjunta pela rejeição da proposta. Há referência, então, à carta dos reitores do Ceará.

UFCA: Notícia de assembleia realizada pelo conjunto da comunidade acadêmica que rejeitou a proposta do Future-se. O reitor da Universidade fez a apresentação do projeto, destacando as atribuições que as Organizações Sociais poderiam ter, como gestão de imóveis da universidade, cobrança de matrículas e mensalidades de pós-graduação (especialização) e de aluguéis, a exploração de direitos e propriedade intelectual, a gestão de ganhos de capital e até a contratação de professores. A comunidade posicionou-se pela rejeição completa da proposta, considerando que a universidade não deveria negociar seus termos. Nas falas da comunidade, a notícia destaca o caráter “de cima para baixo da proposta”; a redução da educação à mercadoria; a ausência da extensão; e a entrega do patrimônio à OS. Notícia posterior traz a informação de que a proposição da assembleia foi referendada pelo Conselho Universitário, por unanimidade. Apontou a continuidade dos debates sobre a minuta do Future-se.

UFCE: Manifestação do reitor sobre o posicionamento da comunidade acadêmica de rejeição ao projeto Future-se. Segundo o dirigente, as deliberações tomadas nas unidades envolvendo estudantes, docentes e técnicos são parte do processo de decisão da Universidade, sendo encaminhadas para um grupo de trabalho que tem como função estudar o projeto. O texto aponta a existência de fragilidades legais na minuta, bem como a ausência de participação das universidades na elaboração das propostas, e a falta de referência ao PNE.

Não há, segundo o texto, garantia de financiamento estatal para as universidades, de acordo com o projeto. O reitor informa que essa posição é preliminar, que há necessidade de buscar experiências positivas e aprimorar “formas de financiamento que garantam e fortaleçam a autonomia financeira das universidades” e que a universidade seguirá debatendo o Future-se, inclusive no âmbito do Congresso Nacional.

UFCSA: Nota da Universidade relata seguidas sessões do conselho universitário para debate sobre o tema, ao emitir sua preocupação com o futuro das universidades prestar esclarecimentos à sociedade, finalizando com a posição de objeção ao projeto. Critica a não participação acadêmica na construção da proposta e os moldes da consulta pública aberta pelo governo. As preocupações da universidade avançam também sobre a necessidade detalhamento do papel da gestão privada nas instituições; argumentam que o programa não considera que seus eixos já são aplicados pelas universidades, com desempenho superior ao buscado pelo programa (internacionalização, pesquisa aplicada, inovação, relação com empresas). O documento questiona o conceito de conhecimento utilizado pelo projeto: “O que as Universidades Federais têm de mais valioso é exatamente a produção de conhecimento desvinculado do seu valor monetário e voltado para a contribuição ao bem-estar social. Teme-se que seja exatamente esse aspecto a ser afetado no caso da aprovação do programa “Future-se”.” O conselho reforça a necessidade imediata de alocação de recursos nas universidades, e defende que os recursos de captação própria devem ser complementares, sugerindo a revogação da EC 95, para que esses valores fiquem nas universidades. Cita a nomeação do primeiro da lista na escolha de reitores.

UFRR: Em nota, o Conselho Universitário manifestou a contrariedade à minuta de projeto apresentada pelo MEC, ressaltando pontos de desacordo, iniciando pelo ataque à autonomia universitária e ao princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. O conselho critica a forma de encaminhamento de um projeto de larga escala, que não envolveu as universidades; o período da consulta pública exíguo, inviabilizando a participação democrática; considera a gestão por Organização Sociais contrária ao fortalecimento da autonomia universitária; a interação com o setor privado, embora já existente ganha uma projeção de substituição do financiamento público e desconsidera desigualdades regionais; desvaloriza o trabalho dos servidores; e não fornece detalhes sobre responsabilização e riscos dos fundos de investimentos.

UFES: Emitiu um posicionamento aprovado pelo Conselho Universitário em sessão aberta que contou com a participação e intervenção da comunidade universitária. Critica a redução orçamentária decorrente da Emenda Constitucional 95 e a perspectiva trazida pelo

projeto de retirar a obrigação do Estado de financiar as universidades, transformando-as em investimentos lucrativos. O documento considera o projeto uma ameaça aos cursos novos e aos de ciências humanas e sociais. Elenca como motivo para a rejeição a defesa da autonomia universitária e da integralidade da universidade, sem discriminar áreas do conhecimento; a garantia de financiamento público para o ensino, e para bolsas de pesquisa e extensão; a garantia da preservação das carreiras de servidores e da nomeação por concurso. O documento também defende a flexibilização dos limites de captação e uso de recursos próprios. “Finalmente, é necessário realçar que o posicionamento do Conselho Universitário está pautado na defesa da universidade pública, gratuita, laica, estatal, de qualidade socialmente referenciada, pluriétnica e antirracista.”

UFG: O reitor da UFG emitiu uma nota “preliminar” sobre o Future-se, destacando a situação financeira emergencial porque passam as universidades, ponto que deveria ser resolvido antes de propostas estruturantes como a do projeto. Alerta para o desconhecimento da proposta no seu conjunto, por deixar várias lacunas e pontos ser repostas e a necessidade de debater para superar essas questões. Faz, contudo, um alerta sobre pontos inegociáveis, como a autonomia universitária, o compromisso com o PNE e o financiamento público. E finaliza defendendo um modelo de universidade pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, laica e socialmente referenciada. O conselho universitário se posicionou contrário, por meio de nota oficial, ao projeto, no estágio de minuta, em que se encontrava. O documento critica a unilateralidade de proposta, que surgiu sem prévia discussão com as universidades e desconsiderando seus processos democráticos. Questiona o momento de apresentação da medida, em que as universidades estão com 30% dos recursos contingenciados. Aponta a responsabilidade constitucional e legal da União em financiar as universidades. Considera, ainda, inegociável a autonomia universitária, recusando assinatura de contrato de gestão com OS.

UFJF: Notícia traz o relato da reunião do conselho que deliberou pela rejeição do projeto. Nas fala, houve menção a debates internos realizados nas unidades acadêmicas e pelas categorias. Os questionamentos foram desde as formulações do projeto, apontadas como mal construída, conjunto de ideias soltas, passando por críticas à gestão por OS, ao ataque à autonomia.

UFMG: Em nota oficial, o Conselho Universitário não recomenda o projeto Future-se. A documento remete ao quadro de bloqueio de 30% que as universidades se encontram e à falta de discussão prévia. Segundo o órgão da UFMG, a proposta apresentada não considera a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; propõe um tempo exíguo de discussão;

carece de clareza e de informações detalhadas. A UFMG defende a autonomia e a garantia do caráter público, gratuito e reitera a “crença irrestrita na universidade pública de excelência e relevância, como um projeto sustentável de Estado, comprometida com a sociedade e nosso país.”. O documento também aponta que “muito do que está colocado na proposta já é, há bastante tempo, executado de maneira eficiente nas IFES, em especial na UFMG, que apresenta uma ampla experiência em ações de empreendedorismo, internacionalização e inovação, implantadas pelos órgãos institucionais ou por meio de suas fundações de apoio que têm papel instrumental no apoio a ações de pesquisa, extensão, cultura e inovação.”

UFOP: Notícia relata a rejeição do Conselho Universitário à proposta do Future-se, a partir de parecer elaborado por comissão integradas pelas entidades representativas das categorias. O documento é relatado como enxuto, devido à premência do tempo, focando nos eixos apresentados pela proposta do governo, cujos encaminhamentos são criticados. A começa pela gestão por OS e transferência da autonomia universitária, o que é inconstitucional. O ponto de pesquisa é empobrecido e convertido apenas em produtos comercializáveis, desconsiderando “que a produção de ciência e tecnologia é um bem social, que impacta diretamente em melhorias da condição de vida em sociedade”. Em relação à internacionalização, o projeto não traz ampliação em relação ao já cumprido pela universidade. A reunião também destacou os cortes orçamentários em vigor, que prejudicam o funcionamento das IFES. A rejeição foi global e incluiu não entrar em minúcias do projeto para não dar a entender de que se alteradas a universidade aprovaria.

UFPA: Nota do Conselho Universitário situa o Future-se no contexto de bloqueio orçamentário e congelamento de bolsas. Aponta a necessidade de políticas públicas que resgatem as condições de financiamento, garantam a autonomia administrativa e acadêmica e a continuidade da expansão com inclusão social, com o cumprimento do PNE. Criticam a falta de discussão prévia com que o Future-se é apresentado e que o projeto representa a adequação aos interesses privados; a transferência da gestão para OS, um ataque à autonomia, e a imposição ao processo de privatização. “Universidades Públicas Federais fomentar o conhecimento, a cultura e o pensamento crítico; colocar o conhecimento a serviço de toda a sociedade, não condicionar a sua agenda de trabalho a interesses do poder econômico; promover, de modo intransigente, a civilidade, a democracia, a cidadania e a soberania do país, trazendo à reflexão os grandes problemas nacionais”.

UFPE: Nota do Conselho Universitário manifesta a contrariedade à primeira versão do Future-se, deixando aberta a possibilidade de discutir propostas que aprimorem a gestão e melhorem o aporte de recursos. A UFPE considera como princípios universitários a

autonomia, o caráter público, gratuito e de qualidade, a admissão por concurso, pluralidade e diversidade, pontos não atendidos pelo projeto. De acordo com a manifestação, a minuta tem caráter lacônico, não explicita questões fundamentais sobre as Organização Sociais, a composição do comitê gestor e a política de internacionalização, deixando muito poder para definição do Ministério da Educação, invadindo prerrogativas do Congresso. A Universidade afirma a defesa da autonomia universitária, da qual não renuncia e que trata como uma defesa da sociedade, também não abre mão do seu patrimônio e anuncia perplexidade em relação à possibilidade de planos privados conveniarem com o HUs.

UFPEL: Por meio de nota, o Conselho Universitário criticou a apresentação do projeto sem participação prévia e no ápice de uma crise financeira, que ameaça o funcionamento das instituições. O projeto é considerado alijeirado, sem detalhamento e sem tratar de questões centrais, representando uma visão meramente econômica da universidade, além de não ser explícito sobre a carreira dos servidores. Aponta, nesse sentido, ser “contrário ao FUTURE-SE e solicita que a tramitação do projeto seja imediatamente encerrada.” O documento repudia, ainda, os cortes orçamentários nas universidades, na CAPES e no CNPq, bem como as nomeações de reitores não eleitos.

UFPR: O Conselho Universitário da universidade decidiu pela rejeição do projeto Future-se, em sessão acompanhada pela comunidade acadêmica e precedida de debates e estudo minucioso da proposta. No documento, são destacadas a ausência de diálogo prévio à elaboração da proposta e o contexto de bloqueio do financiamento das IFES. O documento critica a falta de compromisso com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; a superficialidade do eixo internacionalização; a centralidade das Organizações Sociais; impropriedades na técnica legislativa; comprometimento dos hospitais universitários; e a aparente desconexão com as políticas públicas de educação em andamento. O Conselho avaliou que a proposta não contempla os princípios da autonomia universitária e da qualidade do ensino superior. Por fim, a Universidade diz estar “comprometida com a discussão de propostas voltadas para o aperfeiçoamento das práticas das IFES e das políticas para a ciência e para a educação”.

UFRA: O site da Universidade noticiou apenas a realização de reuniões de debate da proposta do MEC, com agenda prevendo várias reuniões do grupo de trabalho, para tratar diferentes assuntos, como as Organizações Sociais.

UFRGS: A universidade manifestou-se através de moção em que rejeita o projeto Future-se. A ação foi precedida de debate e foi aprovada em reunião aberta com a participação da comunidade. O documento considera a proposta um ataque à autonomia

universitária, critica a falta de democracia na construção da proposta, o tempo exíguo disponível para a consulta pública. Segundo a moção, a minuta carece de diagnóstico da situação atual das universidades, e é plena de imprecisões, surgindo num contexto de crise financeira das instituições, motivada pela EC 95 e bloqueios orçamentários, e de uma batalha ideológica contra as universidades. A universidade aponta que, se aprovada, a proposta representa o fim da autonomia universitária, a precarização das carreiras de servidores, o fim da liberdade de cátedra, e o esvaziamento de recursos para ciências puras e humanas, bem como para artes e a cultura. “Por fim a UFRGS continuará participando em instâncias internas e externas das discussões relativas à proposta.”

UFRJ: Notícia no site da Universidade afirma que o Conselho Universitário rejeitou a proposta do Future-se, aprovando, ainda, um documento elaborado pelo reitor. Este texto afirma como premissas para qualquer projeto a autonomia universitária; a integralidade da universidade; a garantia de financiamento público; a flexibilização para captação e uso dos recursos próprios; e a garantia de preservação das carreiras. O texto não é direto em alguns pontos, procurando deixar margem para debater o sentido da proposta governamental. A UFRJ afirma que são excessivamente vagas as atribuições, competências e limites das Organizações Sociais; critica a composição indefinida de um comitê gestor, e alerta que “a autonomia universitária poderá ser afetada pela presença deste comitê externo que parece substituir a função dos colegiados superiores das universidades.” Por fim, o texto centra-se em defender o “uso total dos recursos próprios captados por meio de boas práticas de gestão, inclusive patrimonial. Essas ações seriam suficientes para garantir a autonomia de gestão financeira. Em conclusão, a área de educação pública não deveria ser atingida pelo teto de gastos imposto pela EC 95, sob a pena de não sobreviver nos próximos anos.”

UFRN: Reitor afirmou que a universidade não teria posição oficial sobre o projeto antes do seu envio como projeto de lei ao congresso. Houve debates internos, incluindo votação da comunidade universitária rejeitando o projeto. O Conselho do Centro de Ciências Sociais Aplicadas aprovou nota solicitando ao Conselho Superior a rejeição do projeto.

UFRPE: Em nota, os conselhos superiores da universidade se posicionam contrariamente ao Future-se. Eles afirmam que a proposta parece desconhecer o que já é feito em termos de relação com empresas e pesquisa, inovação e gestão nas universidades. Que a previsão de relacionamento com OS não garante a preservação da autonomia e da natureza pública das instituições. Recomenda, então, a ampla implantação da lei de inovação nas IFES, que não tem sido “explorada economicamente pelas universidades”, porque as receitas estão vinculadas à EC 95.

UFRRJ: Através do Conselho Universitário, a instituição rejeitou o projeto. Na mesma sessão, foi criado um Fórum Permanente de Discussão em Defesa da Universidade Pública para acompanhar e estudar o Future-se, análise dos dados da pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos alunos das IFES e construção de proposta de regulamentação da autonomia universitária.

UFSP: Nota da reitoria aponta a criticamente o momento em que o governo apresenta o projeto, haja vista as dificuldades orçamentárias e também o prazo exíguo para manifestações. Na perspectiva da reitoria, o projeto reconhece o que já é feito nas IFES em termos dos eixos colocados, mas carece de articulação com o PNE, e está em desacordo com a autonomia constitucional. O documento questiona o instrumento da OS que abrange a gestão patrimonial e financeira, mas também a autonomia didático-científica. A OS é vista como intromissão tanto nas finanças quanto na gestão de pessoas. Assim como a criação de fundo alerta para o descompromisso crescente com o financiamento público. O documento prevê ações para debate interno da proposta, mas não explicita o posicionamento da reitoria.

UFSC: Em assembleia geral com ampla participação da comunidade, a UFSC aprovou a rejeição do projeto Future-se, antecedida de discussões entre as categorias e nos centros de ensino, além de relatório de grupo de trabalho sobre o tema. O documento enfatiza o contexto de incertezas com o bloqueio orçamentário e a falta de diálogo prévio à apresentação da proposta. A proposta é cheia de incerteza e traz muitas dúvidas, como quando às áreas não ligadas às necessidades do mercado; à importância das unidades regionais; à autonomia constitucional; ao atendimento via SUS nos HUs. A UFSC entende por princípios que não pode abrir mão a autonomia constitucional, o respeito à democracia, o financiamento público Estatal da educação, a garantia de políticas de permanência, e a preservação das múltiplas dimensões acadêmicas. De acordo com a notícia no site da Universidade, a posição do Conselho é uma recusa a ser “precarizada, desacretidada e desmontada, ao mesmo tempo em que afirma, a “disposição ao diálogo com o MEC para o aperfeiçoamento das IFES”.

UFSCar: A reitora da Universidade divulgou uma nota em defesa do Future-se. Segundo relata, ela buscou o MEC e numa reunião com o secretário da SESU, esclareceu alguns pontos, os quais divulgou para a comunidade, enfatizando possíveis ganhos para a universidade, caso aderisse à medida. “O programa busca dar maior eficiência para captação de recursos e gestão de ações e atividades já adotadas e consolidadas na UFSCar”, aponta. Segundo a visão da reitora, a operacionalização por contratos de gestão com OSs ou com a Fundação de Apoio não fere a autonomia constitucional, por ser regulada por normas internas.

Não há menção à cobrança de mensalidade e contratação de servidores por outros regime que não seja o Jurídico Único.

UFSJ: Em encontro aberto à comunidade universitária, os conselhos superiores da Universidade votaram pela rejeição do projeto do Future-se. Entre as crítica apresentadas está a não consulta às universidade na elaboração do projeto. O reitor informou estar aberto ao diálogo para construção de políticas de fortalecimento da qualidade da instituição.

UFSM: O Conselho Universitário posicionou-se por meio de nota, em que considera as insuficiências do projeto, referido como proposta de reforma universidade focada apenas na questão do financiamento, que compromete a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, e ameaça a autonomia universitária, não reconhece o papel da extensão, assim como não menciona a assistência estudantil, também não contempla a diversidade, não garante a continuidade dos investimentos estatais, não garante a gestão dos recursos próprios e ameaça a contratação de servidores. A universidade diz estar aberta ao diálogo de propostas que venham reafirmar seus princípios.

UFT: Realizou um calendário de reuniões para debater o Future-se em vários campi, mas não expressou em seu site posição final sobre a proposta. Consta uma notícia, em que o reitor, a convite do sindicato dos docentes, comentou que aderir ao Future-se representava um mergulho no escuro e que não haveria necessidade de uma Organização Social para fazer o que as fundações já fazem.

UFU: Em decisão precedida por audiência pública, o Conselho Universitário aprovou a rejeição do projeto Future-se, apontando como pontos críticos do projeto a falta de clareza e omissões, quanto à autonomia e à garantia de financiamento. De acordo com o documento, a proposta surge sem que tenha havido diálogo, participação das universidades, o que acarretou em muitas fragilidades e desrespeitos ao Artigo 207 da CF. Não há diagnóstico da situação das universidades, bem como projeção do impacto da implementação do projeto. A proposta negligencia o importante papel das fundações de apoio; prevê a liberação de servidores, impactando na liberdade de cátedra. De acordo com a Universidade, “fato grave é a autorização da criação de Sociedades de Propósito Específico (SPE) nas unidades acadêmicas, desconfigurando o caráter público da instituição e sua finalidade educacional”. Outra omissão relatada é quanto ao PNE. O documento reforça a crítica ao estrangulamento provocado pela EC 95, aponta as dificuldades dos bloqueios orçamentários e se dispõe a continuar dialogando.

UFV: O Conselho Universitário divulgou posição preliminar sobre o projeto, destacando o momento de dificuldade em que a proposta surge, diante do contingenciamento

orçamentário e da previsão orçamentária do ano vindouro. A nota aponta a falta de participação dos dirigentes na elaboração da proposta, o que a tornou confusa, carecendo de desenvolvimento e detalhamento. Quanto aos eixos, afirma que a universidade já os cumpre com excelência. Diz estar aberta ao diálogo, mas que não transige em relação à: autonomia universitária; à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; à obrigação do Estado em garantir o financiamento e o aprimoramento das IFES. Apontou a formação de um GT para estudar a proposta e a realização de um seminário.

UFVJM: A Universidade divulgou relatório de Grupo de Trabalho criado pela reitoria para examinar a minuta do Future-se. O relatório critica a escrita do projeto, que apresenta texto vago, mal escrito, ambíguo, “forjado a promover a confusão”. O grupo aponta a proposta como sintética e genérica, tendo em vista o objetivo estruturante. Ela não especifica o papel da OS, não estabelece papel dos conselhos superiores, também não detalha e diferencia os fundos citados. A proposta introduz novos eixos de atuação nas IFES (“pesquisa, extensão, desenvolvimento, empreendedorismo e inovação”), tornando obrigatória a captação de recursos (ao contrário da liberdade propagado) e subordina as Instituição ao MEC e à OS. O objetivo aparente é submeter a universidade aos interesses privados, ao mesmo tempo em que exime o Estado o dever de manutenção. “A proposta do Programa Future-se, tal qual está construída, aponta o caminho de minar o bem público, retirar a autonomia da gestão dos recursos de pesquisa, tecnologia e inovação, precarizando a tal ponto a gestão das Universidades, que o resultado final será uma privatização progressiva”.

UNB: A universidade produziu uma resposta preliminar sobre o projeto e, posteriormente, um posicionamento do Conselho Universitário. O processo de discussão envolveu, um relatório de GT específico e a realização de uma assembleia da comunidade universitária. A moção do Conselho, aponta o Future-se como ameaça a autonomia universitária, uma forma de restringir as instâncias colegiadas de gestão democrática das universidades e transferir para a iniciativa privada a responsabilidade pela gestão dos recursos universitários. Segundo a avaliação, a proposta “descaracteriza a visão sobre a produção de conhecimento, o ensino superior e o compromisso social das universidades ao vincular suas atividades às demandas do mercado”. Por fim, o texto recomenda que o MEC abra espaço de discussão democrática sobre financiamento das IFES, tendo sustentação na autonomia universitária garantida pela Constituição.

UNIFAL: Documento do Conselho Universitário faz alguns apontamentos sobre a proposta, reforçando que não caberia naquele momento um posicionamento quanto à adesão. Entre os vários pontos citados pelo documento, estão a inserção das OS, que seriam

responsáveis pela administração de um “orçamento gradual”, teriam autorização para contratações temporárias e fora do RJU, abrindo espaço para ampliar a terceirização, inclusive porque institui um limite para gasto com pessoal. A cessão de bens da universidade para a OS é questionada. O documento aponta a omissão do Future-se quanto ao PNE e às licenciaturas. O financiamento das que não aderirem não está assegurado, ao mesmo tempo em que apresenta inconsistências no que se refere aos fundos propostos. Há ainda uma mudança na pauta científica, que passa a ser voltada à atração de investidores. “Há riscos à autonomia universitária, pois para acesso a recursos advindos dos fundos é obrigatória contratação de Organizações Sociais (OS)”. Por fim, a universidade defende a garantia de repasse de recursos públicos e apoia a captação de recursos extraorçamentários como forma de complementação.

UNIFAP: Nota do reitor dá conhecimento sobre a posição unânime do Conselho Universitário de não aderir ao projeto Future-se. O reitor afirma cumprir a decisão, a despeito de sua intensão de debater amplamente com a comunidade ter sido frustrada pela decisão do órgão soberano.

UNIFEI: O reitor da Universidade publicou artigo comentando sobre o projeto Future-se, em que vê potencialidades, embora também veja pontos negativos. Para o reitor, há dubiedade na proposta sobre quem administra (reitoria e conselhos) ou a OS. Chama atenção ainda para o fato de que nem todo o conhecimento é vendável e os interesses privados podem interferir na liberdade de pensamento necessária à ciência. Sobre possibilidade de contratação via CLT e contratação temporária, aponta que esta medida pode “ser indutor de melhoria na qualidade do trabalho prestado, na medida em que a estabilidade não será uma consequência que independa do trabalho bem executado”. Assim, o incentivo pecuniário é tido como boa iniciativa. Para o reitor, a OS é alternativa apresentada pelo governo para captação de recursos no cenário da EC 95 e dos bloqueios orçamentários. O texto afirma como positiva a captação de recursos privados via OS, devido à destinação ao Tesouro dos valores arrecadados acima do orçamento no modelo atual. Mas se preocupa com a situação das atuais Fundações de Apoio. Além do mais, afirma que os recursos novos devem ser adições e não suprir os contingenciamentos.

UNIFESP: O Conselho Universitário aponta sua reprovação ao projeto Future-se, classificado como inaceitável. O documento considera primeiro a omissão do Future-se sobre o PNE, que é o futuro pactuado para as universidades, bem como a falta de referência às pesquisas que não se enquadram em empreendedorismo. Reconhece no projeto grave risco à autonomia, com o modelo de contratação de OS, a criação de comitê gestor, cuja a formação não está explícita, e o estabelecimento de metas e indicadores por ato do ministro. Pergunta:

“Qual a garantia de financiamento aos que não aderirem? Coloca em dúvida também a viabilidade (fiscal e legal) dos fundos. Critica o limite de gastos com pessoa, que induz a terceirização, e defende a responsabilidade da União de garantir o financiamento adequado das IFES. Além disso, descara realizações da universidade nos eixos propostos e critica os moles da consulta pública, realizada fora do padrão.

UNIPAMPA: Nota do Conselho Universitário definiu pela não adesão, após realização de debates em todos os campi. O Conselho avalia que o programa é uma ameaça à autonomia, no que diz respeito à liberdade de cátedra, e à gestão acadêmica e administrativa. Tampouco apresenta solução para o problema do contingenciamento vivido pela universidade e traz novidades que colaborem para que a universidade desempenhe suas funções.

Universidades do Ceará (UFC, UFCA, IFCE): Em nota conjunta, os reitores das instituições do Ceará discorrem sobre a proposta, destacando pontos negativos como os interesses privados na educação, na pauta da pesquisa, a falta de consulta às universidades para elaboração da minuta, que é pouco detalhada sobre o funcionamento do programa. A fonte de financiamento proposta é instável, ao passo que as instituições precisam de fontes estáveis. O projeto não manifesta preocupação com diferenças regionais, tampouco traz novidades em relação ao que já é feito pelas universidades em relação com empresas, na internacionalização. “O que se escancara, aos nossos olhos, é que se encontra em marcha uma estratégia para reduzir a presença do Estado na garantia do direito à educação e, ao mesmo tempo, abrir à financeirização do ensino público, transformando-se a educação em mercadoria que tem o lucro – e não o compartilhamento, a geração e difusão do conhecimento – como objetivo final.”

Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais (CEFET/MG - UEMG - UFJF - UFLA - UFMG - UFOP - UFSJ – UFTM - UFU – UFV - UFVJM - UNIFAL - UNIFEI – UNIMONTES – IFMG – IFNMG – IFSudesteMG – IFTM – IFSuldeMinas): Não houve prévio conhecimento da minuta por parte dos gestores. Refere-se ao momento de grande dificuldade orçamentária das universidades, devido ao contingenciamento. Os eixos apresentados pelo projeto já são desenvolvidos pelas universidades do fórum. Em relação à contratação de OS, o documento aponta a questão constitucional da autonomia universitária, que é de fundamental importância para nossas instituições. E coloca, então, duas questões: a possibilidade de participação das fundações de apoio a necessidade e maior detalhamento sobre o verdadeiro papel das Organizações Sociais dentro do Programa. “É importante destacar que quaisquer decisões levem em consideração a pertinência e a necessidade de manutenção da autonomia universitária e a preservação do caráter

público, gratuito e inclusivo das instituições públicas de ensino superior, conforme os dispositivos consagrados e vigentes no texto constitucional”

Universidades Federais instaladas no Estado de São Paulo – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do ABC (UFABC) – e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP): produziram uma manifestação conjunta preliminar sobre o projeto. Primeiro, apontam a necessidade de segurança financeira das IFES. Afirma que os eixos propostos já são desenvolvidos, inclusive com regras de governança e auditorias. Afirma ainda a necessidade que o prazo de discussão do projeto permita a participação.

Nota das Instituições Federais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ); Colégio Pedro II; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).

Outro futuro para as universidades e institutos públicos (UNIFESP, UFABC, UNE e ANPG): O manifesto reafirmou valores e projetos em andamento e que foram ou questionados ou suspensos nos anos anteriores. Apresenta como eixo a “Defesa dos preceitos constitucionais e do Estado de Direito”: a autonomia universitária em sentido amplo; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; a promoção humanística, científica e tecnológica do país para a solução dos problemas brasileiros; a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; a gratuidade na graduação e pós-graduação stricto sensu; a gestão democrática do ensino público; e a priorização da pesquisa básica e tecnológica; além do cumprimento do PNE em relação à aplicação de recursos e atingimento de metas. O grupo também defendeu a “Garantia do financiamento público ao ensino superior e tecnológico”, apresentando como pontos: a garantia de financiamento adequado; a recomposição do orçamento com base no ano de 2016; a revisão da EC 95; o descontingenciamento do FNDCT, da Capes e do CNPq; e a retomada dos investimentos em edifícios e infraestrutura. Para a “Garantia do caráter social e não mercantil da missão das universidades e institutos”, sugeria como pauta: a consolidação da expansão das IFES; a garantia da pluralidade; o fortalecimento das políticas de bolsas; e a manutenção dos Hospitais Universitários 100% SUS. Afirmava, ainda, que “Universidades inovadoras são as que pensam os problemas do país em uma perspectiva social e não mercantil”, bem como as que destinam vagas para formação de professores da educação básica e formação

continuada, e defendem a soberania nacional em diversos níveis. Outro eixo do documento é a “Defesa da gestão pública e fortalecimento das carreiras públicas”.